



ISSN: 2446-8371

wamoni

VOLUME 10 | EDIÇÃO Nº 2

2025

DOSSIÊ

ESTUDOS ETNOGRÁFICOS
SOBRE FINANÇAS CLIMÁTICAS
E
SOCIAIS
ORG.
CATARINA MORAWSKA, FLÁVIA
MELO E SOCORRO BATALHA

ARTIGOS LIVRES

RESENHA

RELATO DE EXPERIÊNCIA

ENSAIO VISUAL

*carolina
suzukidematos*

wamoi

Revista dos Alunos do Programa de
Pós-graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Amazonas



UFAM



FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Amazonas

VOLUME 10 | EDIÇÃO N.º 2 | ANO 2025

Waimon

Revista dos Alunos do Programa de
Pós-graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Amazonas

Equipe Editorial (2025)**Editores-chefe**

Ozaías da Silva Rodrigues
Victoria Katarina Cardoso Lima
Leonardo Lucas Britto

Editores-executivos

Thamires Pessanha Angelo
Dione Coêlho de Souza
Melanie Theresia Peter
Rafaele Cristina de Souza Queiroz
Marcelo Meneses Schorno
Taynara Alves Lobato Munduruku
Felipe Magno Silva Pires
Izabel Maria Bezerra
Rodolfo Almeida de Azevedo
Tiago Silva de Oliveira
Aline Ribeiro de Oliveira
Geovane Figueiredo da Silva
Ingrid da Costa Rodrigues

Projeto Gráfico

Luiz D. da Paz

Assessoria de Comunicação

Dione Coêlho de Souza
Victoria Katarina Cardoso Lima

**Dossiê Estudos etnográficos sobre finanças
climáticas e sociais****Organização**

Catarina Morawska
Flávia Melo da Cunha
Socorro de Souza Batalha

**Esta edição conta com financiamento da
FAPEAM por meio do POSGRAD 2025/2026****Coordenadoras do Dossiê**

Ozaías da Silva Rodrigues

Fotos da Capa

Carolina Suzuki de Matos

Diagramação

Dione Coêlho de Souza

Revisão

Equipe Editorial

Produção Editorial da Revista Eletrônica

Tito Fernandes

W243 Wamon - Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM. Manaus: Edua, 2025 – v.10 n.2; 30cm.

ISSN: 2446-8371

Semestral

1. Antropologia. 2. Etnografia. 3. Ciências Humanas.

CDU 316.4(811.3)

Conselho Editorial

Alfredo Wagner Berno de Almeida
(Universidade do Estado do Amazonas - UEA/
Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
Ana Carla dos Santos Bruno
(Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
- INPA/ Universidade Federal do Amazonas -
UFAM)
Charles Hale
(Texas University)
Deise Lucy Oliveira Montardo
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
João Dal Poz Neto
(Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)
João Pacheco de Oliveira Filho
(Museu Nacional - MN/Universidade Federal
do Rio de Janeiro - UFRJ)
José Exequiel Basini Rodrigues
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
José Guilherme C. Magnani
(Universidade de São Paulo - USP)
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
Márcio Silva
(Universidade de São Paulo - USP)
Thereza Cristina Cardoso Menezes
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- UFRRJ)

Lista de pareceristas da edição (2025.1)

Nominata de avaliadores/as do presente número da revista

Alvatir Carolino da Silva (IFAM)
Carlos Paulino (Funai)
Catarina Morawska (UFSCar)
Chirley Rodrigues Mendes (UFNT)
Dernival Venâncio Ramos Junior (UFNT)
Felipe Munhoz (University of Leeds)
Fernanda Oliveira Silva (IFMT)
Flávia Melo (UFAM)
Geraldo Andrello (UFSCar)
Gustavo Onto (UFRJ)
Jessica Sklair (Queen Mary University of London)
Jorge Aponte Motta (UNAL)
Juliene Pereira dos Santos (UFOPA)
Lucas Pereira de Melo (Universidade de São Paulo)
Magda dos Santos Ribeiro (UFMG)
Mariana Vieira Galuch (UFAM)
Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro (UFAM)
Marília de Jesus da Silva e Sousa (SEIRDH)
Marcos Alan Costa Farias (UEA/SEDUC)
Marcos Lanna (UFSCar)
Michel Barbará (UFSCar)
Paula Bologna (University of Leeds)
Socorro de Souza Batalha (UFAM)
Valéria Pereira Santos (UFG)

SUMÁRIO

Editorial

|09

Leonardo Lucas Britto
Victoria Katarina Cardoso Lima
Rodolfo Almeida de Azevedo

DOSSIÊ ESTUDOS ETNOGRÁFICOS SOBRE FINANÇAS CLIMÁTICAS E SOCIAIS

Apresentação

|19

Catarina Morawska
Flávia Melo
Socorro Batalha

Pagamentos por serviços ambientais e REDD+ em territórios tradicionais: avanços e desafios de mecanismos financeiros para conservação

|39

Roberto Sanches Rezende
Juliana Cristina Vasconcelos Maia

Compondo ativos sustentáveis: reflexões sobre a produção de valor no mercado de títulos verdes do agronegócio brasileiro

|65

Vanessa Parreira Perin

Da sustentabilidade à obliteração de cadeia de impactos: Empreendimentos hidrelétricos e o Selo Verde na Bacia do Juruena

|103

Ana Cecília Campos
Bianca de Jésus Silva
Ricardo Costa Carvalho
Cristian Felipe Rodrigues Pereira

Relatórios para mostrar, certificados para garantir: reflexões sobre o desenvolvimento sustentável na indústria siderúrgica

|135

Carolina Suzuki de Matos

A Revista Brasileira de Mercado de Capitais e a diluição da fronteira Estado/mercado

|161

Gabriel Lino de Almeida
Catarina Morawska

Crédito perigoso: disputas na responsabilização de golpes financeiros digitais no Brasil pós-pandemia

|191

Marie Kolling
Thaise Sá Santos
Juliana Alcantara



Quando o assunto é dívida todo mundo tem o que falar: sobre o
endividamento feminino na cidade de Manaus |221
Érica Fabricia Melo

“Na época do meu pai, plantava tudo e colhia”: endividamento e mudanças
na paisagem do Centro-Norte do Tocantins |239
Maíra Vale

Antonia Laudeci Oliveira Moraes
Catarina Morawska
Valéria Santos
Dernival Ramos
Sariza Caetano
Jessica Sklair

O “índio agricultor” e projetos de Estado: uma etnografia do “projeto “Culturas
de Inverno” em Roraima |265
Eriki Aleixo de Melo

Da roça para a cidade e da cidade para a comunidade: circulação de
mulheres indígenas para vender e comprar na tríplice fronteira |289
Marilene Aicate Peres

A feira municipal de São Gabriel da Cachoeira: a produção da localidade e
do valor como vínculo |321
Caio do Amaral Mader

ARTIGOS LIVRES

Os lugares não certos dos vaqueiros da ilha de Marajó |347
Euclides Araújo Ribeiro
Miguel Aparicio

Quem é pardo no Amazonas? Perfil étnico-racial e identidades dos pardos
amazônicos |371

Leonardo Rafael Leite da Rocha
Pollyanne Silva de Oliveira
Giuseppina Marsico

RESENHA

Resenha do livro O Pacto da Branquitude, de Cida Bento |405
Felipe Magno Silva Pires

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Experiências de Assessoria junto a Povos e Comunidades Tradicionais do
Cerrado Brasileiro |411
Gabriel Costa Ribeiro



ENSAIO VISUAL

Parque Cemitério Soledade: novas apropriações do patrimônio no espaço urbano-cemiterial de Belém do Pará |439

Pedro Henrique Coelho da Cruz

Elisa Gonçalves Rodrigues



Editorial 2025.2Leonardo Lucas Britto¹Victoria Katarina Cardoso Lima²Rodolfo Almeida de Azevedo³

Esta edição apresenta o dossiê temático **Estudos etnográficos sobre finanças climáticas e sociais**, organizado por Catarina Morawska, Flávia Melo da Cunha e Socorro de Souza Batalha. Os/as autores/as do dossiê, com onze artigos temáticos, analisam processos, mudanças e destruições ambientais, a partir de diferentes etnografias sobre o avanço do setor financeiro no Brasil, as diversas estratégias criativas que pessoas, de diferentes grupos e lugares, constroem para lidar com os impactos ambientais e econômicos. É um convite a (re)pensar como diversos grupos vivem, resistem e se (re)inventam em diferentes contextos do país.

O trabalho **Da roça para a cidade e da cidade para a comunidade: circulação de mulheres indígenas para vender e comprar na tríplice fronteira**, de autoria de Marilene Aicate Peres, nos brinda com sua pesquisa realizada na região do Alto Rio Solimões, no Estado do Amazonas, lugar em que ocorre o encontro de três países: Brasil, Colômbia e Peru. A antropóloga

¹ Editor-chefe da Wamon, graduado em História e mestre em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), bolsista de doutorado CNPq e integra o Colar (Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política (UFAM). E-mail: leonardo_britto7@hotmail.com

² Editora-chefe da Wamon, doutoranda e mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), licenciada em História (UFAM). Integra o GESECS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (UFAM). Email: victoria_katarina@hotmail.com

³ Licenciado em História e Bacharel em Arquivologia (UFAM). Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO). Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Docente do Curso de Arquivologia (UFAM) E-mail: rodolfoazevedo@ufam.edu.br

focou na experiência das mulheres indígenas Kokama, em Benjamin Constant, especialmente na comunidade de Guanabara II e na Comunidade Esperança do Solimões. No artigo vemos o movimento das pessoas e dos produtos a partir de uma análise que acompanhou as intersecções entre comércio, dinheiro e gênero, percebendo as mulheres indígenas como “[...] participantes ativas de processos de circulação econômica, trocas e negociações [...]”, criando estratégias diante de questões de gênero, classe e poder colonial que atravessam as suas vivências. A antropóloga nos convida a conhecer as mulheres indígenas para além das representações colonizadoras, com sua importância na produção agrícola, comercialização dos produtos, na alimentação escolar e sua relevância para o contexto no qual estão inseridas. Junto com a circulação das pessoas, as viagens, as mudanças da vida, há também movimento de produtos como café, açúcar, óleo de cozinha, biscoitos, salgadinhos, refrigerantes, beiju, farinha de tapioca, banana, farinha de mandioca, limão, açaí, vassouras, etc. Isso nos faz pensar sobre a presença desses produtos no cotidiano das pessoas e como eles fazem parte dos fluxos da vida.

Caio do Amaral Mader, autor de **A feira municipal de São Gabriel da Cachoeira: a produção da localidade e do valor como vínculo**, realizou uma etnografia discutindo a teoria valor-trabalho marxiana e dialogando com teorias antropológicas sobre a questão do valor. O antropólogo nos apresenta Linda, migrante venezuelana que trabalha na feira, destacando a diferença desse ambiente para os mercados, a forma de se relacionar com os demais feirantes e clientes. Entre os produtos há “[...] sacos de farinha, tucumãs, pupunhas, abacaxis, mamões, pimentas *in natura*, garrafas pet contendo tucupi, pimenta em pó, entre outros tantos gêneros agrícolas”, criando um ambiente singular que se estrutura a partir de uma rede de relações que envolvem tensões, negociações, relações, estratégias e muita criatividade. Caio nos faz pensar sobre a potência da memória na construção desse lugar que, em meio às mesas com produtos expostos, é atravessado pelas vivências das pessoas que constituem o lugar. Ali, o dinheiro não é o que faz as coisas acon-

tecerem, mas sim mais um dos elementos que fazem parte do contexto.

No artigo **“Na época do meu pai, plantava tudo e colhia”**: endividamento e mudanças na paisagem do Centro-Norte do Tocantins, Maíra Vale, Catarina Morawska, Antônia Moraes, Valéria Santos, Dernival Ramos, Sariza Caetano e Jessica Sklair, nos apresentam um pouco a realidade de pequenos agricultores que enfrentam os avanços da financeirização da terra, do agronegócio e as mudanças ambientais causadas por outras formas de lidar com a terra. O artigo traz o contraste entre uma forma eurocidental e capitalista de lidar com o mundo e as tradições das comunidades rurais da região, destacando os problemas resultantes desse processo e as táticas alternativas utilizadas pelos camponeses para enfrentar essa situação.

Em **Relatórios para mostrar, certificados para garantir: reflexões sobre o desenvolvimento sustentável na indústria siderúrgica**, Carolina Suzuki de Matos apresenta um histórico do desenvolvimento da indústria siderúrgica em solo brasileiro e as mudanças que levaram à política de Governança Corporativa, para, a partir daí, destacar as influências neoliberais que conduziram a indústria siderúrgica ao estado atual. Mesmo quando se substitui o carvão mineral para o carvão vegetal, com a plantação de eucaliptos, há produção de outros problemas socioambientais que impactam na biodiversidade e recursos hídricos das regiões. Conforme a autora aponta, isso é parte da produção de imagens como performances dramáticas, pois os relatórios são utilizados estrategicamente pelas indústrias para comprovar seus compromissos com o desenvolvimento sustentável.

Esse texto dialoga diretamente com o artigo **A Revista Brasileira de Mercado de Capital e a diluição da fronteira Estado/mercado**, de autoria de Gabriel Lino de Almeida e Catarina Morawska, que nos convidam a pensar sobre a importância de uma antropologia política das finanças. Analisam como grupos travam embates políticos e fazem circular ideias, conceitos e ideologias com a finalidade de sustentar o liberalismo. Para tanto, expõem a forma como o Estado é pensado na Revista Brasileira de Mercado de Capitais (Rbmec), com a lógica das finanças se sobressaindo

na estruturação e administração do setor público, gerando uma fronteira opaca entre Estado e mercado. Essa análise percorre as complexidades e divergências desses intelectuais que conseguem pautar o debate e as políticas que conduzem o país a uma política liberal cujos efeitos podemos observar nos demais trabalhos desse dossiê de diferentes formas.

Roberto Sanches Rezende e Juliana Cristina Vasconcelos Maia são autores de **Pagamento por serviços ambientais e REDD+ em territórios tradicionais: avanços e desafios de mecanismos financeiros para conservação**. O artigo foca no acompanhamento do desenvolvimento das cadeias de produtos da floresta e dos mecanismos de pagamentos por serviços ambientais nas Reservas Extrativistas e nas Terras Indígenas na bacia do Xingu, analisando os benefícios e problemas da implementação dos projetos e programas de REDD+ para os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Vanessa Parreira Perin contribuiu com o artigo **Compondo ativos sustentáveis: reflexões sobre a produção de valor no mercado de títulos verdes do agronegócio brasileiro**. Nele, é possível acompanhar uma etnografia da forma como se atribui valor sustentável a atividades agrícolas. A autora apresenta o mercado de títulos verdes, que surgiu como ferramenta financeira visando atender as metas da sustentabilidade e os interesses financeiros, analisando as dinâmicas e discursos, bem como as implicações desse processo. Conforme destacado na pesquisa, reconstruir os elos e as conexões do agronegócio com as dinâmicas territoriais é importantíssimo para compreensão dos limites da sustentabilidade e do mercado de títulos verdes.

Em **Crédito perigoso: disputas na responsabilização de golpes financeiros digitais no Brasil pós-pandemia**, Marie Kolling, Thaise Sá Santos e Júlia Alcantara, trazem uma etnografia das práticas das pessoas vítimas de golpes financeiros e das lutas para reivindicarem os seus direitos, num percurso em que as perdas são muito mais do que financeiras. Destacando o aumento das práticas de fraudes financeiras no Brasil, principalmente pós-pandemia da COVID-19, problema-

tizam as fronteiras entre as práticas financeiras consideradas legítimas e as consideradas fraudulentas. Com isso, as autoras direcionam a atenção para as pessoas que sofrem com essas práticas fraudulentas, mostrando que há muito mais do que os números das perdas em jogo nesses casos.

Quando o assunto é dívida todo mundo tem o que falar: sobre o endividamento feminino na cidade de Manaus, escrito por Érica Fabricia Melo, analisa o endividamento feminino na cidade de Manaus, descortinando as consequências que a dívida provoca e as estratégias que elas criam para lidar com essa situação. Embora a dívida na sociedade capitalista faça parte da realidade de muitos brasileiros, ela atinge cada um de forma diversa. Em um contexto marcado pelas desigualdades sociais e econômicas, esta pesquisa nos convida a observar o endividamento feminino em Manaus enquanto um fenômeno que não fica restrito à dimensão financeira da vida, atingindo as esferas emocionais e de gênero.

No artigo **Da sustentabilidade à obliteração da cadeia de impactos: empreendimentos hidrelétricos e o Selo Verde na Bacia do Juruena**, Ana Cecília Campos, Bianca de Jésus Silva, Ricardo Costa Carvalho e Cristian Felipe Rodrigues Pereira examinam as contradições entre o discurso institucional da sustentabilidade e os efeitos concretos dos empreendimentos hidrelétricos no Alto Juruena (MT). A concessão do Selo Verde a Pequenas Centrais Hidrelétricas do Grupo Bom Futuro, ocorrida em meio à mobilização dos Enawenê-Nawê contra os impactos do Complexo Hidrelétrico do Juruena, expõe um descompasso evidente entre o reconhecimento ambiental promovido por órgãos oficiais e a realidade vivida nos territórios afetados. Ao discutir os limites das certificações ambientais e dos sistemas de gestão ambiental, o texto mostra como esses dispositivos, embora eficazes na legitimação de mercados, tendem a obscurecer impactos socioambientais cumulativos e de longa duração, afastando-se das formas locais de relação com o ambiente e dos modos de vida indígenas.

Em **O “índio agricultor” e projetos de Estado: uma etnografia do projeto “Culturas**

de Inverno” em Roraima, Eriki Aleixo de Melo parte de uma etnografia realizada na comunidade Serra do Truarú, na Terra Indígena Serra da Moça, para discutir como políticas públicas voltadas à chamada agricultura familiar indígena têm reconfigurado práticas agrícolas, relações com o território e formas de organização social. Situado em um contexto marcado por disputas territoriais e por uma longa história de intervenções externas, o artigo mostra como a introdução de mecanização, insumos industriais e assistência técnica, apresentada sob o discurso da modernização e da geração de renda, tensiona modos tradicionais de cultivo e aprofunda vínculos de dependência em relação ao Estado e ao mercado. Ao dialogar com críticas às agroestratégias, o texto evidencia que esses projetos, longe de fortalecerem a autonomia indígena, reatualizam lógicas coloniais e mercantis que colocam em questão a soberania e os projetos de vida das comunidades envolvidas.

As produções livres que integram esta edição reafirmam a Wamon como um espaço aberto à diversidade temática e metodológica da Antropologia. Compõem este conjunto dois artigos livres, um relato de experiência, uma resenha e um ensaio fotoetnográfico, que ampliam os debates propostos pelo dossiê e evidenciam o compromisso da revista com as diferentes formas do fazer antropológico, desde pesquisas quantitativas e etnográficas até experimentações visuais e reflexões ancoradas na prática profissional.

O artigo **Quem é pardo no Amazonas? Perfil étnico-racial e identidades dos pardos amazônicos**, de Leonardo Rafael Leite da Rocha, Pollyanne Silva de Oliveira e Giuseppina Marsico, analisa criticamente a categoria “pardo” no contexto amazônico, evidenciando sua forte associação à origem indígena e contribuindo para os debates sobre autodeclaração racial, identidade e classificações étnico-raciais no Brasil. Já o artigo **Os lugares não certos dos vaqueiros da ilha de Marajó**, de Euclides Araújo Ribeiro e Miguel Aparicio, propõe uma leitura etnográfica sensível dos territórios e cosmologias marajoaras, valorizando a oralidade dos vaqueiros e reconhecendo epistemologias que articulam humanos, não humanos, paisagens e encantarias como formas legi-

timas de conhecimento.

O relato **Experiências de Assessoria junto a Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro**, de Gabriel Costa Ribeiro, articula vivência profissional e análise crítica ao examinar a atuação de organizações socioambientais junto a povos e comunidades tradicionais, evidenciando as tensões entre filantropia, desenvolvimento sustentável, modernização ecológica e relações de poder. O ensaio fotoetnográfico **Parque Cemitério Soledade: novas apropriações do patrimônio no espaço urbano-cemiterial de Belém do Pará**, de Pedro Henrique Coelho da Cruz e Elisa Gonçalves Rodrigues, investiga as transformações recentes de um cemitério histórico em patrimônio urbano, revelando disputas de memória, usos do espaço e novas formas de apropriação da cidade a partir da morte, do ritual e da imagem.

Na resenha de Felipe Magno Silva Pires, o livro **O Pacto da Branquitude, de Cida Bento**, é discutido como uma obra central para compreender os mecanismos históricos e institucionais que sustentam as desigualdades raciais no Brasil. Ao articular memórias pessoais, análise histórica e reflexões sobre a escola, o Estado e o mundo do trabalho, a resenha evidencia como a branquitude se estrutura a partir de pactos tácitos que atravessam gerações, naturalizando privilégios e silenciando o racismo estrutural. O texto também chama atenção para a contribuição da psicologia social e organizacional nesse debate, ressaltando o caráter interdisciplinar da obra e a urgência de um letramento racial crítico capaz de enfrentar as bases simbólicas e materiais da exclusão.

Por fim, enquanto revista discente semestral, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Wamon tem seu processo de fortalecimento editorial recentemente reconhecido com a elevação de sua classificação para Qualis CAPES B1, na avaliação do quadriênio 2021-2024, após ter sido classificada como B2, anteriormente. Este volume corresponde à segunda e última edição de 2025, ano que marca também os dez anos do lançamento do primeiro número da revista. Nesse contexto, a con-

quista de um espaço físico próprio, a sala da Wamon, viabilizada com o apoio do PPGAS e de suas coordenações, constitui um marco político na trajetória da revista, ao afirmar condições materiais de trabalho, memória institucional e continuidade de um projeto editorial construído coletivamente por sucessivas gerações de editoras e editores discentes.

Este número é resultado de um esforço coletivo. Agradecemos às pessoas autoras, pareceristas, equipe editorial e a todas as editoras e editores que contribuíram para a consolidação da Wamon ao longo do tempo. Ao publicar esta edição, reafirmamos a Wamon como um projeto coletivo, formativo e politicamente comprometido com a produção antropológica plural, crítica e pública, projetando para 2026 a continuidade e o aprofundamento desse trabalho feito por pós-graduandas/os desde a Amazônia brasileira.

DOSSIÊ

Estudos etnográficos sobre finanças sociais e climáticas: um olhar para dentro e para além do mercado financeiro

Organização

Catarina Morawska (UFSCar)
Flávia Melo (UFAM)
Socorro Batalha (UFAM)

Estudos etnográficos sobre finanças sociais e climáticas: um olhar para dentro e para além do mercado financeiro

Catarina Morawska (UFSCar)¹

Flávia Melo (UFAM)²

Socorro Batalha (UFAM)³

Como parte da resposta aos crescentes índices de desmatamento, aumento de gases de efeito estufa da atmosfera, perda de biodiversidade e efeitos das mudanças climáticas nos mais diversos biomas latinoamericanos, uma agenda de “finanças climáticas” tem ganhado força. Esse movimento é impulsionado por governos nacionais, organismos internacionais e organizações não-governamentais, com a emissão de títulos verdes, como créditos de carbono e títulos soberanos sustentáveis.

Simultaneamente, soluções financeiras têm sido propostas para questões associadas a desigualdades de gênero e ao racismo, a exemplo da inclusão de mulheres no mercado de crédito e o investimento em “negócios de impacto”, que preveem retornos tanto sociais quanto financeiros (Sklair, 2025, 2020; Sklair; Gilbert, 2022). Na mesma direção, aportes direcionados à “justiça climática” e ao enfrentamento do racismo ambiental incentivam e financiam ações de mitigação dos impactos desiguais do desequilíbrio ambiental sob grupos e povos historicamente vulnerabilizados. Essas iniciativas compõem as chamadas “finanças sociais”, que vêm crescendo

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/ USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar). Email: morawska-vianna@ufscar.br.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/ USP). Professora nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Sociologia da UFAM. Email: flaviamelo@ufam.edu.br.

³ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM). Email: socorrobatalha19@gmail.com

no Brasil, ainda que timidamente, e alcançaram maior notoriedade durante a COP 30, realizada em Belém (PA), em novembro de 2025.

Pensadas pelo setor financeiro como instrumentos capazes de contribuir para questões ambientais ou de desenvolvimento social, as finanças climáticas e sociais fazem parte de um processo mais amplo e anterior de financeirização que atravessa diferentes domínios da vida (Van der Zwan, 2014; Epstein, 2005; Mawdsley, 2018), expandindo-se à medida que se propõe como solução para as desigualdades e efeitos planetários provocados pelo próprio sistema capitalista. A ideia de financeirização, assim, refere-se à crescente interação entre um modo financeiro de apreender o mundo e outros domínios sociais (Bear et al., 2015).

Em recente trabalho introdutório sobre o tema, Perin e Morawska (2026, p. 17) argumentam que mobilizar a noção de financeirização pode ser “um movimento analítico profícuo, não como fórmula que oferece uma proposição geral e definitiva sobre um fenômeno de dimensões globais, mas como uma estratégia para jogar luz sobre a enorme expansão do setor financeiro nas últimas décadas, fazendo-se presente em mercados dos mais diferentes tipos e disseminando a sua lógica, inclusive, para o setor público”. Em termos de agenda de pesquisa, isso significa prestar atenção para a intensificação da “assetização”, isto é, o esforço em transformar tudo e qualquer coisa em ativos financeiros (*financial assets*) (Birch; Muniesa 2020).

Nas finanças climáticas, isso se vê nos mecanismos de criação de crédito de carbono por meio do cálculo de dióxido de carbono cuja emissão foi evitada, conforme explicam Roberto Rezende e Juliana Vasconcelos Maia em artigo deste dossiê. No campo das finanças sociais, Melo (2020, p. 248) demonstrou como os efeitos desse processo são notados, há décadas, em políticas habitacionais e de transferência condicionada de renda amplamente difundidas na América Latina, a exemplo dos programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, no Brasil. Nessas políticas, a dinâmica social foi transformada pela racionalidade do mercado de crédito, reconfigurando o

lugar social de indivíduos empobrecidos por meio da inclusão pelo consumo e endividamento. Recentemente, escândalos envolvendo empréstimos consignados para pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social brasileiro revelam desdobramentos perversos da exacerbação dessa racionalidade⁴.

Há uma vasta discussão em economia política sobre a expansão da financeirização em economias emergentes (Grün, 2013; Kaltenbrunner; Paineira, 2018; Alves; Toporowski, 2019). Trabalhos recentes destacam como programas de transferência de renda vêm sendo usados como garantia ao acesso a créditos de instituições financeiras, o que culminou no crescimento do endividamento subscrito por gastos públicos (Lavinias, 2015; Lavinias; Gentil, 2018). A antropologia vem contribuindo com o debate por meio de um crescente número de etnografias sobre endividamento e a relação entre as esferas do mercado e da família (Motta, 2014; Melo, 2020; Kolling, 2020; Zaloom; James, 2023; Fotta, 2018; Müller, 2014, Badue; Ribeiro, 2018; Morawska, no prelo).

Outro foco da antropologia das finanças recai sobre a materialidade de experimentos financeiros como os que vêm ocorrendo associados a políticas sociais e ambientais, pautados por tecnologias da informação e conhecimento legal e técnico, dando forma a modos particulares de relacionalidade (Riles, 2011; Pardo-Guerra, 2019). Tal literatura também aborda os imaginários morais e políticos no desenho de tecnologias financeiras (Miyazaki, 2013) e na sua comunicação institucional (Holmes, 2015). Há, assim, uma dimensão moral que torna o crescente

⁴ A gravidade desses processos é exemplificada por casos recentes que mobilizam órgãos de controle no Brasil. De um lado, a ofensiva da Secretaria Nacional do Consumidor e da Polícia Federal (2024-2025) contra fraudes em empréstimos consignados expõe a face predatória da financeirização da proteção social. Nesses episódios, o vazamento de dados do INSS e o uso enganoso de biometria facial para impor dívidas não autorizadas transformam o direito previdenciário em um ativo para a extração de valor, reatualizando formas violentas de expropriação financeira. De outro, as investigações do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (2023-2026) sobre a solidez de ativos e a qualidade das garantias do Banco Master revelam os limites da regulação diante de estratégias agressivas de “assetização” de riscos.

endividamento um problema individual, o que, segundo o setor financeiro, deve ser resolvido com educação financeira. Aspirações vão moldando noções de pessoas empreendedoras e investidoras, atravessando desejos e imaginações de si.

Em paralelo a esse debate, Neiburg e Guyer (2019) defendem uma teoria etnográfica da economia real atenta a conceitos, práticas, desejos e expectativas em relação a termos oficiais que embasam a implementação de políticas econômicas, como índices, projeções e estatísticas que criam e performatizam a própria ideia de economia (Neiburg, 2007; Onto, 2014). Isso implica conferir atenção especial a como tecnologias de financeirização em torno de políticas sociais não apenas produzem endividamento, como afetam expectativas de futuro (Schwittay, 2011; Sklair; Gilbert, 2022). Implica também focar no convívio entre formas mais antigas de dívida (Graeber, 2011), como é o caso do aviamento e dos consórcios, e as atuais linhas de crédito financeirizadas (Barbará, 2024; Melo, 2024).

Inspirado nesses debates, este dossiê reúne trabalhos que abordam etnograficamente o avanço do setor financeiro em diferentes domínios da vida, e o modo como diferentes povos indígenas, quilombolas, moradores de periferias urbanas e rurais e populações tradicionais vêm lidando com essa expansão. Tal interesse se apresenta a partir de pesquisas sobre créditos de carbono entre povos tradicionais; o uso do setor corporativo de títulos verdes e certificações em nome da sustentabilidade; o sofrimento de vítimas de golpes financeiros e de mulheres beneficiárias de políticas sociais cuja renda familiar está comprometida com dívidas; linhas de crédito para a agricultura familiar condicionadas à compra de sementes transgênicas e agrotóxicos; novas formas de investimento em pequenas centrais hidrelétricas que se multiplicam ao longo de bacias hidrográficas.

Trata-se de um esforço empreendido por uma rede de pesquisadoras que buscam etnografar processos de financeirização e endividamento em diferentes contextos brasileiros. Esta jovem rede

de pesquisas sobre tecnologias de financeirização tem sido tecida pela parceria entre universidades do sudeste, norte e nordeste do país, a saber, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Amazonas Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Norte do Tocantins, e no exterior, Danish Institute for International Studies (DIIS), na Dinamarca, bem como Queen Mary University of London e University of Leeds, ambas no Reino Unido.

A articulação desta rede internacional e interinstitucional fundamenta-se na convergência de três projetos complementares que investigam a capilaridade do setor financeiro em contextos de vulnerabilidade. O projeto liderado por Catarina Morawska (UFSCar/CNPq)⁵ estabelece a base comparativa nacional, analisando como dispositivos de mercado e programas sociais expandem o endividamento nacionalmente. Paralelamente, as investigações coordenadas por Flávia Melo (UFAM/CAPES)⁶ aprofundam a análise na Amazônia urbana, focando em narrativas numéricas, algoritmos e interseccionalidade como formas de governo das periferias. Essa frente se expande com o programa de longo prazo “O Gênero da Dívida”, que propõe uma teoria etnográfica da dívida em perspectiva comparada no contexto amazônico (UFAM/CNPq)⁷.

Ao incitar o diálogo e colaboração em uma rede de antropólogas, reforça-se a importância de uma perspectiva etnográfica e comparada para compreender como processos globais de financeirização incidem singularmente, somando-se assim a perspectivas econômicas e macrosociológicas na análise desses fenômenos. Essa articulação em rede reflete a caracterização geral dos artigos apresentados neste dossiê, marcada por uma forte ancoragem institucional na

⁵ Etnografias da dívida: rede de pesquisas sobre financeirização em perspectiva comparada. CNPq Processo 421087/2023-4.

⁶ Consolidação da pesquisa sobre tecnologias sociais e as populações e periferias da Amazônia Urbana. CAPES Processo 88887.692018/2022-00.

⁷ O Gênero da Dívida: regimes de endividamento na Amazônia contemporânea em perspectiva comparada - CNPq Processo 421000/2025-2.

Região Norte, destacando-se a atuação da UFAM, Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Essa base regional é fortalecida por intercâmbios com centros de excelência, o que consolida uma produção acadêmica diversa, que transita entre dissertações de mestrado, artigos de doutorado e relatórios de projetos de extensão. Geograficamente, a produção foca na Amazônia Legal, abrangendo estados como Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Tocantins, além de explorar contextos transfronteiriços com o Peru e a Colômbia, sem perder de vista análises de âmbito nacional sobre o mercado financeiro e a indústria siderúrgica.

Há sobretudo dois tipos de contribuição no dossiê. A primeira foca no setor financeiro em si, em especial os processos de criação de instrumentos financeiros associados a finanças climáticas e sociais. A segunda desloca a atenção para os efeitos da expansão do setor financeiro sobre mulheres, comunidades rurais e indígenas, que se veem sob o efeito de golpes financeiros e endividamento que marcam o dia a dia de famílias em contextos urbanos e rurais. Um dos aspectos que conecta verticalmente os dois tipos de contribuição é a tensão entre a financeirização e o território, manifestada na incidência de lógicas externas sobre a autonomia e os modos de vida locais. Essa incidência ocorre não apenas pela expropriação da terra, mas pela imposição de dispositivos modernos como a “assetização”, o endividamento familiar e a criação dos “selos verdes”. Ao questionar como o crédito e os certificados de sustentabilidade integram comunidades tradicionais a mercados globais, os artigos aqui reunidos revelam como tais processos frequentemente subtraem a agência local e geram novas vulnerabilidades, desafiando as promessas de desenvolvimento econômico em prol de uma integração muitas vezes predatória.

Como parte do primeiro conjunto de textos, Roberto Sanches Rezende e Juliana Cristina Vasconcelos Maia abrem o dossiê com um panorama geral sobre políticas de pagamentos por serviços ambientais e mercado de créditos de carbono no Brasil, que vêm se consolidando como

mecanismos financeiros que compõem o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), iniciativa global de mitigação das mudanças climáticas. O foco dos autores recai sobre os desafios metodológicos de geração de créditos de carbono e de construção de projetos de REDD+ jurisdicionais, onde países, estados ou municípios estabelecem sistemas de contabilização de redução de emissões em seus territórios. Paralelamente, abordam os desafios para a estruturação do Programa Federal de Pagamentos por Serviços Ambientais, que tem povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais como grupos prioritários para a contratação de serviços de conservação.

Rezende e Maia mostram como experiências locais de REDD+ em territórios tradicionais se deparam com a ausência de regulamentação do mercado de carbono, que sofreu um impacto na sua reputação devido a problemas metodológicos, resultando na geração de créditos que não estão lastreados em reduções efetivas de desmatamento. No caso dos programas jurisdicionais de REDD+, os autores apontam que o desafio é garantir a consulta livre, prévia e informada de povos e comunidades, conforme determina a Convenção 169 da OIT, bem como sua participação efetiva na governança e repartição de benefícios. Para eles, a vantagem dos programas de pagamentos por serviços ambientais em relação ao mercado de crédito de carbono é a de remunerar as práticas de manejo de povos indígenas e comunidades tradicionais, sem a necessidade de estabelecer a negociação de títulos pautados no cálculo da (não) emissão de dióxido de carbono.

Ainda dentro do tema das finanças climáticas, Vanessa Parreira Perin em artigo neste dossiê aborda os títulos verdes associados à agropecuária brasileira, mostrando como um projeto ou atividade agrícola é rotulado como um empreendimento sustentável, e portanto passível de ser negociado a partir de instrumentos de dívidas pautados pelos *Green Bond Principles* (GBPs) da *International Capital Market Association* (ICMA), que desde 2014 se tornou o padrão para estruturar ativos financeiros verdes. Inspirada em Mawdsley (2018), Perin mostra quanto trabalho é

necessário para criar e disponibilizar ativos verdes para especulação, revelando como os diagnósticos sobre as qualidades supostamente sustentáveis destes ativos dependem de avaliações segmentárias de cadeias muito complexas e extensas, dissociando-os das dinâmicas sociopolíticas e territoriais nas quais estão imbricados. Como a autora lembra, os títulos verdes são “empacotados” por meio de artefatos sociotécnicos que produzem constantemente opacidades, seja sobre os territórios em questão, seja sobre as próprias operações financeiras (Morawska, 2026).

Nesse sentido, olhar para títulos verdes no agronegócio brasileiro é interessante porque revela como os poucos títulos emitidos pelo setor se concentram em atividades pontuais, como produção de biocombustíveis, aquisição de biofertilizantes, troca de maquinário e iniciativas em agricultura digital. Isso permite que as empresas agrícolas rotulem apenas parte de suas atividades como sustentáveis por meio de um exercício de enquadramento que oblitera todas as atividades nocivas ao meio ambiente que a cadeia do agronegócio provoca. Esse ponto é levado adiante no argumento tomando como exemplo uma pequena central hidrelétrica (PCH) construída pela empresa Amaggi. Perin mostra como na captação de recursos por meio de títulos verdes, a PCH é enquadrada de tal maneira que os impactos cumulativos de outras tantas PCHs na Bacia do Juruena, no noroeste do Mato Grosso, não são considerados (Perin, 2026).

Não surpreende que o artigo de Ana Cecília Campos *et al* neste dossiê coloque adiante um argumento muito parecido sobre o que os selos verdes obliteram. O artigo parte das tensões entre os Enawenê-Nawê, que buscam visibilizar os impactos cumulativos das PCHs na Bacia do Juruena, e o Grupo Bom Futuro, responsável por cinco PCHs que obtiveram selos verdes da Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT). Os autores mostram como os selos verdes categorizam empreendimentos como limpos, desassociando-os de uma longa cadeia de impactos, o que na Bacia do Juruena inclui a supressão de fauna, alagamento, alteração de fluxos de rios e alteração do ecossistema local. O artigo finaliza com o esforço de confrontar a ideia de

sustentabilidade criada pelo selo verde das PCHs com os modos Enawenê-Nawê de sustentar a biodiversidade do Vale do Juruena.

Uma das questões discutidas no artigo de Ana Cecília Campos *et al* vale ser destacada no debate sobre finanças climáticas. Trata-se da prática de *greenwashing* (Xing et al. 2024), quando empresas que promovem práticas nocivas ao meio ambiente associam-se a mecanismos que as promovem como ambientalmente corretas. Ainda que não tratada pelos dois primeiros artigos do dossiê, a ideia de *greenwashing* tem também marcado os debates em torno do mercado de crédito de carbono e títulos verdes. Isso porque, do ponto de vista corporativo, apropriar-se de novos instrumentos financeiros associados à agenda climática implica ampliar as possibilidades das empresas capitalizarem recursos. A participação em uma economia verde é encarada como mais uma oportunidade de negócios, sem uma mudança efetiva em suas práticas. O que tanto o artigo de Vanessa Perin quanto o de Ana Cecília Campos *et al* mostram é que são justamente os dispositivos sociotécnicos que produzem trilhas de documentos na forma de certificações ou títulos negociáveis que acabam por produzir a obliteração de territórios e populações (Morawska Vianna, 2014).

O tema da obliteração de impactos ambientais em cadeias produtivas também é tratado no texto seguinte do dossiê, de Carolina Suzuki de Matos, que foca na indústria siderúrgica no Brasil. Por meio da análise dos relatórios de sustentabilidade produzidos pelo Instituto Aço Brasil (IAB) entre 2009 e 2023, a autora revela as escalas e recortes utilizados na construção de indicadores do setor, que acabam por produzir imagens fragmentadas da produção do aço, nublando os impactos sociais e ambientais associados à indústria. Tanto Matos, em sua reflexão sobre a indústria siderúrgica, quanto Perin, em seu artigo sobre títulos verdes associados ao agronegócio, se inspiram na ideia de “economia das aparências” de Anna Tsing para pensar a persuasão operada por indicadores de sustentabilidade. Mais uma vez se compreende como o *greenwashing* se faz a

partir de dispositivos sociotécnicos que criam uma performance dramática, cujos efeitos importam mais do que uma atuação efetiva na mitigação dos impactos de suas atividades.

Assim, é interessante destacar a análise de Matos sobre a transformação dos relatórios do Instituto Aço Brasil ao longo do tempo, que gradativamente reduzem a utilização de indicadores de sustentabilidade da indústria e passam a intensificar a menção à adesão de empresas siderúrgicas a certificações internacionais. Esse é o caso da ISO 14.001, um padrão global utilizado por empresas para seus Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), também tratado extensamente no artigo de Ana Cecília Campos *et al* sobre selos verdes. No caso do artigo de Matos, a ênfase é na maior capacidade de persuasão de tais certificados dentro da economia das aparências, ao reafirmar para investidores, acionistas e outros *players* a imagem sustentável das empresas, o que os indicadores da indústria dificilmente conseguem provar.

O primeiro conjunto de reflexões do dossiê, focado em análises do setor financeiro, é finalizado com o artigo de Gabriel Lino de Almeida e Catarina Morawska, que coloca em pauta a diluição da fronteira entre Estado e mercado, ressaltando o que Roberto Grün (2007) chama de “dominação cultural das finanças” na contemporaneidade, em que a lógica financeira passa a ser considerada a única razoável. Os autores adotam uma perspectiva histórica, ao analisar a bibliografia veiculada pela Revista Brasileira de Mercado de Capitais (Rbmec) entre as décadas de 1970 e 1980 no que se refere a políticas de crédito, dívida pública e concentração bancária. Inspirados por debates em antropologia política das finanças (Ortiz, 2021), Lino e Morawska buscam compreender como agentes do setor financeiro procuravam fomentar o mercado de capitais no Brasil por meio da circulação de diagnósticos macroeconômicos que defendiam a diminuição da presença do Estado na economia. O mercado financeiro, assim, era apresentado nos argumentos técnicos dos artigos da Rbmec como solução para o desenvolvimento nacional, reiterando a crença na retração estatal como necessária para o enfrentamento de problemas econômicos e sociais. Uma

das principais contribuições do artigo é ressaltar que a dominação cultural das finanças no setor público fica evidente não apenas com a crescente participação acionária de empresas privadas em empresas estatais, mas sobretudo com a adoção pela administração pública de métodos de gestão corporativos que justificam como prioridades o crescimento, o lucro e a redução de custos, em detrimento da geração de empregos, implementação de políticas sociais e provimento de serviços públicos de qualidade.

O segundo conjunto de textos do dossiê apresenta reflexões sobre os efeitos da expansão do setor financeiro sobre pessoas e territórios em diversos contextos. O artigo de Marie Kolling, Thaise Sá Santos e Juliana Alcantara aborda os golpes financeiros no Brasil pós-pandemia envolvendo empréstimos e clonagem de cartão, com foco em dois casos de golpes financeiros no interior da Bahia envolvendo cartões de crédito emitidos por um banco digital com sede no Sudeste, mas nunca ativados ou utilizados por seus titulares. A partir de abordagem etnográfica, as autoras descrevem a saga burocrática a que foram submetidas as vítimas, envolvendo uma série de agentes, incluindo o banco, a operadora do cartão, a polícia, a ouvidoria do Estado da Bahia, redes de apoio com outras vítimas, a imprensa e o judiciário. Kolling, Santos e Alcantara argumentam que as assimetrias de poder entre instituições financeiras e vítimas se manifestam no controle do banco sobre as informações prestadas, na morosidade em cumprir decisões judiciais e ressarcir as vítimas, bem como na transferência do prejuízo à vítima nos casos em que a instituição financeira não reconhece a sua própria responsabilidade no golpe.

Um dos aspectos que Kolling, Santos e Alcantara ressaltam é como o aumento exponencial de concessões de crédito fraudulentas e crimes financeiros digitais revela a vulnerabilidade de um mercado de crédito em expansão. Os efeitos são devastadores, como se vê no artigo de Érica Fabricia Melo também neste dossiê. A autora descreve as consequências emocionais e sociais do endividamento entre mulheres indígenas, negras, ribeirinhas e venezuelanas que acessam o Centro

de Referência de Assistência Social (CRAS) em Manaus. Sua etnografia evidencia como mulheres endividadas enfrentam uma série de problemas de saúde, como ansiedade e depressão, além do aumento das tensões no cotidiano familiar.

Enquanto Erica Melo confere atenção aos efeitos do endividamento no corpo de mulheres em um contexto urbano, Maíra Cavalcanti Vale *et al.* olham para o modo como o crescente endividamento em sete comunidades camponesas ao redor da cidade de Araguaína, no Centro-Norte do Tocantins, está diretamente associado ao contexto mais amplo de conflitos agrários e expansão do agronegócio na região. Neste caso, o efeito da financeirização se vê no próprio território, de ao menos duas maneiras. Primeiro, na financeirização do agronegócio, em que a mercantilização dos comuns se soma à “assetização” da agricultura brasileira, com a crescente presença de instrumentos financeiros ligados a cadeias do agronegócio (Perin, 2025; Perin; Morawska, 2026). Segundo, na necessidade de comunidades camponesas em acessar crédito consignado, garantido pela aposentadoria rural e Bolsa Família, para enfrentar as mudanças em uma paisagem marcada pelo agronegócio. Em outras palavras, a financeirização do agronegócio permite aos grandes fazendeiros ampliar suas atividades, o que acarreta em dificuldades na manutenção das roças, levando os camponeses a um crescente endividamento individual para manter as suas atividades produtivas.

O foco no território também aparece no texto de Eriki Aleixo de Melo, que se inspira em Almeida (2010) para pensar as chamadas “agroestratégias” que desconsideram os modos tradicionais de uso da terra, impondo às comunidades modelos produtivos exógenos. O pesquisador do povo Wapichana mostra o investimento do governo de Roraima na expansão do agronegócio por meio do incentivo à regularização fundiária e a facilitação de crédito. Sua análise foca nas iniciativas de agricultura familiar por parte do Estado de Roraima na comunidade Serra do Truarú (RR) que geram benefícios econômicos imediatos, mas também trazem riscos à autonomia comunitária,

ao fragilizar práticas agrícolas tradicionais e a identidade sociocultural indígena. Melo conclui que o discurso da modernização e da sustentabilidade encobre efeitos adversos sobre a soberania indígena, evidenciando a urgência de políticas públicas que valorizem a autonomia e os projetos de vida dos povos indígenas.

Os dois últimos artigos do dossiê se voltam para a circulação de produtos e pessoas em dois contextos: na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia, no caso do artigo de Marilene Aicate Peres; e em São Gabriel da Cachoeira, no caso do artigo de Caio do Amaral Mader. Peres se debruça sobre o deslocamento de mulheres indígenas Kokama entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e a ilha de Santa Rosa, povoado no distrito de Yavari (Peru), na região do Alto Rio Solimões, mostrando como o dinheiro circula em um movimento contínuo entre a roça, a cidade e as tabernas onde elas comercializam os produtos industrializados adquiridos na cidade. Ainda que seu trabalho não foque em processos de financeirização, sua rica descrição etnográfica faz ver como o lucro da taberna é ora reinvestido na compra de produtos para ampliar e diversificar o estoque, ora utilizado para o pagamento de contas ou dívidas. Ou seja, compreende-se a circulação de dinheiro como aquilo que intensifica uma dinâmica econômica local, mas também entra nos circuitos institucionalizados do sistema financeiro.

Outra contribuição da autora é mostrar como gênero e dinheiro se articulam em um contexto transfronteiriço amazônico, apontando para como as mulheres Kokama consideram a renda dos homens apenas como uma “ajuda”, já que a renda das mulheres é predominante na manutenção da casa. Marilene Peres baseia sua reflexão sobre mulheres indígenas no comércio a partir do seu próprio lugar de fala, enquanto mulher indígena do povo Kokama e moradora da fronteira. É quando o texto adquire o contorno da fala em primeira pessoa que se vê a potência da sua análise, na medida em que permite apontar para as limitações de etnografias que representam mulheres indígenas como figuras subordinadas, atuando dentro dos papéis de cuidar, preservar e ensinar que

lhe são historicamente atribuídos. Para a autora, “é necessário ampliar a análise, incorporando a perspectiva das mulheres indígenas que atuam para além dos espaços domésticos, desempenhando papéis centrais em atividades de comercialização, produção agrícola, alimentação escolar, e na economia de suas comunidades e bairros”.

O texto de Caio Amaral Mader também faz uso da primeira pessoa para apresentar um relato etnográfico de sua atuação como “pesquisador-ajudante” junto a Linda, uma migrante venezuelana comerciante na feira municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM), no noroeste amazônico. Tal relação lhe permitiu aprender sobre disposição dos produtos na mesa, a procedência e precificação das mercadorias e o deslocamento realizados por revendedoras e produtores. A partir disso, o autor busca se engajar sobretudo com três autores - Karl Marx (2023), Stephen Gudeman (2008) e Nancy Munn (1992) - para pensar as interfaces entre valor, tempo e espaço. Mader argumenta que há muito trabalho para construir a ideia de “regionalidade” dos produtos, o que por sua vez afeta o seu valor, não totalmente integrado à esfera do mercado. Ressoando preocupações clássicas em antropologia econômica, o autor defende a importância dos vínculos de confiança e conhecimento para compreender a valoração dos produtos.

Os textos da segunda parte do dossiê, assim, nos provocam a repensar o que pode vir a ser um capitalismo verde, para além do já mencionado *greenwashing* frequentemente associado às finanças climáticas. Olhar para modos de vida enraizados em territórios onde pessoas, dinheiro, coisas, relações circulam para produzir valor é uma tradição já consolidada na antropologia econômica que ajuda a pensar para além das finanças. O presente dossiê é, portanto, um estímulo para que esta área de pesquisa no Brasil articule essas duas preocupações, para dentro e para além das finanças, contribuindo assim para refletir sobre temas atuais que reconhecem a enorme presença do setor financeiro no cotidiano, impactando saúde, educação e bens vitais (Bayliss *et al.*, 2019).

Em uma análise comparativa dos textos que compõem este dossiê, observa-se como o conceito de dívida é multifacetado, operando tanto como um mecanismo de controle econômico quanto como um regulador de relações sociais. Em contextos urbanos e rurais, como em Manaus e no Tocantins, o endividamento surge como uma estratégia de sobrevivência, em que o crédito consignado transmuta direitos sociais em garantias bancárias. Simultaneamente, a dívida é ressignificada como um ativo financeiro no mercado global por meio de títulos verdes, ou manifesta-se como um perigo, como risco iminente em fraudes digitais que corroem o patrimônio familiar. Por outro lado, em contextos como a Feira de São Gabriel e entre as mulheres Kokama, a dívida preserva uma dimensão de vínculo e obrigação, fundamentada em relações de confiança e dependência mútua, demonstrando que o valor em circulação nesses territórios transcende a lógica puramente monetária para sustentar redes de sociabilidade e resistência.

Em termos de categorias classificatórias os textos do dossiê podem ainda ser subdividido em etnografias sobre “tecnologias de invisibilização”, como os selos de sustentabilidade e indicadores de mercado; sobre “financeirização da vida social” que opera pela transformação de direitos e relações em ativos financeiros ou dívidas bancárias; sobre “governança ambiental e capitalismo verde” que mobilizam mecanismos de mercado para “resolver” a crise climática; e também sobre “territorialidades e resistência” expressas em práticas locais que desafiam a lógica de mercado puramente extrativista. Trazer a antropologia e, em termos mais amplos, as ciências humanas para conduzir um debate público e acessível sobre financeirização, endividamento e desigualdade social permite uma visão crítica sobre o mundo das finanças, em geral opaco e ininteligível para a maior parte da população.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; et al. (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina: pp. 101-143, 2010.

ALVES, C.; TOPOROWSKI, J. Growth of international finance and emerging economies: Elements for an alternative approach. **PSL Quarterly Review**, 72(288): 3-26, 2019.

BADUE, A. F.; RIBEIRO F. Gendered redistribution and family debt: the ambiguities of a cash transfer program in Brazil. **Economic Anthropology**, v. 5, n. 2, p. 260-272, 2018.

BARBARÁ, Michel Paes. A financeirização do Aviamento: transformações da dívida no Alto Rio Negro. **Revista Paisagens Econômicas**, 1(2): 07-31, 2024.

BAYLISS, Kate; FINE, Ben; ROBERTSON, Mary. Introduction: material cultures of financialisation. In: BAYLISS, Kate; FINE, Ben; ROBERTSON, Mary (Orgs.). **Material Cultures of Financialisation**. Oxon/New York: Routledge, 2019.

BEAR, L.; HO, K.; TSING, A.; YANAGISAKO, S. Gens: a feminist manifesto for the study of capitalism. **Cultural Anthropology**, 2015. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/652-gens-a-feminist-manifesto-for-the-study-of-capitalism>. Acesso em: 20 dezembro 2025.

BIRCH, K.; MUNIESA, F. Introduction: assetization and technoscientific capitalism. In: Birch, K.; Muniesa, F. **Assetization: turning things into assets in technoscientific capitalism**. Cambridge: The MIT Press, 2020. p. 1-41.

EPSTEIN, G. A. Introduction: financialization and the world economy. In: Epstein, G. A. (org.). **Financialization and the world economy**. Northampton: Edward Elgar, 2005. p. 3-16.

FOTTA, Martin. **From Itinerant Trade to Moneylending in the Era of Financial Inclusion: Households, Debt and Masculinity among Calon Gypsies of Northeast Brazil**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

GRAEBER, David. **Debt: The First 5,000 Years**. New York: Melville House, 2011.

GRÜN, Roberto. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 179-213, 2013.

GRÜN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. **Mana** 13.2, p. 381-410, 2007.

GUDEMAN, Stephen. **Economy's tension: the dialectics of community and market**. Oxford: Berghahn, 2008.

HOLMES, D. **Economy of Words: Communicative Imperatives in Central Banks**. Chicago & London: University of Chicago Press, 2015.

KALTENBRUNNER, A.; PAINCEIRA, J. P. Subordinated Financial Integration and Financialisation in Emerging Capitalist Economies: The Brazilian Experience. **New Political Economy**, 23 (3): 290-313, 2018.

KOLLING, Marie. 2020. “Debt and Dirty Names: Tracing Cashlessness and urban Marginality in Brazil”. In Atreyee Sen, Johan Lindquist, and Marie Kolling, eds. **Who’s Cashing in?** Contemporary Perspectives on New Monies and Global Cashlessness. New York: Berghahn Books. p. 19-31.

LAVINAS, L. A Financeirização da Política Social: o caso brasileiro. In: LAVINAS, L. **Politika**. Brasília: Fundação Mangabeira Unger and Humboldt-Viadrina Governance Platform, n.2, p. 34-51, 2015.

LAVINAS, L; GENTIL, D. L. BRASIL ANOS 2000: A política social sob regência da financeirização. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 191-211, ago. 2018.

MARX, Karl. **O capital**: Livro I. trad. Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2023.

MAWDSLEY, E. Development geography II: financialization. **Progress in Human Geography**, v. 42, n. 2, p. 264-274, 2018.

MELO, Lucas C. Minha Vida Todinha foi no Meio dos Panos: Mulheres, Dinheiros e Negócios na Zona da Mata Pernambucana. **Revista Paisagens Econômicas**, 1(1): 09-47, 2024.

MELO, Flávia. **Cadastrar, incluir e proteger**: as malhas da assistência social na fronteira Amazônia. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MIYAZAKI, H. **Arbitraging Japan**: Dreams of Capitalism at the End of Finance. Berkeley: University of California Press, 2013.

MORAWSKA, Catarina. Environmental histories of financialized landscapes: indebtedness in Brazilian *periferias*. **Feminist Economics**, no prelo.

MORAWSKA, Catarina. A Opacidade de Projetos de Infraestrutura: breves comentários sobre as sociedades de propósito específico. In: PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina (Orgs.). **Do bem comum à financeirização: hidrelétricas, mercado de energia e lutas sociais**. São Carlos: EDUFSCar, 2026.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 87-115, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000100004>>. Acesso em: 02 de out de 2025.

MOTTA, E. Houses and economy in the favela. **Vibrant**: Virtual Brazilian Anthropology, v. 11, n. 1, p. 118-158, 2014.

MÜLLER, Lúcia. Negotiating debts and gifts: Financialization policies and the economic experiences of low-income social groups in Brazil. **Vibrant**, 11(1): 191-221, 2014.

MUNN, Nancy D. **The fame of Gawa:** a symbolic study of value transformation in a Massim (Papua New Guinea) society. Durham: Duke University Press, 1992.

NEIBURG, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. **Mana**, 13 (1), Abr 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132007000100005>

NEIBURG, Federico; GUYER, Jane. I. **The real economy: Essays in ethnographic theory.** Chicago: Hau Books, 2019.

ONTO, Gustavo. The market as lived experience: on the knowledge of markets in antitrust analysis. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, 11 (1), 2014 <https://doi.org/10.1590/S1809-43412014000100006>

ORTIZ, Horacio. A political anthropology of finance: Studying the distribution of money in the financial industry as a political process. **Anthropological Theory** 21:1, p. 3-27, 2021.

PARDO-GUERRA, J.P. **Automating Finance:** Infrastructures, Engineers, and the Making of Electronic Markets. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PERIN, Vanessa. Sustainability for Finance: Situating Green Bonds in the Assetization of Brazilian Agriculture. **Journal of Agrarian Change**, 2025; 0:e70004.

PERIN, Vanessa. Transformações no Financiamento ao Setor Elétrico Brasileiro e o Caso do Projeto Juruena. In: PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina (Orgs.). **Do bem comum à financeirização: hidrelétricas, mercado de energia e lutas sociais.** São Carlos: EDUFSCar, 2026.

PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina. Introdução: Mercantilização da Água e Financeirização da Energia Elétrica. In: PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina (Orgs.). **Do bem comum à financeirização: hidrelétricas, mercado de energia e lutas sociais.** São Carlos: EDUFSCar, 2026.

PITLUCK, A. Z., Mattioli, F.; SOULELES, D. (eds.) Special Issue: Financialization. **Economic Anthropology**, 5(2): 153-285, 2018.

RILES, Annelise. **Collateral Knowledge:** legal reasoning in the Global Financial Markets. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

SCHWITTAY, A. F. The financial inclusion assemblage: subjects, technics, rationalities. **Critique of Anthropology**, v. 34, n. 4, p. 381-401, 2011.

SKLAIR, J. The win-win discourse of impact investing: Legitimising accumulation for a new generation of Brazilian wealth elites. **Canadian Journal of Development Studies**, 46 (2): 253–271, 2025. <https://doi.org/10.1080/02255189.2023.2251645>

SKLAIR, J. **Investimento de impacto e grantmaking:** visões conceituais distintas para o investimento social privado brasileiro. São Paulo: GIFE, 2020.

SKLAIR, J.; GILBERT, P. Giving as “De-Risking”: Philanthropy, Impact Investment and the Pandemic Response. **Public Anthropologist**, v. 4, n. 1, p. 51-77, 2022.

VAN DER ZWAN, N. Making sense of financialization. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 1, p. 99-129, 2014.

XING, Chao; ZHANG, Xinyue; ZHANG, Yuming; ZHANG, Luxiu. From green-washing to innovation-washing: environmental information intangibility and corporate green innovation in China. **International Review of Economics & Finance**, v. 93, part B, p. 204-226, 2024. DOI: 10.1016/j.iref.2024.03.077. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1059056024002429>> Acesso em: 20 dezembro 2025.

ZALLOM, C.; JAMES, D. Financialization and the household. **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 52, p. 399-415, 2023.

Pagamentos por serviços ambientais e REDD+ em territórios tradicionais: avanços e desafios de mecanismos financeiros para conservação

Payments for environmental services and REDD+ in traditional territories:
progress and challenges of financial mechanisms for conservation
Pagos por servicios ambientales y REDD+ en territorios tradicionales:
avances y desafíos de los mecanismos financieros para la conservación

Roberto Sanches Rezende¹
Juliana Cristina Vasconcelos Maia²

Resumo: O presente artigo oferece um panorama sobre mecanismos privados e públicos para que povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais possam acessar recursos destinados à conservação no Brasil. Embora os territórios tradicionais sejam reconhecidos como eficientes instrumentos de conservação de grandes áreas de floresta, há poucos mecanismos que remuneram os povos e comunidades que vivem nessas áreas por seus serviços de conservação. Projetos locais de REDD+ e programas jurisdicionais de REDD+, assim como programas e políticas de PSA são algumas das alternativas que vêm sendo implementadas. Ao abordar algumas experiências de REDD+ e PSA acompanhadas pelos autores, apontamos desafios, avanços e dilemas colocados para a implementação de cada uma dessas modalidades. O desenho e as complexidades de REDD+, desafios de consulta, e a falta de legislações e regulamentações têm sido alguns dos motivos que dificultam o aporte de recursos de conservação direto para povos indígenas, quilombolas e tradicionais.

Palavras-chave: Pagamentos por Serviços Ambientais; REDD+; Povos indígenas e comunidades tradicionais.

Abstract: This article provides an overview of private and public mechanisms for indigenous peoples, *quilombola* communities, and traditional communities to access funding for conservation efforts in Brazil. Although traditional territories are recognized as effective instruments for conserving large, forested areas, there are few mechanisms that compensate the peoples and communities living in these areas for their conservation services. Local REDD+ projects and jurisdictional REDD+ programs, as well as Payment for Ecosystem Services (PES) programs and policies, are some of the alternatives that have been implemented. By examining some REDD+ and PES experiences observed by the authors, we outline the challenges, progress, and dilemmas involved in implementing each of these approaches. The design and complexities of REDD+, consultation challenges, and the lack of laws and regulations have been some of the obstacles hindering the direct allocation of resources to indigenous, *quilombola*, and traditional peoples.

¹ Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/Unicamp (2016) e pós-doutorado em Antropologia na UFSCAR. Coordenador do Programa Xingu no Instituto Socioambiental (ISA). E-mail: robertorezende@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4059-3811>

² Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD-UFPA) e especialista em Direito Contratual Aplicado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Advogada e analista de políticas climáticas no ISA. Email: julianacvasconcelosmaia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4517-9708>

Key words: Payments for Environmental Services; REDD+; Indigenous peoples and traditional communities.

Resumen: Este artículo ofrece un panorama sobre los mecanismos privados y públicos para que los pueblos indígenas, quilombolas y comunidades tradicionales puedan acceder a recursos destinados a la conservación en Brasil. Aunque los territorios tradicionales son reconocidos como instrumentos eficaces para la conservación de grandes áreas forestales, existen pocos mecanismos que remuneren a los pueblos y comunidades que habitan en estas zonas por sus servicios de conservación. Los proyectos locales de REDD+ y los programas jurisdiccionales de REDD+, así como las políticas y programas de PSA, son algunas de las alternativas que se han implementado. Al analizar algunas experiencias de REDD+ y PSA acompañadas por los autores, se señalan los desafíos, avances y dilemas que plantea la implementación de cada una de estas modalidades. El diseño y las complejidades de REDD+, los retos en los procesos de consulta y la falta de leyes y regulaciones han sido algunos de los factores que dificultan el flujo directo de recursos de conservación hacia los pueblos indígenas, quilombolas y tradicionales.

Palabras clave: Pagos por Servicios Ambientales; REDD+; Pueblos indígenas y comunidades tradicionales.

Introdução

Ao menos desde a década de 1990, economistas têm trabalhado para desenvolver a valoração de serviços ecossistêmicos e ambientais. Frente ao reconhecimento crescente de que a capacidade do planeta de suportar o consumo humano colocava em risco o modelo de desenvolvimento, economistas passaram a buscar ferramentas para medir os custos decorrentes da exploração excessiva da natureza, e a propor métricas que pudessem ser aplicadas para valorar em termos monetários os benefícios gerados pela natureza e os impactos de ações humanas sobre o ambiente. As aplicações das técnicas de valoração da natureza e das ações humanas que impactam os serviços ecossistêmicos poderiam ser variadas, incluindo a possibilidade de valoração de impactos ambientais de obras e desastres, as perdas econômicas decorrentes da degradação da natureza, e a remuneração de ações positivas para conservação (May; Motta, 1994).

Também nos anos 1990, foram criadas as primeiras Reservas Extrativistas do país, áreas protegidas com o objetivo duplo de conservação da natureza e de desenvolvimento para seringueiros e outras comunidades tradicionais. As Reservas Extrativistas apresentavam-se como modelo de

desenvolvimento alternativo, em especial na Amazônia, onde o modelo de desenvolvimento era altamente excludente e concentrador de riquezas (Arnt, 1994). Nesse contexto, havia um debate sobre a importância de remunerar a conservação da biodiversidade realizada por comunidades tradicionais em seus territórios.

Àquela altura, já estava evidente que os serviços de proteção e conservação da natureza realizados por comunidades tradicionais a partir de seus modos de vida deveriam ser remunerados como forma de complementar a renda proveniente do extrativismo e propiciar melhorias nas condições materiais de vida nas Reservas Extrativistas. A conversa de valoração dos economistas reverberava na luta sindical e ambiental de povos da floresta e na sua busca por viabilizar os modos de vida tradicionais em contextos sob pressão³.

Desde estes debates, o reconhecimento do avanço da crise climática global e do papel desempenhado por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no combate aos seus efeitos avançou. No âmbito das Conferências das Partes (COPs) das Nações Unidas para a Mudança Climática e para a Convenção sobre Diversidade Biológica, foram criados os “caucus” indígenas⁴ como instâncias de debate e expressão das soluções e desafios enfrentados pelos povos nos temas de clima e biodiversidade. Painéis de produção de informação sobre os temas como o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, na sigla em inglês) e o IPBES (Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos) também reconheceram o papel fundamental dos territórios e conhecimentos tradicionais para as estratégias

³ “[O]s serviços de conservação ambiental precisam ser remunerados nas Reservas (elevando o valor dos produtos extrativos). Ao mesmo tempo, os custos para a sociedade representados pela depredação de florestas precisam ser cobrados para os usuários predatórios, sem o que é reduzido o custo aparente das atividades agropecuárias. Sem essa ampliação do raciocínio econômico a avaliação das políticas públicas em relação ao extrativismo será necessariamente deformada. [...] Como nem o valor dos serviços de conservação nem o valor da pesquisa das populações tradicionais são remunerados, surge a ilusão perniciosa de que a manutenção de fundos de florestas em pé é antieconômica, e de que a atividade das populações tradicionais é irracional” (Almeida, 1994, p. 262-263).

⁴ Mais recentemente, foi lançado o Caucus Comunidades Locais na COP30.

de conservação, bem como os impactos que as mudanças climáticas trarão a estes povos.

No entanto, a despeito dos avanços na compreensão sobre as contribuições de povos indígenas e comunidades tradicionais para a conservação, ainda não estão disponíveis políticas e programas em larga escala para que eles possam receber diretamente por seus serviços de conservação de florestas. Nos últimos anos, o Brasil procurou avançar na implementação de mecanismos financeiros para promoção da conservação através da criação de uma Política de Pagamentos por Serviços Ambientais (Brasil, 2021) e da instituição do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Brasil, 2024). Enquanto a primeira lei definiu categorias de serviços ambientais que são passíveis de remuneração, a segunda lei criou as condições para um sistema nacional de transações de ativos financeiros associados a estoques e emissões de carbono. Ou seja, enquanto uma legislação regulamentou a possibilidade de pagamento por trabalhos realizados em prol da conservação, a segunda avançou na regulamentação de transações de uma mercadoria associada ao combate de emissões de gases de efeito estufa.

Neste artigo, tratamos de alguns mecanismos financeiros que vêm sendo construídos e implementados no Brasil junto a povos indígenas e comunidades tradicionais e quais os principais desafios enfrentados por cada um deles. Nossa argumentação se baseia no acompanhamento de projetos, políticas e programas de geração de renda para povos indígenas e comunidades tradicionais. Desde 2016 acompanhamos o desenvolvimento de cadeias de produtos da floresta e mecanismos de pagamentos por serviços ambientais em Reservas Extrativistas e Terras Indígenas da região da Terra do Meio, localizada na bacia do Xingu, em Altamira, Pará, na condição de colaboradores do Instituto Socioambiental. Também temos acompanhado de perto a formulação do Sistema Jurisdicional de REDD+ do Estado do Pará (SJREDD+), na condição de representantes da sociedade civil no Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima) desde 2024.

O artigo está estruturado de modo a apresentar as dificuldades enfrentadas nos últimos anos na proposição de projetos locais de REDD+ em territórios tradicionais. Em seguida, é apresentada a modalidade de sistemas jurisdicionais de REDD+, que vem sendo desenvolvida por estados da Amazônia brasileira, de modo a apontar desafios e potenciais vantagens para a construção de projetos que abarcam diferentes territórios. Por fim, apresentamos programas e políticas públicas de pagamentos por serviços ambientais que buscam remunerar povos e comunidades tradicionais através do reconhecimento de seus serviços de conservação. O objetivo é dar ao leitor um panorama geral de experiências acompanhadas pelos autores relacionadas ao acesso a recursos de conservação por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, destacando seus desafios e potencialidades.

Projetos locais de REDD+

Em 2022, diversos povos e comunidades tradicionais da bacia do Xingu passaram a receber ofertas de projetos de carbono em seus territórios, tanto por parte de empresas desenvolvedoras como de intermediários. Havia muitas expectativas em relação ao crescimento do mercado de carbono e as empresas prometiam grandes quantias para as comunidades como resultado da venda de créditos de carbono gerados em suas áreas. As altas taxas de desmatamento no Xingu apontavam para grande potencial de geração de créditos⁵, já que a bacia se encontra na fronteira de expansão de várias atividades predatórias, contrastando municípios que lideram as emissões de gases de efeito estufa no país⁶ com um grande bloco de áreas protegidas de mais de 26 milhões de hectares, com 21 Terras Indígenas e nove Unidades de Conservação, perpassando os estados de Mato Grosso e Pará.

⁵ Um crédito de carbono corresponde a uma tonelada de dióxido de carbono cuja emissão foi evitada.

⁶ Conferir IEMA, 2022.

No entanto, no início de 2025, nenhuma das propostas ventiladas para tais projetos de REDD+ havia resultado na geração de créditos nas áreas protegidas do Xingu. Muitas delas sequer avançaram para a formulação de projetos. Entre as razões para o descompasso entre as promessas realizadas e o desenvolvimento efetivo dos projetos estava a ausência de regulamentação para um mercado de carbono no país.

No plano legal, não havia normativas ou diretrizes para a atuação de órgãos públicos no acompanhamento ao desenvolvimento de projetos dessa natureza, o que promovia uma postura cautelosa por parte do estado. Em nota oficial de abril de 2024, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) apontava para o contexto de proliferação de propostas de comercialização de créditos de carbono iniciado em 2022 e “orienta as organizações e lideranças indígenas que não participem de negociações e tratativas envolvendo a comercialização de créditos de carbono em terras indígenas” (FUNAI, 2025). A FUNAI citava “preocupações e dúvidas acerca do potencial lesivo destes contratos ao patrimônio e direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal, bem como sobre a qualidade e lisura dos processos de consulta realizados junto às comunidades indígenas interessadas”.

Em relação às unidades de conservação, a Procuradoria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) chegou a recomendar a anulação de contratos firmados entre associações locais e empresas desenvolvedoras em Reservas Extrativistas, com cancelamento de contratos ocorridos em 2023⁷. A ausência de regulamentação e o avanço de projetos nos territórios tradicionais também fizeram com que o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará elaborassem uma nota técnica com recomendações sobre o desenvolvimento dos projetos e a observância dos direitos das comunidades (MPF; MPPA, 2023).

A regulamentação do mercado de carbono no país só avançou com a publicação da Lei nº

⁷ O cancelamento foi noticiado pela imprensa em 2023. Ver Sassine, 2023.

15.042, de 11 de dezembro de 2024 (Brasil, 2024), que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Até então, havia muitas dúvidas e insegurança para empresas e comunidades acerca do desenvolvimento de projetos, havendo indefinições até sobre a titularidade dos direitos sobre o carbono de áreas protegidas, se dos povos e comunidades que vivem nas áreas com direitos de usufruto ou se do Estado. O artigo 43 da lei em comento reconheceu a titularidade de créditos a indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais quando estes são gerados em Terras Indígenas, Terras Remanescentes das Comunidades dos Quilombos e Unidades de Conservação.

Outra razão para que os projetos de carbono não se implementassem no período foi um abalo reputacional no mercado de projetos locais de REDD+ relacionado às metodologias de geração dos créditos de carbono. Entre a onda de oferta de projetos de carbono nas comunidades e a legislação sobre o mercado no país, projetos de carbono voluntários do tipo REDD+ passaram por uma série de questionamentos acerca de sua efetividade no combate às emissões de gases de efeito estufa.

Já em 2020 um estudo indicava que muitos créditos gerados em projetos locais na Amazônia brasileira não estavam lastreados em reduções efetivas de desmatamento e degradação (West *et al.*, 2020). Outro estudo, publicado em 2023, analisou 27 projetos de carbono em florestas tropicais de seis países, apontando que a geração de créditos por parte dos projetos era muito maior do que as emissões evitadas. A análise indicou que 93,8% dos créditos gerados poderiam não condizer com reduções efetivas nas emissões de gases de efeito estufa, ou seja, os projetos evitavam menos desmatamento e emissões do que o planejado (West *et al.*, 2023)⁸.

Essa diferença entre reduções planejadas pelos projetos e o que efetivamente foi realizado,

⁸ Além da extrapolação de créditos por projetos, várias fraudes foram denunciadas pela imprensa no desenvolvimento de projetos no Brasil, envolvendo grilagem de terras, esquemas de extração ilegal de madeira, dentre outros crimes: Carneiro; Seta; Voccio, 2023; Antunes, 2023; Wenzel, 2024.

geralmente, era resultante da maneira como o mercado de REDD+ foi concebido e operacionalizado. Mecanismos de REDD+ procuram incentivar um novo comportamento de atores, sejam eles estados, empresas ou indivíduos, através de incentivos financeiros para que diminuam suas práticas históricas de emissões vinculadas a desmatamento e degradação de florestas. Ou seja, o mercado de REDD+, em tese, foi pensado para diminuir as emissões de atores que historicamente desmataram. Dessa forma, projetos de REDD+ precisam estimar o quanto os atores deixam de emitir em determinado período para calcular quantos créditos de carbono geraram para transacionar.

De modo geral, nos projetos locais de REDD+ em florestas tropicais, a quantidade de créditos gerados era calculada com base na tendência histórica de desmatamento e degradação na área e em uma projeção de tendências de desmatamento e degradação futuras na região onde o projeto se desenvolveria. Esta composição entre comportamento passado e projeção de futuro era chamada de *linha de base*. É contra esta linha de base que seria calculada a *adicionalidade*, entendida como a diferença de emissões de gases de efeito estufa entre o que ocorreria no cenário projetado pela linha de base e o que efetivamente foi emitido durante os anos de desenvolvimento do projeto.

Por exemplo, um projeto poderia indicar em sua linha de base que havia uma taxa histórica de desmatamento de 10 hectares por ano em uma propriedade, com tendência de aumento em função de abertura de uma rodovia nos arredores, que diminuiria custos de produção e incentivaria a abertura de novas áreas produtivas, resultando em uma projeção de desmatamento de 100 hectares pelos próximos 5 anos caso nada fosse feito. O projeto, então, implementava ações visando a redução de desmatamento na área. Ao final dos 5 anos, caso o desmatamento real tenha sido de 40 hectares, o projeto poderia requerer a geração e a comercialização de créditos referentes aos 60 hectares que deixaram de ser desmatados em relação à linha de base.

O que os estudos analisando projetos de REDD+ em florestas tropicais demonstraram é

que, na maioria dos casos, as linhas de base indicadas nos projetos exageravam a projeção de desmatamento e degradação para as áreas, gerando mais créditos de carbono do que o desmatamento que foi efetivamente evitado. Ao comparar a linha de base dos projetos com áreas de referência do entorno, onde não haviam sido desenvolvidos projetos e ações preventivas, os autores perceberam que o desmatamento e a degradação nas áreas de referência também eram, em geral, menores do que o previsto pelas linhas de base. Isto é, nas áreas dos projetos, o desmatamento e a degradação evitados não eram tão grandes quanto o reclamado e não deveriam gerar a quantidade de créditos que vinham sendo certificados⁹.

Frente às críticas e dúvidas em relação à confiabilidade dos créditos de REDD+ para redução efetiva de emissões, o preço dos créditos de carbono vinculados a projetos de REDD+ caiu, diminuindo momentaneamente a atratividade de desenvolvimento de projetos locais por parte das empresas¹⁰. Com a queda do preço dos créditos de carbono provenientes de projetos de REDD+ e os riscos reputacionais associados a uma metodologia incerta, o interesse pelo desenvolvimento de projetos em territórios coletivos diminuiu significativamente. As críticas e a perda de reputação do mercado de REDD+ levaram a maior empresa certificadora de créditos do planeta, a Verra, a rever sua metodologia de cálculo, abandonando linhas de base elaboradas pelos proponentes dos projetos e passando a adotar linhas de base regionais por ela estabelecidas¹¹.

Até aqui, notamos que a ausência de legislação e abalos reputacionais sobre projetos locais de REDD+ nos últimos anos não favoreceram que povos e comunidades que têm seus territórios preservados pudessem acessar recursos destinados à conservação sem correrem o risco de serem

⁹ As certificadoras de créditos passaram a rever suas metodologias após esse escrutínio. A Verra, uma das principais certificadoras do mundo, lançou novos padrões para certificação de créditos de REDD+ em 2024, em anúncio intitulado como “Uma Nova Era para Verra” (Verra, 2024).

¹⁰ A imprensa também noticiou os impactos das denúncias sobre o mercado. Uma das reportagens do período, intitulada “Preço do crédito de carbono segue em queda livre. Até quando?” noticiava queda de 18% no valor dos créditos de REDD+ em apenas um trimestre: Cardial, 2024. Ver também: Bertão, 2024.

¹¹ Ver Verra, 2025.

envolvidos em projetos de carbono que geram créditos sem necessariamente apresentarem resultados concretos em termos de redução de emissões, agravando a crise climática e, conseqüentemente, seus efeitos sobre os próprios territórios tradicionais.

Neste mesmo período em que os projetos locais passavam por críticas, estados da Amazônia brasileira avançaram com a construção de projetos de REDD+ jurisdicionais, sob a promessa de melhor repartição de benefícios e direcionamento de recursos para grupos que historicamente mantiveram florestas em pé.

Programas jurisdicionais de REDD+

Os programas jurisdicionais de REDD+ calculam as reduções de emissões de maneira distinta e prometem diminuir os problemas relacionados à confiabilidade dos créditos gerados como nos projetos locais de REDD+. As chamadas jurisdições podem ser países ou entidades subnacionais (como estados ou municípios) que estabelecem sistemas de contabilização de redução de emissões de toda a área por elas representadas. O cálculo de reduções é feito a partir da análise de uso do solo em toda a área da jurisdição. Estas jurisdições podem captar recursos que remunerem seus resultados de redução do desmatamento e degradação por meio de doações por performance ou transação de créditos no mercado de carbono.

Como os prêmios ou créditos para as jurisdições são gerados a partir de resultados coletivos dos atores nos estados, se desenvolvidos de maneira apropriada, tais sistemas jurisdicionais poderiam facilitar o monitoramento de impactos das ações realizadas, trazendo mais confiabilidade em termos de adicionalidade. Também poderiam favorecer o acesso aos recursos por parte de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que têm seus territórios conservados – uma vez que os recursos de prêmios e créditos destinados às reduções das emissões das jurisdições são destinados aos governos dessas jurisdições, que têm o dever de repartir benefícios com os

guardiões da floresta.

O Brasil, por exemplo, recebe doações internacionais relacionadas à comprovada redução do desmatamento em anos passados. Os recursos doados ao Fundo Amazônia por outros países entram nessa lógica¹². Neste caso, o montante não está atrelado a créditos de carbono: as doações funcionam como um “prêmio” pela performance nas reduções. O Acre e o Mato Grosso também agregam suas experiências em programas jurisdicionais baseados em pagamentos por resultados nas reduções de desmatamento e degradação. Eles participam do programa REM (*REDD+ for Early Movers*, na sigla em inglês), que recebe recursos de cooperação internacional mediante reduções nos estados. O programa REM iniciou em 2012 no Acre e em 2018 no Mato Grosso, já estando em sua segunda fase de implementação no Mato Grosso e na terceira fase no Acre.

A outra possibilidade de as jurisdições receberem recursos de REDD+ é a construção de programas baseados na geração de créditos de carbono. Diversos estados da Amazônia brasileira, tais como o próprio Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, avançaram na construção de programas nessa modalidade. Uma das construções mais avançadas é a do Estado do Pará, que assinou em setembro de 2024 um compromisso de compra com a maior coalizão de governos e empresas compradora de créditos do mundo, a Coalizão LEAF (*Lowering Emissions by Accelerating Forest Finances*)¹³. Esta coalizão se comprometeu a comprar 12 milhões de créditos

¹² “A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada pela redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, ou seja, é preciso comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar a captação de novos recursos. Com base na redução das emissões, calculadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e validadas pelo Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), o BNDES fica autorizado a captar doações e emitir diplomas de reconhecimento à contribuição dos doadores. Cada diploma identifica o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. Os diplomas são nominais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de nenhuma natureza” (Fundo Amazônia, 2025).

¹³ Em seu site, tal coalizão se define da seguinte forma: “A Coalizão LEAF é uma parceria público-privada única focada em deter o desmatamento tropical até 2030. Ao reunir governos florestais, o setor privado, governos doadores, Povos Indígenas, comunidades locais e a sociedade civil, a LEAF visa levantar e aplicar o financiamento necessário para enfrentar o desmatamento, fazendo com que as florestas tropicais valham mais vivas do que mortas.” (LEAF, 2025).

de carbono gerados pelo Pará até 2026, no valor estimado de 180 milhões de dólares.

A construção de sistemas de REDD+ têm o dever e como um de seus maiores desafios garantir a participação efetiva dos povos e comunidades na concepção, elaboração, e implementação dos sistemas. O direito de povos indígenas e comunidades tradicionais à consulta livre, prévia e informada está amparado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que estabeleceu em seu Artigo 6º que governos devem “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente” (OIT, 1989). Ou seja, considerando que programas jurisdicionais de REDD+ abarcam territórios desses povos e que pressupõem a repartição de governança e benefícios com eles, é dever do estado consultar povos e comunidades acerca disto que os afeta – e considerar que podem ou não consentir com a continuidade do projeto.

No caso do estado do Pará, a necessidade de consultar dezenas de povos indígenas do estado e as centenas de comunidades quilombolas e tradicionais tem sido abordada pelo governo do estado a partir da perspectiva de elaboração de planos de consulta para cada uma dessas categorias de povos. A elaboração desses planos tem na origem o desafio de observar a diversidade de entendimentos entre as comunidades de cada uma das categorias, assim como tentar equacionar as diretrizes de diversos protocolos de consulta comunitários existentes entre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

A exemplo da construção da primeira fase do REM no Mato Grosso (2018-2024), quando houve consultas regionalizadas aos povos indígenas¹⁴, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMAS/PA) tem proposto a elaboração destes planos de consultas regionalizadas para

¹⁴ Para mais detalhes da construção da proposta do subprograma indígena no REM do Mato Grosso, conferir FEPOIMT, 2025.

cada categoria de povos e comunidades. A proposta é reunir representantes de diferentes lugares em determinados territórios ou municípios de referência¹⁵ para oficinas que debaterão a criação do SJREDD+ do Pará. A SEMAS defende o modelo como a melhor forma de viabilizar a participação dos povos e comunidades, considerando as grandes dimensões territoriais do Pará, a quantidade de comunidades a consultar e a janela de oportunidade para comercialização dos créditos de carbono perante potenciais compradores até 2030¹⁶.

Essas consultas, no entanto, não foram planejadas de modo a atender à aplicação dos ritos estabelecidos em protocolos de consulta comunitários elaborados por diversos povos no estado¹⁷, o que culminou em críticas e questionamentos quanto à observação de direitos e garantias fundamentais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Ainda assim, a implementação dos planos de consulta propostos pelo Pará iniciou-se em maio de 2025, sob questionamento do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Em uma das recomendações emitidas ao estado do Pará, o Ministério Público recomendou a suspensão de atividades que não configuravam a garantia do direito à consulta livre, prévia e informada dos povos conforme o entendimento ministerial¹⁸. Um dos questionamentos concernentes à realização das consultas dizia respeito à necessidade de prévia disponibilização e ajustes ao conteúdo debatido nos encontros. Outro questionamento foi em relação à solicitação de determinadas comunidades para que seus protocolos comunitários fossem aplicados durante o processo de consulta.

O processo informativo sobre um sistema judicial de REDD+ passa por compreender

¹⁵ Até o fechamento deste texto, a SEMAS havia apresentado uma proposta de consulta às comunidades extrativistas com estes moldes. Também havia sinalizado, sem formalização, modelo semelhante para o que estava chamando de consulta para os indígenas e quilombolas.

¹⁶ O Plano Estadual Amazônia Agora, instituído por meio do Decreto Executivo nº 941 de 3 de agosto de 2020 (Pará, 2020), estabelece este marco para atingimento das metas de redução de emissões no estado.

¹⁷ Um conjunto desses protocolos pode ser acessado no site do Observatório dos Protocolos Comunitários (2025).

¹⁸ Recomendação disponível em: MPF, 2025.

dinâmicas globais de emissões de gases de efeito estufa e suas consequências para o clima e a biodiversidade no planeta, a razão pela qual originam-se mercados de carbono, e o interesse pela implementação de mecanismos financeiros que passaram a ser ofertados a povos e comunidades tradicionais. Além da complexidade e tecnicidade do tema, as comunidades precisam compreender quem são e qual o papel desempenhado pelos principais atores na comercialização dos créditos de carbono. Desde países e empresas emissoras, passando pelo papel do governo do estado na formulação da política, a forma como os recursos serão gerenciados, qual fatia do recurso será destinada a cada categoria de povos, e como cada categoria de povo poderá fazer a gestão do recurso. Tudo isso leva tempo a ser informado e consultado, ainda mais considerando as distintividades culturais entre povos indígenas e comunidades tradicionais. O Pará tem hoje ao menos 45 povos indígenas falando 33 línguas diferentes¹⁹.

Outro ponto de atenção durante a construção de um programa jurisdicional é a definição da repartição de benefícios. No caso do Sistema Jurisdicional do Pará, a construção da proposta de repartição de benefícios partiu de uma metodologia que considera tanto estoques florestais quanto o fluxo de emissões (metodologia estoque-fluxo). Ou seja, a proposta de repartição dos recursos considerou tanto áreas de floresta em pé quanto a redução de desmatamento pelos atores para propor o quanto cada grupo de povos e comunidades tradicionais receberia. O estado propôs três subprogramas para povos e comunidades tradicionais: subprogramas indígena, quilombola e extrativista, destinando parte significativa dos recursos do programa para os detentores de grande parte das florestas do estado. A promessa é que os subprogramas para povos indígenas, quilombolas e extrativistas fiquem, ao todo, com 52% dos recursos gerados com a venda dos créditos de carbono²⁰.

¹⁹ ver ISA, 2025.

²⁰ Até a elaboração deste texto, a proposta de repartição de benefícios apresentada pelo estado e debatida no âmbito do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas era de 24% dos recursos para o subprograma

Outro desafio a se destacar é a participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais na governança e gestão dos recursos. Representantes de povos indígenas, quilombolas e extrativistas têm demandado maior participação nas instâncias decisórias relacionadas ao programa jurisdicional do estado do Pará, com destaque para maior participação no Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (instância deliberativa das políticas de clima do estado) e na Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A., responsável pela comercialização dos créditos de carbono jurisdicional e gestão de “projetos e programas de ativos ambientais, sobretudo os de carbono e biodiversidade” no estado do Pará, Lei estadual nº 10.258 de 11 de dezembro de 2023 (Pará, 2023). Também demandam que os recursos destinados a cada um destes povos sejam aportados em suas próprias organizações – a exemplo de fundos comunitários, como o Fundo Quilombola Mizizi Dudu.

Se, em termos de confiabilidade de geração de créditos associados a reduções reais de emissões, os programas jurisdicionais poderiam ser menos arriscados em relação a projetos locais, tais programas enfrentam desafios muito maiores relacionados ao envolvimento efetivo dos povos indígenas e comunidades tradicionais na sua construção, dada a diversidade de povos e comunidades que precisam participar de sua implementação. Sem a efetiva participação dos povos, programas jurisdicionais de REDD+ dificilmente promoverão o acesso concreto aos recursos captados a partir dos resultados de redução de emissões, de forma a atender às necessidades dos povos e comunidades tradicionais dos estados.

Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais

Entre os mecanismos financeiros para conservação, os projetos e programas de REDD+ são

indígena, 14% para o subprograma extrativista, e 14% para o subprograma quilombola, representando mais da metade dos recursos destinados a todo o programa.

mais conhecidos em função da existência de mercados já estruturados para a comercialização de carbono. No entanto, há outro conjunto de mecanismos agregados sob o conceito de pagamentos por serviços ambientais e que podem ter aplicações para promover modos de vida em territórios tradicionais.

A lei que instituiu a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil (2021) os definiu como: “atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos”. A lei também instituiu o Programa Federal de Pagamentos por Serviços Ambientais, que terá como prioridade a contratação de serviços ambientais “providos por comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares e empreendedores familiares rurais”. É importante destacar que a lei não traz menções a adicionalidade vinculada aos pagamentos, abrindo a possibilidade para formulações que remunerem práticas realizadas em territórios tradicionais e que já geram benefícios em termos de conservação da diversidade²¹.

No Brasil, já houve experiências de implementação de pagamentos por serviços ambientais no passado, sendo o principal exemplo o *Programa Produtor de Água*, operacionalizado pela Agência Nacional de Águas, e com foco nos recursos hídricos²². No caso de territórios tradicionais, há experiências de implementação de pagamentos por conservação no nível federal através do Bolsa Verde e da PGPM-Bio. O Bolsa Verde, coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, foi criado pelo Governo Federal do Brasil, em 2011, com os objetivos de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover melhores condições de vida para populações rurais que vivem em situação de extrema pobreza, e incentivar a participação dos beneficiários em

²¹ Entre junho e julho de 2025, houve a consulta pública para regulamentação da Lei 14.119.

²² “O Programa usa o conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que estimula os produtores a investirem no cuidado do trato com as águas, recebendo apoio técnico e financeiro para implementação de práticas conservacionistas”. (Brasil, 2025a).

capacitações na área ambiental, social, técnica e profissional.

De acordo com dados do próprio programa, no início de 2025 o Bolsa Verde atendia “cerca de 56,2 famílias, residentes em 462 territórios, sobretudo na região amazônica, localizados em 109 municípios dos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco e Rondônia”, com pagamentos trimestrais de R\$ 600,00 (seiscentos reais) às famílias beneficiárias. O programa atende sobretudo comunidades em unidades de conservação e assentamentos de reforma agrária²³.

O Bolsa Verde teve o mérito de possibilitar a destinação de recursos de conservação diretamente a famílias em territórios florestais, sem atrelar o pagamento a performances de conservação por cada uma dessas famílias. As condicionalidades de acesso têm mais a ver com compromissos relacionados à educação e saúde – haja vista que o programa prioriza beneficiários do Bolsa Família em sua operacionalização – e níveis de renda. Nesse caso, a inclusão e exclusão das famílias do programa é feita principalmente através da análise de renda, o que acaba por excluir famílias que prestam serviços ambientais, mas que não estão em situação de extrema pobreza (Bargallo, 2019). Nesse sentido, embora o Bolsa Verde seja uma importante experiência de transferência de recursos a comunidades com foco em conservação, ele não se configura exatamente como um programa de PSA, tal como a conceituação mais aceita de pagamentos por serviços ambientais (Wunder, 2005, 2007, 2015)²⁴.

Outra experiência de implementação de mecanismo financeiro voltado à promoção de práticas tradicionais associadas à conservação é a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que tem como objetivos fomentar a conservação do meio ambiente e gerar renda a populações que “ocupam e usam territórios e recursos naturais

²³ Brasil, 2025b.

²⁴ “Um esquema de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), de maneira simples, é um acordo voluntário e condicional entre pelo menos um ‘vendedor’ e um ‘comprador’ a respeito de um serviço ambiental bem definido - ou um uso da terra que se presume produzir esse serviço” (Wunder, 2007, p. 48, tradução nossa).

como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”²⁵. Até 2024, a PGPM-Bio, que é operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab - órgão vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), funcionou realizando a complementação de preço de produtos extrativistas a partir do estabelecimento de preços mínimos atualizados anualmente. Ou seja, a cada ano o governo estabelecia um preço mínimo para os produtos e pagava ao extrativista a diferença entre o valor de venda conseguido pelo extrativista e o valor mínimo estabelecido pelo governo, garantindo melhor remuneração e previsibilidade na renda para as famílias.

A PGPM-Bio, no entanto, acabava por beneficiar de modo proporcionalmente diferente os extrativistas que viviam em condições de produção diferentes, e não beneficiava aqueles que conseguiam comercializar seus produtos por preços acima do estabelecido pela Política anualmente. Em 2025, a portaria interministerial que estabeleceu os preços anuais indicou um novo procedimento para o pagamento de 3 dos 17 produtos abrangidos pela PGPM-Bio²⁶. Borracha natural, amêndoa de babaçu e pirarucu passaram a ter um valor fixo de subvenção, independente do preço obtido na venda por parte do extrativista, possibilitando o acesso por um conjunto maior de extrativistas. Ou seja, a cada quilo de produto vendido, o governo aportou um complemento com valor fixo, independentemente do valor de venda conseguido pelo extrativista.

Ao mudar a abordagem para complementos fixos por valor de produto, a PGPM-Bio abre um caminho interessante para a consolidação de programas de PSA no Brasil que remunerem pelos serviços de conservação associados aos manejos tradicionais. Mais do que garantir um preço

²⁵ “A PGPMBio objetiva fomentar a conservação do meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantido, inclusive, renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2025c).

²⁶ Brasil, 2025d.

mínimo ao produtor, a PGPM-Bio avança no reconhecimento de que determinadas práticas de manejo podem ser remuneradas pelos benefícios que geram e que é possível estabelecer valores de referência para o pagamento do trabalho que gera esses benefícios. Outro aspecto relevante da PGPM-Bio é que, ao focar em uma cesta de produtos das florestas e rios, a política funciona como impulsionador de modos de vida baseados na diversidade²⁷.

Considerações finais

Territórios tradicionais, muitas vezes reconhecidos como modalidades de áreas protegidas, são áreas eficientes contra o avanço do desmatamento e da degradação, tendo índices de cobertura florestal geralmente maiores do que o entorno. Com grandes áreas florestais nas fronteiras do desmatamento, os territórios de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de outras comunidades tradicionais se mantêm como grandes centros geradores de diversidade, em meio ao avanço das atividades antrópicas no entorno (Almeida, 2016).

Incentivos financeiros voltados à promoção dos modos de vida tradicionais, e dos benefícios por eles gerados para o país e o planeta, vêm sendo debatidos ao menos desde os anos 1990, mas com muitos desafios para que a implementação de tais mecanismos seja ao mesmo tempo eficiente em termos de promoção da conservação e do respeito aos direitos fundamentais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Como visto, experiências locais de REDD+ em territórios tradicionais lidaram com a ausência de regulamentação do mercado de carbono e consequentes preocupações institucionais de órgãos como FUNAI e ICMBio. Também sofreram perda de reputação devido a metodologias falhas, com superestimação das linhas de base, resultando na geração de créditos não lastreados em reduções efetivas de desmatamento. Já os programas jurisdicionais de REDD+ têm potencial

²⁷ Sobre a relação entre modos de vida tradicionais, diversidade de atividades, e a provisão de serviços ambientais ver Rezende, 2020.

de apresentar maior confiabilidade na redução de emissões. Contudo, o desafio central é garantir a consulta livre, prévia e informada de povos e comunidades, em conformidade com a Convenção 169 da OIT, bem como sua participação efetiva na governança e repartição de benefícios.

Programas e políticas de PSA, por sua vez, têm potencial para remunerar os serviços de povos indígenas e comunidades tradicionais associados a suas práticas de manejo, sem a necessidade de comercializar elementos da natureza na forma de mercadorias. As experiências do Bolsa Verde e da PGPM-Bio podem ser importantes fontes de aprendizado para a estruturação do Programa Federal de Pagamentos por Serviços Ambientais, que tem povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais como grupos prioritários para a contratação de serviços de conservação.

Embora este artigo tenha foco principalmente nas experiências de implementação de mecanismos de REDD+ e PSA, é importante notar que a própria ideia de pagar por práticas de povos indígenas, quilombolas, e comunidades tradicionais pode ser analisada de uma perspectiva crítica mais ampla. Em especial a respeito da autodeterminação e promoção dos modos de vida locais, uma vez que mercadorias (como o carbono) e serviços ambientais são negociados e contratados no bojo da organização de cadeias globais de produção de valor que tendem a reproduzir relações de subalternização e que colocam em questão quem tem o poder de determinar valor sobre a conservação das florestas, a biodiversidade, e as próprias práticas tradicionais (Martinez-Alier, 2002; Vecchione-Gonçalves, 2022).

Também é possível entender os mecanismos financeiros como formas de incorporação de territórios coletivos a mercados, através da parametrização de alguns de seus elementos (carbono, biodiversidade, água e outros). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento de projetos e programas de REDD+ e PSA sobre territórios tradicionais pode ser uma forma de viabilizar o acesso a serviços e bens quando desejados entre povos indígenas e comunidades tradicionais, tais projetos também podem representar riscos sobre a garantia de direitos caso não

sejam cuidadosamente estruturados e desenvolvidos.

Diferentes povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais têm respondido de maneiras variadas ao avanço de projetos e programas sobre seus territórios, em especial em relação a REDD+. Até fevereiro de 2025, havia ao menos oito projetos de REDD+ em diferentes fases de desenvolvimento em Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação no Brasil²⁸. Enquanto isso, outros povos têm se posicionado abertamente contra o avanço de projetos de carbono sobre seus territórios²⁹.

Por fim, é importante destacar que a formulação e implementação de mecanismos financeiros voltados à conservação em territórios tradicionais têm ocorrido em um cenário de ataques constantes aos direitos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Há movimentos nos três poderes políticos do Brasil no sentido de aumentar a abertura dos territórios tradicionais a atividades de caráter predatório. Arrendamento de terras para o agronegócio e regulamentação de exploração de minérios em Terras Indígenas têm sido objeto de diversos projetos de lei, a serem apreciados por um congresso com representação cada vez maior de parlamentares ligados ao agronegócio e à mineração.

O próprio Poder Judiciário tem atuado em prol da regulamentação da exploração minerária em Terras Indígenas, seja através das audiências de conciliação, como as do Marco Temporal³⁰, ou decisões que determinam a regulamentação pelo congresso da participação de indígenas sobre atividades minerárias e de exploração de recursos hídricos em Terras Indígenas³¹. Neste cenário de pressão de abertura dos territórios tradicionais a atividades de alto impacto ambiental, resta saber se mecanismos como REDD+ e PSA podem funcionar ao mesmo tempo como instrumentos que

²⁸ Considerando somente projetos que envolviam a certificadora Verra. Para detalhamento, ver *Mapeamento de Projetos de Carbono Florestal no Brasil*, elaborado por Idesam a partir de dados Verra Registry: Idesam, 2025.

²⁹ Ver, por exemplo, carta dos Munduruku em sua última assembleia (Movimento Munduruku Ipereg Ayu, 2024).

³⁰ STF, 2025a.

³¹ STF, 2025b.

garantam a proteção dos territórios e a promoção dos modos de vida locais de modo compatível com os anseios dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. *In*: ANDERSON, A. *et al.* (org). **O destino da Floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume/Dumará–Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Desenvolvimento entrópico e a alternativa da diversidade. **RURIS** (Campinas, Online), v. 10, n. 1, 2016.

ANTUNES, C. “**Caubóis do carbono**” loteiam a Amazônia. Sumaúma [site], Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/caubois-do-carbono-loteiam-a-amazonia/>. Acesso em 21 jul. 2025.

ARNT, Ricardo A. Seria Mais Prático Ladrilhar? (prefácio). *In*: ANDERSON, A. *et al.* (org). **O destino da Floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume/Dumará–Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.

BERTÃO, Naiara. **Emissão de crédito de carbono desacelera em 2024**. Valor Econômico [site], São Paulo, 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/esg/noticia/2024/09/09/emissao-de-credito-de-carbono-desacelera-em-2024.ghml>. Acesso em 21 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis n os 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 15.042 de 11 de dezembro de 2024**. Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez. 2024.

BRASIL. **Portaria Interministerial MDA/MAPA/MF/MPO/MMA Nº 1 de 10 de janeiro de 2025**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2025d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mda/mapa/mf/mpo/mma-n-1-606522105>. Acesso em 21 jul. 2025.

BRASIL. **Produtor de Água**. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Brasília, DF, 2025a. <https://www.gov.br/ana/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-produtor-de-agua>. Acesso em 21 jul. 2025.

BRASIL. **Programa Bolsa Verde já beneficia mais de 50 mil famílias**. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Brasília, DF, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/programa-bolsa-verde-beneficia-mais-de-50-mil-familias>. Acesso em 21 jul. 2025.

BRASIL. **Programa de Valorização da Sociobiodiversidade e do Extrativismo** – Sociobio Mais. Companhia Nacional de Abastecimento, Brasília, DF, 2025c. Disponível em: (<https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/politica-de-garantia-de-precos-minimos/pgpm-bio>). Acesso em 21 jul. 2025.

CARDIAL, Ilana. **Preço do crédito de carbono segue em queda livre**. Até quando? Reset [site], São Paulo, 2024. Disponível em: <https://capitalreset.uol.com.br/carbono/creditos-de-carbono/preco-de-credito-de-carbono-cai-18-no-mercado-voluntario/>. Acesso em 21 jul. 2025.

CARNEIRO, T.; SETA, I.; VOCCIO, G. **Fraude na Amazônia: empresas usam terras públicas como se fossem particulares para vender créditos de carbono a gigantes multinacionais**. G1 [site], São Paulo, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/10/02/fraude-na-amazonia-empresas-usam-terras-publicas-como-se-fossem-particulares-para-vender-creditos-de-carbono-a-gigantes-multinacionais.ghml>. Acesso em 21 jul. 2025.

EMERGENT. **Pará signs \$180m LEAF Coalition deal** – first in Brazil. Emergent [site], New York, NY, 2025. Disponível em: <https://emergentclimate.com/para-signs-180m-leaf-coalition-deal-first-in-brazil/>. Acesso em 21 jul. 2025.

FEDERAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DE MATO GROSSO – FEPOIMT. **Proposta de Subprograma “Territórios Indígenas” REM/MT**. FEPOIMT, 2025. Disponível em: https://rem.sema.mt.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Resumo_SubprogramaTerritoriosIndigenas-REM-MT_vf4-1.pdf. Acesso em 21 jul. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI. **Nota oficial sobre créditos de carbono em terras indígenas**. Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/posicionamento-da-funai-sobre-creditos-de-carbono-em-terras-indigenas>. Acesso em 23 mar. 2025.

FUNDO AMAZÔNIA. **Total de Doações Recebidas pelo Fundo Amazônia**. Fundo Amazônia [site], Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/transparencia/doacoes/>. Acesso em 21 jul. 2025.

PARÁ. **Plano Estadual Amazônia Agora**. Elementos Conceituais. Governo do Estado do Pará, Belém, Junho de 2020. Disponível em: http://portal.iterpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/plano_estadual_amazonia_agora.pdf. Acesso em 23 mar. 2025.

IDESAM. **Mapeamento de projetos de carbono florestal no Brasil**. IDESAM, 2025. Disponível em: idesam.org/painelprojetoscarbonoflorestal/. Acesso em 21 jul. 2025.

IEMA. **Oito dos dez municípios que mais emitem gases de efeito estufa estão na Amazônia**. Instituto de Energia e Meio Ambiente, 2022. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/oito-dos-dez-municipios-que-mais-emitem-gases-de-efeito-estufa-estao-na-amazonia-20220617>. Acesso em 21 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Onde estão?** ISA, São Paulo, SP, 2025. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Onde_est%C3%A3o%3F. Acesso em 21 jul. 2025.

MAY, Peter; MOTTA, Ronaldo. **Valorando a Natureza**. Ed. Campus, RJ, 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. **MPF e MPPA recomendam suspensão imediata de atividade que o governo do Pará denomina consulta previa sobre REDD**. MPF, Brasília, DF, 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – MPPA. **Nota Técnica 02/2023**. Limites e condições para a realização de projetos incidentes em terras públicas e territórios tradicionais, tomando por escopo direitos territoriais a partir dos pressupostos de Direitos Humanos. Belém, PA, 2023.

MOVIMENTO MUNDURUKU IPEREG AYU. **Carta das organizações de resistência do povo Munduruku à sociedade brasileira**. Movimento Munduruku Iperég Ayu, 2024. Disponível em: <https://movimentomundurukuiperegayui.wordpress.com/2024/12/13/carta-das-organizacoes-de-resistencia-do-povo-munduruku-a-sociedade-brasileira/>. Acesso em 21 jul. 2025.

OBSERVATÓRIO DOS PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS. **Protocolos Autônomos de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado**. Observatório, 2025. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolos/>. Acesso em 21 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Genebra, 07 de junho de 1989.

PARÁ. **Lei estadual nº 10.258 de 11 de dezembro de 2023**. Autoriza a constituição da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAPP). Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, 2023.

REZENDE, Roberto Sanches. Agroextrativismo e pagamentos por serviços socioambientais: reflexões a partir das Reservas Extrativistas da Terra do Meio (PA). **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 1, p. 172-189, 2020.

SASSINE, V. **ICMBio aponta ilegalidade e abuso em contratos de crédito de carbono em reservas marinhas**. Folha de S. Paulo [site], São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/icmbio-aponta-ilegalidade-e-abuso-em-contratos-de-credito-de-carbono-em-reservas-marinhas.shtml>. Acesso em 21 jul. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **STF divulga minuta de proposta que será debatida em conciliação sobre Lei do Marco Temporal**. STF, Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnovicias/stf-divulga-minuta-de-proposta-que-sera-debatida-em-conciliacao-sobre-lei-do-marco-temporal/>. Acesso em 21 jul. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **STF determina que Congresso garanta participação indígena em resultados de hidrelétricas em suas terras**. STF, Brasília, DF, 2025b. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnovicias/stf-determina-que-congresso-assegure-a-indigenas-participacao-em-resultados-de-hidreletricas-em-suas-terras/>. Acesso em 21 jul. 2025.

VECCHIONE-GONÇALVES, Marcela. Financiando a Amazônia: do piloto de proteção nos anos 90 à bioeconomia descarbonizada do terceiro milênio. In: MIOLA, Iagê *et al.* (org.). **Finanças**

verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde. São Paulo: Blucher, 2022.

VERRA. **Technical Background Note:** Verra's New REDD Methodology. Verra [site], Washington, DC, 2025. Disponível em: <https://verra.org/methodologies-main/technical-background-note-new-redd-methodology/>. Acesso em 21 jul. 2025.

VERRA. **A New Era for Verra: July 2024 Update.** Verra, Washington, DC, 2024. Disponível em: <https://verra.org/a-new-era-for-verra-july-2024-update/>. Acesso em 21 jul. 2025.

WENZEL, F. 2024. **Verra suspende projetos de crédito de carbono após operação policial no Brasil.** Mongabay [site], Menlo Park, CA, 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/06/verra-suspende-projetos-de-credito-de-carbono-apos-operacao-policial-no-brasil/>. Acesso em 21 jul. 2025.

WEST, Thales AP et al. Action needed to make carbon offsets from forest conservation work for climate change mitigation. **Science**, v. 381, n. 6660, p. 873-877, 2023.

WEST, Thales AP et al. Overstated carbon emission reductions from voluntary REDD+ projects in the Brazilian Amazon. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 117, n. 39, p. 24188-24194, 2020.

WUNDER, Sven et al. **Payments for environmental services:** some nuts and bolts. Bogor, Indonesia: Cifor, 2005.

WUNDER, Sven. Revisiting the concept of payments for environmental services. **Ecological economics**, v. 117, p. 234-243, 2015.

WUNDER, Sven. The efficiency of payments for environmental services in tropical conservation. **Conservation biology**, v. 21, n. 1, p. 48-58, 2007

Compondo ativos sustentáveis: reflexões sobre a produção de valor no mercado de títulos verdes do agronegócio brasileiro

Building sustainable assets: reflections on value creation in the Brazilian
agribusiness green bond market.

Construyendo activos sostenibles: reflexiones sobre la creación de valor
en el mercado de bonos verdes del agronegocio brasileño

Vanessa Parreira Perin¹

Resumo: Títulos verdes são instrumentos de dívida de renda fixa, cujos rendimentos devem ser alocados exclusivamente no financiamento de empreendimentos que gerem benefícios ambientais, sobretudo com relação à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Neste artigo, busco descrever e analisar o processo de valoração pelo qual projetos ou atividades agrícolas se tornam legíveis como ativos “verdes”, criando uma fonte estável, recorrente e segura de rendimentos sob a perspectiva dos investidores. Ao examinar este processo tecnopolítico que atribui um valor sustentável aos ativos do agronegócio brasileiro, argumento que os procedimentos, imaginários e mecanismos de governança que moldam o mercado global de títulos verdes combinam diretrizes e princípios generalizantes com instrumentos de verificação que isolam segmentos de cadeias de valor complexas e extensas. Como resultado, as avaliações sobre as qualidades sustentáveis desses ativos acabam dissociando esses fragmentos de cadeias das dinâmicas sociopolíticas e territoriais nas quais estão intrinsecamente envolvidos. Assim, tais dispositivos podem contribuir para obliterar tanto aspectos insustentáveis do agronegócio quanto a transparência nas transações de títulos verdes.

Palavras-chave: Títulos Verdes; Ativos Financeiros; Sustentabilidade; Agronegócio.

Abstract: Green bonds are fixed-income debt instruments whose earnings must be allocated exclusively to financing projects that generate environmental benefits, especially with regard to climate change mitigation and adaptation. In this article, I seek to describe and analyse the valuation process through which agricultural projects or activities become legible as “green” assets, creating a stable, recurring, and secure source of income from the perspective of investors. By examining this technopolitical process that assigns a sustainable value to Brazilian agribusiness assets, I argue that the procedures, imaginaries, and governance mechanisms that shape the global green bond market combine generalizing guidelines and principles with verification instruments that isolate segments of complex and extensive value chains. As a result, assessments of the sustainable qualities of these assets end up detaching these chain fragments from the sociopolitical and territorial dynamics in which they are intrinsically involved. Thus, such devices can contribute to obliterating both unsustainable aspects of agribusiness and transparency in green bond transactions.

Keywords: Green bonds; Financial assets; Sustainability; Agribusiness.

Resumen: Los bonos verdes son instrumentos de deuda de renta fija, cuyos recursos deben

¹ Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutoranda associada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), bolsista FAPESP, e-mail: vanessa_pperin@hotmail.com; vanessa.perin@ufscar.br. ORCID: 0000-0003-2305-0337.

destinarse exclusivamente a financiar proyectos que generen beneficios ambientales, en particular en relación con la mitigación y adaptación al cambio climático. En este artículo busco describir y analizar el proceso de valoración mediante el cual los proyectos o actividades agrícolas se hacen legibles como activos “verdes”, creando una fuente de ingresos estable, recurrente y segura desde la perspectiva de los inversionistas. Al examinar este proceso tecnopolítico que atribuye un valor sustentable a los activos del agronegocio brasileño, argumento que los procedimientos, imaginarios y mecanismos de gobernanza que dan forma al mercado global de bonos verdes combinan directrices y principios generalizadores con instrumentos de verificación que aíslan segmentos de cadenas de valor complejas y extensas. Como resultado, las evaluaciones de las cualidades sostenibles de estos activos terminan disociando estos fragmentos de cadenas de las dinámicas sociopolíticas y territoriales en las que están intrínsecamente involucrados. De este modo, estos dispositivos pueden contribuir a eliminar tanto los aspectos insostenibles del agronegocio como la transparencia en las transacciones de bonos verdes.

Palabras clave: bonos verdes; activos financieros; sostenibilidad; agroindustria.

Introdução

O Brasil é a maior potência agroambiental do planeta. (...) [N]o Brasil podemos colher até três safras anuais em uma mesma área (...), algo impossível para países com clima temperado. Assim, em termos de racionalização global de recursos naturais, o Brasil também tem papel fundamental a desempenhar, pois, para um país de clima temperado [alcançar] a produtividade que nossas fazendas melhor aparelhadas tecnicamente atingem, demandaria uma área muito maior (...). Em outras palavras, a intensificação da produção de comida no Brasil, para atender mercados internacionais, é uma forma de se otimizar o uso global de recursos naturais. Tudo isso sem ser necessário derrubar uma árvore sequer.

O trecho destacado acima faz parte de um pronunciamento proferido pela senadora Tereza Cristina, quando estava à frente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) durante a gestão presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022). A fala foi proferida em um dos muitos eventos promovidos para impulsionar o emergente mercado de “títulos verdes” associados à agropecuária brasileira². Realizados em 2020, esses eventos ocorreram no formato de *webinars*, em consequência das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia de COVID-19,

² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WAB78vCDfGg&list=WL&index=44&t=959s>. Acesso em: 20/09/2025

e tinham como propósito mostrar aos potenciais investidores, como este segmento da economia brasileira poderia ser estruturado na forma de ativos financeiros com atributos considerados *sustentáveis*³.

O que são, afinal, os títulos verdes? Como são criados ativos reconhecidos por seu valor *sustentável* a partir da agropecuária? Como se regula o mercado em que circulam esses produtos? E que efeitos estes instrumentos financeiros podem produzir quando se cruzam com dinâmicas específicas de um setor econômico ou de um território em particular? Neste artigo, busco responder a essas questões por meio de uma abordagem etnográfica, focada na descrição e análise dos instrumentos que tornam um projeto ou atividade agrícola legível como um empreendimento que pode ser capitalizado e transacionado na forma de um título verde.

Antes, porém, é importante apresentar uma ressalva metodológica em relação à pesquisa que embasa este artigo⁴, já que para abordar etnograficamente os títulos verdes, foi necessária a “costura” de um campo a ser etnografado. Nesse sentido, participei de eventos relacionados à temática das finanças verdes⁵ e de um treinamento sobre os procedimentos para emissão de títulos verdes (organizado pela sede da CBI⁶ em Londres), os quais constituíram espaços

³ Ao longo do artigo, utilizo a grafia em itálico para destacar expressões que podem ser compreendidas como noções êmicas do campo analisado, cujos efeitos, formas de mobilização e potencial heurístico serão explorados a partir do procedimento etnográfico. As aspas duplas são empregadas para indicar enunciados de meus interlocutores, registrados em entrevistas ou em momentos de observação participante. Palavras em inglês também aparecem em itálico. Com o objetivo de preservar o anonimato de meus interlocutores, seus nomes foram omitidos.

⁴ Trata-se de uma pesquisa de pós-doutorado realizada ao longo de doze meses, entre 2023 e 2024, na School of Business and Management da Queen Mary University of London. A pesquisa contou com financiamento da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior da FAPESP (processo nº 2022/14155-5).

⁵ Os eventos dos quais participei foram: a *Pioneering Latin America's Sustainable Finance Conference*, realizada pela Canning House e pela Bolsa de Valores de Londres; o *Sustainable Commodities and Landscapes Forum*, promovido pelo Innovation Forum, em Amsterdã; e a *CONNECT 2023 – Global Conference*, organizada pela Climate Bonds Initiative, em Londres. Além disso, diversos eventos promovidos pela Climate Bonds Initiative, em parceria com o MAPA, estão disponíveis online e também foram utilizados como material de pesquisa.

⁶ A *Climate Bonds Initiative* (CBI) é uma organização sem fins lucrativos “com foco no investidor”, que visa promover investimentos em projetos que impulsionem uma rápida “transição para uma economia global de baixo carbono e resiliente ao clima”. Conferir: <https://www.climatebonds.net/about>. Acesso em: 20/09/2025.

propícios e acessíveis à realização da observação participante. Realizei a análise documental de diferentes tipos de materiais referentes à emissão de títulos verdes ligados ao agronegócio (como diretrizes, *frameworks*, avaliações de segunda opinião, relatórios de sustentabilidade e prospectos de securitização), compreendidos como artefatos de conhecimento produzidos pelo campo das finanças. Conduzi, ainda, dez entrevistas em profundidade com consultores, verificadores e membros de agências de diligência envolvidos no processo de estruturação de títulos verdes relacionados ao agronegócio brasileiro, selecionados com base na observação participante e na pesquisa documental.

A abordagem etnográfica também se fez na própria descrição dos procedimentos envolvidos na produção de uma forma particular de registro – o próprio título verde – que, assim como outros documentos, pode ser compreendido como um artefato produtor do conhecimento “moderno” (RILES, 2006). Os documentos, portanto, abrem uma perspectiva relevante para a investigação de questões contemporâneas relacionadas a práticas tecno-burocráticas, como as do campo financeiro⁷. Embora não se configurem como documentos físicos, uma vez que sua “cadeia de custódia” ocorre de forma digitalizada, a emissão de um título verde gera uma cadeia de outros documentos, cujos efeitos serão descritos e analisados ao longo deste artigo.

Assim, a partir da descrição etnográfica do processo tecnopolítico que atribui o valor *sustentável* a esses ativos derivados do agronegócio, argumento que os procedimentos, imaginários e mecanismos de governança que orientam o mercado das finanças verdes têm se apoiado em uma combinação entre diretrizes e princípios generalizantes e instrumentos de verificação que

⁷ Como aponta Hull (2012), a reabilitação dos “textos burocráticos” como artefatos pelas ciências sociais e humanas tem enfatizado sua materialidade. Desse modo, não apenas a semiótica dos discursos abstraídos de seus suportes materiais (arquivos, formulários, tabelas, gráficos, relatórios etc.) é foco de análise, mas também a relação entre essa materialidade e determinadas tecnologias, formas, gêneros textuais e práticas de poder. São análises, portanto, que vão além da representação contida no conteúdo dos documentos, para chamar atenção ao próprio ato de documentar e seus efeitos (FERREIRA e LOWENKRON, 2019; VIANNA, 2014), assim como à dimensão estética desses artefatos (MORAWSKA, 2021; ONTO, 2019; RILES, 2006).

circunscrevem segmentos de cadeias de valor. Um dos resultados, como buscarei apresentar, é que os diagnósticos sobre as qualidades *sustentáveis* destes ativos produzem avaliações segmentárias de cadeias muito complexas e extensas. Criam “peças verdes de cadeias de valor maiores” (MIOLA *et al.*, 2022, p. 192), dissociando estes fragmentos das dinâmicas sociopolíticas e territoriais nas quais estão necessariamente imbricados. Tais dispositivos, portanto, podem contribuir para obliterar tanto os aspectos insustentáveis do agronegócio quanto a alegada transparência nas transações de títulos verdes.

Na primeira seção do artigo, apresento o que são os títulos verdes, destacando como eles derivam de uma concepção financeirizada de valor atribuída a recursos qualificados como *sustentáveis* por uma variedade de atores e instituições. Na segunda seção, delincho os principais atributos que um empreendimento vinculado ao agronegócio brasileiro deve reunir para ser considerado, sob a ótica dos investidores, uma fonte estável e segura de rendimentos. Na terceira seção descrevo o procedimento conhecido como *rotulagem*, por meio do qual o mercado de títulos verdes tem se autorregulado, e discuto suas principais implicações. Por fim, na quarta seção, analiso o caso de um título verde emitido por uma corporação do agronegócio, explorando suas implicações no território da bacia do Juruena, no noroeste do Mato Grosso, onde se concentram as atividades financiadas. As considerações finais retomam as principais análises e o argumento central do artigo.

Criando oportunidades sustentáveis

Na última década, diversos acordos internacionais, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e o Acordo de Paris (ambos firmados em 2015), têm destacado o setor financeiro como um parceiro essencial no financiamento de projetos para a mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas. Simultaneamente, a escassez de recursos públicos

em vários contextos nacionais tem sido apontada como justificativa para arranjos financeiros que busquem mobilizar o setor bancário e o mercado de capitais de diversos países na “transição para uma economia global de baixo carbono”. Nesse cenário, surge uma nova ferramenta financeira – os títulos verdes – com a promessa de atender tanto às metas de sustentabilidade desses acordos quanto ao apetite dos investidores por novos ativos financeiros.

Os títulos verdes são instrumentos de dívida que funcionam da mesma forma que outros títulos de renda fixa negociados no mercado de capitais⁸, mas com a diferença de que o uso de seus recursos deve estar vinculado exclusivamente ao financiamento de projetos ou atividades que produzam benefícios ambientais. Operam, assim, como uma espécie de contrato no qual investidores disponibilizam recursos ao emissor do título, que pode ser um país, um município, um órgão público, uma empresa, uma organização multilateral ou mesmo um banco. Em contrapartida, os investidores esperam receber, no vencimento do título, o valor principal investido, acrescido de juros pagos pelo tomador do capital. Através de títulos verdes, portanto, podem ser financiados projetos para a produção de energia renovável, para recuperação florestal, para conservação de recursos hídricos, dentre muitas outras iniciativas que possam gerar benefícios ecológicos. Em 2017, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emitiu um título verde com o objetivo de financiar projetos voltados à produção de energia solar e eólica (BNDES, 2018). A operação foi realizada na bolsa de valores de Luxemburgo e captou 1 bilhão de dólares dos investidores.

⁸ O mercado de capitais é o segmento do sistema financeiro em que empresas captam capitais diretamente com os investidores para que possam, por exemplo, expandir e diversificar suas atividades. Assim, ao invés de recorrerem aos empréstimos no mercado de crédito intermediado pelos bancos, as empresas emitem títulos que podem ser negociados nos mercados de bolsa ou balcão. Conferir: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/mercado-capitais-para-voce.htm. Acesso em: 20/09/2025.

Figura 1: Como funcionam os títulos verdes.



Fonte: Adaptado de <https://regenx.ag/blog/green-bonds/>.

Para os emissores, os títulos verdes surgem como uma alternativa para atrair investimentos de longo prazo no mercado de capitais, representando uma opção ao crédito público e bancário. Para os investidores, são uma maneira de diversificar suas carteiras de investimento com uma nova classe de ativos, proporcionando maior *segurança* e *estabilidade* a suas transações. Além disso, os promotores do mercado de títulos verdes argumentam que esse instrumento proporciona maior *transparência* sobre as operações financeiras, uma vez que direciona recursos de forma obrigatória para empreendimentos ambientalmente *sustentáveis*.

Com relação ao setor agropecuário brasileiro, o mercado de títulos verdes começou a ser fomentado de maneira estruturada a partir de meados de 2019⁹, quando o MAPA firmou um Memorando de Entendimento com a organização britânica *Climate Bonds Initiative* (CBI). Nesse acordo, ambas as partes se comprometeram a conduzir ações para demonstrar aos investidores o “potencial” da agricultura e da pecuária do país para as “finanças verdes”, estimulando a formação

⁹ A multinacional BRF Food S.A. foi a primeira empresa localizada no Brasil a emitir um título verde, ainda que a estruturação da operação tenha ocorrido no mercado internacional. Emitido em 2015, esse título alavancou o valor de 564 milhões dólares para financiar atividades de “ecoeficiência” no setor pecuário. No ano seguinte, a Suzano Papel e Celulose S.A., fez a primeira emissão de um título verde no mercado nacional, com valor de 295 milhões de dólares (CBI 2021).

de um mercado de títulos verdes no Brasil. Portanto, os *webinars* mencionados acima foram plataformas para que MAPA, CBI e seus parceiros – como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), a Iniciativa Brasileira de Finanças Verdes (IBFV)¹⁰, empresas securitizadoras e escritórios de advocacia especializados em transações do agronegócio – divulgassem os resultados deste trabalho conjunto e, principalmente, para convidar possíveis investidores a capitalizar as operações *sustentáveis* do agronegócio nacional.

Como ressalta Tsing (2000), a alavancagem de capitais financeiros envolve uma economia das aparências, na qual lucros extraordinários precisam ser imaginados e performados antes mesmo de serem concretizados, a fim de atrair potenciais investidores. No caso dos títulos verdes, que são “uma dívida como qualquer outra”, conforme me explicou um dos coordenadores de programas regionais na CBI, esse processo de criação de expectativas sobre os rendimentos ocorre de maneira semelhante. Assim, ao longo dos diversos *webinars* organizados pela CBI, figuras públicas do governo brasileiro, empresários do agronegócio, representantes do setor bancário, do mercado de capitais e até mesmo dos investidores, faziam declarações que não apenas exaltavam as possibilidades de se criar empreendimento *sustentáveis* no setor agropecuário brasileiro, mas também sua enorme escala produtiva e de retornos financeiros.

Na fala da Ministra mencionada acima, por exemplo, vemos enfatizado o fato de que no Brasil, em razão de seu clima tropical e do desenvolvimento tecnológico do chamado agronegócio, é possível cultivar até três safras anuais de *commodities* como soja e milho. Além disso, como o então secretário de política agrícola do MAPA, José Angelo Mazzillo Jr., reiterava nos vários eventos em que participou, apenas nas atividades relacionadas ao cultivo agrícola – ou seja,

¹⁰ A IBFV é um grupo exclusivo de investidores, que naquele momento representavam mais de 3,5 trilhões de dólares (aproximadamente 14,8 trilhões de reais) em ativos sob sua gestão. Em 2020, o grupo estabeleceu o Subcomitê de Agricultura do Brasil, que trabalhou em colaboração com a CBI para desenvolver títulos verdes voltados ao setor agropecuário e identificar oportunidades de financiamento *sustentável*.

“dentro da porteira” – o setor movimenta cerca de 100 bilhões de dólares anuais em capital de giro. Valor que aumenta consideravelmente quando incluímos investimentos anuais destinados às lavouras e os empreendimentos “fora da porteira” – toda a cadeia de suprimentos do agronegócio, abrangendo insumos, processamento, distribuição e comercialização das *commodities*.

Nesse sentido, um dos *webinars* teve como foco a divulgação de um dos resultados da parceria entre CBI e MAPA: um Plano de Investimentos sustentáveis para o setor agropecuário, que apresentava um conjunto de atividades, segmentos e projetos vinculados à cadeia de valor do agronegócio, que poderiam ser capitalizados para escalar as emissões de títulos verdes no país. O documento trazia, ainda, a estimativa de um potencial não exaustivo de 163,3 bilhões de dólares (aproximadamente 692.4 bilhões de reais) anuais em “oportunidades de investimento”. Como ressaltou Jeroen Verleun, diretor de investimentos de uma gestora holandesa de fundos de pensão, presente no *webinar*, embora seja comum destacar os *riscos* de se investir em agricultura, era preciso considerar os possíveis retornos financeiros do setor e seu potencial de impacto. Era preciso, porém, conhecer melhor o funcionamento da agropecuária brasileira e seus modos de financiamento, ele dizia. Assim, na definição da diretora de desenvolvimento de mercado da CBI, Justine Leigh-Bell, o Plano de Investimento e os *webinars* funcionariam como um “aplicativo Tinder” para o mercado agrícola brasileiro: “Um vasto conjunto de oportunidades de investimentos existe. Produtos e ferramentas financeiras estão aí. Agora, nós precisamos conectar os pontos e trazer os investimentos aos investidores. (...) É sobre *matchmaking*”, sintetizava Leigh-Bell.

Tal esforço para moldar um imaginário adequado às expectativas dos investidores (SIPPEL, 2023), “Destravando o Potencial de Investimentos Verdes para a Agricultura no Brasil”, como foi denominado o Plano de Investimentos, evidencia como os ativos financeiros são compostos por meio de um processo tecnopolítico de produção de valor (BIRCH, 2024; VISSER, 2017). Trata-se, particularmente, do que Chiapello (2015) define como uma valoração financeirizada, por meio da

qual métricas e formas de raciocínio derivadas do mercado financeiro passam a ser utilizadas para avaliar seres, coisas e aspectos da vida social, que no passado sequer eram abordados a partir de um ângulo econômico – como a conservação ambiental. Avaliar uma *oportunidade* em termo de *risco*, *taxa de desconto* e *rendimentos futuros*, é um exemplo deste movimento de valoração.

Como aponta Li (2014), o que usualmente chamamos de recursos naturais – como minérios, terras, rios, ventos ou cultivos agrícolas – são “uma composição provisória de elementos heterogêneos, incluindo substâncias materiais, tecnologias, discursos e práticas” (p. 589, tradução própria). Transformar esses elementos em ativos disponíveis para especulação, porém, exige trabalho (MAWDSLEY, 2018). A seguir, exploro este trabalho de valoração financeirizada, a partir do qual atividades agrícolas se tornam legíveis como ativos “verdes”, criando uma fonte estável, recorrente e segura de investimentos.

Construindo ativos verdes

A comercialização de *commodities* agrícolas é uma atividade em que o capital financeiro tem exercido um papel cada vez mais relevante desde o século XIX, quando o desenvolvimento de tecnologias de armazenamento e transporte de grãos facilitou também a exportação destes por novas regiões do mundo. Foi nesse mesmo período que surgiram os contratos futuros lastreados em *commodities* físicas, transformando os produtos agrícolas em ativos financeiros com preços cotados e estabelecidos em bolsas de valor internacionais (MARTIN e CLAPP, 2015; CRONON, 1991). Contudo, devido à diversidade de ciclos ecológicos da qual depende e aos fatores de instabilidade que afetam diretamente seu manejo – como o clima – investir na produção agrícola sempre foi considerado um empreendimento incerto e pouco seguro (cf. SIPPEL, 2023; FAIRBAIRN, 2020; BJORKHAUG *et al.*, 2018). Embora os avanços na agricultura científica ao longo do século XX tenham gerado sistemas de produção cada vez mais padronizados e menos

voláteis, as plantações continuam sendo encaradas como um negócio arriscado em comparação a atividades mais previsíveis, como a indústria e os serviços. Conforme explicou uma interlocutora de pesquisa, especialista em finanças verdes e sustentáveis com passagem pela CBI, trata-se de um segmento “sofisticado” e “complexo”, no qual existem muitas zonas “cinzentas” ou “nebulosas”. É o que também ressaltou um dos consultores que entrevistei:

A agricultura é interessante, porque se você olhar a cadeia de serviço, de aplicação de tecnologia, ela tem muitas camadas e elas têm muitos modelos também. Modelos que são bastante agrupados, que seguem toda uma tecnologia que é trazida, por exemplo, da Bayer. Você tem o sistema Bayer de produção. (...) E aí você tem outras empresas que usam assistência técnica de terceiros, que vão lá e fazem tudo para você. (...) Você tem [ainda] aqueles que trabalham muito por conta própria, as grandes produções, estamos falando de soja. Empresas enormes que já são muito independentes, mas sempre compram tecnologia junto com um determinado insumo, uma determinada máquina. Se ele trabalha com máquinas John Deere, ele vai ter tecnologia embarcada para a adubação da John Deere. (...) Aí você tem uma colcha de retalhos. Se eu for fazer a pergunta se ele é sustentável do ponto de vista de adubação, eu tenho que acessar um sistema de uma empresa tal. Se eu quero olhar como é que ele desempenha do ponto de vista do recurso hídrico, e ele usa sistema de irrigação, eu tenho que olhar o fabricante que forneceu o sistema de irrigação. (...) Se eu quero olhar como é que é do ponto de vista de produtividade, aí eu vou olhar de quem ele comprou a semente (...). Entende? Envolve muitas camadas de conhecimento e elas estão dispersas em muitos fornecedores e pessoas envolvidas dentro disso. (...) É bem complexo você fazer captura de dados na agricultura (Consultor de Sustentabilidade, entrevista realizada em 28 de fevereiro de 2024).

Como descreveu meu interlocutor, um consultor experiente na área de verificação de investimentos sustentáveis, para garantir informações “seguras” e “transparentes” a partir de práticas agrícolas, é necessário um esforço técnico e político considerável de diversos atores, visando criar constância diante da diversidade intrínseca da agricultura, e assim torná-la um ativo atraente e de baixo risco. Transformá-la em um ativo *sustentável*, no entanto, exige uma camada adicional de trabalho, como buscarei demonstrar nesta seção.

Segundo Birch e Muniesa (2020), a forma ativo expressa “(...) algo que pode ser possuído ou controlado, negociado e capitalizado como um fluxo de receita, muitas vezes envolvendo a

avaliação de ganhos futuros descontados no presente” (p. 9, tradução própria). É importante ressaltar que essa forma não deriva de qualidades inerentes àquilo que está sendo capitalizado. Ativos são feitos e, assim como nos processos de comoditização, sua criação refere-se à transformação de um bem, recurso ou serviço em um produto padronizado, para que possa ser intercambiado por outros, a partir do estabelecimento de equivalências entre seus diferentes valores. No entanto, enquanto a produção e troca de uma *commodity* estão ligadas a um momento específico (APPADURAI, 1986), a composição de um ativo financeiro envolve operações voltadas para a manutenção, constante e consistente, de rendimentos que poderão ser descontados em uma forma com maior liquidez no futuro.

Portanto, os mecanismos de valoração que perpassam a construção de um ativo demandam procedimentos e dispositivos prospectivos para capitalizar aquilo de onde se espera obter um fluxo de renda. Ou seja, é necessário avaliar seu valor com base no retorno monetário futuro, além de mensurar o que os agentes envolvidos podem classificar como *risco* (MUNIESA *et al.*, 2017). Nesse sentido, compor ativos a partir da agricultura requer a reunião de um conjunto de lógicas, técnicas e instrumentos para produzir uniformidade e constância em meio à volatilidade e “teimosia” de sua materialidade (SIPPEL, 2023; FAIRBAIRN, 2020).

A partir da análise do Plano de Investimentos elaborado no âmbito da parceria entre CBI e MAPA, é possível perceber como esse processo de valoração sobre diversos atributos relacionados ao setor agropecuário brasileiro vai sendo moldado, categorizando elementos com potencial para serem “empacotados” na forma de ativos verdes atraentes para os investidores (CBI, 2020). Vale destacar que o próprio documento também serve como um dispositivo para incentivar essa capitalização:

O Plano de Investimento para Agricultura Sustentável foi elaborado para fornecer maior entendimento e visibilidade sobre o cenário de oportunidades existentes de investimento verde no agronegócio brasileiro, como também apoiar a criação de um *pipeline* de projetos que sejam financiáveis por meio de emissão de

títulos verdes (...). Além das oportunidades apresentadas por setor, o Plano de Investimento também explora os instrumentos financeiros mais aderentes para cada segmento do agronegócio e que podem receber um rótulo verde (CBI, 2020, p.4).

Duas características essenciais para a criação de um ativo são a homogeneização e a padronização, uma vez que possibilitam mensurar e comparar ativos distintos, ao mesmo tempo em que ajudam a controlar incertezas que, de outro modo, poderiam ser interpretadas como *riscos*. Esses atributos estão igualmente presentes nas *commodities* agrícolas, tais como os cultivos produzidos pelo agronegócio: produtos primários extremamente homogêneos, com mínima variação em termos de tipo, classificação ou origem. Essa uniformização também se reflete nas unidades de produção e nos processos produtivos altamente tecnificados que empregam. “Os mercados tanto para *commodities* físicas como para *commodities* financeiras delas derivadas assumem que as qualidades úteis das lavouras não dependem de onde, como ou por quem foram cultivadas” (FREIDBERG, 2017, p.2, tradução própria). Dessa forma, tornam-se produtos que podem ser comprados e vendidos de maneira padronizada e ritualizada, com seus preços definidos em mercados globalizados.

O Brasil é uma potência agrícola e um importante fornecedor global de *commodities* desse setor. É o maior exportador de carne bovina, aves, soja, café, suco de laranja, açúcar e o segundo maior exportador de milho. A introdução de novas tecnologias, políticas dedicadas, investimento público e assistência técnica contribuíram para a competitividade do Brasil. O constante desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, capitaneados principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), permitiram o uso eficiente e sustentável de vastos recursos naturais pelo setor de agronegócios, colocando o país em uma posição de liderança em produtividade e qualidade em diferentes segmentos, apesar dos muitos desafios que ainda enfrenta (CBI, 2020, p.10).

Como indica o trecho do Plano de Investimentos destacado acima, o adicional verde na produção de *commodities* resulta de um conjunto de técnicas agrícolas desenvolvidas ao longo

de décadas pela Embrapa, muito adotadas na agricultura tropical. Essas práticas, que visam a otimização do uso das áreas agricultáveis, têm sido classificadas como boas práticas agrícolas devido ao seu efeito “poupa-terra”, uma vez que criam sistemas de cultivo intensivos. Exemplos incluem o sistema de plantio direto, o manejo integrado de pragas e plantas daninhas, e a fixação biológica de nitrogênio no solo. No Plano de Investimentos (e nos *webinars*), a prática da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta recebeu destaque particular como uma estratégia eficaz para a recuperação de áreas degradadas. Esse sistema busca integrar em uma mesma área a produção agrícola, a pecuária e a atividade florestal, promovendo a restauração do solo e o aumento da biodiversidade, ao mesmo tempo em que melhora a produtividade e a rentabilidade das propriedades (cf. TELHADO e CAPDEVILLE, 2021).

Uma outra característica primordial para que algo seja considerado um ativo, como foi mencionado, é a liquidez: o grau de fungibilidade e generalização dos recursos capitalizados, que permite que possam ser facilmente substituídos por outros de mesma natureza e qualidade, sem perderem valor. Em outras palavras, em um mercado com liquidez os ativos e *commodities* podem ser comprados e vendidos continuamente, a um preço que todos podem saber (CARRUTHERS e STINCHCOMBE, 1999). Com a produção de *commodities* cada vez mais homogêneas, realizada por meio de processos cada vez mais padronizados e atendendo a protocolos de cadeias globais de suprimento, os cultivos do agronegócio brasileiro tornaram-se tal recurso fungível, que pode circular quase sem impedimentos por diferentes mercados. No entanto, para que possam ser facilmente inseridos e retirados de carteiras de investimento, os ativos financeiros transformam-se cada vez mais em abstrações daquilo que lhes confere materialidade (VISSER, 2017) e, para tanto, precisam agregar ainda outras características à sua homogeneização, padronização e liquidez.

Para garantir um fluxo de rendimentos contínuo é importante que este ativo também seja concebido como um empreendimento com escalabilidade, ou seja, que tenha a capacidade de

expandir suas operações sem alterar significativamente as características essenciais (TSING, 2012) que lhe conferem, por exemplo, padronização ou outros elementos valorados como seguros pelos investidores. Nesse sentido, destaca-se não apenas a escala global de comercialização das *commodities* do agronegócio nacional e toda a sua complexa cadeia de suprimentos, mas sua capacidade de produzir “até três safras anuais” em uma mesma área. Associada ao uso intensivo do solo para garantir ganhos em produtividade, essa escalabilidade das lavouras brasileiras é valorada como uma prática *sustentável*, pois possibilita aumentos contínuos na produção, “sem derrubar uma árvore sequer” para manter seus rendimentos:

Por meio do aumento da produtividade agrícola e da adoção de boas práticas e tecnologias, o Brasil conseguiu preservar 66% de sua vegetação nativa. (...) Embora o país tenha conciliado a proteção das áreas naturais remanescentes por meio de políticas e incentivos abrangentes, existem diversas oportunidades na recuperação de áreas degradadas, abandonadas e subutilizadas, principalmente mediante o aumento da produção e da adoção de sistemas de integração (por exemplo, lavoura-pecuária) (CBI, 2020, p.14).

A composição de um ativo também passa por avaliações subjetivas, relacionadas ao que Sippel (2023) descreveu como a construção de um imaginário adequado ao investidor, moldado por certas visões de mundo, ideologias e expectativas sobre um investimento. Esses imaginários estão vinculados ao processo de construção da legitimidade de um ativo que, conforme definido por Visser (2017), envolve o estabelecimento de procedimentos para categorizar esse ativo com base em critérios de normalidade e moralidade, de forma a impedir que sua avaliação como imoral prevaleça. Tal artifício é fundamental para a composição de um ativo *sustentável*, que possua *credibilidade* no mercado de títulos verdes, e para que este mercado se torne *íntegro*.

Nos *webinars*, por exemplo, em meio a pandemia da COVID-19, o agronegócio era muito ressaltado como um dos poucos setores da economia brasileira (e global) que “não quebrou” ou que “não parou”, com menções à sua importância para o PIB do país e para sua balança

de pagamentos. Do mesmo modo, muito destaque era dado ao potencial da produção agrícola brasileira para “alimentar o mundo” e garantir “segurança alimentar”. Segundo declaração do mencionado secretário de política agrícola do MAPA, “Isso é bem sabido, nós temos três colheitas por ano no clima tropical. (...) E dentre os países de clima tropical, qual é o que tem a maior área agricultável? É o Brasil”. “A segurança alimentar do mundo passa por aqui. Isso não é discurso vazio, é realidade”, ele concluía.

Quanto à *sustentabilidade*, a legitimidade dos ativos era mobilizada por meio de uma série de dados, constantemente reiterados, sobre as porcentagens de matas nativas preservadas no Brasil. Esses dados eram apresentados sobretudo em contraste com a União Europeia, que tem imposto barreiras cada vez maiores aos produtos do agronegócio brasileiro:

Dois terços do país são dedicados a áreas de proteção, preservação e conservação, o que equivale a 43 países e cinco territórios da Europa. 163 milhões de hectares dessa vegetação preservada estão dentro das propriedades dos agricultores. Apenas 7,8% do território brasileiro – 66 milhões de hectares – são destinados à produção agrícola. Comparado a outros países, esse percentual é relativamente baixo (CBI, 2020, p.13).

Associada a todas as características mencionadas anteriormente – homogeneização, padronização, liquidez, escalabilidade e legitimidade – é importante, por fim, destacar os mecanismos responsáveis por garantir a durabilidade que um ativo requer. Trata-se do que Tellmann (2022) definiu como dispositivos de obrigação, tão importantes quanto os dispositivos de cálculo e mensuração, uma vez que criam estruturas para “vincular” (*binding*) o tempo às transações financeiras, tornando-as mais estáveis. No caso dos títulos verdes relacionados ao agronegócio brasileiro, a “legislação ambiental” (o Código Florestal Brasileiro) é frequentemente ressaltada como fator de *credibilidade* e *estabilidade*, assim como políticas públicas como o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono).

O Brasil desenvolveu um arcabouço sólido de políticas públicas para reconciliar a conservação ambiental e a produção agrícola sustentável. Entre outros atores agrícolas relevantes, o Brasil é quem possui as leis mais rigorosas sobre terras privadas (zonas de proteção ciliar e outras zonas de proteção ecológicas). Além disso, é o único país no mundo que exige que todas as propriedades privadas reservem terras para conservação e proteção da biodiversidade (conhecidas como Reservas Legais), sem qualquer compensação [monetária para o produtor] (CBI, 2020, p.12).

No entanto, a *robustez e segurança jurídica* do mercado, como frequentemente ressaltado por representantes de empresas securitizadoras e de escritórios de advocacia tanto nos *webinars* quanto nas entrevistas que realizei, vinham dos instrumentos financeiros voltados especificamente para o setor agropecuário, os chamados Títulos do Agronegócio¹¹, além da promulgação da Lei 13.986/2020 (a “Lei do Agro”). Esses instrumentos também desempenham um papel crucial para a geração de liquidez no mercado de títulos verdes:

O Brasil possui instrumentos de mercado de capitais dedicados à agricultura (por exemplo, CRA, LCA e CDCA) que podem ser rotulados de verdes e direcionar investimento para práticas sustentáveis. (...) Os instrumentos financeiros e de mercado de capitais do Brasil estão prontos para alavancar as oportunidades existentes e atrair capital de longo prazo (setor privado) para a agricultura, em um período em que os recursos públicos se tornam cada vez mais escassos. Neste sentido, é que vem a relevância do desenvolvimento de um *pipeline* robusto de oportunidades de investimentos sustentáveis no agronegócio para atender às demandas locais e internacionais, aumentando a escala de emissões (CBI 2020, p.7).

Produzir a durabilidade dos rendimentos por meio de dispositivos de obrigação – como leis, normas e regulações – é um empreendimento político seletivo, que consiste em vincular ou

¹¹ Instrumentos financeiros utilizados para captar recursos e financiar atividades relacionadas ao setor agropecuário. Cada título tem características específicas quanto à forma de captação e aplicação dos recursos e com relação à gestão de riscos, dividindo-se em: Cédula de Produto Rural (CPR); Certificado de Depósito Agropecuário (CDA); Warrant Agropecuário; Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA); Letra de Crédito do Agronegócio (LCA); Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

desvincular, garantir ou expor, arriscar ou desarriscar (*de-risking*) determinadas concepções de futuro (TELLMANN, 2017). A composição sempre provisória de um ativo, portanto, também passa pela mobilização de mecanismos de governança, como tratarei na próxima seção.

Gerindo ativos verdes

Compor um ativo financeiro envolve, essencialmente, a formalização de acordos que traduzam um potencial ou uma promessa de rendimento, criando vínculos entre diferentes atores e alinhando suas expectativas. Esse processo inclui o estabelecimento de diferentes formas de posse e controle por meio de contratos, configurando-se, assim, como um construto não apenas de engenharia financeira, mas também como um dispositivo jurídico (BIRCH e MUNIESA, 2020). Se partirmos da definição mais amplamente aceita de *sustentabilidade*, isto é, como o *desenvolvimento* capaz de satisfazer às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades¹², é possível perceber que a criação de ativos verdes também está intimamente ligada a dispositivos de gestão. Nesse sentido, o processo de transformação de diversos elementos em ativos financeiros reconfigura a maneira como enquadrados, administrados e governamos recursos por meio de arranjos tecno-econômicos (BIRCH, 2024). No caso dos títulos verdes, como apresentarei nessa seção, tais mecanismos de governança se dão por meio de um procedimento denominado *rotulagem*, que se orienta por princípios de responsabilidade social corporativa¹³.

¹² Trata-se da definição popularizada pelo Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento. Para um histórico do conceito de *sustentabilidade* consultar Brightman e Lewis (2017).

¹³ Como aponta Rajak (2011), desde o início dos anos 2000, as corporações transnacionais se tornaram protagonistas no cenário político internacional, impulsionadas pela bandeira da Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Essa abordagem foi promovida como uma alternativa de governança capaz de superar a política delimitada dos governos nacionais, oferecendo, em vez disso, a *racionalidade* e *eficiência* dos negócios em nível global. Após anos de austeridade neoliberal, a RSC surge como uma face mais “humana” do capitalismo, unindo a maximização dos lucros a valores éticos voltados ao bem-estar social. Assim, “A RSC foi consagrada em um labirinto de códigos

O processo de *rotulagem* de um título financeiro a partir de adicionalidades *sustentáveis*¹⁴ é uma iniciativa voluntária. Por conseguinte, uma questão importante em relação ao mercado de títulos verdes é como garantir que o capital movimentado por este instrumento será de fato alocado para iniciativas que agreguem um benefício ambiental. Na tentativa de garantir maior *integridade* e *credibilidade* a esse novo segmento de investimentos, portanto, uma série de organizações internacionais passou a estruturar procedimentos de governança corporativa para criar consensos e diligência, no sentido de promover maior *estabilidade* nas suas operações.

A principal ferramenta para rotular um título financeiro como verde são os *Green Bond Principles* (GBPs) da *International Capital Market Association* (ICMA), uma diretriz voluntária lançada em 2014, que atualmente é o padrão central para estruturar esse tipo de instrumento de dívida. Os GBPs especificam categorias de projetos elegíveis para orientar os emissores e recomendam que o processo de emissão siga quatro procedimentos: 1) o uso dos recursos exclusivamente para projetos elegíveis; 2) a comunicação aos *stakeholders* sobre os objetivos de sustentabilidade ambiental do projeto e os critérios utilizados para sua definição; 3) o monitoramento periódico do saldo líquido do empreendimento, preferencialmente por um revisor externo; 4) a disponibilização de informações sobre o uso dos recursos, assegurando a *transparência* da operação financeira. Os emissores podem optar por autorrotular um título como verde, confiando na sua reputação ou em relacionamentos pré-estabelecidos com potenciais investidores. No entanto, aqueles que optarem por seguir os GBPs são aconselhados a desenvolver um “*framework*”, que descreva os

internacionais de conduta, padrões, princípios e diretrizes éticas, sistemas de gestão, kits e caixas de ferramentas; todos os quais definem um conjunto aceito de valores, normas e práticas” (p.7). Mais recentemente, esses princípios também se expandiram para o campo das finanças, particularmente por meio das diretrizes ESG (Ambiental, Social e de Governança).

¹⁴ Além dos títulos verdes, existem outros quatro tipos de títulos rotulados: os sociais; os de sustentabilidade, que combinam benefícios ambientais e sociais; os de transição, que estabelecem um cronograma para que o emissor do título atinja metas de sustentabilidade; e os ligados à sustentabilidade, que também fixam metas que, se não alcançadas, geram um aumento na taxa de juros paga pelo emissor do título. Neste último tipo, os recursos captados não precisam ser diretamente aplicados em atividades sustentáveis, desde que as metas acordadas sejam cumpridas.

procedimentos mencionados acima, e a submeter essa documentação a um processo de avaliação por uma agência de diligência, que emitirá uma *Second Party Opinion* (SPO)¹⁵, ou por uma agência de *rating*.

Segundo a ICMA (2021), essa é uma forma de garantir as “melhores práticas de investimento”, por meio de princípios que promovam *transparência* e *disclosure*. Todavia, considerando que essas são orientações voluntárias, é questionável até que ponto esse mecanismo de autorregulação corporativa é suficiente para assegurar o caráter *sustentável* de um ativo. Os GBPs não especificam, por exemplo, requisitos substantivos ou maiores detalhes sobre o que são os “projetos elegíveis”, vinculando-os genericamente à redução de emissões de gases de efeito estufa e à mitigação das mudanças climáticas (cf. MIOLA *et al.* 2022; BISHOP 2019). Para contornar essa limitação, foi desenvolvida uma abordagem complementar de *rotulagem*, baseada na criação e aplicação de *taxonomias*. Segundo Tripathy *et al.* (2020), trata-se de um sistema de classificação elaborado por especialistas tanto da academia quanto da indústria, atuantes em áreas relevantes para a avaliação de empreendimentos *sustentáveis*, tais como formas de uso da terra e produção de energia renovável. Esse sistema estabelece parâmetros de referência para comparação de produtos e práticas, que permitem tanto aos verificadores externos avaliar o *framework* de um título verde quanto orientar os investidores.

A CBI é pioneira nesse tipo de arranjo, certificando globalmente títulos verdes a partir de sua *taxonomia* interna e de critérios setoriais¹⁶. Como me explicou um membro desta organização,

¹⁵ A governança corporativa se autorregula estabelecendo formas de balizar e monitorar as ações de diferentes “partes” envolvidas em um empreendimento, com o objetivo de evitar conflitos de interesse. Conforme me explicou um de meus entrevistados, um consultor que atua há duas décadas como verificador externo na área de responsabilidade empresarial, no caso dos títulos verdes a “primeira parte” são os próprios emissores e as empresas de consultoria que os auxiliam na construção do *framework*. Já a “segunda parte” são os verificadores (ou “acreditadores”) externos, como a empresa que ele representa, que avaliam a credibilidade e confiabilidade do *framework* de um título, tendo como referência as diretrizes, *benchmarks*, princípios e *standards* criados por uma “terceira parte”, como a CBI ou a ICMA.

¹⁶ “O Climate Bonds Standard é composto de duas partes: o *standard* abrangente que se aplica a projetos de

o objetivo da certificação é ser um “mínimo denominador comum” que possa ajudar a criar padronização em meio a diversidade de *frameworks* que têm chegado ao mercado, a partir de uma avaliação “mais ambiciosa” e “robusta” do que pode ser considerado verde:

O nosso objetivo é dar um pulo acima, ser o *golden standard* para as finanças sustentáveis. Até porque nós somos o primeiro e único esquema de certificação, certificação mesmo, do mercado. (...) Claro, a quantidade era importante, mas [focamos] em ter quantidade com qualidade, com o máximo de emissões possível. Nós não vendemos certificação, essa é uma mensagem importante. Você quer certificar? Não quer? Para a gente, tanto faz. Agora, você sabe que se você certificar, você tem benefícios (Gestor de Transição em Agricultura na CBI, entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2024).

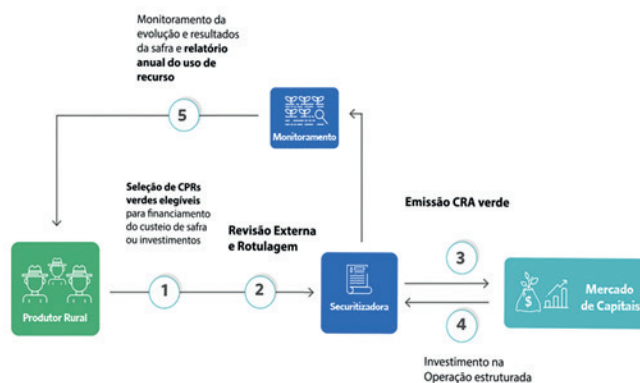
Após a etapa inicial de verificação da proposta apresentada no *framework*, o esquema de *certificação* estabelece uma série de procedimentos obrigatórios para monitorar e relatar o uso dos recursos investidos, como a verificação independente e a divulgação de relatórios anuais até o prazo final do investimento (CBI, 2019). O selo de *certificação* só é concedido a um empreendimento após o cumprimento desta etapa pós-emissão do título. Dessa forma, a *certificação* cria uma etapa mandatória de monitoramento e prestação de contas. No caso dos GBPs, embora estas etapas sejam consideradas uma “boa pratica sugerida”, elas não têm o mesmo peso de uma *due diligence* (como uma auditoria), conforme apontado por uma interlocutora, economista especializada em finanças sustentáveis, que geria o setor de SPOs de uma empresa de consultoria. Contudo, ambas as abordagens para avaliar o *framework* de um título verde permanecem sendo procedimentos voluntários, que tendem a trazer mais benefícios reputacionais para os emissores do que um monitoramento minucioso do impacto gerado pelo uso dos recursos em empreendimentos

financiamento de títulos verdes em qualquer setor e critérios setoriais que têm limites específicos. Esses critérios são os requisitos técnicos da Taxonomia CBI. Juntos, os GBPs e o *Climate Bonds Standard* e a Taxonomia CBI se tornaram os pilares das estruturas de políticas do mercado de títulos verdes hoje, encorajando outras jurisdições a desenvolver orientações semelhantes” (Tripathy *et al.* 2020, p. 84, tradução própria).

sustentáveis. Vale ressaltar que não há um ganho financeiro maior atrelado diretamente à *rotulagem* de um título ou à sua *certificação*, embora o reconhecimento reputacional possa se converter em maior interesse por parte dos investidores¹⁷.

Além da etapa extra de *rotulagem*, a emissão de um título verde segue o mesmo processo de emissão disponível para outros títulos financeiros regulares (chamados “títulos baunilha”) no mercado de capitais de cada país. No agronegócio brasileiro, esse tipo de operação é frequentemente intermediado por empresas de securitização, sendo o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) o instrumento financeiro mais utilizado.

Figura 2: Securitização de um CRA Verde



Fonte: Adaptado de CBI (2020).

Uma característica importante desses instrumentos de governança é que eles produzem avaliações que partem de referências abrangentes e generalizantes, uma vez que são projetados para aplicação global. Desse modo, com frequência os princípios, parâmetros e limites com base nos quais o *framework* de um título verde é analisado em uma SPO não discriminam aspectos particulares de cada país ou de um segmento econômico. Como apontaram os técnicos responsáveis pela preparação desse tipo de verificação com quem tive a oportunidade de conversar, as diretrizes

¹⁷ Não há consenso sobre a existência de um “*greenium*”, isto é, um desconto na taxa de juros paga ao investidor, que funcionaria como uma espécie de prêmio ou subsídio para o emissor. Isso indica que, em termos financeiros, os títulos rotulados estão alinhados com as expectativas de valorização do capital dos investidores, o que a literatura sobre financeirização identifica como uma “orientação para o valor do acionista” (VAN DER ZWAN, 2014), que não necessariamente estará alinhada com as demandas de longo prazo do setor agrícola.

e taxonomias que orientam esse mercado costumam ser fundamentadas em indicadores, métricas ou critérios com “pouca granularidade”, desenvolvidos em um contexto europeu. Portanto, são normativas que nem sempre fazem sentido em outros cenários nacionais¹⁸.

Além disso, ao quase equiparar *sustentabilidade* a “redução da pegada de carbono”, essas ferramentas concentram-se em aferir como os projetos a serem financiados estão “alinhados a 1,5° C” – a meta proposta pelo Acordo de Paris para conter as mudanças climáticas¹⁹. Ficam em segundo plano, portanto, outros fatores que podem ser mais relevantes como ganho ambiental em contextos econômicos ou regionais específicos. O agronegócio brasileiro é um exemplo marcante dessa contradição. Aspectos como a preservação da biodiversidade, a gestão dos recursos hídricos e a redução do uso de agrotóxicos têm um papel central para a *sustentabilidade* de suas práticas, entretanto, esses temas recebem atenção relativamente menor nos *frameworks*, quando comparados às iniciativas voltadas para a redução das emissões de carbono.

Assim, conforme enfatizado por vários dos consultores responsáveis por construir SPOs que entrevistei, cada uma das agências de verificação acaba “tropicalizando” estes guias internacionais a partir de parâmetros regionais e nacionais que entendam como pertinentes – como a já mencionada legislação ambiental brasileira. A grande expectativa desses verificadores era a publicação de uma *taxonomia* brasileira, que está sendo desenvolvida sob a coordenação no Ministério da Fazenda, e poderá ser uma referência para balizar questões contextuais de diversos setores econômicos do país. Assim sendo, no momento de realização desta pesquisa, diferentemente da governança em

¹⁸ A principal divergência no setor agropecuário está relacionada à data de corte fixada em 2010 para definir o fim do desmatamento, como é o caso da *taxonomia* da CBI. Embora esteja alinhado com as metas do Acordo de Paris para mitigação das mudanças climáticas, esse enquadramento exclui muitos produtores agrícolas brasileiros, incluindo aqueles cujos empreendimentos estão dentro dos limites do que é considerado “desmatamento legal” conforme o Código Florestal Brasileiro.

¹⁹ Sobre os efeitos dessa perspectiva hegemônica, que vincula as finanças verdes às metas de neutralização de carbono, marginalizando os conflitos e disputas territoriais no setor de energia eólica e nos investimentos em ferrovias no Brasil, consultar AGUIAR e WENNER (2022).

nível global, padronizada e estável, almejada pelos promotores deste mercado, a construção das SPOs foi-me apresentada como um trabalho quase artesanal, “sob medida” e “julgamental”, de avaliação caso a caso dos títulos verdes²⁰.

Como descreveu um consultor de sustentabilidade entrevistado, com a autorregulação “acontece de tudo”, em um mercado “muito agressivo”, no qual o preço cobrado para a elaboração de uma SPO pode ter mais peso do que a credibilidade e o *know-how* da agência que vai produzi-la. A *transparência* no uso dos recursos buscada pelos investidores nos permite, portanto, enxergar tudo? Ou, estamos lidando com artefatos sociotécnicos que produzem opacidades sobre as operações financeiras? (cf. MORAWSKA, no prelo). Em sua disposição para alcançar modelos e medidas que promovam padronização e escalabilidade, dispositivos como diretrizes, princípios, taxonomias e *frameworks* também obliteram certos encadeamentos entre as cadeias de valor do agronegócio e dinâmicas territoriais que vão muito além das questões climáticas, de emissões de carbono e das porteiras das fazendas. Como apresento a seguir, um dos títulos rotulados emitidos por uma corporação brasileira do agronegócio ajuda a demonstrar essa controvérsia.

Segmentando cadeias de valor

Um aspecto frequentemente negligenciado em relação aos títulos verdes é que, embora esses instrumentos financiem atividades e projetos bastante circunscritos, eles estão, em geral, conectados a cadeias de valor extensas, cuja escala e impactos escapam aos enquadramentos criados pelo processo de *rotulagem* (MIOLA *et al.*, 2022). A verificação dos “projetos elegíveis” elencados no *framework* de um título rotulado, por exemplo, é um dos poucos momentos em que seu caráter “verde” é analisado em maior profundidade. As etapas de monitoramento e prestação

²⁰ Algo similar à “cacofonia” de normas, formas de monitoramento e prestação de contas identificada por David e Camana (2023) em outros arranjos técnico-corporativos destinados a rastrear a *sustentabilidade* da cadeia produtiva da soja.

de contas “sugeridas”, por sua vez, estão focadas em acompanhar se o uso dos recursos financeiros está sendo realizado estritamente para a implementação desses projetos pré-selecionados. Todavia, elas não monitoram em detalhes os impactos gerados por tais iniciativas. Além disso, como foi apontado na seção anterior, por terem como referência parâmetros generalizantes, essas avaliações não abordam de forma aprofundada nuances territoriais e políticos mais situados em que as atividades financiadas estão inseridas.

O caso do agronegócio brasileiro ajuda, mais uma vez, a ilustrar essa questão. Os poucos títulos rotulados emitidos pelo setor até o momento têm se concentrado em atividades pontuais, como produção de biocombustíveis, aquisição de biofertilizantes, troca de maquinário, iniciativas em agricultura digital. Assim, contrastam com a complexidade e abrangência das cadeias de suprimentos das principais *commodities* do setor agropecuário, que, em grande parte, estão ausentes desse mercado²¹. De tal modo, um dos efeitos dos mecanismos de criação e gestão de ativos financeiros *sustentáveis* é a fragmentação de cadeias de valor como as do agronegócio, para que apenas alguns segmentos bem delimitados sejam financiados como “verde”. Quando se trata de títulos verdes, não é incomum encontrarmos “pontos verdes em um mar marrom” (FERRANDO *et al.*, 2022, s/p). Conforme afirmou um dos consultores entrevistados, quando uma empresa agrícola elabora um *framework* prevendo que apenas parte de seus fornecedores será avaliada, isso deveria acender um sinal de alerta sobre as operações em sua cadeia de suprimentos – e não resultar na

²¹ Muitos são os fatores que podem explicar esta ausência. O principal motivo, que foi fortemente enfatizado nas entrevistas que realizei, está relacionado à exigência de desmatamento zero a partir de certa data de corte presente nas diretrizes de autorregulamentação desse mercado. Esses instrumentos não incluem, por exemplo, as possibilidades de “desmatamento legal” previstas no Código Florestal Brasileiro. De saída, muitos produtores estariam excluídos dos parâmetros de avaliação para emissão de um título verde. Um segundo ponto que estaria afastando os produtores seria o tamanho do *ticket* que deve ser apresentado para atrair investidores desse mercado, que gira em torno dos 500 milhões de dólares. O segmento produtivo “dentro da porteira”, em especial, não consegue se comprometer com esses valores. Além disso, a natureza volátil e imprevisível da agricultura muitas vezes exige contratos com horizontes de médio prazo, mas para investidores institucionais os períodos ideais de retorno do investimento podem se estender por décadas. Esses descompassos têm afastado cadeias de suprimentos consideradas “complexas”, como soja e milho. Por fim, sem um *greenium*, há fracos incentivos financeiros para que os produtores participem desse mercado.

aprovação do título verde, como tem ocorrido.

Um caso que demonstra essa dinâmica é o do título de sustentabilidade (verde + social) emitido em 2021 pela *trader* Amaggi, que rapidamente captou 750 milhões de dólares de mais de 200 investidores internacionais, superando as expectativas iniciais dos próprios executivos da empresa²². Até 2028, esses recursos devem ser direcionados para uma ampla gama de atividades, como a compra e venda de soja certificada, originação responsável de grãos, projetos de preservação de recursos naturais, iniciativas de empoderamento socioeconômico e de produção de energia renovável. A Amaggi, detentora de uma área de 400 mil hectares de lavoura, é uma das principais corporações do agronegócio brasileiro, desempenhando papel central na produção de grãos e fibras, tanto no Brasil quanto na América Latina. A empresa mantém uma extensa e verticalizada cadeia de suprimentos, atuando em todas as etapas da produção de *commodities* como soja, milho e algodão, desde o cultivo de grãos e originação de sementes, até o processamento, produção de fertilizantes e comercialização. Ademais, a Amaggi realiza operações logísticas, gerenciando armazéns, portos e serviços de transporte rodoviário e fluvial, além de produzir energia elétrica a partir de pequenas centrais hidrelétricas e solares²³. Todas estas áreas estavam contempladas no *framework* elaborado pela empresa.

Ao longo de décadas, a Amaggi esteve associada a casos de desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e empreendimentos de infraestrutura que implicavam em grandes riscos ambientais e ameaças para territórios indígenas²⁴. Nos últimos anos, entretanto, a empresa vem adotando

²² Como relatou a diretora de ESG, Comunicação e Compliance da Amaggi, em um webinar organizado por uma empresa de assistência técnica em agricultura sustentável e pela CBI, a estruturação do título de sustentabilidade foi a primeira operação da empresa no mercado de capitais e uma das pioneiras voltadas diretamente à produção agrícola sustentável no mundo. A executiva também destacou sua surpresa com a grande demanda por parte dos investidores: inicialmente, a operação foi planejada para alavancar 500 milhões de dólares, mas a oferta de crédito dos investidores foi seis vezes maior, permitindo à empresa realizar uma emissão com um valor de *ticket* mais alto e uma taxa de juros mais baixa. Cf.: <https://www.youtube.com/watch?v=mkKEvVmZnTE&list=WL&index=51>. Acesso em: 20/09/2025

²³ Cf. <https://www.amaggi.com.br/>. Acesso em: 20/09/2025.

²⁴ Cf. <https://brasil.mongabay.com/2018/07/criticos-afirmam-blairo-maggi-rei-da-soja-reina-absolutodestino-da->

iniciativas que visam melhorar a *sustentabilidade* de sua cadeia de suprimentos, adotando um sistema de rastreamento da origem dos grãos adquiridos de fornecedores. De tal modo, a companhia tem buscado excluir de suas negociações aqueles grãos cultivados em áreas recentemente desmatadas ou embargadas por conflitos de terra. De acordo com seu Relatório de Progresso de 2023²⁵, a Amaggi já alcançou a meta de rastrear 100% de seus fornecedores diretos em todos os biomas em que origina grãos. Além disso, em sua busca por maior *sustentabilidade* e ganhos reputacionais junto a compradores e investidores, a empresa também aderiu à Moratória da Soja, pacto empresarial que proíbe a compra desta *commodity* quando proveniente de áreas de recente desmatamento na Amazônia²⁶, assim como tem integrado a *Round Table on Responsible Soy*, associação internacional que promove a produção e comercialização de “soja responsável”.

A Amaggi, portanto, tem sido bem sucedida em se apresentar como um caso exemplar do que o mercado de títulos verdes identifica como um emissor potencial, pois agrega todas as características necessárias para a estruturação de um ativo financeiro – homogeneidade, padronização, liquidez, escalabilidade, legitimidade e durabilidade. Ao mesmo tempo, a empresa tem construído estratégias de governança corporativa reconhecidas como “boas práticas” agrícolas e corporativas, como a rastreabilidade dos grãos que produz “do campo ao porto”. Segundo a diretora de ESG da companhia, todo o trabalho de rastreabilidade realizado pela Amaggi, juntamente com as certificações que a companhia possui, foi fundamental para “agregar valor” às informações fornecidas aos investidores durante a estruturação do título de sustentabilidade, permitindo que

amazonia/ e <https://www.nytimes.com/2003/09/17/world/relentless-foe-of-the-amazon-jungle-soybeans.html>. Acesso em: 20/09/2025.

²⁵ Disponível em: <https://www.amaggi.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Relatorio-ESG-2023-Amaggi.pdf>. Acesso em: 20/09/2025.

²⁶ Contraditoriamente, porém, a Amaggi não era signatária do Manifesto Cerrado, em que os principais comerciantes de grãos de soja se comprometiam a estabelecer 2020 como o ano limite para a aberturas de novas terras para o plantio de soja neste bioma. Cf. <https://chainreactionresearch.com/the-chain-amaggis-new-green-bond-prompts-questions-ondeforestation-commitment/>. Acesso em: 20/09/2025.

estes se sentissem parte do “processo de transformação” da empresa²⁷.

Entre as atividades a serem financiadas com os recursos obtidos por meio do título de sustentabilidade, como mencionado anteriormente, estava a produção de energia renovável a partir da construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Não obstante, um olhar mais atento a esta atividade em particular oferece um vislumbre do tipo de opacidade produzida pela forma como estes ativos são compostos e geridos. Trata-se da PCH Jesuíta, a sexta usina construída pelo grupo Amaggi Energia na bacia do rio Juruena, em Mato Grosso. Anunciada como uma iniciativa para produzir “energia renovável para a agricultura sustentável”, a usina atualmente abastece os próprios empreendimentos da empresa e comercializa o excedente da produção para a rede nacional de abastecimento elétrico²⁸.

Todavia, contrastando com os grandes campos monocultores que marcam a paisagem do estado do Mato Grosso, a bacia do rio Juruena é marcada pela diversidade. Seus rios nascem no Chapadão dos Parecis e atravessam o Cerrado até a Amazônia e, após unirem-se ao rio Teles Pires, formam o Tapajós. No rico ecossistema fluvial dessa bacia são encontradas mais de 146 espécies de peixes, muitas delas migratórias e endêmicas, o que torna a conectividade desta rede de rios algo essencial para seu ciclo de vida (COUTO *et al.*, 2021). Além de vinte e cinco assentamentos rurais, neste território existem ainda vinte terras indígenas demarcadas. Para os povos que a habitam, “esta região guarda locais sagrados nas matas, acidentes geográficos e nos rios. Sua memória se expressa nessas paisagens e elas evidenciam um passado que interliga as pessoas aos seus territórios de origem” (OPAN, 2019, p.15). Nos últimos 20 anos, porém, o complexo de rios da bacia do Juruena tem sido alvo da instalação sequencial de quase 179 empreendimentos

²⁷ Declarações obtidas em <https://www.youtube.com/watch?v=mkKEvVmZnTE&list=WL&index=51>. Acesso em: 20/09/2025.

²⁸ Cf. <https://www.amaggi.com.br/en/noticia/jesuista-shp-more-energy-for-a-sustainable-agriculture/>. Acesso em: 20/09/2025.

hidrelétricos, em operação ou previstos para serem construídos nos próximos anos (FANZERES *et al.*, 2022).

Embora sejam apresentados aos investidores como iniciativas *sustentáveis*, voltadas à produção de energia limpa e renovável, a instalação destas PCHs tem gerado grandes desequilíbrios ecológicos na região, impactando tanto o fluxo das águas e a fauna dos rios quanto os modos de vida de povos indígenas e comunidades de pequenos agricultores. Nesse contexto, desde 2013, a organização indigenista OPAN, junto à Rede Juruena Vivo²⁹, tem realizado um monitoramento independente das diferentes etapas de implementação dessas usinas, alertando a população local e os órgãos públicos sobre os impactos socioambientais que esses empreendimentos têm causado à paisagem da região (OPAN, 2019). O coletivo relata, ainda, que os efeitos cumulativos resultantes da instalação sequencial das PCHs não têm sido levados em consideração nos estudos que sustentam seu caráter *sustentável*, pois, apesar de afetarem um mesmo conjunto de rios, esses projetos são avaliados de forma independente entre si (PERIN e MORAWSKA, no prelo).

Como exemplificou uma de minhas interlocutoras, especialista em modelagem ambiental que atua no segmento de SPOs, o projeto de uma usina de produção de biocombustíveis que, simultaneamente, desmata centenas de hectares na Amazônia, não pode ser entendido como *sustentável* e receber o financiamento de um título verde. Do mesmo modo, a construção de mais uma PCH em uma bacia hidrográfica onde tantos outros projetos hidrelétricos estão em operação, também levanta questionamentos sobre a *sustentabilidade* desse empreendimento. Avaliado como um projeto segmentado entre vários outros da intrincada cadeia de suprimentos da Amaggi, porém, os possíveis efeitos deletérios da PCH Jesuíta sobre a paisagem da bacia do Juruena não são apreendidos no processo de *rotulagem* do título de sustentabilidade emitido pela companhia.

²⁹ Coletivo que conta com a participação de indígenas, agricultores familiares, pesquisadores, movimentos sociais e entidades da sociedade civil, como a OPAN. Cf: https://redejruenavivo.org.br/sobre/#sobre_quem. Acesso em: 20/09/2025.

Em 2023 realizei uma pesquisa em parceria com a OPAN, que buscou mapear os investimentos recebidos por este grande número de hidrelétricas que têm como alvo a bacia do Juruena (PERIN, 2022). Durante o workshop que realizamos com membros da Rede Juruena Vivo para apresentar os resultados da investigação, uma das primeiras constatações feitas por um ativista do coletivo era que as informações levantadas sobre os financiamentos conferiam “transparência e horizonte de com quem a gente tem que dialogar ou se precaver de fato”. Transparência que, por sua vez, o coletivo não identificava nas bases de dados e documentos disponibilizadas por órgãos públicos, por empreendedores e financiadores privados, ou mesmo nas visitas que os técnicos envolvidos em procedimentos de licenciamento socioambiental faziam aos territórios indígenas.

Essa falta de transparência se estende, portanto, ao fato de que os impactos da instalação sequencial de PCHs ditas sustentáveis – como as da Amaggi – não são capturados quando considerados como projetos isolados, mesmo que estejam em conformidade com as diretrizes e critérios do mercado de títulos verdes. Como destacam Miola et al. (2022), parâmetros com um escopo mais amplo sobre o que é considerado “verde” são atraentes, pois estabelecem padrões de comparabilidade que contribuem para a redução dos custos operacionais. Em contraste, definições mais restritas podem limitar e aumentar os custos das atividades financiáveis. Essas abordagens padronizadas, entretanto, podem negligenciar especificidades históricas e ecológicas situadas, que são essenciais para garantir a sustentabilidade de um empreendimento no longo prazo. Quando analisados sem considerar tais nuances que emergem do território, esses projetos perdem a transparência que os investidores buscam ao capitalizar os títulos verdes – tornando-se opacos. O resultado é um diagnóstico segmentado das cadeias de valor do agronegócio e das muitas camadas de conhecimento que as compõem. O que, por sua vez, oblitera seu intrínseco entrelaçamento com paisagens e ecologias locais, colocando a sustentabilidade de seus ativos financeiros em questão.

Considerações finais

Uma das principais transformações que surgiram dos debates multilaterais realizados na última década foi a consolidação de propostas de desenvolvimento internacional que têm se dedicado a atrair grandes fundos e investidores para financiarem a transição global rumo a uma “economia de baixo carbono”, que permita mitigar os efeitos já notáveis das mudanças climáticas. No que diz respeito aos compromissos das instituições financeiras em relação à avaliação e gestão de riscos socioambientais nos projetos financiados, essa agenda tem origens mais antigas. Remontam à criação dos Princípios do Equador em 2003 e dos Princípios do Investimento Responsável da ONU em 2005. Além disso, a crise das subprimes de 2007/2008 elevou o nível de atenção do setor sobre a *transparência* em relação aos projetos financiados. Nesse contexto, novos produtos financeiros têm sido criados (ou reabilitados) para alavancar um enorme volume de capital “responsável”: parcerias público-privadas, programas de microfinanças, acordos de financiamento misto (*blended finance*) e iniciativas de investimento de impacto. Neste artigo, abordo um destes instrumentos – os títulos verdes – para descrever e analisar como são construídos os ativos financeiros considerados *sustentáveis*.

Como busquei ressaltar, a forma ativo não é algo inato aos recursos capitalizados, mas uma composição provisória de diversos elementos, estabelecida por meio de processos tanto técnicos quanto políticos de produção de valor. Assim, na primeira parte do artigo apresento um movimento de valoração financeirizada e elenco os principais aspectos que precisam ser reunidos para que algo possa assumir a forma ativo. Tendo como foco a parceria estabelecida entre o CBI e o MAPA para alavancar as emissões de títulos verdes relacionados ao agronegócio brasileiro, procurei analisar de que forma diferentes instrumentos foram utilizados para esse fim. Entre eles, destacam-se o Plano de Investimento e os *webinars* promovidos por essas entidades, que ajudaram a apresentar aos investidores diversas “oportunidades de investimento sustentável”, passíveis

de serem transformadas em títulos verdes. Um trabalho tecnopolítico, portanto, para garantir que a diversidade, instabilidade e inconstância características da agricultura não ofuscassem os “potenciais” do setor agropecuário brasileiro – sua homogeneização, padronização, liquidez, escalabilidade, legitimidade e durabilidade – como fonte de ativos *sustentáveis*.

Tendo em vista que a composição de um ativo financeiro envolve também a gestão das expectativas, interesses e mesmo das perspectivas de futuro relacionados à capitalização de um recurso, na segunda parte do artigo apresentei o funcionamento do processo de *rotulagem* de um título verde. Trata-se de um modelo de governança para este mercado, que delimita e autorregula a maneira como a agricultura dita *sustentável* é incorporada e mantida nos portfólios de investimento. Este mercado, conforme descrito, é orientado por princípios de responsabilidade social corporativa, que fornecem orientações, parâmetros e ferramentas para que as partes envolvidas possam gerir suas interrelações de forma voluntária, sem apelar (de modo estrito) a normativas derivadas de um aparato estatal. No entanto, um dos aspectos desse modelo de governança é que ele se baseia em diretrizes e métricas de avaliação amplas e generalizantes, que muitas vezes não capturam as nuances de contextos regionais e nacionais, assim como as particularidades de certos segmentos econômicos. Um dos resultados dessa abordagem é a necessidade, apontada por verificadores de “tropicalizar” as normativas criadas para regular esse mercado, para que seus pareceres e relatórios sejam mais acurados. Contudo, essa forma de operação “sob medida” gera implicações diretas para fatores valorizados pelos investidores, como a padronização e a estabilidade das operações realizadas em escala global.

Relacionado a essa controvérsia, um segundo aspecto que deriva da forma como os títulos verdes têm sido estruturados e regulados – marcadamente no caso do agronegócio brasileiro – é que o processo de *rotulagem* resulta em abordagens segmentadas de cadeias de valor complexas e extensas. Como ilustrado pelo exemplo da PCH construída pela *trader* Amaggi, apresentado na

última parte do artigo, as atividades e projetos do agronegócio são frequentemente enquadrados, avaliados e monitorados por meio de *frameworks* que dissociam estes empreendimentos de contextos particulares. Assim, essa abordagem contribui para que apenas certos segmentos dessas cadeias sejam capturados pelas ferramentas e procedimentos que buscam assegurar sua *sustentabilidade*. Por outro lado, as dinâmicas sociopolíticas e territoriais conflituosas que atravessam tais cadeias de valor acabam sendo eclipsadas.

Nesse sentido, analisar a forma como os títulos verdes derivados do agronegócio têm sido construídos e geridos a partir de um processo específico de produção de valor permite compreender uma dinâmica importante desse mercado: os instrumentos que têm orientado esse mercado geram um problema decorrente do jogo de escalas mobilizadas para promover sua autorregulação. A escala dos princípios e diretrizes que orientam a elaboração dos *frameworks* é tão ampla e desprovida de “granularidade” que não permite apreender nuances situadas relevantes. Ao mesmo tempo, as ferramentas utilizadas para a validação dos projetos elegíveis são tão restritas e fragmentárias que dissociam os elos das cadeias do agronegócio das dinâmicas territoriais em que se inserem, especialmente aquelas que evidenciam os limites à *sustentabilidade* de seus empreendimentos e à *transparência* do mercado de títulos verdes.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun. **Introduction: commodities and the politics of value.** In: APPADURAI, A. (Ed.) **The social life of things: Commodities in cultural perspective.** Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-63, 1986.

BIRCH, Kean. Assetization as a mode of techno-economic governance: Knowledge, education and personal data in the UN's System of National Accounts. **Economy and Society**, v. 53, n. 1, pp. 15-38, 2024.

BIRCH, Kean; MUNIESA, Fabian. **Introduction: assetization and technoscientific capitalism.** In: BIRCH, K.; MUNIESA, F. **Assetization: turning things into assets in technoscientific capitalism.** Massachusetts: The MIT Press, 2020.

BJORKHAUG, Hilde; MAGNAN, André; LAWRENCE, Geoffrey. **Introduction: the financialization of agri-food.** In: BJORKHAUG, H.; MAGNAN, A.; LAWRENCE, G. (Eds.). **The financialization of agri-food: contested transformations.** New York: Routledge, 2018.

BISHOP, Nathan. Green Bond Governance Structure and the Paris Agreement. **New York University Environmental Law Journal**, v. 27, n. 2, pp. 377-411, 2019.

BNDES. **Green Bond: Relatório Anual.** Brasília: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018.

BRIGHTMAN, Marc.; LEWIS, Jerome. **The Anthropology of Sustainability: beyond development and progress.** New York: Palgrave, 2017.

CARRUTHERS, Bruce G.; STINCHCOMBE, Arthur L. The social structure of liquidity: flexibility, markets, and states. **Theory and Society**, v. 28, n. 3, pp. 353-382, 1999.

CBI. **Destravando o Potencial de Investimentos Verdes para a Agricultura no Brasil.** Climate Bonds Initiative, 2020.

CBI. **Climate Bonds Standard Version 3.0.** Climate Bonds Initiative, 2019.

CHIAPELLO, Eve. Financialisation of valuation. **Human Studies**, v. 38, n. 1, pp. 13-35, 2015.

COUTO, Thiago *et al.* Os impactos socioambientais e a insustentabilidade energética das Pequenas Centrais Hidrelétricas na Amazônia. **Rede Ciência Cidadã para a Amazônia**, 2021. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/2021/04/12/os-impactos-socioambientais-e-a-insustentabilidade-energetica-das-pchs-na-amazonia/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

CRONON, Willian. **Nature's metropolis: Chicago and the Great West.** New York: Norton, 1991.

DAVID, Marília L.; CAMANA, Ângela. **Cacofonias de sustentabilidade: novos arranjos em governança ambiental na cadeia da soja no Brasil.** Porto Alegre: Sopas/Ibirapitanga, 2023.

FANZERES, Andrea; WERNECK-REGINA, Adriana; PEREIRA, Christian. **Monitoramento de pressões e ameaças em terras indígenas**. Cuiabá: OPAN, 2022. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/wp-content/uploads/2023/01/boletim-OAN-01-4.pdf>. Acesso em 20 fev. 2025.

FARBAIRN, Madeleine. **Fields of Gold: financing the global land rush**. Ithaca: Cornell University Press, 2020.

FERRANDO, Tomaso *et al.* Indebting the green transition: critical notes on green bonds in the South. **EADi Blog**, 2022. <https://www.developmentresearch.eu/?p=1167>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.

FREIDBERG, Susanne. Trading in the secretive commodity. **Economy and Society**, v. 46, n. 3-4, pp. 499-521, 2017.

HULL, Matthew. Documents and Bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, v. 41, pp. 251-267, 2012.

ICMA. **Green Bond Principles: voluntary process guidelines for issuing green bonds**. International Capital Market Association, Paris, 2021.

LI, Tania. What is land? Assembling a resource for global investments. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 39, n. 4, pp. 589-602, 2014.

MARTIN, Sarah; CLAPP, Jennifer. Finance for Agriculture or Agriculture for Finance? **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, pp. 549-59, 2015.

MAWDSLEY, Emma. Development geography II: Financialization. **Progress in Human Geography**, v. 42, n. 2, pp. 264-274, 2018.

MIOLA, Iagê *et al.* **Títulos Verdes: dívida da encruzilhada entre finanças, direito e ecologia**. In: MIOLA, Iagê *et al.* (orgs). **Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde**. São Paulo: Blücher, 2022.

MORAWSKA, Catarina. **A opacidade de projetos de infraestrutura: breves comentários sobre uma antropologia política das finanças**. In: PERIN, Vanessa. P.; MORAWSKA, Caterina (orgs) **Financeirização da energia: hidrelétricas e ativismos**. São Carlos: EDUFSCar (no prelo).

MORAWSKA, Catarina. A trilha dos papéis da usina de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. **Revista Antropológicas**, v. 25, n.2, pp. 22-40, 2014.

MUNIESA, Fabian *et al.* **Capitalization: a cultural guide**. Paris: Presses des Mines, 2017.

ONTO, Gustavo. **Documentando relações e relacionando documentos: sobre a materialidade das práticas de conhecimento na regulação econômica**. In: FERREIRA, Letícia; LOWENKRON,

Laura (orgs). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.

OPAN. **Acompanhamento de projetos de infraestrutura energética na bacia do Juruena Desafios e recomendações para comunidades e poder público**. Operação Amazônia Nativa. Cuiabá: Ligraf, 2019.

PERIN, Vanessa P. **Mapeamento dos financiamentos a empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Juruena - MT**. Relatório de Pesquisa. OPAN, Cuiabá, 2022.

PERIN, Vanessa P.; MORAWSKA, Catarina (orgs) **Financeirização da energia: hidrelétricas e ativismos**. São Carlos: EDUFSCar (no prelo).

RAJAK, Dinah. **In Good Company: An Anatomy of Corporate Social Responsibility**. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 2011.

RILES, Annelise. **Introduction: In Response**. In: RILES, A. (ed.). **Documents: artifacts of modern knowledge**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2006.

SIPPEL, Sarah R. Tackling land's 'stubborn materiality': the interplay of imaginaries, data and digital technologies within farmland assetization. **Agriculture and Human Values**, v. 40, pp. 849-863, 2023.

TELHADO, Samuel F. P.; CAPDEVILLE, Guy. **Tecnologias Poupa-Terra**. Brasília: Embrapa, 2021.

TELLMANN, Ute. The politics of assetization: From devices of calculation to devices of obligation. **Distinktion**, v. 23, n. 1, pp. 33-54, 2022.

TSING, Anna L. On Nonscalability: The Living World is Not Amenable to Precision-Nested Scales. **Common Knowledge**, v. 18, n. 3, pp. 505-552, 2012.

TSING, Anna L. Inside the economy of appearances. **Public Culture**, v. 12, n. 1, pp. 115-144, 2000.

TRIPATHY, Aneil; MOK, Lionel; HOUSE, Kate. Defining Climate-Aligned Investment: an analysis of sustainable finance taxonomy development. **Journal of Environmental Investing**, v. 10, n. 1, 2020.

VAN DER ZWAN, Natasha. Making Sense of Financialization. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 1, pp. 99-129, 2014.

VIANNA, Adriana. **Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais**. In: CASTILHO, S. R. R.; SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. C. (orgs.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

VISSER, Oane. Running out of farmland? Investment discourses, unstable land values and the

sluggishness of asset making. **Agriculture and Human Values**, v. 34, pp.185-198, 2017.

Da sustentabilidade à obliteração de cadeia de impactos: Empreendimentos hidrelétricos e o Selo Verde na Bacia do Juruena

From Sustainability to the Obliteration of the Chain of Impacts:
Hydroelectric Projects and the Green Seal in the Juruena Basin
De la Sostenibilidad a la Obliteración de la Cadena de Impactos:
Proyectos Hidroeléctricos y el Sello Verde en la Cuenca del Juruena

Ana Cecília Campos¹
Bianca de Jesus Silva²
Ricardo Costa Carvalho³
Cristian Felipe Rodrigues Pereira⁴

Resumo: Em junho de 2023 um grupo de mais de 400 indígenas Enawenê-Nawê se reuniram diante de uma Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no Alto Juruena (MT) pertencentes ao grupo Bom Futuro para denunciar os impactos socioambientais dos empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Juruena. Enquanto essa mobilização ocorria, cinco PCHs na região receberam da Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT), o Selo Verde, um reconhecimento do compromisso ambiental. Esse artigo propõe investigar tais tensões. Para isso, descreve o surgimento do Selo Verde e sua associação com mecanismos internacionais de regulação ambiental. O argumento central é que o Selo Verde se mostra efetivo para a ampliação de mercado, porém se mostra ineficaz ao propor soluções para impactos ambientais cumulativos, como os denunciados pelos Enawenê-Nawê. O artigo reúne análise bibliográfica sobre o surgimento da regulação internacional associada ao Selo Verde, dados de pesquisa de campo entre os Enawenê-Nawê e entrevistas com atores envolvidos nesse debate ambiental no Mato Grosso.

Palavras-chave: Pequenas Centrais Hidrelétricas; Bacia do Juruena; Selo Verde; ISO 14001.

Resumen: En junio de 2023 un grupo de más de 400 indígenas Enawenê-Nawê se reunieron frente a una de las Pequeñas Centrales Hidroeléctricas (PCH) en Alto Juruena (MT) pertenecientes al grupo *Bom Futuro* para denunciar los impactos socioambientales de los emprendimientos hidroeléctricos en la cuenca del Río Juruena. En cuanto ocurría esa movilización, cinco PCHs en la región recibieron de la Secretaría de Medio Ambientes de Mato Grosso el *Sello Verde*, un reconocimiento de compromiso ambiental. Este artículo propone investigar tales tensiones. Para

¹ Professora na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde também se graduou em Ciências Sociais. Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora associada ao Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E), ao Grupo de Estudos Ambiências e ao Imuê (Instituto Mulheres e Economia). E-mail: a.cecilia.oc@gmail.com

² Doutora em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos Ambiências (UFES). E-mail: biancacsoufes@gmail.com

³ Engenheiro de Pesca pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Indigenista na Operação Amazônia Nativa (OPAN). E-mail: ricardo@amazonianativa.org.br

eso, describe el surgimiento del *Sello Verde* y su asociación con mecanismos internacionales de regulación ambiental. El argumento central es que el *Sello Verde* se muestra efectivo para la ampliación del mercado, pero se muestra ineficaz al proponer soluciones para impactos ambientales acumulativos, como los denunciados por los Enawenê-Nawê. El artículo reúne análisis bibliográfica sobre el surgimiento de la regulación internacional asociada al *Sello Verde*, datos de investigación de campo entre los Enawenê-Nawê y entrevistas con actores envueltos en este debate ambiental en Mato Grosso.

Palabras clave: Pequenas Centrais Hidroelétricas; Cuenca del Juruena; Sello Verde; ISO 14001.

Abstract: In June 2023, a group of more than 400 indigenous Enawenê-Nawê gathered in front of a Small Hydroelectric Center in Alto Juruena (MT) belonging to the *Bom Futuro* group to report socio-ambiental impacts of the hydroelectrical projects in the Juruena River basin. While this mobilization took place, five PCHs in the region received the *Selo Verde* (Green Seal), an environmental commitment recognition from the Mato Grosso State Secretariat for the Environment. This article aims to explore the tensions surrounding this context. It outlines the Selo Verde origins and its association with international environmental regulation mechanisms. The main argument is that although the Selo Verde helps expand market opportunities, it fails to provide effective solutions for cumulative environmental impacts, like those highlighted by the Enawenê-Nawê. The article combines a bibliographic review on international environmental regulation, field research among the Enawenê-Nawê, and interviews with key actors involved in the environmental debate in Mato Grosso.

Keywords: Small Hydroelectric Plants; Juruena River Basin; Green Seal; ISO 14001.

Introdução: tensões no Alto do Juruena

Em junho de 2023 a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso (SEMA-MT) concedeu o Selo Verde a cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) do Grupo Bom Futuro, Cidezal, Telegráfica, Rondon, Parecis e Sapezal. Criada em 2005, essa categoria de certificação representou, naquele momento, uma inovação. Era a primeira vez que um empreendimento do setor energético recebia tal reconhecimento. O Selo se somou a outras duas certificações desse Complexo de PCHs, o ISO 14001⁵ e, ainda, a um selo socioambiental de uma controversa empresa privada⁶. Esse artigo objetiva colocar em questão tais certificações, contextualizando-as em

⁵ ISO 1400. A Bom Futuro Energia foi certificada ainda em 2022 com a ISO 14001, que é uma norma internacional de sistema de gestão ambiental (SGA). Ao adotar essas certificações, como a ISO 14001, as organizações demonstram seu compromisso com a proteção do meio ambiente, redução de desperdício, uso eficiente de recursos naturais e prevenção da poluição. Disponível em: <<https://www.bomfuturo.com.br/pt-br/o-que-fazemos/energia/pch>>. Acesso em: 10 de out de 2025.

âmbitos nacionais e internacionais e confrontando-as com as denúncias de um grupo diretamente impactado, os Enawenê- Nawê⁷.

Enquanto a certificação de sustentabilidade das hidrelétricas do Grupo Bom Futuro era celebrada, um grupo de 400 indígenas da etnia Enawenê-Nawê protestavam contra os impactos do Complexo de Hidrelétricas do Juruena (CHJ) em seu território. O propósito da manifestação era buscar uma reunião com dirigentes das hidrelétricas a fim de reposicionar acordos e condicionantes atreladas as limitações que as hidrelétricas impõem ao uso de rios e áreas de florestas, especialmente associados a mel e a peixes, elementos centrais para realização do calendário ritual *Yaokwa*. A demanda, Enawenê-Nawê por diálogo, foi recebida com hostilidade e violência pela equipe de segurança no Grupo Bom Futuro, que reagiu à presença do grupo com truculência, atirando contra os indígenas presentes com balas de borracha⁸.

Por um lado, o selo foi comemorado pelo próprio Grupo Bom Futuro como uma “comprovação de que a empresa desenvolve suas atividades baseadas em políticas e práticas sustentáveis” e de “energia limpa e renovável”⁹, com uso eficiente de recursos naturais, prevenção da poluição, redução de desperdício. Esse tipo de informação foi também veiculada localmente,

⁶ A empresa em questão se denomina Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes. Trata-se de uma dupla controversa, por um lado a empresa reproduz o nome de uma Autarquia Federal, deixando duplicidade de entendimento. Por outro lado, embora emita Selos, apenas uma reduzida porcentagem dessas mesmas empresas certificadas divulga seus relatórios de sustentabilidade (RICARDO, 2017).

⁷ Os resultados aqui apresentados constituem-se como uma versão da Consultoria de Pesquisa realizada para a Operação Amazônia Nativa (OPAN) pela primeira autora deste artigo entre outubro de 2024 e março de 2025. A metodologia incluiu entrevistas com técnicos ambientais, análise de dados de campo secundários entre os Enawenê-Nawê e análise documental e histórica. A segunda autora foi responsável por revisões metodológicas e estruturais do texto. Acompanharam o processo da pesquisa, cooperando com dados secundários e enquanto representantes da organização contratante, o terceiro e quarto autores desse artigo.

⁸ Informação disponíveis em: <<https://cimi.org.br/2015/10/37868/#:~:text=25%2F10%2F2015-,Enawen%C3%AA%2DNaw%C3%AA%20%C3%A9%20baleado%20no%20peito%20durante%20ataque%20de%20caminhoneiros,na%20tarde%20deste%20s%C3%A1bado%2C%2024>>. Acesso em: 05 de abr de 2025.

⁹ Trechos reproduzidos, retirados de reportagem de divulgação no site do Grupo Bom Futuro. Disponível em: <<https://bomfuturo.com.br/pt-br/comunicacao/noticias/bom-futuro-recebe-selo-verde-de-sustentabilidade-em-mt>>. Acesso em: 12 de mai de 2025.

como, por exemplo, no Jornal o Livre¹⁰, no STG News¹¹ e no Giro MT¹².

Por outro lado, a demanda Enawenê-Nawê se fazia ouvir em outros espaços de discussão. No jornal *Survival Brazil*, o CHJ, era associado à noção de impacto¹³. E no site Amazônia Real enfatizava como as hidrelétricas afetaram o ritual *Yaokwa*, patrimônio reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), marcado pelas relações entre os Enawenê-Nawê com as águas do Juruena e pela pesca em seus afluentes¹⁴.

Assim se desenha a questão central desta investigação. Longe do Juruena, os responsáveis técnicos da Usina recebiam placas elogiosas em meio a Semana do Meio Ambiente da SEMA-MT. O cenário *in locus*, no entanto, mostra a aflição de um território em que a pretensa sustentabilidade apregoada pela Usina, afasta os Enawenê-Nawê de seus próprios modos de vida. O presente artigo reflete sobre mecanismos de regulamentação ambiental e a aplicação de selos de sustentabilidade que desconsideram toda uma cadeia de impactos cumulativos. Apresenta, para isso, resultados de uma pesquisa em torno do Selo Verde deferido pela SEMA-MT às hidrelétricas do complexo Juruena (Grupo Bom Futuro).

A partir desse contexto, emergem as seguintes perguntas: Qual o contexto geral para o deferimento do Selo? Como conectar a mobilização Enawenê-Nawê em prol da visibilidade de impactos da hidrelétrica à concessão de um Selo verde para essas mesmas PCHs? Como pensar uma crítica à sustentabilidade corporativa apregoada pela Bom Futuro paralelamente à discussão de ferramentas de regulamentação ambiental? De que modo é possível vincular tal sustentabilidade

¹⁰Disponível em: <<https://mercado.olivre.com.br/bom-futuro-e-a-1a-empresa-de-energia-hidreletrica-a-receber-selo-verde-em-mt>>. Acesso em: 12 de mai de 2025.

¹¹Disponível em: <<https://stgnews.com.br/bom-futuro-e-a-1a-empresa-do-setor-hidreletrico-a-receber-selo-verde-em-mt/>>. Acesso em: 12 de mai de 2025.

¹²Disponível em: <<https://www.giromt.com.br/2023/06/06/bom-futuro-e-a-1a-empresa-do-setor-de-energia-hidreletrica-a-receber-selo-verde-em-mato-grosso/>>. Acesso em: 12 de mai de 2025.

¹³ Disponível em: <<https://survivalbrasil.org/filmes/849104761>>. Acesso em: 12 de mai de 2025.

¹⁴ Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/povo-enawene-nawe/>>. Acesso em: 12 de mai de 2025.

corporativa com os impactos descritos pelo povo que coexiste nesse território em disputa e vive a cotidianidade de seus efeitos?

Os principais argumentos que se levantam a partir desse material são:

A. O deferimento de Selo Verde ao Complexo Hidrelétrico na Bacia do Juruena está ligado a uma origem global de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA).

B. Os SGAs e os Selos Verdes possuem grande efetividade na criação e expansão de mercados, mas apresentam limitações profundas na efetividade de sua aplicação.

C. É preciso reconhecer o papel Enawenê-Nawê na diversidade local e apontar os riscos associados a empreendimentos categorizados como limpos, mas incapazes de identificar uma longa cadeia de impactos a eles associados.

Para solidificar tal argumentação, o texto se divide nas seguintes sessões. A primeira seção avalia o modo que o selo se associa a contextos políticos do Mato Grosso. Na seção 2 a atenção volta a descrever o que é o Selo Verde, qual o contexto de sua criação e sua relação com uma tendência global de regulamentações ambientais. A seção 3 evidencia como o Selo Verde oblitera uma grande cadeia temporal de impactos. Por fim, a seção 4 se volta a contrapor os argumentos técnicos com argumentos fundados no modo de vida Enawenê-nawê. As considerações finais retomam os argumentos centrais, para apontar os paradoxos do modelo de desenvolvimento sustentável ao qual o Selo Verde se alinha.

O histórico do Selo Verde no Mato Grosso

A criação de Selos Verdes pelas Secretarias de Meio Ambiente de estados brasileiros foi um processo iniciado no final do século XX. Ainda em 1990 o estado do Paraná foi um dos pioneiros nessas iniciativas. Tratou-se de uma legislação “com o objetivo de identificar produtos [...] que não

causem danos ao meio ambiente”¹⁵. Sete anos mais tarde, o estado do Amapá desenvolveu através de sua SEMA um selo verde¹⁶ destinado às iniciativas que desenvolvam suas atividades em estrita observância com as normas na Legislação ambiental em vigor. Nos anos 2000 as iniciativas de criação de selo verde se expandiram pelas SEMAs em diferentes estados brasileiros. Dentre essas iniciativas, destaca-se o caso do Estado do Mato Grosso como foco de análise.

O Selo Verde da SEMA-MT foi proposto ainda em 2002 pelo deputado José Riva, do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB)¹⁷. Na Assembleia Legislativa do Estado, o deputado discursou sobre sua proposta lançada em consonância com o Dia do Meio Ambiente. Nas palavras do deputado “Um dos maiores desafios do mundo contemporâneo é conciliar desenvolvimento econômico com a defesa do meio ambiente [...] O objetivo [do Selo] é unir governo e sociedade na preservação do nosso meio ambiente”¹⁸. A necessidade de associação entre desenvolvimento econômico e a defesa ambiental marcou também as discussões dos anos seguintes. Cabe lembrar o contexto político: o PSDB, partido de Riva, ocupava a Presidência da República, com o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e nas eleições de 2002, o partido liderou também a eleição de deputados federais e estaduais no Mato Grosso¹⁹. A preocupação conciliatória entre planejamentos desenvolvimentistas para o estado e um alinhamento com as discussões, naquele

¹⁵ Lei n.º 11450 - 20/06/96. Disponível em: < https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-11450-1996-parana-institui-o-selo-verde-com-o-objetivo-de-identificar-produtos-e-processos-desenvolvidos-produzidos-fabricados-e-ou-comercializados-no-estado-do-parana-que-nao-causem-danos-ao-meio-ambiente?utm_source=chatgpt.com >. Acesso em: 12 de mai de 2025.

¹⁶ Lei n.º 0363 de 12 de setembro de 1997. Disponível em: <<https://iframe.leisestaduais.com.br/ap/lei-ordinaria-n-363-1997-amapa-institui-o-selo-verde-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 de maio de 2025.

¹⁷ Dados eleitorais de 2002: 24 dos 7 deputados estaduais eleitos naquele ano eram filiados ao PSDB e 3 dos 8 deputados federais também eram filiados ao partido. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/confira-o-resultado-oficial-das-eleicoes-2002/visualizar>>. Acesso em: 17 de mai de 2025.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/propostas-de-riva-visam-preservacao-do-meio-ambiente/visualiza>>. Acesso em: 17 de mai de 2025.

¹⁹ Os dados eleitorais de 2002, mostram que 3 dos 8 Deputados Federais eleitos eram do PSDB, entre os Deputados Federais 7 dos 24 candidatos eleitos eram do PSDB. Disponíveis em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/confira-o-resultado-oficial-das-eleicoes-2002/visualizar>>. Acesso em: 17 de mai de 2025.

momento, crescentes sobre meio ambiente, balizaram a legislação que instituiu o Selo Verde em 2005, três anos após a proposta de Riva²⁰.

Na primeira normativa, de 2005, a lei complementar 233/2005 ainda não determina as normas para a aplicação do selo verde. Entretanto, em 2006, a atualização do Selo Verde definiu que poderiam se candidatar ao selo empresas que tivessem o Sistema de Gestão Ambiental implantado há um período de 12 meses. E assim, como a proposta inicial do deputado Riva, o ato solene de entrega do Selo Verde também foi celebrado no Dia Internacional do Meio Ambiente. Na ocasião o então governador Blairo Maggi afirmou: “O Selo Verde, que futuramente queremos unir à certificação social, é mais um mecanismo para trazer pessoas e empresas para a necessidade da conscientização ambiental”. Como veremos nas seções seguintes, a possibilidade de associar o Selo Verde a um Selo social não se concretizou. Em 2006, 5 empreendimentos do agronegócio e do ramo de bebidas²¹ receberam o Selo Verde, da SEMA-MT, dentre eles empresas do Grupo irmão André Maggi, seu irmão.

O debate político sobre o Selo Verde no âmbito da SEMA-MT, desde sua proposição, é marcado pela discussão de desenvolvimento, mobilizando os segmentos de economia, sociedade e meio ambiente, como discute Escobar (1995). Assim, diferentes categorias são mobilizadas em torno da pauta desenvolvimentista Barlow (2021). A divulgação institucional do Selo Verde na década seguinte enfatiza esse caráter. “O Selo Verde é uma importante ferramenta do órgão ambiental para incentivar os empresários quanto à importância de investir na sustentabilidade e

²⁰ Vale a pena lembrar que em 2013 Riva ganhou notoriedade no Brasil diante do escândalo que o faz ser lembrado como “o político com mais de 100 processos”. Entre os processos estava a acusação de usar de sua influência para garantir cargos para seus vínculos pessoais, inclusive para sua esposa, processada por crime ambiental. Informação disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/jose-geraldo-riva-um-politico-com-mais-de-100-processos-7726347>>. Acesso em: 17 de mai de 2025.

²¹Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/mt-certifica-empresas-com-selo-ambiental/visualizar>>. Acesso em: 22 de mai de 2025.

fomentar a cultura de conservação ambiental”²².

Tal foi o contexto da divulgação do Selo Verde no site da SEMA-MT em 2017. Os anos seguintes seriam marcados pela digitalização de procedimentos, dentre os anos de 2017 e 2024, as inscrições para o Selo Verde foram periodicamente divulgadas no site da SEMA-MT²³ a partir do preenchimento de um formulário virtual. Nessas divulgações nota-se a noção de economia marcada pelo papel dos empresários e a necessidade de expansão de mercados. Ao passo que, a temática do “meio ambiente” é associada a termos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. A mobilização de tais temas indica a postura ambivalente que a sustentabilidade oferece para a aproximação entre mercado e pauta ambiental (Silva Júnior et al., 2015). Isso é, a sustentabilidade é usada pelo mercado para pautar temas ambientais e se torna uma ferramenta de legitimação de ações que alimentam a ampla cadeia de impactos.

Certamente, esse não se trata de um debate restrito ao cenário nacional. A afirmação da superintendente de Educação Ambiental do Mato Grosso, Vânia Montalvão reforça esse caráter: “Com o certificado os empreendimentos têm mais credibilidade junto ao mercado para as negociações nacionais e até internacionais, já que os trabalhos das empresas seguem os critérios do ISO 14001”²⁴. Para entender tal contexto, é necessário olhar para a criação de tal ISO.

ISO 14001, a sustentabilidade em selos internacionais e o Selo Verde

Essa sessão apresenta o alinhamento entre o ISO e tendências globais de mercado que influenciará a temática ambiental desde a Europa até o território Enawenê-Nawê no Mato Grosso.

²² Disponível em: <<https://www.secom.mt.gov.br/w/11328981-empresendedores-podem-solicitar-selo-verde-ate-28-de-fevereiro>>. Acesso em: 22 de mai de 2025.

²³ Disponível em: <<https://www.ager.mt.gov.br/web/mt/w/5790228-estao-abertas-as-inscricoes-para-empresas-interessadas-em-receber-selo-verde>>. Acesso em: 22 de mai de 2025.

²⁴ Informação disponível: <<https://www.midianews.com.br/cotidiano/empresas-podem-solicitar-selo-verde-ate-o-dia-15-de-fevereiro/416366>>. Acesso em: 24 de ago de 2025.

A criação do ISO se iniciou em 1947²⁵ quando membros de 25 países se reuniram no Reino Unido a fim de criar a *International Organization for Standardization* (ISO), uma organização com o objetivo de formular normas internacionais para padrões de produtos. Em 1948, a sede foi transferida para a Noruega, onde permaneceu até os tempos contemporâneos²⁶. Aquele momento representou um contexto global complexo que a historiografia contemporânea reconhece como um período de conflitos territoriais e de ameaças bélicas acompanhadas pela competição e expansão de mercados e influência no comércio internacional (Sato, 2000).

Em 1951, a ISO publicou o primeiro conjunto de regulamentações para manufatura e controle de produtos. Tal normativa era uma iniciativa alinhada à expansão do comércio internacional, acelerado pelo crescimento de mercados consumidores tanto em países no norte global quanto pela expansão de mercados nos países chamados “em desenvolvimento” do sul global (Roberts e Robinson, 1990). Embora as justificativas iniciais para a aplicação do ISO estivessem ligadas a uma demanda dos consumidores, com o tempo elas foram se deslocando para as vantagens para o próprio negócio (Maekawa et al., 2013). Como veremos, essa é uma característica compartilhada com o ISO 14001.

O ISO passou por atualizações sucessivas para poder ser aplicado em um número cada vez mais variado de processos, de indústrias a serviços. A organização se estendeu em número de países, somando 173 membros entre países signatários e 845 comissões de trabalho²⁷. Foi na continuidade do trabalho dessas comissões que, décadas depois da publicação das primeiras normatizações, foram criadas as primeiras normatizações ambientais que balizam o Selo Verde SEMA- MT. Assim, no âmbito internacional, a noção de expansão de mercado aparece como ideia

²⁵ No ano da criação do ISO países se dividiram em diferentes grupos e alinhamentos no que posteriormente veio a ser chamado de Guerra Fria.

²⁶ As informações apresentadas no site do ISO, permitem uma percepção nítida da relação entre as políticas estatais e o estabelecimento das Normativas. Disponível em: <<https://www.iso.org/about>>. Acesso em: 22 de mai. de 2025.

²⁷ Disponível em: <<https://www.iso.org/about>>. Acesso em: 22 de mai de 2025.

determinante do ISO 14001.

Selos Verdes e a ampliação de mercado

Em 1987, em um marco histórico, o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser a nova abordagem da Organização das Nações Unidas (ONU) através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Naquele mesmo ano, todos os países membros da ONU passaram a adotar o Acordo de Montreal, referente “a gases destruidores da camada de ozônio” e à regulamentação da produção e consumo de 100 produtos químicos²⁸. Coincidentemente, também foi o ano de criação da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso²⁹.

O fim dos anos 80 e o início dos anos 90, se caracterizam por uma ampliação de acordos internacionais e normatizações em torno da temática do meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro em 1992, e a Conferência das Partes (COP), organismo das Nações Unidas responsável por pensar as mudanças climáticas, criada em 1995, são alguns marcos. Assim, o debate atingiu dimensões políticas e públicas, mas também alcançou as lógicas de mercado, dentre elas o ISO 14001.

Em 1995, a ISO iniciou os primeiros estudos para a formulação de uma ferramenta de padronização especificamente para o meio ambiente (Di Noias & Nicoletti, 2016). A estrutura dessa ISO e seus mecanismos foram estabelecidos com base no selo para processos e produtos industriais, a ISO 9000³⁰. A ideia central era desenvolver um tipo de normativa que pudesse ser aplicado em qualquer espaço do mundo a partir da melhoria dos processos existentes e das

²⁸Disponível em: <<https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline>>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

²⁹ Através da Lei n.º 5218 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1987. Disponível em: <<https://legislacao.mt.gov.br/mt/lei-ordinaria-n-5218-1987-mato-grosso-cria-a-secretaria-de-estado-do-meio-ambiente-sema-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 22 de mai de 2025.

³⁰ Disponível em: <<https://www.iso.org/standards/popular/iso-9000-family>>. Acesso em: 13 de out de 2025.

legislações locais. Para isso era necessário criar não apenas um Sistema da Gestão, mas um Sistema de Gestão Ambiental que não implicasse em normatizações específicas, mas ao cumprimento das legislações existentes e à melhoria contínua dos processos.

Na argumentação de gestores e engenheiros ambientais, SGAs são ferramentas para implantar melhorias da cadeia de processos de uma indústria ou instituição tendo em vista a relação entre tais processos e o meio ambiente, a partir de três bases: a) prevenção e redução de processos que possam interagir com o meio ambiente, b) minimização ou eliminação de mudanças ambientais provocadas pelos processos e produtos, e c) melhorias na atuação ambiental (Roberts e Robinson, 1990).

Embora os termos sejam bastante abrangentes, a implementação de um SGA, como propõe o Selo Verde atribuído às PCH do Juruena, se inicia com o levantamento dos processos incluídos na cadeia produtiva e segue avaliando os impactos desses processos para o Meio Ambiente. No caso do Selo Verde da SEMA-MT, as empresas precisam ter o sistema implantado há pelo menos um ano para se inscreverem como candidatas ao Selo.

O crescimento no número de Selos Verdes no território nacional e de certificações ambientais, acompanham o debate político global em torno da temática ambiental. É nesse contexto que os Selos Verdes são apresentados como uma garantia das boas práticas ambientais, do compromisso com o meio ambiente e com a sustentabilidade. Nesse ínterim crescem também certas facilidades institucionais, para as licitações, os licenciamentos de empresas que possuem essas certificações³¹. Como vimos, no entanto, o ISO 14001 não implica em criação de normas e limitação de impactos

³¹ Alguns exemplos são, a agilidade de licenciamento para empreendimentos de “energia limpa” no estado do Paraná; a facilidade para licitação de “Empresa Parceira do Meio Ambiente” Projeto de Lei N5690, de 2019. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8030929&ts=1727097035515&disposition=inlin>; <https://www.sedest.pr.gov.br/Noticia/Estado-agiliza-licenciamento-de-empreendimentos-para-producao-de-energia-limpa>; <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8030929&ts=1727097035515&disposition=inline>>. Acesso em: 10 de out de 2025.

ambientais, mas na avaliação de processos, na sistematização das ações que geram um produto ou serviço. O que conta, portanto, é o cumprimento da legislação existente.

Embora exista uma aparente distância entre o surgimento do ISO 14001 e o Selo Verde deferido ao Complexo de Hidrelétricas que impacta diretamente a vida Enawenê-Nawê na Bacia do Juruena, olhar para a linha do tempo permite ver como temáticas muito distintas passaram a surgir em torno do tema da sustentabilidade ambiental e observar como lógicas industriais são replicadas na regulamentação ambiental.

SGA: da expansão de mercados à obliteração de impactos

Entre os anos de 1999 e 2013, o total de empresas certificadas pelo ISO passou de 14 mil para 330 mil (Dinoia e Nicoletti, 2016). Em uma análise de mais de uma dezena de estudos sobre a implantação do ISO, foram mapeadas as principais razões para implantar o ISO e as dividiram em três eixos: desempenho ambiental, eficiência e lucratividade (Dinoia e Nicoletti, 2016). Os autores também destacam alguns benefícios específicos tais como a melhoria da imagem, satisfação do cliente, desempenho dos trabalhadores, competitividade e relacionamentos com as partes interessadas. Outros autores indicam a seguinte lista de fatores: ganhar ou manter participação de mercado através de uma imagem corporativa verde; atrair investimentos mais éticos; reduzir riscos de seguro; reduzir riscos de processos judiciais; reduzir custos (Whitelaw, 1998). Nessa lista de vantagens do ISO 14001, os fatores indicam ampliação de lucros e mercados de uma instituição. Essa abordagem não se limita às análises locais, ao redor de todo o mundo, pesquisas indicam uma firme relação entre adoção desses indicativos e efeitos positivos significativos nos mercados financeiros (Ermaya e Mashurim, 2020).

Ao nível nacional, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) apresenta ainda 10 vantagens de seu selo verde em um fluxograma com os seguintes elementos:

empresa ambientalmente correta, melhora imagem corporativa e reputação da marca; melhora contínua dos processos; acompanhamento técnico; produção de educação ambiental e influência positiva; elevação de produtividade e da motivação dos colaboradores; redução significativa de custos e recursos; engajamento e fidelidade dos consumidores; benefícios em processos financeiros; marketing/ marketing digital.

Imagem 1 - Fluxograma de 10 Vantagens do selo Verde



Fonte: Site Instituto Chico Mendes³².

Como efeito, a adoção de ISO 14001 passa a fazer parte de exigências internacionais (e por vezes nacionais) para diversos nichos de comércio, desde a produção de carne³³, à exportação de madeira (Machado, 2008). Assim, uma série de pesquisas indicam a efetividade da implantação do ISO 14001 para expansão de mercados, criação de boa imagem para clientes e economia nos processos industriais. Com outra abordagem, pesquisas de teor ecológico e ambiental indicam que os Selos Verdes podem também incorrer no grave risco de não produzir efeitos de melhorias

³² Disponível em: <<https://www.institutochicomendes.org.br/>>. Acesso em: 12 de out de 2025.

³³ Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/102468/?v=pdf>>. Acesso em: 10 de out de 2025.

efetivas, um fenômeno já conhecido pela literatura especializada (Spaargaren, 2000; Silva Júnior et al., 2015; Wu, 2006).

Com o conceito de “injustiça da sustentabilidade”, o engenheiro de produção Marcelo Porto e seus colaboradores apontam para casos em que aquilo que frequentemente se denomina como energia limpa é atravessado, na verdade, por grandes impactos tanto ambientais quanto sociais. Essa discussão passa pela centralidade que o debate acerca da emissão de gases poluentes teve no início do século. Não é de se surpreender que já nas primeiras conferências ambientais da ONU, mencionadas na seção anterior, denunciar e regular os níveis de emissão de poluentes estava entre as prioridades. A atenção para emissão de poluentes também se consolidou como um dos principais pontos de atenção: a ausência de processos de combustão e baixa emissão de carbono tendem a ser consideradas como tecnologias limpas (Porto et al., 2013).

Embora a emissão de gases poluentes seja um parâmetro para calcular o quão impactante pode ser uma indústria, esse está longe de ser um parâmetro único. Os impactos gerados pelas PCHs são um exemplo ilustrativo de termos como “verdes” ou “limpas” podem esconder uma longa cadeia de impactos.

Nesse contexto, os selos verdes são caracterizados como “atividade ambiental simbólica”, uma das discussões atreladas às temáticas de *greenwashing* (Xing et al., 2024). A ideia de uma atividade ambiental simbólica mostra como empresas podem associar-se a mecanismos e noções que as promovam como ambientalmente corretas, sem, no entanto, apresentar soluções ou mesmo informações corretas e nítidas sobre seus procedimentos. Trata-se de uma estratégia em que as ações ambientais concretas ficam intangíveis e fazem parte de ações de inovação pouco nítidas.

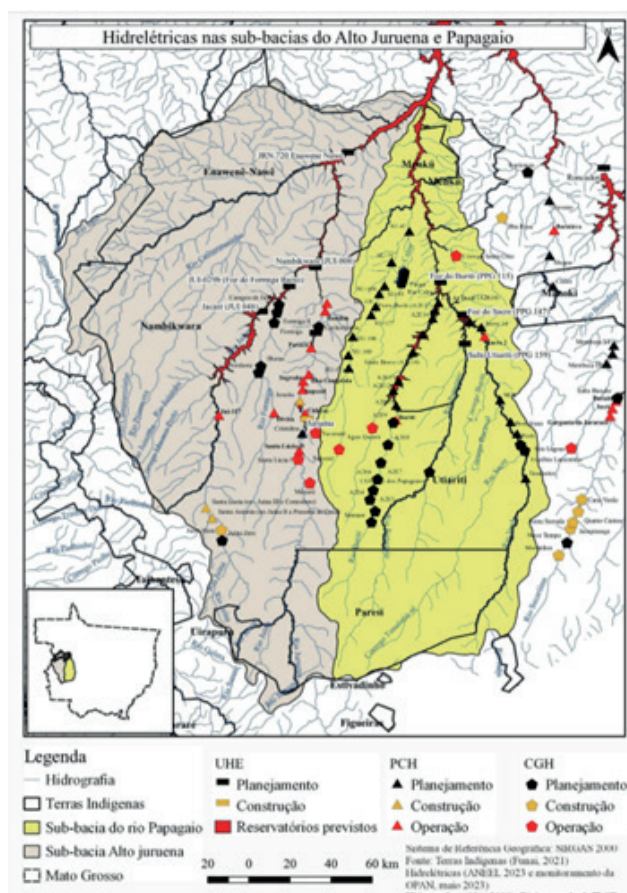
Em estudos sobre a matriz energética brasileira e sua relação com o mercado externo, o tema do *Greenwashing* também identificado como a adoção de medidas que tornem empreendimentos mais alinhados às demandas internacionais, nos termos da antropóloga Vanessa Perin: “Com o

certificado os empreendimentos têm mais credibilidade junto ao mercado para as negociações nacionais e até internacionais, já que os trabalhos das empresas seguem os critérios do ISO 14001” (Perin, 2022, p. 85). Tanto as grandes quanto as pequenas centrais hidrelétricas englobam uma lista ampla de impactos, tais como: supressão de fauna, alagamento, alteração de fluxos de rios, alteração do ecossistema local (Queiroz et al., 2013). O Próprio Complexo hidrelétrico do Juruena ilustra bem os efeitos cumulativos:

A alternativa mais recente de substituição ao modelo das grandes hidrelétricas pelas PCHs não tem sido suficiente para modificar de forma substancial a geração de novos conflitos. Parcela dessa responsabilidade ocorre justamente pela maior flexibilização da legislação ambiental, garantindo critérios mais ágeis e permissivos para a construção de novos empreendimentos. O caso do Estado do Mato Grosso revela como a sustentabilidade ambiental pode acabar servindo para burlar mecanismos regulatórios relacionados aos impactos sociais e ambientais dos investimentos (Porto et al., 2013).

As PCHs encontram na legislação a vantagem de um rigor mais brando com relação à avaliação dos impactos do empreendimento (Perin, 2022), no entanto, quando se somam os efeitos de diferentes empreendimentos, há uma sequência ampla de danos que sequer são mapeados. Embora não mapeados nesses escopos técnicos que propõem tais selos, os impactos cumulativos podem ser vividamente sentidos pelas comunidades locais, como os Enawenê-Nawê denunciam.

Imagem 2 - Mapa: A profusão de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Juruena.



Fonte: Monitoramento da Atividade Pesqueira na Terra Indígena Enawenê-Nawê, sub-bacia do Alto Juruena -OPAN.

O Mapa de hidrelétricas nas sub-bacias do Alto do Juruena permite ver como o território tem vivido uma grande pressão pela instalação de novos empreendimentos hidrelétricos: são 179 empreendimentos mapeados³⁴. A ausência de mapeamento sobre efeitos cumulativos de tais empreendimentos e os riscos para a vida das abundantes espécies desse ecossistema, continuam a ser apontadas pela literatura (Athayde et al., 2022). É preciso destacar a relação entre esse contexto e a implantação do SGA, que propõe uma continuidade entre processos de uma instituição e o meio ambiente que o cerca, no entanto, é incapaz de incluir em seus cálculos, a multiplicidade

³⁴ Dados do Monitoramento das hidrelétricas na bacia do Juruena. Disponível em: <<https://amazonianativa.org.br/2023/10/02/relatoriomonitoramento-das-hidreletricas-na-bacia-do-rio-juruena/>>. Acesso em: 18 de out de 2025.

de impactos associados a um amplo número de empreendimentos pode causar em um ambiente marcado pela biodiversidade (Morawska Vianna, 2014).

Ao mapear processos envolvidos em um empreendimento em operação, SGAs podem identificar os principais poluentes e modos de reduzir emissões. Como aponta a seção anterior, o SGA foi criado em um momento global de ampla atenção à emissão de poluentes (preocupação de extrema relevância em nossos dias). No entanto, no caso de empreendimentos pouco emissivos (mas muito impactantes), o SGA oblitera impactos associados à sua instalação e à sua operação (Batista et al., 2012). Essa análise crítica permite ver como SGAs não são desenhados para apreender os impactos cumulativos de diferentes empreendimentos em um mesmo território. O Selo Verde mostra-se como uma ferramenta poderosa para abrir mercado, mas ambientalmente ineficaz na Bacia do Juruena.

A questão da ineficácia se soma a uma ausência de nitidez sobre os processos que compõem os circuitos de certificação. Como lembra Xing (2024), a obliteração dos processos de certificação e das concessões são um marco desse contexto. O próprio Selo Verde, embora vastamente divulgado pela SEMA-MT, tem seus parâmetros pouco nítidos.

A falta de transparência de parte da própria SEMA-MT³⁵ se repete no selo da certificadora privada, no “Selo Socioambiental Chico Mendes³⁶”, que é pleiteado a partir da seguinte sequência de procedimentos³⁷: 1. A elegibilidade se dá a partir do preenchimento de requerimento confidencial de Avaliação; 2. Uma avaliação inicial com possibilidade de pedidos de informações adicionais; 3.

³⁵ Um dos aspectos mais gerais dessa falta de transparência se faz ver também no fechamento da Biblioteca da SEMA. A biblioteca, inicialmente criada em 1995, foi reaberta no ano de 2011 e voltou a fechar no ano de 2019. Disponíveis em: <<https://www.indea.mt.gov.br/-/meio-ambiente-sema-reabre-a-biblioteca-arne-sucksdorff>> e <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/02/28/com-menos-de-1-visitante-por-dia-biblioteca-e-fechada-por-falta-de-publico-em-cuiaba-e-acervo-sera-doadado.ghtml>>. Acesso em: 22 de out de 2025.

³⁶ O termo aqui é apontado entre aspas para destacar que não se trata de uma certificação do ICMBio (do órgão governamental).

³⁷ Disponível em: <<https://www.institutochicomendes.org.br/certifica%C3%A7%C3%A3osocioambiental>>. Acesso em: 12 de out de 2025.

Parecer técnico com verificação dos documentos; 4. Visita técnica para verificação de informações apresentadas; 5. Homologação do Selo; 6. Acompanhamento. Embora a exposição da sequência dos procedimentos indique maior nitidez, ela revela também uma hermeticidade do processo incompatível com o contexto da Bacia do Juruena.

Assim, a falta de nitidez nos procedimentos adotados para a certificação, se inserem na discussão sobre a ampliação do mercado como o único horizonte da sustentabilidade, de modo, então, desarticulado como o contexto dos territórios alterados. O Selo Verde, assim, embora seja divulgado como uma medida de sustentabilidade e uma comprovação do compromisso ambiental do Grupo Bom Futuro, dá poucas pistas de quais as medidas concretas de sua aplicação.

“Agregar” Valor ao Produto e o Apagamento da trilha de impactos

A narrativa sobre usos simbólicos de certificações ambientais não é exclusiva de teóricos e pesquisadores da questão. Uma entrevista com uma ex-analista Ambiental³⁸ da própria SEMA-MT indica que o selo verde muitas vezes se constitui como uma estratégia de “agregar valor ao produto usando a própria natureza”³⁹. As indústrias da pecuária e da soja são exemplos de como um empreendimento altamente impactante pode chegar aos mercados externos com valores mais elevados pelos certificados ambientais, no entanto, tais selos podem não fazer jus às ações concretas tomadas *em in locus*⁴⁰. Outro aspecto mencionado na entrevista é o interesse de empresas em criar para si uma imagem positiva, essa seria outra forma de agregar valor ao produto frequentemente ligado a ativos em bolsas de valores.

³⁸ O nome da pessoa entrevistada é omitido no presente artigo como forma de proteger a identidade da pessoa entrevistada.

³⁹ Citação direta a entrevista semiestruturada realizada virtualmente em fevereiro de 2025.

⁴⁰ Durante a entrevista foram citados como exemplo uma empresa de produção de carne para a exportação, ambientalmente certificada, cujos rejeitos que deveriam ser tratados em três diferentes processos de purificação, estavam sendo lançados diretamente em canal de água próximo e produzindo um contexto altamente poluente para o entorno.

A noção de que Selos Verdes atuam para “agregar valor ao produto” foi também mencionada em uma entrevista com um representante do Observa MT⁴¹, que também indica um “esverdeamento de atividades, o que é direcionado para as certificadoras”. A interlocutora também mencionou uma diferença entre empreendimentos legais e legalizados, comentou que o Mato Grosso, tem o perfil de grande número de investimentos que não são legais, mas que são produzidos para se tornarem legais a partir de condicionantes, ajustes e mitigações. O Selo Verde, nesse sentido, é mais uma dessas estratégias de legalizar empreendimentos. O esverdeamento funcionaria como mais uma medida para promover maior controle de cadeia e atender à exigência do mercado interno, sem de fato mudar processos. O Selo Verde para essa interlocutora é uma forma de dizer “estamos dentro das regras do jogo”.

Estar dentro das regras do jogo parece ser uma das grandes preocupações para o grupo Bom Futuro, uma preocupação alinhada com projeções de avançar no mercado externo e com a ampliação de sua atuação no mercado de ações. A reportagem, intitulada “O império da Família Maggi”⁴², aponta que os negócios da família passaram por um ponto de virada para a busca de negócios mais sustentáveis quando, em 2006, Blairo Maggi foi apontado pelo Greenpeace como a pessoa que mais contribuiu para o desmatamento na Amazônia⁴³. O caso é caracterizado como um ponto de virada radical a partir do qual passaram a adotar medidas sustentáveis. Com base no material aqui apresentado, no entanto, o ponto de virada seria a identificação da oportunidade de expandir produtos, de situar-se em um mercado emergente de produtos certificados, acender ao

⁴¹ Rede que atua na intermediação entre sociedade e poder público no Mato Grosso, mapeando conflitos, produzindo dados e realizando mobilizações vinculadas a pautas socioambientais no estado. Disponível em: <<https://observamt.org.br/>>. Acesso em: 17 de set de 2025.

⁴² Reportagem da revista virtual Dinheiro Rural. Disponível em: <<https://dinheirorural.com.br/o-imperio-da-familia-maggi/>>. Acesso em 10 de out de 2025.

⁴³ Referência a Golden Chainsaw Award Mato Grosso (Brazil: 2005), do Greenpeace. Disponíveis em: <<https://media.greenpeace.org/archive/Golden-Chainsaw-Award-Mato-Grosso--Brazil---2005--27MZIFLFSZCJ.html>>. Acesso em 10 de out de 2025.

mercado internacional e produzir para o Grupo Bom Futuro uma imagem mais alinhada às políticas ambientais vigentes. A iniciativa se conecta ainda à estratégia de aproximar o setor hidrelétrico brasileiro ao mercado de capitais (Perin, 2022).

O Selo Verde no SEMA-MT não é o único do grupo Bom Futuro. O grupo também recebeu o selo socioambiental da empresa privada Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes.

Apesar das certificações que ostenta o Complexo de PCHs na Bacia do Juruena, o processo de instalação das hidrelétricas foi marcada por irregularidades: segundo o Ministério Público Federal (MPF), embora os empreendimentos apresentassem enorme potencial de causar intenso e extenso impacto ambiental em terras indígenas (TI), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) só havia tomado conhecimento das usinas quando as Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI) já tinham sido emitidas pelo órgão estadual de meio ambiente. Isso evidencia a ilegalidade de seu processo de instalação (Fanzeres, 2008). A ação civil pública movida pelo MPF em 2007 aponta para as seguintes irregularidades⁴⁴:

- Supressão da participação da FUNAI no licenciamento.
 - Emissão de LPs e LIs sem estudos de impacto ambiental adequados.
 - Não cumprimento das condicionantes estabelecidas pela FEMA.
 - Renovação de LIs sem a realização dos EIAs/RIMAs exigidos.
 - Desconsideração dos estudos de AAI insuficientes.
 - Desrespeito à necessidade de autorização do Congresso Nacional para aproveitamento de recursos hídricos em Terras Indígenas.
- Início das obras por parte da empresa Juruena Participações e Investimento S.A. sem a

⁴⁴ Dados referentes à Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, sob responsabilidade do Procurador Mário Lúcio de Avelar, contra o Estado do Mato Grosso, o IBAMA e a Jurema Investimentos (então responsável pelo complexo hidrelétrico), em dezembro de 2007.

devida licença.

Os indicadores de um uso meramente mercadológico do Selo Verde são notórios também na perda da biodiversidade na Bacia do Juruena. Desde 2009, as denúncias alarmantes produzem efeitos nos modos de vida Enawenê-Nawê: redução dos pescados, alterações significativas nas áreas de desova de peixes (Carvalho, 2023); redução de acesso a áreas de coleta de folhagens e mel (Rodgers, 2018).

Assim, uma longa cadeia de fatos se invisibiliza diante da pretensa sustentabilidade do “Selo Verde”. O Selo Verde termina por invisibilizar também a atuação importante que diferentes comunidades tradicionais trazem para a criação e conservação da biodiversidade, conforme apresenta a seção seguinte. À longa cadeia de impactos na instalação, mencionada nesta seção, somam-se os impactos associados à operação das PCHs, conforme indicam os conhecimentos e as denúncias dos Enawenê-Nawê.

Se por um lado, esses procedimentos associados a processos de licenciamento ambiental tendem a seguir uma trilha de documentos, por outro, eles operam obliterando a perspectiva de populações impactadas (Morawska Vianna, 2014). Essa não é uma experiência restritiva dos Enawenê-Nawê, os embates entre conhecimentos técnicos registrados em documentos e conhecimentos de comunidades que habitam os territórios impactados pelas corporações e seus interesses da expansão de mercado tem ocupado uma série de pesquisas. Seja em diálogo com comunidades indígenas, ou em tensões entre técnica na produção de documentos e seus encontros (e desencontros) com o conhecimento de grupos tradicionais, diferentes abordagens evidenciam essas tensões (Creado, 2008; Mantovanelli, 2016; Morawska & Ribeiro, 2018). O caso Enawenê-Nawê, portanto, se soma a uma luta muito mais ampla e torna visível essa resistência no território da Bacia do Juruena.

Técnicas Enawenê-Nawê: modos de vida em um corredor ecológico

Em 2010, o IPHAN estabeleceu como patrimônio imaterial um dos mais importantes rituais anuais Enawenê-Nawê: o *Yaokwa*. Um dossiê elaborado pelo IPHAN aponta como o ritual conecta sociedade, natureza e cultura nas temporalidades e memórias ancestrais do povo Enawenê-Nawê. A proposta dessa seção é confrontar a sustentabilidade criada pelo Selo Verde com os modos Enawenê-Nawê de sustentar a biodiversidade do Vale do Juruena.

O Dossiê enfatiza a relação que o *Yaokwa* apresenta entre a biodiversidade no Vale Do Juruena e o modo de vida Enawenê-Nawê: “é necessário e imprescindível que reconheçamos, em primeiro plano, o papel definitivo que a diversidade de sociedades (sociodiversidade) desempenha na manutenção e reprodução da biodiversidade” (Rodgers, 2018, p.13).

Alguns dos elementos centrais desse ritual demonstram bem esse imbricamento entre a biodiversidade local e a cosmologia de vida Enawenê-Nawê. O ritual, em si, é apresentado como um elemento que entrelaça as diferentes esferas de vida Enawenê-Nawê, nele alimentação, espiritualidade, parentesco e conhecimento técnico se associam em uma trama complexa. Essa trama que conecta a vida Enawenê-Nawê à diversidade dos seres que compartilham com eles o território.

Os Enawenê-Nawê ocupam tradicionalmente a região do vale do Juruena, seus relatos mostram como inicialmente estavam dispersos ao longo de toda a bacia e atualmente vivem em um território demarcado. A TI Enawenê-Nawê conta com 742.088 hectares. O uso desse território é associado a “regras de utilização e manejo” (Rodgers, 2018). Tais princípios éticos e ecológicos estão fundamentados nas experiências e saberes acumulados ao longo do tempo. Aquilo que dentro das lógicas dos sistemas ambientais é chamado de “recurso ambiental”, na cosmologia Enawenê-Nawê faz parte da posse dos *Yakairiti*. No *Yaokawa* diversos alimentos associados ao ritual também são posses desses seres: mandioca, milho, feijão, amendoim e peixes. Os *Yakairiti* são

caracterizados como disformes, fétidos, preguiçosos e insaciavelmente famintos. Os rituais, realizados em caráter de obrigatoriedade, estão longe de ser meras festividades. Servem para alimentar e afastar a periculosidade *Yakairiti*.

Tal ritual envolve um conjunto amplo de técnicas para coletar e preparar o alimento dos seres envolvidos nele, cada elemento carrega um amplo conjunto de técnicas e conhecimentos:

- O sal é preparado a partir de uma técnica ancestral lenta e dispendiosa que usa folhas para extração de poucos gramas de sal, usados sobretudo com finalidade ritual, para alimentar a fome de tais espíritos. As expedições para coletar o sal implicam em amplo conhecimento sobre a floresta e seus ciclos, o momento de coletar as folhas, o local de crescimento das diferentes espécies vegetais envolvidas.

- Outro elemento marcante do *Yaokwa* é o mel. Uma pesquisa etnobiológica indica que o Enawenê-Nawê conhecem, podem caracterizar, identificam nicho ecológico e comportamento social de 48 espécies de abelhas-sem-ferrão (Santos, 2008).

- Os peixes, por sua vez, representam o alimento mais abundante do ritual. Os Enawenê-Nawê são amplamente conhecidos na literatura da etnologia pelos seus conhecimentos sobre construções de barragens temporárias de madeiras, estruturas permitem posicionar cestos de pesca em pontos específicos do rio e capturar peixes migratórios que retornam de seus pontos de desova em pontos mais acima do rio. A construção de barragens e a pesca envolvem saberes específicos sobre pontos periodicamente alagáveis, espécies de peixes e seus comportamentos reprodutivos, o rio e seus momentos de cheia e vazão. Todos esses ciclos foram alterados pela construção de barragens no Alto do Juruena. Dentre as principais espécies de peixe usadas nos rituais está o piau três pintas, espécie que se alimenta de frutos, sementes e cupins (Carvalho, 2024). A ausência desse pescado, notada pela prática Enawenê-Nawê, também implica na ausência dessa espécie dentro de todo o ciclo ecossistêmico.

Esse conjunto de técnicas e conhecimentos não se restringe à dinâmica estrita da territorialidade da TI Enawenê-Nawê, ao contrário, depende de toda a vida da Bacia do Juruena e de seus ciclos. O impacto que a instalação e a operação das PCHs têm na vida do povo Enawenê-Nawê é explicitado por tais conhecimentos. Tendo esse argumento em vista, uma das propostas do Dossiê elaborado pelo IPHAN é o reconhecimento da Bacia do Juruena como um corredor ecológico-cultural⁴⁵. A estratégia poderia garantir a continuidade das práticas Enawenê-Nawê na Bacia do Juruena.

Esse longo ritual, que se estende por 7 meses a cada ano, esteve presente na vida Enawenê-Nawê, muito antes de qualquer noção de “sustentabilidade” nascer entre cientistas e empresas. É importante ressaltar que até o ano de 1974, os Enawenê-Nawê não tinham contato com o “mundo do mercado” que veio tão rapidamente a invadir seu território. Enquanto o ocidente se desdobrava na criação de SGA, de Secretarias de Meio Ambiente e nas pesquisas sobre as mudanças climáticas, os Enawenê-Nawê, e outros tantos povos indígenas, tinham suas práticas baseadas em ética de relação na terra e seus seres. É o que está em risco com a ampliação de empreendimentos pretensamente limpos e pragmaticamente destruidores.

Se os estudos de mercado criaram diferentes estratégias para associar a demanda por ampliação de comércio com a preocupação crescente de organismos internacionais com temas ambientais, os estudos de biodiversidade e genética indicam a contribuição das comunidades tradicionais para a conformação dos biomas brasileiros mais diversos. No argumento da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, é necessário reconhecer o lugar de suma importância de comunidades indígenas ao permitirem o desenvolvimento da diversidade genética *on farm* associada às mudanças de um ambiente vivo (Cunha, 2012). Trata-se de um argumento que reposiciona a discussão: os conhecimentos ancestrais Enawenê-Nawê são em si coprodutores de sua biodiversidade territorial.

⁴⁵ Informação referente à Proposta de número 20 (Rodgers, 2018).

Essas discussões colocam em evidência que as ações destrutivas contra o que costuma ser chamado de “meio ambiente” são próprias dos mesmos empreendimentos que buscam para si a imagem de “empreendimentos verdes”. Por outro lado, as técnicas associadas ao *Yaokwa* apresentam um tipo de ética capaz de confrontar a dualidade entre o mundo natural e o mundo propriamente humano.

Considerações finais

Como um padrão no mercado energético, três das cinco PCHs do Complexo Juruena que receberam o Selo Verde contaram com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Somados o total desses investimentos nas 5 PCHs chega a: R\$ 39.700.000⁴⁶ (Perin, 2022). Três das PCHs que receberam o Selo Verde também foram contempladas pelo Programa de Incentivo a Fontes de Alternativas (PROINFA), programa governamental que tem, entre os objetivos, diversificar a matriz energética nacional. As PCHs contempladas pelo Selo Verde receberam do PROINFA o seguinte montante: R\$ 297.000.000,00⁴⁷ (Perin, 2022). Os investimentos vindos de programas governamentais e do próprio BNDES indicam um modelo e um projeto de desenvolvimento. É necessário que esse projeto seja confrontado com os limites de sua eficácia e com os impactos de sua atuação.

Este artigo mostra como os Selos Verdes, o ISO 14001 e os SGAs estão vinculados a um contexto global de criação de normatividade de produtos e de ampliação de mercado. Embora absolutamente efetivos para ampliação de mercado e redução de gastos em processos industriais, os Selos Verdes podem ser usados como meras estratégias de atingir novos nichos comerciais e criar para a empresa uma imagem capaz de captar investimentos. Assim, a efetividade econômica

⁴⁶ Os investimentos para cada PCH foram: Parecis R\$13.000.000,00, Rondon R\$12.000.000,00; Sapezal - R\$14.700.000,00 (PERIN, 2022).

⁴⁷ Os investimentos para cada PCH foram: Telegráfica recebeu R\$120.000.000,00; Sapezal um total de R\$ 64.000.000,00), Parecis, recebeu R\$ 62.000.000,00), Rondon foi contemplada com R\$ 51.000.000,00 (PERIN, 2022).

do Selo Verde não se reflete na efetividade ambiental. Não apenas se pode questionar sua efetividade na melhoria de contextos ambientais, o caso da Bacia do Juruena revela como os Selos Verdes, obliterar longas cadeias de impacto, que no caso das PCHs vão desde as omissões em licenciamentos até graves impactos cumulativos na instalação e operação. Quando aplicados a hidrelétricas, os Selos Verdes desconsideram uma de suas etapas mais importantes, a implantação do empreendimento, que envolve a supressão de flora, perda de fauna local, a alteração de fluxos do rio, a perda de locais de desova, o bloqueio de rotas migratórias de peixes e a perda de locais sagrados. Assim, os Selos Verdes mostram-se ineficientes também para melhorias de contextos em que há impactos cumulativos, esse é o caso das cinco PCHs distribuídas ao longo de 100 quilômetros na Bacia do Juruena.

O Mato Grosso é o estado com a maior população indígena no Brasil⁴⁸. É de se esperar, portanto, que boa parte dos empreendimentos de alto impacto em tal estado, a exemplo empreendimentos hidrelétricos, tenham implicações fortes para esses povos indígenas (bem como a outras populações tradicionais). Nesse sentido, é imprescindível que haja uma inclusão de perspectivas indígenas nessas discussões.

As negociações decorrentes de tais impactos igualmente devem levar em conta as dinâmicas inerentes a sua cosmologia e dinâmicas culturais: crescimentos populacionais, temporalidades e necessidades rituais. Garantir esses direitos passa por considerar os usos dos territórios. De mesmo modo, garantir que rituais Enawenê-Nawê possam seguir sendo realizados implica também em resguardar uma cadeia ecossistêmica: dos locais de desova de pescado à coleta de folhas e de mel. Reavaliar as condicionantes ambientais levando em conta as dinâmicas populacionais Enawenê-Nawê, permite reconhecer o *status* de corredor ecológico da Bacia do Juruena. Uma estratégia

⁴⁸ Disponíveis em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/08/07/mt-e-o-estado-com-o-maior-numero-de-indigenas-vivendo-em-territorios-originarios-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 20 de out de 2025.

que poderia tanto viabilizar as técnicas do calendário ritual Enawenê-Nawê quanto as dinâmicas ecológicas endêmicas. As análises dos Enawenê-Nawê sobre a redução do estoque de pescado revelam uma preocupação ecológica, indicando como os peixes, sobretudo espécies migratórias, vêm sendo afetadas pelo Complexo Hidrelétrico no Alto Juruena. Assim, o modo de vida Enawenê-Nawê fornece uma memória durável sobre o território.

Uma negociação foi feita com o complexo Juruena indicando que o pescado não disponível pelo rio seria entregue aos Enawenê-Nawê através da compra dos peixes. Trata-se de uma condicionante aos impactos sociais das hidrelétricas. No entanto, com o crescimento populacional Enawenê-Nawê, os termos dessa condicionante deixaram de ser compatíveis. O Selo Verde da SEMA-MT, possui uma validade de três anos. Tendo em vista os impactos apontados ao longo deste artigo, a renovação do Selo precisa ser condicionada pela melhoria nas reivindicações Enawenê-Nawê. É crucial que as denúncias sobre os impactos ambientais sejam atendidas.

É importante reforçar que essa revisão do acordo de condicionante se trata de uma medida muito pequena, basal, em relação a todo o impacto na vida de Enawenê-Nawê. Ao mesmo tempo, é igualmente fundamental que esse novo acordo inclua as dinâmicas populacionais indígenas (casamentos, migrações, lógicas de parentesco estendido). É imprescindível que essas certificadoras sejam alertadas sobre esse fato. A renovação do Selo Verde e de certificações similares, precisa ser condicionada pela inclusão das denúncias dos Enawenê-Nawê.

O modo pelo qual debate público se dá pode deixar a entender que se trata de um embate entre o desenvolvimento sustentável, de um lado, e os povos indígenas, de outro. O que precisa ficar patente é que os povos indígenas se apresentam como aliados da biodiversidade, mais que isso, a presença Enawenê-Nawê foi determinante para a biodiversidade que agora se encontra ameaçada na Bacia do Juruena.

O caso das PCHs Verdes na Bacia do Juruena mostra a falência de um modelo de

desenvolvimento em que mecanismos de padronização, em lugar de garantir a diversidade existente em um território, funcionam como encobridores de impactos. A luta Enawenê-Nawê, por outro lado, revela a necessidade de manter um calendário ritual que comprova a conexão profunda entre suas práticas e a biodiversidade da Bacia do Juruena.

Referências Bibliográficas

ATHAYDE, Simone; UTSUNOMIYA, Renata; COUTO, Thiago; MORETTO, Evandro Mateus; WERNECK- REGINA, Adriana; PRÉCOMA, Adrielle.; FANZERES, Andreia.; RAMIRES, Marcos M; PEREIRA, Cristian Felipes Rodrigues; e CARVALHO, Ricardo. **Laudo técnico. Análise Técnica da Avaliação de Impactos Cumulativos no Processo de Planejamento e Licenciamento da UHE Castanheira, bacia do rio Juruena, sub-bacia do rio Arinos, MT, Brasil.** Miami e Cuiabá: Florida International University (FIU) e Operação Amazônia Nativa (OPAN). 2022.

BATISTA, Bruna Maria Faria; SILVA Juliana Vieira da; SÁNCHEZ, Diana Carolina Martínez; MARTINEZ, Diego Tyszk; PASA, Maria Corette. **Revisão dos impactos ambientais gerados na fase de instalação das hidrelétricas:** Uma análise da sub-bacia do Alto Juruena MT. 2012. Disponível em: < <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/707>>. Acesso em: 10 de jan de 2026.

BARLOW, Sophia. A review of ‘Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World’ by Arturo Escobar. **Routes**, v. 1, n. 3, p. 344-351, 2021. Disponível em: <<https://routesjournal.org/2021/04/06/r2043/>>. Acesso em: 16 set 2025.

CARVALHO, Costa, Ricardo. **Relatório Técnico - OPAN. Monitoramento da Atividade Pesqueira na Terra Indígena Enawenê-Nawê, sub-bacia do Alto Juruena.** 2023. Brasil. Disponível em: <<https://amazonianativa.org.br/pub/monitoramento-da-atividade-pesqueira-na-terra-indigena-enawene-nawe-sub-bacia-do-alto-juruena/>>. Acesso em: 15 out. 2025.

_____. Monitoramento da Atividade Pesqueira na Terra Indígena Enawenê-Nawê, sub-bacia do Alto Juruena, Relatório Técnico Programa Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade Projeto: **“Protegendo Rios e Direitos na Região Andes-Amazônia. Cuiabá.”** 2024.

CREADO, Eliana Santos Junqueira; MENDES, Ana Beatriz Vianna; FERREIRA, Lúcia da Costa; CAMPOS, Simone Vieira de. Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 255-271, jul./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/7mCkxKwLyjszwhH84j8ftsm/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Questões Suscitadas Pelo Conhecimento Tradicional.” **Revista de Antropologia** 55: 439–64. 2012. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/43854855>.> Acesso em: 10 de out de 2025.

DI NOIA, Alfredo Ernesto; NICOLETTI, Giuseppe Martino. ISO 14001 certification: benefits, costs and expectations for organization. **Studia Oeconomica Posnaniensia, Poznań**, v. 4, n. 10, p. 94–109, 2016. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/311713762>.> Acesso em: 10 de jan de 2026.

ERMAYA, Husnah Nur; MASHURIM Ayunita Ajengtiyas. The Influence of Environmental Performance, Environmental Cost and ISO 14001 on Financial Performance in Non-Financial Companies Listed on the Indonesia Stock Exchange. Vol 1, **Neraca: Jurnal Akuntansi Terapan**. No 2. 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1059056024002429>> Acesso em: 10 de out de 2025.

FANZERES, Andreia. MPF no Mato Grosso suspende licenças de instalação no complexo hidrelétrico Juruena. **CIMI – Conselho Indigenista Missionário**, 30 abr. 2008. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2008/04/27334/>> Acesso em: 10 de jan 2026. ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton University Press, 1995.

MACHADO, Alex Trindade. **Os planos de manejo florestal sustentável (PMFS) na região norte do Estado de Mato Grosso**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2008. Disponível em: <<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11226>>. Acesso em: 06 de out de 2025.

MAEKAWA, Rafael; CARVALHO, Marly Monteiro de; OLIVEIRA, Otávio José de. Um estudo sobre a certificação ISO 9001 no Brasil: mapeamento de motivações, benefícios e dificuldades. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 763–779, 2013. Disponível em: <DOI: 10.1590/S0104-530X2013005000003.>. Acesso em: 10 de jan de 2026.

MANTOVANELLI, Thais. Os Xikrin da terra indígena Trincheira-Bacajá e os estudos complementares do Rio Bacajá: reflexões sobre a elaboração de um laudo de impacto ambiental. **Horizontes Antropológicos**, vol.22, n.46, pp. 159-188, 2016. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ha/a/ws9D4QTPhXDhHqd9Wj6xxXJ/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 05 de out de 2025.

MORAWSKA, Catarina; RIBEIRO, Magda (orgs.). Dossiê: Entre a Política e a Técnica. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.rau.ufscar.br/?p=1265>>. Acesso em: 02 de out de 2025.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 87-115, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000100004>>. Acesso em: 02 de out de 2025.

PERIN, Vanessa Pereira. Relatório: Mapeamento dos financiamentos a empreendimentos

hidrelétricos na Bacia do rio Jurueña - MT. Wenner-Gren Foundation. 2022.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FINAMORE, Renan; FERREIRA, Hugo. Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 100, p. 37–64, maio 2013. Disponível em: <DOI:10.4000/rccs.5217>. Acesso em: 10 de jan de 2026.

QUEIROZ, Rosemar de; KOPPE, Ezequiel; GRASSI, Patrícia; TARTAS, Bruna Rampon; LAZZARE, Kariane; BOZZETTO, Cristiane; KEMERICH, Pedro Daniel da Cunha. Production of electrical power through hydraulic energy and its environmental impacts. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, [S. l.], v. 13, n. 13, p. 2774-2784, 2013. DOI: 10.5902/223611709124. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/9124>>. Acesso em: 2 nov. 2025.

RICARDO, Adrielli Ferreira. Nível de divulgação socioambiental em empresas detentoras da Certificação Selo Verde 2015, premiadas pelo Instituto Chico Mendes, na categoria Gestão Socioambiental Responsável. 2017. 16 p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/30540/1/2017_tcc_africardo.pdf> Acesso em: 18 de out de 2025.

ROBERTS, Hewitt; ROBINSON, Gary. **ISO 14001 EMS** : manual de sistemas de gestión medioambiental Madrid: Paraninfo, 1999.

RODGERS, Ana Paula Lima. “Dossiê IPHAN. Ritual Yaõkwa - Povo Enawene Nawe.” **Dossiê IPHAN**, 2018. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_18_ritual_yaokwa.pdf> Acesso em: 11 de out de 2025.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000. DOI: 10.1590/S0034-73292000000100007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/jdGMSbwdymTVM4H9QSV9wcs/?lang=pt>> Acesso em: 16 set. 2025.

SANTOS, Gilton, SILVA Marcio Ferreira da, CAMPOLLI, Fausto, EBERHARDT, PEIXOTO, Paulo. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL, ECONÔMICO E CULTURAL JUNTO AOS ENAWENE-NAWE. **Operação Amazônia Nativa**. 2008.

SILVA JÚNIOR, Roberto Donato da; FERREIRA, Leila da Costa; LEWINSOHN, Thomas Michael. Entre hibridismos e polissemias: para uma análise sociológica das sustentabilidades. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 35–54, dez. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC920V1842015>>. Acesso em: 10 de jan de 2026.

SPAARGAREN, Gert; MOL, Arthur P. J.; BUTTEL, Frederick H. **Environment and Global Modernity**. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2000. XING, Chao; ZHANG, Xinyue; ZHANG, Yuming; ZHANG, Luxiu. From green-washing to innovation-washing: environmental information intangibility and corporate green innovation in China. **International Review of Economics & Finance**, v. 93, part B, p. 204-226, 2024. DOI: 10.1016/j.iref.2024.03.077. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1059056024002429>>

Acesso em: 20 de jan de 2025.

WHITELAW, Ken. **ISO 14001 Environmental Systems Handbook**. Oxford & Boston: Butterworth-Heinemann, 1998.

WU, Jianguo. Landscape ecology, cross-disciplinarity and sustainability science. **Landscape Ecology**, v. 21, n. 1, p. 1-4, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10980-006-7195-2>. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10980-006-7195-2>>. Acesso em: 10 out de 2025.

Relatórios para mostrar, certificados para garantir: reflexões sobre o desenvolvimento sustentável na indústria siderúrgica¹

Reports to show, certificates to guarantee: reflections on sustainable development in the steel industry

Informes para mostrar, certificados para garantizar: reflexiones sobre el desarrollo sostenible en la industria siderúrgica

Carolina Suzuki de Matos²

Resumo: O setor siderúrgico é, atualmente, um dos maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Apesar disso, muito se tem falado sobre um novo caminho sustentável para essa indústria. O seu desenvolvimento, desde os anos 1980, fez com que a siderurgia brasileira se expandisse e se inserisse dentro das dinâmicas de mercados globais e de corporações multinacionais. Junto a isso, cresceram também seus impactos socioambientais e as dificuldades de regulação de suas atividades. Este cenário favoreceu a produção de políticas de uma *governança corporativa*, onde relatórios, indicadores e certificados foram transformados pelas empresas em tecnologias para o acompanhamento de suas práticas e a garantia de seus compromissos. Neste sentido, este artigo propõe uma análise dos relatórios de sustentabilidade produzidos pelo Instituto Aço Brasil, organização que representa as maiores empresas siderúrgicas do Brasil, olhando para as estratégias de produção de indicadores e o que estes são capazes de informar sobre a indústria e seu desenvolvimento. A partir da noção de “economia das aparências” proposta por Anna Tsing, esta reflexão procurou mostrar como relatórios, indicadores e certificados internacionais de sustentabilidade se apresentam enquanto parte de uma performance dramática que não necessariamente reflete uma mitigação dos impactos socioambientais da indústria.

Palavras-chave: Antropologia do capitalismo; Desenvolvimento Sustentável; Governança corporativa; Indústria siderúrgica.

Abstract: The steel industry is currently one of the largest contributors to greenhouse gas emissions. Nevertheless, there has been much discussion about the industry adopting a more sustainable approach. Since the 1980s, the Brazilian steel industry has grown and become integrated into global markets and multinational corporations. Alongside this growth, however, the industry’s socio-environmental impact has increased, as have the challenges of regulating its activities. This has led to the development of corporate governance policies, whereby companies use reports, indicators and certificates to monitor their practices and demonstrate their commitment to sustainability. In this context, this article analyses the sustainability reports produced by the *Instituto Aço Brasil*, an organisation that represents some of the largest steel companies in Brazil. It examines the strategies for producing these indicators and what they reveal about the industry and its development. Drawing on Anna Tsing’s notion of the ‘economy of appearances’, the article shows how international sustainability reports, indicators and certificates are presented as

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/10510-0.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCar) e pesquisadora do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LEE). Email: carolinamatos@estudante.ufscar.br | ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1766-3227>

part of a dramatic performance that does not necessarily reflect the mitigation of the industry's environmental impact.

Keywords: Anthropology of capitalism; Sustainable development; Corporate governance; Steel industry

Resumen: Actualmente, el sector siderúrgico es uno de los principales responsables de la emisión de gases de efecto invernadero a la atmósfera. A pesar de ello, se ha hablado mucho de un nuevo camino sostenible para esta industria. Su desarrollo, desde la década de 1980, ha permitido que la siderurgia brasileña crezca e interactúe con los mercados globales y las corporaciones multinacionales. Junto con este desarrollo, han aumentado también sus impactos socioambientales y las dificultades para regular sus actividades. Este panorama ha propiciado la elaboración de políticas de gobernanza corporativa mediante las cuales las empresas han convertido los informes, indicadores y certificados en tecnologías para supervisar sus prácticas y garantizar sus compromisos. En este sentido, este artículo propone un análisis de los informes de sostenibilidad elaborados por el *Instituto Aço Brasil*, que representa a las mayores empresas siderúrgicas de Brasil, centrándose en las estrategias de producción de indicadores y en la información que estos aportan sobre la industria y su desarrollo. Desde la perspectiva de la «economía de las apariencias» propuesta por Anna Tsing, este análisis muestra cómo los informes, los indicadores y las certificaciones internacionales de sostenibilidad forman parte de una actuación dramática que no refleja necesariamente una reducción de los impactos socioambientales de la industria.

Palabras clave: Antropología del capitalismo; Desarrollo sostenible; Gobernanza corporativa; Industria siderúrgica

Introdução

Nas últimas quatro décadas, os discursos que associam sustentabilidade à siderurgia brasileira foram tomando forma e, muito recentemente, notícias e informações sobre um *aço verde*³ começam a aparecer. Essa nova *commodity* é apresentada pelo setor como um caminho sustentável para a siderurgia a partir da promessa de descarbonização do processo produtivo (Iberdrola, s.d.; Brasil Mineral, 2022b; Rodrigues, 2025). A ideia de um aço verde, portanto, vem do que a indústria chama de *impacto ambiental reduzido* por meio do uso de novas tecnologias e/ou substituição de carvão mineral (combustível fóssil) pelo carvão vegetal produzido a partir do eucalipto, sendo considerado uma *fonte renovável* e um *compensador* para os gases emitidos durante a produção. Através dessa inovação, imagens de esperança e alívio são veiculadas pelas

³ Neste artigo, as noções acionadas pela indústria aparecerão em itálico.

mídias do setor indicando ser possível uma siderurgia de carbono neutro⁴.

O principal expoente informacional do setor siderúrgico no Brasil é o Instituto Aço Brasil (IAB). Originalmente chamado de Instituto Brasileiro de Siderurgia, o IAB é uma “entidade representativa das empresas brasileiras produtoras de aço”, e foi fundada em 1963 com o objetivo de “defender” e “representar” a indústria siderúrgica buscando a “melhoria da competitividade” e o “desenvolvimento sustentável” (IAB, s.d.). Dentre suas práticas estão a atuação nas relações públicas do setor e a produção de relatórios voltados para desempenho econômico, social e ambiental a partir da coleta de dados das empresas. Tais atividades fazem parte da política de *Governança Corporativa Ambiental e Social* do setor, que inclui também as políticas de *desenvolvimento sustentável* (IAB, s.d.).

Do ponto de vista da indústria, as dificuldades no desenvolvimento de uma governança envolvem a capacidade de lidar, ao mesmo tempo, com a expansão do mercado siderúrgico a partir dos anos 1990 e as preocupações com os impactos socioambientais causados pelo aumento da produção e do consumo global de aço (IAB, s.d.). Neste cenário, o desenvolvimento de relatórios, indicadores, normas, padrões (*standards*) e certificados foi incorporado enquanto instrumento e tecnologia para o acompanhamento e responsabilização (*accountability*) das empresas e corporações em suas atividades e impactos. A circulação de tais documentos é central perante os *players* do próprio mercado, dentre eles os acionistas e os investidores (Mol, 2006; Mol e Oosterveer, 2015; Merry, 2011; David e Camana, 2025).

Considerando a importância desses documentos dentro da lógica de *Governança Corporativa*, este artigo pretende analisar os relatórios de sustentabilidade produzidos pelo Instituto Aço Brasil entre 2009 e 2023. O objetivo é compreender em quais termos o *desenvolvimento sustentável* foi tratado pela indústria siderúrgica nos últimos 15 anos. Em suas páginas são apresentados

⁴ Ver exemplos em Assunção (2025); Brasil Mineral (2022b); Iberdrola, s.d.; Rodrigues (2025).

indicadores, legislações, acordos, certificações e tratativas do setor em relação a seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Neste artigo, interessa analisar a maneira como os impactos socioambientais são apresentados pelo setor a partir do uso de recortes e escalas estratégicas.

A primeira seção deste artigo apresenta o histórico de desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil, bem como as mudanças geopolíticas e econômicas que influenciaram o surgimento de uma política de *Governança Corporativa*. Em seguida, a segunda seção passa a olhar para os indicadores do desempenho do setor, analisando como são produzidos e utilizados para apresentar os impactos socioambientais. A terceira seção, complementando a discussão anterior, trata das possibilidades de uma análise diacrônica dos indicadores e o que esta revela sobre o desenvolvimento sustentável da indústria. Esta última seção aborda como a adesão a certificados e normativas de sustentabilidade assumiu a posição de uma garantia de procedência dos produtos. Essas reflexões permitem perceber a maneira como as ações da indústria operam dentro do que Tsing (2001, 2004) tratou em termos de uma “performance dramática”, ou seja, mais interessada na teatralidade do que propriamente na materialidade e efetividade da mitigação dos impactos de suas atividades.

Por quem, para quem e por que relatar: a indústria siderúrgica e suas políticas de *Governança Corporativa Social e Ambiental*

A análise dos indicadores do Instituto Aço Brasil (IAB) se mostra importante para a compreensão do desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil e da maneira como se deu a sua política de governança, uma vez que permite a compreensão das dinâmicas e sujeitos que propiciaram seu estabelecimento enquanto uma ferramenta de regulação e acompanhamento das empresas. A expansão inicial do setor se deu, principalmente, durante o governo de Getúlio Vargas - período já associado ao desenvolvimento das indústrias nacionais como parte de um “modelo de

substituição de importações” (Andrade *et al.*, 2002, p.8). Nesse período, foram criadas empresas como a CBS (Companhia Brasileira de Siderurgia), a Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), a Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais), entre outras, e foram abertos diversos parques e usinas em todo o país. Assim como no resto do mundo, a maior parte do setor estava sob o controle do Estado e se voltava, principalmente, para o mercado nacional (Andrade *et al.*, 2002; Porto e Milanez, 2009; Poso, 2007).

Seu crescimento foi notório até meados de 1980, quando entrou em crise. Parte da bibliografia que trata deste período descreve, como causa desse movimento, uma queda na demanda interna que “forçou” a exportação por valores menores, seguido por uma “precarização” do setor que favoreceu a privatização (Andrade *et al.*, 2002). Em outro sentido, Porto e Milanez (2009) argumentam que a perda da capacidade estatal de investimento estava associada ao fortalecimento de uma ideologia neoliberal e ao desenvolvimento dos mercados globais e que isso desencadeou os processos vivenciados nesse período. De toda maneira, a crise enfrentada pela indústria brasileira seguiu um movimento mundial e foi sucedida por um período de privatizações, conhecido como a “reestruturação da siderurgia mundial”, onde, no contexto do Brasil, 70% da capacidade produtiva do país passou para o setor privado (Poso, 2007; Andrade *et al.*, 2002; Porto e Milanez, 2009; Milanez *et al.*, 2009).

Nesse momento, usinas e empresas estatais como as citadas anteriormente - CBS, Usiminas e Cosipa - foram adquiridas e incorporadas por grupos maiores como Gerdau, ArcelorMittal e Villares. A criação de corporações multinacionais se deu justamente por esses processos de fusão e incorporação, onde algumas empresas internacionais compravam usinas e empresas em lugares do mundo que apresentavam vantagens, como o Brasil que possuía grandes reservas de matéria-prima como o minério de ferro (Porto e Milanez, 2009). Isso desencadeou uma redução expressiva no número de empresas no Brasil ao longo dos anos, passando de 21 em 1980 para apenas 8 em 2007

(Idem, 2009). Nos relatórios produzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na década de 1990 é apresentada uma perspectiva positiva em relação a esse processo de privatização, percebendo-o como um fortalecedor da indústria frente à super oferta mundial do aço, e uma maneira de aprimorar a produção e aumentar os lucros. É possível perceber tal visão em trechos de seus relatórios, como:

A privatização tem sido um fator determinante para a reestruturação, contribuindo para a internacionalização da indústria. Junto com a globalização, *ela acirrou a competição existente na indústria*, fazendo com que seus *players* buscassem produtividade, tecnologia e escala para adquirir vantagens competitivas em sua atuação. As siderúrgicas privatizadas ganharam agilidade, tornaram-se mais orientadas para o cliente, investiram mais em pesquisa e desenvolvimento, buscaram ganhos de produtividade, direcionaram-se para nichos específicos e deram ênfase a obtenção de vantagens competitivas. Ao mesmo tempo, *os mercados se beneficiaram com esses ganhos*. (Andrade *et al.*, 2002, p.13, destaques da autora)

O processo de privatização pode ser observado em todo o mundo como parte das práticas que consolidaram a formação de corporações multinacionais (MNCs), os novos arranjos de mercados globais e a *liberalização* econômica dos setores causada pela redução da influência dos Estados sobre os preços (Haufler, 2003; Mol, 2006; Andrade *et al.*, 2002). Este novo arranjo formado por corporações e *players* do mercado também colocou dificuldades para os sistemas de regulação tradicionais - centrados nos Estados-Nação -, uma vez que as MNCs operam em diversas jurisdições simultaneamente e conseguem se aproveitar dos diferentes contextos políticos e legais para expandir suas produções e lucros (Porto e Milanez, 2009).

A possibilidade de distribuir suas atividades em diferentes países colocou grandes vantagens para MNCs como ArcelorMittal e Gerdau, que passaram a ter usinas e parques por todo o mundo. No entanto, essa organização de seu processo produtivo acabou evidenciando as desigualdades já existentes entre o Norte e o Sul Global (Porto e Milanez, 2009). Países localizados política e geograficamente no Sul Global, como Brasil, Índia e China, recebiam parte dos processos

produtivos com mais impactos socioambientais, uma vez que determinadas práticas já estavam sendo mais intensamente monitoradas e repreendidas nos países do Norte em decorrência de pactos e protocolos que procuravam estabelecer limites para emissões de gases de efeito estufa (GEE) e outras contaminações produzidas pelas indústrias (Porto e Milanez, 2009). Ao mesmo tempo, a mão de obra mais barata encontrada em países do Sul garantia maiores lucros para as corporações (Idem, 2009).

A limitação dos Estados e o poder cada vez maior dos mercados e seus sujeitos favoreceram a criação de uma *governança corporativa* por parte das corporações e instituições formadas por *players* do mercado como acionistas, investidores e organizações especializadas na produção de tecnologias e instrumentos de regulação e monitoramento. Essas novas formas de “regulação social do mercado” (Haufler, 2003) baseavam-se em Códigos de Conduta e Ética, Sistemas de Monitoramento e Compromisso, Relatórios, Certificações, e destacavam seus valores a partir da ideia de uma *responsabilidade social corporativa* e um *interesse voluntário* das corporações em se tornarem mais responsáveis e sustentáveis (Haufler, 2003; Mol, 2006; Merry, 2011, 2019). Nesse contexto, ideias de *compliance* (compromisso) e *accountability* (responsabilização) passaram a ser centrais para a discussão sobre a produção de políticas de governança. Organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais também procuravam intensificar suas participações no debate, a fim de cobrar a responsabilização das corporações em relação aos seus impactos socioambientais (Mol, 2006). Mesmo o mercado passou a incorporar parte dessas cobranças, numa dinâmica de proteção de sua imagem pública, onde determinados produtos passavam por um “boicote” informal caso as empresas não seguissem determinados padrões (Haufler, 2003; Mol, 2006).

A noção de *compliance* refere-se à aderência das empresas a regras que limitam seus impactos e padronizam sua gestão, elaborada como um movimento *voluntário* ou iniciado pelas

exigências e incentivos do mercado (Haufler, 2003). Organizações como o Instituto Aço Brasil (IAB) se tornam entidades chaves no meio siderúrgico, justamente porque trabalham na circulação de relatórios e na criação da imagem do setor para o mercado. O Instituto é uma organização sem fins lucrativos criada ainda quando boa parte das empresas do país eram companhias estatais. Atualmente, a maior parte das empresas associadas são corporações multinacionais, dentre elas ArcelorMittal, Aperam, Gerdau, Vallourec, entre outras que representam a maior parte da produção de aço do Brasil (IAB, s.d.). Esse arranjo que constitui o IAB se expressa em seu conselho diretor, que é composto por executivos da alta diretoria das empresas associadas. Em 2025, por exemplo, o presidente do conselho do Instituto era André Bier Gerdau Johannpeter, também presidente do conselho de administração da Gerdau. Em seu trabalho de representar e defender os interesses da indústria, o Instituto defende valores como “acessibilidade”, “valorização das pessoas”, “transparência”, “responsabilidade social e ambiental” e “qualidade” (IAB, s.d.).

A definição e aplicação de valores, diretrizes e estratégias para suas associadas fazem parte do que o Instituto aponta enquanto sua política de *Governança Corporativa Ambiental e Social*. Essas empresas devem produzir seus próprios sistemas de governança que prevejam o cumprimento das missões institucionais, a garantia de direito dos acionistas, o acompanhamento dos relacionamentos da empresa e o respeito às próprias diretrizes e valores do IAB reunidos em seu Código de *Compliance* e em seu site (IAB, s.d.). Parte importante das responsabilidades do Instituto está na produção de relatórios anuais, trimestrais e mensais informando dados do setor referentes ao seu *desempenho econômico, índices de confiança da indústria, indicadores de sustentabilidade*, entre outros.

Essas práticas apontam para a centralidade da produção de informações para a manutenção dessas estruturas de governança (Merry, 2011; Mol, 2006). Nesse sentido, relatórios, indicadores, normativas e certificados aparecem como soluções tecnológicas para garantir que as práticas

adotadas estejam ativamente engajadas em um desenvolvimento sustentável e responsável, ou pelo menos garantir essa imagem (Merry, 2011, 2019; Mol, 2006; Mol e Oosterveer, 2015). O objetivo da publicação dos relatórios de sustentabilidade é descrito enquanto um interesse em “ter maior transparência no relacionamento com seus públicos”, sendo estes “empresas, governo, clientes, consumidores e sociedade”, levando em consideração os “principais indicadores socioambientais” e o “tratamento” dos impactos identificados pela indústria (IAB, 2009, p.12). Sua estrutura parte dos princípios e diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), que procura produzir uma sistemática que padronize os relatórios para uma “comparabilidade” a nível global do desempenho das empresas no trato e identificação de seus impactos econômicos, sociais e ambientais (GRI, s.d).

A GRI é uma iniciativa da *Global Sustainability Standards Board* (GSSB), uma organização independente composta por representantes de diferentes áreas, detentores do que eles descrevem enquanto *expertise técnica e perspectiva multistakeholder* (GRI, s.d.). Este conselho é voltado, especificamente, à produção de sistematizações para o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade. É importante destacar que apesar de propor uma estrutura geral, a GRI não é rígida; cada setor ou empresa deve adequar as questões a serem apontadas nos relatórios de acordo com suas necessidades específicas, coletando seus dados e produzindo seus documentos. Diante deste cenário, interessa analisar as implicações de se ter as empresas junto ao Instituto Aço Brasil ativamente engajadas na produção de dados e indicadores que tratam do seu próprio desempenho. Nesse sentido, a próxima seção se volta para tais indicadores e a maneira como estes fazem ver ou obliteram os impactos socioambientais da indústria siderúrgica brasileira.

O que indicam os indicadores: tecnologias de produção de impactos e soluções

A produção de indicadores, assim como a produção de relatórios, situa-se no bojo de políticas de *Governança Corporativa* que emergiram dos mercados e contextos globalizados (Merry, 2011, 2019). Diante de cobranças cada vez mais intensas de responsabilização (*accountability*) vindas de ONGs, movimentos sociais, Estados-nação e mesmo do próprio mercado - principalmente entre os anos de 1990 e o início dos anos 2000 -, os indicadores aparecem enquanto uma tecnologia que permite acompanhar o desenvolvimento e as ações das indústrias (Idem, 2011). Nesse contexto, algumas estratégias parecem *garantir a eficiência* dos relatórios.

A primeira delas é acionar entidades e organizações especializadas que não somente oferecem suas padronizações e métricas, mas também sua autoridade (Merry, 2011, 2019; Mol, 2006). No caso dos relatórios do IAB, a iniciativa GRI é mencionada como um fundamento estrutural que garante princípios e padronizações sobre as informações apresentadas nos indicadores e sobre a abordagem adotada pelas empresas para tratar de seus impactos socioambientais e seu desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, essa garantia oferecida por organizações especializadas parece necessária para mitigar o conflito de interesses das empresas produzirem os dados e análises sobre seus próprios impactos (Mol, 2011).

Na produção dos relatórios, o recorte de informações e o uso de escalas mais amplas são também estratégias utilizadas para apresentar os impactos da atividade siderúrgica. Não há nos relatórios referências quanto ao processo de produção dos indicadores e nem mesmo justificativas que argumentem a criação dos mesmos. Como apontado anteriormente, o Instituto informa que os relatórios contêm os “principais indicadores socioambientais” (IAB, 2009, p.12), mas não há informações sobre os parâmetros utilizados para avaliá-los e muito menos quais são os outros indicadores deixados de fora das análises.

Seus indicadores, em geral, são divididos em três categorias: econômica, social e ambiental.

A primeira reúne alguns dados do setor como produção de aço, investimentos, exportações e importações. A segunda trata de dados quantitativos acerca dos *impactos sociais*, que dizem respeito à empregabilidade e à inserção de pessoas neste mercado a partir de questões como gênero, raça, faixa etária, escolaridade e deficiência (IAB, 2009). Por fim, há a categoria ambiental que agrupa os aspectos ligados ao processo produtivo do aço como consumo de matérias-primas, de energia e de água, produção de resíduos, emissões atmosféricas, impactos de transporte, entre outros.

Apesar de tratarem os indicadores em termos de impactos *socioambientais*, o recorte analítico escolhido parece produzir um isolamento entre as duas últimas categorias. Enquanto os impactos sociais apontam para o interior da indústria, partindo de questões de acesso ao mercado de trabalho, os impactos ambientais tratam das contaminações e dos perigos que surgem do processo produtivo do aço. Esse recorte omite parte dos efeitos que a prática siderúrgica tem, por exemplo, sobre a saúde e o bem-estar das pessoas que convivem com suas infraestruturas, sejam elas trabalhadoras ou habitantes das cidades do entorno (Milanez *et al.*, 2009). Diversas notícias, pesquisas e denúncias em portais de informações mostram a recorrência do aumento de problemas respiratórios como rinites, asma e sinusite em cidades próximas a usinas siderúrgicas⁵.

Um exemplo se vê em uma pesquisa realizada pela Fiocruz com pessoas do distrito de Piquiá de Baixo, localizado em Açailândia no Maranhão (MA) (Mapa dos Conflitos, s.d., CNDTFM, 2018). O relatório produzido mostra taxas elevadas de poluição no ar e um aumento na aparição de problemas de saúde, com especial destaque a questões respiratórias e de pele, após a chegada das empresas siderúrgicas Viena, Fegumar, Pindaré, Simasa e Gusa Nordeste na região (Mapa dos Conflitos, s.d., CNDTFM, 2018). Como se afirma,

Entre os principais resultados do estudo estava a constatação de que, em Piquiá de Baixo, 65,2% das pessoas sofrem com problemas respiratórios. O assentamento

⁵ Ver exemplos em Trigueiro e Martinez, 2023; Lannoy, 2024; Araújo, 2025; Conexão, 2011; Camargos, 2025; CNDTFM, 2018; Mapa dos Conflitos, s.d.

Califórnia continha 268 pessoas em 2011, 52,1% com saúde ruim ou muito ruim. [...] Ainda segundo o relatório, em 76,6% das casas visitadas algum membro havia sofrido algum tipo de doença respiratória nos 15 dias anteriores à pesquisa. De um total de 242 pessoas entrevistadas, 32% delas haviam tido alguma enfermidade aguda. Os sintomas citados eram: dor ou problemas na garganta (em 65,2% dos domicílios visitados), tosse, fluxo nasal ou dor de ouvido (63,6%) e dificuldades para respirar (57,6%). Outro sintoma mencionado pelos entrevistados era irritação nos olhos ou lacrimejamento em 41,3% dos domicílios. As doenças crônicas mais frequentemente identificadas pelos médicos ou profissionais da saúde foram: hipertensão (17,4%), diabetes (8,7%), asma (7,6%), colesterol alto (6,0%) e sinusite (5,4%). (Mapa dos Conflitos, s.d.)

Os resultados apresentados acima mostram como os impactos sociais e ambientais estão entrelaçados e devem ser tratados conjuntamente. Os relatórios do IAB, entretanto, apresentam medidas para mitigar somente os impactos ambientais a partir do monitoramento, recirculação e revenda dos gases perigosos, líquidos contaminados e materiais sólidos. À primeira vista parecem soluções efetivas, no entanto, quando altera-se o recorte das informações, incluindo aspectos sociais, as tratativas se mostram menos eficazes. Por exemplo, quando os relatórios apresentam um indicador como “emissões de gases na atmosfera”, o que se perde de vista é a realidade de contextos como o mencionado no Maranhão, onde os impactos englobam também a saúde e o bem estar da população local. Neste sentido, os recortes estratégicos apresentados nos indicadores se associam a uma escala analítica maior e mais distanciada, permitindo tratar dos impactos em termos mais gerais e abstratos.

Anna Tsing (2001, 2004) mostra como os projetos econômicos, dentro de um contexto globalizado, devem conjugar suas próprias escalas para que suas performances tenham sucesso. Segundo a autora, a “escala é uma dimensionalidade espacial necessária para um tipo particular de visão” e por isso, sua existência deve ser percebida ao invés de ser tratada enquanto uma “moldura neutra para ver o mundo” (2001, p.161, tradução da autora). Nesse sentido, notar as escalas no contexto dos indicadores e das tratativas do setor se faz importante já que os relatórios

de sustentabilidade atuam ativamente na produção e transmissão de uma imagem da indústria siderúrgica e seu desenvolvimento sustentável. A definição de uma escala mais ampla e de recortes específicos dos impactos do setor também permite nublar aspectos daquilo que apresentam como solução nos relatórios.

Esse é o caso das emissões de gases de efeito estufa (GEE), que aparecem enquanto uma questão importante para ser tratada pelo setor. Em dados recentes, a indústria siderúrgica aparece como responsável por 8% a 10% das emissões atmosféricas de GEE do mundo (CIMM, 2025). Uma das grandes soluções apontadas para esse problema é a substituição do carvão mineral para o carvão vegetal, que representa a substituição de uma fonte de energia fóssil por uma de energia renovável. Além disso, esta substituição representaria a redução das emissões, visto que o uso de carvão mineral, além dos impactos de sua extração, é responsável por boa parte das emissões de CO₂ dentro das usinas, tanto na etapa de coqueificação quanto nos alto-fornos (IAB, 2010).

Nas entrelinhas desse discurso, percebe-se que o uso do carvão vegetal opera numa lógica de *compensação*. As *florestas de eucalipto* plantadas compensam as emissões de CO₂ da produção de aço por meio do seu processo natural de fotossíntese que captura o CO₂ da atmosfera (IAB, 2012). Nesse sentido, a redução das emissões de GEE com a utilização de carvão vegetal justifica-se não por reduzir o CO₂ das etapas de transformação do aço, mas pelo cálculo de gases emitidos por área plantada de eucalipto. Os próprios relatórios apresentam preocupações com a quantidade de áreas plantadas necessárias para realizar essa compensação e também com o desmatamento de mata nativa, geralmente, associado ao cultivo de eucalipto (IAB, 2010, 2012). As empresas têm procurado *garantia de procedência* e *garantia de sustentabilidade* dos eucaliptos a partir de certificados como Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor) e Forest Stewardship Council (FSC) (IAB, 2010, 2012).

No entanto, olhando para os locais onde isso tem sido implantado é possível perceber os

novos impactos. Uma reportagem feita pelo Repórter Brasil (2025) apresenta os graves efeitos que as plantações de eucalipto destinadas à produção de *aço verde* da multinacional Aperam têm produzido para as comunidades do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Para além de reduzir a biodiversidade local, as pesquisas realizadas pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) têm mostrado que as *florestas* de eucalipto têm secado as nascentes e os lençóis freáticos da região criando uma espécie de *deserto verde* (Repórter Brasil, 2025). Mesmo a empresa sendo certificada por boas práticas ambientais, a sua produção de aço a partir do uso de carvão vegetal segue deixando um rastro de impactos socioambientais.

Nesse sentido, além de não alterar os níveis de emissão de gases na atmosfera, o uso de carvão vegetal demanda a plantação de eucaliptos que acrescentam novos problemas. Estratégias como escalas mais distantes e recortes específicos produzem uma imagem fragmentada e superficial que oblitera parte dos impactos da produção do aço. Como consequência, as soluções aparecem também nesses termos. Sem o entendimento das particularidades é difícil julgar e analisar a efetividade das tratativas tomadas pelo setor e perde-se de vista que os efeitos de suas práticas são complexos e sistêmicos.

Caminhos da indústria siderúrgica: dos indicadores de desenvolvimento sustentável à sustentabilidade por certificados

Ao longo do tempo, a estrutura de divulgação dos dados reunidos pelo Instituto se alterou, passando de relatórios de sustentabilidade publicados entre os anos de 2009 e 2020 para indicadores de sustentabilidade divulgados em uma das páginas de seu site ou em panfletos digitais. Os relatórios até 2014 seguem um padrão que apresenta indicadores associados a análises e descrições aprofundados. Já nos anos de 2018 e 2020, os dados aparecem através de gráficos com breves descrições, sem análises adensando as informações. A partir de 2020 acontece a maior

alteração, o padrão se torna a apresentação de dados numéricos e percentuais sem nenhuma análise ou discussão que os contextualizem e, por vezes, estes aparecem sem valores absolutos associados às porcentagens e proporções. Entre os diferentes anos, os indicadores e parâmetros foram também alterados.

Daquilo que é possível comparar entre os anos, não fica visível mudanças expressivas mesmo em aspectos que pareciam ser grandes focos para a indústria, como no exemplo trazido na seção anterior sobre o uso de carvão vegetal no lugar de carvão mineral. Os dados mostram que, em 2009, o carvão vegetal representava 7% do consumo energético enquanto o carvão mineral representava 60% (IAB, 2010); já em 2023, o carvão vegetal passou para 7,5% do consumo e o carvão mineral representava 75,7% (IAB, s.d.)⁶. A variação não é expressiva e, para além disso, não é sequer possível inferir se o consumo dos carvões aumentou ou diminuiu em quantidades absolutas, já que só temos acesso à porcentagem. Um outro indicador apresenta um ângulo diferente das emissões, relacionando a quantidade de emissão de CO₂ por tonelada (t) de aço produzido. Mesmo assim a variação segue baixa, passando de 1,75 t de CO₂ por t de aço em 2009 para 1,8 t de CO₂ por t de aço em 2023 (IAB, 2010; IAB, s.d.). Nesse sentido, não há evidências nos relatórios de que as soluções empreendidas pelo setor siderúrgico tenham reduzido seus impactos ao longo dos anos.

A gradativa redução das informações e dados apresentados pelos relatórios veio acompanhada de um aumento na referência a certificados e normativas internacionais voltadas para a sustentabilidade. Os discursos passaram a girar em torno do cumprimento de objetivos

⁶ No ano de 2008, o uso de carvão mineral representava 71,88% da matriz energética (IAB, 2009). A partir de 2009, o uso de derivados do petróleo, como o caso do coque de petróleo, começam a aparecer com porcentagens expressivas. Já em 2009 eles aparecem enquanto *coque de petróleo* representando 11% da matriz. Em 2023, eles aparecem já como *derivados do petróleo* representando 12,3% da matriz do ano (IAB, 2010; IAB, s.d.). Esta fonte não aparece no ano de 2008, pelo menos não enquanto uma categoria por si só. Essas informações são importantes para mostrar que, a tratativa da questão a partir de valores percentuais sem uma associação direta com os valores absolutos e análises coloca ressalvas nas interpretações possíveis.

específicos e adequação de infraestruturas e procedimentos das empresas associadas ao Instituto Aço Brasil aos padrões e exigências de selos e certificados nacionais e internacionais. Essas preocupações aparecem atravessadas em toda a cadeia, estendendo até mesmo para os seus fornecedores de eucalipto, como citado na seção anterior. Nesse sentido, os certificados parecem oferecer uma *segurança* e *garantia* sobre as práticas da indústria que os indicadores não parecem ser capazes (Haufler, 2003; Mol, 2006). Dentre os mais importantes citados nos relatórios aparece o ISO 14.001 e, para compreender seu desenvolvimento e expansão, é preciso olhar para o contexto de organizações internacionais, mais especificamente os encontros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1992, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92, que tratou de questões envolvendo as mudanças climáticas (WWF, 2008). Dentre o que foi produzido nessa conferência está a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que firmou um compromisso com a estabilização da emissão de gases de efeito estufa e desencadeia na realização das Conferências das Partes (COP), reuniões regulares entre os membros da convenção; e a Agenda 21, documento que propôs medidas em direção à sustentabilidade (WWF, 2008; Passos, 2022). A partir desses eventos e da consolidação de uma agenda internacional voltada para a sustentabilidade, a ISO 14.0001 é produzida pela *International Organization for Standardization* (ISO). Enquanto uma organização especializada na produção normas internacionais, a ISO fornece certificados para empresas que seguem suas diretrizes em seus processos de produção, prestação de serviços, gerenciamento de processos e também de desenvolvimento sustentável, categoria onde a ISO 14.001 se enquadra (ISO, s.d.; Grolleau e Mzoughi, 2005; Campos, 2025).

A norma ISO 14.001 busca promover “uma estrutura para a proteção do meio ambiente e possibilitar uma resposta às mudanças das condições ambientais em equilíbrio com as necessidades

socioeconômicas” (ABNT, 2015, p.viii), partindo de uma ideia de sustentabilidade enquanto um “equilíbrio entre o meio ambiente, a sociedade e a economia” (ABNT, 2025, p.viii). A proposta da normativa é a produção de um Sistema de Gestão Ambiental que possa “prover a ‘Alta Direção’ de uma empresa com as informações necessárias para obter sucesso a longo prazo e para criar alternativas que contribuam para um desenvolvimento sustentável” (ABNT, 2015, p.viii). A abordagem dessa sistemática parte do conceito de ciclos de Planejamento-Ação-Avaliação-Ação (*Plan-Do-Check-Act*) (PDCA), que tem como objetivo um melhoramento contínuo e progressivo a partir de uma lógica individual, onde as empresas se comparam consigo mesmas ao longo do tempo (Grolleau e Mzoughi, 2005; ABNT, 2025), buscando sempre “melhorar os seus números” relacionados à sustentabilidade. No que diz respeito às regulamentações e requisitos, não há delimitações quanto a quantidades e limites de emissões de gases de efeito estufa e nem para outros índices considerados, permitindo que empresas certificadas apresentem performances diferentes em relação a preservação e redução dos impactos (Grolleau e Mzoughi, 2005).

Sua primeira versão foi liberada em 1996 e foi seguida de duas atualizações em 2004 e 2015. Desde então, empresas de diferentes setores - siderúrgico, hidrelétrico (Campos, 2025), automobilístico, entre outros - vêm procurando adequar seus processos para se certificar com o ISO 14.001. Com o passar dos anos, a certificação das empresas associadas ao IAB cresceu e hoje a maior parte destas apresenta certificados que atestam suas práticas sustentáveis. No ano de 2023, 98% das empresas associadas ao Instituto Aço Brasil possuíam este certificado, apesar de não haver indícios de mudanças expressivas nos processos produtivos ou de redução dos impactos socioambientais da indústria.

Esse fenômeno foi observado em outros contextos. Em um relatório desenvolvido para a Operação Amazônia Nativa (OPAN), Campos (2025) apresenta um processo similar no contexto de construção das hidrelétricas. O uso de selos verdes e a adesão a normas como a ISO 14.001

passaram a nublar a cadeia de impactos dos empreendimentos, uma vez que os parâmetros associados a eles já são, por vezes, pouco nítidos e sem demarcações concretas para as medidas compromissadas à preservação ambiental. Como a autora aponta,

O Selo Verde nesse sentido seria mais uma estratégia de legalizar empreendimentos. O esverdeamento caracteriza o potencial do selo em apagar a sequência de procedimentos impactantes de empreendimentos. O Selo Verde nesse caso funcionaria como mais uma medida de atender a promover maior controle de cadeia e atender à exigência do mercado interno, sem de fato mudar processos. (2025, p.20-21).

O mesmo fenômeno é apontado por David e Camana (2025) no contexto da indústria da soja no Brasil, que gradativamente passou a se apoiar em certificados e selos como forma de afirmar o engajamento dos produtores em *agendas ambientais* para as outras partes envolvidas como seus investidores. A grande questão dessas certificações e normativas parece estar justamente na forma como elas se mostram capazes de garantir a credibilidade das empresas frente ao mercado consumidor, interno e externo, como um meio de comunicar seus posicionamentos e suas ações. No entanto, David e Camana (2025) apontam para as limitações dessa política que, ao invés de cobrar mudanças práticas que reflitam na redução dos impactos socioambientais, parecem produzir um apaziguamento das preocupações dos mercados consumidores a partir da veiculação de uma imagem de melhoramento contínuo assegurado por uma instituição especializada (Campos, 2025; David e Camana, 2025; Merry, 2011).

Esses fenômenos de legalização do empreendimento a partir de selos verdes (Campos, 2025) e de garantia da credibilidade das empresas frente ao mercado e seus *players* (David e Camana, 2025) parece acontecer também no contexto da indústria siderúrgica no Brasil. E, para além disso, a partir de uma análise diacrônica dos relatórios é possível acompanhar a gradativa intensificação dessa estratégia de “adesão a certificações internacionais” frente a produção de indicadores e relatórios. Essa mudança parece refletir duas questões: uma dificuldade dos

indicadores em construir a imagem pretendida pelas empresas, mesmo com todos os esforços empreendidos para a manipulação das informações; e a *autoridade* e *autonomia* dos certificados, que parecem, por si só, capazes de garantir ao mercado, investidores, acionistas e outros *players* as práticas sustentáveis da empresa, sem a necessidade de olhar aprofundadamente para os processos internos.

Tsing (2001, 2004) introduz a noção de “economia das aparências” em sua análise da companhia Bre-x e as promessas de grandes quantidades de ouro na Indonésia, que acabaram gerando uma crise quando se percebeu que não havia nada. A autora (2001, 2004) nota que, em um contexto econômico neoliberal globalizado, uma performance dramática e promessas são tão importantes, senão mais, que a própria performance econômica. No contexto do desenvolvimento sustentável o mesmo parece acontecer: mais importa uma performance dramática e a aparência de ser sustentável do que uma atuação efetiva na redução de seus impactos. Assim, a credibilidade que as empresas tentam passar para o mercado faz parte do conjunto de performances dramáticas e promessas que não precisam se expressar na performance ambiental.

A produção de relatórios de sustentabilidade e a promessa de um aprimoramento contínuo em direção ao desenvolvimento sustentável colocada por essa prática foram estratégias de produção dessa performance dramática adotadas pela indústria siderúrgica. No entanto, os indicadores apresentados não foram capazes, ao longo do tempo, de manter essa imagem do setor, e, neste contexto, a performance proporcionada pelos certificados aparece como uma nova estratégia muito mais efetiva, mesmo não representando uma real redução dos impactos socioambientais. Essa credibilidade dos certificados e normativas parece partir justamente de uma outra performance também dramática sobre a promessa de produção de diretrizes de sustentabilidade capazes de padronizar todos os empreendimentos a nível global e, conseqüentemente, permitir uma avaliação e comparação entre os produtos por parte do mercado consumidor sem um olhar aproximado para

o processo de produção.

Considerações finais

O desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira que desencadeou seu cenário atual está, intrinsecamente, associado à produção de políticas neoliberais e da consolidação de mercados globais e corporações multinacionais (Poso, 2007; Andrade *et al.*, 2002; Porto e Milanez, 2009; Milanez *et al.*, 2009). Esses arranjos de produção e consumo, onde o aço ocupa uma posição central em todo o mundo, geraram uma mudança na magnitude dos empreendimentos e colocaram novas questões socioambientais. Nesse contexto, surgem as estruturas de *Governança Corporativa*, onde as empresas e outros sujeitos – acionistas, investidores, instituições, empresas, entre outros *players* do mercado - passaram a participar ativamente na produção de ferramentas para a responsabilização e regulamentação de seus empreendimentos (Haufler, 2003, Mol, 2006). Como apresentado ao longo do artigo, indicadores, relatórios e certificados aparecem como tecnologias centrais para esse tipo de política de governança (Mol, 2006; Merry, 2011).

Nesse sentido, os indicadores apresentados nos relatórios de sustentabilidade do Instituto Aço Brasil reduzem os impactos socioambientais da indústria siderúrgica, ao recorrer a estratégias que obliteram partes dos efeitos de seus empreendimentos. O uso de recortes que isolam questões sociais e ambientais e o uso escalas amplas que olham para os impactos de forma distanciada dos contextos fazem desaparecer diversos aspectos essenciais para compreender os efeitos tanto sociais quanto ambientais de suas práticas. Para além disso, os resultados que são possíveis comparar ao longo dos anos não apontam para um desenvolvimento mais sustentável da indústria ou para resultados satisfatórios de suas ações de mitigação. Mesmo quando apresentam soluções, como no caso do carvão vegetal, estas são acompanhadas de novos problemas.

Estes resultados permitem entender a mudança de estratégia do setor siderúrgico, passando

da apresentação de seus impactos socioambientais e suas ações em relatórios para a adesão a certificados internacionais de sustentabilidade. Estes parecem agir de forma mais autônoma em relação às ações do setor, uma vez que suas normativas são bastante amplas e operam não a partir do estabelecimento de limites e mudanças concretas, mas dentro da ideia de melhoramento contínuo (ABNT, 2015; Grolleau e Mzoughi, 2005). Dessa forma, ao produzir diretrizes gerais capazes de abarcar os mais diversos tipos de empreendimento, parecem produzir um afrouxamento daquilo que vai ser considerado enquanto uma prática sustentável, algo que beneficia somente os empreendimentos (Campos, 2025; David e Camana, 2025). Este afrouxamento permite contradições como a apresentada no Vale do Jequitinhonha, onde a multinacional Aperam tem produção de eucalipto certificada por boas práticas ambientais, mas que ainda apresenta impactos socioambientais que afetam a biodiversidade e os recursos hídricos locais (Repórter Brasil, 2025).

A análise realizada se junta a outras discussões já produzidas que procuram compreender as estratégias adotadas pelas indústrias para tentar garantir e comprovar os seus compromissos com o desenvolvimento sustentável frente ao mercado e seus *players*. Nesse sentido, tanto a produção de relatórios quanto a adesão de certificados aparecem enquanto performances dramáticas dentro do que Tsing (2001, 2004) tratou enquanto uma “economia das aparências”. Para as políticas de *Governança Corporativa* parece importar mais a imagem que se produz do que propriamente os efeitos materiais que as ações dessas corporações têm. Cria-se diversas camadas que, no final, somente obliteram os impactos socioambientais e blindam as empresas de suas responsabilidades.

Referências bibliográficas

ABNT, NBR. **Sistemas de gestão ambiental—Requisitos com orientações para uso**. ABNT, Rio de Janeiro, p. 2-41, 2015.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. O setor siderúrgico. *In*: SÃO PAULO, Elizabeth Maria de; KALACHE FILHO, Jorge (Org). **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais**. Rio de Janeiro: DbA, 2002.

ARAÚJO, Cintia. Com siderúrgica no coração da cidade, cocaenses temem por agravamento de doenças respiratórias. **DeFato**, 02 de maio de 2020, Cidades. Disponível em: < <https://defatoonline.com.br/com-siderurgica-no-coracao-da-cidade-cocaienses-temem-por-agravamento-de-doencas-respiratorias/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

ASSUNÇÃO, Clara. Brasil pode ser líder em aço verde se transformar indústria com descarbonização, dizem pesquisadores. **Exame**, São Paulo, 23 de fev. de 2025, Economia. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/brasil-pode-ser-lider-em-aco-verde-se-transformar-industria-com-descarbonizacao-dizem-pesquisadores/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

BRASIL MINERAL.a. Iniciativa para aço sem carbono na Alemanha. **Brasil Mineral**, São Paulo, 07 de jun. de 2022, Descarbonização. Disponível em: < <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/iniciativa-para-aco-sem-carbono-na-alemanha>>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

BRASIL MINERAL.b. Mineração deve passar por “revolução verde”. **Brasil Mineral**, São Paulo, 15 de set. de 2022, Exposibram 2022. Disponível em: < <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/mineracao-deve-passar-por-revolucao-verde>>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

CAMARGOS, Daniel *et al.*. Grande sertão, sem veredas: ‘aço verde’ que brilha na Europa seca o Jequitinhonha. **Repórter Brasil**. 2025. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2025/04/aco-verde-aperam-seca-veredas-vale-jequitinhonha/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

CIMM. Economia circular impulsiona a descarbonização da siderurgia brasileira, aponta estudo. **Centro de Informação Metal Mecânica**, 06 de out. De 2025. Disponível em: < [https://www.cimm.com.br/portal/noticia/exibir_noticia/26782-economia-circular-descarbonizacao-siderurgia-brasileira](https://www.cimm.com.br/portal/noticia/exibir_noticia/26782-economia-circular-descarbonizacao-siderurgia-brasileira;)>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

CONEXÃO. Siderúrgica põe em risco saúde de moradores. **Conexão UFRJ**, 21 de mar. de 2011, Memória. Disponível em: < <https://conexao.ufrj.br/2011/03/siderurgica-poe-em-risco-saude-de-moradores/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

CNDTFM. Piquiá de Baixo: uma história de resistência e luta contra a poluição. **Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração**, 28 de maio de 2018. Disponível em: < <https://emdefesadosterritorios.org/piquia-de-baixo-uma-historia-de-resistencia-e-luta-contr-a-poluicao/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

DAVID, Marília Luz; CAMANA, Ângela. Novos arranjos de governança agroambiental na cadeia da soja no Brasil : entre normas, métricas e promessas de sustentabilidade. *In*: **Futuros alimentares sustentáveis**. 1ª edição. São Paulo, SP: Annablume, 2025.

GRI. Standards. **Global Reporting Initiative**, s.d.. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/standards/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2025.

GROLLEAU, Gilles; MZOUGH, Naoufel. L'élaboration des normes: un «nouvel» espace de compétition? Une application à la norme ISO 14001. **Revue d'économie industrielle**, v. 111, n. 1, p. 29-56, 2005.

HAUFLER, Virginia. New forms of governance: certification regimes as social regulations of the global market. In: MEIDINGER, Errol *et al.*. **Social and political dimensions of forest certification**. Alemanha: Forstbuch, 2003.

IAB. Sobre o Instituto. **Instituto Aço Brasil**. s.d.. Disponível em: <<https://www.acobrasil.org.br/site/sobre-o-instituto/>>. Acesso em: 28 de fev. de 2025.

IAB. Processo siderúrgico. **Instituto Aço Brasil**. s.d.. Disponível em: <<https://www.acobrasil.org.br/site/processo-siderurgico/>>. Acesso em: 28 de fev. de 2025. IAB. Empresas associadas. **Instituto Aço Brasil**. s.d.. Disponível em: <<https://www.acobrasil.org.br/site/empresas-associadas/>>. Acesso em: 28 de fev. de 2025. IAB. Indicadores de sustentabilidade. **Instituto Aço Brasil**. s.d.. Disponível em: <<https://www.acobrasil.org.br/site/empresas-associadas/>>. Acesso em: 28 de fev. de 2025. IAB. Relatório de Sustentabilidade 2009. **Instituto Aço Brasil**. 2009. Disponível em: <<https://www.acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/07/Relatorio-Sustentabilidade-IBS-2009.pdf>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

IAB. Relatório de Sustentabilidade 2010. **Instituto Aço Brasil**. 2010. Disponível em: <https://www.acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/08/relatorio08_2010.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

IAB. Relatório de Sustentabilidade 2012. **Instituto Aço Brasil**. 2012. Disponível em: <https://www.acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/07/relatorio_sustentabilidade_2012.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

IAB. Relatório de Sustentabilidade 2013. **Instituto Aço Brasil**. 2013. Disponível em: <https://www.acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/07/relatorio_sustentabilidade_2013v3.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

IAB. Relatório de Sustentabilidade 2014. **Instituto Aço Brasil**. 2014. Disponível em: <https://www.acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/08/Relatorio%20de%20Sustentabilidade_2014_web.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

IAB. Relatório de Sustentabilidade 2018. **Instituto Aço Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/2018_relatorio-de-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

IAB. Aço e sustentabilidade 2020. **Instituto Aço Brasil**. 2020. Disponível em: <http://acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2019/08/SUSTENTAB_digital_2020-1.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

IAB. Aço e sustentabilidade 2024. **Instituto Aço Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2022/08/Folder_AcoBrasil_Sustentabilidade_2024.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

IBERDROLA. O aço verde: um material para iniciar sua descarbonização industrial e aumentar as fronteiras da eletrificação. **Iberdrola**, Brasil, s.d., Sustentabilidade. Disponível em: <<https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/aco-verde>>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

ISO. Environmental sustainability. ISO - International Organization for Standardization. s.d.. Disponível em: <<https://www.iso.org/sectors/environment>>. Acesso em: 20 de março de 2025.

ISO. About ISO. ISO - International Organization for Standardization. s.d.. Disponível em: <<https://www.iso.org/about>>. Acesso em: 20 de março de 2025.

LANNOY, Carlos. Siderúrgica citada por poluição ‘devastadora’ em Santa Cruz parou de divulgar níveis de emissão de poluente nocivo à saúde. **G1**, Rio de Janeiro, 23 de set. de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/09/23/siderurgica-citada-por-poluicao-devastadora-em-santa-cruz-tem-falha-na-divulgacao-niveis-de-emissao-de-poluente-nocivo-a-saude.ghtml>>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

MAPA DE CONFLITOS. Poluição causada por atividade siderúrgica ameaça existência da Comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia. **Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**, s.d.. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-industria-guseira-contaminacao-da-agua-falta-de-seguranca-e-condicoes-improprias-a-vida-e-a-saude-dos-moradores-do-distrito-industrial-de-pequia-acailandia/#cronologia>>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

MERRY, Sally Engle. Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance: with CA comment by John M. Conley. **Current Anthropology**, v. 52, n. S3, p. S83–S95, 2011.

MERRY, Sally Engle. The Sustainable Development Goals Confront the Infrastructure of Measurement. **Global Policy**, v. 10, n. S1, p. 146–148, 2019.

MOL, Arthur P J. Environmental Governance in the Information Age: The Emergence of Informational Governance. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 24, n. 4, p. 497–514, 2006.

MOL, Arthur P. J.; OOSTERVEER, Peter. Certification of Markets, Markets of Certificates: Tracing Sustainability in Global Agro-Food Value Chains. **Sustainability**, v. 7, n. 9, p. 12258–12278, 2015.

MILANEZ, Bruno; FIRPO, Marcelo; PORTO, Souza. GESTÃO AMBIENTAL E SIDERURGIA: LIMITES E DESAFIOS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 4–21, 2009.

PASSOS, Juliana. Há 30 anos, Eco-92 foi um marco para pautar justiça e ambiente. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. 2022. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/ha-30-anos-eco-92-foi-um-marco-para-pautar-justica-e-ambiente>>. Acesso

em: 20 de março de 2025.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 1983–1994, 2009.

POSO, Antonio Toledo. **O processo de reestruturação da siderurgia mundial e brasileira: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03032008-111342/>>. Acesso em: 07 de março 2025.

RODRIGUES, Gabriel. Gigantes da siderurgia debatem futuro do aço verde em Minas; entenda o conceito. **O tempo**, Belo Horizonte, 04 de fev. de 2025, Economia. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/2025/2/4/gigantes-da-siderurgia-debatem-futuro-do-aco-verde-em-minas-entenda-o-conceito>>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

TRIGUEIRO, André; MARTINEZ, Rafael. ‘Pó preto’ da CSN: a poluição que se espalha por Volta Redonda, afeta a saúde de moradores e deixou de ser fiscalizada pelas autoridades. **G1**, Rio de Janeiro, 13 de jul. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/13/po-preto-da-csn-a-poluicao-que-se-espalha-por-volta-redonda-afeta-a-saude-de-moradores-e-deixou-de-ser-fiscalizada-pelas-autoridades.ghtml>>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

TSING, Anna. Inside the economy of appearances. In: APPADURAI, Arjun (ed.). **Globalization**. EUA: Duke University Press, 2001.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction** : An Ethnography of Global Connection. EUA: Princeton University Press, 2004.

WWF. A história da Convenção de Clima, Protocolo de Quioto e próximo acordo global de clima. **WWF - World Wildlife Fund**, 2008. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?16780/#:~:text=Os%20pa%C3%ADses-membros%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,global%20em%20prol%20do%20clima.>>. Acesso em: 20 de março de 2025.

A Revista Brasileira de Mercado de Capitais e a diluição da fronteira Estado/mercadoThe Brazilian Journal of Capital Markets and the dilution of the State/
market boundaryLa Revista Brasileña de Mercado de Capitales y la dilución de la frontera
Estado/mercadoGabriel Lino de Almeida (UFSCar)¹Catarina Morawska (UFSCar)²

Resumo: Partindo da análise de artigos da Revista Brasileira de Mercado de Capitais (Rbmec) que abordavam crédito subsidiado, dívida pública e concentração bancária, este artigo pretende demonstrar como diagnósticos macroeconômicos que defendiam a diminuição da presença estatal na economia publicados no periódico se entrelaçam a uma mudança de paradigma na administração e na opinião públicas, como debatido por Musacchio e Lazzarini (2014) e Grün (2007). Tal proposta se situa dentro dos debates em estudos sociais da ciência e tecnologia que, há algum tempo, insistem na importância de localizar os efeitos de teorias econômicas na conformação de mercados (Callon 1998; Mackenzie, 2006; Callon et al, 2007; Mackenzie; et al, 2008). O artigo alinha-se também a uma antropologia política das finanças, tal como defendida por Ortiz (2021), interessada em descrever a constituição histórica de uma elite financeira global que, a partir de embates políticos particulares a cada contexto, sedimenta estruturas institucionais, faz circular conceitos, teorias e marcos legais que promovem a ideologia liberal e um sistema financeiro global relativamente coeso. Argumentamos que, se por um lado esta teoria liberal promoveu e estruturou formas de governar e compreender o mundo, por outro, convive com um cenário onde a fronteira Estado/mercado dentro da economia se diluiu, com o Estado adotando cada vez mais estratégias comuns ao setor privado e à indústria das finanças.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Mercado de Capitais; Mercado financeiro; Antropologia política das finanças; Estudos sociais da ciência e da tecnologia

Abstract: Drawing on an analysis of articles from the Brazilian Journal of Capital Markets (Rbmec) that addressed subsidized credit, public debt, and banking concentration, this article seeks to demonstrate how macroeconomic diagnoses defending the reduction of state presence in the economy published in the journal intertwine with a paradigm shift in public administration and opinion, as discussed by Musacchio and Lazzarini (2014) and Grün (2007). This proposal is situated within the debates in science and technology studies that, for some time, have emphasized the importance of locating the effects of economic theories in the shaping of markets (Callon, 1998; Mackenzie, 2006; Callon et al., 2007; Mackenzie et al., 2008). The article also aligns itself with a political anthropology of finance, as proposed by Ortiz (2021), which aims to describe the historical constitution of a global financial elite that, through political disputes particular to each context,

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar). E-mail: linoalmeida@proton.me. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7511-7815>.

² Coordenadora do Laboratório de Experimentações Etnográficas da Universidade Federal de São Carlos (LE-E/UFSCar). E-mail: morawska-vianna@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6407-7854>.

consolidates institutional structures and circulates concepts, theories, and legal frameworks that promote liberal ideology and a relatively cohesive global financial system. We argue that while this liberal theory has promoted and structured ways of governing and understanding the world, it coexists with a scenario in which the State/market boundary within the economy has become diluted, as the State increasingly adopts strategies common to the private sector and the financial industry.

Keywords: *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*; Financial market; Political anthropology of finance; Science and technology studies

Resumen: A partir del análisis de artículos de la Revista Brasileña de Mercado de Capitales (Rbmec) que abordaban el crédito subsidiado, la deuda pública y la concentración bancaria, este artículo pretende demostrar cómo los diagnósticos macroeconómicos que defendían la reducción de la presencia estatal en la economía publicados en la revista se entrelazan con un cambio de paradigma en la administración y en la opinión públicas, de acuerdo con Musacchio y Lazzarini (2014) y Grün (2007). Esta propuesta se sitúa dentro de los debates en los estudios sociales de la ciencia y la tecnología que, desde hace algún tiempo, insisten en la importancia de localizar los efectos de las teorías económicas en la conformación de los mercados (Callon, 1998; Mackenzie, 2006; Callon et al., 2007; Mackenzie et al., 2008). El artículo también se alinea con una antropología política de las finanzas, tal como la propone Ortiz (2021), interesada en describir la constitución histórica de una élite financiera global que, a partir de disputas políticas particulares a cada contexto, consolida estructuras institucionales y hace circular conceptos, teorías y marcos legales que promueven la ideología liberal y un sistema financiero global relativamente cohesionado. Argumentamos que, si bien esta teoría liberal ha promovido y estructurado formas de gobernar y comprender el mundo, coexiste con un escenario en el que la frontera Estado/mercado dentro de la economía se ha diluido, con el Estado adoptando cada vez más estrategias comunes al sector privado y a la industria financiera.

Palabras clave: *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*; Mercado financiero; Antropología política de las finanzas; Estudios sociales de la ciencia y la tecnología

A candidatura de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 trouxe aos holofotes a figura do economista carioca Paulo Roberto Nunes Guedes, formulador do plano econômico do candidato. A subsequente vitória de Bolsonaro levaria à indicação de Guedes ao recém-criado cargo de Ministro da Economia. O presidente eleito se referia à nova pasta como “Superministério da Economia”, que unia os antigos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio. A promessa, portanto, era de que o cargo de Paulo Guedes lhe concederia imensos poderes dentro do Governo Federal (Agência Brasil, 2019).

Em seu discurso de posse, Guedes afirmou: “a maior engrenagem descoberta pela

humanidade para garantir a inclusão social são as economias de mercado”.³ O ministro expressava com tal declaração a crença de que não deveria ser o Estado o responsável pela criação e distribuição de riqueza no país, mas sim o setor privado. Daí se compreende a alta do Índice Bovespa (Ibovespa) nos dias seguintes, o que atestava, de acordo com a imprensa⁴, a positiva reação do mercado diante da escolha de um ministro cuja trajetória intelectual e política acompanhara o próprio crescimento do mercado financeiro no país — a B3, empresa que atualmente monopoliza as negociações de títulos em bolsa de valores e balcão no Brasil e possui a maior capitalização de mercado da América Latina⁵.

Paulo Guedes graduou-se em economia na Universidade Federal de Minas Gerais e doutorou-se na Universidade de Chicago, importante polo do pensamento econômico liberal e do neoliberalismo, anunciado por Milton Friedman em 1951 como uma doutrina, ou “uma nova fé” (1951, p. 2), que reconhece a importância das liberdades individuais, porém, ao contrário do que os liberais do século XIX acreditavam, defende o papel preponderante do Estado em garantir a competitividade (através das leis antitruste, por exemplo) e a estabilidade monetária (Friedman, 1951). Após a conclusão de seus estudos, Guedes trabalhou como pesquisador na Universidade do Chile durante a ditadura de Pinochet. Voltou ao Brasil no início da década de 1980 como professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atuando principalmente nas áreas de gestão e mercado financeiro. No início da década de

³ O discurso, na íntegra, pode ser conferido em G1, 2019.

⁴ Alguns trechos de reportagens sobre o assunto são os seguintes: 1) “O índice chegou a atingir 88.377 pontos, a máxima histórica intradia. (...). A abertura mais positiva encontrou suporte na expectativa do mercado de que Bolsonaro formará uma equipe econômica liberal e reformista, liderada pelo economista Paulo Guedes, mas agentes financeiros agora querem mais detalhes.” (G1, 2018). E 2) “O mercado doméstico repercute com forte otimismo a confirmação da vitória de Jair Bolsonaro (PSL) nas urnas. Segundo os analistas ouvidos pelo InfoMoney ainda no domingo de eleição, a bolsa neste momento é o melhor ativo do Brasil, com potencial para o Ibovespa subir 45,8% sobre o nível atual, atingindo 125 mil pontos até o final de 2019 caso as reformas avancem no Congresso.” (InfoMoney, 2018).

⁵ Ver Roberta, 2024.

80, o economista foi convidado para atuar como diretor-técnico do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), onde permaneceu por 16 anos (Carvalho, 2012).

O IBMEC foi fundado no Rio de Janeiro, em 1970, a partir de uma cisão dentro da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ). À época, a cidade era tida como capital financeira do país, já que a BVRJ concentrava a maior parte das operações do mercado bursátil brasileiro. Comandada por militares durante a segunda metade da década de 1960, a Bolsa não vinha obtendo bons resultados financeiros. Conforme lembra Ney Carvalho (2012), filho do homônimo presidente da BVRJ entre 1962 e 1966, irmão de Fernando Carvalho, presidente da mesma instituição entre 1973 e 1976, e diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre maio e dezembro de 1977 (Barcellos, 2018), os setores Jurídico e Técnico eram os únicos chefiados por civis, que por sua vez não estavam satisfeitos com o estado da instituição. O engenheiro, economista e filósofo Luiz Sérgio Coelho de Sampaio, descrito como “de esquerda” e “contestador” (Carvalho, 2012, p. 13), chefiava o Departamento Técnico. Demarcando sua oposição aos dirigentes da Bolsa, transformou sua repartição em uma instituição independente, criando o IBMEC em 08 de junho de 1970, com os objetivos de desenvolver pesquisas de excelência, difundir o conhecimento técnico sobre o setor financeiro no Brasil e formar novos profissionais altamente capacitados para atuação na área (Carvalho, 2012).

Seguindo os objetivos propostos, em 1974, diretores do IBMEC deliberam pela criação de um periódico científico denominado Revista Brasileira de Mercado de Capitais (Rbmec). Logo na edição número zero, o diretor responsável pelo periódico afirmava: “A Revista Brasileira de Mercado de Capitais pretende ser o veículo mais adequado no Brasil para a apresentação e debate de temas de interesse da comunidade financeira” (Netto, 1974). A Rbmec, que publicava tanto manuscritos originais de pesquisadores brasileiros quanto a tradução de artigos publicados em outros países, circulava entre empresários, acadêmicos e executivos do sistema financeiro, e se

utilizava do sistema de avaliação duplo-cego somente ocasionalmente (Leal; Oliveira; Soluri, 2003). O periódico se manteve ativo até 1996.

A partir do final da década de 1970, a Rbmec passa a priorizar publicações de pesquisas realizadas dentro do Instituto, e seus números começam a ser ocupados majoritariamente por membros de seu *staff* (Coentro Filho, 1981). Os primeiros 25 anos da Revista correspondem aos seus mais prolíficos. Esse período coincidiu com os anos finais da ditadura militar brasileira, momento em que a economia doméstica passava por grande crise após o chamado “milagre econômico” (1968-1973), momento marcado por grandes obras de infraestrutura, forte crescimento econômico e intensa atividade industrial, mas também por censura, ufanismo, repressão política, concentração de renda e endividamento externo.

Foi também nesse período que o neoliberalismo se consagrou como sistema político-econômico hegemônico no mundo, e, como efeito, os artigos publicados na Rbmec adquiriram um tom mais negativo acerca da condução econômica do país no final da década de 1970, alinhando-se à tendência global do mundo das finanças, que vinha promovendo uma formação mais matematizada de seus profissionais e uma postura política avessa à figura do Estado (Mackenzie, 2006; Harvey, 2007). O mercado financeiro era apresentado nos artigos do periódico como solução para o desenvolvimento nacional, e nesse sentido, os argumentos técnicos dos artigos reiteravam a crença na retração estatal como necessária para o enfrentamento de problemas macroeconômicos.

Destarte, o presente artigo propõe analisar a bibliografia veiculada pela Revista Brasileira de Mercado de Capitais entre as décadas de 1970 e 1980 no que se refere a três tópicos - políticas de crédito, dívida pública e concentração bancária -, buscando compreender como o setor financeiro brasileiro procurava fomentar o mercado de capitais por meio da circulação de diagnósticos macroeconômicos que defendiam a diminuição da presença do Estado na economia.

O texto será estruturado em três partes, além desta introdução. Na primeira, abordaremos a

metodologia empregada, situando este trabalho dentro da antropologia política das finanças (Ortiz, 2021), explorando a escolha por conceituar os autores aqui trabalhados como liberais, apresentando os artigos analisados e os critérios para sua seleção. Na segunda parte, o foco será descrever o modo como o Estado é pensado nos artigos da Rbmec como um entrave para a expansão do mercado de crédito, ainda que na prática as relações entre Estado e mercado fossem mais borradas do que a desejada pela ideologia liberal. Na terceira parte, a atenção se voltará para o debate promovido por autores na Rbmec sobre a concentração bancária no país e a proposta de reformulação do sistema financeiro brasileiro. Argumenta-se que um olhar para os debates promovidos pela Rbmec evidencia o que Roberto Grün, em texto pioneiro, chamou de “dominação cultural das finanças”, fenômeno que legitima “a violência econômica da arbitragem financeira — a especulação desenfreada contra os ativos financeiros brasileiros — [que] nos obriga a voltar para a direção que a lógica financeira considera ser a única razoável.” (Grün, 2007, p. 382).

Metodologia

Nossa proposta se situa dentro dos debates em estudos sociais da ciência e da tecnologia que, há algum tempo, insistem na importância de localizar os efeitos de teorias econômicas na conformação de mercados (Callon 1998; Mackenzie, 2006; Callon; Millo; Muniesa, 2007; Mackenzie; Muniesa; Siu, 2008). Neste trabalho, no entanto, importa menos pensar os efeitos de tais teorias na prática cotidiana de agentes econômicos, tese já suficientemente criticada tanto em termos dos limites da teoria da performatividade na economia (Butler, 2010; ver Morawska, 2024, sobre o mercado de câmbio informal em Angola) quanto da defesa de um olhar etnográfico sobre como a economia real opera (Neiburg; Guyer, 2019).

O interesse aqui é pensar o modo como o conhecimento especializado divulgado na Rbmec estabelecia as bases científicas que justificavam o crescimento do mercado de capitais brasileiro.

Tal perspectiva está alinhada a uma antropologia política das finanças, tal como defendida por Horacio Ortiz (2021), interessada em descrever a constituição histórica de uma elite financeira global que, a partir de embates políticos particulares a cada contexto, gradualmente sedimenta estruturas institucionais, faz circular conceitos, teorias e marcos legais que promovem a ideologia liberal e um sistema financeiro global relativamente coeso. Analisar a Revista Brasileira de Mercado de Capitais permite perceber um movimento político de longo prazo que criava, por meio da circulação de teorias financeiras liberais importadas sobretudo dos Estados Unidos, um terreno fértil para a expansão do setor financeiro no Brasil.

A escolha por categorizar os autores aqui trabalhados como *liberais* – e não *neoliberais* – tem por objetivo não somente respeitar sua autoidentificação, uma vez que *neoliberal* é mais comumente usado como uma categoria de heteroidentificação, como também seguir os marcos temporais mais aceitos dentro da história econômica brasileira e mundial.

No que se refere a sua autoidentificação, é incomum vermos indivíduos que optam por se descrever como neoliberais. O jurista José Luiz Bulhões Pedreira, autor do pré-projeto da Lei de Mercado de Capitais de 1965, da lei de criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) membro do departamento jurídico do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE, 1952-1958), referia-se a si mesmo e aos ex-ministros Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões como liberais (Barcellos, 2018); Paulo Guedes usaria o mesmo termo para se descrever em entrevista à Revista Veja em janeiro de 2006 (Fonseca, 2006). A própria página *About* no *website* da Mont Pelerin Society⁶, organização internacional pioneira formada por intelectuais liberais para pensar o futuro do liberalismo social e econômico, faz uso somente do termo “*liberalism*”, ainda que ao coletivo seja normalmente atribuída a “formação de ideias neoliberais e implementação de políticas neoliberais” (Shamas, 2017, p. 1; ver também Harvey, 2007; Mirowski e Plehwe, 2009

⁶ Mont Pelerin Society, sem data.

apresentam uma discussão mais aprofundada sobre as múltiplas dimensões do neoliberalismo, a história e as complexidades acerca do termo).

Ainda que o previamente referido texto de Friedman faça uso do termo “neo-liberalismo”, hifenizado, ainda em 1951, o marco temporal mais aceito para início dos governos neoliberais no mundo está situado entre as décadas de 1970 e 1980, e geograficamente localizado no Chile de Augusto Pinochet, nos Estados Unidos de Ronald Reagan e no Reino Unido de Margaret Thatcher (Harvey, 2007). No Brasil, o início dos governos neoliberais está mais comumente associado à gestão Fernando Collor (1989-1992), continuando até os dias atuais – ainda que estejam em discussão algumas nuances, com indícios que apontam o início da transição neoliberal ao governo Sarney (1985-1990) e implementações mais ou menos fortes deste modelo político-econômico nos governos seguintes (Araujo, 2024). Desta forma, o termo neoliberalismo não costuma compreender o período da ditadura militar brasileira, mesmo quando nos referimos a críticos à direita da condução econômica nacional.

Por mais que a caracterização dos autores — e do IBMEC como um todo — possa ser objeto de discussão e maior aprofundamento teórico, esse não se trata do objetivo deste trabalho, que apresenta como foco principal analisar os debates apresentados por publicações da Rbmec. Nossa avaliação histórica e etnográfica sustenta que escolher utilizar os termos *liberal* e *liberalismo* respeita a autoidentificação e adota a interpretação histórica mais corrente sobre o início do neoliberalismo no Brasil — o que não impede que os pesquisadores aqui analisados estivessem sendo influenciados pela tendência mundial que era o neoliberalismo, radicalizando-se contra a figura do Estado em assuntos que não concernem à regulação do mercado e à estabilidade monetária.

A seleção dos artigos, por sua vez, teve como ponto de partida a construção de uma tabela com todos os textos publicados na Rbmec entre 1974 e 1989. Ela consiste em títulos, nomes dos

autores, e o número da revista em que cada artigo foi publicado. Posteriormente, cada item da tabela foi rotulado, com base em seus títulos, resumos e sumários, dentro de um ou mais temas centrais, salvo os casos em que não se encaixavam dentro dos tópicos mais comumente debatidos no periódico. Alguns dos rótulos utilizados foram “Bancos”, para artigos sobre intermediação financeira, concentração bancária, descrições do sistema financeiro de outros países, entre outros assuntos relacionados ao setor bancário; “Direito”, para artigos sobre regulação estatal, auto-regulação, políticas de *disclosure* ou transparência e afins; “América Latina” para artigos que abordam quaisquer assuntos referentes a países latinos; e “EUA” para os que se debruçam sobre o mercado do país norte-americano.

Durante esse processo, notou-se que havia amplo conteúdo publicado na revista sobre endividamento público e políticas de crédito, em especial entre o final dos anos 1970 e a primeira metade da década seguinte. É importante mencionar que há uma perceptível prevalência de artigos publicados no número 32 da Revista, editado em 1984. Naquele momento, como mostraremos adiante, os técnicos do IBMEC eram responsáveis pela maior parte das publicações de seu periódico, que se tornava um espaço para divulgar pesquisas realizadas internamente. Uma leitura cuidadosa chamou atenção para como a publicação adquiria um tom crítico à atuação do governo na economia. O número em questão acaba por se tornar um exemplo emblemático das mudanças na linha editorial da revista científica. Em suas primeiras páginas, a Nota do Editor diz:

Nesta edição são publicados vários artigos sobre questões atuais do sistema financeiro brasileiro. (...) Estes artigos sintetizam contribuições realizadas por técnicos do IBMEC em diversas pesquisas e estudos realizados recentemente ou que estão em fase de elaboração. (Revista Brasileira de Mercado de Capitais, 1984, p. 288).

Como um periódico voltado para a temática do mercado de capitais, os autores expressavam grande preocupação com a política de crédito subsidiado, que vinha descapitalizando as bolsas de valores do país por se tratar de uma transação de baixíssimo risco, uma vez que o credor era o

próprio Estado. Notamos, ainda, o incômodo entre os pesquisadores com outro efeito das políticas de crédito subsidiado: a retração do crédito privado para o setor empresarial, uma vez que os bancos privados não conseguiam competir com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) – banco público responsável pela maior parte do fornecimento de crédito subsidiado naquele momento. Os textos analisados neste artigo possuem como característica comum se dedicarem à análise da política de crédito nacional, das características do setor bancário brasileiro e das diversas formas de intervenção do Estado na economia durante as décadas de 1970 e 1980 (ver tabela 1). As seções seguintes se debruçam sobre esses temas.

Tabela 1: Relação de artigos da Rbmec aqui analisados.

Título	Autor(es)	Atuação	Número da Revista (ano)
Dívida externa brasileira: projeções	Antonio Carlos Porto Gonçalves e Fernando de Albuquerque	Mestre e doutor em Economia pela Universidade de Chicago; Mestre em Engenharia Industrial pela Universidade de Stanford	n. 8 (1977)
A concentração do sistema bancário comercial brasileiro	Jairo Simon da Fonseca e Antonio Zoratto Sanvicente	Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo no curso de Administração de Empresas; Professor Assistente no mesmo curso e na mesma instituição	n.9 (1977)
Crédito subsidiado no Brasil - 1967-79	Marcos Fernandes Machado e Jane Maria Medeiros	Pesquisador do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais; Assistente de Pesquisa da mesma instituição	n. 17 (1980)
IBMEC: uma década de contribuições para o mercado de capitais	Aílton Coentro Filho	Sem descrição. Aparece em artigo de 1980 como “Pesquisador do Departamento de Estudos e Pesquisas” do IBMEC (ver Coentro Filho, 1980).	n. 21 (1981)
Reforma bancária: uma das condições necessárias para o saneamento da economia brasileira	Ubiratan Jorge Iorio de Souza e Roberto Marques Montezano	Pesquisadores do Centro de Estudos Econômicos do IBMEC	n. 32 (1984)
Dívida Pública e financiamento do déficit público	Eduardo Novo Costa Pereira	Diretor Técnico do Centro de Estudos Econômicos do IBMEC	n. 32 (1984)
A concentração bancária e a conglomeração financeira	Roberto Moreno Moreira	Pesquisador do Centro de Estudos Econômicos do IBMEC	n. 32 (1984)
Mercado de capitais e intervenção estatal no Brasil	Antonio Carlos Figueiredo Pinto	Pesquisador do Centro de Estudos Econômicos do IBMEC	n. 32 (1984)

A coluna “Atuação” resume as descrições dos autores apresentadas nas publicações. O sinal de ponto e vírgula separa os co-autores. A ordem da atuação segue aquela em que os nomes aparecem. Fonte: Elaboração dos autores.

O Estado como entrave para a expansão do mercado de capitais

Uma das questões mais presentes nos artigos da Rbmec é como o desenvolvimento do mercado de ações era impactado pela intervenção estatal, o que aparece na forma de análises sobre endividamento público, taxas de juros, políticas de crédito, balança comercial e regulação. Esse é o caso das análises críticas de Coentro Filho (1979), Machado & Medeiros (1980) e Eduardo Novo Costa Pereira (1984) sobre a relação entre dívida pública brasileira e políticas de intervenção estatal. Gonçalves & Albuquerque (1977) ainda alertam para o crescimento constante dessa mesma dívida: na mais otimista de suas hipóteses, seu valor continuaria a crescer por mais 4 ou 5 anos.

Coentro Filho (1979) argumenta que a oferta de crédito subsidiado e a alta concentração bancária levam ao fraco desempenho do mercado de capitais e da baixa competição entre os bancos privados. Para ele, a oferta de linhas de crédito com juros abaixo da inflação num momento em que havia grande desconfiança com o mercado bursátil desincentivava que empresários lançassem ações nas bolsas de valores a fim de financiar as operações de suas companhias. Era mais barato e menos arriscado para o empresariado o contrato de empréstimos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O autor menciona ainda que, uma vez que o Estado alcançou o limite de seu endividamento no final da década de 1970, a política econômica adotada desde o golpe militar, de intenso endividamento externo para o financiamento do crescimento interno, tornou-se inviável. Isso fez com que o governo optasse por pagar altas taxas de juros a quem adquirisse títulos da dívida pública, uma vez que buscava atrair investimentos ao país para quitar seus débitos. Em outras palavras, o plano era atrair investidores para os títulos do governo e utilizar o montante arrecadado para quitar os empréstimos realizados junto ao governo dos Estados Unidos e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso era considerado por Coentro Filho (1979) como ainda outro impasse para o desenvolvimento do mercado acionário, haja vista que os rendimentos oferecidos pelo setor privado dificilmente alcançariam os mesmos níveis que os títulos públicos ofereciam,

ou seja, as taxas de juros dos títulos privados eram mais baixas e ofereciam aos investidores um retorno menor. Em outras palavras, era mais lucrativo para os investidores optar por títulos da dívida pública do que por títulos privados, em um ambiente de negócios em que o Estado competia com os bancos por investimentos.

A visão em geral articulada pelos artigos da Rbmec é, portanto, que os títulos da dívida pública oferecidos a altas taxas de juros fazem o governo tomar espaço da captação de recursos e da poupança. Para Eduardo Novo Costa Pereira (1984), o setor privado abandonava áreas onde não conseguia competir devido à intensa atuação do Estado – neste caso, os bancos estavam deixando de ofertar crédito e produtos de poupança. Este fenômeno é chamado de “crowding out” (Pereira, 1984). Assim sendo, as análises da Rbmec tendiam a considerar que a dívida pública, alimentada pela venda de títulos por parte do Estado para captação de recursos, é uma “distorção” que impede o acelerado desenvolvimento do setor financeiro privado em ao menos duas frentes: por um lado, os títulos públicos eram atraentes aos poupadores por sua segurança e pelas altas taxas de juros, oferecendo retorno superior ao do mercado acionário; por outro, estrangulava a oferta de crédito dos bancos privados, que não conseguiam oferecer produtos e crédito tão competitivos quanto os do governo brasileiro.

Em outras palavras, a visão veiculada na Rbmec em artigos de especialistas ressoava o mal estar dos agentes em relação à atuação do Estado tanto do mercado de capitais quanto do mercado de crédito. Os bancos e corretoras interessados em expandir o mercado de capitais no Brasil, com o estímulo à captação de recursos pelas empresas por meio da abertura de capital e venda de ações, viam o Estado como um agente de mercado que competia em desigualdade de condições. Isso porque, sob o ponto de vista dos investidores, era mais vantajoso emprestar dinheiro ao Estado por meio da compra de títulos da dívida pública, que garantiam altos retornos sobre o investimento, do que, por exemplo, emprestar dinheiro a empresas por meio da compra de ações. Da mesma forma,

o Estado era visto como um competidor atuando em desigualdade de condições por bancos e financeiras que atuavam no mercado de crédito e ofereciam empréstimos a juros mais altos do que o crédito subsidiado oferecido por bancos públicos. Novamente, a “distorção” do mercado apontada por Pereira (1984) se dava porque, sob o ponto de vista dos investidores, era mais vantajoso pegar dinheiro emprestado de bancos públicos do que pegar dinheiro emprestado de financeiras e bancos privados.

A tabela a seguir resume os serviços financeiros oferecidos pelo Estado e os argumentos dos autores sobre como esses desaceleravam o desenvolvimento do setor financeiro privado no Brasil:

Tabela 2: Comparação entre produtos de crédito subsidiado e títulos de dívida pública oferecidos pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980.

Serviço	Taxa de juros	Onde se negocia	Clientes	Quem recebe os juros	Efeitos no mercado financeiro
Crédito subsidiado	Subsidiada; juros abaixo da inflação (credor perde dinheiro com cada empréstimo)	BNDE	Empresariado	Estado	Estado compete agressivamente com bancos privados, levando ao <i>crowding-out</i> no mercado de crédito empresarial; desestimula a venda de ações devido ao menor risco oferecido pelos empréstimos do BNDE
Títulos da dívida pública	Alta	Bolsas de valores	Investidores	Investidores	Estado concentra poupança devido ao bom retorno e baixo risco oferecidos pelo serviço, desestimulando a compra de ações

Fonte: Elaboração dos autores.

É interessante notar, contudo, que o lugar do Estado na argumentação dos economistas liberais varia de acordo com a conjuntura política e os cargos que ocupam. Nos anos 1960 e

início de 1970, as políticas de intervenção e as reformas jurídicas eram amplamente comemoradas (Teixeira da Costa, 2010; Barcellos, 2018; Carvalho, 2012). O governo golpista militar ainda representava esperança para o setor privado transnacional, atendendo às demandas dos agentes do mercado financeiro ao propor uma série de reformas no sistema financeiro nacional, como reiteram Pereira e Nunes (1984, p. 299-300):

As reformas institucionais permitiram a criação e diversificação da atividade financeira, através de novos intermediários e ativos financeiros, a instituição da correção monetária, o desenvolvimento do mercado de ações, criação do Banco Central etc. (p. 299-300).

A partir de meados da década seguinte, parece haver uma virada na opinião dos técnicos ligados ao IBMEC. Para eles, o governo, na segunda metade da década de 1970, intervia demais na economia, além de ser mal gerido. As reformas jurídicas vinham causando ou reforçando a dependência das importações que, junto com a inflação, agravavam os problemas da balança comercial e da dívida externa. A dívida interna, por sua vez, crescia devido às linhas de crédito subsidiado, às importações e ao fraco desempenho do mercado acionário causado pela participação do Estado na captação de poupança.

Já o lugar do mercado de ações aparecia como o de potencial propulsor da economia nacional. A Rbmec apresentava o mercado de ações como uma ferramenta para financiar empresas, acelerar o desenvolvimento nacional e oferecer os mais eficientes produtos de poupança. Os autores argumentavam ser necessário trabalhar para sua popularização para que se reduzisse o montante da dívida interna, uma vez que sua adoção massiva por parte de companhias e investidores livraria o governo das linhas de crédito subsidiadas e dos títulos de dívida pública a altas taxas de juros, fatores que eles diziam retardar o crescimento econômico nacional. Para esses economistas, era desejável que o governo interferisse minimamente no setor financeiro, sem concessão de subsídios, produtos de poupança demasiadamente atrativos e sem legislações que criassem “novas distorções”, como

ocorreu com o caso da concentração bancária tratado adiante.

Os textos não mencionam, contudo, que figuras como os ex-Ministros da Fazenda Antônio Delfim Netto (1979-1985) e Mário Henrique Simonsen (1974-1979) se diziam entusiastas do setor financeiro e do mercado de capitais (Barcellos, 2018). Isso não significou, entretanto, que sua atuação no governo fosse aquela desejada pelos técnicos publicados na Rbmec. Por mais que a ação estatal ocupasse um lugar negativo nas análises, ela podia se tornar desejável a depender dos efeitos causados na economia — sobretudo se fortalecesse o setor financeiro. As diferentes posturas podem ser explicadas pelas distintas posições que esses atores ocupam: burocratas e pesquisadores das ciências econômicas estão em busca de resolver problemas distintos, em prazos diferentes e lidando com pressões que pouco se assemelham. Desta forma, seus métodos e suas agendas pareciam entrar em conflito.

A radicalização dos artigos da Rbmec na segunda metade da década de 1970 — isto é, após o furor do milagre econômico — está ancorada, também, a uma mudança discursiva mais generalizada dentro do cenário político-econômico brasileiro.

Analisando o noticiário político e econômico brasileiro do mesmo período, Grün (2007) identificou críticas ao Estado provindas tanto de jornalistas e colunistas identificados como de esquerda, quanto por escritores relacionados ao empresariado, destacando o uso constante do termo “mordomia” por ambos os setores para tecer críticas negativas ao governo federal como um todo. Para o primeiro grupo, “o Estado impedia a expressão da sociedade civil que começava a entrar em ebulição” (p. 384); para o segundo, “o Estado invadia o ramo dos negócios e áreas de regulação que deveriam estar sob controle do empresariado privado” (idem). Nota-se, assim, que comentaristas pertencentes a diferentes campos políticos expressavam desejo pela redução do Estado brasileiro, e os posicionamentos veiculados na Rbmec não destoavam do que era apresentado em jornais e revistas de ampla circulação.

Uma análise sobre o papel do Estado como agente ativo no mercado financeiro e, ao mesmo tempo, responsável pela estabilidade macroeconômica, pode ser vista no livro *Reinventing State Capitalism*, de Aldo Musacchio e Sergio Lazzarini (2014). Os italianos caracterizam o período entre a década de 1960 e o primeiro Governo Dilma (2010-2014) como um caso exemplar do que chamam de “capitalismo de Estado” (*state capitalism*). Os autores conjuram a imagem do Leviatã hobbesiano para ilustrar o enorme controle que o Estado exercia sobre a economia do país nos anos 1960. Nas cinco décadas analisadas no livro, as formas encontradas pelo Estado de impulsionar, ele próprio, a economia brasileira, mudaram progressivamente. Sua posição foi deslocada de empreendedor para parceiro comercial, na forma de acionista minoritário (Musacchio; Lazzarini, 2014).

Durante o governo Geisel (1974-1979), por exemplo, a principal forma de atuação do Estado na economia se dava criando empresas públicas, com o objetivo de que estas se tornassem o motor do desenvolvimento nacional. Nesse período, os militares sequer eram capazes de contabilizar quantas estatais o governo federal possuía (Musacchio; Lazzarini, 2014, p. 89-90). Nos últimos anos da ditadura militar, na década de 1980, houve uma série de privatizações, que Musacchio e Lazzarini (2014) associam ao esgotamento da capacidade de endividamento do Estado brasileiro com o governo dos Estados Unidos. Isso porque as taxas de juros do país norte-americano foram brutalmente elevadas após a primeira crise internacional do petróleo, tornando inviável a captação de recursos naquele país. A opção do governo brasileiro foi de emprestar do Fundo Monetário Internacional (FMI), que exigia que seus empréstimos fossem condicionados a medidas de contenção de gastos, incluindo privatizações de empresas públicas.

Todos os governos pós-redemocratização adotaram, em maior ou menor grau, o uso de lógicas do setor privado na administração pública, nas empresas estatais e nas de capital misto. Musacchio e Lazzarini demonstram, por exemplo, como o (agora renomeado) Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a atuar como investidor minoritário de empresas beneficiadas por suas linhas de crédito, já na década de 80. Os balanços financeiros do banco de desenvolvimento se tornaram positivos, em parte, devido à valorização de seus ativos no mercado de ações. A instituição financeira, que antes visava dar envergadura ao empresariado nacional através da oferta de linhas de crédito subsidiado, passou a ter como um de seus principais atributos a obtenção de lucro e o financiamento do setor privado através da negociação de ações (Musacchio; Lazzarini, 2014).

Como afirmam Musacchio e Lazarini, “O capitalismo de Estado se transformou em um fenômeno complexo e multifacetado, caracterizado por uma variedade de modelos distintos” (2014, p. 282). O aparecimento de novas formas de governança entre as estatais não significou o fim das formas mais tradicionais que antes vigoravam na administração pública. A figura do Estado, no Brasil, permaneceu como um importante motor da economia nacional em todos esses momentos. O que ocorreu foi uma alteração no seu modo de funcionamento: até o final dos anos 1970, o Estado era criador de empresas estatais; na década seguinte, torna-se sócio majoritário em companhias de capital misto; ainda nos anos 1980, o governo passa a adquirir participação minoritária em empreendimentos privados, modelo que ganha mais força a partir dos anos 1990. Empresas públicas passaram, ainda, a adotar estratégias utilizadas pelo setor privado para resistir às ameaças de privatização, como Marina Defalque (2018) mostra ser o caso da CEAGESP, estatal pertencente ao governo federal responsável pelo armazenamento e distribuição de alimentos no estado de São Paulo. As fronteiras entre público e privado foram borradas, com as lógicas do capital privado e do setor financeiro invadindo a administração pública.

Nesta seção, nosso foco foi descrever o modo como o Estado é pensado nos artigos da Rbmec como um entrave para a expansão do mercado de crédito, ainda que na prática as relações entre Estado e mercado fossem mais borradas do que a desejada pela ideologia liberal. Nesse

sentido, demonstramos como a administração pública, a operação de seus serviços e a gestão de seus bens passaram a responder às demandas de um mundo dominado pela lógica das finanças (Grün, 2007). Em seguida, exploraremos como a atuação dos bancos públicos e uma política regulatória que permitiu a criação de conglomerados bancários (instituições que podem atuar como banco comercial, banco de investimento e ofertar crédito simultaneamente) se tornaram alvo de críticas na Rbmec.

Mudanças na paisagem do sistema bancário brasileiro

A estrutura do sistema financeiro nacional apresentada no website do Banco Central é reveladora da diversificação e expansão do setor financeiro.⁷ Vê-se uma enorme quantidade de órgãos normativos e operadores em vários mercados: mercado monetário; mercado de crédito; mercado de capitais; mercado de câmbio; mercado de seguros privados, contratos de capitalização e previdência aberta (ou seja, aposentadoria, pensão ou poupança complementar ao regime de previdência); fundos de pensão, ou previdência fechada voltada para funcionários de empresas e organizações. É interessante pensar como na época de publicação da Rbmec a paisagem desse sistema era bastante distinta, ainda tímida em relação ao que viria a se tornar nas décadas seguintes, e marcada pela chamada “concentração bancária”.

Tratava-se de um problema que Coentro Filho (1979) e Fonseca e Sanvicente (1977), por exemplo, identificavam como fruto da atividade dos órgãos reguladores do mercado financeiro. Entre a década de 40 e 70, somando-se bancos comerciais, de investimento públicos e privados, os números da estrutura bancária brasileira se transformaram do seguinte modo: as 663 agências matrizes que existiam em 1944 foram reduzidas a 338 em 1960, e, finalmente, 95 em 1979 (Coentro Filho, 1979). Essa característica do mercado brasileiro é atribuída à atuação estatal, sobretudo às

⁷ Banco Central do Brasil, sem data.

normativas do Banco Central (BC) e, antes de 1964, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que, visando criar um mercado estável e de baixo risco, impuseram restrições à abertura de novas agências bancárias. Entre as exigências dos órgãos governamentais, vemos a necessidade de comprovar a viabilidade econômica de novas agências e de comprovar a demanda por serviços bancários na região em que pretendiam se instalar. Para Coentro Filho (1979), isso fez com que os grandes bancos fagocitassem os menores nos interiores do país, haja vista que era mais fácil que grandes corporações comprovassem a viabilidade financeira de sua expansão. Somado a isso, o governo brasileiro instituiu incentivos para estimular fusões e incorporações de bancos sob o argumento de que isso possibilitaria obter economia de escala, reduzindo os custos operacionais – novamente buscando criar um mercado estável e de baixo risco. Consequentemente, criou-se um cenário de cada vez menos competição no mercado de crédito privado (Coentro Filho, 1979).

Tal análise é corroborada pelos números apresentados por Roberto Moreira (1984) em meados da década seguinte: entre 1950 e 1983, houve uma redução de 70% dos estabelecimentos bancários, ainda que o número de agências tenha crescido em 560%. Ou seja, se em 1950 havia 413 matrizes e 2183 agências, em 1983 o número de matrizes é reduzido para 113 e o número de agências cresce para 14436, indicando uma presença mais capilarizada de um setor bancário mais concentrado. Outros estudos do Rbmec apresentavam um esforço comparativo para enfatizar a questão da concentração bancária no país. Para Fonseca e Sanvicente (1977), por exemplo, a comparação entre Brasil, México e Estados Unidos demonstrava que os países latinos possuíam números semelhantes de concentração, e que ambos continuavam se tornando mais concentrados com o passar dos anos. O país norte-americano, por seu turno, possuía concentração sensivelmente menor, o que para os autores “talvez reflita não só o mais avançado estágio de desenvolvimento do mercado financeiro desse país, como, principalmente, as consequências de uma legislação restrita à ampliação de redes a nível nacional (e mesmo estadual) por parte dos bancos comerciais”

(Fonseca; Sanvicente, 1977, p. 448).

A alta concentração bancária, assim, é vista como uma anomalia causada pelas regulações promovidas pelo Estado, o que para os analistas da Rbmec reduzia ainda mais a competitividade do setor financeiro privado e a capacidade deste de operar no mercado de crédito. No número da Rbmec que comemorava os seus 10 anos de existência, em outubro/dezembro de 1984, inclusive com a figura de Paulo Guedes como membro do Conselho Editorial, propunha-se a reforma do sistema financeiro nacional. Como afirma Antonio Carlos Figueiredo Pinto (1984, p. 319)

Existe um consenso de que o mercado de capitais, no Brasil, tem sofrido uma intervenção estatal excessiva. A análise cuidadosa das regulamentações produzidas pelo governo, nos últimos anos, mostra, inclusive, que essa intervenção tem se dado em grau crescente.

Nesse sentido, uma das propostas apresentadas por Eduardo Novo Costa Pereira (1984, p. 335) para melhorar a “eficiência da regulação” é a independência do Banco Central e sua separação do Banco do Brasil para que pudesse se tornar a única autoridade monetária: “o BACEN deve induzir o mercado a criar seus próprios mecanismos de auto-sustentação”. Para o autor, havia um problema em relação à disputa entre títulos privados e títulos públicos, que exacerbavam o já mencionado *crowding out*, quando o setor privado deixa de ofertar crédito e produtos de poupança devido à intensa atuação do Estado. Segundo Costa Pereira (1984, p. 334), era preciso liberar o BACEN da gestão da dívida do Tesouro: “A administração da carteira de títulos da dívida pública federal pelo Banco Central deve ter por objetivo único atingir as metas e programação monetária para cada período”. Ou seja, a recomendação do autor é que a transação de títulos federais pelo BACEN deveria se dar apenas quando fosse conveniente para a política monetária e não para financiamento do déficit do Tesouro.

Na mesma edição, Souza e Montezano (1984) explicam as instituições que estavam em jogo na proposta de reforma do sistema financeiro, ou como diziam, para o “saneamento da economia

brasileira”. Antes do golpe de 1964, a política monetária estava a cargo de duas instituições: a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que concentrava funções normativas e fiscalizadoras, e o Banco do Brasil, que controlava a moeda e a atividade dos bancos. A Lei 4.595/64 extingue a SUMOC e cria o Banco Central do Brasil. Os autores, no entanto, alertam para o que veem como uma anomalia:

[...] permaneceram vinculadas ao [Banco do Brasil] duas importantes funções, que são universalmente características dos bancos centrais, a saber, a de depositário das reservas dos bancos comerciais e a chamada conta movimento, mediante a qual podem ser obtidos recursos, a custos nulos, do Banco Central (Souza e Montezano, 1984, p. 343).

Há, assim, não apenas uma duplicidade de execução de funções de banco central pelo BACEN e Banco do Brasil, como também a atuação das duas instituições no setor privado, o que eles apresentam como sendo uma imperfeição de mercado. Para eles, como o BACEN também participava da formulação e execução das políticas de crédito do governo, agia como uma espécie de banco de fomento. Além disso, atuava nos mercados de capitais e de câmbio, sendo agente financeiro do governo. Por sua vez, o Banco do Brasil era um banco comercial e também autoridade monetária, ou seja, agente financeiro no mercado e caixa do Tesouro Nacional, já que coletava receitas provenientes de taxas de impostos e efetuava despesas do governo.

Não é o caso de detalhar as modificações históricas que levaram ao atual sistema financeiro nacional, mas sim ressaltar que o problema apontado pelos autores mencionados acima sobre o governo ser ao mesmo tempo regulador e agente do mercado não é resolvido com a sua reforma.⁸ Isso porque, como já apontado, o Estado reinventou profundamente sua forma de atuar na economia brasileira a partir dos anos 1990, deixando de criar mais estatais para competir no mercado interno

⁸ Note-se que a autonomia do Banco Central foi promulgada apenas recentemente, na Lei Complementar nº 179/2021 (Brasil, 2021).

e passando a firmar parcerias e negociar ações com companhias nacionais via BNDES. O Estado-empREENDEDOR se tornou Estado-investidor minoritário (Musacchio; Lazzarini, 2014).

A diluição da fronteira entre Estado e mercado é também demonstrada por Leon Wansleben (2023), em seu livro sobre a emergência de bancos centrais, no qual ressalta o poder infraestrutural do Estado em sua habilidade de mobilizar recursos para atuar no setor privado. Para o autor, compreender como os Estados operam cada vez mais por meio do mercado permite uma análise que vai além da dicotomia mercado versus Estado. Uma antropologia política das finanças permite, assim, apontar para a simultaneidade da ideologia liberal que enuncia tal dicotomia, tal como constantemente propagada pela Rbmec, e uma dinâmica do mercado em que essas fronteiras se mantêm borradas.

Considerações finais

A preocupação que perpassa por todos artigos da Rbmec analisados é a de que o setor privado não possuía as condições ideais para se desenvolver no Brasil. A relação de causa e efeito era a seguinte: o Estado se endividava vendendo títulos da dívida pública para quitar outros débitos, estes contraídos anteriormente junto ao governo dos Estados Unidos e ao Fundo Monetário Internacional. E porque os títulos da dívida pública precisavam atrair investidores para que os empréstimos, enfim, fossem pagos, era preciso oferecer juros altos. O alto retorno sobre o investimento e o baixo risco oferecidos pelos títulos públicos, por sua vez, tornavam o mercado de capitais pouco atrativo aos investidores.

Ao mesmo tempo, a oferta de crédito subsidiado pelo BNDE, que financiava o setor privado no Brasil, estrangulava a oferta de crédito pelos bancos privados, que não conseguiam competir com um *player* que não buscava obter lucro. Isso tinha, ainda, um segundo efeito: se emprestar do BNDE era a opção mais barata e menos arriscada para adquirir financiamento, não havia razão

para os empresários recorrerem ao mercado de ações, opção que apresenta maior risco e que ainda implica em dividir a propriedade da empresa com investidores anônimos.

O ciclo de dívidas que se retroalimentam no qual estavam inseridos o governo e o empresariado era uma grande pedra no sapato dos mercados financeiro e de capitais. Era, portanto, objeto de constante análise de seus agentes. Para os autores publicados na Rbmec, esse obstáculo significava algo ainda maior: tratava-se de um entrave para o desenvolvimento do país como um todo. Para eles, o Estado só conquistaria a estabilidade monetária necessária para o desenvolvimento do setor privado se quitasse suas dívidas, e, para isso, seria necessário cortar gastos.

Suas propostas para a redução do déficit público perpassavam a adoção de uma política de desenvolvimento sem intervenção estatal, onde as instituições reguladoras atuariam somente para salvaguardar um cenário justo e competitivo para a atuação das companhias brasileiras — e não com políticas regulatórias que criassem um cenário anticompetitivo, como argumentam ter ocorrido. Para os teóricos do que chamamos aqui de teoria liberal, um Estado que não oferece serviços que competem com o setor privado não se endivida e permite o pleno desenvolvimento do setor privado nacional, apoiado por um mercado de capitais atrativo, capaz de captar grandes volumes de poupança, e do crédito privado.

Apesar do transbordamento da teoria liberal sobre o campo da política, da popularização do discurso das finanças e da intensa veiculação de opiniões que defendiam a redução do Estado tanto na imprensa tradicional (Grün, 2007) como em um periódico científico, pesquisas recentes, baseadas em observações e dados empíricos, demonstram que a separação entre Estado e mercado continua sendo mais presente na teoria do que na prática. Essa fronteira tem se tornado cada vez mais opaca, com a administração pública e as empresas estatais adquirindo participações em empresas privadas (como Musacchio e Lazzarini, 2014, demonstram ter feito o BNDES com o frigorífico JBS, por exemplo) ou adotando métodos de gestão semelhantes ao empresarial,

cujas prioridades são o crescimento, o lucro e a redução de custos, em detrimento da geração de empregos, da implementação de políticas sociais e do provimento de serviços públicos de qualidade. A adoção desses métodos de administração pode vir até mesmo como estratégia para resistir à ameaça da privatização, como mostrado por Marina Defalque (2018). Vemos, assim, que a relação entre capital público e privado tem ganhado contornos dúbios, com a predominância da lógica das finanças invadindo o setor público, mas sem que esse tenha perdido sua relevância econômica.

Isso não significa, entretanto, que a dicotomia Estado/mercado seja uma farsa. Ela existe, no mínimo, como uma teoria, e, como tal, alicerça uma linha de pensamento que justifica a tomada de determinadas medidas econômicas por governos ao redor do globo. Para nos atermos a exemplos recentes ocorridos no Brasil, a privatização da estatal estratégica BR Distribuidora (responsável pela distribuição de gás de cozinha e combustíveis)⁹; o sucateamento da Companhia Nacional de Abastecimento e o fim do Programa de Aquisição de Alimentos (Conab, responsável por armazenagem e distribuição de alimentos, e PAA, programa federal que, entre outros serviços, abastecia Bancos de Alimentos e realizava compra de grãos durante a safra para manter os preços estáveis durante a entressafra)¹⁰ e as tentativas frustradas de privatização dos Correios e da DataPrev (responsável pela gestão de dados sensíveis de contribuintes da previdência pública)¹¹ foram todas medidas tomadas durante a gestão do ex-ministro Paulo Guedes (2019-2022), ex-diretor do IBMEC e ex-editor da Rbmec, visando cortar gastos e liberalizar a economia brasileira.

Em suma, estamos diante de um cenário onde essas duas formas de compreender e fazer o mundo correm paralelamente. Ainda que a fronteira Estado/mercado tenha sido diluída, como demonstram Musacchio e Lazzarini (2014) e Wansleben (2023), ela coexiste com uma

⁹ Ver Martendal, 2022.

¹⁰ Ver Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, 2020.

¹¹ Ver Santiago, 2023.

intelectualidade que não somente clama por menor intervenção governamental, como também promove a ideologia liberal e a lógica financeira dentro e fora do aparato estatal (Grün, 2007; Ortiz, 2021).

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Victor Leonardo. Neoliberalismo no Brasil: uma proposta de periodização. **GEOSUL**, v. 39, n. 89, p. 95-121. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2024.e96842>, Florianópolis, 2024.

BANCO Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional (SFN), sem data. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BARCELLOS, Marta. **Histórias do mercado de capitais no Brasil**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

BRASIL. Lei Complementar Nº 179, de 24 de Fevereiro de 2021. **Diário Oficial da União**, Edição 37, Seção 1, Página 3, 2021.

BUTLER, Judith. Performative Agency. **Journal of Cultural Economy**, 3:2, 147-161, 2010.

CALLON, Michel. **The laws of the markets**. Oxford: Blackwell Publishing, 1998.

CALLON, Michel; MILLO, Yuval & MUNIESA, Fabián. **Market Devices**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

CARVALHO, Ney. **Origens do IBMEC e o Desenvolvimento do Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2012.

COENTRO FILHO, Aílton. Algumas Considerações sobre Taxas de Juros no Brasil. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 5, n. 14, p. 213–226, 1979.

COENTRO FILHO, Aílton. Conflitos da política econômica: um comentário. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 6, n. 16, 1980.

COENTRO FILHO, Aílton. IBMEC: uma década de contribuições para o mercado de capitais. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 7, n. 21, 1981

CONFEDERAÇÃO dos Trabalhadores no Serviço Público Federal. Bolsonaro fechou mais de vinte armazéns públicos de alimentos em 2019. **Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF)**, 2020. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/noticias/bolsonaro-fechou-mais-vinte-armazens-publicos-alimentos-2019>. Acesso em: 26 de março de 2025.

DEFALQUE, Marina. **A CEAGESP e a cadeia agroalimentar: etnografia de modelos de gestão em uma empresa pública**. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2018.

FONSECA, Caue de Vargas. **Pela Boca dos Outros**: Breve análise do que Veja tem a nos dizer por meio de suas páginas amarelas, 2006. 134f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/248552/000620491.pdf?jsessionid=1241D5B5B3EC7ABB6A01EF08C47EB3FD?sequence=1>>. Acesso em: 02 nov. 2025.

FONSECA, Jairo Simon; SANVICENTE, Antonio Zoratto. A Concentração do Sistema Bancário Comercial Brasileiro. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 3, n. 9, p. 433–455, 1977.

FOSTER, Chase. The politics of independent Central Banks. **Public Administration**, 95:1, p.289-293, DOI: <https://doi.org/10.1111/padm.12292>, 2016.

FRIEDMAN, Milton. Neo-Liberalism and its Prospects. **Farmand**. Oslo, Noruega, 17 de fevereiro de 1951. Disponível em: <<https://miltonfriedman.hoover.org/internal/media/dispatcher/214957/full>>. Acesso em: 02 nov. 2025.

G1. Bovespa bate recorde após eleição de Bolsonaro, mas fecha em queda à espera de detalhes do novo governo. **G1**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/29/bovespa-29102018.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2025.

G1. Íntegra do discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante transmissão de cargo. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/video/integra-do-discurso-do-ministro-da-economia-paulo-guedes-durante-transmissao-de-cargo-7272071.ghtml>>. Acesso em: 23 out. 2025.

GONÇALVES, Antonio Carlos Porto; ALBUQUERQUE, Fernando de. Dívida Externa Brasileira: Projeções. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 3, n. 8, p. 219–229, 1977.

GRÜN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. **Mana** 13.2, 2007. p. 381-410.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Edições Loyola, São Paulo, 2007.

INFOMONEY. Paulo Guedes: a trajetória do fiador econômico do governo Bolsonaro. **InfoMoney**, 2018. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/perfil/paulo-guedes/>. Acesso em 26 mar. 2025.

LEAL, Ricardo Pereira Câmara; OLIVEIRA, Jefferson de; SOLURI, Aline Feldman. Perfil da pesquisa em finanças no Brasil. RAE: **Revista de administração de empresas**, 43 (1), DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902003000100010>, 2003.

MACHADO, Marcos Fernandes; MEDEIROS, Jane Maria. Crédito subsidiado no Brasil - 1967-79. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 6, n. 17, p. 172–188, 1980.

MACKENZIE, Donald. **An engine, not a camera: How financial models shape markets**. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabián; SIU, Lucia. **Do economists make markets?: On the performativity of economics**. Princeton University Press, DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv10vm29m>, 2007.

MARTENDAL, Luan. Privatizações de Bolsonaro: o que ficou na promessa e o que saiu do papel? **Uol**, 2022. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/01/privatizacoes-de-bolsonaro-o-que-ficou-na-promessa-e-o-que-virou-privado.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MENDONÇA NETTO, Horácio de. Nota do Editor. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 1, n. 0, s/n, 1974.

MONT Pelerin Society. About. **Mont Pelerin Society**, sem data. Disponível em: <<https://montpelerin.org/about/>>. Acesso em: 02 nov. 2025.

MORAWSKA, Catarina. Eles não sabem o preço da rua: tecnologias políticas de inclusão e literacia financeiras em Angola, **Revista Ayé**, v. 6, n. 1, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, 2024.

MOREIRA, Roberto Moreno. A concentração bancária e a conglomeração financeira. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 10, n. 32, p. 303-314, 1984.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The Road from Mont Pèlerin**: The making of neoliberal thought collective. Harvard University Press, Londres, Inglaterra, 2009.

MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sergio. **Reinventing state capitalism: Leviathan in business, Brazil and beyond**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

NEIBURG, Federico. & GUYER, Jane. I. **The real economy: Essays in ethnographic theory**. Chicago: Hau Books, 2019.

ORTIZ, Horacio. A political anthropology of finance: Studying the distribution of money in the financial industry as a political process. **Anthropological Theory** 21:1, p. 3-27, 2021.

PEREIRA, Eduardo Novo Costa. Dívida Pública e Financiamento do Déficit Público. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 10, n. 32, p. 321-339, 1984.

PINTO, Antonio Carlos Figueiredo. Mercado de capitais e intervenção estatal no Brasil. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 10, n. 32, p. 315-320, 1984.

PLATONOW, Vladimir. Bolsonaro vai criar superministério da Economia. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-10/bolsonaro-vai-criar-superministerio-da-economia>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ROBERTA, Brenda. B3: ‘monopólio sempre impediu crescimento do mercado’, diz especialista.

BPMoney, 2024. Disponível em: <<https://bpmoney.com.br/mercado/b3-monopolio- sempre-impediu-crescimento-do-mercado-diz-especialista/>>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SANTIAGO, Abinoan. Lula barra privatização de Serpro e Dataprev; qual o papel dessas estatais? **Uol Tilt**, 2023. Online. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2023/01/02/o-que-e-serpro-dataprev-privatizacao.htm>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SHAMAS, Victor L. Burying Mont Pèlerin: Milton Friedman and neoliberal vanguardism. **Constellations**, 25:1, p. 1-16, 2017.

SOUZA, Ubiratan Jorge Iorio. & MONTEZANO, Roberto Marcos. Reforma bancária: Uma das condições necessárias para o saneamento da economia brasileira. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, v. 10, n. 32, p. 341-360, 1984.

TEIXEIRA DA COSTA, Roberto. **Mercado de Capitais: Uma trajetória de 50 anos**. São Paulo: Imesp, 2010.

WANSLEBEN, Leon. **The rise of central banks: State power in financial capitalism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2023.

Crédito perigoso: disputas na responsabilização de golpes financeiros digitais no Brasil pós-pandemia

Dangerous credit: contestations over accountability of digital financial fraud in post-pandemic Brazil

Crédito peligroso: disputas sobre la responsabilidad de fraudes financieras digitales en el Brasil post-pandemia

Marie Kolling¹
Thaise Sá Santos²
Juliana Alcantara³

Resumo: Os golpes financeiros cresceram significativamente no Brasil pós-pandemia, tanto os tipos de golpes cometidos quanto a quantidade. Seguindo uma abordagem etnográfica, o artigo analisa dois casos diferentes de golpe digital envolvendo empréstimos e clonagem de cartão que aconteceram dentro de uma instituição financeira. A etnografia percorre os procedimentos adotados pelas vítimas na busca por responsabilização, justiça e reparação, incluindo o acionamento dos canais de denúncia das instituições financeiras envolvidas, o registro de ocorrência na polícia, a formação de redes de apoio com outras vítimas da mesma instituição e a mobilização por via judicial. A análise revela as assimetrias entre vítimas e instituições financeiras e como isso impacta a resolução dos casos, além de refletir sobre as práticas ilícitas e especulativas em torno dos golpes digitais. O artigo mostra que, às vezes, as fronteiras entre fraude e práticas financeiras legítimas tornam-se borradas e, portanto, sugere que o aumento dos golpes está intrinsecamente ligado à aceleração da financeirização, impulsionada em parte pelo lucro do mercado de crédito. Essa dinâmica, somada à busca por novas vias de crédito tem resultado em um crescimento de atividades fraudulentas no âmbito da economia digital.

Palavras-chave: Golpes financeiros digitais; Instituições financeiras; Crédito predatório; Judicialização.

Abstract: Financial fraud has grown significantly in Brazil in the post-pandemic period, in terms of both the types of fraud committed and their overall quantity. Taking an ethnographic approach, this article analyses two distinct cases of digital fraud involving loans and card cloning that occurred within a financial institution. The ethnographic study traces the victims' efforts to hold financial institutions accountable and their pursuit of justice and reparation, which included the complaint channels within the financial institutions involved, the filing of police reports, the formation of support networks with other victims of the same type of fraud, and mobilising legal action. The analysis reveals the asymmetries between victims and financial institutions throughout

¹ Pesquisadora Sênior no Danish Institute for International Studies (DIIS), Copenhagen, Dinamarca, e-mail: mako@diis.dk, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7696-1022>.

² Assistente de pesquisa associada ao Danish Institute for International Studies (DIIS), Copenhagen, Dinamarca, Thaise Sá, e-mail: thaise.stuart@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5170-9066>.

³ Assistente de pesquisa associada ao Danish Institute for International Studies (DIIS), Copenhagen, Dinamarca, e-mail: julianaalcantara11@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7373-5695>.

the process and how this impacts case resolution, while also reflecting on the illicit and speculative practices around digital scams. The article shows that, at times, the boundaries between fraud and legitimate financial practices become blurred and, as such, suggests that the increase in scams is intrinsically linked to the acceleration of financialisation, driven in part by profits in the credit market. This dynamic, coupled with the search for new lines of credit, has resulted in a further increase in fraudulent activities in the digital economy.

Keywords: Digital financial fraud; Financial Institutions; Predatory credit; Judicialization.

Resumen: Las estafas financieras han crecido significativamente en Brasil en la pospandemia, tanto en términos de tipos de fraudes cometidos como en cantidad. Siguiendo un enfoque etnográfico, el artículo analiza dos casos diferentes de fraude digital relacionados con préstamos y clonación de tarjetas que ocurrieron dentro de una institución financiera. La etnografía recorre los procedimientos adoptados por las víctimas en su búsqueda de responsabilidad, justicia y reparación, incluyendo la activación de los canales de denuncia de las instituciones financieras involucradas, el registro de la denuncia ante la policía, la formación de redes de apoyo con otras víctimas del mismo tipo de fraude y la movilización de la vía judicial. El análisis revela las asimetrías entre las víctimas y las instituciones financieras a lo largo de todo el proceso y cómo esto impacta la resolución ágil de los casos, además de reflexionar sobre las prácticas ilícitas y especulativas en torno a los fraudes digitales. El artículo muestra que, en ocasiones, las fronteras entre el fraude y las prácticas financieras legítimas se vuelven borrosas y, por lo tanto, sugiere que el aumento de las estafas está intrínsecamente ligado a la aceleración de la financiarización, impulsada en parte por las ganancias del mercado de crédito. Esta dinámica, sumada a la búsqueda de nuevas vías de crédito, ha resultado en un crecimiento de las actividades fraudulentas en la economía digital.

Palabras clave: Fraudes financieras digitales; Instituciones financieras; Crédito depredador; Judicialización.

Introdução

O fenômeno de golpes financeiros digitais, embora não seja novo, aumentou significativamente durante e depois da pandemia de Covid-19. Entre 2018 e 2022, as fraudes financeiras cresceram 326,3% no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Esta tendência tem sido observada em todo o mundo, ligada à crescente digitalização dos serviços e produtos financeiros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; Murthy, 2022; UK Finance, 2021). Além disso, observa-se a capacidade de adaptação de criminosos, que vai desde as técnicas até as tecnologias utilizadas,

como clonagem de voz, falsificação de documentos, *deepfakes*⁴ e *hacking*⁵, por apresentarem lucros maiores e riscos menores, dada a dificuldade de serem investigados (Button; Cross, 2017; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Nesse sentido, fraudes financeiras digitais “capitalizam novas vulnerabilidades criadas pelo crescente envolvimento com espaços online para atividades cotidianas, como compras e operações bancárias” (Tudor, 2022, p. 86, tradução nossa).

Este artigo analisa dois casos de golpes financeiros que envolvem cartões de crédito que nunca foram usados nem ativados. A etnografia acompanha as vítimas e os procedimentos adotados por elas para que as instituições financeiras fossem responsabilizadas e as cobranças indevidas fossem anuladas. Quando iniciamos o trabalho de campo, em junho de 2023, um estudo do Banco Central do Brasil anunciou que, em média, o Brasil sofreu “2,8 mil de tentativas de fraude financeira por minuto” (E-Investidor, 2023, s.p.). Nossa pesquisa teve como objetivo investigar golpes digitais, praticados dentro de instituições financeiras, envolvendo modalidades de crédito distintas.

No primeiro caso, R\$ 14.000,00 foram gastos durante um mês, sem o conhecimento da titular do cartão. No segundo, ao tentar cancelar o cartão, o titular descobriu que o banco tinha feito um empréstimo no valor de R\$ 23.000,00 em seu nome. Ambos os cartões de crédito foram emitidos por um banco digital com sede no Sudeste para as vítimas que residem no interior da Bahia, numa pequena cidade - que nesta etnografia chamamos de Amêndoa⁶ - com pouco menos de 70 mil habitantes. Após identificarem os golpes, as vítimas imediatamente procuraram os canais de denúncia junto ao banco e à operadora do cartão.

⁴ Vídeos, áudios ou imagens geradas por inteligência artificial que manipulam ou simulam rostos, vozes ou cenas de forma altamente realista, dificultando a distinção entre conteúdo verdadeiro e fabricado.

⁵ Prática de invasão, acesso indevido ou exploração de vulnerabilidades em sistemas digitais ou dispositivos eletrônicos, geralmente para fins ilícitos.

⁶ Todos os nomes utilizados no artigo são fictícios para preservar o anonimato dos interlocutores, exceto o nome das instituições financeiras. Essa decisão não acarreta prejuízos ao andamento dos processos judiciais, uma vez que foram concluídos antes da finalização deste artigo.

No entanto, outras medidas foram necessárias, como registrar a ocorrência na polícia e na ouvidoria do Estado da Bahia, formar redes de apoio com outras vítimas da mesma instituição, recorrer à imprensa para que difundisse o caso e, em última instância, acionar o judiciário para reparar os danos financeiros e morais causados pelos golpes. A etnografia mostra as assimetrias de poder entre instituições financeiras e as vítimas e, concomitantemente, as agências das vítimas ao mobilizarem seus próprios recursos na busca por justiça.

Durante o campo, muitos relatos envolviam clonagem de cartão de crédito, golpes por meio das redes sociais, principalmente WhatsApp e Instagram, ou chamadas telefônicas de supostos gerentes de instituições financeiras. No entanto, o que diferencia os dois casos tratados no artigo é que ocorreram no ambiente digital de uma instituição financeira. O papel central e ambivalente da instituição na execução do golpe e no processo pós-golpe chamou nossa atenção. Essa postura dúbia suscitou barreiras impostas às vítimas, dificultando, assim, que elas conseguissem denunciar ou se proteger das consequências financeiras ocasionadas pela ação, pois a própria instituição frequentemente negava responsabilidade e protelava a análise dos casos, reforçando a situação de vulnerabilidade dos lesados. Colocar esses casos lado a lado nos permite avançar na compreensão do modo como os golpes se dão, seus efeitos e a relação com as práticas das instituições financeiras, evidenciando que, em casos de golpes financeiros, os limites entre práticas lícitas e ilícitas se tornam borrados.

Esta etnografia faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre digitalização financeira, a expansão do mercado de crédito, políticas de inclusão financeira e o impacto desse desenvolvimento recente no Brasil. A expansão da economia digital foi intensificada durante a pandemia de Covid-19 e nos períodos de isolamento entre 2020 e 2022. A ampla expansão do acesso a serviços financeiros e opções de crédito impulsionou níveis recordes de endividamento das famílias, ao mesmo tempo em que receitas recordes foram reportadas no setor financeiro. No

período pós-pandemia, o índice de endividamento da população adulta brasileira atingiu um patamar recorde de quase 80%, mantendo-se em alta ao longo de 2023. Desse total, aproximadamente 12% encontravam-se em inadimplência (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2023). De acordo com Lavinas *et al.* (2024), o percentual de endividamento em relação à renda triplicou entre 2005 e 2020, saltando de 20,1% em 2005 para 59, 9% no final de 2021. Assim, a recente expansão do crédito digital agravou a desigualdade social no Brasil e colocou os brasileiros de baixa renda e classe média baixa como atores fundamentais na geração de riqueza financeira, sendo a contraparte endividada de um ecossistema de crédito em expansão (Lavinas *et al.*, 2024; Lavinas; Lins, 2024; Kolling, 2022).

Contudo, enquanto a financeirização no Brasil avança, em parte pela busca por lucro no mercado de crédito (Lavinas; Lins, 2024), as concessões de crédito não consensuais tornaram-se cada vez mais prevalentes, interseccionando diretamente com um aumento acentuado nos crimes financeiros digitais. Essa tendência evidencia uma vulnerabilidade fundamental no desenvolvimento do mercado, onde a busca por novas vias de crédito tem facilitado o crescimento de atividades fraudulentas. Neste artigo discutimos o termo “golpe financeiro” a partir da articulação entre os dados empíricos e a literatura sobre golpes. Em seguida, apresentamos as descrições etnográficas dos dois casos de interesse. As três seções subsequentes tratam das características desse tipo de golpe financeiro, além das disputas jurídicas resultantes, do papel das instituições e de como a judicialização virou um meio para tentar obter responsabilização em um contexto de práticas bancárias predatórias. Ao final, apresentamos notas conclusivas levantando uma perspectiva crítica da relação assimétrica entre os cidadãos e as entidades financeiras e as fragilidades em torno da proteção ao consumidor na economia digital e especulativa no Brasil contemporâneo.

Golpe financeiro na prática e na literatura acadêmica

Golpe financeiro é um termo popular usado para descrever uma ampla variedade de casos em que uma pessoa é enganada com a intenção dos perpetradores de roubar dinheiro. A natureza complexa da fraude é apontada por Tudor (2022):

A fraude é tanto um ato criminoso legalmente definido quanto um termo usado para descrever comportamentos legais, mas enganosos, que geralmente são empregados para obter vantagem sobre outro [...] O espectro da fraude abrange uma miríade de comportamentos que vão desde as ações de indivíduos relativamente impotentes que podem fazer pedidos falsos de seguros ou benefícios, passando pelos comportamentos predatórios de criminosos envolvidos na realização de fraudes ou roubo de identidade, até ao envolvimento das principais instituições econômicas em comportamentos como fraude contábilística ou fiscal (p. 85, tradução nossa).

Assim, o conceito de fraude é inerentemente complexo, abrangendo tanto atos criminosos bem definidos quanto práticas enganosas no limite da legalidade, e envolvendo diversos atores, que vão desde pequenos desvios individuais até grandes esquemas institucionais.

Durante a realização do campo em São Paulo e em Amêndoa, encontramos o termo de golpe aplicado a situações em que pessoas foram obrigadas a pagar por algo não esperado. Para ficar apenas em dois exemplos observados recorrentemente durante o campo, destacamos a incoerência na cobrança de parcelamentos e taxas de anuidade de cartões. Não são raras as ocasiões em que são cobradas parcelas mais altas do que as informadas pelo lojista ou taxas de anuidade nunca mencionadas no momento da contratação. Não está claro, no entanto, se tais cobranças resultam de uma intenção deliberada de enganar os clientes ou por equívocos processuais. Em ambos os casos, o desfecho é semelhante. O consumidor é confrontado com uma despesa inesperada e, ao recusar seu pagamento, acaba inscrito em uma dívida. Portanto, no Brasil, o termo golpe não se restringe a práticas criminosas. Ele também é empregado para designar situações em que cobranças validadas pelo sistema financeiro assumem a aparência de legitimidade, mas se revelam injustas para quem

as recebe.

No entanto, uma das advogadas que entrevistamos em Amêndoa, Dra. Cristina, nos ofereceu uma distinção entre golpes e fraudes. Ela define fraude como esquemas que envolvem o uso de dados pessoais ou documentos de uma pessoa, como foto e documento de identidade. Os golpes, por outro lado, são caracterizados pela enganação e podem, por exemplo, orientar uma pessoa a depositar dinheiro voluntariamente em uma conta bancária desconhecida (Cristina, 2023). A partir de uma revisão da literatura brasileira e internacional sobre golpe financeiro, identificamos a confluência de quatro temas, a saber: 1) como instituições financeiras podem se prevenir de crimes digitais; 2) problemas legislativos para combater crimes de fraudes e golpes; 3) perspectivas criminológicas focando nas perspectivas das pessoas que cometem os crimes; 4) e etnografias sobre esquemas de pirâmide. A literatura aborda as soluções técnicas para prevenção de fraudes digitais como uso de algoritmos na detecção de fraude financeira (Martins; Verardi Galeale, 2022), desenvolvimento de modelos estatísticos de previsão para os crimes de fraudes eletrônicas bancárias (De Carvalho *et al.*, 2015), novos métodos de autenticação (Galbaldón; Pereira, 2008) e mecanismos de detecção de fraude e classificação pela invocação de programa computacional (Coelho *et al.*, 2006), além de métodos de gerenciamento em instituições bancárias brasileiras (Faria Júnior *et al.*, 2021).

Outra área da literatura enfoca os problemas legislativos e apresenta propostas para combater crimes de fraudes e golpes financeiros (Correia; Jesus, 2016; Carrillo, 2013), alguns focados em problemas de *phishing*⁷ e proteção de identidade (Amoras, 2020; Villón *et al.*, 2019; Lynch, 2005). Nossa revisão bibliográfica identificou estudos qualitativos que analisam, de um lado, as perspectivas das pessoas que cometem crimes motivados pela lucratividade das operações criminosas em comparação com negócios legais, bem como as explicações utilizadas para legitimar

⁷ O termo *phishing* refere-se a um conjunto de práticas fraudulentas que buscam induzir indivíduos a revelar informações sensíveis — como senhas, dados bancários ou identificações pessoais — por meio de mensagens, sites ou interfaces que imitam comunicações legítimas.

essas práticas e, de outro, o impacto de experiências de “injustiça organizacional” na motivação de funcionários envolvidos em crimes cibernéticos (Tudor, 2019; Garcia *et al.*, 2018). Outras pesquisas etnográficas retratam grupos de fraudadores brasileiros no espaço virtual (Botton, 2022) e os diversos dilemas morais para jovens envolvidos em golpes pelas plataformas sociais em Gana contra vítimas no exterior (Burell, 2011; Cassiman, 2019).

Estudos etnográficos sobre fraude e esquemas de pirâmide, em diferentes contextos globais, destacam sociedades que valorizam ascensão social, empreendedorismo e assunção de riscos financeiros (Krige, 2012; Beek, 2020; Cox, 2013; Fromm, 2022; Swartz, 2022; Tudor, 2019). Na Papua Nova Guiné, tais esquemas prosperaram impulsionados pela exclusão bancária e pela teologia da prosperidade, que promete prosperidade aos que tiverem fé em Deus (Cox, 2013). No Brasil, um esquema de pirâmide baseado em criptomoedas foi apresentado como uma forma de libertação financeira dos bancos, promovendo narrativas de superação e sucesso individual (Fromm, 2022). No contexto digital, Swartz (2022) analisou criptomoedas que prometiam um futuro compartilhado, mas colapsaram, evidenciando a linha tênue entre investidores e enganadores. A fraude, segundo Tudor (2022), baseia-se na imposição de perdas, mas também requer autoengano (Beek *et al.*, 2019).

Muitos desses esquemas simulam legalidade, o que, por consequência, suscita uma suposta legitimidade aos fraudadores. No Brasil, após uma intervenção policial bloquear as atividades de uma empresa oferecendo investimentos de bitcoins, o Estado foi acusado pelas próprias vítimas de impedir seus ganhos financeiros (Fromm, 2022). Na Papua Nova Guiné, o Estado foi visto como fraudulento (Cox, 2013). No Leste Europeu, esquemas de pirâmide no período pós-socialista estimularam habilidades empreendedoras e especulativas durante as reformas neoliberais, não sendo meramente fruto de ignorância sobre o capitalismo como tem sido retratado frequentemente (Musaraj, 2011). Os esquemas invocaram lógicas capitalistas modernas e, para as pessoas que neles

investiram, após seu colapso, foram percebidos como empresas falidas legítimas. Na Albânia, eles buscavam se tornar bancos (Musaraj, 2011); na Sibéria, esses esquemas promoviam a lógica do investimento e do trabalho árduo, gerando esperança entre os mais pobres (Schiffauer, 2018). Em Gana, mesmo com perdas, a distribuição temporária de riqueza pelos esquemas gerou memórias positivas (Beek, 2020).

Embora esses estudos capturem a complexidade de golpes em diferentes contextos, a literatura etnográfica tende a focar em esquemas de pirâmide e no autoengano. Em contraste, o presente artigo se volta para a modalidade de golpes financeiros ocorridos no ambiente digital de instituições financeiras brasileiras. Os dois casos empíricos aqui analisados — empréstimos e pagamentos realizados em cartões de crédito sem o consentimento dos donos dos cartões — iluminam uma dimensão menos explorada: o papel central e ambivalente das instituições na execução e responsabilização pelos golpes no contexto da financeirização digital no Brasil, bem como as barreiras impostas aos cidadãos que buscam proteção e responsabilização.

No entanto, a literatura sobre esquemas de pirâmide traz um olhar analítico sobre limites borrados nas práticas financeiras no capitalismo contemporâneo especulativo, que oferece relevância para a nossa análise sobre golpes cometidos dentro de instituições financeiras, como são os casos que discutiremos adiante. Nas seções seguintes, apresentaremos os dois casos de golpes e as experiências das vítimas, enfocando o procedimento para que as instituições financeiras assumissem as responsabilidades e anulassem as cobranças indevidas.

Um cartão de crédito nunca usado, nem ativado: o caso de Rose

Em março de 2023, Rose recebeu o contracheque de seu salário como professora da rede estadual em Amêndoa. Naquele mês, identificou um desconto de R\$ 983,00. Ao investigar a origem da cobrança, descobriu que se referia ao cartão Credcesta. Anos antes, servidores públicos da Bahia haviam recebido, sem solicitação, um cartão de crédito da Credcesta, emitido pelo Banco Master.

O cartão foi enviado diretamente aos endereços, sem que houvesse solicitação. Rose afirmou: “Nós não solicitamos esse cartão, ninguém solicitou, eles enviaram o cartão” (Rose, 2023). Ela guardou o cartão em casa, sem jamais desbloqueá-lo ou utilizá-lo.

Sua primeira ação ao notar o desconto no contracheque foi ligar no canal 0800 do Credcesta. Após diversas tentativas, ela foi informada de que compras haviam sido feitas no seu cartão físico. Em novas ligações, a atendente informou ainda que compras também haviam sido feitas em um cartão virtual, vinculado ao físico, do qual ela sequer tinha conhecimento. Depois de outras ligações, Rose conseguiu acessar o detalhamento das compras, que não eram suas, e totalizavam R\$ 14.000,00 — o limite integral disponível no cartão em seu nome.

Recebendo informações inconsistentes a cada ligação, os funcionários indicavam que ela deveria acessar o portal do Credcesta para consultar a fatura e contestar as compras através de um formulário, que seria enviado em até 5 dias úteis. No entanto, o portal não reconhecia seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) nem seu cadastro de servidora pública. Depois de alguns dias e novas ligações cobrando o atraso no envio do formulário, os funcionários identificaram que o endereço e o nome dela haviam sido alterados e afirmaram que a contestação deveria ser feita por escrito, compra por compra.

Sem conseguir acessar o portal, Rose dependia do envio da fatura pelos atendentes do banco, que não respeitaram os prazos estabelecidos. Em ligação, Rose foi informada de que, além da contestação manual, seria necessário efetuar uma contestação por telefone. Quando finalmente recebeu a fatura, dias após o combinado, Rose preencheu o formulário especificando cada compra. A imagem abaixo mostra uma das três páginas de contestação. Após o registro, ela realizou a contestação por telefone, ligação que durou cerca de duas horas, refletindo o esforço necessário para lidar com a quantidade de compras indevidas e a complexidade do processo.

Foto 1. Contestação feita à mão por Rose em formulário enviado pelo Credcesta.

credcesta

Formulário Padrão de Contestação

► **Informações da Transação**

ARN/Número de referência (Para Uso exclusivo do Banco Máxima):

Número do cartão: *Vários cartões com final* [redacted] Número do CPF: [redacted]

Nome do titular do cartão: [redacted]

Nome do portador do cartão (se adicional):

Número do Protocolo do atendimento: [redacted] / [redacted] / [redacted] / [redacted]

Data da transação	Nome do estabelecimento comercial:	Valor da transação	Valor contestado
13.07.2022	PAG CIREPRESENTAÇÕES	3.384,00	3.384,00
31.01.2023	APPLE.COM/BILL	54,90	54,90
31.01.2023	APPLE.COM/BILL	54,90	54,90
31.01.2023	APPLE.COM/BILL	54,90	54,90
01.02.2023	DM HELP HBO MAX COM	74,90	74,90
01.02.2023	EBW EPICGAMES	62,24	62,24
24.01.2023	MERCADO LIVRE PÍCHAUMP	4.363,00	4.363,00
24.01.2023	CASA DO CHOCOLATE	1.736,44	1.736,44
25.01.2023	EC PÍCHAUMP	2.281,52	2.281,52
26.01.2023	MERCADO LIVRE PÍCHAUMP	802,05	802,05

Endereço ou site do estabelecimento comercial (apenas para compra em desacordo comercial):

Estou ciente e concordo que este documento será disponibilizado à credenciadora, à bandeira Visa e ao estabelecimento comercial.

☒ Sim ☐ Não

Estou de posse do cartão: *Apenas do cartão com final* [redacted] *O cartão [redacted] eu desconheço*

☐ Sim ☐ Não. Selecione o motivo: ☐ Perda ☐ Roubo ☐ Furto

As compras haviam sido feitas entre janeiro e fevereiro de 2023, e a partir de março o Banco Master começou a descontar aproximadamente R\$ 1.000,00 do seu salário. Após novas ligações, Rose descobriu que o banco tinha um prazo de 90 a 120 dias para analisar a contestação

e que, enquanto isso, as parcelas continuariam sendo debitadas em seu contracheque. Quando realizamos a primeira entrevista, em julho de 2023, ela nos explicou: “As informações foram picotadas. Todo dia eu tinha uma surpresa” (Rose, 2023).

Sem obter retornos da empresa e diante da demora na investigação do golpe e dos descontos mensais, Rose decidiu avançar para uma segunda frente de ação, registrar um Boletim de Ocorrência (BO). Na delegacia, a polícia a orientou a reunir o máximo de informações e documentos possíveis, desde protocolos de ligação até e-mails de contestação, o que validou a cuidadosa documentação que Rose já havia iniciado na tentativa de resolver a situação. No entanto, escutou um comentário desanimador do policial, que afirmou que investigar o caso seria muito trabalhoso, pois os criminosos usam *laranjas*⁸. Com pouca esperança na investigação policial, Rose contratou um advogado, transferindo os procedimentos para o âmbito da justiça. O advogado entrou com um pedido de liminar para impedir os descontos no contracheque e solicitar uma indenização. A liminar foi protocolada em 26 de maio de 2023, mas os descontos continuaram nos meses seguintes.

Rose é mãe de dois filhos e enfrentava inúmeras despesas cotidianas. Durante o período do golpe, precisou auxiliar financeiramente o filho mais velho, que havia se mudado para outro Estado para cursar uma pós-graduação e estava desempregado. Essa situação se tornou “uma bola de neve” (Rose, 2023), evidenciando como pressões financeiras e responsabilidades familiares se sobrepõem, ampliando o impacto da fraude bancária. Rose passou a depender mais dos recursos financeiros do marido, já que o cálculo dos gastos diários era feito com base no salário que esperava receber a cada mês. A situação evoluiu para um intenso desgaste emocional, à medida que lidava com a limitação da sua renda e com a frustração do prolongado processo de reparação judicial.

⁸ O termo “laranja” é usado para designar a pessoa que empresta o nome, documentos ou conta bancária para movimentar dinheiro de maneira ilícita, dificultando o seu rastreamento. É uma prática comum em crimes financeiros, que dificulta a investigação em razão da velocidade e infraestruturas sociotécnicas pelas quais o dinheiro circula.

Golpe ao tentar cancelar um cartão de crédito: o caso do Luís

Em maio de 2023, ao tentar cancelar um cartão de crédito não desejado, Luís sofreu um golpe. Como no caso apresentado acima, Luís é professor do ensino médio e morador da cidade de Amêndoa. Ele também recebeu o cartão de crédito da Credcesta, gratuitamente, alguns anos atrás, e embora nunca o tenha desbloqueado, Luís recebia ligações constantes, com ofertas de empréstimo de uma linha de crédito relacionada a conta do referido cartão. Incomodado com a frequência das chamadas, Luís buscou, no canal de atendimento do Banco Master, informações sobre como interrompê-las. A atendente informou que seria necessário cancelar o cartão e, para isso, solicitou alguns dos seus documentos. A ligação ocorreu durante o horário de trabalho de Luís, enquanto aplicava uma prova aos estudantes. Sem os documentos em mãos, ele combinou com a atendente que o contato seria retomado no dia seguinte, para que pudessem dar continuidade ao procedimento de cancelamento.

Foi nesse momento que o golpe teve início. A pessoa do outro lado da linha mostrou-se solícita em auxiliá-lo no procedimento e, conforme combinado, retornou a ligação, novamente durante o horário de trabalho de Luís. Como ele próprio relatou, “pra você cair em um golpe desse, você precisa confiar naquela pessoa que te aplicou o golpe, que foi o que aconteceu” (Luís, 2023).

Seguindo as instruções recebidas, Luís enviou fotos do seu documento de identidade e do próprio rosto, como parte do procedimento de reconhecimento facial solicitado. Até então, ele não desconfiava da legitimidade da operação. A situação mudou quando a atendente encaminhou um documento para ser assinado eletronicamente, em formato de adesão, cuja validação se daria por um simples clique no botão. Cauteloso, Luís recusou-se a assinar. Diante da resistência, a atendente ofereceu uma alternativa. Um novo procedimento que deveria ser seguido passo a passo, acessado por meio de um link. Ao abri-lo, Luís identificou que se tratava de um acesso remoto ao seu aparelho, via aplicativo TeamViewer. Alertou, então, a funcionária de que reconhecia o

link e não desejava prosseguir com o atendimento. Ainda assim, ela tentou dissuadi-lo, afirmando que, caso desistisse, haveria um desconto mensal de R\$0,99 em sua conta, referente a custos de manutenção do cartão de crédito.

No mesmo dia, ainda buscando encerrar o processo, Luís entrou em contato com o 0800 do Credcesta para solicitar o cancelamento do cartão. Foi então que sua “ficha caiu” (Luís, 2023) e percebeu a gravidade da situação: o cancelamento não seria possível, pois havia um empréstimo em seu nome. O golpe se concretizara a partir da confiança momentânea depositada na atendente e do envio das imagens de seu documento de identidade e de seu rosto. Um empréstimo de R\$ 23.166,09 havia sido contratado e depositado em sua conta, a ser pago em 96 parcelas de R\$ 1.177,77, totalizando R\$ 113.065,92 ao final do período. Luís chegou a perguntar se poderia devolver o montante recebido e liquidar o empréstimo de uma só vez, mas o banco não autorizou. Ao questionar de que forma poderia comprovar que não havia realizado o empréstimo, foi orientado a registrar um B.O. e enviá-lo à instituição. Luís seguiu a recomendação, e a atendente informou que o banco se comprometeria a investigar o ocorrido e, caso fosse constatada alguma irregularidade, cancelaria o contrato.

Passados sete dias, Luís recebeu do banco a comunicação de que a investigação interna havia descartado qualquer indício de irregularidade no empréstimo, restando-lhe, portanto, a obrigação de quitar as parcelas. Foi a partir desse desfecho que o caso passou a ser conduzido na esfera judicial.

As disputas jurídicas e os resultados

Após identificarem o golpe, Rose e Luís recorreram às instituições financeiras responsáveis e seguiram os procedimentos indicados. Em nenhum dos casos, contudo, a instituição reconheceu a fraude. Nem a operadora do cartão de crédito, nem o banco emissor assumiram a responsabilidade

ou interromperam as cobranças. Diante dessa negativa, ambos acionaram a polícia e a Justiça. Os BOs registrados conferiram formalidade e materialidade ao episódio, oferecendo uma proteção legal inicial. Embora não garantissem a investigação dos casos, nem a restituição imediata dos valores, foram decisivos para que as disputas avançassem para o campo judicial.

A via jurídica, por sua vez, inaugurou uma nova sequência de procedimentos burocráticos. No caso de Rose, isso significou participar de três audiências virtuais, cada uma com duração aproximada de 10 minutos. Se, por um lado, a rapidez poderia ser interpretada como algo positivo, a experiência de Rose foi marcada pela sensação de impessoalidade e desconforto decorrente do formato virtual. Advogados entrevistados em Amêndoa, que lidam cotidianamente com situações semelhantes, explicaram que esse modelo de audiência foi adotado de forma célere durante a pandemia de Covid-19 e acabou sendo mantido em função da conveniência para o judiciário.

O processo movido por Rose se estendeu por aproximadamente quatro meses, até alcançar a fase de execução. Na primeira audiência, o banco sequer enviou representante legal. O Credcesta, por sua vez, solicitou a exclusão do processo, pedido que foi aceito pelo juiz. A decisão causou estranhamento em Rose, que continuava a ser cobrada por gastos vinculados ao cartão operado pela instituição. Seu advogado, entretanto, recomendou que aceitassem o pedido. “Assim é melhor, porque o Credcesta não tem CNPJ⁹, seria uma luta infundada. Contra quem a gente vai estar lutando?” (Rose, 2023), relatou Rose. O Credcesta deriva de um programa estadual que reunia dados financeiros de servidores públicos. Em 2018, após licitação, o programa foi adquirido pelo Banco Master, que passou a ofertar diversos serviços financeiros aos funcionários do Estado da Bahia, como cartões de benefícios consignados e linhas de crédito.¹⁰

⁹ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

¹⁰ Em 1979, a rede de supermercados estatal chamada Cesta do Povo foi criado pelo governo da Bahia. Ela era aberta a qualquer consumidor, mas todos os funcionários públicos do Estado da Bahia receberam o cartão Credcesta assim que tomaram posse de algum cargo no Estado. Esse cartão não possuía bandeira e só podia ser usado na rede de supermercados estatal. As compras feitas no mercado eram descontadas no contracheque do mês seguinte do servidor.

Na segunda audiência, o Banco Master reconheceu que Rose havia sido vítima de um golpe e comprometeu-se a resolver o caso administrativamente. No entanto, o ressarcimento previsto pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor – em dobro do valor cobrado indevidamente – não foi cumprido. Na última audiência, realizada em dezembro de 2023, quatro meses após a judicialização do caso, fixou-se apenas a devolução do montante descontado do salário de Rose, acrescido das despesas com advogado e custos processuais. Para sua decepção, os danos morais não foram considerados.

No caso de Luís, a judicialização do conflito resultou em uma disputa que percorreu a 1ª e a 2ª Instâncias do Judiciário. Em maio de 2023, com a ajuda de um advogado, ele ingressou com a ação. Logo na primeira audiência, o banco se manteve inflexível, alegando não haver qualquer irregularidade na transação. Enquanto a análise do processo se arrastava, uma liminar suspendeu a cobrança das parcelas. Ainda assim, pouco mais de R\$ 1.000,00 já haviam sido descontados de seu salário. A mesma decisão estabeleceu que Luís devolvesse o valor do empréstimo em conta indicada pela Justiça.

Em outubro de 2023, a 1ª Instância julgou o caso favorável ao Banco, deixando Luís desanimado e receoso quanto à possibilidade de perder a causa. Orientado por seu advogado, ele recorreu da decisão. No início de 2024, a 2ª Instância reverteu o resultado: reconheceu que as cobranças eram indevidas e determinou que o Banco Master devolvesse em dobro os valores descontados de Luís. Entre esses valores estavam parcelas de R\$ 1.000,00 e R\$ 600,00 referentes a um seguro que ele nunca havia contratado. O Banco ainda interpôs novo recurso, mas perdeu novamente. Ao final do processo, aproximadamente R\$ 12.000,00 — somando devoluções e

No ano de 2015, o governador Rui Costa anunciou a venda da Rede de supermercados Cesta do Povo e assim o cartão também deixou de existir. Em 2018, o mesmo governador instituiu, através do Decreto nº 18.353, o Programa

Credcesta. A partir daí, empresas financeiras poderiam participar da licitação para ganhar os direitos à exploração comercial do Programa. (Tribuna da Bahia, 2018)

indenização — foram depositados em conta judicial indicada pela Justiça, aguardando liberação para Luís.¹¹

O processo burocrático em busca do reconhecimento do golpe - primeiro junto às próprias instituições financeiras, depois por meio de BOs e, finalmente, pelo sistema jurídico - evidencia a assimetria de poder em recursos e informações entre vítimas e instituições. O ritmo e o controle do tempo de resolução indicam a persistência e a extensão do golpe. Para Rose e Luís, ainda que tenham obtido decisões favoráveis na esfera judicial, isso não significou a restituição integral dos prejuízos financeiros ou morais, tampouco a garantia da proteção de seus dados pessoais.

Em outubro de 2025, o governo brasileiro instituiu uma medida preventiva e proibiu o Banco Master de conceder crédito consignado aos beneficiários do INSS¹². A justificativa foi o volume de reclamações e processos movidos contra a instituição e os indícios de irregularidades na concessão do crédito, bem como a falta de clareza quanto aos processos de autorização dos beneficiários estão entre os principais motivos. (Brasil, 2025).

Judicialização como um mecanismo de responsabilização

A judicialização pode funcionar como um mecanismo de responsabilização das instituições financeiras e se aplica em diversas áreas no Brasil. A judicialização pode servir de instrumento para os pobres responsabilizarem o governo quando os cidadãos têm o acesso negado, injustamente, a medicamentos de alto custo no sistema de saúde público (Biehl *et al.* 2016), ou em casos em que pessoas têm a cobertura de seguro de saúde privado negada (Bähre, 2023). No contexto das disputas contra instituições financeiras, bancos ou órgãos governamentais, a judicialização também pode oferecer soluções para aqueles que sofreram injustiças. Entretanto, sua necessidade evidencia,

¹¹ O valor total incluiu as devoluções das cobranças, além de pagar indenização de R\$ 5.000,00 pela fraude do empréstimo e outra de R\$ 3.000,00 pela cobrança do seguro que ele nunca adquiriu.

¹² Instituto Nacional do Seguro Social.

simultaneamente, a relutância dessas instituições em assumir responsabilidade pelas políticas e práticas que implementam.

Os casos de Rose e Luís evidenciam diferentes formas de relacionamento com o golpe, incluindo o constrangimento e a vulnerabilidade experimentados pelas vítimas. Nem todos, entretanto, dispõem de informações ou de recursos para contratar um advogado e enfrentar um processo de litígio. Os advogados entrevistados em Amêndoa relataram um expressivo aumento na demanda por casos de golpes nos últimos anos. Um deles, Dr. Eduardo, estimou que cerca de “70% das pessoas não procuram seus direitos. Achem mesmo que o banco é infalível” (Eduardo, 2023).

Para Rose, recorrer ao sistema jurídico foi um processo emocionalmente desgastante. O advogado que representou o banco nunca demonstrou remorso, e o juiz restringiu-se estritamente às questões jurídicas. Mesmo tendo obtido vitória, Rose descreveu a experiência como “muito frustrante” e “decepcionante” (Rose, 2023). Além disso, a conquista judicial não garantiu que situações semelhantes não voltarão a ocorrer. Seus dados permanecem vulneráveis, uma vez que não se identificou o autor do golpe, nem se assegurou que ele perdeu o acesso à sua conta bancária. A judicialização, portanto, não assegura integralmente resolução completa do golpe, nem dos problemas dele decorrentes. Trata-se de um mecanismo limitado àqueles que dispõem do conhecimento, recursos e habilidades para percorrer o processo. Nem todos, além disso, alcançam resultados como os de Rose ou Luís. Como nos explicou Dr. Eduardo: “a regra para as empresas é não fazer acordo, é vencer pelo cansaço [...] Não é vantajoso, porque eles acham que vai abrir um precedente” (Eduardo, 2023). Essa prática foi evidente no caso de Luís e outras pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

Enquanto aguardava o andamento do processo, Rose ingressou em um grupo de WhatsApp formado por servidores públicos do Estado da Bahia, todos vítimas de algum golpe envolvendo o Credcesta e o Banco Master. O grupo contava com 367 participantes. Alguns, como Rose, nunca

havam utilizado o cartão, enquanto outros tinham usado, mas estavam sendo cobradas parcelas muito além do valor original. Além disso, havia aqueles que, como Luís, receberam empréstimos nunca solicitados. O grupo funcionava como um espaço de troca de informações e de articulação de ações coletivas, visando dar visibilidade às centenas de ocorrências. Os membros registraram denúncias junto à ouvidoria do Estado e solicitaram que a emissora de TV local divulgasse os casos, na expectativa de que a publicidade forçasse Credcesta e Banco Master a adotarem medidas corretivas e promovesse maior conscientização sobre o risco de fraudes. Apesar das iniciativas, os acontecimentos não chegaram a ser veiculados pela emissora.

Apesar da articulação coletiva no grupo de WhatsApp, os resultados práticos da judicialização permaneceram limitados. Apenas quatro pessoas, incluindo Rose, das 367 vítimas do golpe envolvendo as mesmas instituições, obtiveram vitória na Justiça até a realização da nossa segunda entrevista, em abril de 2024. Esse dado evidencia que, mesmo quando buscam reparação judicial, as vítimas enfrentam uma disputa marcada por desigualdade e assimetria frente às empresas financeiras. Como observou o Dr. Eduardo: “o consumidor, normalmente, é a parte que tem menos informação” (Eduardo, 2023). A disparidade no acesso a informações e recursos configura um dos principais entraves burocráticos para a resolução rápida dos casos, sobretudo quando judicializados. O acionamento dos tribunais de justiça, por si só, não mitiga as consequências dessa relação desigual entre vítima e instituição. A perda financeira, a exaustão emocional e a incerteza quanto ao futuro – prolongadas durante todo o processo – podem gerar quadros significativos de ansiedade nas vítimas.

Práticas financeiras (i)lícitas

Uma coisa é vencer na justiça para reverter o impacto financeiro do golpe, outra coisa é entender como o golpe aconteceu e como foi possibilitado por dentro de uma instituição financeira.

A falta de recursos para a polícia investigar golpes financeiros digitais é um problema de longa data em todo o Brasil (De Carvalho *et al.*, 2015), e como essa modalidade de golpe raramente é investigada pela polícia, desvendá-la é muito difícil. No caso de Rose, é possível que o cartão simplesmente tenha sido hackeado, um fenômeno comum no Brasil, que fez a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados chamar especialistas para uma audiência pública em outubro de 2023. O foco da audiência eram os vazamentos de dados bancários, o que os especialistas classificaram como uma “epidemia” no Brasil (Agência Câmara de Notícias, 2023).

No entanto, após consultar a literatura, ficou claro que, muitas vezes, há vários atores envolvidos no planejamento e execução de um golpe. No caso de vazamentos de dados, por exemplo, é provável que envolva tanto pessoas do lado de dentro como do lado de fora da instituição financeira (Garcia *et al.*, 2018; Botton, 2022).

No contexto brasileiro, esquemas de fraude em grande escala contra aposentados foram revelados pela imprensa, que destacou o papel dos funcionários do INSS na ação (Agência Brasil, 2023; 2024). O valor estimado do prejuízo pode chegar até 200 bilhões de reais (Brasil, 2025). Segundo a reportagem, os funcionários repassavam informações sobre os beneficiários para os criminosos que planejavam o golpe. Em agosto de 2025, o governo brasileiro admitiu a existência dessas fraudes e instituiu um programa de ressarcimento para os beneficiários do INSS que tiveram descontos indevidos entre março de 2020 e março de 2025, sem que as vítimas precisem entrar na justiça para isso. O governo identificou entidades e empresas que fraudavam os beneficiários com a ajuda de funcionários (Brasil, 2025).

Levando isso em conta e o volume de ocorrências envolvendo o Credcesta e o Banco Master, inferimos que é possível que os golpes tenham sido orquestrados por dentro das instituições, com algum tipo de acordo entre funcionários ou até mesmo com a própria instituição.

Outro caso revelado pela imprensa internacional, em julho de 2023, envolve o segundo maior

Banco dos EUA - Bank of America -, que foi condenado por práticas ilegais. Essas práticas foram relacionadas a abertura de contas bancárias e a emissão de cartões de crédito sem o conhecimento dos clientes. Por trás disso, havia a política de metas do Banco que pressionava os funcionários a aumentar o volume de vendas (Sherman, 2023). O caso mostra como o estabelecimento de metas muito altas para os funcionários pode estimular esquemas fraudulentos dentro das próprias instituições. Esse escândalo ilumina o caso de Luís, focado neste artigo.

As políticas predatórias dos bancos e a pressão por metas impostas aos funcionários foram temas recorrentes durante nosso trabalho de campo com pessoas empregadas no mercado de crédito, como bancos públicos e comerciais, financeiras e empresas terceirizadas para venda e cobrança de crédito. Casos graves foram relatados nas experiências de um jovem, João, que trabalhou durante um período numa financeira no centro da cidade de Amêndoa. Ele nos contou que a cobrança por metas era rotineira e tinha implicação direta na manutenção do seu emprego. Era estimado que cada agente de crédito vendesse o equivalente a R\$ 5.000,00 por dia, e no mínimo R\$ 30.000,00 por mês, em produtos financeiros.

Era uma meta desesperadora pra gente. E à medida que a gente não alcançava, os funcionários eram demitidos. Eu fui o último funcionário a ser demitido, eu vi as pessoas indo embora e fui o último a ir embora. Sem receber. Ou outros também sem receber (João, 2021).

As metas deixaram algumas pessoas pressionadas a utilizar práticas especulativas, mas a empresa utilizou várias outras práticas enganosas. João nos contou que uma delas foi a estratégia de falar para os clientes “que eles tinham sido premiados com dinheiro [...] Nessa historinha ilusória eles conseguiam arrancar muitas coisas, como dados, e fazer o empréstimo sem que o cliente, vulnerável e de baixa instrução, soubesse” (João, 2021). Esse dinheiro do empréstimo, em seguida, ia para a conta do agente de crédito. João presenciava esses artifícios, mas também tinha receio em contestar e perder o seu emprego. Quando tais condutas não são devidamente fiscalizadas, nem

investigadas ou punidas, abre-se espaço para que empresas cresçam e se consolidem no mercado por meio de métodos questionáveis.

Em 2023, o Banco Master foi apontado como um dos bancos médios nacionais de maior crescimento, “saindo de um patrimônio líquido de R\$ 30 milhões para R\$ 1,5 bi, e de uma receita de R\$ 180 milhões para quase R\$ 3 bi.” (Samor; Arbex, 2023). Ao mesmo tempo, o banco também acumulou várias denúncias por fraude financeira em sites como o “Reclame aqui”, portal brasileiro que intermedia reclamações de consumidores e respostas das empresas, e Ações Civis Públicas movidas pela Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia (Brasil, 2023). Dentre as reclamações sob o Banco Master estão aquelas que denunciam descontos indevidos nos salários dos servidores públicos e em benefícios de pessoas aposentadas. O programa Credcesta também recebeu uma série de reclamações.

Em vista destas práticas, destacamos que as fronteiras entre fraude e práticas financeiras legítimas, às vezes, tornam-se borradas, uma ambiguidade que torna o mercado de crédito um ambiente arriscado no qual pessoas podem ser expostas a práticas financeiras especulativas e, frequentemente, criminosas. Em decorrência das práticas e evidências observadas, é razoável inferir que muitos golpes podem ser orquestrados de dentro das instituições, seja por meio de acordos entre funcionários, seja por determinação da própria instituição. Nesse contexto, o estabelecimento de metas de vendas excessivamente altas para os funcionários pode atuar como um estímulo perverso a esquemas fraudulentos internos. Essas questões de conluio institucional e fragilidade ética são centrais para iluminar a disputa por responsabilidade em casos de golpes financeiros digitais, à luz dos casos etnográficos abordados neste artigo.

A observação da ambivalência na distinção entre práticas legais e ilegais é destacada por Tudor (2019) na pesquisa sobre profissionais que participaram de fraudes financeiras dentro de instituições formais. Tudor (2022) observa que as práticas legítimas passaram a assemelhar-se cada

vez mais com as práticas fraudulentas à medida em que novas formas de liberalização econômica foram adotadas na economia convencional do capitalismo contemporâneo. Em consequência, as práticas econômicas convencionais tornaram-se cada vez mais análogas à conduta fraudulenta e rotineiramente têm resultados prejudiciais aos consumidores. No inverso, para empresas financeiras ilícitas como os esquemas Ponzi e esquemas de pirâmide, as fronteiras borradas também se manifestam entre práticas lícitas e ilícitas. Muitos dos esquemas passaram a questionar a legitimidade das chamadas instituições formais, como os Bancos (Cox, 2013; Fromm, 2022; Musaraj, 2011; Schiffauer, 2018). Essa indistinção, que se manifesta tanto no setor formal quanto no ilícito, não apenas exacerba a vulnerabilidade dos consumidores, mas também mina a confiança na integridade do sistema financeiro como um todo.

Considerações finais

Como foi exposto, os casos colocam em evidência o fenômeno dos golpes financeiros digitais no contexto brasileiro pós-pandemia. O Brasil registrou um aumento de cerca de 10% no número de vítimas (Radar Febraban, 2022), entre 2021 e 2022, evidenciando que a pandemia de Covid-19 trouxe outras diversas epidemias para o país (Agência Câmara de Notícias, 2023; Sá Santos; Kolling, 2023), como a que afeta diariamente – e de modo desigual - indivíduos e instituições financeiras. Evidentemente, o rápido avanço da digitalização trouxe muitas vantagens, embora tenha gerado novos desafios tanto para o setor financeiro quanto para a população. Neste cenário, os golpes digitais exemplificam a rápida e desigual penetração do fenômeno, afetando a todos os estratos sociais e geográficos, desde moradores de metrópoles como São Paulo até aqueles no interior da Bahia, distantes do principal centro econômico do país, conforme demonstram os casos aqui enfocados.

A etnografia mostrou como os processos de denúncia e apuração dos golpes foram longos

e complicados. O acionamento da justiça deu continuidade e extensão ao golpe, prolongando o tempo de incertezas e preocupações financeiras para as vítimas. A pesquisa também enfocou as agências das vítimas ao tentarem solucionar com o próprio banco os casos de golpe em que foram expostas. A busca pela justiça e responsabilização incluiu contatar a empresa via Central de Atendimento, enviar documentos contestando as compras e/ou empréstimos, registrar um Boletim de Ocorrência, contratar um advogado e entrar com um processo judicial contra a instituição financeira. Nesse enredo burocrático, as assimetrias de poder entre instituições financeiras e vítimas se manifestam no controle do banco sobre as informações prestadas, no controle do tempo para ressarcir as vítimas e na morosidade do cumprimento das decisões judiciais. As vítimas, por sua vez, tiveram que lidar com esse tempo imposto pelas instituições, acionar os recursos que podiam para solucionar e conviver com os prejuízos financeiros e emocionais, impostos a elas e que nunca serão ressarcidos.

Conforme demonstramos ao longo das seções, enquanto milhares de pessoas se tornaram vítimas de golpes, pouca atenção acadêmica foi dirigida à questão. Na literatura brasileira sobre fraude financeira, a preocupação gira em torno de como os bancos e instituições podem se proteger contra fraudes (De Carvalho *et al.*, 2015; Martins *et al.*, 2022; Faria Júnior *et al.*, 2021). Este artigo se insere nessa lacuna com a intenção de apresentar novas perspectivas de como o crédito pode se tornar algo perigoso para pessoas expostas às práticas financeiras especulativas e, às vezes, criminosas. Estabelecemos que a proliferação dos golpes se insere no quadro mais amplo da financeirização, caracterizada pela aceleração através da extração agressiva de lucro do mercado de crédito (Lavinas; Lins, 2024). Essa expansão tem coincidido com uma deterioração da proteção ao consumidor, marcada pela proliferação de concessões de crédito não consensuais. A crescente prevalência de tais práticas predatórias sinaliza um aprofundamento da ligação entre a expansão das finanças digitais e o consequente aumento acentuado da fraude financeira digital, tornando o

mercado de crédito um foco central de vulnerabilidade financeira e atividade criminosas.

Apesar da amplitude e da seriedade desse fenômeno que torna o crédito um vetor de risco, a investigação acadêmica brasileira sobre a fraude financeira tem priorizado a perspectiva institucional. O enfoque dado pela literatura também pode ser observado na prática do setor financeiro. Em junho de 2023, o evento anual da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) ocorreu em São Paulo com cerca de 8 mil pessoas por dia, ao longo dos três dias de evento. Dentre os palestrantes havia Ministros, chefes do setor financeiro, jornalistas de veículos de comunicação renomados e pesquisadores internacionais. Participamos e percebemos que o investimento em tecnologias de segurança avançadas foi tema central da conferência. Um dos palestrantes do palco principal exemplificou a magnitude do problema mencionando estatísticas que indicam que o Brasil está, há anos, entre os três principais países da América Latina com os maiores índices de fraude financeira online. A centralidade desta questão de segurança digital tem a ver com as enormes quantias que o setor bancário estaria perdendo em consequência de operações fraudulentas. Em 2024, o número de golpes contra bancos e cartões de crédito cresceu 10,4% em relação ao ano anterior, e o prejuízo estimado atingiu R\$ 51,6 bilhões (Serasa, 2024).

Contudo, podemos questionar a narrativa de que o setor financeiro está *apenas* perdendo. Considerando a dissolução entre as práticas lícitas e ilícitas, na medida em que essa fluidez permite a expansão na venda do crédito, também existem oportunidades para instituições financeiras obterem lucro. Isso se torna evidente em casos nos quais a instituição financeira se recusa a reconhecer a ocorrência de um golpe, eximindo-se da responsabilidade e transferindo o prejuízo à vítima.

Portanto, neste artigo, levantamos a perspectiva crítica da relação assimétrica entre os cidadãos e as entidades financeiras, destacando seu poder de determinar a ocorrência de golpe. A partir disso, propomos uma reflexão que vai além da questão de como o setor financeiro pode se proteger de golpes digitais, questionando, através da nossa pesquisa etnográfica, como os cidadãos

podem se proteger do próprio setor financeiro.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. PF investiga grupo criminoso que fraudava benefícios do INSS. **Agência Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/pf-investiga-grupo-criminoso-que-fraudava-beneficios-do-inss>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Operação da PF combate fraudes em benefício do INSS. **Agência Brasil**. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/operacao-da-pf-combate-fraudes-em-beneficio-do-inss>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Especialistas pedem atuação maior dos Bancos no combate aos golpes financeiros. **Câmara Legislativa**. 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1011391-especialistas-pedem-atuacao-maior-dos-bancos-no-combate-aos-golpes-financeiros/>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

AMORAS, Eduardo Andrade Pacheco. As formas de fraudes econômicas na era digital. In: ROCHA, L. R. L. *et al* (org.). **Caderno de pós-graduação em direito: crimes digitais**. Brasília: UniCEUB: ICPD, p. 85-102, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14602>> Acesso em: 05 nov. 2025.

BÄHRE, Erik. The value of dignity: Health insurance, ethics and court cases in Brazil. **Critique of Anthropology**, v. 43, n.3, p. 289–310, 2023. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0308275X231192308> >. Acesso em: 05 nov. 2025.

BEEK, Jan. Waiting, relationships and money in a Ponzi scheme in Northern Ghana, **Critical African Studies**, v. 12, n.1, p. 107–120, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21681392.2019.1697315>> Acesso em: 05 nov. 2025.

BEEK, Jan; KILIAN, Cassis; KRINGS, Matthias. Mapping out an anthropology of defrauding and faking. **Social Anthropology**, v. 27, n. 3, p. 425–437. 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1469-8676.12698?utm_source=chatgpt.com> Acesso em: 05 no. 2025.

BIEHL, João; SOCAL, Mariana P.; AMON, Joseph J. The Judicialization of Health and the Quest for State Accountability: Evidence from 1, 262 Lawsuits for Access to Medicines in Southern Brazil. **Health Human Rights**, v. 18, n. 1, p. 209–220, 2016. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5070692/?utm_source=chatgpt.com > Acesso em: 05 nov. 2025.

BOTTON, Fabiana Felício. **Roubamos sem dar um tiro: uma etnografia de grupos de fraudadores no espaço virtual**. 2022. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Bahia. Processo nº 8066492-14.2023.8.05.0001. **15ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador – BA**, Salvador. Disponível em:<<https://pje.tjba.jus.br/pje/download.seam?cid=148451https://pje.tjba.jus.br/pje/download.seam?cid=148451>>.

Acesso em: 31 de jan. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. Nota à Imprensa – Banco Master está proibido de conceder consignado a aposentados e pensionistas, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/-pt-br/assuntos/nota-a-imprensa-banco-master-esta-proibido-de-conceder-consignado-a-aposentados-e-pensionistas>>. Acesso em: 01 de nov. 2025.

BRASIL. Perguntas e respostas. **Instituto Nacional do Seguro Social**. Brasília, [s.d.]. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/perguntas-e-respostas>>. Acesso em: 27 de out. de 2025.

BRASIL. Governo Federal já devolveu R\$ 2,1 bilhões a três milhões de aposentados e pensionistas vítimas de fraudes. **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/governo-federal-ja-devolveu-r-2-1-bilhoes-a-tres-milhoes-de-aposentados-e-pensionistas-vitimas-de-fraudes#:~:text=Aten%C3%A7%C3%A3o:%20n%C3%A3o%20caia%20em%20golpes>>. Acesso em: 26 de out. 2025.

BURRELL, Jenna. User Agency in the Middle Range: Rumors and the Reinvention of the Internet in Accra, Ghana. **Science, Technology, & Human Values**, v. 36, n. 2, p. 139-159, 2011. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0162243910366148>> Acesso em: 05 nov. 2025.

BUTTON, Mark; CROSS, Cassandra. **Cyber Frauds, Scams and their Victims**. Routledge, 2017.

CARRILLO, Mariliana. Rico. Los desafíos del derecho penal frente a los delitos informáticos y otras conductas fraudulentas en los medios de pago electrónicos. **Revista IUS**, v. 7, n. 31, p. 207-222, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-21472013000100011&lng=es> Acesso em: 05 nov. 2025.

CASSIMAN, Ann. Spiders on the World Wide Web: cyber trickery and gender fraud among youth in an Accra zongo, **Social Anthropology**, v. 27, p. 486–500, 2019.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). **Portal do Comércio**. 2023. Disponível em: <https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-deendividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-setembro-de-2023/>. Acesso em: 17 de jan. 2023.

COELHO, Leandro dos Santos; RAITTZ, Roberto Tadeu; TREZUB, Maurício. FControl®: sistema inteligente inovador para detecção de fraudes em operações de comércio eletrônico. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 1, p. 129–139, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/gp/a/czFNDmkYt3ZK7yYyS8L85rK/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 05 nov. 2025.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro.; JESUS, Inês Oliveira Andrade. Combate às transferências bancárias ilegítimas pela Internet no direito português: entre as experiências domésticas e políticas globais concertadas. **Revista Direito FGV**, v. 12, n. 2, p. 542-563, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/63635>> Acesso em: 05 nv. 2025.

COX, John. The Magic of Money and the Magic of the State: Fast Money Schemes in Papua New Guinea, **Oceania**, v. 83, n.3, p. 175–191, 2013.

DE CARVALHO, Ana Cristina Azevedo Pontes. *et al.* Crimes e fraudes eletrônicos: Perspectivas de ações empresariais adotadas por instituições financeiras. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 30, n. 1, p. 93–122, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1495>> Acesso em: 05 nov. 2025.

E-INVESTIDOR. Brasil sofre 2,8 mil tentativas de fraudes financeiras por minuto; saiba como se proteger. **Estadão**. 2023. Disponível em: <<https://investidor.estadao.com.br/ultimas/brasil-dados-tentativas-fraude-dicas-se-proteger/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

FARIA JUNIOR, Maurício Soares; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues; DANTAS, José Alves. Fraude corporativa e gerenciamento de resultados: um estudo em instituições bancárias brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 40, n. 2, p. 115-134. 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3071/307166585007/html/index.html>> Acesso em: 05 nov. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FROMM, Deborah. **Indústria da Proteção: sobre as interfaces entre seguros, segurança e seguridade**. 275 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

GABALDÓN, Luis Gerardo; PEREIRA, Wílmer. Usurpación de identidad y certificación digital: propuestas para el control del fraude electrónico. **Sociologias**, v. 20, p. 164–190, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/TSw5QX8TVH3s7BQyppCBQrb/?format=html&lang=es>> Acesso em: 05 nov. 2025.

GARCIA, Plínio Silva. *et al.* A influência da injustiça organizacional na motivação para a prática de crimes cibernéticos. **JISTEM - Revista de Sistemas de Informação e Gestão de Tecnologia**, p. 01-19, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jistm/a/3Qj7Xvdg9Sd3T6RFNHvSbWB/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 05 nov. 2025.

KOLLING, Marie. Entre Cuidado e Exploração. Quando a Dívida Entra nas Relações de Família e Vizinhaça num Bairro Periférico. **Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 51, n. 1, p. 95–105. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.16993/iberoamericana.560>> Acesso em: 05 nov. 2025.

KRIGE, Detlev. Fields of Dreams, Fields of Schemes: Ponzi Finance and Multi-Level Marketing in South Africa. **Africa**, v. 82, n. 1, p. 69–92, 2012. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23240022>>. Acesso em: 07 de mar. 2024.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; RUBIN, Pedro. Income transfers and household debt. The advancing collateralization of social policy in the midst of restructuring crises. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 44, p. 298–318, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-315720243511>>. Acesso em: 07 de mar. 2024.

LAVINAS, Lena; LINS, Bruno Mader. Desenrola Brazil. Debt management as social policy under Lula 3. **Phenomenal World**, 2024. Disponível em: <www.phenomenalworld.org/analysis/desenrola-brazil/>. Acesso em: 07 mar. 2024.

LYNCH, Jennifer. Identity Theft in Cyberspace: Crime Control Methods and Their Effectiveness in Combating Phishing Attacks. **Berkely Technology Law Journal**, v. 20. 2005. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1588190 Acesso em: 07 mar. 2024.

MARTINS, Emerson; VERARDI GALEGALE, Napoleão. Detecção de fraudes no segmento de crédito financeiro utilizando aprendizado de máquina: uma revisão da literatura. **Revista E-TECH: Tecnologias Para Competitividade Industrial - ISSN - 1983-1838**, v. 15, n. 3, 2022.

MUGNATTO, Silvia. Especialistas pedem atuação maior dos Bancos no combate aos golpes financeiros. **Câmara Legislativa**. 2023. Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/1011391-especialistas-pedem-atuacao-maior-dos-Bancos-no-combate-aos-golpes-financeiros/ Acesso em: 07 mar. 2024.

MULINARI, Rodrigo; BIAGINI, Sérgio. Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária. **Febraban**. 2023. Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20Febraban%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202023%20-%20Volume%202.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MURTHY, Ram Narayan. Cybercrimes on rise with growing digitisation. **The Hindu Business Line**. 2022. Disponível em: www.thehindubusinessline.com/profile/author/Ram-Narayan-Murthy-14756/ Acesso em: 17 nov. 2023.

MUSARAJ, Smoki. Tales from Albarado: The Materiality of Pyramid Schemes in Postsocialist Albania. **Cultural Anthropology**, v. 26, n. 1, p. 84–110, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2010.01081.x> Acesso em: 07 mar. 2024.

RADAR FEBRABAN. A situação financeira do brasileiro. Junho 2022. **Febraban**. 2022. Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/RADAR%20FEBRABAN%20Geral%20-%20EXPECTATIVA%20DOS%20CONSUMIDORES%20-%20JUNHO%202022.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

RECLAME AQUI. 2025. Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/Banco-master/cobranca-indevida-beneficio_mEzRO0RKKjggv7qx/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SÁ SANTOS, Thaise.; KOLLING, Marie. A gente tá vivendo uma vida sem paz: Experiências dos primeiros 6 meses de quarentena do covid-19 para mulheres da periferia de Salvador. **Revista Prelúdios**, v. 11, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/revpre.v11i0.53739>> Acesso em: 06 fev. 2025.

SAMOR, Geraldo; ARBEX, Pedro. Master lucra R\$ 211 milhões com mix de consignado e crédito ‘sniper’. **Brazil Journal**. 2023. Disponível em: <<https://braziljournal.com/master-lucra-r-211-milhoes-com-mix-de-consignado-e-credito-sniper/>>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SERASA. Tentativas de fraudes bancárias cresceram 10,4% em 2024 e poderiam gerar prejuízo de até R\$ 51,6 bilhões, revela Serasa Experian. **Serasa**. 2024. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/prevencao-a-fraude/tentativas-de-fraudes-bancarias-cresceram-104-em-2024-e-poderiam-gerar-prejuizo-de-ate-r-516-bilhoes-revela-serasa-experian/>>. Acesso em: 31 out. 2025.

SCHIFFAUER, Leoni. Dangerous speculation. The appeal of pyramid schemes in rural Siberia. **Focaal - Journal of Global and Historical Anthropology** 81:1, p. 58–71. 2018.

SHERMAN, Natalie. Bank of America fined for junk fees and fake accounts. **BBC**. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-66167474>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SWARTZ, Lana. Theorizing the 2017 blockchain ICO bubble as a network scam. **New Media & Society**, v. 24, n.7, p. 1695–1713, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/146144482210992>. Acesso em: 10 abr. 2024.

TRIBUNA DA BAHIA. O adeus da Cesta do Povo. **Tribuna da Bahia**. 2018. Disponível em: https://www.trbn.com.br/materia/I7864/o-adeus-da-cesta-do-povo?fb_comment_id=1924599770905378_1925633814135307. Acesso em: 27 jan. 2025.

TUDOR, Kate. Symbolic Survival and Harm: Serious Fraud and Consumer Capitalism's Perversion of the Causa Sui Project. **The British Journal of Criminology**, v. 59, n.5, p. 1237–1253. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/bjc/azz009>. Acesso em: 10 abr. 2024.

TUDOR, Kate. Online Fraud. In: ATKINSON, Rowland; AYRES, Tammy. (orgs.). **Shades of Deviance: A primer on crime, deviance and social harm**. Routledge, London, p. 85–89, 2022.

UK FINANCE. Fraude – The Facts 2021. **UK Finance**. 2021. Disponível em: <www.ukfinance.org.uk/policy-and-guidance/reports-publications/fraud-facts-2021>. Acesso em: 14 mar. 2024.

VILLÓN, Hamilton; SOJOS, Marlon; MENDONZA, Carlos. Pharming y phishing: Delitos informáticos penalizados por la legislación ecuatoriana. **Revista Ibérica De Sistemas e Tecnologias De Informação**, p. 671-677, 2019.

Quando o assunto é dívida todo mundo tem o que falar: sobre o endividamento feminino na cidade de Manaus

When it comes to debt, everyone has something to say: on women's
indebtedness in the city of Manaus

Cuando se trata de deudas, todo el mundo tiene algo que decir: sobre el
endeudamiento femenino en la ciudad de Manaus

Érica Fabricia Melo¹

Resumo: O artigo examina o endividamento feminino em Manaus, focando nas experiências das mulheres que acessam o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O objetivo central é analisar como a dívida impacta a vida cotidiana dessas mulheres, destacando suas estratégias de enfrentamento e as consequências emocionais e sociais do endividamento. A metodologia utilizada foi a roda de conversa, realizada em quatro encontros, onde participaram mulheres de diversas idades e origens, como indígenas, negras, ribeirinhas e venezuelanas. Nessas rodas, as mulheres compartilharam suas vivências com a dívida, revelando que o endividamento não se limita apenas ao aspecto financeiro, mas se entrelaça com questões sociais, emocionais e de gênero. Os resultados apontam que o endividamento é uma constante na vida dessas mulheres, que enfrentam inúmeras dificuldades, com relatos de ansiedade, depressão, estresse e angústias, além de aumento das tensões no cotidiano familiar.

Palavras-chave: Dívida; Dinheiro; Família.

Resumen: El artículo examina el endeudamiento femenino en Manaus, centrando la atención en las experiencias de las mujeres que acceden al CRAS (Centro de Referencia de Asistencia Social). El objetivo central es analizar cómo la deuda impacta la vida cotidiana de estas mujeres, destacando sus estrategias de afrontamiento y las consecuencias emocionales y sociales del endeudamiento. La metodología utilizada fue la rueda de conversación, realizada en cuatro encuentros, en los que participaron mujeres de diversas edades y orígenes, como indígenas, negras, ribereñas y venezolanas. En estas ruedas, las mujeres compartieron sus vivencias con la deuda, revelando que el endeudamiento no se limita solo al aspecto financiero, sino que se entrelaza con cuestiones sociales, emocionales y de género. Los resultados apuntan a que el endeudamiento es una constante en la vida de estas mujeres, quienes enfrentan innumerables dificultades. Ellas comparten cómo las deudas afectan su salud mental, con relatos de ansiedad, depresión, estrés y angustia, además de aumentar las tensiones en la cotidianidad familiar.

Palabras clave: Deuda; Dinero; Familia.

Abstract: The article examines female indebtedness in Manaus, focusing on the experiences of women who access the CRAS (Social Assistance Reference Center). The main objective is to

¹ Graduada em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestra em Ciências Sociais pela UNISINOS/RS. Doutoranda pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Integra aos projetos: Redes de Tecnologias da Financeirização (CNPq) e o Gênero da Dívida: regimes endividamento na Amazônia contemporânea em perspectiva comparada (CNPq). Bolsista CAPES, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7287-7659>, e-mail: ericaantopos@gmail.com.

analyze how debt impacts the daily lives of these women, highlighting their coping strategies and the emotional and social consequences of indebtedness. The methodology used was the conversation circle, held in four meetings, in which women of various ages and backgrounds participated, including indigenous, black, riverside, and Venezuelan women. In these circles, the women shared their experiences with debt, revealing that indebtedness is not limited to the financial aspect but is intertwined with social, emotional, and gender issues. The results indicate that indebtedness is a constant in the lives of these women, who face numerous difficulties. They share how debts affect their mental health, with reports of anxiety, depression, stress, and anguish, as well as increasing tensions in daily family life.

Keywords: Debt; Money; Family

Introdução

“Eu não vejo futuro nem para mim, nem de como vou criar meus filhos” disse uma das mulheres que fazia parte de uma roda de conversa sobre endividamento na cidade de Manaus, em agosto de 2023. Nessas rodas, realizadas durante uma atividade curricular de extensão (PACE)² intitulada “O Gênero da Dívida: Rodas de Conversas sobre endividamento feminino”, um dos temas que mais apareceu foi a questão das contas de energia elétrica. No entanto, as “contas com luz”, como elas dizem, é somente uma entre muitas outras dívidas que elas acumulam com os cartões dos supermercados, com a companhia de saneamento Águas de Manaus³, com crediários em diversas lojas, assim como com cartões de bancos digitais, como é o caso do Nubank e Inter.

A dívida é uma questão que tem sido cada vez mais abordada a partir da ideia de “financeirização da vida”, expressão que se refere à expansão da acumulação capitalista por meio de mecanismos financeiros (Dowbor, 2017). Guita Debert (2024) recentemente afirmou que a utilização de créditos, vouchers, empréstimos ou bônus para financiar a vida cotidiana tem se tornado prática cada vez mais corriqueira nos setores pobres da população, que passam a compor um novo contingente de endividados. Ao abordar a “financeirização da velhice” Debert (2024)

² O PACE, Programa Atividade Curricular de Extensão é um programa de extensão no qual docentes da UFAM coordenam ações curriculares de extensão (acompanham o semestre letivo) em conjunto com discentes regularmente matriculados.

³ Disponível em: <https://www.aguasdemanau.com.br/>.

analisa como o envelhecimento populacional no Brasil e a crescente dependência do mercado financeiro para suprir necessidades antes atendidas pelo Estado geram endividamentos entre idosos.

A pesquisa de Guita Debert (2024) explora três principais vetores dessa financeirização: os altos custos de planos de saúde, modelo das unidades residenciais em mãos de fundos de investimento e investidores institucionais, e a expansão do crédito consignado, a autora demonstra como essas práticas, apesar de às vezes serem vistas como benéficas pelos idosos, contribuem para a sua crescente precarização financeira e para a exploração por parte de empresas e instituições financeiras. A dívida atinge não apenas idosos como afirma Debert (2024), mas abrange toda uma população empobrecida (Rodriguez, 2020). Para Gago e Cavallero (2020) o endividamento é um fenômeno que assola principalmente e majoritariamente as mulheres das classes mais populares.

Elas sugerem que as mulheres, em particular, estão mais vulneráveis ao endividamento devido a desigualdades de gênero, como a concentração de responsabilidades familiares, a precarização do trabalho feminino e a desigualdade no acesso ao crédito e renda. Assim, Gago e Cavallero (2020) apresentam uma análise crítica da interseção entre gênero, classe e dívida, destacando que as mulheres são afetadas de maneira mais intensa.

Rodriguez (2020), por sua vez sugere que o endividamento é um fenômeno sistêmico, envolvendo uma dinâmica de classe, que atinge diferentes grupos sociais, mas que possui uma forte interseção com a realidade das mulheres nas camadas mais pobres, uma vez que são as principais responsáveis pela administração financeira doméstica. Ou seja para a autora as mulheres são, em grande parte, as mais afetadas por esse fenômeno devido à sobrecarregada função de gestoras do orçamento familiar, o que coloca um peso maior sobre elas na administração das dívidas.

Portanto, ao relacionar as autoras, podemos entender o endividamento como um fenômeno multifacetado que não atinge apenas um grupo específico, mas que, no caso das mulheres, se apresenta com uma intensidade maior devido às questões de gênero, classe e trabalho. As análises

de Debert (2024), Gago e Cavallero (2020), e Rodriguez (2020) se complementam, refletindo a complexidade do endividamento dentro de uma sociedade desigual, onde o acesso ao crédito e as estratégias para lidar com a dívida são fortemente condicionados por fatores como idade, gênero, por exemplo.

Ou seja, é preciso pensar no fenômeno do endividamento a partir de intersecções de geração, gênero, classe e raça para compreender os seus efeitos em mulheres negras e indígenas que moram em bairros da periferia de Manaus. Nesse sentido, Gago e Cavallero (2020) defendem que é preciso mostrar como o sistema financeiro concretamente aterrissa e encarna nos territórios. Como lembra Rodriguez (2020) “o crédito e o endividamento têm sido utilizados na perspectiva de um apoio muitas vezes de última instância para cobrir essas necessidades cotidianas”. Como foi apontado pelas autoras acima é comum que seja gerada uma “cadeia de dívidas” ou “dívida da dívida”, em que a devedora tira de uma fonte para pagar outra dívida ou fica sempre endividada. Como procurarei demonstrar a partir de relatos de mulheres endividadas, esta falta de dinheiro provoca a proliferação de mais fontes de financiamento, empréstimos e dívidas.

A roda de conversa foi a metodologia adotada para ouvir as mulheres sobre questões relacionadas ao endividamento feminino em Manaus. Foram realizadas quatro rodas com o objetivo de captar as narrativas das participantes. Nessas rodas de conversa, participaram mulheres que acessam o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), independentemente da idade ou nacionalidade. Assim, o público das rodas foi composto por mulheres de diversas faixas etárias e origens, incluindo mulheres indígenas, negras, ribeirinhas, brasileiras e venezuelanas. Em cada encontro, participaram entre 10 e 20 mulheres, proporcionando uma diversidade de perspectivas sobre o tema abordado.

A roda de conversa sobre o endividamento feminino em Manaus foi um espaço onde as mulheres puderam compartilhar suas experiências com as dívidas, que são uma questão central

em suas vidas cotidianas. A frase “todo mundo tem o que falar sobre dívida” sintetiza bem o que aconteceu ali: o endividamento não é apenas uma questão financeira, mas também social, emocional e de gênero. Ao reunir diferentes mulheres em situações de endividamento, a roda de conversa se tornou uma ferramenta essencial para entender as implicações desse fenômeno em suas vidas.

No contexto do nosso estudo, a roda de conversa sobre o endividamento feminino em Manaus foi, sem dúvida, um espaço de expressão e partilha de experiências, onde as mulheres puderam relatar suas vivências e reflexões sobre a dívida, que permeia suas realidades cotidianas de forma marcante. Ao longo das rodas, ficou evidente que o endividamento não é uma questão exclusivamente financeira, mas também uma problemática social, emocional e de gênero, que afeta profundamente suas rotinas e relações.

Elas tinham muito o que falar sobre a dívida, já que a dívida se entrelaça com as dinâmicas familiares, as estratégias de sobrevivência e as decisões cotidianas. Para muitas delas, a dívida é uma constante que está sempre à espreita, alimentada por uma série de fatores que incluem a falta de trabalho formal, os baixos salários e a precarização do trabalho feminino. Além disso, o uso do crédito fácil, acessado principalmente por meio de aplicativos de bancos digitais e cartões de supermercado, se tornou uma das principais formas de lidar com a escassez financeira, mas também uma das principais armadilhas que aprofundam a situação de endividamento.

Essas mulheres compartilhavam que, mesmo quando pagavam parte de suas dívidas, elas se viam novamente com o limite do crédito estourado, criando um ciclo interminável de endividamento. O endividamento, para elas, não se limitava a uma simples questão de pagar o que devem, mas envolvia também a sensação de culpa, vergonha e angústia associada à incapacidade de lidar com a pressão constante das contas a pagar. Esse peso psicológico afetava suas relações familiares e pessoais, com muitas mulheres relatando problemas de saúde mental, como ansiedade

e depressão, devido à sobrecarga financeira.

Além disso, havia uma percepção comum de que a dívida era algo que não podia ser evitado. As mulheres expressaram que, em muitos casos, recorrer ao crédito e assumir dívidas era uma necessidade para garantir a sobrevivência básica, como a compra de alimentos, o pagamento de contas de energia elétrica e o cuidado com os filhos. Nesse sentido, a dívida se transformava em uma estratégia de enfrentamento da falta de dinheiro, mas ao mesmo tempo uma armadilha, pois elas ficavam presas a um ciclo sem fim, onde a cada mês surgia uma nova dívida para ser paga.

Portanto, o endividamento para essas mulheres era muito mais do que uma questão financeira, ele estava intrinsecamente ligado às suas experiências emocionais, sociais e de gênero, refletindo as desigualdades estruturais que enfrentam em sua vida cotidiana. A roda de conversa se tornou, então, um espaço fundamental para compreender como essas mulheres vivenciam e lidam com a dívida, e como isso impacta suas vidas de maneira ampla e profunda.

A angústia do endividamento

A dívida hoje faz parte da vida das famílias no Brasil e a principal característica é a inadimplência, associada à baixa renda e desemprego. No último trimestre de 2022, o índice de desemprego das mulheres era de 9,8% enquanto o dos homens era de 6,5%. A taxa de desocupação no primeiro trimestre foi maior entre as mulheres, pretos e pardos de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024).

Ainda de acordo com dados do IBGE em março de 2023, 78% da população estava endividada, 30% estavam inadimplentes e 11% não tinham condição de pagar as dívidas. As mulheres estão mais sujeitas a trabalhos precários, baixos salários e desemprego. Ao mesmo tempo, o número de lares chefiados por mulheres cresce ano a ano e, atualmente, elas são as principais ou

únicas responsáveis pelas despesas em metade dos lares brasileiros.

Em 2023, entre de 16 a 20 de outubro, no Instituto de Defesa do Consumidor – Procon, foi realizado negociações das contas de energia elétrica junto a concessionária Amazonas Energia. A inadimplência no Amazonas segundo os últimos dados divulgados pelo Serasa, atinge mais de 60% da população adulta do Amazonas está endividada e as contas em atraso se concentram nos bancos, nos cartões de crédito e no varejo. Na sequência, aparecem as contas de água e gás.

O crédito foi um dos assuntos mais abordados nas rodas de conversas Segundo uma das mulheres, “diferente de antigamente que era muito difícil conseguir crédito hoje é muito fácil, basta ter um celular”. Isso significa dizer que com o celular qualquer pessoa consegue baixar os aplicativos de bancos e supermercados, é o dois mais usados por estas mulheres. Ao baixar o Nubank, por exemplo, a pessoa já tem 400 reais de créditos segundo elas, e “o cartão do supermercado está sempre em dívida, porque todo mês eu pago algumas parcelas, mas o limite já é utilizado novamente”.

Isto significa dizer que se faz necessário compreender e problematizar em que medida a dívida afeta a vida cotidiana dessas mulheres e de suas famílias e como todos esses números e estatísticas afetam diretamente suas vidas. No debate realizado pelo Instituto Equit⁴ sobre o Endividamento das Mulheres, foi afirmado que mulheres endividadas sofrem com ansiedade e depressão e uma série de angústias por conta dessas dívidas. Também é necessário questionar se há algum tipo de violências familiares ou problema gerado pela dívida, formando tensões que afetam a vida cotidiana.

Muito do que é apontado na literatura também apareceu nas rodas de conversa. Depressão, ansiedade, estresse familiar e uma série de angústias foram relatadas por conta dessas dívidas. Entrelaçam-se em forma de violências familiares o problema gerado pela dívida, formando tensões

⁴ Disponível em: <https://www.equit.org.br/novo/?p=3591>.

familiares que afetam a vida cotidianamente. Portanto, nos interessa pensar como estas mulheres lidam com todos estes fatores mencionados acima a partir de suas narrativas.

Nas rodas de conversas sobre endividamento feminino nossa principal pergunta era: “O que vocês entendem como dívidas da casa?”. Este era o ponto de partida para nossas conversas sobre dívidas e seus desdobramentos, principalmente no que se refere às dívidas da vida cotidiana. A partir dessa pergunta as conversas duravam horas e iam muito além da nossa primeira pergunta. A dívida para elas não era apenas as dívidas relacionadas ao dinheiro. O problema da dívida vai além da dívida econômica, perpassando dolorosamente por vários aspectos da vida e das relações pessoais.

Maria uma das mulheres participantes das rodas de conversa é uma mulher que vive em um bairro periférico de Manaus, mãe de três filhos, todos na fase da infância. Ela é beneficiária do Bolsa Família, programa que lhe ajuda a complementar a renda da sua família. Maria trabalha fora e deixa os filhos com sua mãe. Apesar do apoio financeiro do Bolsa Família, Maria enfrenta desafios diários, especialmente relacionados ao endividamento.

Há alguns meses, Maria precisou de um novo fogão, pois o antigo quebrou inesperadamente. Como não tinha reservas e sua renda não era suficiente para um gasto desse porte, ela decidiu comprar um fogão a prestações (no crediário⁵) uma modalidade muito comum em Manaus, confiando que o pagamento poderia ser feito com o auxílio do Bolsa Família. No entanto, ao longo do mês alguns imprevistos foram surgindo e o que deveria ser um alívio se transformou em uma nova preocupação: mais uma dívida.

A sensação de angústia de Maria ao longo do mês também foi relatada por outras mulheres que compartilhavam naquela roda de conversa as suas dificuldades financeiras. Entre elas estão

⁵ Crediário é uma forma de pagamento que permite parcelar a compra de um produto em várias prestações. É uma alternativa para quem não tem como pagar à vista ou com cartão de crédito.

mulheres da zona rural de Manaus, não indígenas, mulheres negras e outras venezuelanas, que também acessam o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Manaus, mantido pela Prefeitura e Governo Federal. O que havia em comum era a falta de trabalho formal, com carteira registrada (CLT).

A preocupação com o pagamento das contas e a pressão para evitar atrasos constituíam parte da rotina dessas mulheres, que raramente dispunham de recursos financeiros suficientes. O endividamento, portanto, atravessava de forma estrutural suas vidas, uma vez que as dívidas eram constantemente acumuladas como estratégia para garantir as necessidades básicas da família, tanto diárias quanto mensais. E em suas próprias palavras, tratava-se de ‘uma luta constante’.

Dona Socorro, ao longo de muitos anos, foi fortemente impactada pelas dívidas, as quais geraram uma sensação constante de angústia. E ela sentia que uma parte significativa das despesas domésticas recaía sobre sua responsabilidade, o que a sobrecarregava emocionalmente. Atualmente, ela encontra-se em tratamento psiquiátrico pelo Sistema Único de Saúde (SUS), buscando apoio para lidar com as consequências dessa sobrecarga. A conversa com Socorro surgiu após ela relatar que precisava passar na farmácia para pegar seus remédios controlados. E eu perguntei o porquê ela tomava esses remédios de receitas controladas, ela disse que pela quantidade de dívidas que tinha, “só dormindo” para esquecer tantos problemas.

Socorro é uma mulher de 42 anos, trabalha em uma casa de família, é casada, tem dois filhos, cuida de sua mãe idosa que mora com ela há 4 anos, desde que seu pai que era pescador morreu de COVID-19. Socorro trabalha e tem sua casa própria, ainda inacabada. Em 2025, sua meta era concluir as obras da sua casa e comprar um ar-condicionado. No entanto, as dívidas acumuladas ao longo dos últimos anos impactaram diretamente sua saúde. Segundo ela, a impossibilidade de quitar tantas ‘contas’ comprometeu seu bem-estar, provocando noites de insônia e longas horas de preocupação sobre como solucionar essa situação.

Eu perguntei se o esposo que trabalha não a ajudava com as despesas e ela disse que não, que agora ele guarda todo dinheiro, para comprar uma moto “ele não ajuda com nenhum real”. Ambos ganham um salário-mínimo atualmente. As dívidas de Socorro são todas “de casa”, nada para ela. “Contas” de água quase um ano atrasadas, luz só se paga quando vão cortar, devem na loja de material de construção, devem na venda (mercadinho) onde compram comida perto de casa “é tudo nas minhas costas, é muita coisa para uma pessoa sozinha aguentar, eu agora vivo um personagem para pode aguentar”. Ao ser questionada sobre qual personagem escolheria, ela respondeu que seria ‘alguém feliz, senão eu vou enlouquecer’, seguida de uma risada. Sua fala evidencia tanto o desejo de associar-se a uma imagem positiva quanto a tensão emocional presente em sua experiência cotidiana.

Ela relatou que, quando lhe perguntam como está, costuma responder que está ‘ótima’, embora o faça em meio às lágrimas. Segundo sua percepção, reclamar da vida não traria solução para os problemas, tampouco ajudaria a quitar as dívidas que a sobrecarregam. Ressaltou, ainda, a necessidade de se manter forte para cuidar da casa, dos filhos e da mãe, enfatizando que se permitir adoecer ou ceder à tristeza não era uma opção possível.

O endividamento para as despesas cotidianas

Em uma das rodas de conversa sobre endividamento realizadas no conjunto habitacional Viver Melhor um empreendimento do Governo do Amazonas, associado a um programa de revitalização promovido pela Prefeitura de Manaus, que busca melhorar a qualidade de vida dos moradores por meio de intervenções em infraestrutura, regularização fundiária e ampliação do acesso a serviços públicos, emergiram importantes reflexões sobre as experiências cotidianas de crédito e dívida entre as mulheres da comunidade.

Uma das mulheres era uma mulher jovem, de cerca de 30 anos. Ela começou falando que

não conhecia a Tarifa Social⁶ e por isso foi até a Amazonas Energia⁷ negociar sua dívida, referente a sua energia elétrica. A negociação foi realizada com inúmeras parcelas totalizando quase 6 (seis) mil reais, um valor que ela afirma que nunca conseguiria pagar. Com a voz embargada ela disse que não sabe como vai ser o seu futuro e dos filhos com esta dívida.

Ana, uma mulher de 34 anos, vive em um bairro periférico de Manaus, mãe solteira de dois filhos. Ela sempre trabalhou como vendedora em uma loja de roupas (não era CLT) onde o salário mal cobria as despesas básicas da família. Trabalhadora em uma das lojas do centro da cidade, Ana recebe semanalmente, mas mesmo assim a renda não chega a um salário mínimo, sendo também complementada com o bolsa família, situação que se agravou durante a pandemia.

Segundo Ana, não houve lugar mais difícil do que Manaus, até o momento em que o centro da cidade foi fechado e a polícia foi enviada às ruas para garantir que os proprietários de lojas não reabrissem. Muitos conhecidos dela faleceram durante esse período, o que intensificou ainda mais suas dificuldades. Contudo, a situação piorou quando sua carga horária de trabalho foi reduzida antes do fechamento definitivo, o que dificultou o pagamento do aluguel e das contas de luz e água. Ela relatou que, no imóvel alugado onde morava, o locador não cobrou o aluguel por três meses, o que proporcionou um alívio temporário para a sua situação financeira.

Mesmo assim, Ana decidiu fazer seu primeiro empréstimo no banco do Bradesco, e quitar algumas contas atrasadas e comprar alimentos para a família, ainda na pandemia. Porém, à medida que a necessidade de dinheiro aumentava, ela começou a pegar novos empréstimos com parentes e vizinhos para cobrir os pagamentos de empréstimos anteriores. A pressão e a responsabilização financeira a fizeram entrar em um ciclo de endividamento ainda mais profundo.

Outras conhecidas de Ana enfrentaram problemas semelhantes. Algumas, pressionadas

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/tarifas/tarifa-social>.

⁷ Disponível em: <https://website.amazonasenergia.com/>.

pela urgência das dívidas, passaram a atrasar seus pagamentos, o que resultou no corte de energia de suas casas. Além disso, a falta de gás para o fogão levou várias dessas mulheres a retornarem ao uso do fogão a lenha. Esse foi um ponto em comum não apenas nesse encontro, mas também nos demais que realizamos, em que cozinhar no fogão a lenha se revelou uma prática compartilhada entre elas.

Dona Antônia, que foi acompanhada para a roda de conversa de sua filha e sua vizinha, em determinado momento disse que tendo em vista o desemprego e a renda insuficiente das famílias “a dívida nunca acaba e se a gente não se endivida a gente não come, não veste”. Em outro momento uma senhora aparentando ser a mulher com mais idade, evangélica e com a bíblia na mão que estava participando da oficina e afirmou ter uma trajetória no movimento social colocou um contraponto. Segundo ela, o dinheiro do Bolsa Família pode não ser suficiente para saldar dívidas, mas que ele abre a possibilidade de investimento em outras formas de economia doméstica.

Em seguida ela informou que sua maior dificuldade diz respeito ao pagamento da dívida que ela tem com a Amazonas Energia. Tanto ela como outros participantes informaram sobre “dívidas de energia que surgem do nada”. Quando vão até o serviço de atendimento ao cliente da empresa não conseguem renegociar a dívida e nem pagar um preço que consideram “justo” pois a empresa exige que o pagamento seja feito naquele momento e com o valor total da dívida. Antônia informou que vinha poupando recursos com o intuito de saldar a dívida, porém relatou que, em todas as tentativas de renegociação junto à empresa Amazonas Energia, não obteve êxito.

Em outro momento Priscila, moradora de Manaus também comentou sobre as “dívidas que aparecem do nada” na conta de energia afirmando que “eles querem cobrar uma dívida que não é nossa”. No seu caso, houve uma troca na ligação de energia entre a casa dela e da vizinha e que ela solicitou o serviço para manutenção e correção da ligação, porém o serviço não foi realizado pela empresa e ela teve que fazer por conta própria e ficou com uma dívida muito alta na conta de

energia.

Quando se dirigiu à empresa para tentar realizar uma renegociação explicando toda a situação, eles informaram que não era possível renegociar, pois ela não tinha documentação que comprovasse a troca de ligação, levando-a a fazer um “gato” em sua casa. Ela também informou que na implantação do Projeto Residencial Viver Melhor asseguraram à ela que não seria cobrado o IPTU. Porém, após um ano vivendo no seu apartamento o IPTU começou a ser cobrado.

Segundo os participantes, a maioria das pessoas que residem no Viver Melhor são “mães solteiras, mães solo” e que muitas buscam “entrar na justiça” por conta dos problemas com seus apartamentos, mas ressaltaram que a maioria não está interessada em reformas e sim no valor da indenização para “sair fora” do Viver Melhor. Conforme apontou a vizinha Antônia, os apartamentos são “todos tortos” e “a qualquer hora e momento esses apartamentos vão cair”. Do lado de fora de onde estávamos era possível ver as rachaduras nas paredes. Muitas delas têm esperanças de que o programa “Amazonas meu lar” que está sendo oferecido pelo Governo Estadual seja melhor, já que segundo elas, o projeto dos apartamentos é bem bonito.

No entanto, a preocupação não se restringe apenas à moradia. Há, ainda, os gastos mensais com energia elétrica, água, alimentação, transporte, roupas e calçados, estes últimos considerados indispensáveis devido ao rápido crescimento das crianças. Segundo os relatos, a dívida assume a forma de uma ‘bola de neve’, uma vez que, mês após mês, tende a se acumular e aumentar.

A utilização de créditos ou empréstimos para financiar a vida cotidiana tem se tornado prática cada vez mais corriqueira nos setores populares. Já não se trata mais de financiar o consumo de eletrodomésticos, reforma da casa, ou até mesmo de uma máquina para a sua produção, mas, sim, de atender às necessidades básicas, como a compra de comida ou o pagamento das contas de água, luz e gás: eis o endividamento enquanto estratégia para o enfrentamento da crise econômica de reprodução da vida. E, por serem as mulheres as principais responsáveis pela administração do dia a dia das famílias, é justamente sobre elas que tem recaído esse endividamento para a subsistência (RODRIGUEZ, p. 11, 2020).

As rodas de conversa realizadas nesta pesquisa o argumento de Rodriguez (2020). Manaus é mais um caso em que se vê crescente endividamento de mulheres para suprir necessidades básicas da vida.

Considerações finais

A política da dívida, segundo Rodriguez (2020) vem sendo fundamental para a economia mundial, que acontece desde os anos 60, 70 principalmente nos países do Sul Global,. Esse instrumento da dívida foi criado como uma nova forma de colonização, uma nova forma de escravidão financeira (Gago, Cavaleiro 2020).

Em nossos encontros com mulheres endividadas em Manaus, realizados entre agosto e dezembro de 2023, emergiram reflexões e relatos que contribuíram para o diálogo acerca das formas de endividamento enfrentadas por elas. Grande parte das mulheres com quem conversamos chefia suas famílias, sendo responsáveis pelas compras mensais, pela administração do dinheiro e pelo pagamento das dívidas. É importante ressaltar que a maioria dessas mulheres é solteira, tem filhos e assume integralmente a responsabilidade pela manutenção de suas casas.

As mulheres de baixa renda em Manaus utilizam diversas estratégias para lidar com o endividamento e gerenciar suas finanças. Dentre as abordagens mais comuns, o acesso ao crédito se destaca. Muitas mulheres mencionam que o uso de aplicativos de bancos digitais e cartões de supermercado facilita a obtenção de crédito. Contudo, elas também alertam para o risco de cair em um ciclo de endividamento, uma vez que o crédito fácil pode se transformar em um peso financeiro.

Além disso, programas sociais como o Bolsa Família desempenham um papel crucial no complemento da renda familiar. Esses benefícios ajudam nas despesas diárias e nos pagamentos, mas, muitas vezes, o valor recebido não é suficiente para cobrir todas as necessidades financeiras

ou quitar as dívidas existentes. A renegociação de dívidas é outra estratégia adotada pelas mulheres, principalmente para tentar reduzir os débitos com empresas de serviços, como a Amazonas Energia. No entanto, elas relatam dificuldades em conseguir acordos justos e acessíveis, o que torna o processo de quitação das dívidas ainda mais desafiador.

Algumas mulheres também buscam alternativas para reduzir os custos e melhorar a gestão da renda familiar. Por exemplo, algumas optam por trocar o gás de cozinha por carvão ou lenha, outras aproveitam os recursos do Bolsa Família para investir em alternativas de economia doméstica, buscando formas de mitigar os gastos e aumentar a sustentabilidade financeira.

As redes de apoio, compostas por familiares, amigos e até agiotas, também têm um papel significativo na gestão financeira dessas mulheres embora essa rede informal de empréstimos, muitas vezes chamada de “dívida da dívida”, ofereça uma solução imediata em momentos de necessidade, ela também pode aprofundar o endividamento, criando um ciclo difícil de romper.

Apesar dessas estratégias, algumas mulheres de Manaus com as quais pude conversar enfrentam um contexto de desigualdade social e econômica que as coloca em uma posição de vulnerabilidade acentuada. A falta de empregos formais, os baixos salários, a precarização do trabalho e a sobrecarga da responsabilidade pelos cuidados familiares são fatores que dificultam o pagamento das dívidas e comprometem as finanças pessoais.

Por fim, as rodas de conversa com essas mulheres revelam que o endividamento não afeta apenas o aspecto financeiro, mas impacta também a saúde mental, as relações familiares e a vida cotidiana. A ansiedade, a depressão e as tensões familiares são consequências comuns desse ciclo de endividamento.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BASE DOS DADOS. Base dos Dados: plataforma pública de dados do Brasil. Disponível em: <https://basedosdados.org>. Acesso em: 18 set. 2025. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html>

<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/feirao/manaus/>

CAVALLERO, L.; GAGO, V. Una lectura feminista de la deuda: “vivas, libres y desendeudadas nos queremos”. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2019

COLLINS, Patricia Hill. “A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa”. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 8, n. 1, p. 11-44, 2022. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/viewFile/84497/45732>.

De Paula, T., Peñaloza, V., Vasconcelos, I. M. D. de, & Sousa, M. C. R. (2021). O “Mal-Estar” Da Dívida: Uma Representação Social Do Endividamento Para Consumidores De Baixa Renda. *Vivências*, 17(33), 121–138.

DEBERT, G.G.; FÉLIX, J. A financeirização da velhice e a convergência entre Estado e Mercado. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 111, 2024.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Trad. Paula de Siqueira Lopes. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 2005, 1990.

GAGO, Maria Veronica, ROIG, Alexandre. “Las finanzas y las cosas. Una etnografía del endeudamiento popular.” (2019).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Saúde. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 18 set. 2025.

INSTITUTO EQUÏT. O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres / Organizador Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global. – Rio de Janeiro, 2020. https://www.equit.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/06/O-sistema-financeiro_web.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

KYRILLOS, G.M. Interseccionalidade: proposta de um mapa teórico provisório. *Revista de Estudos Feministas*. V.32, n.2, 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

RODRIGUEZ, Graciela. Sobre o endividamento: as vozes das mulheres In. O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres / Organizador Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global. – Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020.

SERASA EXPERIAN. Feirão Serasa Limpa Nome em Manaus. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/feirao/manaus/>. Acesso em: 18 set. 2025.

VILLARREAL, Magdalena. “Antropología de la deuda”: Crédito, ahorro fiado y prestado en las finanzas cotidianas. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (2004).

ZELIZER, Viviana. O significado social do dinheiro: dinheiros especiais. A Nova Sociologia Económica. Lisboa: Celta, p. 125-165, 2003.

"Na época do meu pai, plantava tudo e colhia": endividamento e mudanças na paisagem do Centro-Norte do Tocantins¹

"In my father's time, all that was planted we sowed": indebtedness and changes in the landscape in the north-central Tocantins region

Maíra Vale²

Antonia Laudeci Oliveira Moraes (PPGCult-UFNT)³

Catarina Morawska (UFSCar)⁴

Valéria Santos (UFG)⁵

Dernival Ramos (PPGCult-UFNT)⁶

Sariza Caetano (PPGCult-UFNT)⁷

Jessica Sklair (QMUL)⁸

Resumo: O artigo aborda o endividamento em 7 comunidades camponesas ao redor da cidade de Araguaína, no Centro-Norte do Tocantins, e tem como base pesquisa estruturada em formato de extensão que contou com uma oficina sobre financeirização em março de 2024, durante a 5ª Feira Expositiva da Agricultura Familiar & Artesanatos das Mulheres Camponesas do Tocantins organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/ Araguaia-Tocantins), com a presença de 90 participantes, entre camponeses, lideranças indígenas e quilombolas, bem como entrevistas e

¹ A pesquisa que baseia esse artigo contou com o financiamento HSS Collaboration & Strategic Impact Fund da Queen Mary University of London (QMUL), do CNPq, por meio do Projeto Universal "Etnografias da dívida: rede de pesquisas sobre financeirização em perspectiva comparada" (Processo 421087/2023-4) e da CAPES, por meio do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - Pós-Doutorado Estratégico do Projeto "Território e cultura dos comuns" (Processo 88887.917945/2023-00).

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/Unicamp). Pesquisadora de pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFNT). Coordenadora institucional do Instituto Mulheres e Economia (imuê) e docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSCar). Email: vale.maira@gmail.com.

³ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFNT). Professora da SEDUC/PA. Email: laudinhaoliveira58@gmail.com.

⁴ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/ USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar). Email: morawska-vianna@ufscar.br.

⁵ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Regionais (PPGDire/UFT). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia pelo IESA/UFG e integrante do NEUZA/UFNT. Email: valeriapereira@discente.ufg.br.

⁶ Doutor em História pela Universidade de Brasília (PPGH/UnB). Pós-doutor em Estudos de Conservação e Desenvolvimento dos Trópicos (Universidade da Flórida). Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFNT). Email: dernival.junior@ufnt.edu.br.

⁷ Pós-doutora em Religião e Cultura Popular pelo GPMINA, Universidade Federal do Maranhão. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Unicamp). Professora no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFNT). Email: sariza.venancio@ufnt.edu.br.

⁸ Doutora em Antropologia (Goldsmiths, University of London). Professora na School of Business and Management, Queen Mary University of London. Email: j.sklair@qmul.ac.uk.

rodas de conversa sobre esse tema em 7 comunidades camponesas entre junho e julho de 2024. O objetivo do artigo é explorar como as mudanças na paisagem acarretadas pela agricultura industrial em larga escala têm resultado em uma série de dificuldades na manutenção das roças e na necessidade de recursos que são facilmente acessados por crédito consignado garantido pela aposentadoria rural e Bolsa Família. O que os relatos evidenciam é que o crescente endividamento em comunidades camponesas está diretamente associado ao contexto mais amplo de conflitos agrários e expansão do agronegócio na região.

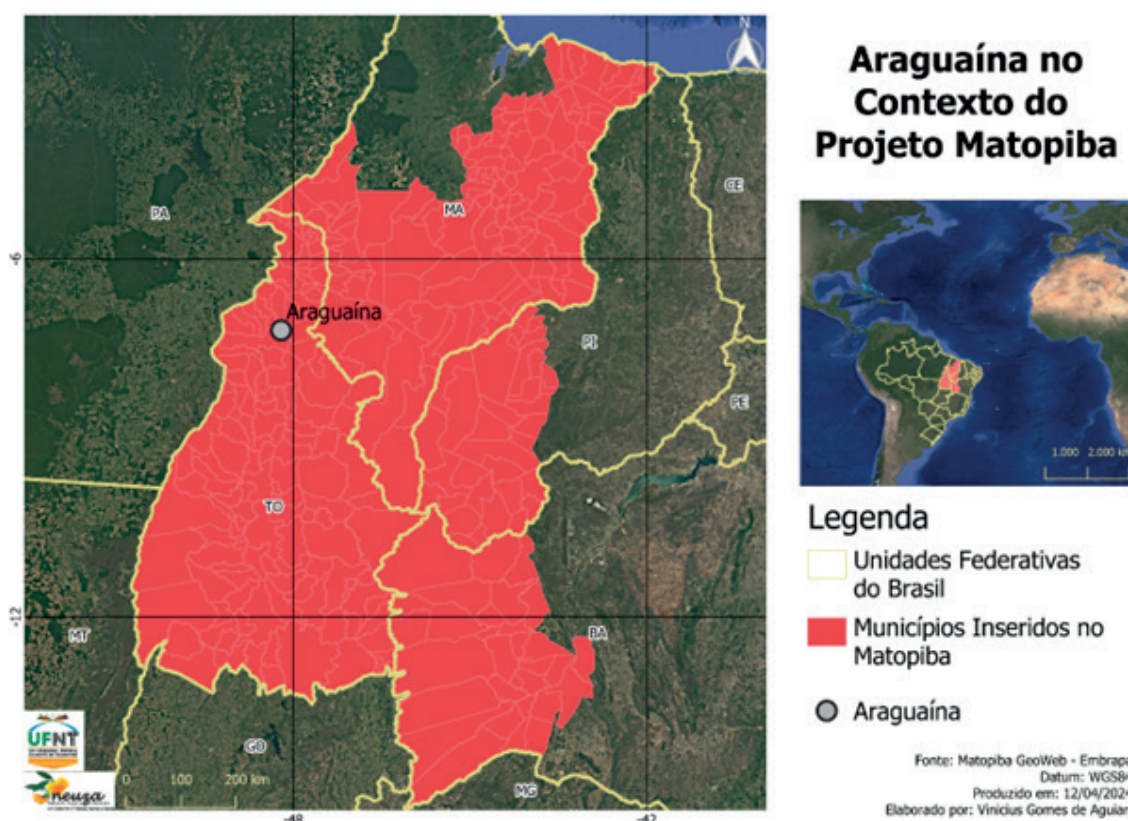
Palavras-chave: endividamento; comunidades camponesas; aposentadoria rural; financeirização.

Abstract: This paper deals with indebtedness in 7 peasant communities around the city of Araguaína, in north-central Tocantins, and is based on a collaborative research that included a workshop on financialization in March 2024, during the 5th Peasant Women of Tocantins Fair organized by the Pastoral Land Commission (CPT/Araguaia-Tocantins), attended by 90 participants, including peasants, indigenous and quilombola leaders, as well as interviews and roundtables on this topic in 7 peasant communities between June and July 2024. The aim of the article is to explore how the changes in the landscape brought about by large-scale industrial agriculture have resulted in a series of difficulties in maintaining the peasant production and the need for resources that are easily accessed through consigned credit guaranteed by rural pensions and Bolsa Família. What the narratives show is that the growing indebtedness of peasant communities is directly associated with the broader context of agrarian conflicts and the expansion of agribusiness in the region.

Keywords: indebtedness; peasant communities; rural retirement; financialization.

Introdução

O Centro-Norte do Tocantins é desde a década de 1960 uma região disputada entre, de um lado, o Estado e agentes privados, e de outro, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de coco e camponesas tradicionais, algumas delas secularmente territorializadas na região. Tais disputas se acirraram, de modo especial, a partir de 2014, com a delimitação territorial do MATOPIBA, acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e o plano de desenvolvimento econômico promovido para a região pelo governo federal em parceria com o setor empresarial da agroindústria e agropecuária (Miranda, Magalhães, Carvalho, 2014; Brasil, 2015). Trata-se de projeto que, ao mesmo tempo que estimula a expansão do agronegócio, tem conferido contexto institucional ao aumento do desmatamento, grilagem de terra e violências contra as condições e modos de vida dessas comunidades.



Entre os mecanismos que têm respaldado o projeto de desenvolvimento do MATOPIBA podemos destacar a crescente financeirização do agronegócio (Perin, 2025), bem como a financeirização da terra e do trabalho na região de expansão da fronteira agrícola (Cunha, 2025). Em geral, a literatura que aborda o tema das transformações da economia global aponta para o fortalecimento da articulação entre os processos de globalização, neoliberalismo e financeirização desde o final da década de 1970 (Crotty, 2005; Epstein, 2005; Muellerleile; French, 2022). Este último processo mais recente, o da financeirização, é entendido como a influência cada vez maior de instrumentos, instituições, mercados e atores financeiros sobre a economia (Epstein, 2005) e a mudança de uma ênfase na produção e no comércio para a especulação financeira (Krippner, 2005).

No caso do agronegócio, Vanessa Perin (2025) aborda esse processo ao observar a relação de corporações transnacionais do agronegócio com grandes bancos, fundos de investimentos,

gestoras de ativos, bolsas de valores. Além do aumento de uma estrutura corporativa muitas vezes fragmentada em proprietários e acionistas, a autora aponta para o fato de que cada vez mais o poder de decisão e a gestão dos negócios são dados aos acionistas de empresas que operam em diferentes segmentos da cadeia do agronegócio, por vezes orientados por lógicas não necessariamente conectadas à prática agrícola (Perin, 2025).

A agricultura industrial no Centro-Norte do Tocantins vem acompanhando esse processo de financeirização, ainda que sua expansão tenha historicamente se pautado por métodos de expropriação da terra que incluíam a mercantilização de bens vitais e cercamentos dos territórios. A conhecida prática de grilagem de terras, por exemplo, era marcada pela aliança entre o poder local e fazendeiros que buscavam se apropriar de áreas comunitárias, e eliminar um modo de vida pensado a partir do comum como princípio político (Dardot; Laval, 2017; Ramos Júnior; Santos, 2023). O que se vê no processo de financeirização do agronegócio, portanto, é que a mercantilização dos comuns se soma ao processo de “assetização” da agricultura brasileira (Perin, 2025; Perin; Morawska, no prelo), isto é, à crescente presença de instrumentos financeiros ligados a cadeias do agronegócio. Este é o caso de seguros, títulos de crédito agrícola, debêntures, contratos futuros de *commodities*, fundos de *equity*, e tantos outros produtos de difícil compreensão para os não especialistas do mercado financeiro. Trata-se de um fenômeno que vem crescendo ao longo das últimas décadas, potencializado pela crescente presença do mercado financeiro no cotidiano e sua influência política em países de Norte a Sul do globo, e que impacta diretamente no acesso do agronegócio a créditos e recursos.

Estudos recentes têm mostrado que, além do domínio sobre os mercados produtivos, esse processo também tem se expandido para aspectos da vida cotidiana, impactando diretamente a saúde, educação e bens vitais (Bayliss *et al.*, 2019). Isso se vê, por exemplo, no crescente endividamento de boa parte da população brasileira. De acordo com a Confederação Nacional do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em agosto de 2024 um total de 78% das famílias no país estavam endividadas (CNC, 2024). Dos 5,43 milhões de agricultores familiares no Brasil, 1,35 milhão estão endividados (33% do total) (MDA, 2025). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: “das famílias que possuem dívidas, 70% estão com restrições nos bancos e 30% com restrições nos serviços de proteção ao crédito. Em relação às instituições de crédito, 69% dos débitos dos agricultores familiares têm valor inferior a R\$ 10 mil. Entre as pessoas com restrição de crédito, 47% têm dívidas de até R\$ 1 mil” (MDA, 2025). Tal situação aponta para o que Langley (2020) denominou “financeirização da vida”, vista dentro mesmo de comunidades em luta por terra e território, o que levou o governo brasileiro a lançar em fevereiro de 2025 o programa Desenrola Rural (Decreto 12381/2025) para a renegociação de dívidas para agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Este artigo, assim, propõe refletir sobre o endividamento de camponeses em sete comunidades ao redor da cidade de Araguaína, no Centro-Norte do Tocantins. O que se pretende explorar aqui é como o endividamento que vem atingindo diretamente o cotidiano de comunidades rurais tem sido agravado pelos impactos negativos do avanço do agronegócio no Centro-Norte do Tocantins. Como se pretende mostrar, as mudanças na paisagem acarretadas pela agricultura industrial em larga escala têm resultado em uma série de dificuldades na manutenção das roças e na necessidade de recursos que são facilmente acessados por crédito consignado garantido pela aposentadoria rural e Bolsa Família. O que os relatos das comunidades rurais evidenciam é que o crescente endividamento de camponeses está diretamente associado ao contexto mais amplo de conflitos agrários e expansão do agronegócio na região.

Esse argumento será explorado em três partes. Na primeira, será apresentada a metodologia de pesquisa na qual o artigo se embasa, enfatizando a importância de uma pesquisa estruturada

em formato de extensão para fomentar entre comunidades camponesas debates em torno do tema da financeirização. Na segunda parte, serão abordadas as mudanças na paisagem decorrentes do avanço do agronegócio no Centro-Norte do Tocantins, vivenciado no contexto rural na figura dos fazendeiros, referidos pelos agricultores camponeses como “*os grandes*”. O que a experiência das comunidades camponesas revela é que o avanço dos *grandes* vem provocando uma série de dificuldades na manutenção das roças da região. Na terceira parte, o foco é o processo de endividamento das famílias camponesas. O objetivo é apontar como as dificuldades com os quintais produtivos resultam na necessidade de crédito para investir nas instalações e produção camponesas, acessado mais facilmente por meio de crédito consignado garantido pela aposentadoria rural e Bolsa Família do que pelos programas do governo de crédito subsidiado. Por fim, nas considerações finais, retomamos o argumento principal do artigo, reiterando que o crescente endividamento em comunidades camponesas está diretamente associado ao contexto mais amplo de conflitos agrários e expansão do agronegócio na região.

Metodologia da pesquisa

O presente artigo tem como base pesquisa estruturada em formato de extensão que contou com dois momentos. O primeiro foi a oficina “Financeirização do capital, endividamento e luta pela terra”, realizada em março de 2024 durante a 5ª Feira Expositiva da Agricultura Familiar & Artesanatos das Mulheres Camponesas do Tocantins organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/ Araguaia-Tocantins), com a presença de 90 participantes, entre camponeses, lideranças indígenas e quilombolas.⁹ A partir do debate feito na ocasião, foi possível mapear as diferentes

⁹ O evento foi organizado pela Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira, iniciativa fruto do trabalho de formação e apoio às mulheres do campo em situação de violências desenvolvido pelas agentes pastorais da CPT Regional Araguaia-Tocantins desde 2013. A Rede conta ainda com a parceria de professoras do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas da Universidade Federal do Norte do Tocantins (NEUZA/UFNT), tendo organizado 5 Feiras Expositivas da Agricultura Familiar & Artesanatos das Mulheres Camponesas do Tocantins desde 2019 (Santos; Moraes; Neves; Venâncio, 2021).

formas de crédito acessadas pelos trabalhadores rurais daquela região, tais como empréstimos consignados garantidos por aposentadorias oferecidos por bancos e financeiras (como a Sicred), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) via Banco da Amazônia S.A. (BASA), cartão de crédito, crediário, carnês de lojas (farmácia, comércio), além de outras formas de crédito informal como empréstimos familiares e agiotagem.

Em seguida, foram selecionadas sete comunidades próximas aos municípios de Araguaína, Nova Olinda, Barra do Ouro, Filadélfia e Ananás, que participaram da feira das mulheres agricultoras em março. Os critérios de seleção foram elaborados de acordo com as diferentes situações fundiárias das comunidades, incluindo ocupações e projetos de assentamento consolidados, grupos que tenham demonstrado interesse no tema e dúvidas sobre empréstimos, principalmente com relação ao PRONAF, e participantes de programas estaduais e municipais de alimentação escolar. Entre junho e julho de 2024 foram gravadas entrevistas com 7 mulheres e homens que participaram da feira e 4 rodas de conversa com 19 mulheres, todas realizadas nas suas próprias comunidades. As conversas não apenas recuperavam as discussões feitas na oficina em março daquele ano, como também aprofundavam aspectos da sua relação com bancos e o acesso a crédito. Além disso, abordavam os impactos do avanço do agronegócio nos últimos anos na terra e nos modos tradicionais de cultivar, já que a região é a atual fronteira de expansão da plantação de soja no Brasil.¹⁰

O que o debate realizado com camponesas e camponeses revelou foi a coexistência de preocupações típicas da produção agrícola em pequena escala, atualmente sob ameaça da pressão da agricultura industrial, e preocupações ligadas aos efeitos da expansão do acesso a linhas de crédito pessoal em contextos rurais. Tal processo de financeirização é tomado aqui como a “expansão

¹⁰ Os nomes tanto das pessoas entrevistadas quanto dos assentamentos e ocupações, aqui também referidos como comunidades camponesas, serão anonimizados neste artigo para garantir a proteção de dados pessoais relacionados a questões bancárias e previdenciárias, bem como por questões de segurança em relação aos conflitos agrários.

e crescente influência das finanças e, especificamente, o aumento da vinculação, tradução e interações entre um modo financeiro de apreender o mundo e outros domínios sociais” (Bear; Ho; Tsing; Yanagisako, 2015, tradução nossa). Tal distinção entre um modo financeiro de apreender o mundo e outros domínios sociais é o ponto de partida para esta reflexão, que se propõe a evidenciar os efeitos da financeirização entre comunidades camponesas no Centro-Norte do Tocantins.

O debate em conjunto com camponesas e camponeses explicitou um conhecimento e um modo de vida pautados por uma lógica distinta daquela que se faz ver cada vez mais presente com a expansão do agronegócio financeirizado. Tal abordagem analítica permite levar adiante a proposta político-acadêmica de Julie Graham e Katherine Gibson (2006) de revelar diferentes paisagens econômicas para que se possa nutrir a imaginação sobre espaços alternativos e abrir a possibilidade de desafiar desigualdades estruturais. Embora o foco da reflexão aqui feita não seja explorar formas econômicas alternativas ao processo de financeirização, a metodologia adotada nesta pesquisa reforça o potencial de se associar atividades de extensão com pesquisa. Este foi o caso da realização de uma oficina sobre financeirização durante uma tradicional feira de mulheres camponesas seguida de entrevistas que permitiram aprofundar reflexões sobre a conexão entre o endividamento familiar e o avanço do agronegócio no Centro-Norte do Tocantins. Tal formato permite ainda que se fomente o debate coletivo sobre questões vividas pelas camponesas individualmente, como é o caso do endividamento pessoal, cujas causas são estruturais a um processo de financeirização em larga escala.

Impactos do agronegócio e mudanças da paisagem no centro-norte do Tocantins

Do ponto de vista das comunidades camponesas da região do Centro-Norte do Tocantins, pouco se sabe sobre os mecanismos do setor financeiro que permitem o acesso dos *grandes* ao capital necessário para a expansão de suas monoculturas. Contudo, os efeitos dessa aliança entre

setor financeiro e agronegócio são percebidos pelos camponeses na transformação da paisagem e, frequentemente, nos conflitos em torno da terra que, nas palavras de Josiel Santos (2024), “desassossegam” as comunidades.

Em uma delas, bem próxima à cidade de Araguaína, cada vez mais se veem pessoas circulando com caminhonetes caras, como a Toyota Hilux. Pela proximidade com o centro urbano, moradores da cidade têm ocupado a área da comunidade para colocar gado, desmatar grandes extensões e fazer pasto. Para tanto, elas paulatinamente vão ocupando lotes antes destinados à Reforma Agrária, que acabam aglutinados e “transformados em um mini-latifúndio”, como disse uma agente pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT/ Araguaia-Tocantins). Naquela comunidade o número de famílias havia sido reduzido e circulavam notícias de que havia um médico com 5 lotes, e um dono de loja de material de construção com 3 ou 4 lotes. A notícia que corre é que esses novos ocupantes fazem acordos com o grupo econômico que reivindica a propriedade da terra, em conflito há anos com os camponeses. Essa dinâmica indica ocupações antigas que aos poucos vão deixando de ter o perfil de Reforma Agrária, dificultando a implementação do projeto de assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Além disso, era frequente nas 7 comunidades visitadas escutar relatos sobre as muitas mudanças na paisagem: desmatamentos que atingem cabeceiras de rio, plantações que secam córregos que nunca antes haviam secado, venda de lotes em assentamentos, ocupações das reservas obrigatórias dos assentamentos, excesso de caaitu, cotia e outros bichos que, por falta de comida ao redor, têm cada vez mais recorrido às roças e quintais produtivos para se alimentar.

“Na época do meu pai”, nos contou dona Sara, “plantava de tudo e colhia, não tinha praga”. Hoje, ela continuou, pode até plantar arroz, a terra dá, mas não se consegue colher porque os pássaros comem, “os bichos não têm mata hoje, não têm o que comer, (...) arroz, então, não adianta, os bichos não deixam”. Na sua roça vimos vários pés de mandioca “fuçados” por cotias, cavados

em volta do caule para comer a raiz.¹¹ Em outra comunidade, escutamos que em 2024 só se plantou arroz para não perder a semente, já que não se conseguia mais colher.

Dona Ângela lembrou que as fazendas de soja ao redor de seu assentamento estão “em cima”, e na época da chuva, quando a água vem, ela corre toda para baixo, cheia de veneno. Dona Margarida, moradora de uma comunidade cortada pela ferrovia Norte-Sul, tinha recentemente perdido 8 cabeças de gado vitimados na linha do trem. O trem “só serve para matar a criação dos outros”, e “ninguém paga esse prejuízo”. Segundo ela, o trem matava mais do que onça e não havia como pará-lo: “tem nem prego para fazer furo no pneu”. O trem passa naquela região há mais de 10 anos: “a buzina é doída de madrugada”. Para se viver ali, é preciso se acostumar com o apito alto do trem, principalmente se há algum movimento de animais na ferrovia, quando ele apita sem parar: “quando tem uma coisa na pista, faz panpanpan”.¹²

Não há, contudo, quem se responsabilize pelas perdas e prejuízos dos camponeses. A Empresa VLI Multimodal S.A., que administra o trecho de Açailândia-MA à Porto Nacional-TO por onde passa a produção *dos grandes*, levando soja e trazendo milho, não cuida da manutenção da cerca que deveria impedir que a criação camponesa cruze a linha do trem. É no barulho doído e na matança do gado que também se veem os efeitos da expansão do agronegócio, em especial da soja. Já em 2011, a ferrovia Norte-Sul em Colinas, no porto seco de Palmeirante, transportava um imenso volume da produção *dos grandes*:¹³

em Colinas, em franca atividade, para se chegar ao transporte mensal das 50 mil toneladas, uma sofisticada operação logística é colocada em prática. Para tanto, pelo menos 100 bi-caminhões com quase 40 toneladas de soja cada despejam o

¹¹ Entrevista concedida a autora e autora em 14 jun. 2024.

¹² Conversa informal com autora e autora em 26 jun. 2024.

¹³ Em uma notícia de 23 de maio de 2011 da Secretaria de Comunicação do Tocantins, intitulada “Ferrovia Norte Sul em Colinas já carrega 50 mil toneladas mês”, lê-se que o governador se reuniu com representantes das “empresas vencedoras da licitação dos lotes das área do pátio de transbordo que fica a 25 quilômetros do centro de Palmas. Participaram Nova Agri, Norship, Cosan, Petrobrás Distribuidora, Vale e Bunge Alimentos, além de representantes da Valec” (Raposo, 2011, s/p).

produto, três vezes por semana, no silo de seis mil toneladas do pátio ferroviário de Colinas, a 300 quilômetros de Palmas (Raposo, 2011, s/p).

Não apenas as monoculturas de soja que dominam a região, mas também as de eucalipto, produzem efeitos diretos na terra e na produção camponesa. Edna, de uma ocupação nos arredores de Filadélfia, relatou a mudança que sentiu com a chegada do eucalipto: “eu senti na água! No corguinho lá em casa que ele nunca, nunca tinha secado. E quando começaram a plantar esses eucaliptos aí, eu já cheguei lá no poço mesmo, que meu esposo abriu, que hoje é uma barragenzinha, eu já cheguei rastelar e acender fogo lá. Aí quando ele secou uns dois anos, ele pegou e abriu ele mais pra ver se ele não secava, aí foi que ele não secou mais. Aí ele não secou mais, mas ele secou quando começaram a plantar esses eucaliptos”.¹⁴

Nas conversas com camponesas e camponeses, o aumento do número de caititus, periquitos e macacos, identificados como “pragas” nas roças e quintais, também é associado à expansão das extensas áreas de monocultura, ao desmatamento cada vez maior e à consequente diminuição de roças camponesas na região. Como explica Edna sobre a escassez que leva os animais a buscarem alimentos nas poucas roças que sobram: “eles não estão diminuindo não, só aumentando. Eu acho que é porque mais atrás, muita gente plantava, né e hoje, é pouca gente que mexe com roça. Mais é com soja, é com eucalipto, né? Aí não tem o que os bichinhos comerem, aí não tem com o que eles dividirem. Então como é pouca gente que planta, aí eles vão atacar nas roças que tem. Aonde tem”. Nessa mesma conversa, Jéssica também lamentava pela falta de área preservada para que os bichos possam se alimentar: “é, fica mais pouco, minha irmã. Fica mais pouco os bichos, porque eles dividem. Vai pra roça de um, vai pra roça de outro, fica mais fácil. Agora com de um, dois, três só... que planta, ô minha irmã, é praga demais dos bichos”.¹⁵

¹⁴ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

¹⁵ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

O ambiente homogêneo das fazendas monocultoras, controlado por venenos, e o desmatamento são apontados como responsáveis por transformar os animais da região em pragas nas áreas camponesas que conservam o ambiente. Como Dona Sara falou do tempo de seus pais, Dona Ângela, em outra comunidade, lembrava como sua mãe fazia adubo com as cinzas da roça queimada e colhia tudo que plantava: “Agora, tipo assim, eu acredito que naquele tempo tinha muita agoniação das aves, só que não era tanto igual hoje. Por quê? Porque naquele tempo tinha mato, tinha fruta pros bichos entreter, comendo, entendeu? E hoje não tem. Aí onde tem os bichinhos vai. Entendeu? Tudo obra de quem? Do homem! No desmatamento, nas coisas, porque prejudica tudo, prejudica os bichos, prejudica os mais pequenos, prejudica todo mundo, mulher”.¹⁶

Trata-se de um cenário em que as comunidades camponesas sentem-se cada vez mais ilhadas, acuadas, expulsas, desapropriadas de sua terra e, muitas vezes, consideradas intrusas em seus próprios territórios. Os pequenos agricultores que resistem têm a sua produção ameaçada pela deriva de agrotóxicos e pelos animais famintos que procuram algum alimento em meio a tanta monocultura, como nos ensina Edna: “se todo mundo aqui na região plantar, a praga é mais pouca. Mas se for um, dois que plantar, se os outros não plantar, não adianta não, minha irmã”.¹⁷ Os efeitos da expansão do agronegócio tornam-se nítidos nas mudanças da paisagem no Centro-Norte do Tocantins e nos efeitos nocivos às produções camponesas, diminuindo a fartura de antigamente. Mas essa não é a única fonte de preocupação dos camponeses e camponesas, que cada vez mais se veem às voltas com a presença de bancos e financeiras lhes oferecendo crédito. Como se verá adiante, o endividamento disseminado nas comunidades está associado à necessidade de incremento da renda familiar, recursos para benfeitorias em suas terras e acesso a créditos que lhes permita impulsionar as roças e criações da qual dependem para manutenção das

¹⁶ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 04 jul. 2024.

¹⁷ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

suas relações de vida e trabalho.

Empréstimos e aposentadoria rural

Em pesquisa recente sobre uma unidade familiar na zona rural de Darcinópolis, no Norte do Tocantins, Dernival Ramos Júnior e Harley Silva (2022) enfatizam práticas econômicas não direcionadas apenas ao mercado e que são fundadas em relações de domesticidade e reciprocidade (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 22). Os quintais produtivos no Norte do Tocantins e a economia camponesa são exemplos de tais práticas econômicas. Caracterizados por uma orientação para a diversidade como recurso, eles são espaços de construção e materialização da memória de vínculos afetivos, sociais e de parentesco e laços de reciprocidade. Plantados em volta da casa ocupada pela família, os quintais são cultivados como reserva de biodiversidade socialmente reconstruída e parte do aparato de reprodução social da unidade familiar. Tendo a diversidade como recurso,

nesses sistemas, a diversidade de espécies e ciclos de vida dos indivíduos cria uma composição de ciclos reprodutivos variados e sazonais. Essa variedade produz uma estrutura temporal de produção, consumo e eventualmente comercialização, distribuídos ao longo do ano e não concentrados em regimes de safra e entressafra, como é o caso dos sistemas especializados (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 22).

Nos quintais vê-se nitidamente a diferença entre um modo de apreender o mundo que marca o agronegócio e um domínio social marcado por relações de ajuda mútua com parentes e amigos na limpeza de terreno, na colheita da macaxeira e mandioca, na construção de estruturas físicas como casas de farinha, currais e moradia. Trata-se de um esforço coletivo em situações em que as famílias não possuem recursos financeiros para contratar trabalho remunerado (Ramos Júnior; Silva, 2022).

Contudo, ainda que coletivamente operando a partir de uma lógica distinta daquela do mercado, o que se percebe com a ampliação do acesso à aposentadoria rural é o crescente

enredamento de camponeses no setor financeiro, como clientes de linhas de crédito pessoal. Kaizô Beltrão, Francisco Oliveira e Sonoê Pinheiro (2000, p. 19) mostram como, a partir da Constituição de 1988, a previdência rural culminou na “crescente importância econômica do idoso no grupo familiar de baixa renda, fruto não só dos processos de envelhecimento demográfico mas também das melhorias nas condições de elegibilidade e valor dos benefícios”. Ao mesmo tempo em que as aposentadorias rurais figuravam como um importante incremento de renda familiar, a partir dos anos 2000 elas abriram a possibilidade de acesso a linhas de crédito consignado oferecidos a pensionistas, em um processo que Lena Lavinas e Denise Gentil (2018) identificam como de financeirização das políticas sociais. Como lembra Mariana Chaise (2024) a política do crédito consignado para a expansão do consumo foi pouco contestada, tendo perdurado em governos de todas as tendências políticas.

O endividamento relacionado à aposentadoria rural muitas vezes começa já na relação com intermediários que se oferecem para dar entrada no processo de aquisição deste benefício junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao longo das conversas com camponesas e camponeses em 7 comunidades no Centro-Norte do Tocantins, escutamos diversos casos de dívidas associadas a profissionais, sobretudo advogados, que foram às casas das pessoas oferecendo o serviço de solicitação da aposentadoria.

Dona Neide nos relatou durante os debates na oficina que havia sofrido um golpe de advogados para conseguir a sua aposentadoria rural e mostrou os boletos que ainda precisava pagar. Quando visitamos sua comunidade, ela detalhou a situação que vinha lhe causando muita revolta. Era julho de 2024 e ainda faltavam 8 parcelas a serem pagas, a primeira havia sido paga em janeiro daquele ano. Quando saiu a sua aposentadoria e o valor retroativo de R\$ 21.000,00 a que tinha direito entrou em sua conta, ela sacou em dinheiro vivo e entregou para os advogados R\$ 5.000,00 em um dia e R\$ 11.000,00 no dia subsequente. Além desse valor, ela ainda tinha

os 14 boletos entregues pelos advogados que deveriam ser pagos mensalmente no valor de R\$ 706,00 (totalizando R\$ 9.178,00). Dona Neide contou que todo mês ela vai a Araguaína, saca a sua aposentadoria no Banco Itaú e paga o boleto na lotérica, já que se atrasar, paga multa. Disse ainda que quando vieram fazer a proposta, apresentaram vários papéis, 10 folhas, que ela assinou, mas não ficou com nenhuma cópia. Foram na sua casa três vezes e a aposentadoria saiu 2 anos depois. A ausência da cópia do contrato assinado lhe dava a sensação de que havia caído em um golpe, do qual não sabia como sair, a não ser por meio da quitação da dívida.¹⁸

Havia muitos relatos como esse de empréstimos contratados com a finalidade de pagar advogados. Nessa mesma conversa, Dona Eunice contou que seu marido também havia feito um empréstimo consignado na aposentadoria para pagar o advogado e quitar um empréstimo que tinha feito dentro da comunidade. Já Dona Ângela lembrou depois que seu marido fez um empréstimo pela Crefisa quando se aposentou para pagar a advogada e ainda paga todo mês. Segundo ela, “tem um chão ainda para terminar” de pagar.¹⁹

Em outra comunidade, Dona Carolina pagou R\$ 7.000,00 pelo processo de aposentadoria rural, que foi quase todo o valor que recebeu do retroativo (R\$ 7.144,00). No caso dela, não houve pagamento de mais nenhum valor parcelado, embora o advogado, filho de um amigo de sua família, tenha sugerido isso. Já o seu marido se aposentou com outro advogado da cidade mais próxima que visitou a comunidade. O trabalhador rural pagou metade do retroativo (R\$ 4.700,00) e um ano de parcelas no valor da metade de seu benefício (R\$ 706,00). Segundo ela, quando ele terminar de pagar o advogado, pretende pegar um empréstimo consignado com sua aposentadoria, ao contrário dela própria, que não pegou consignado com a aposentadoria, só com o Bolsa Família.

¹⁸ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 04 jul. 2024. Dona Neide faleceu em outubro de 2025, lamentamos muitíssimo a sua perda precoce e dedicamos esse artigo ao seu jeito único de conversar e receber em seu quintal produtivo tão diverso.

¹⁹ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

Nem todas as comunidades recebem visitas de advogados ou financeiras, mas muitas recebem. Quase todas relataram propostas de consignado no Bolsa Família, propostas de empréstimo assim que recebem sua aposentadoria e ligações oferecendo empréstimos e cartão de crédito. Dona Sebastiana disse que pegou 3 empréstimos consignados em sua aposentadoria rural, 2 no Banco Itaú e 1 na Caixa Econômica Federal, e guarda uma pasta com documentos relacionados a isso. Ela se aposentou em 2020 e os empréstimos foram feitos com o objetivo de arrumar a represa em seu lote para criação de peixe, “puxar a energia” e comprar material de construção para sua casa de alvenaria na chácara onde mora em uma casa de chão batido, madeira e telhado de palha. Afirmou que ela mesma foi atrás dos empréstimos em Colinas. Foi aposentada com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e não teve problemas com esse processo.

Na pasta havia uma proposta de empréstimo para a sua conta no Bradesco, de 2021. O empréstimo seria de R\$ 4.136,92 a ser pago em 84 parcelas (7 anos) de R\$ 97,45. Não foi informada de que, ao final, pagaria um valor total de R\$ 8.185,08 e que a taxa de juros era de 23,87% ao ano, e que terminaria pagando quase o dobro do que pegara emprestado. Havia ainda um outro documento, também do Bradesco, para uma Autorização de Reserva de Margem Consignável no Cartão de Crédito. O documento apresentava a lei do consignado (10.820/2003) e datava de 29/11/2021. A proposta era reservar 5% da margem consignável para quitação de despesas contraídas por meio de cartão de crédito. Apresentava também uma autorização para antecipação de saque do cartão de Crédito Consignado – Pessoa Física. O saque seria de R\$ 1.100,00, a ser pago em 48 parcelas (4 anos) de R\$ 43,27, totalizando R\$ 2.076,96.

Havia ainda um outro papel do Banco Itaú Consignado S.A. de 12/07/2021. Ali o valor do empréstimo seria de R\$ 15.488,93, a ser pago em 84 parcelas (7 anos) de R\$ 384,90. O vencimento da primeira parcela seria em janeiro de 2022 e a última em dezembro de 2028. Havia a informação do total a ser pago, R\$ 32.331,60, e os juros de 1,8% ao mês. A financeira parceira do Banco Itaú

nessa transação era a Bevcred Informações Cadastrais LTDA e foi apresentada a ela por uma conhecida. O primeiro documento da proposta datava de 06/07/2021.

Dona Sebastiana disse que tinha pegado o empréstimo para a construção da casa, mas não sabia informar qual daqueles documentos se tratava do que havia ou não contraído. Disse também que havia um valor que estava sendo descontado de sua aposentadoria que não sabia a que se referia. Nota-se o problema da falta de transparência dos bancos em relação aos produtos que ofertam, criando frequentemente a sensação entre seus clientes de que não lhes foi repassada a informação sobre os juros e as formas de pagamento.²⁰

Já Dona Marli fez um empréstimo em setembro de 2023, um consignado na aposentadoria rural. Ela foi atrás do banco para pegar um empréstimo e colocar placas solares em seu lote. Foi um empréstimo de 5 anos, 60 parcelas de R\$ 289,00 ou R\$ 282,00, ela não lembrava o valor ao certo. Não informaram o valor total a ser pago ao final e disseram que ela poderia abater as parcelas finais com o 13º. Fez o processo de aposentadoria com o advogado de sua filha, que cobrou R\$ 3.500,00 e fez um acordo com o juiz para que a aposentadoria saísse logo sem receber o retroativo.²¹

Tanto na discussão da oficina quanto nas visitas a comunidades, a necessidade de crédito para melhorar a produção familiar foi diversas vezes mencionada. Na conversa feita no lote de sua casa, Dona Ângela enfatizou que com a terra do jeito que estava, difícil de cultivar, era necessário um trator para preparar o terreno para o plantio.²² Em outra comunidade, as mulheres da roda de conversa também demonstraram interesse no acesso a créditos, afirmando que sem eles vão se virando, “formando um pedaço de terra aqui, fazendo uma roça no toco mesmo, porque... cadê o crédito para você pelo menos botar um trator? Ou você faz um empréstimo para trabalhar dentro ou você não tem, né. Então, assim, é complicado. E a prefeitura ajuda muito, né, porque a prefeitura

²⁰ Entrevista concedida a autora e autora em 26 jun. 2024.

²¹ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 09 jul. 2024.

²² Roda de conversa conduzida por autora e autora em 04 jul. 2024.

entra com o maquinário e a gente entra, pelo menos com o óleo pra tá ajudando, né. Aí, assim, a gente consegue formar um alqueire, um alqueire e meio por ano, entendeu? Então, é difícil. Ou você faz uma represa e cria um peixinho pra vender ou pro próprio consumo, né, faz uma roça”.²³

Por outro lado, questionamentos e reclamações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também apareciam.²⁴ Se o crédito consignado, pensado como uma linha de crédito pessoal, causava o endividamento e a agonia de ter a pensão reduzida para pagamento das dívidas, muitas vezes acabava por ser a maneira mais fácil de se conseguir crédito para viabilizar as roças e criações em comparação com subsídios do governo. As linhas de fomento para a agricultura familiar, que é o caso do Pronaf, exigem procedimentos burocráticos e expertise técnica pouco acessíveis a trabalhadoras e trabalhadores rurais.²⁵

A maioria das comunidades com as quais trabalhamos se enquadram na linha conhecida como Pronaf A, que oferece tipos de crédito (custeio, investimento e industrialização) destinados ao Grupo A, para comunidades assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, pescadores etc. Essa linha de crédito possui menos exigências por se tratar de grupos especiais. Ela não exige, por exemplo, um fiador, já que não é preciso apresentar alguém para dar segurança ao banco uma

²³ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 12 jul. 2024.

²⁴ A página oficial do governo descreve o programa da seguinte maneira: “De acordo com o Decreto nº 3.991/2001, o Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. O programa apoia as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo e disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares” (Brasil, 2024).

²⁵ O Pronaf é uma linha de crédito específica para a agricultura familiar dividida em tipos distintos de crédito rural (custeio, investimento e industrialização) e linhas de crédito (PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Mais Alimentos, PRONAF Produtivo Orientado, PRONAF Agroecologia etc.). Este fomento é direcionado a diferentes grupos de Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, divididos por sua vez em A, A/C, B e V (Conexsus, 2024). O grupo A é composto por: Assentadas pelo PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária); Beneficiárias do PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário); Beneficiárias do PCRF (Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária); Indígenas que residem e trabalham em terras declaradas pela Funai; Quilombolas que residem e trabalham em quilombo certificado pela Fundação Palmares (Conexsus, 2024). O grupo A/C é o grupo A que já contratou o crédito; o grupo B são famílias com renda anual de até R\$50.000,00 que não contratem mão de obra permanente; e o grupo V são famílias que não se enquadram em nenhum dos outros grupos (Conexsus, 2024).

vez que o risco é assumido pelo governo, que subsidia em torno de 40% desses financiamentos. Se o assentado quitar o crédito em dia, tiver com os filhos na escola e fizer a preservação do meio ambiente, terá uma série de descontos.

Apesar de ter sido fruto da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o Pronaf ainda requer uma série de burocracias e conhecimentos técnicos que o tornam pouco acessível. São constantes os pedidos de ajuda ou informação para poder acessá-lo. Para conseguir o crédito é preciso ter o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), que identifica e qualifica a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA (Conexsus, 2024). Além do CAF, emitido por uma Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural²⁶ ou pelo sindicato, é preciso também apresentar um projeto de viabilidade com cronograma de execução e cronograma de pagamento. Uma vez aprovado, o recurso não é repassado todo de uma vez, mas por investimento: se fez uma roça, tem que aguardar um período para receber a segunda parcela e uma carência.

O Pronaf é um financiamento individual, recebido no CPF de cada trabalhador, mas a associação dos assentamentos funciona como agente mobilizador da comunidade que faz a ponte entre os trabalhadores, a assistência técnica e o banco. O Pronaf Fomento é a primeira linha a ser acessada pelas unidades de agricultura familiar, usado para instalações iniciais, e vem para a conta da associação. É importante perceber que há uma diferença entre apoio do governo (recursos subsidiados a fundo perdido ou benefícios sociais) e as linhas de crédito como financiamento, que ainda que sejam subsidiadas, exigem o pagamento em dia, acarretando multas e juros caso isso não seja feito. Essa confusão é também comum entre comunidades camponesas.

As mulheres que estavam presentes em uma das rodas de conversa, por exemplo, relataram um problema relacionado ao Pronaf Fomento, que foi recebido pela associação de sua comunidade

²⁶ No caso do estado em questão, trata-se do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins.

através do Banco do Brasil. Um total de 135 famílias foram beneficiadas e 48 famílias não receberam. Algumas famílias receberam apenas a primeira parcela. O crédito foi repassado em duas parcelas de R\$ 2.500,00 e R\$ 2.800,00. Pagaram uma primeira vez R\$220,00 e era para terem feito um segundo pagamento de R\$ 280,00, mas com a pandemia, o boleto não chegou e várias famílias estão com uma dívida de R\$ 4.000,00. Disseram que viram essa dívida apenas ao entrar no sistema do INCRA, em uma Lan House na cidade mais próxima, e que não receberam nenhuma cobrança, tampouco seus nomes estão no SERASA. Foi relatado ainda que técnicos recebem para elaborar o projeto do Pronaf para as comunidades, para fazer o cronograma de execução e pagamento. Nesse assentamento, cada família pagou R\$ 250,00 para custear a elaboração do projeto que lhes permitiria ter acesso a essa linha de crédito do governo.²⁷

Algumas das mulheres entrevistadas nos contaram que, assim como Dona Carolina mencionada anteriormente, elas também fizeram o consignado do Bolsa Família e pagam R\$ 70,00 por mês. Outras disseram ter contraído empréstimos pessoais. Uma delas relatou que contratou um empréstimo na lotérica e irá pagar por 2 anos. Já Graça explica como gerencia suas vendas e tem dificuldade com os empréstimos: “Sempre aqui em casa eu vendo uma coisa, eu mexo com venda, aí se eu vendo uma coisa e é R\$70,00, eu gasto os R\$50,00 que eu investi e os R\$20,00 eu guardo, né. Eu sempre estou fazendo isso, sempre faço isso nas minhas vendas aqui da terra, do que eu vendo. E também do empréstimo, às vezes você faz um empréstimo, você paga, vai dizer, não, você tem 7 anos de carência, 3 anos de carência, 10 anos de carência, aí você vai começar a pagar com 3 anos, mas você paga, e a vez que você não pagar bem, não dá certo, aí você vai fazer outro empréstimo pra pagar aquele que você fez, né? E sempre você vai continuar assim se endividando e não tem nada, nunca consegue ter nada”.²⁸

²⁷ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 12 jul. 2024.

²⁸ Roda de conversa conduzida por autora e autora em 12 jul. 2024.

Ao se depararem com o relato da venda de parte da terra da família para que pudessem ter recursos para a aquisição de um “veículo utilitário leve para uso nos trabalhos do sítio” (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 19), renovação do curral, das instalações de manejo do gado e da reforma da casa, Ramos Júnior e Silva (2022) refletiram sobre uma relação entre o problema da venda de lotes em comunidades e a falta de acesso a crédito, uma vez que a venda ali aparece como uma “estratégia de ampliação das condições de reprodução” (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 27). Isso mostra como o acesso a créditos é importante para a produção camponesa. Diante de tantas dificuldades para acessar um crédito subsidiado, com juros mais baixos e voltado para a produção da agricultura familiar, as camponesas e camponeses parecem optar pelo crédito consignado que lhes é disponibilizado sem dificuldades pelos bancos e financeiras. E como há necessidade de recursos, contratam o crédito consignado nas condições impostas pelos bancos e financeiras, que não lhes informam devidamente o valor dos juros e as condições de pagamento. Como efeito, temos uma completa desinformação acerca do programa oferecido pelo governo e a contração de diversas dívidas para conseguir pagar empréstimos a juros abusivos.

Percebemos assim a captura individual de camponeses pelas formas do mundo financeirizado por meio da desinformação e necessidade de crédito em uma paisagem na qual a terra fica cada dia mais difícil de trabalhar e o clima cada vez mais instável. O capital rentista, assim, vai se fazendo ver tanto nas paisagens do Centro-Norte do Tocantins, transformadas por um modelo de agronegócio cada vez mais financeirizado e tecnológico, quanto nas famílias endividadas por meio de linhas de crédito pessoal, frequentemente garantido pela aposentadoria rural ou Bolsa Família.

Considerações finais

As camponesas e camponeses das 7 comunidades visitadas no Centro-Norte do Tocantins apontaram para questões que há muito assolam a região, como os contínuos assassinatos e tensões relacionados à venda dos lotes e ocupação das reservas das comunidades (Moraes,

2024). Ressaltaram também mudanças mais recentes associadas à expansão do agronegócio, com a diminuição na produtividade camponesa com o aumento de pragas, o uso de agrotóxico em fazendas circunvizinhas, a falta de água, mudanças no clima e grandes secas. Este artigo buscou apontar como todas essas transformações na paisagem acarretadas pela agricultura industrial em larga escala têm implicado em uma série de dificuldades na manutenção das roças que levam à necessidade de recursos, facilmente acessados por meio de linhas de crédito consignado pessoais e dificilmente acessadas por linhas de fomento à agricultura familiar.

Como parte desse processo, os camponeses e camponesas das comunidades que participaram desta pesquisa reiteraram a crescente presença de financeiras e agentes de empréstimo de bancos tradicionais em suas casas, mesmo que boa parte dos bancos não tenha agências nas cidades pequenas que circundam seus territórios. Também apontaram para o acesso fácil a empréstimos por meio de intermediários apresentados por relações de afinidade e amizade, bem como casos de golpes envolvendo escritórios de advocacia da região, que comumente demandam a assinatura de documentos por parte de pessoas não alfabetizadas para assessoria com a solicitação da aposentadoria rural. Diante da angústia com as dívidas e, no caso do empréstimo consignado, a retenção da aposentadoria ou benefício pelo banco, algumas pessoas com quem conversamos mencionaram a necessidade de refinanciar a dívida ou mesmo pegar um empréstimo para pagar outro, uma questão também reconhecida recentemente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que em fevereiro de 2025 lançou o programa Desenrola Rural justamente para esse fim.

Para além da importante e imprescindível resolução pontual das dívidas, o que o debate realizado com camponesas e camponeses revelou foi a necessidade de que uma reflexão crítica sobre a dívida seja acompanhada da compreensão sobre o contexto desse endividamento. Não à toa suas preocupações quanto ao endividamento estavam associadas às questões típicas da

produção agrícola em pequena escala. Quando perguntadas sobre quais os motivos para tomarem um empréstimo, muitas delas afirmaram que precisavam do dinheiro para construir suas casas ou fazer benfeitorias em seus lotes, como a instalação de encanamento, preparação da terra para produção, ou mesmo para gastos com filhos e netos. Assim, o endividamento aparece naquele contexto como um problema associado às dificuldades na produção em um contexto de constantes conflitos agrários e mudanças na paisagem com o avanço do agronegócio, como a transformação de bichos, que antes eram caça, em pragas em decorrência do desmatamento, o custo do maquinário, a terra cansada, a falta de estrada, o preço do calcário e a falta de acesso à venda de produtos em mercados.

Esta reflexão feita em conjunto com comunidades camponesas do Centro-Norte do Tocantins também levantou um debate sobre a diferença entre um modo financeiro de apreender o mundo e as próprias tradições de pequenos agricultores em comunidades rurais. Assim, de um lado, foram levantados os principais problemas relacionados ao tema da financeirização, como a falta de fornecimento pelos bancos e financeiras de informações qualificadas sobre os empréstimos oferecidos, a dificuldade de acesso a políticas sociais de crédito, as dívidas decorrentes de empréstimos e hipotecas e o uso de cartão de crédito no comércio, o efeito “bola de neve” das dívidas e a necessidade de sua renegociação. De outro lado, foram também mencionadas práticas há muito tempo conhecidas naquela região, como a poupança coletiva, sistema de trocas de produtos, trabalho na meia (“trabalhar para no final dividir a produção, como meeiro”), mutirão, pix solidário, vaquinha, rifa, bingo, ajuda entre parentes/ comunidade (“quando não cobra juros é ajuda”), consórcio e crédito amigo.²⁹

Pode-se, portanto, dizer que tal experiência de incitar o debate sobre financeirização em conjunto com comunidades camponesas e movimentos sociais se mostrou também como uma

²⁹ Debate feito em oficina, 08 mar. 2025.

maneira de nutrir a imaginação sobre espaços alternativos e abrir a possibilidade de desafiar desigualdades estruturais (Graham; Gibson, 2006). Nesse sentido, o conhecimento de camponesas e camponeses é essencial para identificar não apenas a expansão do agronegócio financeirizado, como também formas econômicas alternativas ao processo de financeirização.

Referências bibliográficas

BAYLISS, Kate; FINE, Ben; ROBERTSON, Mary. Introduction: material cultures of financialisation. In: BAYLISS, Kate; FINE, Ben; ROBERTSON, Mary (Orgs.). **Material Cultures of Financialisation**. Oxon/New York: Routledge, 2019.

BEAR, Laura; Ho, Karen; Tsing, Anna; Yanagisako, S. Gens: A Feminist Manifesto for the Study of Capitalism. Theorizing the Contemporary, **Fieldsights**, 30 de março de 2015. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/gens-a-feminist-manifesto-for-the-study-of-capitalism>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BELTRÃO, Kaizô I.; OLIVEIRA, Francisco Eduardo B.; PINHEIRO, Sonoê S. A População Rural e a Previdência Social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. **Texto para Discussão**, nº 759, IPEA, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 8.447**, de 06 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor.. Diário Oficial da União (D.O.U.), n. 85, Brasília, DF, 07 de maio de 2015, p. 2.

BRASIL. Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Serviços e Informações do Brasil, **Governo Federal**, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CHAISE, Mariana Falcão. **Há crédito por toda parte**: as disputas pelas políticas de crédito ao consumo popular no Brasil e em perspectiva comparada. 2024. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). Endividamento das Famílias Reduz pelo Segundo Mês. **Pesquisas CNC - Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**, agosto 2024.

CONEXCUS. Como acessar crédito rural pelo PRONAF? Passo a passo para a agricultura familiar. Rio de Janeiro: Conexsus, 2024.

CROTTY J. The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and 'Modern' Financial Markets on Nonfinancial Corporation Performance in the Neoliberal Era. In: Epstein G. (Org.) **Financialization and the World Economy**. Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar, 2005. pp. 77-110.

CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira. **Territorialização do Capital e Desestruturação de Socioeconomias Camponesas no Cerrado Piauiense**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

EPSTEIN G. Introduction: Financialization and the World Economy. In: Epstein G (Org.) **Financialization and the World Economy**. Cheltenham / Northampton, MA: Edward Elgar, 2005. pp. 3-16.

GIBSON-GRAHAM, J. K. **The end of capitalism (as we knew it)**: a feminist critique of political economy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GIBSON-GRAHAM, J. K.; CAMERON, J.; HEALY, S. **Take back the economy**: An ethical guide for transforming our communities. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

KRIPPNER G. The financialization of the American economy. **Socio-Economic Review** 3(2): 173–208, 2005.

LANGLEY, Paul. The financialization of life. In: MADER, Philip; MERTENS, Daniel; VAN DER ZWAN, Natascha (Orgs.). **The Routledge International Handbook of Financialization**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2020.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. Brasil Anos 2000: A política social sob regência da financeirização. **Novos Estudos CEBRAP** [online], v. 37, n. 2, p. 191–211, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800020004>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MDA. Programa Desenrola Rural vai facilitar acesso a crédito aos agricultores familiares. Notícias, **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar** (MDA), 14 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/02/programa-desenrola-rural-vai-facilitar-acesso-a-credito-aos-agricultores-familiares>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MIRANDA, Evaristo Eduardo; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. **Nota Técnica 1**, Grupo de Inteligência Territorial (GITE/Embrapa), Campinas, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1037313/proposta-de-delimitacao-territorial-do-matopiba>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MORAES, Antonia Laudeci Oliveira. **"Dona Raimunda é que segura a gente ali na Tauá"**: a trajetória de vida de Raimunda Pereira dos Santos. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2024.

SANTOS, Valéria; MORAES, Antonia Laudeci; NEVES, Lorrany; VENÂNCIO, Sariza. Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira : da Luta Territorial à Luta por Autonomia Feminina. **Revista Escritas**, 13(01), pp. 99–120, 2021. <https://doi.org/10.20873/vol13n01pp99-120>.

PERIN, Vanessa. Sustainability for Finance: Situating Green Bonds in the Assetization of Brazilian Agriculture. **Journal of Agrarian Change**, 2025; 0:e70004.

PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina. Introdução: Mercantilização da Água e Financeirização da Energia Elétrica. In: PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina (Orgs.). **Do bem comum à financeirização: hidrelétricas, mercado de energia e lutas sociais**. São Carlos: EDUFSCar, no prelo.

RAMOS JÚNIOR, Dernival; SANTOS, Valéria. Crise energética, cercamento das águas e resistência: o desafio da construção de comunidades político-epistêmicas. **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 92, p. 29-46, 2023.

RAPOSO, Márcio. Ferrovia Norte Sul em Colinas já carrega 50 mil toneladas mês. Secretaria da Comunicação, Notícias, 23 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/ferrovia-norte-sul-em-colinas-ja-carrega-50-mil-toneladas-mes/5n89pug57p5#:~:text=O%20P%C3%A1tio%20ferrovi%C3%A1rio%20de%20Colinas,ser%C3%A1%20percorrido%20em%20dois%20dias>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTOS, Josiel Ferreira. **Dona França e a Ilha de São José**: diálogo entre conhecimento acadêmico e ribeirinho. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território), Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2024.

O “índio agricultor” e projetos de Estado: uma etnografia do “projeto “Culturas de Inverno” em Roraima

The “Indigenous Farmer” and State Projects: An Ethnography of the “Winter Crops” Project in Roraima

El “Indígena Agricultor” y los Proyectos del Estado: Una Etnografía del Proyecto “Cultivos de Invierno” en Roraima

Eriki Aleixo de Melo¹

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre a forma como o Estado vem enquadrando a agricultura familiar nas comunidades indígenas de Roraima. A partir de uma experiência local na comunidade Serra do Truarú (RR), das falas de agentes sociais locais e da análise do modelo produtivo vigente, discutem-se os impactos das estratégias de integração ao agronegócio, como o Projeto Culturas de Inverno, que busca promover a agricultura familiar mediante o fornecimento de insumos e assistência técnica. Embora tais iniciativas possam gerar benefícios econômicos imediatos, elas trazem riscos à autonomia comunitária, ao fragilizarem práticas agrícolas tradicionais e a identidade sociocultural indígena. Essa dinâmica dialoga com as críticas de Almeida (2010), que aponta como as chamadas agroestratégias desconsideram os modos tradicionais de uso da terra, impondo às comunidades modelos produtivos exógenos e mercantilistas. Conclui-se que, embora o discurso da modernização e da sustentabilidade se apresente como promissor, ele encobre efeitos adversos sobre a soberania indígena, evidenciando a urgência de políticas públicas que valorizem a autonomia e os projetos de vida dos povos indígenas.

Palavras-chaves: Povos indígenas; Agroestratégias; Agronegócio.

Abstract: This article presents a critical reflection on how the State has been framing family farming in indigenous communities in Roraima. Based on a local experience in the Serra do Truarú community (RR), the statements of local social agents, and an analysis of the prevailing productive model, it discusses the impacts of integration strategies into agribusiness, such as the Winter Crops Project, which aims to promote family farming through the provision of inputs and technical assistance. Although such initiatives may generate immediate economic benefits, they pose risks to community autonomy by weakening traditional agricultural practices and indigenous sociocultural identity. This dynamic aligns with Almeida (2010), who points out how so-called agro-strategies disregard traditional land-use methods, imposing exogenous and market-oriented productive models on communities. It is concluded that, although the discourse of modernization and sustainability appears promising, it conceals adverse effects on indigenous sovereignty, highlighting the urgency of public policies that value the autonomy and life projects of indigenous peoples.

Keywords: Indigenous peoples; Agro-strategies; Agribusiness.

Resumen: Este artículo presenta una reflexión crítica sobre la forma en que el Estado ha estado enmarcando la agricultura familiar en las comunidades indígenas de Roraima. A partir de una

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM - que financiou esta pesquisa entre 2022 e 2024. E-mail: eriki.aleixo@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2658-3027>.

experiencia local en la comunidad Serra do Truarú (RR), los testimonios de agentes sociales locales y el análisis del modelo productivo vigente, se discuten los impactos de las estrategias de integración al agronegocio, como el Proyecto Cultivos de Invierno, que busca promover la agricultura familiar mediante el suministro de insumos y asistencia técnica. Aunque tales iniciativas pueden generar beneficios económicos inmediatos, representan riesgos para la autonomía comunitaria al debilitar las prácticas agrícolas tradicionales y la identidad sociocultural indígena. Esta dinámica dialoga con las críticas de Almeida (2010), quien señala cómo las llamadas agroestrategias desatienden los modos tradicionales de uso de la tierra, imponiendo a las comunidades modelos productivos exógenos y mercantilistas. Se concluye que, aunque el discurso de modernización y sostenibilidad se presenta como prometedor, oculta efectos adversos sobre la soberanía indígena, evidenciando la urgencia de políticas públicas que valoren la autonomía y los proyectos de vida de los pueblos indígenas.

Palabras clave: Pueblos indígenas; Agroestrategias; Agronegocio.

Introdução

A Terra Indígena Serra da Moça, homologada em 1993 após um longo processo iniciado na década de 1970, constitui o território de diferentes comunidades indígenas no município de Boa Vista (RR), entre elas a comunidade Serra do Truarú, onde se realizou a etnografia que fundamenta este trabalho. A população local é composta majoritariamente por indígenas Wapichana, além de famílias Macuxi e alguns não indígenas. Essa região integra o lavrado, denominação regional para áreas abertas de cerrado que, embora apresentem fisionomia distinta da floresta tropical densa, fazem parte do bioma amazônico e representam um ecossistema fundamental para a vida material e simbólica dos povos indígenas. O território é marcado por práticas agrícolas tradicionais, como as roças feitas nos chamados “pés das serras”, expressão usada para designar a base das formações serranas, bem como por formas próprias de organização social e manejo do ambiente.

Nos últimos anos, entretanto, tais práticas vêm sendo tensionadas pela chegada de programas estatais voltados à denominada agricultura familiar indígena, como o Projeto Culturas de Inverno, implementado pela Prefeitura de Boa Vista por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e

Assuntos Indígenas (SMAAI), além de outros que visam os mesmos fins². Essas iniciativas introduzem tecnologias externas, como a mecanização agrícola, o uso de insumos industriais, aplicados manualmente pelos próprios indígenas, e a assistência técnica especializada, em contraste com os métodos tradicionais de cultivo. Apresentadas como alternativas de fortalecimento econômico e geração de renda, elas suscitam debates sobre seus impactos na autonomia indígena, na sustentabilidade ambiental e na reprodução cultural das comunidades.

Esse modelo de produção em larga escala pode ser analisado à luz de sua compatibilidade com os valores e formas de vida das comunidades tradicionais, questionando se realmente contribui para o fortalecimento da autonomia local ou, ao contrário, se reforça uma crescente dependência do Estado e do mercado de *commodities*, inserida em uma lógica colonial. Nesse sentido, a produção de grãos pode ser compreendida a partir da reflexão proposta por Almeida (2019) sobre as grandes unidades de monocultura, sustentadas pela exploração predatória dos recursos naturais, pela imobilização da força de trabalho e pela pressão sobre os territórios tradicionais, um processo que o autor denomina novas *plantations* (Araujo; Almeida, 2019), em referência ao modelo agrário do período colonial. Além disso, o uso de terras indígenas para esse tipo de empreendimento levanta questionamentos sobre os limites da atuação estatal em territórios de povos originários e sobre a preservação da soberania desses povos.

A situação é agravada pela disputa territorial. Desde a homologação da Terra Indígena Serra da Moça, a comunidade tem reivindicado a ampliação de seus limites, argumentando que a área atualmente reconhecida não corresponde aos territórios tradicionalmente ocupados. Como destaque em Melo (2019), o espaço demarcado mostra-se insuficiente para assegurar o bem viver das famílias indígenas que ali residem, tanto em termos materiais quanto culturais. Nesse contexto, a relação com o Estado, representado pelos técnicos agrícolas da Prefeitura de Boa Vista, configura

² Me refiro ao projeto “Grãos em terras indígenas” executado pelo Governo Estadual de Roraima.

um campo fértil para análise crítica: embora os projetos sejam apresentados como oportunidades de geração de renda e seus aspectos positivos são incorporados na retórica indígena, é necessário questionar até que ponto respondem às necessidades locais ou se constituem, em última instância, mecanismos de controle social e econômico.

A etnografia aqui apresentada oportuniza compreender, a partir de eventos específicos, como essas políticas públicas se concretizam no cotidiano da comunidade e quais efeitos simbólicos e materiais produzem. A metodologia procura combinar análise documental dos programas estatais e a referida etnografia de uma atividade coletiva realizada em setembro de 2018, durante o plantio de milho na comunidade Serra do Truarú.

É importante ressaltar que a convivência entre práticas tradicionais e intervenções externas não é nova. Santilli (2001) observa que, desde o período colonial, e de forma mais intensa com a expansão da pecuária no século XIX, os Wapichana foram dos povos mais impactados pelo contato violento com agentes externos. Assim, a relação intersocietária constitui um campo privilegiado para compreender os efeitos simbólicos e materiais da ação estatal nos territórios indígenas.

Por fim, este artigo está estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento, apresento a descrição etnográfica da experiência da comunidade no contexto do Projeto Culturas de Inverno, discutindo sua relação com o Estado e com as políticas públicas que buscam reorganizar os modos de vida locais. Em seguida, analiso os discursos institucionais e as implicações desse modelo produtivo à luz das críticas de Almeida (2010; 2019), em diálogo com a perspectiva dos próprios indígenas. Por fim, trago as considerações finais, refletindo sobre os riscos e desafios de conciliar as chamadas agroestratégias com a soberania e os projetos de vida dos povos indígenas.

Projetos de Estados: o projeto Cultura de Inverno

Projetos que se dizem voltados ao incentivo da agricultura indígena, especialmente no

estado de Roraima não são novidade. Já nos anos 2000, agências estatais passaram a disponibilizar maquinário para o preparo de terras indígenas, ações que ficaram conhecidas entre os indígenas como os “arados”, que eram terras indígenas cortadas por máquinas de tratores para melhorar o plantio. Nesses espaços, passaram a cultivar arroz, melancia, feijão e milho. A prefeitura de Boa Vista, à época, também fornecia adubos do tipo NPK, fertilizantes compostos por nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), que eram aplicados diretamente pelas comunidades nas plantações, muitas vezes com as próprias mãos, sem qualquer tipo de equipamento de proteção ou orientação técnica. No entanto, essas iniciativas foram descontinuadas nos anos seguintes.

Somente a partir de 2018, a Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas (SMAAI) de Boa Vista iniciou uma nova fase de políticas públicas voltadas ao que passou a denominar de “agricultura familiar” indígena. Desde então, dezessete comunidades têm recebido apoio institucional por meio de diferentes programas que visam tanto o aumento da produtividade agrícola quanto a inserção dos produtos em circuitos comerciais e institucionais. Essa nova fase marca uma reconfiguração da presença do Estado nas terras indígenas, agora com uma abordagem mais estruturada, embora ainda marcada por assimetrias no diálogo e pela pouca valorização dos conhecimentos tradicionais. Dentre os projetos em curso, destaca-se o Projeto Culturas de Inverno, desenvolvido com o objetivo de fomentar o plantio de grãos, com o fornecimento de sementes, insumos agrícolas e assistência técnica. De acordo com a Prefeitura de Boa Vista, parte da produção permanece nas comunidades para o consumo próprio, enquanto o excedente é comercializado ou destinado a programas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A proposta busca melhorar a produtividade das lavouras indígenas por meio da introdução de novas tecnologias e do estímulo à mecanização agrícola³.

³ Conferir: TRABALHANDO. *Um ano de investimento na geração de novas oportunidades. Isso é legado, compromisso e agricultura gestão*. Revista Trabalhando, Boa Vista, n. 30, jan. 2022.

Esse projeto se insere em um conjunto mais amplo de ações promovidas pela SMAAI, como o Projeto Hortifrúti (HF), que fornece insumos como calcário, superfosfato, NPK, ureia e sementes de qualidade para a produção de frutas e hortaliças; o Projeto Piscicultura, que contempla a instalação de tanques, o fornecimento de alevinos e ração, além do acompanhamento técnico; e ações voltadas à sanidade animal, como a vacinação contra Febre Aftosa, na qual o município realiza gratuitamente a imunização e vermifugação do rebanho bovino das comunidades indígenas. Soma-se a isso o investimento em mecanização agrícola por meio do programa Tecnologia no Campo, que disponibiliza mais de 50 máquinas para a preparação do solo e outras etapas da produção⁴.

Essas iniciativas representam uma inflexão nas formas de produção agrícola nas terras indígenas do município, com crescente presença do Estado na organização dos sistemas produtivos e incentivo à inserção no mercado regional. O Projeto Culturas de Inverno figura como o principal eixo estruturante dessa política pública, articulando diferentes dimensões técnicas, econômicas e territoriais.

Nos últimos anos, o Governo de Roraima tem investido fortemente na expansão do agronegócio por meio de programas como o Crédito Rural, o Agro em Campo e o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos (PAA). Com apoio técnico, incentivo à regularização fundiária e facilitação de crédito, essas iniciativas buscam modernizar e ampliar a produção agrícola, inclusive com a distribuição de insumos e equipamentos. A produção de grãos como soja e milho, por exemplo, vem batendo recordes, com metas ambiciosas de expansão de áreas cultivadas, inclusive dentro do que denominam de Agricultura Familiar Indígena⁵ que de nada tem

⁴ INDÍGENAS da zona rural de Boa Vista avançam na agricultura familiar. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/indigenas-da-zona-rural-de-boja-vista-avancam-na-agricultura-familiar/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁵ “Roraima bate recorde de exportações para Guiana nos primeiros meses de 2023.” Folha de Boa Vista, 14 abr. 2025.

Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/agro/roraima-bate-recorde-de-exportacoes-para-guiana-nos-primeiros->

de Agricultura Familiar.

A Prefeitura de Boa Vista mobiliza o conceito de “agricultura familiar” para justificar a implementação de projetos de agronegócio em terras indígenas. Embora o termo pareça neutro e inclusivo, e mesmo que dialogue com a legislação vigente que contempla os povos indígenas na definição de agricultura familiar, na prática ele é ressignificado dentro de uma lógica produtivista e colonial. Trata-se de uma perspectiva pautada na produção em larga escala, no uso intensivo de máquinas e insumos industriais, e na transformação do plantio em processos descontextualizados dos ciclos da natureza. Essas ações desconsideram a diversidade de espécies e os saberes tradicionais das comunidades, impondo um modelo voltado prioritariamente para a geração de *commodities* e para o mercado, em contraste com a forma como os povos indígenas organizam suas práticas agrícolas. A própria Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ao estabelecer as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, define a agricultura familiar a partir da gestão própria do trabalho, do uso predominante de mão de obra da família e da valorização da pequena produção. Diferentemente disso, a Prefeitura de Boa Vista utiliza o conceito em outra chave, como justificativa para práticas que se aproximam da lógica do agronegócio: mecanização, desmatamento e monocultivos voltados ao mercado, ou seja, evidencia-se um descolamento entre a concepção legal e a prática estatal.

Esse movimento tem intensificado a presença de órgãos estatais nas regiões de maior interesse agrícola, inclusive em áreas de abrangência indígena, promovendo uma lógica de desenvolvimento econômico que se alinha diretamente à expansão do agronegócio. Com isso, observa-se uma crescente articulação entre políticas públicas e o avanço das grandes culturas, o que, por um lado, fomenta o mercado local e gera renda, mas por outro, resulta em impactos significativos nas terras indígenas, como a pressão sobre os territórios, alterações nos modos

meses-de-2023/. Acesso em: 14 abr. 2025.

tradicionais de uso da terra e conflitos socioambientais.

A leitura do discurso oficial da Prefeitura de Boa Vista nos oferece elementos que podem ser analisados à luz do que Pierre Bourdieu denomina como atos de Estado (Bourdieu, 2012). Para o autor, as políticas públicas e os discursos institucionais não são neutros ou meramente técnicos, mas carregam uma força simbólica que mascara relações de poder e dominação sob a aparência de benevolência ou racionalidade administrativa. Nesse sentido, as ações do Estado, como os projetos de apoio à agricultura familiar em comunidades indígenas, devem ser compreendidas também como práticas simbólicas que produzem e reforçam uma determinada ordem social, naturalizando formas de dominação e relações colonialistas.

Bezerra (2015, 489), ao discutir a noção de Estado em Bourdieu nos traz que o Estado é concebido como um conjunto de agentes e instituições que exerce autoridade soberana sobre um agrupamento humano fixado em um território, é um fetiche político, ou seja, o Estado não é uma entidade natural ou transcendental, mas sim um produto histórico social, que se apresenta socialmente como se possuísse uma existência própria e independente.

Essa representação dominante do Estado como legítimo, necessário e universal é, ao mesmo tempo, condição de sua existência e um dos seus efeitos mais poderosos. Analisar como essa crença é produzida e mantida é uma das tarefas centrais a que se dedica Bourdieu, especialmente ao abordar o Estado como fonte de poder simbólico. Ele destaca o papel do Estado na produção de categorias legítimas de classificação do mundo social, o que inclui, por exemplo, definir o que é “agricultura familiar”, “desenvolvimento” ou “tradição”, e impor essas categorias como se fossem naturais e consensuais. Quando as entidades públicas mobilizam a noção de *agricultura familiar* sem observar a definição prevista em lei, que estabelece critérios específicos de existência e reconhecimento, mas sim a partir de uma lógica colonial voltada ao mercado externo e indiferente aos saberes e práticas das comunidades indígenas, essa noção se apresenta com a força de uma

verdade incontestável, mesmo não o sendo. O Estado confere-lhes legitimidade e neutralidade, ainda que estejam profundamente enraizadas em relações de poder e em projetos econômicos exógenos

Ao afirmar que visa “melhorar a qualidade de vida das populações indígenas” por meio de projetos de fomento à agricultura familiar, o Estado a nível municipal opera uma forma de imposição simbólica, que se concretiza no campo material por meio da padronização de práticas agrícolas, da introdução de tecnologias externas e da organização do trabalho a partir da lógica da produtividade e do mercado de *commodities*⁶.

Essa política local está alinhada a um discurso mais amplo, reproduzido por diferentes esferas do Estado, que busca apresentar “casos de sucesso” de inserção indígena nos mercados agrícolas, como ocorre com os povos Paresi, no Mato Grosso. Muitas vezes exaltados como exemplos dos “indígenas do agronegócio”, esses grupos têm sido utilizados como vitrine para justificar projetos de expansão agrícola em terras indígenas. O caso dos Paresi do Mato Grosso, frequentemente apontado como exemplo bem-sucedido de inserção de indígenas no agronegócio, é, na verdade, marcado por profundas contradições e impactos sociais e ambientais significativos, como demonstrado por Nascimento (2007). Apesar de manterem contato com os não indígenas há mais de 250 anos, desde quando trabalhavam como escravizados na mineração de ouro e diamante em Diamantina (MT), os Paresi tinham, até a década de 1970, pouca interação com a sociedade não indígena. A partir desse período, no entanto, foram rapidamente cercados por grandes empreendimentos agrícolas, o que levou à ocupação desordenada de seus territórios tradicionais e à devastação do entorno das terras demarcadas, gerando conflitos entre ordens globais e locais.

⁶ Commodities são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais commodities são o café, a soja, o trigo e o petróleo. Fonte: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/commodities-definicao>>. Acesso em 10 de dezembro de 2025.

A redução drástica da caça e da pesca, elementos fundamentais da subsistência tradicional, foi um dos principais impactos diretos dessa nova configuração territorial, associada ao uso intensivo de agrotóxicos e ao desmatamento promovido pelo avanço da fronteira agrícola. A perda de áreas agricultáveis, como o Planalto de Tapirapuã, anteriormente ricas em biodiversidade e fontes alimentares como o ovo de ema, comprometeu a segurança alimentar e o modo de vida tradicional da etnia. Além disso, práticas tradicionais, como o manejo de espécies simbólicas como o gafanhoto, foram desestruturadas, gerando inclusive conflitos com produtores rurais que viam nas terras indígenas um obstáculo ao controle químico de pragas. Com a expansão do agronegócio, intensificaram-se também a erosão genética e a dependência do mercado, já que o abandono de roças tradicionais, a perda de territórios cultiváveis e a pressão pelas frentes de contato (como a exploração da poaia e da seringa) no século XIX contribuíram para o enfraquecimento das práticas agrícolas autônomas.

Dessa forma, o discurso da prefeitura de Boa Vista, assim como o de outras instituições públicas e privadas, não apenas ignora a diversidade dos modos de vida indígenas, como também participa ativamente da construção de um novo *habitus* produtivo, que busca conformar os povos originários a um modelo agrícola hegemônico. Trata-se de uma ação que se apresenta como técnica, neutra e benéfica, mas que carrega em si um projeto político de dominação das práticas indígenas, apagando saberes tradicionais em nome da eficiência, da produtividade e da integração ao mercado. Como aponta Bourdieu, é justamente na naturalização desses “atos de Estado” que se opera a reprodução simbólica da dominação.

Trabalho na plantação de milho: comunidade ou Estado

Em agosto de 2018, pude participar de uma atividade de avaliação do plantio de milho que era parte do projeto Cultura de Inverno. Um grupo de indígenas foi visitar a plantação de milho

localizado no “pé” da Serra da Moça que consistia em mais de 10 hectares. A prefeitura cedia maquinários e técnicos para acompanhar a plantação em todo processo produtivo e os indígenas cediam a terra e a mão de obra.

Nos encontramos no centro comunitário e de lá seguiríamos para a lavoura. Alguns iam de moto e outros foram numa caminhonete. Conversas e risos nos acompanharam em uma estrada de piçarra esburacada e quando passamos na frente da casa de algumas pessoas, alguns homens gritavam para quem estava do lado de fora, chamando para o trabalho. Em agosto, o período de chuvas diminuía e era possível avistar na beira da estrada pequenas poças de lama quase secando. É nesse período que começam os ventos fortes carregados de poeira. Quente de dia e frio à noite.

Zico Alberto era um dos integrantes do “projeto do milho”. Na conversa durante a viagem, ele informou que eram 10 hectares que tinham cedido para o projeto. Ele conversava com seu irmão, o professor Antônio Carlos, sobre aumentar a extensão da lavoura para o próximo ano.

Antes da visita à plantação de milho, foi realizada uma conversa com Zico Alberto, liderança local e então coordenador do Grupo de Proteção e Vigilância Territorial Indígena (GPVITI). Suas falas revelaram não apenas a experiência acumulada, mas também uma crítica fundamentada na relação de pertencimento ao território, que motiva ações de defesa e cuidado. Ele discorreu sobre as atividades do grupo, mas também sobre os significados que este assume para os integrantes, para a coletividade e para a própria noção de comunidade.

Ao descrever sua atuação, Zico nos traz as múltiplas camadas do trabalho de vigilância: proteger os limites do território, fiscalizar entradas não autorizadas, coibir a circulação de bebidas alcoólicas e entorpecentes, zelar pela integridade da coletividade quando o tuxaua está ausente. O que à primeira vista pode parecer uma ação de controle de ordem prática, adquire, à luz de sua fala e da realidade local, contornos muito mais profundos. Trata-se, de fato, de um processo contínuo de produção e reafirmação da territorialidade indígena, um processo de resistência simbólica,

política e afetiva que é cotidiana, conforme afirma James Scott (1999), diante de ameaças externas e internas que tensionam constantemente os limites físicos da aldeia.

Essa atuação pode ser pensada, como propõe Almeida (2008), a partir da noção de territorialidade específica, que trata não apenas da posse ou ocupação de uma terra, mas como uma expressão de pertencimento coletivo, baseada em laços solidários e de ajuda mútua. Nas palavras de Almeida, a territorialidade opera como um “fator de identificação, defesa e força”, mesmo diante de situações provisórias ou precárias de apropriação dos recursos naturais. O que Zico narra não é só o esforço por segurança, mas uma tentativa de manter viva essa territorialidade, que, ao ser ameaçada, exige dos sujeitos estratégias de territorialização que envolvem desde o controle físico até ações de natureza político-organizativa.

Nesse sentido, o GPVITI pode ser compreendido também como expressão de uma mobilização étnica, nos termos de Bourgois (1993), ou seja, como a capacidade de um grupo indígena de organizar-se com base em marcadores identitários e vínculos de pertencimento étnico para enfrentar tanto as investidas de agentes externos quanto a negligência ou violência estrutural por parte do Estado. Para Bourgois, as mobilizações étnicas têm caráter identitário que se entrelaça a fatores econômicos, sociais e culturais.

Quando Zico alerta sobre o sigilo necessário às ações do grupo, sua preocupação não é apenas operacional. Ela expressa o receio de que os objetivos do GPVITI sejam cooptados, esvaziados ou atravessados por interesses que não partilham a mesma lógica de proteção dos territórios indígena. Há, portanto, uma tensão constante entre manter a vigilância como ferramenta de defesa e evitar que ela seja interpretada ou usada por não indígenas como forma de “combate” ou repressão.

Zico traz que o reconhecimento da autoridade do grupo de vigilantes se constrói na prática, no cotidiano, por meio de sua capacidade de agir em nome do bem coletivo. “Na hora que precisar,

nós estamos aí” revelando uma forma como o grupo lida com os conflitos internos, buscando antes o aconselhamento do que a punição, revelando uma ética própria de resolução de conflitos, distinta da lógica punitiva do Estado.

Contudo, a própria existência do GPVITI evidencia o descompasso entre os modos indígenas de organizar o território e a forma como o Estado-nação reconhece (ou não) esses arranjos. Como observa Almeida (2008), a territorialidade específica surge precisamente como resultado de processos sociais de territorialização que não se restringem às categorias legais ou administrativas do Estado, mas que convergem para uma lógica de pertencimento construída em movimento, em resistência e, muitas vezes, em disputa.

Perguntei a Zico sobre como estava sendo a execução do projeto e qual sua perspectiva em relação à terra. Ele respondeu o seguinte:

Trabalhar hoje com produtos sem agrotóxicos é complicado. Tem que trabalhar mesmo, legal, com seu próprio recurso, com esterco, adubação. Mas existem essas invasões que vêm afetando. Nós temos família, com mais de 200 pessoas, com mais de 50 famílias. Parece que o espaço está diminuindo. Por isso precisamos dessa extensão de terra para podermos situar nossos familiares e nossos filhos. Então nossos filhos estão crescendo e estão querendo um espaço para ter, morar, trabalhar e viver com a família bem. Então por isso que nós hoje temos esse trabalho para poder valorizar nossa cultura, nossas famílias, nossa comunidade, nossa região. Vemos hoje 11 mil hectares de terra. Mas nós vemos que no início da nossa comunidade Truarú, eram 12 pessoas, iniciou-se com 12 pessoas e hoje nós somos 62 famílias. Então há um aumento de família e a tendência é crescer. Muitos vão retornar para comunidade. Então o que vai acontecer: vão ficar tudo em cima do outro. E nós não queremos isso. Então a importância desse trabalho é isso, para que não haja invasão, que não haja irregularidades a respeito de bebidas alcoólicas que venham afetar. Por exemplo, nós vemos a escola do estado, do município, com demandas de alunos bem alta. Então o que eles estão precisando? Eles estão precisando da nossa ajuda, de professores que sejam das próprias comunidades. Então temos que trabalhar para isso (Zico Alberto, 2018).

A fala de Zico Alberto reflete uma realidade marcada pela crescente pressão sobre o território indígena, uma situação que dialoga diretamente com os impactos do avanço do agronegócio e da expansão das fronteiras agrícolas, como discutido nas pesquisas sobre os Paresí (Nascimento,

2007). A escassez de terras para o cultivo de alimentos sem agrotóxicos e a dificuldade de manter práticas agrícolas tradicionais, como o uso de esterco e adubação natural, são desafios recorrentes nas comunidades indígenas. Essa situação é agravada pela ocupação das áreas tradicionais por atividades econômicas externas, que, além de invadir terras demarcadas, impactam diretamente a qualidade ambiental, como o desmatamento e a contaminação por produtos químicos. A redução de territórios, como relatado na fala de Zico, reflete a luta pela preservação de espaços fundamentais para a subsistência e para a manutenção da cultura indígena.

As agroestratégias, como destaca Almeida (2010), caracterizam-se por desconsiderar as lógicas de utilização dos recursos naturais pelas unidades de trabalho familiar ou por povos e comunidades tradicionais, que ocupam terras de interesse do agronegócio. Enquanto a agricultura familiar, classificada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), abrange as famílias de assentamentos, pequenos proprietários e parceiros, os povos indígenas, como os Paresi, representam um caso distinto. Embora também se baseiem em unidades de trabalho familiar e utilizem recursos naturais de forma sustentável, eles não se reduzem à mera ocupação econômica ou à relação com os meios de produção. Esses povos têm uma consciência de si e uma identidade coletiva própria, com formas de organização intrínsecas, que vão além das necessidades produtivas e envolvem também aspectos culturais e espirituais ligados ao território. Esse ponto evidencia que, para essas comunidades, o território não é apenas um espaço para a produção, mas um local fundamental para a preservação de suas práticas culturais, sociais e espirituais.

A escassez de terra é um reflexo das transformações históricas que ocorreram nas últimas décadas com a implementação de modelos agrícolas que não contemplam as especificidades das comunidades indígenas. A expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso, que também atingiu os Paresi, fez com que muitas dessas comunidades enfrentassem uma redução drástica de suas áreas agricultáveis, o que resultou não apenas na diminuição das condições de cultivo, mas também na

perda de espaços essenciais para a caça, pesca e outras práticas tradicionais (Nascimento, 2007). A fala sobre o aumento das famílias e a necessidade de mais terra para garantir a qualidade de vida reflete a dinâmica de crescimento populacional e a tentativa de resgatar um equilíbrio entre a preservação territorial e o desenvolvimento comunitário.

Além disso, o aumento da população na comunidade Serra do Truarú, assim como de outras comunidades da Terra Indígena Serra da Moça, e a crescente demanda por espaço, conforme expresso por Zico, é um indicativo de que as comunidades indígenas estão vivenciando uma dinâmica de urbanização interna, uma consequência direta da pressão externa exercida pelo agronegócio e pela escassez de territórios tradicionais. Essa realidade evidencia a necessidade de estratégias para a gestão do território indígena, que permitam acomodar o crescimento populacional, a identidade cultural e sem se submeter a invasões ou práticas que desestabilizam a organização social local. O fortalecimento da autonomia e a garantia da posse de terras são elementos cruciais para a sobrevivência dessas comunidades, conforme destacado nas observações de Nascimento (2007).



Projeto do Milho. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Quando chegamos ao local, alguns líderes já estavam presentes com as anotações, desde

o coordenador regional o senhor Alexsandro e o então representante do projeto, o senhor Nazário da Silva Angelo. Eles estavam esperando o “pessoal da prefeitura”, que tinha marcado de chegar para fazer fotos, conversar e direcionar o projeto do milho. Pouco tempo depois, vários homens brancos chegaram vestidos com suas roupas sociais, chapelão e botas de couro. Eram técnicos agrícolas, agrônomos e representantes da prefeitura da capital. Chegaram acompanhando os indígenas que saíram rodeando o milharal conversando, perguntando como estavam e querendo saber a situação do milho, que aparentemente estava seco, mas não ao ponto de ser colhido pela maquinaria de colheita. No entanto, algumas pessoas faziam isso com as próprias mãos. Enquanto estava observando aquele aglomerado de pessoas contrastantes, dona Joaquina se aproximava de mim com vários milhos na mão, sorrindo.

O professor Antônio, ao meu lado, vendo aquela cena, fez um comentário engraçado, fazendo todos rirem: “olha Joaquina já quer levar milho pra galinha dela”. Joaquina riu bastante e comentou: “é o milho da nossa lavoura”. Pedi para ela falar um pouco sobre o trabalho, mas outros ficaram fazendo ela rir e quase não consegui falar de tantas risadas. Ela começou: “Bom dia, Eriki. Nós somos da comunidade Truarú. Hoje nós estamos aqui junto com a Secretaria da prefeitura do Município de Boa Vista. Nós viemos aqui vendo nossa lavoura de milho. Perguntei se os milhos que estavam sendo produzidos naquele ano eram bons. Ela respondeu que sim, que estavam todos cheios, todos muito bonitos: “No próximo ano, nós vamos fazer maior nossa lavoura. Esse projeto é um meio de trabalharmos em outros projetos, da nossa criação de galinha, porco, peixe...”. Perguntei o que ela achava sobre os projetos e a problemática da terra. Ela respondeu que era preciso da terra, para poder produzir as sementes. Continuou: “e está chegando cada vez mais gente e por isso a gente tem que ter a ampliação das terras, porque a gente vê que a nossa terra é muito pequena e por isso precisamos de ampliação das terras”.



Dona Joaquina no projeto do milho. Fonte: arquivo pessoal, 2018.

Após isso, adentramos para dentro do milharal, dona Joaquina na frente abrindo o caminho por entre as palhas secas que faziam barulho de folhas se quebrando. O milharal ainda não estava totalmente seco para a colheita, mas estava o suficiente para causar coceiras nas nossas peles, ainda mais na minha que estava sem nenhuma roupa adequada para o trabalho. Andamos rumo às vozes no meio do milharal onde tinha um grupo conversando com o pessoal da prefeitura. Chegamos onde eles estavam já atrasados e não conseguimos ouvir o teor da conversa e já estavam voltando para o ponto inicial da lavoura com alguns sacos milhos para o grupo da prefeitura levarem como amostragem. Ficamos parados lá ouvindo algumas conversas do tipo: “o tamanho do milho está ótimo”, “agora só esperar mais um pouquinho para colher, ele ainda está meio mole”.

Me dei conta, ao olhar ao redor, que também tinha uma mulher muito bem vestida e formal. Prestei um pouco mais de atenção e percebi que ela estava de com um microfone nos braços e um homem com uma câmera enorme nas mãos a acompanhava. Ela na verdade era uma repórter da TV local que tinha ido gravar uma matéria sobre a produção de milho nas comunidades indígenas, que naquele ano, estava em alta no estado de Roraima.

Enquanto isso, um homem, aparentemente era o agrônomo da prefeitura, repassava

recomendações para grupo de trabalhadores da comunidade sobre a necessidade de o milho secar para poder colher: “deixa eles pegarem sol mais alguns dias. Mas eles estão muito bonitos, muito saudável, fechou até a pontinha, tá muito boa a espiga, o solo, a terra de vocês é muito boa”. O então Tuxaua Augusto respondeu: “é por causa da serra”, apontando para a Serra da Moça.

Eu me afastei do grupo e me aproximei de um outro grupo de parentes. Eles estavam com milho em um saco de fibra branco. Cheguei perto e perguntei como estava o milho. Chagas logo abriu o saco e tirou uma espiga e a descascou e disse: “esse milho tá no padrão, tá tudo certo, não tem falha nenhuma, 100%”. Perguntei se ele estava acompanhando o trabalho, ele disse que sim, desde o início do projeto, desde o preparo da terra até aquele momento ele vinha trabalhando junto à comunidade. Ele contou todos os processos que ele observou, citando os adubos químicos que estavam usando, o tipo de máquina, os processos específicos de preparar a terra. Antes de terminar de falar, o grupo maior que estava conversando com o pessoal da prefeitura se aproximou de nós e fizeram uma roda em torno de um amontoado de milho que foram colhidas para serem levadas como amostras para a cidade. Os homens falavam, distribuía e dividiam as amostras. Davam recomendações com seus sotaques característicos do sudeste do país. E todo o grupo obedecia a suas orientações. Descascavam e logo após debulhavam em bacias de plásticos para serem empacotados e levados embora. Enquanto isso, o Tuxaua Augusto Maruai veio para perto de mim. Perguntei o que ele achava sobre aquela atividade e ele assim respondeu:



Senhor Chagas e dona Maria Nilda. Forte: arquivo pessoal, 2018.

“Nós estamos com esse pequeno projeto e pra nós é como um incentivo. É um início para poder aumentar mais a produção. Nós estamos pensando em pegar toda produção e vender. Então pra que a gente venda e deposite o dinheiro para o próximo plantio. Então a gente vai ter que comprar arame, semente e diesel. O dinheiro que for sair daqui vai ser pra comprar esses três. É um projeto que a prefeitura está investindo nas comunidades. Um incentivo para todas as comunidades. Inclusive tem que comunidade que vai ampliar e tem comunidade que não vai fazer nada. É exatamente para aumentar a nossa renda. É esse o pensamento. Esse milho de agora não vamos poder usar na comunidade. Mas talvez o próximo poderemos vender ou doar para a comunidade. Aqui foram plantados dez hectares e meia. Tem aproximadamente para dar 300 sacos de milho. Esse projeto é importante, porque se nós pudéssemos pegar todo esse milho e dividir com todos, todo mundo ficaria feliz. Só que nós estamos pensando em vender e arrecadar o dinheiro para poder plantar mais. A comunidade está pensando em fazer isso. Nem todos estão participando, mas a gente vai levar a informação pra eles também” (Augusto Maruai, 2018).

Após conversas e falas na finalização da atividade, com o sol já escaldante sobre nossas cabeças, finalmente voltamos para o centro comunitário. Muitos risos e conversas que já não tinham mais nada a ver com o milho.



Reunião final do projeto do milho. Fonte: arquivo pessoal, 2018.

As falas de Zico Alberto, dona Joaquina e do tuxaua Augusto apontam que a ampliação da terra constitui condição fundamental para a reprodução social, cultural e econômica da comunidade. A luta pela expansão da Terra Indígena Serra da Moça se configura como um direito essencial para garantir a continuidade da cultura, a reprodução física das famílias e a possibilidade de cultivar alimentos sem agrotóxicos, criar animais e construir moradias. Esse horizonte projeta autonomia e fortalecimento da economia local, em estreita relação com a preservação da territorialidade. No entanto, ele não se concretiza, uma vez que os projetos externos, ao serem impostos, subordinam os indígenas à lógica do agronegócio e ao controle estatal, transformando iniciativas comunitárias em instrumentos de visibilidade política e midiática do Estado.

Uma crítica indígena sobre as plantações de soja em terras indígenas

Se por um lado as lideranças ressaltam a importância da terra para garantir a subsistência e o fortalecimento da vida comunitária, mesmo diante do fato de aceitarem os projetos externos que são contra os direitos indígenas, por outro, outras vozes indígenas evidenciam os impactos negativos diretos do avanço da monocultura em seus territórios. Durante as conversas realizadas

na comunidade, a Tuxaua Lerijane Nagelo relatou sua preocupação diante da tentativa de desmatamento da área em frente à sua casa para a expansão da plantação de milho. Com receio de que essa intervenção alterasse de forma drástica o ambiente e o modo de vida de sua família, ela afirmou:

O que eles tentam fazer? Como já fizeram com outras lideranças, eles lançam uma proposta, como eu vi sendo negociada. Houve uma plantação de milho dentro da comunidade, e eles ofereceram uma colhedeira. Isso foi uma forma de calar o Tuxaua. Eu disse que tenho 33 anos, mas são 33 anos numa escola chamada movimento indígena. E eu não vou permitir que essas coisas venham para mim. Tanto é que, ontem mesmo, cheguei em casa e havia pessoal da secretaria do governo dizendo que o meu posicionamento sobre esse projeto de grãos dentro das comunidades é totalmente contrário; eu não quero. Porque estou lutando contra o agrotóxico que está bem ao lado, então, por que eu iria trazer um projeto do governo que está aplicando isso de forma regular, com a minha autorização, dentro da minha comunidade? Eu não vou compactuar com isso. Eu disse: "Façam o seguinte, eu tenho uma contraproposta para vocês. Nós, comunidades indígenas, sabemos plantar; a gente sabe, a gente vive disso. Se você quer apoiar a comunidade, venha e discuta o projeto dentro da comunidade, de forma sustentável. Quando eu falo de forma sustentável, eu não quero usar nenhum tipo de agrotóxico". "Ah, mas a safra vai demorar?" Mas a gente sempre viveu assim, e é essa valorização que eu sempre vou defender. Eu falei que sempre vou defender. Se vierem com outro projeto, terá que ser um projeto orgânico, porque eu não quero saber de agrotóxico. "Mas por que a região já planta?" Hoje, as terras indígenas demarcadas em ilhas são as que mais sofrem com isso. A gente já não tem mais mata, já não tem mais rios, igarapés. A gente nunca teve, na verdade, porque foi tudo demarcado para fora. Ficou tudo de fora. O único igarapé que tem, essa estrada que vocês estão vendo passar aí, destruiu, porque foi uma estrada mal feita, mal planejada. E nada acontece (Leirijane Nagelo, 2021).

Esse posicionamento reforça que a questão central não se limita à aceitação ou rejeição de projetos externos, mas está diretamente ligada à autonomia indígena sobre os modos de produção, ao direito de decidir coletivamente e ao respeito às práticas agrícolas tradicionais. A crítica ao uso de agrotóxicos e ao modelo de monocultura nos mostra não apenas a preocupação ambiental e de saúde, mas também a defesa de uma territorialidade que resista às pressões do agronegócio e que garanta a continuidade das formas próprias de plantar, colher e viver.

Considerações finais

Diante deste cenário, observamos que o discurso indígena sobre os projetos muitas vezes é desconsiderado pelas políticas governamentais, que seguem um modelo mercantilista orientado pela lógica do agronegócio. A autonomia indígena, condição fundamental para a reprodução física, social e cultural das comunidades, acaba sendo fragilizada pela vulnerabilidade criada por propostas externas que não se alinham ao modelo de agricultura familiar praticado historicamente. O discurso de modernização e sustentabilidade, apresenta-se como uma promessa de progresso, mas oculta as lacunas e os riscos que esses modelos representam para a sobrevivência das práticas culturais e sociais indígenas, como ocorreu com os Paresi. O modelo de produção em larga escala, associado ao agronegócio, intensifica disputas por terra e recursos, desafiando diretamente a organização territorial e a identidade dos povos. Além disso, a produção mecanizada, baseada em insumos químicos, ameaça os modos tradicionais de cultivo e pode colocar as comunidades em uma posição de dependência, reduzindo sua capacidade de autossustentação e comprometendo sua autonomia nos processos produtivos. Não se trata, portanto, de aceitar ou não estes projetos, mas a forma como se dá a implementação destes projetos. Não dá para ensinar a pescar quem vive a milênios da pesca.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. As novas plantations: uma economia de riscos que ameaça povos e comunidades tradicionais. In: ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova Cartografia Social dos conflitos por territórios no Brasil Central. 01. ed. Manaus: UEA-EDIÇÕES, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; et al. (Org.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina: pp. 101-143, 2010.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nova Cartografia Social dos conflitos por territórios no Brasil Central. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

BEZERRA, Marcos Otávio . Resenha da obra ‘Sobre o Estado’. Revista de História , p. 487-495, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre.. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BOURGOIS, Philippe. La mobilisation ethnique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. n. 99, p.53-64, 1993.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MELO, Eriki Aleixo de. Situação social, dinâmica territorial e mobilização étnica na Comunidade Serra do Truarú (Terra Indígena Serra da Moça, Etnorregião Murupú, Boa Vista-RR). 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

NASCIMENTO, Odair Alves. A produção do espaço geográfico indígena Paresí em Mato Grosso: impactos e perspectivas econômicas. 2007. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

SANTILLI, Paulo. **Pemongom Patá**: território Macuxi: rotas de conflito. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCOTT, James C. A Defesa do Camponês: Resistência Cotidiana e Sublevação nas Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Da roça para a cidade e da cidade para a comunidade: circulação de mulheres indígenas para vender e comprar na tríplice fronteira

From the farm to the city and from the city to the community: circulation of indigenous women for buying and selling in the triple border region
Del campo a la ciudad y de la ciudad a la comunidad: circulación de mujeres indígenas para comprar y vender en la triple frontera

Marilene Aicate Peres¹

Resumo: A circulação e a mobilidade de pessoas na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia configuram-se como práticas recorrentes e intensas. Esses deslocamentos ocorrem por múltiplos motivos, sendo a comercialização de produtos alimentícios, agrícolas e industrializados, um dos principais. Tal dinâmica é realizada cotidianamente por diferentes agentes sociais – homens e mulheres indígenas e não indígenas, residentes tanto nas sedes municipais quanto em comunidades indígenas e ribeirinhas. Nesse sentido, este trabalho propõe analisar, sob uma perspectiva etnográfica, as interseções entre gênero, dinheiro e comércio na realidade local. O objetivo é descrever, a partir da experiência das mulheres indígenas Kokama, o processo de comercialização de produtos, sobretudo alimentícios, que circulam da roça para a cidade e da cidade para as comunidades. O campo da pesquisa situa-se no sudoeste do estado do Amazonas, na região do Alto Rio Solimões, onde o fluxo constante de pessoas entre os três países produz uma conjuntura transnacional, transfronteiriça e interétnica.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; dinheiro; comércio.

Abstract: The circulation and mobility of people in the Amazonian tri-border region between Brazil, Peru, and Colombia are recurrent and intense practices. These movements occur for multiple reasons, among which the commercialization of food products, both agricultural and industrialized, stands out. This dynamic is carried out daily by different social agents—men and women, Indigenous and non-Indigenous—residing both in municipal centers and in Indigenous and riverside communities. In this context, the present work aims to analyze, from an ethnographic perspective, the intersections between gender, money, and trade in the local reality. The objective is to describe, based on the experiences of Kokama Indigenous women, the process of commercializing products, especially foodstuffs, that circulate from the fields to the city and from the city to the communities. The research field is located in the southwest of the state of Amazonas, in the Alto Rio Solimões region, where the constant flow of people among the three countries produces a transnational, cross-border, and interethnic conjuncture.

Keywords: Indigenous women; money; trade.

Resumen: La circulación y la movilidad de personas en la triple frontera amazónica entre Brasil,

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Integra aos projetos: Redes de Tecnologia da Financeirização (CNPQ), Gênero da Dívida: regimes de endividamento na Amazônia contemporânea em perspectiva comparada (CNPQ) e o Consolidação da pesquisa sobre tecnologias sociais e as populações e periferias da Amazônia Urbana (CAPES). Bolsista FAPEAM. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6175-7901>. E-mail: maryperes5@outlook.com

Perú y Colombia se configuran como prácticas recurrentes e intensas. Estos desplazamientos ocurren por múltiples motivos, siendo la comercialización de productos alimenticios, tanto agrícolas como industrializados, uno de los principales. Esta dinámica es realizada cotidianamente por diferentes agentes sociales —hombres y mujeres, indígenas y no indígenas—, residentes tanto en las sedes municipales como en comunidades indígenas y ribereñas. En este sentido, este trabajo propone analizar, desde una perspectiva etnográfica, las intersecciones entre género, dinero y comercio en la realidad local. El objetivo es describir, a partir de la experiencia de las mujeres indígenas Kokama, el proceso de comercialización de productos, sobre todo alimenticios, que circulan de la chacra a la ciudad y de la ciudad a las comunidades. El campo de investigación se sitúa en el suroeste del estado de Amazonas, en la región del Alto Río Solimões, donde el flujo constante de personas entre los tres países produce una coyuntura transnacional, transfronteriza e interétnica.

Palabras clave: Mujeres indígenas; dinero; comercio.

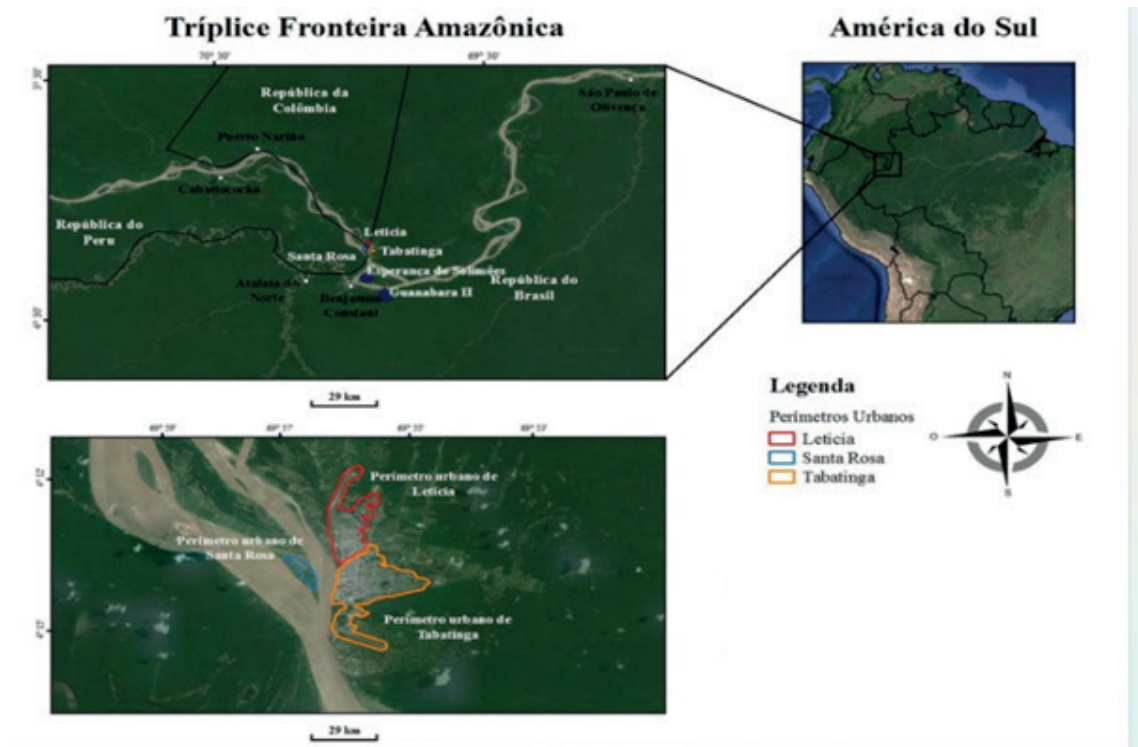
Introdução

A circulação e a mobilidade de pessoas, na região do Alto Solimões na tríplice fronteira, são intensas e recorrentes. Esses deslocamentos ocorrem por diferentes motivos, destacando-se, entre eles, a comercialização de produtos alimentícios, agrícolas e industrializados. Tal comércio é realizado diariamente por agentes provenientes dos três países, homens e mulheres, indígenas e não indígenas que residem tanto nas sedes municipais quanto em comunidades rurais e indígenas, constituindo um fluxo contínuo de circulação.

Este artigo propõe pensar sobre a participação das mulheres indígenas no contexto da comercialização, buscando compreender de que maneira elas, o comércio e o dinheiro se relacionam. Com o objetivo de situar o leitor em relação ao recorte geográfico desta investigação, apresento a área onde a pesquisa de campo foi e vem sendo desenvolvida. Trata-se da região da tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia, espaço marcado por intensas dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Nesse território, as práticas cotidianas de circulação, mobilidade e comercialização constituem elementos centrais para a compreensão das relações sociais estabelecidas, especialmente no que se refere à atuação das mulheres deste trabalho. Assim, a localização da pesquisa não é apenas um dado geográfico, mas parte essencial para entender os

processos sociais que se desenrolam nesse contexto.

Figura 1. Recorte geográfico da pesquisa



Fonte: Butel-Ribeiro (2015). Adaptada por pela autora (2024).

A tríplice fronteira é composta por três cidades: na margem direita do rio Solimões/ Amazonas situam-se as chamadas cidades gêmeas, Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). Do outro lado do rio encontra-se a ilha de Santa Rosa, povoado dependente do distrito de Yavari (Peru). Considero importante descrever esta tríplice fronteira, pois é o espaço de vivência das mulheres foco desta pesquisa. Compreender a circulação dessas mulheres entre os três países permite analisar de forma mais aprofundada suas percepções sobre dinheiro e comércio nesse contexto. Além disso, é relevante incluir o município de Benjamin Constant e as comunidades a ele vinculadas, onde também residem algumas das interlocutoras.

O lugar de pesquisa produz uma conjuntura de transnacionalidade, dinâmica transfronteiriça² e interações interétnicas, nas quais coexistem momentos de colaboração e de conflito. Olhar para este território permite apreender como ocorrem as interações entre os agentes locais, que compartilham o mesmo espaço e mantêm trocas sociais, culturais e econômicas intensas. Nesse sentido, a diversidade étnica e o fluxo de nacionais dos países que compõem a tríplice fronteira revelam uma rede complexa de relações, marcada por diferenças de nacionalidade, classe social, gênero e raça/cor/etnia.

Nesta tríplice fronteira habitam numerosos povos indígenas, distribuídos nos vales dos rios Javari e Solimões. A Terra Indígena (TI) Vale do Javari abriga cerca de 3.759 indígenas das etnias Matis, Matsés, Marubo, Kanamari, Korubo e Tsohom-Dyapa. Já as Terras Indígenas Évare I e II concentram aproximadamente 15.223 indígenas das etnias Tikuna e Kokama. Além desses grupos, registram-se na região a presença das etnias Kokama (Peru), Uitoto, Bora, Nonuya, Ocaina, Miraña, Andoke e Muinane (Colômbia).

A menção a esses grupos se justifica pela relevância de sua população, que representa possivelmente a maioria dos habitantes da região da fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia. Esses povos vivem tanto nas sedes municipais quanto em comunidades, muitas das quais ainda mantêm contato limitado ou inexistente com outros grupos. Há sessenta e duas comunidades ribeirinhas pertencentes ao município, em sua maioria comunidades indígenas das etnias Kokama e Tikuna. Mas também há comunidades não indígenas. A região abriga ainda colombianos, peruanos e brasileiros não indígenas, compondo um panorama demográfico marcado pela diversidade étnica, cultural e social.

Benjamin Constant é um município brasileiro localizado na margem direita da microrregião do Alto Solimões, no interior do estado do Amazonas, fazendo divisa com o Peru. Segundo o

² Ver melhor compreensão da ideia de “transfronteiriço”, ver Olivar (2017).

IBGE (2022), possui população estimada em 37.648 habitantes, densidade demográfica de 4,32 habitantes por km² e área territorial de 8.793,417 km². A economia local é baseada na pesca, na agricultura, nos pequenos comércios e no funcionalismo público municipal, estadual e federal.

O município encontra-se a aproximadamente 1.118 quilômetros, em linha reta, da capital Manaus. O acesso a Benjamin Constant pode ser realizado por via fluvial ou aérea, sendo o transporte fluvial o mais utilizado pela população. Barcos provenientes de Manaus levam, em média, sete dias para chegar ao município, enquanto a lancha expressa realiza o percurso em cerca de 32 horas. Por via aérea, o trajeto de Manaus até Tabatinga, cidade vizinha, tem duração aproximada de uma hora e quarenta minutos.

Neste trabalho, abordo mulheres indígenas Kokama residentes na região, especificamente de duas comunidades pertencentes ao município de Benjamin Constant, Amazonas e uma da sede. Essas mulheres circulam pela tríplice fronteira tanto para comercializar produtos agrícolas quanto para adquirir mercadorias industrializadas, que posteriormente são revendidas em suas pequenas tabernas. Acompanhando brevemente essa circulação, busquei compreender como se articulam as relações entre mulheres indígenas, comércio e dinheiro no contexto transfronteiriço aqui analisado, sobretudo no processo de comercialização de produtos oriundos da comunidade para a cidade e da cidade para a comunidade.

As comunidades aqui mencionadas são a Comunidade de Guanabara II e Comunidade Esperança do Solimões, ambas pertencentes ao município de Benjamin Constant. Guanabara II, assim como a maioria das cidades e comunidades amazônicas localizadas às margens dos rios, apresenta características típicas dessa organização territorial. Foi nessa comunidade que nasci e permaneci até os meus dez anos de idade. Atualmente, o movimento migratório de membros da comunidade em direção à cidade, motivado principalmente pela busca de melhores oportunidades educacionais, reduziu o número de habitantes; entretanto, isso não resultou na perda das tradições

culturais locais. A comunidade de Guanabara II é composta por aproximadamente 70 famílias, totalizando cerca de 380 pessoas, e sua subsistência depende tanto da agricultura quanto da pesca, complementada em alguns casos pelo funcionalismo público municipal e também estadual.

A segunda comunidade, Esperança do Solimões, atualmente abriga 29 famílias, totalizando 97 habitantes. Foi fundada pelos moradores Marissela Laranha e Lucas Cavalcante em 16 de maio de 2000. Segundo Peres (2024), na ocasião da fundação, os moradores reuniram-se na residência de uma das moradoras mais antigas, a senhora Marissela, contando com a participação de um líder da comunidade vizinha, que auxiliou na organização da reunião e na discussão sobre a necessidade de formalizar a comunidade.

Localizada na margem esquerda do rio Solimões, em uma pequena ilha denominada Ilha do Aramaçá, Esperança do Solimões apresenta como principais atividades econômicas a agricultura familiar e a pesca. Apenas uma pequena parcela dos moradores possui emprego fixo junto à prefeitura municipal de Benjamin Constant, sendo a maior parte da população dedicada à subsistência por meio de atividades tradicionais.

Refletir sobre as mulheres indígenas no processo de comercialização a partir do meu lugar de fala, enquanto mulher indígena Kokama e moradora da fronteira, permite investigar as experiências e vivências das pessoas a partir do meu próprio pertencimento. Esse olhar possibilita compreender de que maneira gênero e dinheiro se articulam na Amazônia, revelando as dinâmicas sociais, econômicas e culturais específicas que marcam a atuação das mulheres indígenas nesse contexto transfronteiriço.

Como suporte teórico trago a discussão sobre gênero desde uma perspectiva histórica acionando Scott (2009) juntamente com a discussão de uma perspectiva relacional de acordo com Bonetti (2004). Para além disso, convém situar brevemente como as relações de gênero vêm sendo discutidas principalmente por meio das autoras indígenas Aurora (2019), Soares (2019),

mas também de autoras não indígenas Lasmar (1999), Belaunde (2006), Ibarra e Souza (2017), para assim adentrar ao objetivo desta escrita, que é perceber como mulheres indígenas, dinheiro e comércio se relacionam. Para isso as autoras Zelizer (2003), Kreutzer (2004), Cavallero e Gago (2019) se fazem necessárias.

A etnografia em movimento

Em vista do movimento da pesquisa torna-se fundamental descrever os trajetos percorridos por essas mulheres no âmbito da comercialização, compreendendo tanto os espaços visitados quanto a venda aos clientes na cidade e comunidade. Essa abordagem permite compreender de que modo se organizam as trocas e a circulação de dinheiro.

Dito isto, adotei como método de pesquisa a etnografia em movimento, conforme Muller e Souza (2023), Medeiros, Telles e Allis (2018) e Jirón e Gómez (2018), tendo em vista que as mulheres com as quais trabalho estão em constante deslocamento e circulação. Diferentemente da etnografia clássica, que se desenvolveu predominantemente em comunidades geograficamente e espacialmente fixas, a etnografia em movimento busca acompanhar os sujeitos em múltiplas realidades, sejam estas familiares ou não. Nesse sentido, Muller e Souza (2023) afirmam que a abordagem em movimento permite compreender práticas sociais em contextos de deslocamento, capturando dinâmicas que seriam quase invisíveis em estudos restritos a espaços fixos.

Logo a etnografia em movimento busca atentar para todo fluxo e todo movimento que caracteriza nossos universos de pesquisa e seus sujeitos. Estes mesmos sujeitos que conformam suas rotinas e circunscrevem nossos objetos imprimindo neles as marcas do efêmero, do fluxo e do circunstancial, e que garantem às nossas investigações a inclusão da dinâmica que rege a própria vida social. Portanto, não se trata apenas de mover-se para compor uma etnografia, mas de não negligenciar nem omitir os movimentos existentes em todas as formas de etnografar (Müller e Sousa, 2023, p. 4,)

Neste estudo, descrevo as narrativas das mulheres sobre suas vivências, buscando

compreender os circuitos percorridos, produtos comercializados e as relações sociais no decorrer da comercialização. Nesse sentido, o método adotado não se limita à aplicação das técnicas tradicionais da etnografia clássica, mas propõe colocá-las em movimento e deslocamento.

Cumprir destacar que a etnografia em movimento não se restringe ao deslocamento físico aliado às técnicas, mas envolve experiência e aprendizagem compartilhada, na qual a circulação se constitui como uma forma de reconstrução de sentidos. Como enfatizam Müller e Souza (2023, p. 11), “deslocar-se junto, direta ou indiretamente, cria referências sobre a cidade a partir dos sentidos, ao mesmo tempo em que reconstrói os sentidos do lugar por onde se caminha, por meio de imagens, palavras e memória”.

Com a mesma intenção, Medeiros, Telles e Allis (2018) introduzem a etnografia em movimento em seu estudo “Por uma teoria social on the move”, ao argumentarem que a mobilidade também se relaciona às “organizações de sistemas em diferentes escalas”, uma vez que permite acompanhar as interações e articulações sociais que se desdobram simultaneamente em múltiplos contextos e níveis.

[...] o movimento cumpre um papel constitutivo no funcionamento das instituições e práticas sociais, o que aqui chamamos de paradigma das mobilidades volta-se para a organização de sistemas que, em diferentes escalas, governam não apenas a mobilidade e a imobilidade de pessoas e coisas, imagens e mensagens, mas também fazem interagir redes infraestruturais e narrativas. Tais sistemas de mobilidade respondem a configurações culturais específicas e a regimes de poder que definem o que e quem pode – ou não – circular, quando e sob que condições de segurança e conforto. (Medeiros, Telles e Allis, 2018, p. 6)

Nesse sentido, Jirón e Gómez (2018), ao discutirem o artigo “Interdependência, cuidado e gênero: estratégias de mobilidade na cidade de Santiago”, destacam as categorias de “cuidado”, no que se refere à esfera privada e pública, e “interdependência”, relacionada às assimetrias na distribuição e obrigação de cuidados nas práticas de mobilidade. As autoras ressaltam que a relação entre mobilidade e gênero na cidade requer “sistemas que apoiem a mobilidade, especialmente

para as mulheres. Em diferentes estágios ou ciclos de vida, o cuidado como tarefa está presente” (Jirón e Gómez, 2018, p. 67; tradução livre da autora).

Observa-se que o cuidado que as mulheres devem adotar durante as mobilidades é ampliado, pois a circulação feminina frequentemente demanda maior atenção. Isso ocorre porque, em determinados espaços, o corpo feminino se torna mais vulnerável. Por exemplo, quando as mulheres saem de suas comunidades para transitar em locais de comercialização, encontram ambientes menos familiares e confortáveis, ainda que necessários para a compra e venda de produtos. Nesse contexto, a escolha dos espaços de circulação não é aleatória: além de proporcionar segurança e tranquilidade, esses locais fazem sentido para elas, seja por apreciação pessoal, pelo conhecimento de outras pessoas que transitam pelo local, ou por serem espaços adequados para a comercialização.

Relações de gênero

Sabe-se que o campo de estudos das relações de gênero, especialmente no que se refere às mulheres indígenas na contemporaneidade, encontra-se em expansão, como demonstram os trabalhos de Ibarra e Souza (2016), Aurora (2019), Soares (2019), entre outras autoras indígenas e não indígenas. No entanto, a discussão acerca das intersecções entre gênero e dinheiro ainda carece de aprofundamento, sobretudo quando se trata das mulheres indígenas no contexto específico do Alto Rio Solimões/Amazonas. Nesse sentido, apresento neste trabalho os primeiros dados da pesquisa, com o intuito de contribuir para a produção acadêmica sobre mulheres indígenas, bem como para uma escrita construída a partir da perspectiva de uma mulher indígena.

Ao adentrar nas discussões sobre gênero que pautam este trabalho, torna-se necessário esclarecer que as mulheres aqui mencionadas são casadas e possuem filhos, o que poderia levar a pensar a família como uma estrutura hegemônica. No entanto, Kreutzer (2004), em seu artigo

‘Uma mulher com dinheiro é perigosa’, argumenta que não é adequado conceber a família como um processo unicamente hegemônico, uma vez que há constantes negociações entre seus membros. Nesses processos, as dívidas e o dinheiro assumem significados distintos para cada agente da relação. O dinheiro da mulher, muitas vezes menos valorizado, é destinado aos gastos de todos os membros da família, sendo ainda assim reconhecido como uma contribuição significativa, mesmo quando constitui a principal fonte de renda familiar. Diante disso, este trabalho opta por centrar a análise nas mulheres, sem, entretanto, desconsiderar as relações familiares e sociais que influenciam suas práticas econômicas.

Nesse sentido, conceitos de gênero apresentam desafios para a análise de contextos específicos, como o das mulheres indígenas. Esta categoria, de origem ocidental, é considerada neste trabalho pois emergiram a partir do acompanhamento e das circulações com as mulheres, especialmente nas relações que estabelecem com seus parceiros, tendo em vista que muitas delas são casadas e possuem filhos. Paralelamente, a discussão será embasada em autoras indígenas e não indígenas que produzem estudos sobre e com mulheres indígenas, utilizando a categoria de gênero para compreender suas experiências em contextos particulares e localizados.

Segundo Scott (2009), gênero pode ser compreendido como uma categoria teórica das Ciências Humanas para analisar a “diferença sexual” entre homens e mulheres. A autora historiciza o conceito, mostrando que ele inicialmente era concebido como sinônimo dos estudos de mulheres, focados nas lutas por igualdade entre os sexos. Com o tempo, o conceito passou a ser pensado como uma relação social entre os sexos e, mais recentemente, passou a ser incorporado aos estudos da heteronormatividade, nos quais se discutem os papéis sexuais, diferenciando-os de práticas sexuais, orientações sexuais e identidades de gênero.

Nesse sentido, gênero constitui uma categoria de análise, funcionando como uma ferramenta para compreender as relações sociais. Trata-se de uma construção social que não deve

ser confundida com fatores biológicos, embora se baseie no sexo biológico. Scott (2009) argumenta que o gênero é uma realidade construída tanto pela sociedade quanto pelo indivíduo, ou seja, um constructo social atribuído a um corpo que possui sexo. Nesse mesmo sentido, Grossi (1998, p. 5) afirma que “gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado”. Observa-se, assim, que gênero não é apenas uma construção individual, mas um fator atravessado por contextos sociais, históricos e culturais.

Ao aplicar essa categoria às mulheres indígenas, percebe-se que suas experiências de circulação e comercialização revelam como o gênero se manifesta na prática cotidiana. As mulheres desempenham múltiplas funções — agricultoras, comerciantes, pescadoras e organizam seus trabalhos e rendas de acordo com essas responsabilidades, evidenciando relações de poder, cooperação e cuidado socialmente construídas. Por exemplo, observa-se que as mulheres precisam conciliar atividades produtivas com o cuidado familiar, tomar decisões sobre a distribuição de recursos financeiros e escolher espaços de circulação que consideram seguros. Essas práticas demonstram que gênero não é apenas uma etiqueta teórica, mas um conjunto de relações dinâmicas que estruturam comportamentos, oportunidades e vulnerabilidades.

Dessa forma, ao descrever as experiências das mulheres indígenas sob a perspectiva de gênero, torna-se possível compreender como as relações sociais são mediadas por expectativas culturais, necessidades econômicas e estratégias de sobrevivência, oferecendo um panorama mais aprofundado das intersecções entre gênero, mobilidade e economia no contexto local.

Bonetti (2004) discute a lógica relacional baseada na reciprocidade conjugal, na qual o homem assume predominantemente as tarefas extra-domésticas, enquanto a mulher se dedica aos afazeres domésticos. Segundo a autora, essa lógica da reciprocidade permeia também as relações conjugais no contexto de grupos populares urbanos. Como afirma Bonetti (2004, p. 136): “As relações de gênero aqui se estruturam a partir da lógica de complementariedade de papéis

entre o feminino e o masculino, os quais possuem diferentes atribuições e obrigações dentro da relação familiar.” De maneira semelhante, as relações entre homens e mulheres em contextos etnicamente diferenciados costumam ser analisadas a partir dessa mesma lógica, na qual os papéis são socialmente distribuídos e historicamente construídos.

Para fins de esclarecimento, ressalto que, neste trabalho, a categoria gênero é abordada a partir da perspectiva relacional proposta por Bonetti (2004), considerando que o trabalho realizado pelas mulheres envolve, em muitas situações, a participação de homens, como esposos, filhos e netos. Contudo, a proposta central é produzir análises a partir da experiência das próprias mulheres, de modo que a reflexão sobre gênero será construída com base em suas falas, práticas e circulações cotidianas, permitindo compreender como essas relações se articulam no contexto específico da comercialização e do cuidado.

Estudos de gênero com mulheres indígenas

É relevante e necessário trazer discussões sobre gênero e a presença das mulheres indígenas para compreender como essas questões são analisadas no contexto amazônico. Nesse sentido, torna-se fundamental recorrer tanto a estudos de gênero realizados na Amazônia quanto a produções acadêmicas feitas com e por mulheres indígenas. Esses trabalhos possibilitam compreender de que forma as práticas sociais e econômicas desses grupos foram historicamente atravessadas pelas imposições coloniais, evidenciando como as mulheres foram penalizadas ou subordinadas por essas interferências.

Ao considerar o contexto amazônico, é possível reconhecer que as mulheres indígenas não são meramente agentes passivas no espaço doméstico ou na economia familiar, mas participantes ativas de processos de circulação econômica, trocas e negociações, muitas vezes articulando estratégias de resistência e autonomia frente às limitações impostas pelo gênero, pela classe e pelo

poder colonial e estatal. Assim, a inclusão das vozes femininas não apenas amplia a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais, mas também desafia a narrativa tradicional que historicamente as retrata como subordinadas ou coitadas, destacando sua força, agência e protagonismo.

Hugh-Jones (2011) e Lasmar (2005, 1999) passam a pensar gênero e corpo no contexto etnológico, realizando recortes específicos para a realidade amazônica. Lasmar contribui para o debate ao analisar as representações das mulheres indígenas, enquanto Hugh-Jones destaca os processos temporais e espaciais, reforçando que gênero não deve ser concebido como uma categoria universal, mas sempre em diálogo com as especificidades do contexto em que é estudado.

Entre os textos produzidos por mulheres indígenas, destacam-se as obras de Aurora (2019) e Soares (2019), que se constituem como produções escritas de e com mulheres indígenas, nas quais o posicionamento autoral é explícito e central. Essas autoras situam claramente seus lugares de fala na escrita, promovendo reflexões que são ao mesmo tempo representativas e necessárias para compreender a experiência feminina indígena. Garantindo que a análise seja construída a partir das vozes e das perspectivas das próprias mulheres pesquisadas.

Dito isto, além das autoras indígenas, os textos de Riaño (2023) e Belaunde (2006) propõem como ideias centrais a reflexão sobre os corpos femininos e os cuidados necessários, especialmente em relação à primeira menstruação. Nesse sentido, as obras de Aurora (2019) e Riaño (2023) trazem descrições das consequências da colonização sobre os povos indígenas, evidenciando como a Igreja reprimiu práticas culturais e impôs conhecimentos não indígenas. Essa imposição teve um impacto direto nos corpos das mulheres, tornando-as mais vulneráveis a doenças, uma vez que práticas tradicionais relacionadas à primeira menstruação como rezas, orientações alimentares e outros cuidados deixaram de ser realizadas.

Para além dessas questões, as autoras nos convidam a refletir sobre o que significa ser mulher e sobre formas de estar no mundo, enfatizando a importância dos cuidados com o corpo

feminino.

As autoras também argumentam que, mesmo as práticas ainda exercidas pelos povos indígenas, embora tenham sofrido alterações ao longo do tempo, requerem um resguardo adequado para que a mulher possa manter uma vida saudável. A falta de observância ou a quebra de determinadas regras pode acarretar malefícios para a vida daquelas que não seguiram corretamente os preceitos ou que transgrediram essas normas.

Portanto, os textos de Aurora (2019), Soares (2019), Riaño (2023) e Belaunde (2006) abordam as transformações nos corpos das mulheres e os cuidados necessários, ressaltando que tais transformações não envolvem apenas o corpo físico, mas também a mente e os sentidos. No que se refere às práticas, é importante destacar que suas configurações variam de acordo com cada lugar e povo; ainda assim, observa-se certa convergência em regras relacionadas a cuidados, resguardo e reclusão, uma vez que o sangue feminino exige atenção especial e está intrinsecamente ligado a aspectos cosmológicos

Trago essas discussões para refletir sobre como as mulheres indígenas são representadas nas produções escritas por mulheres indígenas e não indígenas, muitas vezes como figuras subordinadas, que requerem cuidados e que permanecem atreladas aos papéis cultural e historicamente atribuídos a elas — cuidar, preservar e ensinar.

Não se trata de afirmar que tais representações ou as mulheres nelas inseridas estejam equivocadas; ao contrário, elas revelam percepções historicamente construídas sobre o feminino indígena. Nesse sentido, é necessário ampliar a análise, incorporando a perspectiva das mulheres indígenas que atuam para além dos espaços domésticos, desempenhando papéis centrais em atividades de comercialização, produção agrícola, alimentação escolar, e na economia de suas comunidades e bairros.

O campo, a pesquisadora e as interlocutoras

Ao iniciar o processo de escrita deste trabalho, percebi que as mobilidades voltadas à comercialização sempre estiveram presentes em minha trajetória. Durante a infância, acompanhava tais práticas de forma naturalizada, como algo corriqueiro e aparentemente sem grande relevância, uma vez que minha mãe realizava essas circulações. Entretanto, hoje compreendo a centralidade dessas experiências e passo a reconhecer o papel fundamental que as mulheres, em especial as mulheres indígenas, desempenham nesse processo.

Quando criança, residia na comunidade indígena Kokama de Guanabara II, pertencente ao município de Benjamin Constant. À época, a comunidade abrigava entre 300 e 500 pessoas. Entre as famílias, minha mãe e minha tia destacavam-se por manterem uma taberna, na qual comercializavam diversos produtos oriundos da cidade, sobretudo industrializados. As mercadorias eram adquiridas principalmente na cidade colombiana de Leticia, uma vez que, naquele período, a moeda brasileira (real) apresentava maior valorização em relação ao peso colombiano, o que tornava financeiramente mais vantajosa a compra dos produtos no país vizinho.

Nessas circulações, pude acompanhar parte dos trajetos que minha mãe Maria realizava para a comercialização. Na maioria das vezes, ela levava produtos da roça para vender na cidade como limão, goma³ e macaxeira, entre outros que já não recorro com precisão. Quando conseguia vender toda a produção, utilizava o dinheiro obtido para adquirir mercadorias da cidade destinadas à revenda na comunidade. O dinheiro circulava, assim, em um movimento contínuo entre a roça e a cidade e a taberna.

Após abastecer a taberna, Maria também comprava itens de uso pessoal, tanto para ela quanto para nós, filhos e filhas. Naquele período, meu pai trabalhava como pescador e passava semanas fora de casa; portanto, a renda da taberna era fundamental para nossa manutenção diária.

³ Amido da mandioca ou macaxeira.

Pois era com ela que Maria adquiria outros alimentos, materiais pessoais e escolares, enquanto o dinheiro proveniente da pesca, quando meu pai retornava, era destinado à compra de outros itens, como roupas e equipamentos de pesca.

Nesse sentido, Zelizer (2003) argumenta que o gênero exerce influência decisiva sobre quem administra, com quem se compartilha e em quais contextos o dinheiro é gasto. Isso porque o dinheiro não é neutro, mas está imerso em dimensões morais e simbólicas. Assim, mesmo quando as mulheres dispõem de quantias mais elevadas, esse dinheiro pode ser socialmente desvalorizado, passando a “valer menos” em função das hierarquias de gênero que atravessam as relações econômicas.

Faço esta descrição para adentrar em um campo que até então me era novo. No entanto, percebo que foi justamente por meio da escrita que emergiram as lembranças das circulações realizadas por minha mãe no processo de comercialização. Ao recordar essas experiências, compreendi que as mulheres sempre estiveram presentes e tiveram participação ativa na economia doméstica. Ainda assim, nas produções acadêmicas sobre elas são frequentemente descritas como personagens secundárias, e não como protagonistas de suas próprias histórias. Na prática, entretanto, foram parte essencial⁴.

Minha familiaridade com as práticas de circulação e comercialização revela-se, assim, mais profunda do que eu mesma supunha. Após mais de vinte anos nesse universo que é ao mesmo tempo íntimo e complexo, escrever sobre essas mulheres é também revisitar minha infância, marcada pelos trajetos que percorri ao lado de minha mãe.

Trago este relato como forma de iniciar a descrição do cotidiano das mulheres que vivem na região e realizam os trajetos de comercialização, em especial das mulheres indígenas. Ao narrar essas experiências, busco evidenciar a relevância de suas práticas diárias, muitas vezes

⁴ Ver Sidnei Peres (2008) e Márcio Meira (2018).

invisibilizadas, mas que sustentam não apenas a economia familiar, como também a memória e cultura da comunidade.

Nesse sentido, a primeira interlocutora chama-se Conceição⁵, de 59 anos, que reside na comunidade Guanabara II, onde atua como merendeira na escola e mantém uma taberna. Além disso, dedica-se ao cultivo de hortaliças e verduras. Conceição mora com o esposo, mas vive cercada por filhos e netos que frequentam diariamente sua casa, garantindo auxílio constante na taberna quando ela se ocupa com outros afazeres.

Pela manhã, Conceição desempenha suas funções como merendeira; à tarde, cuida da taberna, que é bastante movimentada e, na época da conversa, era a única do tipo na comunidade. Paralelamente, administra a horta ao lado de sua residência, cuja produção muitas vezes supera o faturamento obtido com a taberna. Conceição foi uma das primeiras mulheres da comunidade a abrir um comércio local, vendendo diversos produtos agrícolas. Desde a juventude, ela já realizava essas circulações comerciais para vender e contribuir com a manutenção da família, comprando materiais escolares, roupas e calçados para os filhos. Assim, a mobilidade para fins de comercialização constitui uma prática de longa data em sua vida.

A loja de Conceição é diversificada, oferecendo uma ampla variedade de alimentos perecíveis e não perecíveis, tais como arroz, macarrão, óleo de cozinha, salgadinhos, frango, calabresa e enlatados, como conservas, salsicha, sardinha e atum, além do *dindin*⁶ que ela mesma prepara. Para comercialização na cidade, Conceição leva principalmente hortaliças como cebolinha, alface, coentro, tomates, couve e pimentões.

Conceição relata que há uma separação entre os diferentes fluxos de dinheiro obtidos por

⁵ Nome fictício a fim de preservar a identidade da interlocutora.

⁶ Conhecido na região da pesquisa como dindin ou curite porém, em outros lugares conhecem por sacolé, chup chup, geladinho. É uma bebida doce congelada, geralmente feita com suco de frutas regionais, leite ou sabores artificiais, e vendida em sacolas plásticas pequenas.

ela, embora não seja rígida nem calculada de forma milimétrica. Os recursos provenientes da taberna e da horta circulam entre si, permitindo suprir possíveis lacunas na compra de produtos para a manutenção de ambos os empreendimentos. Por outro lado, a remuneração obtida pelo trabalho como merendeira é destinada principalmente às compras de produtos de uso pessoal e familiar, embora também possa ser utilizada para lazer.

Marcia⁷, moradora da comunidade Esperança do Solimões comunidade que também ajudou a fundar trabalha com produtos agrícolas e comercializa, na própria comunidade, alguns poucos produtos industrializados. Aproximadamente 70 anos, continua ativa em sua roça, cultivando verduras, hortaliças, mandioca e produzindo farinha e outros produtos derivados dessa raiz.

Marcia relata que iniciou suas atividades de venda para tentar complementar o valor de sua aposentadoria e garantir alimentos que não eram produzidos na roça ao longo do mês. Seu marido, assim como o de Maria, saía para pescar durante semanas, o que exigia que ela assumisse maior responsabilidade na produção. Antes da aposentadoria, já havia adquirido experiência na circulação pelas cidades para vender produtos cultivados por ela e sua família; contudo, passou a levar produtos para vender na comunidade após se aposentar. Como a comunidade se encontra em área de várzea, o cultivo de plantas que exigem longos períodos para frutificar é limitado, restringindo-se principalmente ao cultivo de verduras, hortaliças, banana, mandioca e outras de rápido crescimento, além da criação de aves, como galinhas.

Como moradora da comunidade mais próxima à cidade de Benjamin Constant, em relação a outra interlocutora, Marcia tem a vantagem de se deslocar rapidamente para os municípios de Tabatinga, Santa Rosa e Islândia, realizando vendas e retornando em menor tempo do que, por exemplo, Conceição.

Em relação à organização de seus produtos para venda, Marcia utiliza os espaços de sua

⁷ Nome fictício a fim de preservar a identidade da interlocutora.

casa de forma compartilhada com as atividades familiares. Os produtos industrializados, como bolachas e salgadinhos, estão expostos na estante da sala de estar, ao lado da televisão; o sal e o arroz ficam na cozinha; e bebidas, como refrigerantes, são armazenadas na geladeira de uso familiar. Dessa forma, não há um espaço exclusivo destinado à comercialização, sendo necessário conciliar os usos doméstico e comercial em cada ambiente.

Contudo, isso não impede que Marcia continue realizando suas pequenas circulações comerciais, atividade que, como ela mesma afirma, serve para “ajudar” o marido na manutenção da casa. Apesar de residirem apenas ela, o marido e um neto, Marcia explica que precisa adquirir mantimentos para quando recebe visitas de filhos e netos que vivem na cidade.

Observa-se que, até o momento, Marcia não faz uma separação rígida entre o dinheiro obtido com a venda de produtos na comunidade e o valor de sua aposentadoria. Ambos podem ser utilizados conforme a necessidade, circulando entre si para suprir demandas distintas. Ou seja, quando ela vende seus produtos, parte do valor pode ser gasto imediatamente, e, quando recebe a aposentadoria, parte do recurso é direcionada à compra de novos produtos para manter a comercialização na comunidade. Dessa forma, o dinheiro da roça e das vendas complementam-se, sem uma preocupação estrita com a separação dos recursos, pois, segundo Marcia, *“tudo vai ser gasto do mesmo jeito”*; a principal preocupação é garantir recursos suficientes para atender às suas necessidades cotidianas.

Antes de apresentar a terceira interlocutora ou melhor minha mãe Maria, considero importante explicar o motivo pelo qual a trago nesta pesquisa. Ressalto que esta é a primeira vez que incluo familiares no estudo e também a primeira vez que me insiro no texto. Na infância, pude vivenciar algumas circulações comerciais ao seu lado, participando tanto das vendas na comunidade quanto na cidade. Desde que se mudou de sua comunidade, Maria não havia mais comercializado, pois o local em que residia anteriormente não permitia essas atividades. No entanto, ela voltou a

se engajar na comercialização justamente neste ano de 2025, quando retomei minha pesquisa de campo.

Maria tem 57 anos, é aposentada, mãe de oito filhos e casada. Migrou de sua comunidade para a cidade em busca de melhores oportunidades educacionais para os filhos. Nos primeiros anos, ainda em processo de adaptação à nova realidade, dividia seu tempo entre a comunidade e a cidade. No entanto, acontecimentos irreparáveis a fizeram romper de forma definitiva o vínculo com a comunidade embora um de seus filhos, meu irmão, tenha se tornado professor no local.

Maria, assim como muitas mulheres descritas em pesquisas de campo na Amazônia, precisou encontrar alternativas para se manter enquanto o pai de seus filhos passava semanas fora trabalhando⁸ neste caso, especificamente pescando. Ela encontrou na comercialização uma forma de movimentar o dinheiro proveniente de seus produtos agrícolas e da pesca do marido, garantindo que, durante a ausência do “provedor”, pudesse sustentar a casa e cuidar dos filhos. Essa dinâmica se manteve até sua saída definitiva da comunidade, em 2012.

A comercialização realizada por Maria na comunidade seguia um padrão similar ao de outros estabelecimentos familiares que funcionavam como tabernas. No seu caso, ela vendia exclusivamente produtos provenientes da cidade, uma vez que todos os moradores da comunidade eram agricultores e produziam seus próprios alimentos. Os produtos oferecidos eram variados, incluindo açúcar, café, arroz, óleo de cozinha, diferentes tipos de bebidas não alcoólicas, biscoitos, bolachas, pães, salgadinhos, balas, entre outros, sendo a maioria adquirida na cidade colombiana de Leticia, aproveitando a vantagem cambial na época em que a moeda brasileira estava valorizada em relação à moeda colombiana.

Já os produtos comercializados nas cidades incluíam beju⁹, farinha de tapioca, banana,

⁸ Ver Peres (2008).

⁹ Produto feito a partir da massa da mandioca.

farinha de mandioca, vassouras de cipó, goma de mandioca, limão, entre outros itens, provenientes da produção agrícola local.

Atualmente, já residindo na cidade, Maria não realiza os mesmos percursos de antes. Possui uma pequena taberna ao lado de sua residência uma construção planejada especificamente para a lojinha, conforme ela mesma relata, onde continua vendendo produtos provenientes de sua propriedade rural, bem como produtos industrializados. Embora não realize mais a circulação entre a comunidade e a cidade, mantém-se ativa na mobilidade relacionada à compra e venda de produtos agrícolas e industrializados. Durante os períodos em que mantém a taberna aberta, agora dedica-se a ensinar os netos em suas tarefas escolares, como fazia antes com os filhos.

Diferentemente de Marcia, Maria organiza cuidadosamente todas as transações de sua venda, controlando entradas, saídas, fiados e monitorando a porcentagem de lucro. Apesar de os ganhos não serem elevados, ela aprecia a atividade, que também constitui uma alternativa para reduzir o trabalho na roça, já que, devido a problemas de saúde, não consegue mais realizar tarefas pesadas como fazia anteriormente.

É importante esclarecer que, inicialmente, não havia a intenção de incluir minha mãe como interlocutora direta na pesquisa; o objetivo era apenas construir descrições a partir de memórias daquela época, algumas das quais poderiam ser representadas até mesmo como uma homenagem, não apenas a ela, mas a tantas outras mulheres, como Maria, que encontraram formas de sustentar a casa enquanto o marido estava ausente. No entanto, com seu retorno à comercialização, tornou-se imprescindível incluí-la como parte integrante das vozes representadas.

Observa-se que, nos casos de Marcia e Maria, para além do discurso voltado ao investimento e à circulação do dinheiro da aposentadoria para garantir suas necessidades básicas, a comercialização também constitui uma forma de ocupação e socialização. Ambas residem apenas com o esposo, que se ausenta durante o dia para trabalhar também, e a venda permite distraí-las e

interagir com outras pessoas que frequentam seus estabelecimentos.

No entanto, é importante destacar que os lucros obtidos por ambas são reduzidos, apesar da organização detalhada das contas de Maria e da não separação rigorosa do dinheiro de Marcia. Diferentemente, a taberna de Conceição configura-se como um negócio de maior lucratividade, permitindo maior autonomia financeira e circulação de recursos.

Portanto, para refletir sobre os cuidados adotados por essas mulheres, uma vez que, ao mencionarem os lugares por onde circulam, fica evidente que tais espaços não são escolhidos aleatoriamente. São locais considerados seguros, ainda que os motivos dessa percepção demandem investigação mais aprofundada. Entende-se que esses lugares seguros estão intimamente ligados às práticas de cuidado que elas adotam durante seus deslocamentos.

Percebi, a partir das falas de Conceição e Marcia, que os espaços por onde circulam não são escolhidos de forma aleatória. Trata-se de locais com maior fluxo de pessoas, como feiras, mercados e ruas próximas a esses centros comerciais, que lhes proporcionam segurança e a presença de outros pares com os quais se sentem familiarizadas.

Vender e comprar na fronteira

Das mulheres com quem conversei, duas são aposentadas e uma é funcionária pública municipal em sua respectiva comunidade. Vale ressaltar que, além de exercer sua função como servidora pública, essa mulher também trabalha na roça, cultivando principalmente verduras, legumes e frutas. As atividades agrícolas ocorrem em horários distintos do expediente público, pois geralmente, nos finais de semana, elas se deslocam à cidade para vender e comprar produtos.

Cabe destacar que, enquanto estão na escola ou na roça, um de seus parentes na maioria dos casos, um filho ou filha permanece na taberna para atender os clientes. É importante salientar ainda que as mulheres não frequentam a roça nem realizam os trajetos de comercialização nos três países

diariamente; tais deslocamentos ocorrem semanalmente, ou quando percebem a necessidade de reabastecer a taberna ou de vender com urgência os produtos colhidos na roça

Ao se deslocarem à cidade para a comercialização, caso o valor arrecadado tanto na taberna quanto na venda dos produtos da roça não seja suficiente para abastecer o pequeno estabelecimento, as mulheres podem negociar com os proprietários do comércio o pagamento na próxima compra. E assim fazem o dinheiro circular.

O que essas mulheres têm em comum são os trajetos que realizam para a comercialização compreendida aqui tanto como o ato de vender quanto de comprar. A maior parte das mercadorias adquiridas e comercializadas por elas circula entre os três países da região de fronteira. Os espaços correspondem a locais de intensa circulação de pessoas, como feiras, mercados e ruas próximas a esses centros comerciais, escolhidos estrategicamente para maximizar a movimentação de clientes e a eficiência das transações.

Para as mulheres residentes nas comunidades, a comercialização nos três países torna-se financeiramente viável devido à posse de motores e canoas próprias, o que reduz significativamente os custos de deslocamento, uma vez que os gastos com combustível são relativamente baixos em relação às passagens em lanchas.

Ressalto que nem sempre elas visitam os três países no mesmo dia. No caso da comercialização no município de Benjamin Constant, por exemplo, podem comprar e vender apenas em Benjamin Constant e na cidade vizinha Islândia (Peru). Já quando se deslocam para Tabatinga ou Letícia, é possível que realizem transações nos três países Letícia (Colômbia), Tabatinga (Brasil) e Santa Rosa (Peru) uma vez que esses locais são próximos entre si e financeiramente acessíveis para elas.

Portanto, a partir da narrativa, percebo que as mulheres indígenas sempre estiveram envolvidas nas circulações voltadas à comercialização. Acompanhar essas mulheres permite observar que o dinheiro fixo é destinado a fins pessoais, como a aquisição de eletrodomésticos,

eletroeletrônicos, móveis e passeios. Já a renda obtida com a venda de produtos agrícolas, no caso das mulheres residentes nas comunidades, é direcionada à aquisição de mercadorias para a taberna. O lucro da taberna, quando não reinvestido na compra de produtos para ampliar e diversificar o estoque, é utilizado também para o pagamento de contas de energia ou de outras pequenas dívidas, bem como a aquisição de roupas e calçados pessoais.

Os maridos das mulheres aqui citadas não possuem emprego formal registrado; atuam como pescadores, agricultores ou pedreiros. Nesse contexto, acredito que a maior parte da renda destinada à manutenção do lar provém das mulheres. No entanto, em pelo menos dois desses casos, elas próprias consideram como “ajuda” a contribuição masculina, mesmo sendo a renda feminina predominante.

Nesse sentido, Zelizer (2003) argumenta que cada dinheiro possui um valor específico para determinadas “coisas”, conferindo significados próprios a diferentes fontes de renda. Assim, o dinheiro da mulher adquire um significado particular, distinto do dinheiro do homem, pois os recursos não são percebidos como homogêneos e estão imbuídos de dimensões morais e sociais, nas quais frequentemente o dinheiro feminino é percebido como menos valorizado.

Neste mesmo contexto, Cavallero e Gago (2019) apontam que a dívida incide sobre as mulheres de maneira diferenciada, atuando com maior intensidade e violência sobre os corpos feminilizados, uma vez que o papel desempenhado por elas também gera valor. Embora as autoras tratem especificamente da dívida, trago este ponto para refletir sobre como essa discussão se entrelaça com o dinheiro. O dinheiro obtido por corpos feminilizados também produz valor, mas frequentemente um valor menor, carregado de significados morais que permeiam as relações familiares e sociais.

Dito isso, a partir das primeiras notas de campo, foi possível observar que as mulheres levam verduras, farinha e frutas para vender na cidade e, após a venda, adquirem produtos

industrializados para comercialização em suas comunidades. Percebe-se que elas levam seus produtos agrícolas para comercialização também no município colombiano de Letícia, além dos municípios brasileiros de Tabatinga e Benjamin Constant. Durante esse processo de compra e venda, dimensionam cuidadosamente como o dinheiro será utilizado: os recursos destinados ao consumo pessoal servem para suprir necessidades próprias, enquanto os valores investidos destinam-se ao abastecimento das tabernas.

Da comunidade para a cidade

Início este tópico destacando que, embora a cidade frequentemente se configure segundo normas que marginalizam ou desvalorizam práticas indígenas, a circulação dessas mulheres torna visível a presença e a relevância de sua atuação na comercialização. Nesse sentido, Motta, Correal e Coutinho (2024), no artigo ‘Alimentando a cidade e resistindo a ela’, ao se referirem às cidades amazônicas, especialmente à tríplice fronteira mencionada, afirmam que a tensão entre o ideal urbano e a prática cotidiana evidencia como elementos indígenas persistem nessas cidades, mesmo diante de projetos culturais hegemônicos que tendem a torná-los invisíveis

“Enquanto o projeto urbano, por muitos anos, promoveu um ideal cultural que exclui o indígena, a prática cotidiana da cidade revela persistentemente a presença indígena em sua existência. Tanto as histórias quanto a vida cotidiana dessas cidades estão profundamente marcadas pelo seu caráter indígena”. (Motta, Correal, Coutinho, 2024, p, 74; tradução livre da autora).

Ao levar produtos da roça para a cidade e, por vezes, trazer mercadorias industrializadas de volta para a comunidade, elas não apenas asseguram a subsistência familiar, mas também afirmam o caráter indígena presente na economia urbana, revelando que a vida cotidiana amazônica é atravessada por múltiplas dinâmicas culturais, sociais e econômicas. Dessa forma, a circulação feminina funciona como um ponto de encontro entre cidade e comunidade, visibilizando a

persistência e a relevância das práticas indígenas na configuração urbana.

Considerando os produtos que as mulheres indígenas levam de suas comunidades para vender na cidade, é importante também destacar os trajetos percorridos e as condições que marcam esse deslocamento. Conceição, moradora da comunidade Guanabara II, relata que o percurso até a cidade de Benjamin Constant dura em torno de 40 minutos a 1 hora, enquanto o trajeto para Tabatinga, Leticia ou Santa Rosa pode levar até duas horas, a depender da potência do motor utilizado na canoa. Já Marcia, que vive mais próxima da sede municipal, leva entre 20 a 30 minutos para alcançar Benjamin Constant e cerca de 1h30 até Tabatinga e demais localidades vizinhas.

Por outro lado, Maria, residente na área urbana, apresenta um cotidiano distinto: por não depender da travessia fluvial, realiza seus deslocamentos principalmente em motocicleta, pedindo que mercadorias adquiridas em lojas da cidade sejam entregues em sua residência. Contudo, quando precisa buscar produtos cultivados em sua roça, localizada na zona rural de acesso terrestre, recorre a um transporte conhecido localmente como *carrocinha* um triciclo adaptado que se tornou comum na região.

Atualmente, tanto Conceição quanto Marcia comercializam na cidade uma ampla variedade de produtos agrícolas, entre os quais se destacam a farinha de mandioca, bananas, limão, cupuaçu, goiaba, pepino, alface, cebolinha, cheiro verde, feijão e melancia. Cabe ressaltar que alguns desses alimentos, como o feijão e a melancia, são cultivados de forma sazonal, especialmente durante a época da vazante, no segundo semestre do ano, quando o recuo das águas revela áreas de praia férteis para o plantio.

Já Maria, quando realizava o trajeto de sua comunidade até a cidade, transportava outros produtos, os quais descreve:

Eu fazia muita tapioca, tirava goma, fazia muita tapioca, duas baciada de tapioca, beju daqueles bem grandão tipo cascalho, eu fazia e levava duas bacias e a gente vendia, também a gente levava, farinha, levava banana, açaí, e também a gente vendia um monte de vassoura de 300 a 500 vassouras de cipó pra prefeitura, a

gente passava de mês fazendo, depois vinha só entregar na prefeitura. (Maria, 2025)

Ao ser indagada sobre os locais de comercialização de seus produtos, Maria relatou que o açaí era destinado à cidade de Tabatinga, as tapiocas eram levadas para Leticia, enquanto as vassouras de cipó eram vendidas, em grande parte, para a prefeitura de Benjamin Constant. Além disso, quando seu marido retornava da pescaria, ambos transportavam peixes para a chamada *bodega* na cidade de Leticia. Segundo ela, a *bodega* era o espaço onde os pescadores comercializavam grandes quantidades de peixe, sobretudo espécies de couro, que posteriormente abasteciam os mercados de Bogotá, na Colômbia.

Maria enfatiza a intensidade e diversidade desse trabalho ao afirmar: *“Assim era nossa vida no beiradão: trabalhava de tudo quanto é jeito pescava, na roça, fazia de tudo. A gente se virava para poder arranjar um pouco de dinheiro e trazer mercadoria de lá para vender na comunidade.”* A fala de Maria pode ser pensada como desconstrução da narrativa hegemônica que coloca as mulheres indígenas em posição secundária. Pois, aqui, ela mostra-se como protagonista ativa da circulação de mercadorias, da manutenção da economia familiar e também da inserção de sua comunidade nas redes comerciais fronteiriças ao mencionar onde vendia seus produtos.

Da cidade para a comunidade

Antes de citar os produtos comercializados por elas nas comunidades, é importante ressaltar que o trajeto de retorno é facilitado pois segue o fluxo do rio, o que reduz o tempo de deslocamento.

Com a venda de produtos agrícolas, elas podem reinvestir os recursos obtidos na aquisição de outros produtos para comercialização em suas comunidades, especialmente em suas tabernas, desta vez constituídos por itens industrializados.

Os produtos comumente vendidos pelas interlocutoras incluem arroz, macarrão, óleo

de soja, café, frango, linguiças, sal, salgadinhos, pirulitos e refrigerantes. Cabe destacar que a conservação de alimentos perecíveis, como frango, linguiças e refrigerantes, é possível devido à disponibilidade de energia elétrica proveniente dos municípios aos quais as comunidades estão vinculadas, evidenciando a importância da infraestrutura local na manutenção e circulação desses produtos.

Trago a fala de Maria, na qual ela descreve os produtos que levava para a comunidade e que atualmente comercializa em sua taberna: *“Eu levava açúcar, arroz, sabão, fósforo, pão, leite, refrigerante, bolachas, chitos, tudo necessário de casa, tu já sabe, tudo essas coisas que é necessário pra cozinha, mas tudo de fardo; bombons”*. Ao listar esses produtos, Maria evidencia que sua atividade não se restringia ao consumo familiar, mas envolvia também organização e planejamento, elementos essenciais para a circulação e comercialização dos itens em sua taberna.

Ao mencionar em sua fala expressões como “tu já sabe” e “coisas que é necessário pra cozinha”, subentende-se que, como mulher, eu deveria compreender as necessidades da cozinha, pois assim fui criada por ela. Ao mesmo tempo, entende-se que, por acompanhá-la, eu precisava conhecer os produtos que ela comprava e vendia; a expressão sugere, inclusive, um tom de leve reprovação, como se dissesse: “quer que eu fale coisas que tu já sabe?”.

Contudo, essa observação permite refletir também sobre quem eram seus clientes, ou melhor, suas principais clientes na comunidade: em grande parte, mulheres adquirindo produtos destinados ao cotidiano doméstico.

Algumas considerações

Ao longo da pesquisa, observei que essas mulheres comercializam tanto produtos alimentícios por elas produzidos, no caso daquelas que trabalham na roça, quanto produtos industrializados. Trata-se, portanto, de um movimento que vai da roça para a cidade e da cidade

para a comunidade. Para isso, elas transitam por diferentes localidades, escolhendo as cidades que lhes oferecem maior viabilidade financeira, mas também aquelas mais próximas de suas comunidades.

Adentrar minimamente nas realidades dessas mulheres permitiu identificar que os lugares por onde circulam não são escolhidos de forma aleatória, mas definidos a partir da viabilidade para compra e venda, bem como das relações estabelecidas. Esse processo também possibilitou compreender como elas se relacionam com diferentes fontes de renda: o dinheiro proveniente do salário fixo, o da venda nas tabernas e o obtido com a comercialização de produtos agrícolas. Cada uma dessas formas de ganho é planejada e aplicada de maneira distinta, revelando estratégia de como o dinheiro será ou não gasto.

Nesse sentido, a participação das mulheres indígenas no comércio fronteiriço não pode ser compreendida apenas sob a ótica da renda monetária, mas como parte de uma rede de relações sociais que organiza a vida cotidiana, sustenta a economia doméstica e reforça práticas de pertencimento e resistência.

Para tanto, embora as primeiras conversas tenham possibilitado uma aproximação inicial das práticas de circulação e comercialização realizadas por essas mulheres, elas revelaram mais indagações do que respostas. Tal constatação reforça a necessidade de um acompanhamento mais próximo e contínuo, capaz de trazer maior riqueza de dados e de aprofundar a compreensão sobre elas, o dinheiro e o comércio. Ainda que meu lugar de fala, como moradora da fronteira e mulher indígena, proporcione certa familiaridade com essas dinâmicas, reconheço que não é possível, neste momento, dimensionar plenamente a complexidade de suas experiências. Essa limitação, contudo, não enfraquece a análise, mas abre caminho para o desenvolvimento de investigações futuras, que certamente contribuirão para uma compreensão mais densa e situada da participação das mulheres indígenas no comércio fronteiriço.

Por fim, devo dizer que a escolha de relatar ou escrever sobre esses processos envolve decisões conscientes sobre quem narra, como e de que perspectiva se conta a história. Historicamente, a maior parte das pesquisas na Amazônia tem privilegiado a visão masculina. Neste, optei por descrever e narrar a partir da perspectiva das mulheres, pois seus conhecimentos e interpretações também merecem ser contadas. Meu papel foi e será na tese o de transcrever suas vozes, suas experiências e vivências, a forma como lidam com o dinheiro e, em especial, suas circulações para fins de comercialização.

Referências bibliográficas

- AURORA, B. A colonização sobre mulheres indígenas: Reflexões sobre cuidado com o corpo. *Revista Estudos em Relações Interethnica*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 109-115, 2019.
- BELAUNDE, L. E. A força dos pensamentos, o fedor do sangue. *Hematologia e gênero na Amazônia*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2006, V. 49 n. 1. P. 205-243.
- BONETTI, Alinne de Lima. Eu não sou feminista sou feminina! Relações de gênero e atuação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses. In. *Gênero, cultura e poder*. Org. Maria Azevedo Lisbôa e Sônia Weidner Maluf. Editora Mulheres. Florianópolis. SC. 2004.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verônica. *Uma lectura feminista de la deuda: vivas, libres y desendeudadas nos queremos*. 1 ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundacioón Rosa Luxemburgo, 2019.
- GROSSI, Miriam. *Identidade de Gênero e Sexualidade*. *Antropologia em Primeira Mão*. n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998 (revisado em 2010). http://www.miriamgrossi.cfih.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf.
- HUG-JONES, C. *desde el rio de leche. Procesos espacio-temporales en la Amazonia noroccidental*. Ediciones Universidad Central. Bogotá, D. C, Colômbia . 1 edición en español, 2011 [1979].
- IBARRA, Elizabeth Del Socorro Ruano; SOUZA, Liliana Vignoli De Salvo. *Mulheres Ticuna: Gênero e política na Amazônia*. *Amazôn., Rev. Antropol.* (Online) 8 (1): 90 - 117, 2016.
- JIRÓN, Paola; GOMÉZ, Javiera. *Interdependencia, cuidado y género desde las estrategias de movilidad en la ciudad de Santiago*. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2018.142245. e – Santiago – Chile, 2018.
- KREUTZER, Saskia. “Una Mujer con dinero es peligrosa”: cuestiones de genero en el manejo del

dinero y la deuda a nivel familiar. In: Antropología dela deuda: crédito, ahorro, fiado y prestado en las finanzas cotidianas. (org) Magdalena Villarreal. 1 ed. México, 2004.

LASMAR, C. De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo/ Rio de Janeiro, Editora UNESP-ISA/NUTI, 2005.

LASMAR, C. Mulheres indígenas: representações, Francheto, B (org). Dossiê Mulheres indígenas. Revista Estudos Feministas, V. 7, n, 1-2. Universidade Federal de Santa Catarina, CFH/CCE – Revista Estudos Feministas, 1999.

MEIRA, Márcio. Vozes restituídas: histórias e memórias indígenas do aviamento. In: A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2018, 479 p. ISBN: 978-65- 86768-43-5. <https://doi.org/10.7476/9786586768435>.

MEDEIROS, B. F; TELLES, V. D.S; ALLIS, T. Apresentação: Por uma teoria social on the move. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2. May-Aug. 2018.

MOTTA, Jorge Aponte; CORREAL, Allison Rojas; COUTINHO, Taciana de Carvalho. Alimentando la ciudad y resistiéndola: los pueblos indígenas en el complejo urbano transfronterizo entre Brasil, Colômbia y Perú en la Amazonía. Latin American And Caribbean Ethnic Studies 2024, VOL. 19, NO. 1, 69–92 disponível em: <https://doi.org/10.1080/17442222.2023.2230846>. Acesso em 20 de Agosto de 2025.

MULLER, Fernanda; SOUZA, Emilene Leite de. Etnografias em movimento: deslocar-se com as crianças pela cidade. CIVITAS - Revista de Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Civitas 23: 1-13, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Género, dinero y frontera amazónicas: la “prostitucion” en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú. Cadernos Pagu. São Paulo, 2017.

PERES, Sidnei. A economia moral do extrativismo no Rio Negro: aviamento, alteridade e relações interétnicas na Amazônia. 2008.

PERES, Euciane Aicate. Um olhar além da produção agrícola: trabalho e gênero na agricultura familiar, município de Benjamin Constant-Am. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Agrárias e do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Benjamin Constant-Am, 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/8135/4/TCC_EucianePeres.pdf. Acesso em abril junho de 2025.

RIANO, Diana Rosas. “Aprender con el cuerpo: experiencias encarnadas de la fuerza de la yuca”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 31, n. 3, e95281, 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Data e Maria Betânia Ávila. Disponível em: . Acessado em: 20 de maio de 2019.

SOARES, A. M. “Sangue menstrual na sociedade Karipuna no Amapá, Brasil”. Amazônica, Revista de Antropologia. (S.1) v. 11, n, 2, p, 413-434, dez, 2019.

ZELIZER, Viviana, A. O significado Social do dinheiro: “dinheiro especiais”: In: A nova sociologia econômica. (org) João Peixoto e Rafael Marques. Editora CELTA, Oeiras, 2003.

A feira municipal de São Gabriel da Cachoeira: a produção da localidade e do valor como vínculo¹

The Municipal Market of São Gabriel da Cachoeira: The Production of
Locality and Value as Connection

La Feria Municipal de São Gabriel da Cachoeira: La Producción de la
Localidad y del Valor como Vínculo

Caio do Amaral Mader²

Resumo: O objetivo do artigo é elaborar uma reflexão sobre valor que parte da teoria valor-trabalho marxiana para estabelecer um diálogo com linhas teóricas da antropologia que se debruçam sobre a questão do valor, notadamente Stephen Gudeman e Nancy Munn. Trata-se de uma etnografia feita na feira municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM), cidade do noroeste amazônico, em que a venda de produtos considerados “locais” é uma de suas principais características. Menos que uma premissa, a questão da localidade é abordada como um problema de pesquisa, em que coloco em perspectiva as relações sociais estabelecidas no âmbito da feira, sobretudo as que dizem respeito às suas conexões com a cidade e outros locais do entorno. Tendo acompanhado o trabalho de uma revendedora em particular, ajusto o foco para como os vínculos tecidos com fornecedores, consumidores e demais revendedoras constroem a localidade e o valor por meio da extensão de um “espaçotempo” (MUNN, 1992) e a construção de uma “base”(GUDEMAN, 2008).

Palavras-chave: São Gabriel da Cachoeira; valor, localidade; vínculo.

Abstract: The article aims to elaborate a reflection on value that starts from the Marxian labor theory of value to establish a dialogue with theoretical lines in anthropology that address the question of value, notably Stephen Gudeman and Nancy Munn. This is an ethnography conducted at the municipal market in São Gabriel da Cachoeira (AM), a city in the northwestern Amazon, where the sale of products considered “local” is one of its main characteristics. Rather than a premise, the question of locality is approached as a research problem, in which I put into perspective the social relations established within the market, especially those concerning its connections with the city and other surrounding areas. Having followed the work of a particular reseller, I adjust the focus to how the social ties forged with suppliers, consumers, and other resellers construct locality and value through the extension of a “space-time” (MUNN, 1992) and the construction of a “base” (GUDEMAN, 2008).

Keywords: São Gabriel da Cachoeira; value; locality; social ties.

Resúmen: El objetivo del artículo es elaborar una reflexión sobre el valor que parte de la teoría marxista del valor-trabajo para establecer un diálogo con líneas teóricas de la antropología que abordan la cuestión del valor, notablemente Stephen Gudeman y Nancy Munn. Se trata de una etnografía realizada en el mercado municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM), una ciudad del

¹ Este trabalho contou com o apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/DAN/UnB). Bacharel em Relações Internacionais (IRI/USP) e mestre em Antropologia Social (PPGAS/FFLCH/USP). Integrante do Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações (LEEG/UnB). E-mail: caiomader16@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3344-9894>

noroeste amazônico, donde la venta de productos considerados “locales” es una de sus principales características. Más que una premisa, la cuestión de la localidad se aborda como un problema de investigación, en el que pongo en perspectiva las relaciones sociales establecidas en el ámbito de la feria, sobre todo las que se refieren a sus conexiones con la ciudad y otros lugares del entorno. Habiendo seguido el trabajo de una revendedora en particular, ajusto el enfoque a cómo los vínculos tejidos con proveedores, consumidores y demás revendedoras construyen la localidad y el valor a través de la extensión de un “espacio-tiempo” (MUNN, 1992) y la construcción de una “base” (GUDEMAN, 2008).

Palabras clave: São Gabriel da Cachoeira; valor; localidade; vínculos.

Introdução

O presente artigo é fruto de uma etnografia no âmbito de uma pesquisa de doutoramento realizado na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), no noroeste amazônico. O principal objetivo é analisar como a localidade é produzida a partir de relações sociais e de que modos podemos entender esse processo em termos de valor. Meu estudo se situa na feira municipal da cidade, destinada à venda de produtos agrícolas cultivados majoritariamente por produtores indígenas residentes na cidade ou no entorno. Foco em minha relação com Linda, uma revendedora migrante da Venezuela que trabalha no espaço da feira na interface entre produtores e consumidores. Exploro o conceito de valor a partir de duas situações etnográficas: (i) a precificação dos produtos como índices de vínculo com produtores, consumidores e revendedores; (ii) a visita a um sítio pertencente a uma das fornecedoras de Linda, onde se cultivam alguns de seus produtos. Na primeira situação, diálogo principalmente com Stephen Gudeman (2008) e seu conceito de “base”, a fim de entender as relações de mutualidade operantes como construção de um “local”, porque opera com noções de quem ou o que é “dali” e o que é “de fora”, variando-se preços conforme essas classificações. Na segunda, argumento que a extensão de um “espaçotempo intersubjetivo” (MUNN, 1992) por meio do estabelecimento de relações sociais importa para que entendamos que a troca comercial não é alienada em termos marxianos. Os vínculos operantes nessa extensão nos apontam para uma

concepção de valor que não se reduz ao mercadológico.

A feira municipal

São Gabriel da Cachoeira é um município do noroeste amazônico localizado na faixa de fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia. É conhecida como uma das cidades mais indígenas do Brasil, em que 93,2% de seus habitantes se identificam como indígenas³, sendo essa região, do Alto Rio Negro, bastante diversa etnicamente, contando com 23 povos rionegrinos. É também uma região onde se encontra expressiva população migrante latino-americana, sobretudo venezuelanos e colombianos, devido à proximidade geográfica. Essa diversidade é marcada por intensa mobilidade, tanto transnacional quanto entre comunidades indígenas e cidade, o que tem fomentado estudos e pesquisas sobre esses fluxos (CANDOTTI; MELO, 2022; LASMAR, 2005; MORAIS *et al.*, 2022). Este trabalho não deixa de ser a respeito de mobilidades, mas ajusto o foco para aquelas que acontecem no âmbito da feira municipal e lugares com os quais se conecta. Começo, então, por um relato etnográfico de como me aproximei desse espaço e, em particular, de uma revendedora em particular: Linda, uma migrante venezuelana.

Eu frequentava a feira municipal uma vez por semana, aos domingos, geralmente. Localizada em frente à prefeitura municipal, a feira compreende um modesto espaço composto por três tendas piramidais de cor branca sustentadas cada qual por 4 hastes de metal. Sob as tendas, dispõem-se paralelamente entre si longas mesas de madeira na área da calçada de concreto, entre a rua asfaltada e o muro que demarca a propriedade da sede da prefeitura. Os espaços entre cada mesa formam corredores por onde transitam os fregueses, cujos olhos estão voltados às inúmeras mercadorias sobre elas ordenadas: sacos de farinha, tucumãs, pupunhas, abacaxis, mamões, pimentas *in natura*,

³ Informação retirada do Censo de 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22326-indigenas-2.html#:~:text=Os%20tr%C3%AAs%20munic%C3%ADpios%20brasileiros%20com,%2C%20com%2034%2C5%20mil>. (último acesso em: 12/04/2025).

garrafas pet contendo tucupi, pimenta em pó, entre outros tantos gêneros agrícolas.

A feira é setorizada entre merendeiras, artesãs, revendedoras e agricultores, sendo que cada categoria ocupa um conjunto de mesas. O setor das revendedoras é o que compreende as 4 mesas da região central, entre agricultores à direita e artesãs à esquerda. Inicialmente, frequentava a feira como freguês e comprava, comumente, produtos de uma revendedora em particular, Linda. Foram sua abertura à conversa e simpatia para explicar sobre seus produtos e até receitas em que poderiam ser usados que me chamaram a atenção, propiciando que logo eu tivesse uma experiência de comunicação naquele espaço que não fosse marcada pela rapidez e economia de palavras.

Interessado na diversidade tanto de produtos quanto de pessoas presentes na feira municipal, decidi passar de freguês indagador a ajudante de revendedora, sobretudo depois de perceber que a repetição de perguntas sobre valores e procedência tinha um curto alcance em termos de informação. Julgo ser importante mencionar a escolha de aproximação com Linda devido a uma razão metodológica. Inicialmente, essas interações eram breves porque sabia estar tomando tempo das revendedoras, o que também acontecia quando tentava engajar uma conversa com os produtores, do outro lado da feira. Perguntas e respostas curtas eram seguidas por minha compra de algum produto, como agradecimento pela atenção dada. Logo percebi que, se quisesse aprender mais sobre o espaço e quem o frequentava, deveria escolher outra abordagem.

A estratégia que adotei foi perguntar à Linda, quem, entre elas, mais se dispunha a conversar comigo, se podia acompanhá-la em seu cotidiano, desde sua chegada à feira, antes das 7 horas da manhã, até o momento de seu fechamento, às 12 horas, quando todos recolhem suas mercadorias e vão para suas casas, deixando o espaço apenas com as mesas de madeira e as tendas, que nunca são recolhidas. Propus-lhe que a contrapartida para meu estudo seria dispor-me como seu ajudante no que precisasse, muito embora eu não tivesse experiência em comércio. Para minha surpresa, ela logo aceitou meu pedido.

No dia seguinte, já a seu lado, atrás de uma das mesas onde assumi ser sua posição, Linda apontou para os sacos de estopa que trouxera, cada qual com mercadorias como mamões, abacaxis, tucumãs, mandioca, cubios, entre outros frutos regionais, e pediu-me para ajudá-la a colocá-los sobre a mesa. A disposição de seus produtos, longe de aleatória, seguia uma ordem: os mais maduros e de aspecto mais atrativo deveriam ter maior visibilidade, ficando os mais verdoengos ou danificados atrás. Um dos primeiros ensinamentos, então, foi o de construir “montinhos de produtos”, para citar Linda, isto é, empilhá-los de maneira que pudessem ser vistos à distância. Sabendo do meu interesse particular pelas pimentas, porque já havia lhe contado sobre meu projeto de pesquisa, Linda me explicava sobre características dos frutos e de sua comercialização. Logo no primeiro dia, contou-me que, pela sua aparência física, era possível discernir se haviam sido cultivados organicamente ou se eram utilizados adubos químicos, o que estava correlacionado com a procedência de cada uma. Enquanto as primeiras eram produzidas localmente nas roças de agricultores, as últimas eram vindas de Manaus, apresentando um tamanho maior e uma picância menos acentuada. Embora essas fossem encontradas mais frequentemente nos supermercados da cidade, os quais vendiam majoritariamente os artigos que chegavam de balsa desde a capital do estado, era possível vê-las entre os produtos de algumas das revendedoras na feira municipal, fato aparentemente violatório, pois ali, segundo o estabelecido pela prefeitura, deveriam ser vendidos somente produtos locais. Ao contar-me sobre isso, notei que Linda baixava o tom de voz e olhava discretamente para os lados, sugerindo que não queria que as outras revendedoras à nossa volta ouvissem a conversa.

Uma vez organizada a mesa, enquanto esperávamos a abordagem dos clientes, Linda alternava entre contar-me um pouco de sua vida e ensinar-me a respeito do ofício de venda. Natural do município de Atures, Estado do Amazonas, Venezuela, Linda migrou para o Brasil havia 5 anos, abrindo mão de sua vida como professora de biologia no ensino médio de uma escola em Caracas

para buscar melhores condições de vida a ela e ao seu núcleo familiar, seu marido e três filhos adolescentes. Fez a travessia da fronteira por via terrestre e fluvial até São Gabriel da Cachoeira, onde conseguiu um primeiro emprego como caixa de um supermercado. Devido a atritos com seu patrão, decidiu pedir demissão para ser revendedora na feira municipal quando uma outra, que já ali trabalhava, a incentivou a iniciar esse trabalho independente. Então, quando de minha chegada, Linda já havia acumulado uma experiência de dois anos nesse ramo, tendo profundo conhecimento sobre o ambiente comercial da feira.

Dividindo a mesa com Linda, estava Dayrin, também revendedora migrante da Venezuela, que vivia em São Gabriel havia apenas um ano com seu marido, e seus dois filhos ainda crianças. Era muito comum vê-los na feira, assim como filhos de outras revendedoras, que, incumbindo-se da tarefa de cuidado, dividiam sua atenção com o trabalho. Era menos comum que encontrasse seu marido pois ele, assim como outros companheiros das revendedoras, dedicavam-se ao trabalho de circulação pela cidade em busca de produtores para comprar mercadorias a fim de revendê-las. A escolha de aproximar-me de Linda e, conseqüentemente, de Dayrin, fez com que eu entrasse em sua rede de relações, para a qual eu não era mais somente um consumidor. Ao colocar-me como ajudante de Linda, estava, de certo modo, herdando algumas hostilidades dirigidas a ela, assim como a Dayrin, pelo fato de serem “paisanas”, modo pejorativo de como são designados os migrantes venezuelanos.

Ao indagar sobre o preço de compra do fornecedor para a Jiquitaia, Linda me explicou que a adquire a R\$ 40,00 para a maior (500ml) e R\$ 15,00 para a menor (250ml), vindas de uma senhora indígena Baniwa, moradora de Itacoatiara-Mirim, uma comunidade indígena atualmente multiétnica localizada a 11km do centro da cidade, às margens da BR 307 e fundada por indígenas Baniwa emigrados de suas comunidades no início da década de 1990. Disse-me também que o preço de revenda não era constante por duas razões: nas épocas de menor incidência de chuvas, é comum

que as pimentas fiquem mais escassas porque as plantas esturricam ao sol intenso, diminuindo sua oferta. Um segundo motivo é uma discricionariedade sua, enquanto revendedora, que deflaciona seu preço a depender do cliente. Se são turistas ou pessoas não-indígenas residentes, em geral vindas de outros estados por motivos profissionais, vende a um preço mais elevado. Se são famílias indígenas, que consomem pimenta cotidianamente, sobretudo *in natura*, item tão essencial quanto a farinha de mandioca, o preço é menor. A importância alimentar da pimenta em âmbito regional era percebida também pela quantidade de copinhos vendidos. Eram vários em um dia de feira e, enquanto ajudante, minha função era despejar as pimentas dentro de sacolas plásticas para que o cliente levasse, além de receber o pagamento, e devolver o troco devido, quando era o caso.

Eram recorrentes minhas perguntas sobre preço de compra porque estava interessado em entender a margem de lucro que obtinha e, ao fazê-las, sempre percebia um leve constrangimento na resposta. Isso porque não apenas eu indagava sobre um aspecto pessoal de sua vida financeira, mas também porque o lucro de quem revende era parte das tensões da feira, como se fosse uma afronta à sua própria razão de existência. Quando de sua criação pelo poder público municipal no início da década de 90, a proposta era que ali fosse um ponto onde produtores indígenas pudessem vender sua produção e assim garantir uma fonte de renda, além da subsistência. A localização da feira, à época, era em outro bairro, o da Fortaleza, próximo a um dos portos da cidade, o Queiroz Galvão, um dos principais pontos de atracamento de pessoas vindas de comunidades indígenas fora do meio urbano. Ao longo do tempo, no entanto, a feira não só mudou de lugar, mas também se diversificou para além de produtores, agregando, entre as categorias já mencionadas, a das revendedoras.

Se, por um lado, fazia perguntas à Linda sem o constrangimento inicial, por outro, meu trato com os clientes parecia um desafio maior. Era dificultoso equilibrar minha função de ajudante, dizendo os preços de mercadorias às pessoas que perguntavam, ensacando a mercadoria

comprada e, ao mesmo tempo, tentar indagar os compradores sobre suas preferências sem enfadá-los a ponto de demover seu interesse pelos produtos de Linda. Porém, ela mesma, percebendo tais hesitações, tomava a iniciativa quando da interação com algum freguês e me apresentava como o “pesquisador de pimentas”, perguntando-lhe se eu poderia fazer algumas perguntas. Uma dessas pessoas foi Patrícia, moradora local, enfermeira de um dos postos de saúde da cidade, e filha de uma senhora indígena da etnia Tukano, D. Hermínia, fornecedora de Linda havia um ano, aproximadamente. Reparei que elas já haviam construído certa intimidade, pois conversavam mais amistosamente, indagando-se sobre o bem-estar de seus respectivos parentes. Quando Linda nos introduziu, decidi variar as perguntas que vinha fazendo até o momento com alguns clientes, que se reduziam a entender o uso culinário de pimentas, ao que respondiam, geralmente, com sua imprescindibilidade no preparo da quinhampira. Dessa vez, escolhi começar com outra pergunta: “se a pimenta pudesse contar a você uma história, qual lhe contaria?”

Prontamente, Patrícia me respondeu: “meus avós”. Contou-me que, desde a tenra infância, convivia muito frequentemente com sua mãe em seu sítio, localizado próximo à cidade. Ajudava-a nos cuidados com a roça, sendo a colheita da pimenta “olho de passarinho” uma de suas funções, uma vez que era recorrente na alimentação. Enquanto se dedicava a essa tarefa, ela e sua mãe conversavam e lhe contava histórias dos seus avós, falecidos quando ela era ainda jovem. Seu aroma, segundo ela, traz imediatamente as reminiscências daquela época e um lamento pela geração de seus dois filhos adolescentes que já não mais desfrutavam da “natureza” como ela pôde, porque mais imersos no meio urbano e com alimentação cada vez mais acessível de processados e ultraprocessados.

No entanto, ela procurava lidar com essas mudanças levando, quando podia, seus filhos ao sítio da mãe, para que “não se esqueçam da onde vieram” e assim “darem mais valor”, conforme me disse. Finalizou a conversa me contando que essa labuta na roça ainda continua, sobretudo

porque a idade avançada de sua mãe traz limitações, e que é devido a esse trabalho que aprendeu sobre alguns mitos de criação do mundo, contados por sua mãe, bem como técnicas de plantio, como adubação orgânica do pé de pimenta com casca de mandioca. Em sua casa, na cidade, diz que mantém um jardim onde cultiva, entre outras plantas, pés de pimenta e que tem o hábito de conversar com elas. Linda riu e confessou ter o mesmo hábito com suas plantas e que, naquele momento, estava cultivando um pé de pimenta cuja muda lhe fora dada por um amigo, assim esperava que não dependesse tanto de fornecedores. Por fim, Patrícia, convidou-me para que um dia visitasse o sítio e conhecesse sua mãe, se fosse de meu interesse, dizendo sobre a bela paisagem e da presença de pedras com petroglifos⁴, essas últimas também presentes na região de nascença de Linda, como ela mesma acrescentou.

Assim que Patrícia seguiu com suas compras, Linda contou-me que, de fato, era um lugar que valia a pena conhecer pois já estivera lá duas ou três vezes para comprar diretamente de D. Hermínia, uma vez que sua vinda à feira era inconstante e, mesmo quando vinha, não trazia consigo tantas mercadorias. Era comum também que fizesse compras com outros fornecedores em seus sítios para que conhecesse o local de produção de modo a avaliar a paisagem, levando em conta fatores como, por exemplo, o tipo de solo e as condições hídricas (presença de igarapés). Seus limões, segundo ela, eram particularmente suculentos porque o terreno onde seu fornecedor os cultivava era cortado por dois igarapés, além de ser margeado pelo rio Negro, o que lhe propiciava uma elevada disponibilidade de água no solo e, conseqüentemente, favorecia maior volume de suco no fruto.

Ser pesquisador-ajudante era uma valiosa oportunidade para aprender sobre essas relações que eram estabelecidas com as procedências dos produtos. Foi também valiosa por me mostrar

⁴ Petroglifos são gravuras ou esculturas feitas em rochas ou pedras. São considerados um tipo de arte rupestre. Para maiores informações a respeito, ver Valle (2012).

o quanto de deslocamento era demandado de revendedoras e produtores. Com efeito, a função de conectar e deslocar estava presente desde os primórdios da feira, como me contou Marcelino Massa, da etnia Desano, originário do distrito de Taracuá e morador na cidade havia vinte anos. Segundo seu relato, a feira remonta ao ano de 1995, quando do primeiro mandato do prefeito Juscelino Otero Gonçalves (1993-1996). Uma de suas iniciativas na governança municipal foi a criação de uma feira por meio da qual fosse possível aos agricultores indígenas ter uma fonte de renda através da venda dos produtos cultivados em suas roças. O local escolhido para criá-la foi nas adjacências do porto Queiroz Galvão, um dos principais portos de atracamento da cidade, com intenso fluxo de aportamento de pequenas embarcações de pessoas vindas de suas comunidades e de empresas de transporte fluvial, que fazem o trajeto até Manaus passando pelos municípios vizinhos de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

A feira contou com parceria, à época, do governo estadual do Amazonas por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amazonas (atualmente nomeado Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM), o qual manteve a sigla de sua instituição antecessora, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas – EMATER/AM, criada em 1977 e vinculada à Secretaria de Estado de Produção Rural e Abastecimento – Sepror, e associada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater. Sua principal função, ao lado da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, também parceira da feira, era de logística: enquanto EMATER dava apoio com embarcação, levando e trazendo os produtores do entorno da cidade, a FUNAI se responsabilizava pelo transporte terrestre na rodovia BR -307, à margem da qual se localizam sítios de agricultores indígenas.

Já no início dos anos 2000, a feira mudou de lugar e se instalou na frente da sede da prefeitura municipal, onde se localiza atualmente. Durante esse tempo, ainda conforme seu relato,

a feira foi reunindo cada vez mais “atravessadores”, isto é, revendedores, sendo a maioria mulheres.

O barco da EMATER de que nos fala Marcelino, bem como o caminhão fornecido pela FUNAI, são exemplos de como a feira conecta espaços e fazem circular pessoas e mercadorias. Na atualidade, embora a feira tenha se deslocado para o centro da cidade, a conexão com o porto, tanto quanto com a BR 307, continua.

Precificação como índices de mutualidade

A feira é um local de venda de produtos considerados “locais” ou “regionais”, como iniciativa da prefeitura municipal de valorização da produção agrícola da cidade de São Gabriel da Cachoeira, que ainda depende de importação de alimentos da capital, os quais são comercializados nos estabelecimentos comerciais, como supermercados, mercearias e estabelecimentos de pequeno porte. Um dos primeiros ensinamentos de Linda foi justamente o de diferenciar, com base nas características físicas dos frutos e farinhas, os locais dos “de fora”, associando esses últimos com um modo de produção menos orgânico e, conseqüentemente, menos saudável e saboroso.

A delimitação da localidade tanto para pessoas quanto produtos tornou-se um ponto central na compreensão de quais relações estão em jogo para que ela seja construída. Como ponto de partida, segui Bronislaw Malinowski e Julio de La Fuente (1957) em sua não tão conhecida etnografia de mercados populares no México, na qual já alertavam para uma necessária abordagem científica que fosse além de mero inventariado dos produtos vendidos, ainda que essa tarefa seja por si mesma bastante informativa. Ao etnógrafo, segundo eles, cabe transpor esses dados iniciais a fim de entender posições sociais, procedências das mercadorias, distâncias percorridas por aqueles que frequentam o mercado, seus modos de vida e consumo. Esse entendimento metodológico é também consequência de uma maneira particular de entender o espaço dos mercados: menos que sistemas fechados de distribuição, eles conduzem o pesquisador a outros lugares e trajetos, sejam

as próprias casas das pessoas que por eles circulam, sejam as rotas comerciais utilizadas. Como sintetizam, os mercados são onde se toma o “pulso econômico” de uma região, desde onde se pode seguir as “correntes de sangue” que entram e saem (MALINOWSKI; DE LA FUENTE, 1957, p. 20). De modo similar, Clifford Geertz (1979), em sua pesquisa sobre o bazar em Sefrou, cidade localizada em Marrocos, sublinha o caráter conectivo entre pessoas e lugares que o mercado exerce, o que se torna ainda mais evidente nas investigações de sua origem: Sefrou, entre os anos 900 e 1900, foi menos um centro do que um entreposto entre “economias remotas” do continente africano (p.129).

Esse enfoque sobre a conexão trazido pelos autores é particularmente interessante como aporte reflexivo porque, em relação à feira municipal, esse deslocamento de pesquisador-freguês para pesquisador-ajudante foi fundamental para atentar as diversas conexões operantes, entre pessoas e produtos, mas também entre espaços, processos esses mediados pelo trabalho. No caso de Linda, embora ela não fosse produtora daquelas mercadorias, é fundamental entender como a forja de vínculos criados com produtores e fregueses para que atue como revendedora e assim tenha fonte de renda fazem dos produtos parte de uma localidade. Isto é, não obstante seu caráter como mercadorias, eles não estão totalmente desvinculados de vínculos que o conceito de “alienação”, tal como teorizado por Karl Marx (2023) sugere. Essa criação e manutenção de vínculos por meio do trabalho é também, como pretendo argumentar, a construção de uma localidade. A atenção para a alienabilidade é uma cautela importante, como adverte Marilyn Strathern (2013) em sua densa análise sobre o matrimônio nas terras altas da Papua Nova-Guiné. A autora coloca em perspectiva a projeção irrefletida da dualidade entre sujeito e objeto no corolário ocidental, usada como lente analítica para entender a riqueza trocada pela noiva. Para a autora, essa troca não deveria ser interpretada como uma redução das mulheres à condição de propriedade, porque elas não são alienáveis nos termos de uma mercadoria. A equivalência entre elas e a riqueza, longe de objetificá-

las, está num sistema de dádivas em que a mulher, como “pessoa” e não “coisa”, é metáfora do clã de origem, tecendo relações produtivas entre este e o de destino.

Vou a uma breve explicação da teoria marxiana sobre valor, pois me interessa partir dela, sobretudo o papel de certa noção de tempo na produção do valor, para assim dialogar com meu argumento. Karl Marx em sua seminal obra “O Capital” (2023), cujo capítulo primeiro já nos apresenta o conceito de “mercadoria”, para o qual as relações sociais subjacentes à sua produção são fundamentais. Segundo ele, para que um objeto seja uma mercadoria é necessário que nele esteja contido mais do que seu valor enquanto algo útil, seu “valor de uso”. É preciso que haja nele também um “valor de troca”, isto é, um valor de uso para outrem, não para o indivíduo que o produziu. Daí decorre o que nomeia de “dupla forma” da mercadoria: a forma natural e a forma valor. Esta última forma é o que confere seu caráter essencialmente social, porque não há nada do ponto de vista de sua concretude que aluda a quanto vale. Ele advém do trabalho nela investido e, como tal, seu valor somente pode se manifestar “numa relação social entre mercadorias” (*ibid*, p. 172). Concluímos que o caráter social, na forma de trabalho investido, e o valor de troca que dele decorre, segundo Marx, é a origem de uma mercadoria.

Outro aspecto importante da diferença entre valor de uso e de troca é seu espelhamento entre o trabalho concreto, este relacionado com a produção da mercadoria, originário de seu valor de uso, e o “trabalho geral abstrato”, o qual remete não à natureza ou qualidade do trabalho para determinado bem, mas sim à sua faceta essencialmente social e quantitativa em termos unidade de tempo de trabalho. Isso significa que, para se chegar a uma equivalência de valor de troca entre mercadorias diferentes em contexto capitalista é necessário que ambas tenham a mesma quantidade de tempo de trabalho “congelado” ou as mesmas “medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado”, como diz Marx (2023, p. 163), independentemente de seu aspecto qualitativo e, por isso, abstrato. O tempo de trabalho, nesse sentido, funciona como unidade de mensuração de valor,

ainda que a equiparação seja entre trabalhos de tipo totalmente distintos. Mercadorias, portanto, à luz da teoria marxiana de valor, são incorporações de trabalho humano.

Essa teoria, conhecida como valor-trabalho, enxerga a mercadoria como uma condição inerente bifurcada em seus dois valores, de uso e de troca, e não como um estado mutável a depender do contexto social em que se insere (APPADURAI, 2019; TSING, 2013). Essa diferenciação é importante para meu argumento: são as relações sociais, situadas no espaço e no tempo, que constituem uma localidade e criam valor. Para discutir essa questão, tomo dois exemplos etnográficos: o primeiro diz respeito a como os preços de mercadorias nos dão pistas sobre vínculos entre vendedor e comprador, já o segundo trata de uma visita a um sítio feita por mim e Linda, cuja dona é uma de suas fornecedoras. Esse relato traz à tona relações com diferentes locais com os quais o sítio se conecta, incluindo a feira. As conexões evidenciadas pelas histórias contadas são, como pretendo demonstrar, parte de uma forja de vínculos e de criação de valor por meio da extensão do “espaçotempo” (MUNN, 1992).

Certo domingo, enquanto não havia nenhum freguês a ser atendido, Linda dedicou-me um tempo para me explicar os desafios de se criarem laços de confiança. Entre os fornecedores, havia os fixos e os variáveis, alguns deles também vendedores na feira, no espaço a eles reservado, o que explicava as constantes idas de Linda ao outro setor para negociar a compra de produtos que ela julgava de qualidade, não sendo necessariamente uma relação longa de confiança. Outros, por outro lado, já a conheciam e com ela tinham uma relação amistosa. Contudo, era também preciso uma certa dose de cautela, na medida em que as demais revendedoras alternavam entre comportamentos solidários e hostis. Já falamos sobre a solidariedade no caso da “cobertura” em eventuais ausências. Agora, tratemos das hostilidades.

Indagando à Linda sobre como isso acontecia na prática, disse-me que, por várias vezes, soube que outras abordaram discreta e propositalmente alguns de seus fornecedores fiéis

oferecendo-lhes por suas mercadorias um preço maior do que o que ela normalmente lhes pagava. A princípio, ponderei que poderia haver chance de não ter má-fé, visto que as abordagens para negociação são parte do trato entre elas e produtores, ao que Linda replicou não ser o caso, devido à sua consciência do preço oferecido. Por conhecer a média dos preços de cada produto vendido na feira, ela sabia que, com certas ofertas de preço elevadas não seria possível obter lucro, porque o valor de revenda ultrapassaria essa média, tornando-o menos atrativo aos fregueses. Segundo ela, calculou que a pessoa o fizera mesmo sabendo do prejuízo, o que não deixa dúvidas quanto ao intento de tirar-lhe o fornecedor. E, embora soubesse quem delas já havia feito semelhante ato, mantinha a simpatia e a disposição para auxílios diversos pois não queria lhes evidenciar sua decepção.

Aproveitei e perguntei a ela se fazia ofertas de preço a fornecedores que nem sempre visavam lucro, ao que respondeu afirmativamente, dizendo-me que havia situações em que comprava mercadorias de determinado fornecedor(a) nas quais não tinha interesse econômico, pois sabia de antemão que não lhe renderiam financeiramente para revenda, mas sim um interesse de forjar um vínculo. Ou seja, diante de uma oportunidade de ajudar a “dar saída” a certo produto, ela sabe que será lembrada por ele(a) numa oportunidade futura, podendo comprar-lhe novamente ou sendo um meio de chegar a outras famílias produtoras. “Recuerdá-te quien te dio la mano”, disse-me para expressar a expectativa de fidelidade (“lembre-se de quem te deu a mão”).

No que diz respeito à clientela, Linda também me explicou como operava variações de preço. Em outra oportunidade em que atuava ao seu lado na feira, reparei que vendera suas pimentas in natura, as quais são vendidas em copos de plástico descartáveis de 200ml, por preços diferentes a fregueses distintos, embora fosse a mesma quantidade. Ante minha indagação, disse que algumas pessoas que comprem com ela são fornecedores, seus parentes ou ainda pessoas com quem não têm vínculos, mas sabe que são de uma condição socioeconômica desfavorável e que, como

indígenas, usam pimenta em abundância na sua alimentação diária. Para esse grupo, faz preços mais reduzidos. Em oposição, havia aqueles para quem fazia o que ela falou jocosamente como “precio de gringo”, um valor mais elevado para pessoas “de fora”, que compreendem militares, profissionais de ONGs e órgãos públicos e até turistas nacionais e estrangeiros, majoritariamente pessoas brancas e de maior poder aquisitivo. No meu caso, não obstante estivesse também no grupo “precio de gringo”, reparei que, conforme avançava nesse acompanhamento como seu pesquisador-ajudante, os preços de alguns produtos que eu costumava comprar foram diminuindo, enquanto outros passaram a ser brindes quando a feira terminava, por volta das 13h, e não lhe compensava tentar vendê-los no dia seguinte.

Esse manejo de preços conforme a relação em questão, se é com freguesia, produtores ou colegas de trabalho, vai ao encontro do que Arjun Appadurai (2024, p. 5) chama de “razão agrícola”, conceito formulado a partir de sua pesquisa em meio a agricultores indianos e que exprime “formas de razão que têm um caráter universal na busca ativa de bens publicamente reconhecidos, mas que assumem a forma de lógicas, linguagens e crenças culturais altamente distintas”. Ele se opõe à ideia de que todo e qualquer comportamento calculista fosse inerentemente burguês-capitalista, como uma oposição exagerada entre modos de pensamento ocidentais e não-ocidentais. O ponto não é que o calculismo esteja ausente em outros povos, mas sim que ele é “culturalmente incorporado e articulado” (*ibid*).

No caso da feira, essa razão se traduz em cálculos não necessariamente voltados à obtenção de lucro que, mesmo quando o são, sua obtenção é combinada com outros aspectos morais e interesses envolvidos na relação de transação. Por um lado, a abdicação do lucro pode ocorrer em práticas de boicote ou mesmo para fidelizar um fornecedor que enfrenta dificuldades com um produto específico. Por outro, existe a variabilidade de preço e, consequentemente, de lucro, para um mesmo produto a depender da pessoa compradora.

Essa maleabilidade dos preços desloca preocupações eminentemente centradas na relação oferta-demanda e nos aponta outras direções para podermos divisar a constante construção de uma “base”, nos termos de Stephen Gudeman (2008), em suas múltiplas negociações e tensões. Basicamente, Gudeman defende a ideia de que a economia é constituída por “dois domínios de valor” (*two value domains*), dialeticamente conectados e frequentemente em relação de tensão, a saber, o da mutualidade, marcado pela pessoalidade e manutenção de relações sociais e o do comércio, caracterizado pela impessoalidade. As cominações entre ambos os domínios são contingenciais e manejáveis, sendo combinadas qual um espectro, em que as divisões raramente são claras. A base, seguindo sua explicação, é um dos constituintes do domínio da mutualidade e se define como uma conjunção entre elementos materiais, como recursos e ferramentas, e imateriais, que constituem uma identidade, sendo contingencial, localmente especificada, porém sem se resumir ao ambiente bruto (*ibid*, p.28).

A feira, como “base”, é permeada pelas tensões, sobretudo por combinar mutualidade e comércio de modos específicos. Há tensões em diferentes níveis: pelo fato de ter sido idealizada como uma feira especificamente voltada à geração de renda de produtores, as revendedoras que se instalaram se viam obrigadas a lidar com certa hostilidade de funcionários da prefeitura, incumbidos de fiscalizar a procedência dos produtos. Ouvi comentários depreciativos em relação à revenda tanto por parte desses funcionários quanto por parte de alguns produtores com quem brevemente conversei, sendo comum a ideia de “ganharem em cima” de quem tem roça. Não obstante, havia complacência dirigida à revenda. Alguns produtores viam vantagem em vender em atacado sua produção, poupando-lhes tempo, e, da parte da prefeitura, havia uma tolerância instaurada, uma vez que a despeito de eventuais hostilidades não se coibia o setor de revenda. No que diz respeito ao âmbito interno da revenda, como também vimos, havia tensões entre elas, permeando questões de nacionalidade inclusive, sobretudo por perceber que havia algum distanciamento das brasileiras

em relação a Linda e Dayrin, as únicas revendedoras venezuelanas.

Essas diferentes tensões, como parte da “base” se desdobram em questões que demarcam o “dentro” e o “fora”, constantemente negociados e, frequentemente, coexistentes. Desde minha própria posição como pesquisador-ajudante, posterior à condição de pesquisador-freguês, observava essas relações de mutualidade e comércio em que preços e obtenções ou não de lucro eram qual índices que denotavam as fronteiras de relacionamentos nessa base, conectando a feira a outras pessoas e espaços. Aqueles entendidos como “brancos”, ainda que fossem brasileiros e tivessem residência na cidade, não pagavam o mesmo preço de pessoas consideradas “locais”. No meu caso, ainda que fosse inicialmente tão “gringo” quanto aqueles, a redução de preços ao longo do tempo me sugeriu a forja de um vínculo não só com Linda, mas com aquele espaço, o que inclui hostilidades e diferenças. Como o próprio Gudeman reconhece, a reciprocidade implica uma possibilidade de compartilhamento de “base”:

On the other hand, reciprocity is not a completely uncertain act, because participants usually have some knowledge about the mutual responses of others or extend it to gain that knowledge and a relationship. Reciprocity is an overture - a supplication and response - of identity and base sharing (GUDEMAN, 2008, p. 41).

Pertencer a uma base ou com ela se relacionar, menos que um pertencimento em sentido estrito ou estanque, trata-se de estabelecer vínculos sociais que, certamente, implicam riscos e cálculos, porém não se confundem com os riscos de mercado. Sua imprevisibilidade inerente advém da possibilidade de rompê-los. As práticas de solidariedade, bem como de hostilidade, operantes entre as revendedoras, da mesma forma que a moralidade em torno de quem o espaço da feira é mais legitimamente ocupado, no que concerne às tensões com produtores e a prefeitura, são negociações cotidianas que evidenciam as fronteiras móveis dessa “base” e do pertencimento. Argumento que a localidade não é uma premissa, mas uma construção dependente da forja desses

vínculos diversos e nos quais se situam os produtos comercializados. Ser um produto local, portanto, tem a ver com pertencer a essa base por meio de relações, que não se limita ao contorno físico da feira, mas que se estendem pelo “espaçotempo” (MUNN, 1992). Na próxima seção, mantenho a preocupação de discutir relações de mutualidade, mas atentando para uma interface com noções de “valor” e de extensão do “espaçotempo” a partir de relato etnográfico em que narro uma visita a um sítio de uma de suas fornecedoras.

Visitando o sítio de D.Hermínia: estendendo o espaçotempo

Certa vez, eu e Linda visitamos o sítio de D. Hermínia, sua fornecedora e mãe de Patrícia. Linda já o havia visitado, não só porque era uma maneira de comprar sua mercadoria, mas também por ser o “contato com a natureza” uma forma de “recarregar as energias”, como me dissera.

O local estava situado a aproximadamente uma hora do centro da cidade, próximo ao porto de Camanaus, o principal da cidade, na margem do rio Negro que lhe é oposta, sendo, portanto, Terra Indígena demarcada, a TI Médio Rio Negro I. Saímos bem cedo para pegar o ônibus que percorre a estrada de Camanaus, desembarcando em um ponto já relativamente distante da cidade e onde se abre um ramal em meio à floresta, percorrido a pé. Depois de aproximadamente 30 minutos de caminhada, chegamos à margem do rio, na qual o irmão de Patrícia nos esperava com seu barco para fazer a travessia de mais ou menos 15 minutos até o outro lado, onde se encontrava o sítio.

Entre os vários fatos que transcorreram ao longo do dia, marcou-me a relação de afeto que Linda mantinha com Patrícia e sua mãe, D. Hermínia, a qual atravessava a relação comercial, tanto que Linda não foi embora ao fim do dia sem comprar alguns produtos da roça de D. Hermínia.

Chegando na roça, Patrícia me mostrou com orgulho um vistoso pé de pimenta cuja muda lhe fora dada por Linda como presente, um destaque espontâneo que fizera em meio a vários outros

cultivos porque eu era conhecido como o “pesquisador de pimentas”. Momentos depois dessa caminhada, fomos tomar um banho de rio, onde ficamos eu, ela e Patrícia conversando, sendo a primeira vez que Linda falou sobre sua ascendência indígena, a qual sua mãe, muito católica, preferia não incentivar. Falou também como se divertia quando criança no sítio de sua família. Uma de suas memórias, por exemplo, suscitada enquanto nos banhávamos, foi do filhote de jacaré que tivera de estimação, o que muito me espantou e provocou risos de Linda.

Ainda ali, comemos frutos do “Inajá”, uma palmeira da região amazônica. Linda contou-me que este era um alimento também presente na Venezuela, conhecido como “cucurito”, em espanhol. O curioso é que, segundo ela, lá este não é um alimento valorizado para humanos, porque é usado como ração para porcos. No entanto, passou grande parte de sua infância na área rural e seu irmão mais velho, já falecido, colhia os cachos mais vistosos para comerem juntos. Confessou-me que chorou muito ao ver inajás em São Gabriel, pois imediatamente se lembrou dele e reviveu a dor da perda, já que ele falecera ainda jovem por afogamento no rio. “Viajei”, disse ela, referindo-se às memórias suscitadas. Disse-me, ainda, que via certa ironia no trabalho de feirante que nunca imaginou que desempenharia; muitos dos gêneros agrícolas que ora vendia eram consumidos por ela em sua infância e juventude em abundância sem mediação pelo comércio, porque ou eram obtidos diretamente do ambiente ou eram trocados em relações de vizinhança e intimidade. “Agora me sustentan”, afirmou.

Patrícia também nos contou brevemente histórias de seu passado que se relacionavam com o sítio onde estávamos. Contou-nos que, quando criança, no período de férias escolares ajudava sua mãe na roça e na feira municipal, vendendo a produção e assim tendo dinheiro para a compra de seu material escolar. Atualmente, além da venda para Linda, parte dos limões colhidos era levada por Patrícia à sua filha mais velha em Manaus, que é dona de uma lanchonete onde se vende, entre outras bebidas e lanches, limonada feita de seu suco. Segundo ela, não se encontram

em Manaus limões como aqueles. Por fim, falou-nos sobre seu sobrinho que cursava agronomia justamente por influência da avó e a convivência no sítio.

Dirigir-me a uma das origens dos produtos de Linda, fez com que eu entrasse em contato com histórias de outros lugares e tempos, particulares a cada uma delas. As narrações em determinados pontos do sítio ou no caminho para ele moveram-me a refletir sobre a interrelação entre lugar, tempo e valor. Um primeiro aporte conceitual dessa proposta reflexiva é a noção de “escrita topográfica”. Originalmente cunhado pelo antropólogo Fernando Santos Granero, esse conceito é mobilizado por Stephen Hugh-Jones (2016) para analisar as mito-histórias de origem do mundo segundo povos pertencentes aos troncos linguísticos Arawak e Tukano do noroeste amazônico. Basicamente, ele expressa como iconografia não se limita a padrões de cestaria e desenhos, abrangendo também elementos da paisagem onde ocorreram importantes eventos ou por onde passaram entidades míticas contadas nas narrativas orais, de modo que percorrer a paisagem é acompanhar o enredo de uma história. A temporalidade dessas narrativas, segundo ele, é marcada por outras formas de se pensar o tempo, nas quais a linearidade se combina com a circularidade e cuja estrutura, longe de estanque é sempre mutável, incorporando ao mito fatos históricos. Isso é patente pela presença de personagens brancos, como missionários e agentes coloniais, que se tornam presentes nos mitos sobre a origem do mundo e, por isso, refletem uma passagem do mito à história. Esse entendimento marcado pela transformação é também sublinhado por Barbará (2024, p. 6), que, ao analisar mitos de origem da humanidade do noroeste amazônico, conclui que “a relação entre mito e história não se caracteriza como uma oposição rígida, mas como uma relação na qual as transformações acontecem através das ações humanas no cotidiano da vida coletiva”.

Inspiro-me na “escrita topográfica” não para enquadrar as histórias que ouvi como mitos, mas como ferramenta para compreender a relação entre espaço e tempo para certas noções de valor. A ida ao sítio, bem como os deslocamentos que lá fizemos, são acompanhados de algumas

histórias nas quais outras épocas, tanto quanto outros lugares e pessoas, como Venezuela e Manaus, aparecem como memória em história narrada. Que “valor” é possível depreender desse contexto?

A teoria do valor-trabalho marxiana opera com uma noção de temporalidade bastante precisa: o valor de troca de uma determinada mercadoria é equivalente ao tempo de trabalho abstrato incorporado, isto é, uma média de tempo calculada para a produção desse bem em determinada sociedade. O trabalho, portanto, é traduzido em tempo, que estaria materializado na mercadoria pronta, podendo os preços divergir de seu valor “real”. Desde sua formulação, são apontados limites de sua aplicabilidade e premissas, destacando-se dois “apriorismos” fundamentais: (i) a economia e criação de valor como circunscritos à esfera da produção; (ii) mercadoria como uma condição e não como estado temporário (APPADURAI, 2019, p. 22). Não cabe aqui discorrer sobre as inúmeras críticas ou validações à sua teoria, mas manter sua ideia de tempo de modo a estabelecer diálogos com outras linhas teóricas acerca da problemática do “valor”. Menos do que um atributo inerente a um objeto ou a uma fase do processo econômico (produção, circulação, troca e consumo), há nuances que permitem pensar o valor nos entremeios e nas relações situadas espacial e temporalmente.

A interface entre valor e “espaçotempo” fica mais clara com o trabalho de Nancy Munn (1992) em sua pesquisa na ilha de Gawa na Melanésia, uma das ilhas participantes do circuito de trocas Kula, etnografado por Bronislaw Malinowski (GRAEBER, 2001, p. 45). O argumento de Munn é que as conchas, longe de circularem em um espaço-tempo previamente dado, têm sua circulação realizada em espaço-tempo no qual os sujeitos são agentes ativos em sua construção. Essa concepção é fundamental para a compreensão de sua teoria de valor uma vez que o caráter construtivo particulariza o espaço-tempo em um “espaço-tempo sociocultural” (“sociocultural spacetime”), o qual se faz como um parâmetro de valor. Segundo ela, o valor se ancora numa ação ou ato por meio do qual se expande o que chama de “espaço-tempo intersubjetivo” (“intersubjective

spacetime”), definido como um espaço-tempo de relações de alteridade formado por meio de práticas (*ibid*, p.9). O foco de Munn é na ação como valor. Nesse sentido, o circuito de trocas do Kula é um regime de dádiva em que o ato de trocar é contextualizado: a ação de troca que gera expectativa de reciprocidade é também conectora de espaços (distâncias geográficas entre ilhas) e tempos (duração e frequência das trocas) entre sujeitos. O valor, menos que residir substantivamente no objeto, está lastreado no potencial das práticas ou atos que estendem e transformam o “espaço-tempo” de maneira interinsular, para além de Gawa, formando uma “extensão do self” (p.12). É por isso que Munn sublinha a importância para um gawense de ser lembrado: ao estender seu self por meio da ação de trocar, existe a expectativa de nova viagem de retorno daquele que foi receptor da dádiva, do objeto que emana algo do seu doador, para retribuição futura.

Além do trânsito interinsular, há o “kula speech” (“discurso do Kula”, tradução minha), outra dimensão por meio da qual as conchas trocadas são valoradas. Trata-se das conversas e troca de informações que correm em paralelo às trocas de concha e que remetem às suas histórias de procedência e de seus doadores, informações essas que são de conhecimento valioso para os viajantes. Quanto mais um nome circula junto às conchas, mais famosa se torna a pessoa, mais estendido seu espaçotempo e, por conseguinte, maior sua capacidade de ter conchas e as trocar. A “fama”, que inclusive dá título ao livro, decorre justamente dessa circulação.

A experiência de visita ao sítio, híbrida entre trabalho e lazer, dádiva e mercado, mostra como uma origem, isto é, de onde vêm certos produtos vendidos por Linda, é desdobrada em relações entre pessoas e lugares distintos. Menos que plotá-los, qual pontos em mapa, interessa perceber como se conectam e como as conexões expressam relações “espaço-temporais” de valor. Conforme nos deslocávamos pelos espaços do sítio, as histórias eram contadas, fosse sobre lá ou alhures. As histórias sobre aquele local, como “escrita topográfica”, são abertas a conexões e mudanças, mostrando as relações do sítio com o município de Atures, na Venezuela, onde Linda

nasceu, bem como com a feira municipal em São Gabriel e a capital, Manaus.

Entendo que a fala de Linda sobre ser hoje sustentada financeiramente com o que comia por meio de relações de dádiva ou obtenção direta da natureza expressa um valor não-mercadológico ainda presente. Ao dizer que eles agora a “sustentam”, inferindo a renda financeira obtida pela revenda, não exclui que também sejam o que a conecta com novas pessoas e lugares em uma nova “base”. As histórias contadas, portanto, têm seu valor no vínculo que expressam: a partilha das narrações é uma demonstração de relação com o ambiente tanto quanto com pessoas. Do lado de Patrícia, esses vínculos são o que permitiu uma trajetória de novas possibilidades profissionais. Ao me dizer sobre a importância de seus filhos irem ao sítio da avó para “não se esquecerem da onde vieram” e assim “darem mais valor”, embora seja um lugar geográfico, é igualmente um espaçotempo que se estende. Localidades, bem como pessoas, se vinculam. David Graeber credita a Munn um importante insight que “quebra”, em suas palavras, a dicotomia entre dádiva e mercadoria:

Rather than having to choose between the desirability of objects and the importance of human relations, one can now see both as refractions of the same thing. Commodities have to be produced (and yes, they also have to be moved around, exchanged, consumed . . .), social relations have to be created and maintained; all of this requires an investment of human time and energy, intelligence, concern. If one sees value as a matter of the relative distribution of that, then one has a common denominator (GRAEBER, 2001, p. 45).

Considerações finais

Neste artigo, procurei refletir as interfaces entre valor, tempo e espaço. Ao me debruçar sobre o problema da “regionalidade” dos produtos, percebi que esta não poderia ser tomada como uma variável apriorística: há muito trabalho para construí-la. Acompanhar Linda foi um testemunho de como ela, enquanto mulher migrante venezuelana, conseguiu se estabelecer em uma nova cidade e em novo trabalho. Em particular, interessou-me refletir como a manutenção de

relações de mutualidade e de comércio operam naquele ambiente. A partir de Gudeman (2008), intentei mostrar que o conjunto de relações estabelecidas no espaço da feira deve ser entendido de modo conectivo, tanto entre os setores quanto entre a feira e outros locais de produção. Isso porque, como uma “base”, as comercializações e precificações em jogo não estão subordinadas integralmente à esfera do mercado: importa a feitura de vínculos de confiança e de conhecimento no modo como os produtos são valorizados. Ser “dali” ou “de fora” é um atributo dependente dessas relações e de sua mutabilidade.

Em um segundo momento, procurei demonstrar como a questão da localidade é composta por histórias que dizem respeito a vários lugares e o deslocamento por eles. As histórias contadas na visita ao sítio mostram uma relação de trabalho entre Linda e Patrícia na qual existe investimento de tempo e deslocamento. O tempo objetificado em uma mercadoria por meio do trabalho, como vemos com Marx, dá margem a outras temporalidades em que os lugares importam. A forja de relação entre elas passa por entender como as transações comerciais estão imbricadas com locais de origem que se estendem e se conectam pela mobilidade. Assim, Munn nos ajuda a ver como as relações sociais são os vínculos por meio dos quais as histórias de tempos e lugares se estendem, uma vez que eles não têm valor em si mesmos, mas em suas extensões.

Referências bibliográficas

APPADURAI, Arjun. **Agricultural reason in the shadow of subsistence capitalism: a rural ontology from Western India**. Chicago: HAU Books, 2024.

APPADURAI, Arjun. Introdução. *In*: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Antropologia e Ciência Política: Editora da UFF, 2019. p. 15–81.

BARBARÁ, Michel. Entre o mito e a história: os sentidos da civilização entre os Yuhupdeh do alto rio Negro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 19, n. 3, p. e20230112, 2024. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2023-0112>.

CANDOTTI, Fabio Magalhães; MELO, Flávia. Para além da integração e do isolamento: mobilidades e presenças na Amazônia urbana. **Mundo Amazônico**, v. 13, n. 1, p. e101227, 1 fev. 2022. <https://doi.org/10.15446/ma.v13n1.101227>.

GEERTZ, Clifford. Suq: the bazaar economy in Sefrou. **Meaning and order in Moroccan society: three essays in cultural analysis**. New York: Cambridge university press, 1979. p. 123–313.

GRAEBER, David. **Toward an anthropological theory of value: the false coin of our own dreams**. New York: Palgrave, 2001.

GUDEMAN, Stephen. **Economy's tension: the dialectics of community and market**. Oxford: Berghahn, 2008.

HUGH-JONES, Stephen. Writing on Stone; Writing on Paper: Myth, History and Memory in NW Amazonia. **History and Anthropology**, v. 27, n. 2, p. 154–182, 14 mar. 2016. <https://doi.org/10.1080/02757206.2016.1138291>.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao Lago de Leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro**. São Paulo: ED. UNESP, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw; DE LA FUENTE, Julio. La economía de un sistema de mercados en México - un ensayo de etnografía contemporánea y cambio social en un valle mexicano. **Acta Anthropologica**, v. 1, n. 2, p. 186, 1941 1957.

MARX, Karl. **O capital: Livro I**. trad. Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2023.

MORAIS, Dulce Meire; ORJUELA, Florinda Lima; ORJUELA, Norma Lima; NIETO OLIVAR, José Miguel. Regimes de presença e mobilidade no noroeste amazônico: o caso tuyuka em São Gabriel da Cachoeira. **Mundo Amazônico**, v. 13, n. 1, p. e95793, 20 jan. 2022. <https://doi.org/10.15446/ma.v13n1.95793>.

MUNN, Nancy D. **The fame of Gawa: a symbolic study of value transformation in a Massim (Papua New Guinea) society**. Durham: Duke University Press, 1992.

STRATHERN, Marilyn. Sujeito ou objeto? As mulheres e a circulação de bens de valor nas Terras Altas da Nova Guiné. *In*: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico**. São Paulo: Cosac Naify,

2013. p. 109–132.

TSING, Anna. Sorting out commodities: How capitalist value is made through gifts. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 3, n. 1, p. 21–43, mar. 2013. <https://doi.org/10.14318/hau3.1.003>.

VALLE, Raoni Bernardo Maranhão. **Mentes graníticas e mentes areníticas: fronteira geocognitiva nas gravuras rupestres do baixo rio Negro, Amazônia setentrional**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-12042013-163726/>. Acesso em: 12 abr. 2025.



ARTIGOS LIVRES

Os lugares não certos dos vaqueiros da ilha de Marajó

Euclides Araújo Ribeiro

Miguel Aparicio

Quem é pardo no Amazonas? Perfil étnico-racial e identidades dos pardos amazônicos

Leonardo Rafael Leite da Rocha

Pollyanne Silva de Oliveira

Giuseppina Marsico

Os lugares não certos dos vaqueiros da ilha de Marajó

The not right places of the cowboys of Marajó Island
Los lugares no ciertos de los vaqueros de la isla de Marajó

Euclides Araújo Ribeiro¹

Miguel Aparicio²

Resumo: O artigo propõe uma leitura dos “lugares não certos” dos vaqueiros do Marajó: espaços carregados de significados que funcionam como portais simbólicos entre o visível e o invisível. Ancorado em uma etnografia situada na Fazenda Mineiro, na comunidade de Cima do Teso, o texto dá centralidade à escuta dos vaqueiros, cujas narrativas orais revelam experiências sensíveis e relações indissociáveis entre humanos, não humanos, animais e paisagens. Locais como a Ponta do Maguary, o Furo do Bode, o Xixá do Carro, as Três Ilhas e o Dom Ramiro constituem territórios onde o natural e o sobrenatural se entrelaçam por meio de sinais, assombros, encantarias e prenúncios. O artigo sustenta que os “lugares não certos” não devem ser compreendidos como meros espaços de anomalias ou superstições, mas como fronteiras de conhecimento que envolvem sensorialidade, ancestralidade e resiliência. Com base na cosmologia amazônica e na oralidade dos vaqueiros, defende-se que esses territórios são constitutivos de uma identidade singular e expressam uma linguagem própria de leitura e orientação do mundo. Conhecê-los implica reconhecer outras epistemologias, em que o silêncio, o respeito e a escuta atuam como dispositivos de saber. Trata-se de uma cartografia sensível, onde memória, corpo e território se confundem num só movimento.

Palavras-chave: Cosmologia; Oralidade; Etnografia; Encantamento.

Abstract: The article proposes a reading of the “uncertain places” of the Marajó cowboys: spaces loaded with meaning that function as symbolic portals between the visible and the invisible. Anchored in an ethnography situated at Fazenda Mineiro, in the community of Cima do Teso, the text centers the listening of the cowboys, whose oral narratives reveal sensitive experiences and inseparable relationships among humans, non-humans, animals, and landscapes. Places such as Ponta do Maguary, Furo do Bode, Xixá do Carro, Três Ilhas, and Dom Ramiro constitute territories where the natural and the supernatural intertwine through signs, hauntings, enchantments, and omens. The article sustains that the “uncertain places” should not be understood as mere spaces of anomalies or superstitions but as frontiers of knowledge that involve sensoriality, ancestry, and resilience. Based on Amazonian cosmology and the cowboys’ oral tradition, it is argued that these territories are constitutive of a singular identity and express a particular language of reading and orientation in the world. To know them implies recognizing other epistemologies in which silence, respect, and attentive listening act as knowledge devices. It is, thus, a sensitive cartography, where memory, body, and territory merge into a single movement.

Keywords: Cosmology; Orality; Ethnography; Enchantment.

¹ Graduado em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Especialista em Coach e Gestão Estratégica de Pessoas (UNOPAR). Mestrando em Ciências da Sociedade. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7794-0099>. E-mail: mentbrilhante@gmail.com.

² Doutor em Antropologia Social - Museu Nacional/UFRJ. Docente no Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade - Universidade Federal do Oeste do Pará - ORCID: <https://orcid.org/my-orkid?orkid=0000-0003-2076-5214>. E-mail: mgl.aparicio@gmail.com.

Introdução

Estas páginas surgem a partir de um ponto específico no tempo e no espaço – a comunidade de Cima do Teso, mais precisamente a Fazenda Mineiro, na Ilha de Marajó, a 4,5 km da beira do Arari, rio que banha a cidade de Cachoeira do Arari e a separa de Ponta de Pedras, município vizinho. Foi nesse lugar que nasci, cresci, escutei, aprendi e testemunhei tudo aquilo que agora compartilho, juntamente com o professor Miguel Aparício, orientador da pesquisa³ que também é memória⁴. O que aqui se apresenta não é só uma narrativa etnográfica, mas fragmentos de uma história construída no interior, entre bichos, sol, terra, água e lama. Escritas na convivência e no silêncio que só quem conhece uma fazenda da Ilha de Marajó poderia compreender, estas folhas são estilhas que misturam pertencimentos, afetos e escutas. E, sobretudo, têm a intenção de soar como um convite a se pensar como o vaqueiro nascido na Ilha dá sentido aos lugares onde, às vezes, o tempo escolhe passar devagar.

Desde antes de ingressar no curso de mestrado, acalentava o desejo de escrever sobre a vida das pessoas desse lugar, mas me faltavam motivos e até um pouco de coragem. Contudo, as orientações recebidas me fizeram compreender que, mais do que uma vontade, era um chamado silencioso de meus ancestrais, que ecoava sobre mim desde a infância, quando ainda morava no Mineiro e percorria os campos para ajudar meus pais na lida dos animais. Nesse período, a experiência vivida na infância — moldada pela interação e convivência entre humanos, animais e

³ Este ensaio é parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulada “A vida do vaqueiro marajoara “d’outro” lado do rio: uma abordagem etnográfica”, defendida pelo autor em 21.05.2025, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade – PPGCS, na Universidade Federal do Oeste do Pará. A pesquisa foi desenvolvida sob a orientação de Miguel Aparício Suárez, cuja escuta crítica e acompanhamento acadêmico foram fundamentais na consolidação desta escrita.

⁴ A pesquisa foi desenvolvida por um filho de vaqueiros na comunidade de Cima do Teso, formada por fazendas que compartilham o mesmo espaço, porém delimitadas pela independência de cada uma. Os dados foram extraídos das conversas, das narrativas e das lembranças dos vaqueiros e, principalmente dos relatos feitos pelos filhos dos vaqueiros Lavino e Anamaria, que viveram por longos anos na fazenda Mineiro. Localizada no município de Ponta de Pedras, essa propriedade tem como referência urbana a cidade de Cachoeira do Arari, na Ilha de Marajó, no Estado do Para.

paisagens — foi, aos poucos, se tornando memória. Então, enquanto buscava fazer o resgate da figura do Tibinho, me perguntava: como escrever sobre meus pais sem falar de outros vaqueiros que também percorreram esse território, montando cavalos-jangadeiros, ariscos, em meio aos bichos?

Diante disso, escolhi reunir todos eles sob uma mesma designação: *vaqueiro marajoara*, expressão que acolhe homens, mulheres, jovens e antigos, e que pretende dar conta de uma coletividade cuja história se entrelaça para formar um mundo imaginário que ficou conhecido como os “lugares não certos”. Assim sendo, entre a reflexão e a vida nesse interior, o vaqueiro marajoara representa o motivo, e a Fazenda Mineiro, o lugar onde foram sedimentadas as histórias imaginárias e as narrativas magníficas feitas pelas pessoas dali. Dessa forma, a fazenda, além de dar sustentação a esta escrita, emerge como um lugar de partilha das narrativas feitas pelos próprios vaqueiros, que provam ter a sutileza e a sensibilidade dos grandes narradores.

A fazenda mineiro

Esse é um lugar onde o tempo parece não ter pressa. Ali, os dias passam no compasso dos animais, no ressoar dos cascos dos cavalos na terra e no silêncio da madrugada quebrado pelas vacas búfalas chamando por suas crias, bem na porteira do curral. Foi ali que nasci e foi ali que fui criado. Esse lugar é um organismo vivo, onde pessoas, bichos e histórias nascem, vivem e se movimentam juntos, como se fizessem parte de um mesmo corpo. Essa fazenda foi fundada na primeira metade da década de 1970, no século XX, em uma época que morar “d’outro” lado significava atravessar o rio Arari, de casco ou a nado, para estudar ou vender leite em Cachoeira, no mundo urbano mais sociável e, depois, retornar para a fazenda, para o convívio da família, de pessoas amigas, animais, paisagens e, enfim, encantamentos.

Foi nesse lugar que viveram meus pais, Lavino Ribeiro e Anamaria, e onde parte dos meus irmãos nasceram e cresceram. Seu Lavino era dessas pessoas que não falavam alto, mas quando

abriam a boca, a fala era na medida certa. Seus gestos e olhares ensinavam, orientavam mais do que seus discursos. Dona Anamaria, por sua vez, ainda equilibra a sabedoria de quem estudou na cidade e morou longos anos no campo. Entre cuidar das crianças, da casa, preparar os alimentos e contar histórias para entreter os filhos, ela foi a única professora de lá — ela dizia que cabeça de gente não foi feita só para nascer cabelo, criar piolho e carregar chapéu, mas para aprender tudo o que fosse útil e descartar as futilidades. Os filhos, nós, os mais moços, aprendemos a ler e a escrever com ela e fomos moldados pela mesma linguagem como eram tratados os bichos, com respeito às diferenças e às individualidades. Nesse lugar, dormíamos em redes armadas e enfrentávamos o sereno frio das madrugadas que cegavam as estradas.

Nesse tempo, a fazenda Mineiro ganhou relevância e se tornou ponto de referência para outras propriedades — aquelas do Cuberto, do outro lado do rio, e as que ficam “dentro da cerca”, como o papai chamava as fazendas mais afastadas, mas conectadas pelas porteiras das cercas de arames e das águas dos igarapés. Ela começou como um rancho improvisado, abrigo de tralhas e de gente, mas foi adicionando corpo à alma que já continha, conforme os rebanhos cresciam, as pessoas chegavam e os relatos se assentavam por um copo de café fresco. Seus primeiros usos misturavam o prático e o simbólico - guardar tralhas e arreios, proteger bodes e carneiros, e a família do seu Lavino. Ali, muitas histórias de ‘lugares não certos’, como o papai definia a partir das histórias de visagens que surgiam, foram depositadas. Essas narrativas, hoje, dão forma à espinha dorsal desta escrita.

Nesse pedaço de chão, há muitas marcas visíveis, e outras invisíveis. Do lado de fora, escondidos, há cacos de cerâmica enterrados nos fundos da casa-sede que revelam uma presença antiga, anterior à chegada dos vaqueiros, que alguns dizem se tratar de um cemitério indígena. E, do lado de dentro, há memórias que só podem ser acesas à boca da noite na prosa que antecede o sono. É comum os vaqueiros mais velhos se lembrarem dos “lugares não certos” - regiões en-

cantadas que ainda causam arrepios e fazem o vaqueiro tremer e respeitar esses locais. A *ponta do Maguary*, o *furo do Bode*, o *Xixá do Carro*, as *Três Ilhas* e o *Dom Ramiro* são nomes que se repetem e se ressignificam em cada geração, em cada ouvido e olhares atravessados pela cerração da madrugada que irriga o pasto seco e molha os campos no verão.

Essas razões me permitem afirmar: esse lugar não é apenas um cenário ou uma lembrança, mas um personagem que pulsa. E a gente respira junto com quem ali vive e ali viveu. Logo, é mais do que um espaço ingênuo, é um território de lembranças, uma fronteira entre o mundo visível e o imaginado, onde o acontecido segreda — ora pelo sopro de um boi nervoso, ora pelo olhar desconfiado de um cavalo jangadeiro, ora pelo calafrio que percorre, através da oralidade, as costas de quem sabe que está pisando em um lugar respeitado: um campo onde o vaqueiro marajoara não anda só, mas ladeado por memórias, presenças e silêncios.

Esses nomes e relatos que se ressignificam em cada geração são como testemunho vivo dos encantamentos que percorrem o território e atravessam os sentidos do vaqueiro marajoara. A presença dos encantados nesta parte da Amazônia, afinal, não se restringe ao imaginário: ela pulsa nas travessias e nas histórias que moldam a convivência entre gente, bichos e paisagens. Na introdução de *Isso tudo é encantado*, Florêncio Vaz (2013) revela como figuras como o Boto, a Cobra Grande e o Curupira fazem parte do cotidiano do ribeirão, com ressonâncias que também ecoam nas vivências do vaqueiro marajoara, transmitidas de geração em geração como saberes que orientam o viver. Romcy-Pereira (2018), em suas reflexões sobre o Baixo Tapajós, mostra como esses seres encantados contribuem para a constituição dos lugares e dos laços entre humanos e não humanos, como se a terra tivesse ouvidos e memória própria. Já Kauã Vasconcelos (2022), escrevendo sobre a Ilha de Marajó, propõe que os encantados se afastam diante das mudanças climáticas e urbanas, como se silenciosamente denunciassem o descompasso entre o mundo tradicional e o mundo insone que se impõe. Juntos, esses autores ajudam a reconhecer os encantados como entidades que

atravessam o vivido e o narrado, exigindo escuta, respeito e a delicadeza de quem pisa devagar por campos cheios de memória.

Entre campo, corpo e memória: meu caminho na pesquisa

Nessa etnografia, estive presente tanto como pesquisador quanto como nativo que sente, escuta e compartilha. O percurso foi marcado por travessias e reencontros — de lancha e internos —, com ajustes metodológicos criativos, mas com a sensibilidade para transformar entrevistas formais em conversas naturais. Com isso, os laços foram sendo refeitos entre vaqueiros marajoaras de diferentes épocas, especialmente entre aqueles que figuram como personagens dessa história — seu Lavino (*in memoriam*) e Dona Anamaria, meus pais vaqueiros, cujas escutas cheias de afeto e sabedoria me conduziram em direção ao peso e ao valor de dizeres tão antigos como “mucufô não se cria” e “de peito aberto”. Essas expressões não apenas revelam uma filosofia de vida, mas desenham o vaqueiro como agente de sua própria cultura.

A interação direta muitas vezes foi mediada pelas redes — pelo WhatsApp, pelas chamadas de vídeo — com o vaqueiro feitor da fazenda Mineiro, que somada ao respeito pelas encantarias e pela linguagem local, mostrou que meu corpo em campo não esteve apenas coletando dados: ele esteve interagindo, reabitando, interferindo e sendo afetado por esse espaço marajoara. É nessa costura entre o físico e o invisível que a narrativa deste trabalho foi sendo bordada com um retrato comprometido e carinhoso da comunidade de Cima do Teso, lá na Ilha de Marajó.

A pesquisa foi híbrida e orgânica. A ida à cidade de Cachoeira do Arari não só me levou à Fazenda Mineiro como também a encontros marcantes com pessoas como o casal de vaqueiros, Cabo Zeca e Dona Dina, mesmo enfrentando dificuldades de locomoção e de saúde. As entrevistas planejadas como semiestruturadas rapidamente viraram trocas espontâneas, como deve ser quando o outro nos fala de si com generosidade. E depois, com a ajuda das ferramentas digitais, mergulhei

nas lembranças dos vaqueiros de outras fazendas — como João Balá, da Flecheira — continuando a escuta, mesmo à distância.

Minha posição foi a de observador-participante, mas mais do que isso: estive afetivamente implicado e ético no compromisso de dar lugar às vozes que falam de uma ancestralidade que vive. As memórias, minhas e as deles, alimentaram um processo encarnado e reflexivo de escuta, revelando encantarias, modos de fazer, filosofias e gestos que compõem a vida no Marajó. Essa etnografia é, assim, o resultado de um percurso sensível e comprometido, atravessado pelas vozes que pulsam do outro lado do rio Arari, na comunidade de Cima do Teso.

Lugares não certos, lugares respeitados

Figura 1 – Mapa interligando a fazenda Mineiro aos lugares não certos



Fonte: Euclides Ribeiro, com imagens do Google Maps.

Os vaqueiros da ilha de Marajó identificam alguns locais nos territórios onde atuam como “lugares não certos”, que implicam em paisagens carregadas de significados que transcendem o material e projetam entrelaçamentos entre humanos e não humanos. Essas áreas, situadas “do outro lado do rio”, inspiram memórias de encontros com seres encantados e presenças extraordi-

nárias que transbordam a espacialidade do cotidiano. A experiência de transitar por esses lugares faz do vaqueiro um grande contador de histórias. Ali vivencia “um sereno repentino que o impede de enxergar um palmo à frente na estrada”, avista animais e vultos no campo e experimenta preságios, tremores, calafrios.

Tais vivências superam o plano individual e alimentam um imaginário coletivo que transforma essas paisagens em portais simbólicos. Nesse contexto, o racional cede lugar ao místico, inserindo o vaqueiro em um espaço multi natural que desafia a lógica ocidental e reafirma outro tipo de relações entre humanos e paisagens, em estreita sintonia com as cosmologias amazônicas (Viveiros de Castro, 1996; Wawzyniak, 2003) que reinterpretem as fronteiras entre o social, o natural e o sobrenatural. Até mesmo o animal que o vaqueiro conduz, ou que é conduzido por ele, reage de modo abrupto, atípico, com assopros nervosos, passos acelerados e olhares fixos, oferecendo aos olhos humanos uma evidência de que algo fora do comum se manifesta. Essas reações não apenas refletem a manifestação de vivências especiais, mas também destacam a íntima sintonia entre o vaqueiro, os animais e o ambiente, um elo que desborda o físico e adentra outros níveis de imanência.

Sob uma lente etnográfica, essa maneira de reagir dos animais e as percepções do vaqueiro podem ser consideradas como componentes de uma lógica que atribui significados outros às experiências vividas nesses lugares. Para o vaqueiro marajoara, esses espaços se tornam portais para o desconhecido, marcando a relação complexa entre o natural, o sobrenatural e o imaginário coletivo marajoara.

Para os vaqueiros da ilha de Marajó, esses lugares constituem verdadeiros portais que expressam uma cosmologia multidimensional que vincula no território a dimensão do conhecido e do desconhecido. O conceito de “não certo” emerge com veemência nas narrativas dos mais velhos da comunidade de Cima do Teso. Suas histórias, por vezes associadas a fenômenos pouco compreendidos, refletem não apenas o imaginário coletivo do vaqueiro, mas também a maneira como

esses espaços ajudam a construir suas identidades. Tais narrativas são mais do que simplesmente “imaginárias”: elas desempenham um papel social decisivo na estruturação do cotidiano do Marajó e na percepção de mundo do vaqueiro marajoara, mostrando como esses espaços conectam o passado e o presente (Délcia Pombo, 2014).

Por outro lado, nessa comunidade, as experiências são moldadas por uma visão contrastiva do mundo, frequentemente expressada pelos mais antigos como “do lado de lá” e “do lado de cá.” Essa dualidade não apenas delimita geografias, mas também traduz vivências distintas, em que a fluidez entre diferentes mundos — o visível e o invisível — organiza a cosmologia regional. Essa perspectiva ajuda a compreender como as sensações captadas pelos olhos do vaqueiro se diferenciam profundamente daquelas experimentadas pelos animais que o acompanham. Essas diferenças se tornam mais marcantes em momentos de tensão e misticismo: arreios adornados para formar uma cruz na testa dos cavalos são vistos como proteção espiritual e material contra o desconhecido. A mesma prática se aplica aos búfalos e aos bois mansos.

Nesse contexto, dois fatos se destacam na origem dos “lugares não certos”, amplamente legitimados pelas narrativas ancestrais. Primeiro, “pelo lado de cá”, o vaqueiro da ilha de Marajó vivia sob uma liberdade limitada, não sendo reconhecido plenamente em seus direitos, apesar de ser considerado “pessoa livre”. Segundo, “pelo lado de lá”, essa mesma liberdade era concretizada no espaço aberto dos campos, sobre o lombo de seus companheiros de jornada: cavalos, bois e búfalos. Dessa forma, esses espaços se tornam tanto lugares de proteção quanto de resistência cultural, e de certa forma social, ao mesmo tempo em que revelam uma própria lógica explicativa do mundo, que sustenta identidade marajoara. Como sugere Pombo (2014), o imaginário coletivo do vaqueiro contribui para ressignificar as paisagens marajoaras e transformá-las em territórios de memória e pertencimento do vaqueiro. Vejamos como são concebidas estas paisagens a partir das narrativas vaqueiras da região.

Ponta do Maguary

Na região do Marajó abordada neste estudo, os vaqueiros consideram que cada lugar tem um dono que age como guardião, protetor (Fausto *apud* Cabral de Oliveira, 2016). Assim, em cada lugar que visitava ao longo do dia, Tio Lota, pai do vaqueiro Lavino, primeiro saudava a entidade guardiã do local e, em seguida, pedia permissão para entrar e realizar a ação pretendida, conforme relata Agnaldo, seu neto, que conviveu com ele por um longo período na região do velho rio Tarumã, na área do Maguary. Segundo ele:

Tio Lota não fazia oferendas ou promessas, apenas acendia velas em casa, antes de sair de casa e quando retornava, agradecia fazendo suas orações. Na mata, no campo e no igarapé, ele observava as respostas que vinham pelo avistamento repentino de algum animal, inseto ou pelo movimento das folhas das árvores (Agnaldo Ribeiro, janeiro de 2024).

Esses sinais, como descreveu Agnaldo, serviam de guia espiritual para ele, uma prática que ressoa profundamente na relação que o vaqueiro estabelece com o ambiente da Ilha de Marajó. Tio Lota observava atentamente o movimento da mata, das folhas das árvores, a força e a direção do vento, a agitação e o silêncio, o voo e o assobio dos pássaros, bem como o movimento dos insetos, como as borboletas, e interpretava tudo como uma resposta ao seu pedido: “a natureza fala e tem as respostas.” Tio Lota dizia que as borboletas eram as mensageiras de Deus na floresta, pois muitas trazem figuras divinas pintadas em suas asas. (Agnaldo Ribeiro, janeiro de 2024). Essas observações sensíveis não apenas determinavam se o lugar era “certo” ou não, mas também simbolizavam a íntima conexão com esses locais. Cada espaço visitado se tornava, para o Tio Lota, uma extensão viva e espiritual de suas tradições ancestrais marajoaras.

Naquela época, segundo dona Ana, “quando ele ainda tinha um pouco mais de forças, dois de seus netos moravam com ele por causa de sua idade avançada” (Dona Ana, janeiro de 2024) e, assim, herdaram parte dos conhecimentos e costumes que ele cultivava. E, conforme narrou Ag-

naldo, o “Tio Lota dizia que a Ponta do Maguary era a morada de um guardião que percorria, todos os dias, desde lá até próximo ao sítio Bom Jesus, onde ficava o campo santo do Cuberto”. Nesse trajeto ficava a casa do Tio Lota e de seu sobrinho, Pidório.

O maguary é um pássaro de cor lilás, que vive, caça e dorme solitário; raramente se agrupa, nem mesmo para pescar ou dormir. É uma ave elegante, desconfiada e exímia pescadora de peixes e pequenas cobras. Tio Lota e o tio Lavino diziam que onde pousa um maguary ou um gavião belo, pode-se lançar a tarrafa que, pelo menos, um acary garrote ou um tamuatá mambeua será pescado (Agnaldo Ribeiro, janeiro de 2024).

Essas observações não se limitam às estratégias de pesca, mas expressam também a relação íntima que há entre as pessoas e os habitantes não humanos da região do Cuberto. O maguary, com sua postura solitária e misteriosa, ainda é visto como um mensageiro divino, guiando e protegendo aqueles que transitam pelos lugares não certos. Para o vaqueiro da região, o pouso dessa ave no galho mais alto da árvore expressa uma permissão, um sinal de harmonia e aceitação do guardião que habita essas paisagens. Assim, a Ponta do Maguary consolida-se não apenas como um espaço geográfico da região do Cuberto, mas como um território espiritual e cultural, carregado de significados que conectam o natural ao sobrenatural. Vejamos outras narrativas, como a relatada por Agnaldo, que morou por vários anos com o Tio Lota, próximo à Ponta do Maguary, por vários anos:

No curso do rio Velho Tarumã, há uma porção de terras com algumas árvores, principalmente palmeiras de tucumã, bacaba e inajá. E, na ponta desse lugar, próximo à margem do rio, uma imponente sumaumeira se destacava pela altura e imponência, parecia uma majestade. Essa árvore servia de dormitório para o maguary, que todas as manhãs cruzava a frente da casa de Tio Lota em direção ao Bom Jesus, de onde retornava apenas ao anoitecer. (Agnaldo Ribeiro, janeiro de 2024).

A sumaumeira, imensa e solene, não apenas oferecia repouso ao maguary, mas também consolidava sua presença como um marco simbólico no imaginário local. Para Agnaldo, a rotina da ave, com seu voo diário em frente à casa de Tio Lota, representava mais do que um fenômeno

natural; era uma expressão do elo entre humanos, paisagem e o desconhecido. A samaumeira e o maguary são habitantes protagonistas desse “lugar não certo” que molda a percepção desse território da região do Cuberto.

Segundo Agnaldo, esse trecho do velho rio seca no verão, porém no inverno enche de ponta a ponta. Na estiagem, quando a maré enche no rio Arari, a água brota do interior da terra, limpa, clara e potável, irrigando parte do terreno em frente à casa onde Tio Lota morava, fazendo o pasto crescer novo e verde. Dessa maneira, a vida nesse lugar se renova o ano todo, refletindo a harmonia entre os ciclos da natureza e a espiritualidade local. Para Tio Lota, esse fenômeno de renovação constante, aliado às narrativas de mistério e respeito, estabelece o Velho Tarumã, a Ponta do Maguary e seus arredores como lugares respeitados, lugares não certos, carregados de significados que entrelaçam o natural e o sobrenatural na cosmovisão do caboclo do Marajó.

Furo do Bode

A casa do Tio Lota ficava cerca de 50 km da cidade de Cachoeira do Arari. Essa distância era percorrida a galope de cavalo, em até 4 horas, pelo caminho antigo. Nesse percurso, havia lugares com nomes “estranhos” que chamavam a atenção. Entre eles, o conhecido como “Furo do Bode”. Esse local, por muito tempo, serviu de corredor para os moradores da região do Cuberto, que têm a cidade de Cachoeira do Arari como referência, e de passadiço para os vaqueiros da região de dentro da cerca, ao conduzirem as boiadas para serem embarcadas no porto do Mutá⁵, às margens do rio Arari. Segundo dona Ana, “desde que a gente morava no Cururu, o Lavino fazia esse trajeto e eu ficava sozinha com os meninos”.

De acordo com ela, naquela época, esse percurso era aberto e sem cercas. O limite entre as propriedades estava constituído apenas pelos marcos que identificavam o início e o fim de cada

⁵ Nome de uma árvore presente nas matas do Marajó.

terreno. “O caminho mais curto até o Mutá era o Furo do Bode, que fica às margens do rio Tarumã, no outro lado da ponta do Maguary, dizia o Lavino” (Dona Ana, agosto de 2024). Os vaqueiros mais velhos asseguravam que a região do Cuberto abrigava muitos mistérios, devido às sombras das árvores que guardam a margem do velho rio. Nesse ponto, cabe destacar que a maneira de falar do vaqueiro marajoara modifica certas palavras para dar mais graça à forma de pronunciá-las: por exemplo, retirando algumas letras da palavra “encoberto”, vira “Cuberto”, devido à vegetação densa que caracteriza o lugar. A região do Cuberto apresenta uma atmosfera intensa e rica em histórias e relatos que jazem sob sua extensa vegetação.

O Furo do Bode, do mesmo modo como a Ponta do Maguary, é cercado por um imaginário marcado por mistérios que ultrapassam o visível. Esses lugares, definidos tanto pela geografia quanto pelas narrativas coletivas, tornam-se referências fundamentais na construção do universo dos lugares não certos. Nesse contexto, as histórias relatadas seguem o mesmo curso entre gerações, preservada pela oralidade que atravessa o tempo. Contada como algo vivenciado pelos vaqueiros Lota e Ambrósio, que trabalhavam nas fazendas Ibacoby e Cururu há tempos, deu origem ao nome do encontro da mata com o rio Tarumã, conhecido desde então como o Furo do Bode. Adiante, a história conforme contada por Agnaldo Ribeiro, neto do Tio Lota, reforça a memória coletiva e os laços culturais daquela região.

Dizia o Tio Lota que ele e seu primo Ambrósio, sempre que acompanhavam a boiada para embarcar no porto do Mutá, retornavam tarde da noite. E todas as vezes que atravessavam o rio Tarumã, no trecho mais estreito, avistavam três bodes brancos. Em uma das ocasiões, voltando tarde do Mutá, perto das horas mortas, resolveram que, se os bodes estivessem lá pastando, iriam laçar, castrar os bichos e levar os testículos como troféu. Ao atravessarem o rio, lá estavam eles. Ambrósio, que era bom de laço, correu a mão na garupa, desmanchou a corda, fez o laço e acertou de primeira o pescoço de um deles. Por ser mais velho que o Tio Lota, deu-lhe a ordem para cas-

trar o bicho. Lota obedeceu-lhe, mas quando se aproximou, notou que não era um bode, e sim um belo bezerro branco. Lota, então, retirou o laço do pescoço, soltou o animal e retornou para o seu cavalo, dizendo ao Ambrósio qual animal era e que estava tendo vertigem. Lota dizia que ficou mal por um bocado de tempo, com uma dor de dente que não cessava nunca. Foi preciso visitar uma benzedeira para curar essa dor, que desde então passou a sentir. Com a propagação da história, o local ficou conhecido como Furo do Bode (Agnaldo Ribeiro, janeiro de 2024).

A experiência de Tio Lota e Ambrósio transcende o plano individual e se enraizou no imaginário marajoara como uma narrativa que desafia a lógica e reafirma a potência dos lugares não certos. O Furo do Bode, com sua carga simbólica e histórica, continua sendo um ponto de referência e respeito na paisagem cultural do Marajó. Experiências como essa constroem um vínculo entre as gerações, reafirmando a importância dos sinais, mitos e narrativas que permeiam a relação entre as pessoas e o território.

Os lugares não certos, lugares de respeito, são frequentemente percebidos como fruto das indagações sobre os mistérios que o ambiente apresenta. Há vários cantos que, ao anoitecer, estão de um jeito e, quando amanhece, estão de outro; lugares dos quais nenhum animal se aproxima. Essas mudanças inexplicáveis geram inquietação e exigem respeito por parte do vaqueiro marajoara, que os evita a qualquer custo.

Xixá do Carro

Abordaremos agora um dos “lugares não certos” mais instigantes da região. Imagina-se que existam outros ainda desconhecidos na região do Cuberto, pois os vaqueiros marajoaras acreditam que os espaços onde os animais não pastam também são “lugares não certos,” mesmo com pastagem e água abundosos. O nome Xixá do Carro tem origem em uma narrativa contada pelos vaqueiros mais velhos que a ouviram, conforme narrou o vaqueiro Tibinho: “dois bois-de-carro

que passavam por esse lugar, puxando uma carroça, se rebelaram, destruíram o veículo que puxavam, desconhecaram seus vaqueiros e escaparam.” Além disso, é o lugar onde o saudoso vaqueiro Santuca, feitor da fazenda Cuieira, travou sua memorável luta com um vaqueiro encantado que ele nomeou de Vaqueiro Pretinho.

Esse episódio não apenas contribui para o imaginário do vaqueiro, mas também reforça a ideia de que esses lugares abrigam forças misteriosas, além da compreensão lógica. A narrativa do Santuca, marcada pela luta entre ele e o Vaqueiro Pretinho, insere-se em um contexto onde o ordinário é sobreposto pelo extraordinário, refletindo a intrínseca relação entre humanos e território. Como em outros relatos de “lugares não certos,” a conexão entre vaqueiro, animais e o inexplicável revela um universo simbólico que transcende a geografia física, fortalecendo o imaginário coletivo de forma única. A luta de Santuca não é apenas uma história de confronto, mas um símbolo de resistência e de interação com as forças enigmáticas que permeiam as paisagens da região do Cuberto.

O Xixá do Carro, assim como outros locais marcados por mistérios e simbologias, exemplifica como as narrativas ajudam a construí-los e a perpetuá-los. Esses espaços se destacam como elementos essenciais do universo cultural dos vaqueiros marajoaras, revelando uma dinâmica entre o visível e o invisível que desafia a lógica e se conecta à memória ancestral da comunidade. A narrativa do vaqueiro Santuca, transmitida oralmente de geração em geração, atribui significados profundos a esse espaço, transformando-o em um símbolo desse imaginário. É nesse contexto que surge o relato de Tibinho, que exemplifica como tais histórias moldam a percepção e a vivência dos vaqueiros em relação ao território em que habitam.

Santuca era um vaqueiro do tipo gázio, mas queimado pelo sol; de porte físico graúdo e homem de palavras firmes e muitas verdades. Acostumado às voltas pelos campos do Marajó, principalmente, nas regiões do Cuberto e do Lavrado, a qualquer hora do dia ou da noite. Era um vaqueiro corajoso e destemido até essa noite, quando lutou com esse encantado. Todo ano, no Mutá, lugar que às margens do rio Arari, acontecia uma festa, que era famosa entre os vaqueiros

das fazendas da região do Cuberto, de dentro da cerca e de cima do teso; muitos cavalgavam grandes distâncias para chegar até lá. Nesse ano, Santuca foi, mas no meio da noite, resolveu retornar à fazenda. Quando passava pelo Xixá do Carro, um vaqueiro o acompanhou. Por ser noite de lua, ele pode notar que o cavalo do desconhecido estava bem arreado e com a corda na garupa. Como o desconhecido o chamou pelo nome, Santuca, que levava um litro de cachaça na mão, lhe ofereceu um gole. O desconhecido aceitou e disse: “Você é famoso e estou aqui para comprovar a sua fama. Vamos lutar?” Santuca que não enjeitava uma luta, topou de imediato. Ambos desceram dos cavalos e os amarraram em uma árvore de murucizeiro, espécime típica dali. Depois, algumas calçadas e recalçadas, Santuca notou-se cansado e sem forças. Mas em um instante de lucidez, pensou: “Não posso perder para esse macho”. Então, Santuca correu a mão na cintura, puxou da peixeira e fez uma cruz na terra e enterrou a faca no centro da cruz. Santuca dizia que nesse instante o vaqueiro desconhecido sumiu de suas vistas e ele, então, montou e pode seguir até às cuieiras, porém sujo de terra. Depois disso, Santuca ficou variando uns dias até ser rezado por uma benzedeira. E, sóbrio, contava que no Xixá do Carro, ele lutou com um vaqueiro cujo nome ele nunca soube dizer (Tibinho, janeiro de 2024).

A partir dessa história, os vaqueiros Luquita, Baixote e Vavá do Fite, amigos desde a juventude, resolveram desafiar “pretinhos,” como ficaram conhecidos os vaqueiros que ‘assombravam’ o Xixá⁶ do Carro. Segundo diziam, eram três. Tanto que, de acordo com o relato do Luquita, eles decidiram desafiá-los e chegaram a passar uma noite inteira nesse lugar não certo, para provocá-los para uma luta marajoara⁷. No entanto, segundo ele, ninguém apareceu naquele dia — ou melhor, naquela noite.

As três ilhas

A área do Cuberto, onde se encontram o Furo do Bode, a Ponta do Maguary e o Xixá do Carro, ganharam relevância para esta pesquisa, também, por se assemelharem à região do Pantanal. Nessas bandas, está a propriedade do tio Lota, pai do vaqueiro Lavino, chamada “Flor de

⁶ Xixá é o mesmo que derrapagem no entendimento do vaqueiro marajoara.

⁷ Luta marcial típica do outro lado do rio criada pelo vaqueiro marajoara, praticada ao anoitecer, à beira do poço, para esquentar o corpo antes do banho. À boca da noite, nas fazendas do Marajó, faz bastante frio e a água fica bastante fria.

Minas”. Devido à presença de familiares desse vaqueiro, muitos moradores da região são parentes. Também havia vestígios, como os campos santos, indicando que esse espaço funcionou como abrigo para escravizados que escapavam das fazendas da região, uma espécie de quilombo. Neste lugar, os habitantes se amparam por meio da caça, pesca e da coleta de recursos naturais (bacuri, caranã, bacaba, açaí).

Ao explorar outros lugares emblemáticos da região que seguem essa linha de encantamento e respeito, encontramos com os relatos sobre a área das Três Ilhas, que dialogam diretamente com a visão cultural e espiritual dos vaqueiros marajoaras, oferecendo uma lente valiosa para compreender a relação entre as pessoas e seus territórios carregados de significados coletivos. Situada na região da fazenda Mineiro, a famosa Três Ilhas é um dos lugares mais respeitados pelos vaqueiros marajoaras. Segundo relatos, esse espaço é cercado de mistério e temor, onde as fronteiras entre o mundo físico e o sobrenatural parecem se confundir. Conta o vaqueiro Tibinho: “Ali, à noite, é comum surgirem cavalos e vaqueiros encantados no meio da estrada, e não se sabe de onde eles surgem. Também, pedras são atiradas nas pessoas que passam por lá, depois da boca da noite. Talvez por ser uma encruzilhada. (Tibinho, agosto de 2024)”.

Histórias similares são narradas por moradores da área do Limpo Grande, na região do Cuberto, mantendo viva a rica tradição oral da comunidade. Narrativas como essa, adiante, trazida pelo neto do tio Lota, Agnaldo, descreve um episódio surpreendente:

Há vários anos, um avião, de porte médio, sofreu um acidente e as vítimas não puderam ser resgatadas. O tio Lota contava que era inverno quando houve esse acidente. É sabido que o ‘cuvão’ onde ele caiu está lá para quem quiser ver. Quando a gente passava por lá, depois da boca da noite, nas horas mortas, era comum ouvir gritos e sentir o cabelo arrepiar. (Agnaldo, janeiro de 2024).

Por sua vez, as Três Ilhas se destacam não apenas por apresentar uma geografia desigual, mas também pela riqueza das histórias transmitidas entre gerações, que adicionam outras camadas

de significado ao lugar. Para o vaqueiro marajoara, esse espaço ganha uma dimensão quase mística, alimentada por narrativas que misturam memórias, símbolos e interações com o ambiente. Essa relação reforça a ideia de que o espaço geográfico, embora tangível, é moldado e ampliado pela percepção e pelo imaginário do próprio vaqueiro. A região das Três Ilhas, explicou o Amadeu, é um lugar que intermedeia a cidade de Cachoeira, o rio Arari, a Enseada e a comunidade de Cima do Teso. De acordo com ele, é um lugar por onde passam os vaqueiros a caminho da cidade de Cachoeira. Essa posição estratégica faz do local um ponto de passagem inevitável, carregado não apenas de importância prática, mas também de histórias que desafiam o comum. As Três Ilhas, portanto, marcam a convergência de três caminhos, formando uma configuração que lembra um pé de galinha: o primeiro “dedo” direciona para a cidade de Cachoeira do Arari; o segundo, rumo para as áreas do Curralinho, Santa Júlia e Curral do Meio; e o terceiro aponta a direção das fazendas da comunidade de Cima do Teso, mencionadas neste estudo e conhecidas por sua relevância na região. Essa disposição no território confere ao local um aspecto peculiar, reforçando sua importância como um ponto de encontro geográfico e cultural, carregado de histórias que atravessam gerações.

Os vaqueiros que atravessam essa rota, especialmente ao entardecer, ou logo após a boca da noite, costumam relatar eventos misteriosos que dizem respeito às aparições e fenômenos inexplicáveis. Esses relatos transformaram a área das Três Ilhas em um marco simbólico, onde a interação entre o homem e o desconhecido reforça o respeito e a reverência pelos lugares não certos, conforme transmitem as narrativas dos caboclos marajoaras.

Os mais velhos diziam que o nome Três Ilhas se deve ao fato de existirem três ilhas semelhantes, compostas por árvores de uririzeiro, cuja fruta lembra a pimenta do reino por causa do tamanho e da semente picante, porém é travosa e doce. A distância entre elas é praticamente a mesma, até parece que foram plantadas na mesma distância. O vaqueiro que passa nesse lugar, a partir das seis horas, na boca da noite, corre o risco de receber pedradas (Amadeu, janeiro de 2024).

Certa ocasião, um dos filhos de seu Lavino, conforme narrou o vaqueiro Tibinho, voltando da escola na cidade, à noite, por essa estrada, e após essa curva e antes de se aproximar do igarapé das almas, percebeu um poldro que apareceu à frente de seu cavalo. Para ele, era um animal belo, alazão e brincalhão, o que o fez pensar que havia se afastado da mãe. Eis a transcrição da narrativa:

Nesse dia, o Lucas montava o melhor cavalo entre aqueles que ele havia amansado, batizado com o nome de Flamengo. Era um alazão acostumado a disputar porfias; era certo para gado e bem treinado, na lama e no teso. Ele contou que tentou alcançar o poldrinho, por várias vezes, mas não conseguiu e, na entrada do mato do Mineiro, o animal sumiu de suas vistas. Só, então, ele pode dar fé de que se tratava de uma aparição das encantarias (Tibinho, Janeiro de 2024).

Esses acontecimentos reforçam as narrativas mágicas que permeiam as *Três Ilhas* e seus arredores, marcando esses caminhos como portais simbólicos para eventos que desafiam a compreensão e que, ao mesmo tempo inspiram o cotidiano da comunidade.

Dom Ramiro

Dom Ramiro, área onde foi erguida a sede da fazenda São Matheus, era uma área desabitada, onde foi construído um açude que não acumulava água no verão e que está localizada em direção à jutairana⁸. Neste lugar inabitado, “os animais só pastavam quando eram pastoreados por lá”, segundo contou Amadeu, que trabalhou como vaqueiro na fazenda Lacre por alguns anos. A jutairana é uma árvore que tombou para dentro do igarapé do Çalito, afluente do rio Arari. Esse local se tornou um ponto de referência para os vaqueiros tarrafejar, especialmente porque está localizado na parte que fica dentro da cerca da fazenda Curralinho, que era da família Frade. Nesse lugar, se aglomeravam várias espécies de peixes nobres como o aracú, tamuatá, sarapó, terçado, cachorrinho-do-padre e mandubeí, devido às raízes dessa árvore. Nas lembranças do Tibinho, al-

⁸ Espécie de árvore.

gumas histórias desse lugar o sublinham como um lugar não certo. Entre as várias narrativas feitas por esse vaqueiro, ele conta que, em certa ocasião:

O vaqueiro Vavá do Fiti, que nessa época era vaqueiro do São Sebastião, por ser sobrinho da Dona Ana, foi dobrar um lote de égua a pedido do seu feitor Valdé, para as bandas do Tuiuiú, afluente do Çalito. O garanhão puxou a guia para a direção do Dom Ramiro e na tentativa de mudar a direção, o Vavá do Fiti correu atalhando o lote, pelo meio do baixão de água que cerca o açude durante o inverno. Na corrida, o cavalo em que ele montava meteu a pata dianteira em um buraco na terra e tombou, quebrando a perna. Ele, o Vavá do Fiti, retirou a cabeça e deixou o cavalo no local do acidente. Mas quando ele seguia pelo meio da água, acabou pisando em uma arraia pequena, que ficou presa em seu pé direito, pelo ferrão. A dor que esse vaqueiro sentiu foi tão intensa, que seus gritos foram escutados de longe. E uma pessoa da fazenda São João, que não recordo quem foi, montou outro cavalo e saiu, a galope, guiado pelo som do grito, para socorrer o Vavá do Fiti. Encontrando-o, cortou o rabo da arraia e o levou na garupa até o Mineiro, onde Dona Ana lhe prestou os primeiros socorros (Tibinho, janeiro de 2024).

Esses relatos reforçam o mistério e a aura de respeito que cercam o Dom Ramiro. Embora seja um local útil e pacífico durante o dia, sua transformação após o anoitecer simboliza a conexão com o sobrenatural. É mais um exemplo vívido dos lugares não certos que permeiam este estudo.

Além dessa narrativa, há outra vivida por seu Lavino e por seu Vavá Siqueira, ambos vaqueiros já falecidos, que saíam para caçar à noite, ora sozinhos, ora em dupla. Segundo o que narrou Tibinho, vivia-se o período do inverno em que a intensidade das chuvas fazia com que a comida ficasse escassa, forçando os vaqueiros a caçarem qualquer ave que pudesse servir de sustento para suas famílias. Nessa situação, marreca, garça, gavião-belo e cacaraí, eram as caças frequentemente buscadas.

À noite, por volta das nove horas, os dois saíram para caçar marrecas; o seu Lavino, na marrequeira ruça velha; e seu Vavá, no búfalo, que era o seu marrequeiro. Foram antes da lua sair e quando a lua clareou no céu, eles avistaram, no rumo do Dom Ramiro, um pássaro branco; segundo eles contavam, era comida suficiente para as duas famílias. E, ao lado dos marrequeiros, tentaram se aproximar da caça. Mas, de repente, o seu Vavá foi ficando pra trás e assoviou para o seu Lavino e se aproximou dizendo: “Ei, Lavino, esse lugar não é certo. Tá vendo que quanto mais a gente encosta, mais o bicho fica distante?” Naquela noite, am-

bos desistiram da caçada e retornaram para suas casas de mãos vazias. (Tibinho, janeiro de 2024).

Essa narrativa destaca o impacto que a área do Dom Ramiro causa na percepção desses vaqueiros: respeito ao lugar. Embora motivados pela necessidade, ambos foram confrontados pela sensação de estranheza e pela incapacidade de capturar o pássaro branco. Esse episódio não só reforça a deferência aos lugares não certos, mas também exemplifica como essas áreas moldam as histórias e experiências transmitidas coletivamente. Dessa forma, vê-se destacada a expressão “lugares não certos,” utilizada pelo vaqueiro marajoara para descrever determinados eventos que observa, como referência aos locais onde esses acontecimentos ocorrem. Alguns desses lugares possuem uma designação específica, como o igarapé das Cuieiras e o igarapé do Santo Antônio, que recebem o nome da fazenda em cujas terras estão localizados. Assim, qualquer ambiente em que ele caminha e percebe algo que não pode explicar; ou onde os animais se mostram assustados sem razão aparente; ou ainda, onde os animais evitam passar próximo, é denominado “lugar não certo”.

De acordo com as reflexões de Délcia Pombo (2014), os relatos e saberes dos vaqueiros são uma poderosa ferramenta para compreender não apenas os fenômenos naturais, mas também os sentidos simbólicos e espirituais atribuídos a esses espaços. Os “lugares não certos” não são apenas paisagens físicas, mas também territórios de memória e identidade cultural.

A comunidade de Cima do Teso, embora não esteja situada no coração da Ilha de Marajó, é habitada por um grupo de pessoas que ocupam as fazendas dali desde os primórdios da colonização dessa área. A partir desse lugar, os vaqueiros percorrem os campos, onde a paisagem se destaca pela rica diversidade de pessoas, animais e vegetais. Em sintonia com essa diversidade, a comunidade mantém uma forte conexão com a vida rural desde sua formação, preservando o imaginário de liberdade. Seus integrantes enfrentam os desafios diários enquanto lidam com a criação

de animais, especialmente búfalos, gado e cavalos. Estes últimos, em particular, são domesticados e treinados desde potros, tanto para o trabalho quanto para momentos de lazer e diversão. Essa estreita relação com os animais e a terra reforça a presença do vaqueiro marajoara como um mediador entre o mundo visível e invisível, um papel central na construção do imaginário que molda tanto a vida prática quanto as narrativas da região.

Apesar de sua aparência robusta e da resistência comparável aos animais que vigia, o vaqueiro marajoara distingue-se por sua resiliência. Essa qualidade permitiu sua adaptação inteligente ao ambiente desafiador da Ilha de Marajó, consolidando-o como uma figura central para a compreensão do território e de sua história. A existência desses homens e mulheres é tecida com histórias de superação, intrinsecamente ligadas à construção da identidade cultural e social da região. Entrelaçados ao cotidiano das fazendas e aos desafios do campo, eles também contribuíram para a formação histórica da cidade de Cachoeira do Arari, situada do outro lado do rio, que serve como ponto de referência social e urbano para as comunidades rurais adjacentes. Esse vínculo entre o campo e a cidade fortalece os laços que moldam a história e o imaginário marajoara.

Considerações finais

Os “lugares não certos” são uma forma de conhecer, identificar e explicar os espaços marajoaras percorridos pelos vaqueiros, o que revela uma lógica própria de leitura, educação e orientação. É evidente que esses locais não são identificados somente pelas características físicas permanentes, mas pelas experiências acumuladas, sensações compartilhadas e padrões de comportamento que destoam do habitual. Nesse deslocamento — entre o que ele vê e o que ele sente — os sentidos do vaqueiro aguçam: atenção aos sinais da estrada, ao ambiente ao redor, ao silêncio noturno, ao tempo, às ausências e àquilo que ele não explica, mas que o orienta. Essa percepção cotidiana, pautada nas reações do corpo, dos animais e na memória coletiva, constitui um sistema

de saberes que, mesmo silencioso, atua com precisão sobre o comunitário e o ambiente onde ele vive e trabalha.

Portanto, compreender os “lugares não certos” dos vaqueiros da Ilha de Marajó implica aceitar que nem toda presença é visível, nem toda lógica é universal. Essa constatação dá razão à máxima das fazendas da ilha: “todo lugar tem um dono que o guarda, protege e defende”. Esse “guardar” encanta, resguarda os vaqueiros, mantendo-os ligados aos campos e às fazendas, conforme explica Julia Sauma (2019, p. 127):

“[...] a *abertura* e o *fechamento* dos lugares não são somente próprios a uma paisagem composta por movimentos de constantes esvaziamentos e enchentes, desaparecimentos e reaparecimentos (de águas, mato, terra, casas, *bichos*, *invisíveis*, relações e, portanto, de pessoas), mas se devem também à sobreposição de *forças* e parentes, *invisíveis* e *visíveis* (Sauma 2019, p. 127).

Inspirado nas reflexões de Sauma sobre os mundos invisíveis e os modos de habitar esse território marajoara, este trabalho também busca compreender como os vaqueiros se relacionam com os “lugares não certos”. Ao final desta caminhada sobre os “lugares não certos”, reconheço que mais do que discorrer sobre aquilo que o vaqueiro marajoara observa, é preciso desenvolver uma escuta para o que se revela apenas aos poucos — seja pelas vozes dos próprios vaqueiros da Ilha de Marajó, seja pelos gestos e comportamentos que os animais ensaiam, seja pelos lugares que se anunciam sem dizer palavra alguma.

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, Joana Cabral de. **Mundos de roças e florestas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, p. 115-131, 2016.

PEREIRA, Ricardo Neves Romcy. **Os verdadeiros donos da terra**: paisagem e transformação no baixo Tapajós. 2018.

POMBO, Délcia Pereira. **Educação, memórias e saberes amazônicos**: vozes dos vaqueiros marajoaras. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

SAUMA, Júlia. **“Moramos no mundo dos invisíveis”**: sobreposição, ruptura e movimento em uma área quilombola”. In: STOLL, Emilie; ALENCAR, Edna; FOLHES, Ricardo; MEDAETS, Chantal (Orgs.). Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos. Belém: NAEA, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Mana, v. 2, p. 115-144, 1996.

VASCONCELOS, Kauã. **Fuga das Linhas**: extinção e afastamento no convívio com os encantados na ilha de Marajó. Amazônica-Revista de Antropologia, v. 14, n. 2, p. 254-268, 2022.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida; DE CARVALHO, Luciana G. **Isso tudo é encantado**: histórias, memórias e conhecimentos dos povos amazônicos. Editora Vozes, 2023.

WAWZYNIAK, João Valentin. **“Engerar”**: uma categoria cosmológica sobre pessoa, saúde e corpo. Ilha Revista de Antropologia, v. 5, n. 2, p. 033-055, 2003.

Quem é pardo no Amazonas? Perfil étnico-racial e identidades dos pardos amazônicos

Who is *pardo* in Amazonas? Ethno-racial profile and identities of Amazonian *pardos*

¿Quién es pardo en Amazonas? Perfil étnico-racial e identidad de los pardos amazónicos

Leonardo Rafael Leite da Rocha¹

Pollyanne Silva de Oliveira²

Giuseppina Marsico³

Resumo: O presente artigo discute a categoria *parda* e sua associação à ascendência e/ou ao fenótipo indígena, com foco na região de Manaus. Pretende-se contribuir para os estudos sobre a população parda, ampliando a compreensão das dinâmicas de identificação nessa categoria. O método adotado segue uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada em um levantamento amostral realizado com 223 moradores da Região Metropolitana de Manaus, utilizando-se como instrumento de coleta de dados um formulário eletrônico aplicado pelos pesquisadores a partir de smartphones. Os achados indicam que diferentes métodos de coleta resultam em distintas proporções de identidades raciais, sobretudo no que se refere às categorias parda, negra e indígena. Foram observadas divergências entre percepção e autopercepção indígenas relacionadas à autodeclaração parda. Concluiu-se que a maioria dos pardos da região se identifica como pessoas de origem indígena, corroborando as hipóteses de que a autodeclaração parda em Manaus está associada à origem indígena e de que a maioria dos pardos locais é socialmente percebida como indígena. Os achados explicam parcialmente o padrão observado de que nem todas as pessoas pardas se identificam como negras.

Palavras-chave: Categoria parda; indígena; identidade; autodeclaração.

Abstract: This article discusses the *pardo* category and its association with Indigenous ancestry and/or phenotype, focusing on the Manaus region. It aims to contribute to studies on the *pardo* population by expanding the understanding of identification dynamics within this category. The method follows a quantitative and descriptive approach, based on a survey conducted with a sample of 223 residents of Greater Manaus, using an electronic form created in Google Forms and administered by the researchers through smartphones. The findings indicate that different data collection methods yield varying proportions of racial identities, particularly concerning the *pardo*, Black, and Indigenous categories. Divergences were observed between Indigenous perception and self-perception in relation to self-identification as *pardo*. The results show that most *pardos* in the region identify as people of Indigenous origin, corroborating the hypotheses that *pardo* self-identification in Manaus is associated with Indigenous descent and that most *pardos* there are socially

¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: lrochapsi17@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6951-4363.

² Graduanda em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: pollyanneoliveira955@gmail.com. ORCID: 0009-0001-1467-3113.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: pina.marsico@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8683-2814.

perceived as Indigenous. The findings partially explain the observed pattern that not all *pardos* identify as Black.

Keywords: *Pardo* category; indigenous; identity; self-declaration.

Resumen: Este artículo analiza la categoría parda y su asociación con la ascendencia y/o el fenotipo indígena, centrándose en la región de Manaus. Su objetivo es contribuir a los estudios sobre la población parda, ampliando la comprensión de las dinámicas de identificación dentro de esta categoría. El método sigue un enfoque cuantitativo y descriptivo, basado en una encuesta realizada con una muestra de 223 residentes del área metropolitana de Manaus, mediante un formulario electrónico elaborado en Google Forms y administrado por los investigadores a través de smartphones. Los resultados indican que diferentes métodos de recolección de datos producen proporciones distintas de identidades raciales, especialmente en lo que respecta a las categorías parda, negra e indígena. Se observaron divergencias entre la percepción y la autopercepción indígenas en relación con la autodeclaración parda. Se concluyó que la mayoría de las personas pardas de la región se identifican como de origen indígena, lo que corrobora las hipótesis de que la autodeclaración parda en Manaus está asociada con la ascendencia indígena y de que la mayoría de las personas pardas allí son percibidas socialmente como indígenas. Los hallazgos explican parcialmente el patrón observado según el cual no todas las personas pardas se identifican como negras.

Palabras clave: Categoría parda; indígena; identidad; autodeclaración.

Introdução

Os debates sociopolíticos contemporâneos são atravessados por múltiplos marcadores identitários, entre os quais a “raça”, entendida na sociologia não como variável biológica, mas como um constructo social. Assim, o interesse sociológico recai sobre os efeitos sociais da ideia de raça e seus modos de institucionalização (GUIMARÃES, 2003). O Estado desempenha papel fundamental na produção dessas categorias, sobretudo por meio das classificações censitárias, operadas em cinco categorias (branca, preta, parda, amarela e indígena) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a mais numerosa a parda, com 92 milhões de pessoas (IBGE, 2023).

Trata-se, contudo, de uma categoria intensamente disputada. No plano teórico e político, parte da literatura a concebe como pertencente à negritude (CARNEIRO, 2011; MUNANGA, 2019), enquanto outra defende sua autonomia e a interpreta como expressão da mestiçagem brasileira (FRY *et al.*, 2007; SANTOS, 2021). Há ainda uma terceira perspectiva, ainda emergente, que

não nega que uma parte da população parda é composta por pessoas negras, mas considera que a categoria é ampla e inclui, também, descendentes de indígenas (LONGHINI, 2021; SENA, 2023; ANDRADE; ARAÚJO, 2023; FERRO; SILVA, 2024). A primeira perspectiva prevaleceu no debate público, consolidando-se juridicamente com a Lei 12.288/2010, que define como “população negra” os pretos e pardos (BRASIL, 2010).

Essa definição legal, contudo, frequentemente conflita com as percepções subjetivas dos próprios pardos. Um levantamento amostral realizado pelo Instituto Datafolha em 2024 revelou que 60% dos pardos não se consideraram negros (DAMASCENO, 2024). Dentre várias hipóteses que podem ser aventadas para explicar esse fenômeno, aquela que interessa particularmente a esta pesquisa diz respeito às pessoas que se declaram pardas devido à sua ascendência e/ou fenótipo indígena.

Essa hipótese é especialmente plausível na Amazônia brasileira, onde se concentram as maiores proporções de pardos, especialmente no Pará (69,87%) e no Amazonas (68,79%). Dentre as 26 capitais estaduais, Manaus registra a maior proporção de pardos: 69,56% (IBGE, 2023). Pesquisadores como Carvalho (2007) e Longhini (2021) afirmam que, no contexto amazônico, os pardos são majoritariamente indivíduos de origem indígena. Apesar de relevante, esse fenômeno ainda carece de quantificação e análise sistemática.

Inserindo-se nessa discussão, este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa doutoral maior, ainda em andamento, que busca contribuir para o debate sobre a heterogeneidade da categoria parda. O projeto de pesquisa do qual este artigo deriva tem como objeto de estudo os processos de percepção racial dos pardos amazonenses. Este artigo, de ênfase sociodemográfica, objetiva apresentar estimativas exploratórias da proporção de pardos descendentes de indígenas no Amazonas. Para alcançar esse objetivo, empregaram-se procedimentos quantitativos e estatísticos para estimar as proporções relativas de diferentes subgrupos de pardos em uma amostra amazo-

nense.

O pardo na amazônia

Há vários argumentos contrários à categorização da totalidade dos pardos como “negros”. Um deles, foco deste artigo, diz respeito aos descendentes de indígenas que se autodeclaram pardos. Uma das primeiras críticas nesse sentido veio de Carvalho (2007, p. 114), que afirmou ser “óbvio para qualquer um que os 39% de pardos do censo de 2000 se compõem em boa parte de descendentes de indígenas”, e ainda que “nos estados do Norte, onde foi fraca a presença da escravidão africana, os descendentes de indígenas formam sem dúvida a grande maioria dos pardos” (CARVALHO, 2007, p. 114).

De fato, a Região Norte concentra o maior número de indígenas: 753 mil pessoas, o que corresponde a 4,34% da população regional (IBGE, 2023). Mas, apesar do grande contingente de indígenas, eles ainda são minoria na região. O Norte é, na verdade, a região mais parda do país (67,15%). Se os parâmetros da Lei 12.288/2010 forem tomados literalmente, o Norte seria considerado a região mais “negra” do país, com 75,97% de pretos e pardos. A inconsistência frequentemente apontada a essa classificação se ancora em evidências de que a maior parte dos pardos amazônicos podem não ser pessoas negras ou de origem afrodescendente, mas sim descendentes de indígenas.

Uma primeira evidência é histórica: o número de africanos traficados à Amazônia foi significativamente reduzido, quando comparado a outras partes do país (OLIVEIRA, 1997; GUZMÁN, 2009). A região também atraiu poucos europeus, dada a pobreza do solo, que não permitiu a instalação de *plantations* açucareiras, como no Nordeste; tampouco foi encontrado ouro em abundância. A economia amazônica girava em torno do extrativismo das drogas do sertão, sendo pouco desenvolvida até a segunda metade do século XIX, quando a região experimentou seu primeiro

boom econômico com o ciclo da borracha. Historicamente, a mão-de-obra predominante (escrava, servil ou livre) foi a indígena (WAGLEY, 1952). A predominância demográfica desse grupo leva à hipótese de que os pardos amazônicos tenham, sobretudo, origem indígena, como aponta Longhini (2021):

Se considerarmos os estados brasileiros onde o percentual de população parda é maior, visualizamos essas complexidades. O Pará, por exemplo, em termos estatísticos, é o estado com o maior percentual de pessoas negras do país. Nele, 76,7% da população se declara parda. Ainda outro exemplo: na região metropolitana de Manaus, 5,2% da população se afirma indígena, 75% parda e 3,1% preta. Se a soma acionada for pardo+preto, teríamos que 78,1% desta região seria negra, algo que não se sustenta se lembrarmos que as regiões amazônicas são ocupadas em sua maioria por populações indígenas (LONGHINI, 2021, p. 69).

Um pressuposto comum tanto a Longhini (2021) quanto a Carvalho (2007) é o de que pessoas de origem indígena estariam preferindo se autodeclarar pardas, mesmo diante da existência da categoria “indígena”. Esse pressuposto, por um lado, não permite que se tome os números da população parda como referentes, apenas, à população negra; por outro, também não permite que se tome o percentual de 4% de indígenas na Amazônia (ou 0,8% no Brasil como um todo) como sendo uma dimensão que já reflita o total de pessoas que possuem origem indígena e/ou cujo fenótipo é associado a essa origem.

Apesar de não ter trabalhado diretamente com a categoria parda, Wagley (1952) elucida alguns aspectos nesse sentido. O autor realizou uma etnografia em Gurupá, no interior paraense, tendo trabalhado com as categorias nativas de classificação racial: branco, preto, caboclo e moreno. Sua equipe de pesquisa classificou 50% de uma amostra de 202 adultos de Gurupá como “morenos”, 23% como caboclos – termo utilizado para “pessoas de tipo racial indígena” (WAGLEY, 1952, p. 120, tradução livre) –, 17% como brancos e 10% como pretos. Diante desse resultado, Wagley (1952) afirmou que:

Essa estimativa da distribuição da população por grupos raciais converge substancialmente com um levantamento, feito de forma independente por autoridades

de saúde pública, com 305 pessoas de Itá, das quais 218, ou 71%, foram classificadas como pardas (*evidentemente incluindo aqueles que poderiam ser também classificados como “caboclos”*); 57, ou 19% como “brancos”; e 30, ou 10%, como “pretos” (WAGLEY, 1952, p. 122, grifos dos autores, tradução livre).

Tem-se aí um primeiro registro empírico da presença de “caboclos” dentro da categoria parda, visto que Wagley (1952) afirma que esse grupo, expressivo em Gurupá, estaria incluso nas estatísticas oficiais sob a rubrica do “pardo”, dada a ausência do “caboclo” como categoria censitária. O autor também comentou sobre o fato de que, à época de sua pesquisa, 50% da população dos estados amazônicos foi classificada como “parda” pelo IBGE:

A impressão da maioria dos observadores é de que uma larga proporção desses pardos – e também muitas das pessoas classificadas como “brancas” – têm ancestrais indígenas americanos. Seria seguro estimar que pelo menos 50% da população da Amazônia é pelo menos parcialmente de origem indígena (WAGLEY, 1952, p. 118, trad. livre).

Efetivamente, todos os manuais de recenseamento do IBGE, de 1940 até 1980, estabelecem expressamente que os indígenas e caboclos deveriam ser contabilizados como “pardos”. E, até o ano 2000, a menção ao termo “caboclo” seguiu constando nos manuais dentro da definição da categoria parda (FERRO; SILVA, 2024). Mesmo no censo mais recente, “pardo” é definido como a “pessoa que se identifique com mistura de duas ou mais opções de cor ou raça, incluindo branca, preta, parda e *indígena*” (IBGE, 2022, p. 43, grifo dos autores). A menção à origem indígena estando, portanto, explícita na definição do “pardo”. Diante disso, resta explicar o que levaria descendentes de indígenas a optarem pela autodeclaração parda, ao invés da indígena.

Existe, na realidade brasileira, um conjunto de características fenotípicas que costumam ser socialmente vistas como “traços indígenas”, incluindo a tez de um tom frequentemente enquadrado como “cor parda”, cabelos escuros e lisos, baixa estatura, pouco volume de pelos faciais e olhos “oblíquos” (HERNÁNDEZ-DÍAZ, 2013). Apesar de tais características existirem, não necessaria-

mente as pessoas que as apresentam estão elegíveis, apenas por causa de seus fenótipos, a serem socialmente legitimadas enquanto pessoas indígenas. Isso ocorre porque a validação da identidade indígena, ao contrário da branca ou da negra, não se dá pelo fenótipo – critério racial. Afinal, categorias raciais, como “branco”, “preto” e “pardo” se referem principalmente a percepções sociais sobre características físicas. Já a identidade indígena envolve necessariamente critérios étnicos, o que não exclui o critério racial, mas deixa-o em segundo plano.

Diferente da raça, a etnia não está necessariamente ligada a traços físicos, mas sim ao modo como um grupo humano se reconhece como social e culturalmente distinto dos demais, o que inclui elementos como tradições, língua, uma história compartilhada e formas próprias de organização social. Como explica Barth (1998), é a percepção compartilhada de pertencimento a um mesmo povo – e não necessariamente marcadores externos – que define a etnicidade. Nesse sentido, Longhini (2021, p. 71) afirma que “é indígena quem se reconhece e é reconhecido como indígena por seu povo”. Etnografias como as de Oliveira (1972) ou Hernández-Díaz (2013) demonstraram que muitos descendentes de indígenas, pelas mais variadas razões, não se reconheciam como indígenas; e, por não cumprirem certos critérios de atribuição étnica, tampouco eram reconhecidos como indígenas pelos seus próprios povos de origem.

Pela ausência de pertencimento étnico e por não estarem inseridos na organização social de nenhuma comunidade originária, muitos “descendentes” não estariam aptos a serem reconhecidos como indígenas, nos termos já citados – sequer demandam esse reconhecimento, em primeiro lugar. Por sua cor de pele e/ou por exclusão das outras opções, declaram-se pardos. Esse grupo de descendentes de indígenas que se autodeclaram pardos podem até ser “legalmente negros” em face da Lei 12.288/2010. Entretanto, na prática do cotidiano social, não são negros de fato, dadas as razões colocadas por Véran (2010):

Eis a questão: se ser “negro” é uma marca fenotípica, se significa ser afrodescendente e se implica ter uma cultura de “matriz africana”, então os caboclos

não são negros. Entendemos aqui o problema concreto provocado pela fusão das categorias. Fosse negro um mero agregado estatístico, não teria havido equívocos e conflitos. Mas diante da indissociação entre cor, origem e cultura, os caboclos tornaram-se invisíveis (VÉRAN, 2010, p. 6-7).

Diante disso, é plausível que a origem indígena seja uma das explicações para o dado encontrado pelo Datafolha em 2024. A análise da Pesquisa Mensal de Emprego de 1998, por exemplo, demonstrou que, em um grupo que declarou origem indígena, apenas 7,2% efetivamente autodeclarou sua raça/cor como “indígena”; 42,6% declarou raça/cor “branca” e 39,8% “parda” (PETRUCCELLI, 2000) – o que evidencia, portanto, que de fato há um segmento social de pessoas que declaram ter origem indígena, mas optam pela autodeclaração parda. Portanto, ao menos uma parcela dos 60% de “pardos não-negros” poderia ser creditada a descendentes de indígenas que se autodeclararam como pardos.

Embora presente em todo o território nacional, esse fenômeno parece ser mais acentuado no Amazonas. A Pesquisa de Características Étnico-Raciais da População (PCERP), conduzida por pesquisadores do IBGE em 2008 (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013), demonstrou que apenas 1,5% dos amazonenses entrevistados se declararam espontaneamente como indígenas. Entretanto, 55,5% afirmou se considerar indígena quando era possível informar múltiplas respostas. Por outro lado, também foi alta a identificação parda na amostra amazonense: 67,3%. Tais dados sugerem uma relação entre autodeclaração parda e origem indígena no contexto amazonense.

A Pesquisa Social Brasileira (PESB), realizada em 2002 pelo Instituto DataUFF, testou a identificação de raça/cor de uma amostra nacionalmente representativa, a partir de cinco esquemas de classificação: 1) autodeclaração do/a participante, segundo as categorias do IBGE; 2) classificação dos participantes, nas categorias do IBGE, segundo a percepção dos entrevistadores; 3) simulação de classificação por “hipodescendência”; 4) classificação binária, em que a opção “pardo” era suprimida e os participantes deveriam optar entre “branco” ou “preto”; 5) autoidentificação

por fotografias: os participantes classificaram oito fotografias de homens brasileiros adultos no binômio “preto-branco”. Posteriormente, selecionavam aquele que julgassem ser da “cor ou raça” mais similar à sua própria (BAILEY; LOVEMAN; MUNIZ, 2013).

Quando apresentada a classificação binária, 53,3% dos pardos migraram para a categoria “preto” e 45,3% para a categoria “branco”. Esse dado acabou por demonstrar que a retirada da categoria parda produziria um efeito de “embranquecimento”, tendo em vista que, com quase metade dos pardos se reclassificando como brancos, 68,4% da amostra acabou por ser categorizada como branca no modelo binário (BAILEY; LOVEMAN; MUNIZ, 2013). Também é uma evidência de que os pardos não necessariamente se classificariam em sua totalidade como negros ou que se entendam pertencentes, próximos ou relacionados à população negra. Esse modelo binário, contudo, não permite dimensionar as tendências de reclassificação em direção aos campos semânticos do “indígena” ou do “descendente”, sob um cenário de ausência da categoria parda.

Nesse sentido, duas questões centrais emergem e carecem de mais estudos. A primeira: são os motivos que explicariam a preferência das pessoas de origem indígena pela autodeclaração “parda”, que além de genérica, é associada oficialmente (pelo menos desde os últimos 15 anos) apenas à negritude – e, portanto, em tese não representaria a origem indígena dos descendentes que se declaram nessa categoria. A segunda questão diz respeito ao dimensionamento desse grupo social de “pardos descendentes de indígenas”. Esta pesquisa se propõe a discutir a segunda questão, buscando fornecer dados úteis a uma estimativa exploratória da proporção de “pardos descendentes de indígenas” na população amazonense.

Hipóteses e método

A discussão anterior mostrou que a maioria dos pardos não assume identidade negra e que no contexto amazonense há forte indício de sobreposição entre autodeclaração parda e origem

indígena. Além disso, pesquisas com metodologia baseada em “raça binária”, como no caso da PESB, tendem a invisibilizar a identificação com a origem indígena. A partir dessas evidências e questões, formula-se as seguintes hipóteses:

H1: O padrão nacional de não-identificação da maioria dos pardos com a identidade negra também se repete em Manaus;

H2: A autodeclaração parda está significativamente associada à origem indígena no contexto de Manaus e de outros municípios amazonenses;

H3: Segundo critérios fenotípicos, a maioria dos pardos amazonenses é classificada como indígena.

A partir dessas hipóteses e dos dados mais gerais que trouxemos, a pesquisa em andamento seguiu uma abordagem quantitativa e descritiva, consistindo em um levantamento amostral realizado em Manaus, entre maio e julho de 2025, em bairros das zonas Centro-Sul (Japiim e Petrópolis), Leste (Coroadó, São José Operário e Avenida Autaz-Mirim) e Norte (Santa Etelvina), além do Centro Histórico, de uma comunidade ribeirinha na zona rural do município, e da cidade de Itacoatiara.

O recrutamento dos participantes se deu através de amostragem não-probabilística por conveniência. Foram adotados como critério de inclusão: possuir mais de 18 anos completos e ser alfabetizado/a. A coleta de dados ocorreu nas feiras livres e estabelecimentos comerciais das áreas selecionadas, onde os pesquisadores (primeiro autor e segunda autora) adentravam as lojas uma a uma, abordando potenciais participantes, explicando-lhes a pesquisa e convidando-os a colaborar. A amostra totalizou 223 pessoas e foi composta majoritariamente por funcionários e/ou clientes dos comércios locais – e, em alguns casos, pelos proprietários de algumas lojas.

Foram mensuradas as seguintes variáveis: heteroidentificação racial do/a participante pelo/a entrevistador/a; idade; cidade e estado de nascimento do/a participante; nível de escolaridade;

regime de trabalho; renda familiar bruta total; situação do domicílio (próprio, alugado ou cedido); número de residentes no domicílio; e autodeclaração de raça/cor.

No caso da variável “heteroidentificação”, a categoria “indígena” foi usada de modo estritamente racial – isto é: foram classificadas nessa categoria as pessoas cujo fenótipo era percebido como “indígena” pelos pesquisadores⁴, independentemente de possuírem ou não filiação étnica a comunidades indígenas. Não foi dada nenhuma definição para o que seriam “características físicas indígenas” – essa classificação, portanto, baseou-se apenas na subjetividade dos observadores. Já a categoria “parda” foi utilizada de forma residual, para pessoas que não eram percebidas como brancas, nem como pretas, e a quem também não eram atribuídos “traços indígenas”, segundo a percepção dos pesquisadores.

O instrumento de coleta de dados consistiu de um formulário eletrônico elaborado no aplicativo Google Forms e aplicado a partir de um dispositivo móvel de coleta (DMC) – um *smartphone* sob a posse dos pesquisadores. O termo de consentimento era exibido no próprio DMC. Após ler o texto, o participante assinalava no DMC se concordava em participar da pesquisa. Em caso positivo, o dispositivo era devolvido ao pesquisador, que lia as perguntas e registrava as respostas no formulário eletrônico. Os itens eram, então, ditados verbalmente e os participantes informavam suas respostas, que eram registradas pelos pesquisadores no formulário – abordagem similar à do IBGE, em que o DMC é administrado diretamente pelo recenseador.

O formulário se dividia em quatro seções: (1) termo de consentimento; (2) uma seção para a classificação racial do/a participante pelos pesquisadores, contendo as cinco categorias de raça/

⁴ Os pesquisadores concordaram com as seguintes características enquanto identificadoras de origem indígena: 1) pele de cor parda (considerando também, entretanto, variações cromáticas que poderiam ir do quase-branco ao quase-preto); 2) cabelos escuros e lisos; 3) olhos em formato amendoado; 4) rosto largo com maçãs do rosto salientes e testa curta e baixa; 5) no caso de homens, baixa pilosidade facial. É importante ressaltar que os participantes classificados como “indígenas” não necessariamente precisariam apresentar todas essas características, mas ao menos uma combinação delas que permitisse que tivessem seu fenótipo percebido de forma mais aproximada ao indígena do que ao branco ou ao negro.

cor do IBGE como opções de resposta; (3) questionário sociodemográfico; (4) para participantes autodeclarados pardos, houve ainda um conjunto de itens adicionais, os indagando se: (a) se consideram negros/as; (b) como se classificariam na ausência da categoria parda – tendo como opções de resposta: “branco/a”, “negro/a”, “indígena” e “descendente de indígenas”; (c) quais as origens étnico-raciais de seus antepassados; e (d) com quem se julgavam mais parecidos/as, em termos de características físicas, dentre quatro modelos fotográficos.

As quatro fotografias do item (d) representavam, cada uma, uma categoria de raça/cor do IBGE – exceto a “amarela”, excluída por sua baixa relevância demográfica na região sob estudo. Essas fotografias foram obtidas no banco de dados publicamente disponível da pesquisa de heteroidentificação racial conduzida por Rocha, Guilherme e Marsico (2025). Foram escolhidas, para compor o item, as imagens (de cada gênero) que obtiveram os maiores percentuais de classificação em cada categoria racial. As fotografias selecionadas estão dispostas na Figura 1, que exhibe, junto a cada modelo fotográfico, o percentual de heteroidentificação que receberam na sua respectiva categoria, no estudo original.

Figura 1 – Fotografias selecionadas para o questionário de identificação racial



Fonte: Rocha (2025).

As análises estatísticas foram executadas no *software* SPSS (versão 29), adotando-se nível

de significância de $p < 0,05$. Calcularam-se as estatísticas descritivas para todas as variáveis e realizaram-se análises de duas tabelas de contingência: autodeclaração $\times$ heteroidentificação e reclassificação racial $\times$ subgrupos de pardos (negros e não-negros). A significância dessas associações foi verificada pelo teste qui-quadrado de Pearson (χ^2). Nos casos de violação dos pressupostos do χ^2 (frequências esperadas < 5), foi aplicada a correção de Monte Carlo, conforme recomenda Field (2011). O estudo atendeu às normas éticas para pesquisas com seres humanos e foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (CAAE-83577524.1.0000.5686, parecer n.º 7.278.908). As fotografias da Figura 1 retratam modelos profissionais e foram obtidas a partir de bancos de imagens licenciados.

Resultados

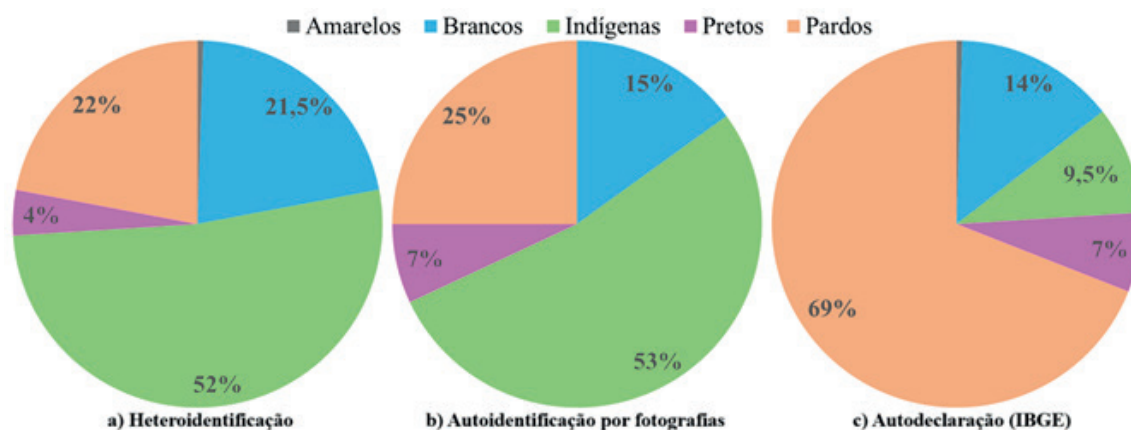
O perfil demográfico e socioeconômico dos participantes está descrito na Tabela 1, que abrange informações sobre gênero, naturalidade, escolaridade, situação laboral, tipo de domicílio e medianas de idade e de renda. Observa-se que a amostra foi composta, em sua maioria, por mulheres, manauaras, com ensino médio completo e ocupações informais, com idade mediana de 33 anos e renda mediana aproximada de R\$3.000.

Tabela 1 – Características sociodemográficas da amostra

Variável	Categorias	Frequência		Mediana
		N	%	
Gênero	Feminino	139	61,9	–
	Masculino	84	37,2	–
Naturalidade	Manaus	136	61,0	–
	Interior do Amazonas	64	28,7	–
	Outros estados do Norte	14	6,3	–
	Não-nortista	9	4,0	–
Escolaridade	Até o ensino fundamental	20	8,9	–
	Ensino médio completo	104	46,6	–
	Ensino superior (completo ou incompleto)	99	44,3	–
Regime de trabalho	Formal	70	31,4	–
	CLT	20	9,0	–
	Servidor/a público/a	86	38,6	–
	Informal ou autônomo/a	24	10,8	–
	Estudante ou estagiário/a	9	4,0	–
	Desempregado/a	14	6,2	–
Domicílio	Próprio	132	59,2	–
	Alugado	58	26,0	–
	Cedido	33	14,8	–
Idade (em anos)		–	–	33
Renda familiar bruta total (em reais)		–	–	3.018
Renda familiar bruta <i>per capita</i> (em reais)		–	–	1.125

Os dados sobre “raça/cor” estão descritos no Gráfico 1, que compila três gráficos que permitem comparar a classificação da cor ou raça da amostra segundo os três procedimentos empregados – heteroidentificação, autoidentificação visual (através das fotografias) e autodeclaração nominal segundo as categorias do IBGE.

Gráfico 1 – Comparação entre três métodos de identificação racial



Em termos de heteroidentificação, a maioria dos participantes (52,05%) foram classificados pelos entrevistadores como “indígenas”. Reitera-se que tal classificação se deu em virtude de critérios fenotípicos já explicitados. Logo, o “indígena” do Gráfico 1a é destituído de sentido étnico e, portanto, não se deve entender que as pessoas assim classificadas se identificariam como indígenas ou que pertençam a grupos étnicos indígenas – como fica evidente no Gráfico 1c. Ratifica-se que o grupo de “pardos”, na variável heteroidentificação, não inclui participantes cujo fenótipo foi percebido pelos entrevistadores como sendo oriundo de origem indígena – ainda que a maioria destes tenham, posteriormente, se autodeclarado pardos, como demonstrado no Gráfico 1c.

A autoidentificação por fotografias, quando comparada à heteroidentificação, produziu dados similares para “indígenas raciais” e “pardos”. Sobre o primeiro grupo, esses dados evidenciam que, além de serem percebidos por um observador externo como “indígenas”, também parecem perceber suas próprias características dessa forma. Mas a despeito de tanto a heteroidentificação quanto a autoidentificação por fotografias apontarem uma maioria “indígena” (de um ponto de vista fenotípico), a autodeclaração apresentou resultados aparentemente divergentes. Os “pardos”, em torno de 20% na classificação fenotípica (seja auto ou hétero atribuída), sobem para 69%

quando a coleta do quesito raça/cor é feita por autodeclaração. Já a categoria indígena sofre aguda redução: de $\approx 50\%$ nos critérios fenotípicos a menos de 10% na autodeclaração.

A Tabela 2 explora mais uma dimensão do fenômeno, ao cruzar a heteroidentificação com a autodeclaração. Para atender aos pressupostos do teste qui-quadrado, foi necessário adaptar algumas categorias, devido a células da tabela de contingência com frequência esperada < 5 . A categoria “amarela” foi excluída por conter apenas um caso. E, na variável “heteroidentificação”, as categorias “parda” e “preta” foram agregadas sob a designação “negro(a)”.

Essa decisão se justifica por dois motivos: primeiro, o baixo número de pessoas heteroidentificadas como pretas ($n=10$) inviabilizaria a análise com essa categoria isolada; segundo, conforme descrito na seção metodológica, a categoria “parda”, na heteroidentificação, não abrange os indivíduos percebidos como “racialmente indígenas” – o que, nesse caso, mitiga o problema central discutido nesta pesquisa: o apagamento da ancestralidade indígena quando pardos de origem indígena são classificados como “negros”. Assim, a agregação de pretos e pardos como “negros” adotada na Tabela 2, não compromete os objetivos analíticos deste artigo – uma vez que os pardos de fenótipo classificado como indígena não estão incluídos nessa definição.

Tabela 2 – Associação entre heteroidentificação e autodeclaração estimulada

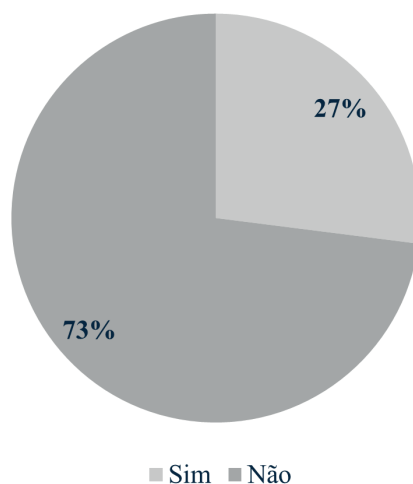
Autodeclaração estimulada	Heteroidentificação (%)			χ^2	p (Monte Carlo)
	Branco/a	Indígena	Negro/a		
Branços	70	10	20	68,457	0,000
Pretos	–	50	50		
Indígenas	4,8	95,2	–		
Pardos	16,4	55,3	28,3		

Os autodeclarados brancos e indígenas foram aqueles cuja autopercepção de si próprios teve maior convergência com a percepção externa: 70% dos brancos autodeclarados também foram percebidos assim pelos pesquisadores e 95,2% dos indígenas também foram classificados racialmente como indígenas. A maior ambiguidade foi observada justamente entre os autodeclara-

dos pretos e pardos. O grupo preto se distribuiu em dois segmentos equivalentes: um de pessoas hétero-identificadas como negras e outro de pessoas vistas como “indígenas”.

Já entre os pardos, pouco mais da metade foi percebida como “indígena”, e outros 16,4% como brancos – o que contrasta esse grupo ao dos pretos, que não apresentou nenhum participante que tenha sido percebido pelos entrevistadores como branco. O índice de heteroidentificação negra foi de 28,3% entre os pardos, similar ao quantitativo de pardos que também afirmaram se considerar negros, como consta no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Proporção de pardos que se consideram negros ou não



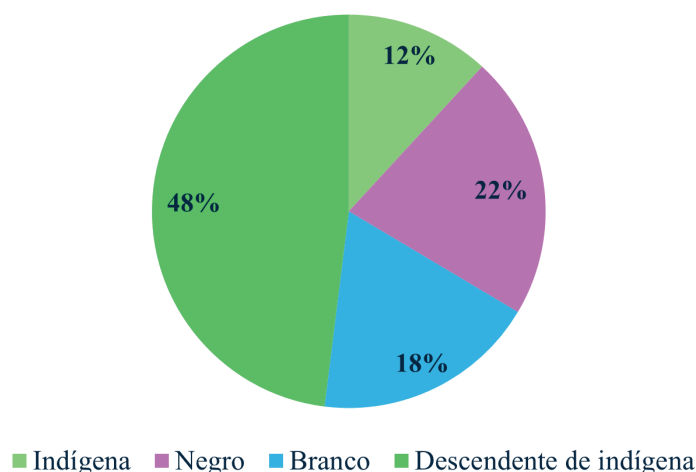
Observa-se que a ampla maioria (73%) dos pardos não adota identidade racial negra. Para a análise estatística, utilizou-se o teste qui-quadrado de aderência, com valores esperados ajustados manualmente no SPSS, tomando como referência a proporção 60/40 fornecida pelo Datafolha (2024). Essa decisão metodológica se justifica pela existência prévia de uma distribuição teórica conhecida. O teste indicou diferença estatisticamente significativa entre os dados observados e os esperados ($\chi^2 = 10,747$; $p < 0,01$).

Com os dados do Gráfico 2 foi possível criar, para fins analíticos, dois subgrupos de pardos:

negros e não-negros. O primeiro subgrupo inclui pardos que afirmaram se considerar negros, enquanto “pardo não-negro” é um conceito que se refere tão-somente às pessoas que se autodeclararam pardas, mas que sinalizaram que não se consideram negras. As análises subsequentes levarão em conta esses dois grupos separadamente.

Alguns aspectos do modo como os pardos se identificam podem ser elucidados pela análise do item de reclassificação racial, nas quatro categorias oferecidas nessa variável como opções de resposta: branco(a), negro(a), indígena e descendente de indígena. O Gráfico 3 exibe a distribuição dos pardos segundo essas categorias e evidencia uma maioria de pardos que se identificam com a origem indígena.

Gráfico 3 – Distribuição dos pardos segundo categorias de reclassificação racial



A maior parte (48%) dos pardos afirmou que preferiria se identificar como “descendente de indígenas”, caso essa opção existisse e o “pardo” fosse removido das categorias oficiais. Em seguida estão aqueles que afirmaram que se identificariam como negros nesse cenário (22%), seguidos pelos que disseram que prefeririam se classificar como brancos (18%). A categoria indígena foi aquela que obteve a menor frequência: apenas 12% dos pardos afirmaram que prefeririam se autodeclarar indígenas em caso de remoção da categoria parda. Juntas, as duas categorias de origem indígena perfazem 60% do total de pardos. Observaram-se ainda comportamentos de reclas-

sificação distintos nos dois subgrupos de pardos (negros e não-negros), como consta na Tabela 3.

Tabela 3 – Reclassificação racial dos pardos segundo os subgrupos “negro” e “não-negro”

Categorias de reclassificação	Grupos de análise (%)			χ^2	p
	Total	Pardos negros	Pardos não-negros		
Branco(a)	18,4	5	23,2	29,752	0,000
Negro(a)	21,7	47,5	12,5		
Indígena	11,8	20	8,9		
Descendente de indígena	48,0	27,5	55,4		

64,3% dos “pardos não-negros” demonstraram aproximação às categorias de origem indígena e pouco mais de um quinto afirmou que se reclassificaria como branco/a. Em comparação, no grupo “pardo-negro” apenas 5% afirmou que se reclassificaria como branco/a. A tendência de reclassificação como “negro/a”, conforme esperado, foi baixa (12,5%) entre os “pardos não-negros”, enquanto entre “pardos-negros” essa identificação alcançou 47,5%, mais que o dobro do índice geral de 21,7%. Mas também foi expressiva, no grupo “pardo-negro”, a identificação com as categorias de origem indígena, que, se somadas, levam a um empate entre as categorias de origem indígena e a negra.

Discussão

Um dos achados mais relevantes deste estudo está na medida das diferentes dimensões da identidade racial na população amazonense. O Gráfico 1 mostrou que a maioria de uma amostra amazonense é vista por observadores externos como “indígena” – e também reconhecem seu próprio fenótipo de forma similar. Mas, no quesito da auto declaração, entram em jogo outros critérios, de auto atribuição dos participantes, distintos daqueles empregados pelos entrevistadores na classificação baseada em percepção fenotípica. O que está sendo observado, ao se olhar para as aparentes “divergências” do Gráfico 1, é a própria natureza do fenômeno sob estudo: pessoas que

são percebidas pelo outro como “indígenas”, se julgam fenotipicamente parecidas com a imagem social do “fenótipo indígena”, mas ainda assim, essas mesmas pessoas não costumam se autodeclarar indígenas, nem chegam a adotar essa identidade.

Igualmente relevante foi o achado de que, em diferentes critérios de classificação racial, manteve-se consistentemente a observação de que aproximadamente a metade daqueles que se identificam como negros ou pretos podem apresentar traços vistos como “indígenas”. Isso leva à conclusão de que parte importante dos autodeclarados negros no Amazonas podem ser pessoas que se consideram negras ou pretas, mas cujo fenótipo não é associado ao negro típico da costa brasileira, mas sim ao indígena amazônico.

Embora pareça contra intuitivo à primeira vista, esse fenômeno foi abordado por Conrado, Campelo e Ribeiro (2015) e Sena (2023) e se faz presente nos dados desta pesquisa. Esses autores apontam que os chamados “negros amazônidas”, com frequência, não são reconhecidos como negros fora de sua região – embora assim se afirmem dentro dela – justamente por carregarem marcas fenotípicas que mais aludiriam a uma ancestralidade indígena do que negra.

Há, portanto, na realidade material da Região Norte, um grupo de pessoas que são racialmente percebidas pelos outros como “indígenas”, mas que, a despeito do fenótipo, se consideram negras – o que demonstra que nem sempre o fenótipo é o principal critério de identidade racial. É importante, contudo, ressaltar que mesmo a existência desse grupo ainda não permite que se tome a população parda nortista, em sua totalidade, como “negra”. Afinal, o fenômeno do “negro amazônida”, embora relevante, ainda é minoritário, visto que 73% dos pardos amazonenses afirmam não se considerarem negros.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar esse fenômeno. Essas pessoas, os assim-chamados “negros amazônidas”, podem elaborar sua identidade a partir da percepção da própria cor. Afinal, a palavra “negro” pode (e costuma) ser aplicada, sem causar estranheza, a

qualquer pessoa de tez muito escura, independentemente de outras características. Outra hipótese é a origem: algumas dessas pessoas podem ter ancestrais negros em sua linhagem familiar e, ancorados nisso, se entenderem como negros. Esses dados também podem refletir algum grau de identificação com a negritude política ou, ainda, podem estar associados à percepção de discriminação dessas pessoas.

A última hipótese é especialmente plausível quando se lembra que a linguagem racial brasileira é binária quando se trata de falar de racismo, sendo observado com frequência a dificuldade em se nomear pessoas vítimas de discriminação racial com qualquer outro termo que não “negro/a” (DAFLON, 2014). Por exemplo, em abril de 2024, o técnico do Palmeiras Futebol Clube afirmou que seu time era bem organizado porque “não é uma equipe de índios”⁵. Na ocasião, diversos veículos de imprensa divulgaram a fala do técnico como “xenofóbica” e não como racista – ainda que fosse dirigida a um grupo também historicamente discriminado.

Na Amazônia, é plausível supor que a camada populacional mais discriminada seja composta justamente por aqueles que Sena (2023) denomina “cabokos negro-indígenas” – isto é: “caboclos” de pele mais escura e que têm, também, origem negra. Isso é particularmente plausível ao se considerar o padrão pigmentocrático do racismo no Brasil, que beneficia pessoas de tez mais clara e penaliza as mais escuras (NOGUEIRA, 2006). Dada a limitação do repertório linguístico do brasileiro para classificar vítimas de discriminação com termos outros que não “negro”, faz sentido pensar que tais pessoas, discriminadas no contexto amazônico, se entendam como negras. Contudo, essa hipótese não pôde ser diretamente testada, dada a ausência de um item que tenha inquirido os participantes sobre percepções de discriminação ou frequência de episódios de racismo.

O achado mais relevante para os objetivos desta pesquisa está nos pardos: 55,3% foram

⁵ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/palmeiras/abel-ferreira-usa-fala-xenofobica-contra-indigenas-ao-avaliar-palmeiras/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

percebidos pelos pesquisadores como “indígenas”. Esse número é reflexo do fenômeno descrito por Wagley (1952) e amplamente conhecido por aqueles habituados às populações amazônicas: o “pardo” da região (e, como já visto, até mesmo alguns “pretos”) costuma ser uma pessoa que é identificada por observadores externos como “indígena”, e não como “negra” – o que não permite afirmar que pardos sejam, a rigor, percebidos como negros em qualquer contexto.

A diferença entre pardos e pretos fica por conta da heteroidentificação negra, significativamente menor entre os pardos (28,3%) do que entre os pretos (50%). Inversamente, a heteroidentificação branca foi maior entre os pardos (16,4%) e nula entre os pretos. De fato, algumas pessoas classificadas como “brancas” pelos entrevistadores se autodeclararam “pardas”, fenômeno já analisado por pesquisas que abordaram esse fenômeno no contexto das fraudes nas comissões de heteroidentificação (RODRIGUES, 2022) e da autodeclaração de candidatos a cargos políticos (MÓDOLO, 2022).

Os participantes desta pesquisa, entretanto, não se declararam pardos dentro desses contextos. As observações feitas em campo permitem explicar, ao menos parcialmente, o fenômeno das pessoas percebidas como “brancas” que se declaram “pardas”. Com certa frequência, algumas pessoas que os entrevistadores percebiam como brancas, quando perguntadas sobre sua “cor ou raça”, respondiam que eram pardas, justificando que era essa a cor que constava em suas certidões de nascimento. A PESB já havia captado esse fenômeno ao registrar que os pardos foram o grupo que mais justificou sua auto declaração a partir de documentos (DAFLON, 2014).

Outra observação frequente foi o comportamento de muitos participantes de olharem seus braços antes de informarem sua resposta, em uma tentativa de apreender a própria cor antes de informarem-na. Supõe-se que alguns daqueles percebidos como brancos talvez tenham percebido sua cor como “menos clara” que o esperado para um “branco ideal”. Essa inferência encontra respaldo em Costa e Schucman (2022), que afirmam que muitos “brancos multirraciais” podem

se classificar como “pardos” devido à porosidade dessa categoria a tipos que estão entre os extremos “preto” e “branquíssimo” – o que ocasionalmente pode também incluir o “branco-mestiço” brasileiro.

Certamente, os dados da variável heteroidentificação, por envolverem a classificação pelos pesquisadores, se ancoram na subjetividade destes. Entretanto, a técnica da autoidentificação por fotografias funciona, basicamente, como uma inferência da auto percepção do/a participante sobre seu próprio fenótipo. E essa técnica demonstrou que há consistência, na maioria dos casos, entre o modo como os participantes foram percebidos pelos pesquisadores e como eles(as) mesmos(as) percebem o próprio fenótipo.

No levantamento Datafolha de 2024, foi constatado que a maioria dos pardos não se consideram negros: 60%. Esta pesquisa fornece um dado similar, mas contextualizado à realidade do Amazonas: a não-adesão à identidade negra, possivelmente, ocorre no Amazonas em proporção significativamente superior à própria média nacional captada pelo Datafolha. Isso aponta para a necessidade de abordagens regionalizadas nas discussões sobre a categoria parda, especialmente em contextos nos quais ela carrega significados próprios, não necessariamente atrelados à identidade negra.

Utilizando apenas “branco” e “preto” como opções de reclassificação, a PESB obteve uma divisão quase equivalente entre pardos que se reclassificam como “brancos” ou como “pretos”, em uma amostra dispersa por 102 municípios (BAILEY; LOVEMAN; MUNIZ, 2012). O que se observa no Gráfico 3 é o efeito da inclusão das categorias referentes à origem indígena, que não pôde ser captado pela metodologia da PESB, nem das pesquisas subsequentes a ela. No caso do Amazonas, esse efeito foi significativo: a maioria (48%) dos pardos entrevistados não migram para as categorias polares, preferindo se reclassificar como “descendentes de indígenas” quando é removida a opção “pardo”.

A decisão de apresentar as categorias “descendente de indígena” e “indígena” separadamente mostrou-se adequada diante desses dados – afinal, a maioria dos pardos não migrou para nenhuma das três categorias oficiais. Apesar de não-oficial, o uso da categoria “descendente” mostrou-se relevante, visto que não se poderia supor que os 48% de “descendentes” necessariamente migrariam à categoria “indígena” – especialmente considerando a complexidade simbólica que essa palavra tem no contexto do Amazonas.

Esse fenômeno pode ser explicado parcialmente por algo apontado por Oliveira (1997), que ao analisar os censos nacionais, constatou que “a referência aos índios [*sic*] [...] sempre sugere fatos ou conexões apenas pretéritas” (p. 66). Autores indígenas, como Longhini (2021) e Ferro e Silva (2024), apontam para o efeito desse discurso, que produz na mentalidade da população um certo pensamento ideológico que relega o indígena ao lugar de figura mítica do passado – nunca um ator da vida social presente.

Essa perspectiva se traduziu materialmente na política de integração, que vigorou de 1910 a 1988 e tinha o objetivo de integrar o indígena à sociedade nacional. Isso requeria que os povos indígenas renunciassem às suas culturas e identidades étnicas, em favor da “identidade brasileira” e da integração à sociedade não-indígena (DORRICO, 2022). A categoria “descendente” é, em si, produto do projeto de integração, uma vez que ao se “integrar à sociedade” – o que quer que os órgãos estatais entendessem que isto fosse –, o indígena deixaria de sê-lo; seus filhos e netos, já “civilizados”, seriam apenas “descendentes”. Esse processo, vale ressaltar, antecede o indigenismo republicano, remontando ao período colonial. Séculos de colonização produziram gerações inteiras de nativos que cresceram não se identificando como indígenas.

A preferência pela classificação como “descendente” pode ser reflexo do efeito desses discursos e práticas sobre a forma que a população se entende. Dado o longo histórico de políticas de assimilação, pessoas de origem indígena podem preferir se colocar como “descendentes”, sina-

lizando justamente uma conexão apenas pretérita com a identidade indígena, atribuída pelos sujeitos a seus avós e bisavós, mas nunca a si próprios. Já a identificação explícita como “indígena” sinalizaria um vínculo atual, ao qual a maioria das pessoas entende não fazer jus e/ou tem receio em afirmar. E, uma vez não se entendendo enquanto pessoas indígenas, se autodeclararam pardas. Mas, seja pela sua aparência ou ascendência (ou ambas), são pardos que não se consideram negros.

Um aspecto fundamental a se atentar é o significado de “pardo não-negro”. Desde a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, a ideia de que pardos são (necessariamente) negros tem vigorado com quase unanimidade no debate público sobre raça. Essa análise foi colocada por De Abreu (2024, p. 57), que afirma que “A lógica dicotômica ‘negros’ *versus* ‘brancos’ passou a ser utilizada não apenas por pesquisadores, mas também por artistas, pela mídia e por setores do aparelho de Estado. A sua adoção pelo Estatuto da Igualdade Racial [...] talvez seja o principal indicador dessa mudança”.

Entretanto, com o estabelecimento das comissões de heteroidentificação racial e a destinação de fundos partidários para políticos “negros” (entendidos como os autodeclarados pretos e pardos), tornou-se cada vez mais frequente a observação de indivíduos que, apesar de requerem acesso a tais políticas enquanto “pardos”, não possuíam características que os identificassem socialmente como negros. É nesse contexto que o “pardo não-negro” retorna à cena do debate racial. Entretanto, o que se observa é uma certa tendência, ênfase ou viés, em alguns estudos (e.g., COSTA; SCHUCMAN, 2022; RODRIGUES, 2022; MÓDOLO, 2022), de se tomar (tácita ou explicitamente) o “pardo que não se considera negro” como um “branco social” que se “apropria” da categoria parda, pelas mais variadas razões – de tentativa de fraude nas cotas a desconhecimento do significado da categoria parda nas políticas públicas.

O que os dados da Tabela 3 evidenciam é que seria uma posição igualmente reducionista atribuir o fenômeno dos “pardos não-negros”, na sua totalidade, a brancos que se autodeclararam

– pelas mais variadas razões – nessa categoria. Essa tomada de posição, por si só, já reflete uma tendência ao apagamento indígena e ao pensamento racial dicotomicamente organizado na oposição entre brancos e negros. Os “pardos-brancos” – aqui definidos como pessoas autodeclaradas pardas que são percebidas como brancas – são apenas uma parte da explicação do fenômeno dos “pardos não-negros”.

De fato, 16% dos pardos deste estudo foram percebidos como brancos pelos pesquisadores (ver Tabela 2) e um número similar (18%) também optou por se reclassificar como “branco(a)”. Mas não se pode ignorar que, no Amazonas, quase dois terços dos “pardos não-negros” se colocam em um campo semântico mais próximo à origem indígena (ainda que de forma pretérita) do que à “branquitude”. Seriam estes os “pardos-indígenas”, distintos, em diversos aspectos, tanto dos “pardos-brancos” – isto é: aqueles que se autodeclaram pardos, mas são socialmente percebidos como brancos – quanto dos “pardos-negros” – os que se identificam e são identificados como negros.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo estimar as proporções de negros e descendentes de indígenas dentre os pardos de Manaus. Os resultados mostram que aproximadamente 60% de uma amostra de pardos amazonenses tendem a se identificar como pessoas de origem indígena. As hipóteses foram corroboradas: os resultados confirmam que o padrão nacional em que a maioria dos pardos não se identificam como negros, também se reproduz no Amazonas. Evidenciou-se também uma associação estatisticamente significativa entre a auto declaração parda e a origem indígena. Também foi confirmada a hipótese de que, sob critérios fenotípicos, a maioria dos pardos amazonenses é percebida como indígena. Esses dados indicam a probabilidade de que, para a maioria dos pardos

no Amazonas urbano, a auto declaração parda não corresponda a uma identificação com a negritude, mas a uma forma de nomear origens indígenas parciais ou inferidas. Os “pardos-negros” – ou seja: aqueles que se identificam como negros –, embora minoritários, também constituem um segmento numericamente relevante, representando, provavelmente, entre um quarto e um quinto dos pardos locais.

O principal achado é a evidência empírica de um grupo de “pardos-indígenas” – descendentes de indígenas que se autodeclararam pardos –, o que revela um fenômeno ainda não dimensionado nas estatísticas nacionais. O reconhecimento desse segmento pode contribuir para o enfrentamento à subnotificação indígena no censo demográfico e para a revisão crítica da agregação de pardos e pretos como “população negra”. Essa prática, embora comum, oculta dinâmicas próprias da ascendência indígena, especialmente na Amazônia.

Metodologicamente, a introdução da categoria “descendente de indígenas” mostrou-se relevante para captar identidades intermediárias entre dimensões étnicas e raciais. Do mesmo modo, o uso de fotografias revelou-se um recurso promissor para estudos com pardos de origem indígena, para os quais a herança indígena não se traduz necessariamente em identidade étnica, mas pode se expressar visualmente pelo fenótipo.

Esses achados sugerem que a mensuração da população de origem indígena deve considerar, para além dos autodeclarados indígenas, também os descendentes que se encontram autodeclarados na categoria parda. O fenótipo constitui, para muitas dessas pessoas, o último elo com uma ascendência indígena que, em muitos casos, é remota. Embora pouco usual em *surveys* sobre raça, a autoidentificação por fotografias mostra-se útil para o estudo dos pardos descendentes de indígenas – afinal, com certa frequência, tais pessoas não apontarão sua origem indígena através de outro meio que não seja este.

Os resultados devem ser interpretados com cautela. A pesquisa tem caráter exploratório

e baseia-se em amostragem não-probabilística, o que restringe sua capacidade de generalização. Ademais, a heteroidentificação foi realizada por um número limitado de avaliadores, não refletindo necessariamente como os indivíduos entrevistados seriam percebidos em contextos sociais mais amplos ou em outras interações. O método de autoidentificação por fotografias, embora útil, enfrenta desafios de padronização e de validade externa. Finalmente, a natureza estatística do estudo não permite compreender plenamente os significados subjetivos atribuídos às categorias “pardo” e “indígena”. O acesso a esses significados é relevante para entender os motivos pelos quais descendentes de indígenas preferem se autodeclarar pardos e não indígenas.

A replicação do método desta pesquisa em outras regiões poderá aprofundar o escrutínio da heterogeneidade da categoria parda e a distribuição de seus subgrupos (negros e descendentes de indígenas) em diferentes contextos regionais. Especialmente considerando que, embora sejam um grupo mais característico da Amazônia, os pardos de origem indígena não se restringem a ela, uma vez que habitam, em última instância, todo o território nacional. A quantificação e o diagnóstico socioeconômico desse grupo são tarefas necessárias aos estudos étnico-raciais e não devem ser confundidas como questões meramente regionais e restritas ao Norte.

Recomenda-se, para estudos futuros, o uso de amostragens estratificadas, de modo a ampliar o poder de generalização dos resultados. Além disso, pesquisas qualitativas complementares podem auxiliar na compreensão dos significados subjetivos associados às categorias raciais, explorando os motivos pelos quais tantos descendentes de indígenas, mesmo reconhecendo essa ascendência, optam pela auto declaração parda.

Por fim, a inclusão, em *surveys* nacionais, de perguntas suplementares voltadas aos autodeclarados pardos – como “você se considera negro?” e “você reconhece ser descendente de indígenas?” – pode refinar a mensuração das identidades raciais e revelar subgrupos ainda invisibilizados pela generalidade da categoria parda. Avançar nesse campo de investigação é essencial para a

produção de um retrato mais fidedigno da composição racial brasileira e para o aprimoramento das políticas de equidade racial.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Karlene da Silva; ARAÚJO, Bruna Silva. Categoria pardo: mestiçagem na América Latina, Brasil e Ceará. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, Recife, v. 10, n. 1, p. 8-30, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/260431>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

BAILEY, Stanley; LOVEMAN, Mara; MUNIZ, Jeronimo Oliveira. Measures of “race” and the analysis of racial inequality in Brazil. **Social Science Research**, v. 42, n. 1, p. 106-119, jun. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2012.06.006>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne (Org.). **Teorias da etnicidade**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 185-228.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Título 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 12 fev. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Genocídio racial estatístico. In: FRY, Peter *et al.* (Eds.). **Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 52, p. 213-246, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/770/77050451007.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

COSTA, Eliane Silvia; SCHUCMAN, Lia Vainer. Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as ações afirmativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 466-484, fev. 2022. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4518/451873982002/451873982002.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

DAFLON, Verônica Toste. **Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro**. 2014. 199f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/15494>>. Acesso em: 07 nov. 2025.

DAMASCENO, Victoria. 6 em cada 10 pardos não se consideram negros, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**. 2024. Disponível em: <bit.ly/4nFuipv>. Acesso em: 24 nov. 2024.

DE ABREU, Márcio Nunes. **Para além da visão: percepção racial e a crítica ao paradigma visuo-cêntrico na experiência de um cego congênito**. 2024. 271f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40727>>. Acesso em: 07 nov. 2025.

DORRICO, Julie. A fortuna crítica (da exclusão): Makunaimi na literatura indígena contemporânea. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, v. 14, p. 112-131, 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Dossie6_rev_CPF_N14_Semana22.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

FERRO, Sérgio Pessoa; SILVA, Givanildo Manoel da. Pardismo: um etnocídio de Estado. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 173-207, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/50339>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

FIELD, Andy. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FRY, Peter *et al.* (Ed.). **Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 01, p. 93-107, 2003. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v29n01/v29n01a08.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Mixed indians, caboclos and curibocas: historical analysis of a process of miscegenation. In: ADAMS, Cristina *et al.* (Eds.). **Amazon peasant societies in a changing environment: political ecology, invisibility and modernity in the rainforest**. Nova Iorque: Springer, 2009.

HERNÁNDEZ-DÍAZ, Jorge. A constituição da identidade étnica dos Fulni-ô do Nordeste brasileiro. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 24, n. 2, p. 75-112, 2013. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/36796209/Fulni-o.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do censo demográfico: dados gerais. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940_dadosgerais.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1956. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IX recenseamento geral do Brasil – 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1983. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n26_df.pdf>. Acesso em: 12

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2022: Manual de entrevista**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <bit.ly/4850yhh>. Aces-

so em: 12 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tabela 9605:** População residente, por cor ou raça, nos censos demográficos. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2023. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9605>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena. **Revista Tecnologia & Cultura**, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 65-73, 2021. Disponível em: <https://www.cefet-rj.br/attachments/article/195/revista_especialPPRER.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

MÓDOLO, Lucas de Santana. Afroconveniência eleitoral no Brasil: notas sobre as suspeitas de fraude nas declarações raciais de 2022. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, 2022. Disponível em: <<https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/321>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v.19, n.1, p. 287-308, nov. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira, 1972.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 61-84, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71831997000200004>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

PETRUCCELLI, José Luís. **A cor denominada:** um estudo do suplemento da PME de julho/98. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/A_cor_denominada_Petrucelli.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

PETRUCCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). **Características étnico-raciais da população:** classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

ROCHA, Leonardo (2025). Database – research on racial heteroidentification in Brazil. Zenodo. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.15392220>>. Acesso em: 23 dez. 2025.

ROCHA, Leonardo Rafael Leite da; GUILHERME, Tardelli de Souza; MARSICO, Giuseppina. Heteroidentificação racial no Brasil: evidências preliminares de percepções não-dicotômicas. **Revista NUPEM**, v. 17, n. 42, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/download/10592/7355/43006>>. Acesso em: 23 dez. 2025.

RODRIGUES, Gabriela Machado Bacelar. Incorporando a mestiçagem: a fraude branca nas comissões de heteroidentificação racial. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, p. 307-

331, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000200011>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

SANTOS, Denis Moura dos. **Pardos: a visão das pessoas pardas pelo Estado brasileiro**. Curitiba: Appris, 2021.

SENA, José. De cabokos a negro/indígenas: sobre a emergência de sujeitos políticos da raça e a mundiação da Matriz Colonial do Poder. **Revista África e Africanidades**, v. 16, n. 46, p. 29-62, 2023. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Dossie_Raça_e_Amazônidades.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

SILVA, Graziela Moraes; LEÃO, Luciana Teixeira de Souza. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, 117-133, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300007>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

VÉRAN, Jean-François. ‘Nação Mestiça’: As políticas étnico-raciais vistas da periferia de Manaus. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 21-60, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5638/563865523002.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

WAGLEY, Charles. **Race and class in rural Brazil**. Paris: UNESCO, 1952.

Resenha do livro O Pacto da Branquitude, de Cida Bento

Felipe Magno Silva Pires

Resenha do livro O Pacto da Branquitude, de Cida BentoReview of the book *The Whiteness Pact*, by Cida BentoReseña del libro *El Pacto de la Blancura*, de Cida BentoFelipe Magno Silva Pires¹

Como homem preto e membro do Colegiado Negro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, sempre me interessei por estudos relacionados à questão da raça no Brasil e no mundo, sobretudo aqueles que apresentam e exemplificam as estruturas que sustentam o racismo e as relações de poder em nossa sociedade, apresentando uma nova perspectiva sobre o tema, como aponta Bento (2022, p. 14) no livro foco desta resenha, “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos”.

Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida, além de autora, é psicóloga, ativista e diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), cuja missão é promover direitos à população negra no que diz respeito à luta pelo fim das desigualdades étnico-raciais, bem como no combate ao racismo. Cida Bento foi a primeira pessoa de sua família a entrar para a universidade, obtendo o grau de doutora.

Lançado pela Companhia das Letras em 2022, *O Pacto da Branquitude*, ainda em primeira edição, se propõe a apresentar de que forma a sociedade dita branca cria estruturas que validam suas posições no topo da estrutura social, por meio de um pacto não verbal que é transmitido entre as gerações em detrimento do povo preto, especialmente o feminino. “As sociedades [...] regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e

¹ Mestre em Sociedade e Cultura. Doutorando em Antropologia Social - ambos pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: felipe.pires@ifam.edu.br

branco” (Bento, 2022, p. 18).

No começo do livro, Cida traz à tona uma experiência pessoal familiar, quando seu filho chega da escola chateado porque um de seus colegas, após uma aula sobre a escravidão, se refere a meninos pretos como vergonhosos porque supostamente seriam descendentes de escravizados. Cida então chama atenção para a base da estrutura educacional, uma vez que a escola se preocupa apenas em “transmitir conhecimento”, sem fazer uma análise crítica do que foi de fato a escravidão de pessoas negras e de que modo essa prática nefasta ainda ecoa na sociedade atual. “O menino não via que eram pessoas do grupo racial a que ele pertence – branco – que haviam protagonizado a escravidão dos negros. E isso, sim, poderia ser motivo de vergonha” (Bento, 2022, p. 9).

A partir daí a autora problematiza a questão, ao informar que durante sua atuação na área de recursos humanos, mais de uma vez foi questionada por telefone porque havia indicado uma pessoa negra para atuar nas empresas, especialmente o caso de uma secretária, que não seria aceita porque o gerente do banco não queria uma pessoa com aquele perfil no cargo. Cida explica que a secretária é, quase sempre, a primeira pessoa a ser vista em um banco, e que isso, de acordo com o contratante, não poderia acontecer. Da escola ao campo do trabalho, Cida Bento evidencia a branquitude e sua estrutura de poder.

A autora resgata ainda o aspecto histórico da colonização europeia no Brasil. De acordo com Bento (2022, p. 29), “[...] foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus [...] foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste”. A diferenciação do poder fica clara quando a autora aponta que “[...] o Brasil se preocupou em prover reparação aos proprietários de escravizados” (Bento, 2022, p. 33). Quer dizer, com o advento da Lei do Ventre Livre, no ano de 1871, as proles das mulheres escravizadas foram “libertas”, desde que fossem custodiadas pelo senhorio, que receberia uma compensação financeira assim que a criança completasse oito anos de idade, ou o “dono” da pessoa escravizada

poderia optar pelo trabalho forçado até os 21 anos, quando deveria de fato libertá-la.

Em 2021, a BBC News publicou uma reportagem sobre o Brasil e os Estados Unidos da América terem se tornado países tão diferentes sendo nações pavimentadas pela escravização. Para explicar isso, a repórter Camilla Veras Mota entrevistou a historiadora Brodwyn Fischer, da Universidade de Chicago, que leciona a disciplina *Brazil: Another American History*². Em suma, Fischer, que pesquisa a história brasileira há mais de 30 anos, explica que o fato de os dois países terem se tornado tão diferentes diz respeito à forma como ambos lidaram com o fim da escravidão. Enquanto os Estados Unidos sempre tiveram a característica de “legalizar brutalidades”, como Fischer explica em termos modernos o acesso às armas, no Brasil, mesmo após a decretação da Lei Eusébio de Queiroz, que reafirmava a proibição ao tráfico de negros, o próprio Estado brasileiro desenvolveu mecanismos para ajudar as pessoas a contornarem a lei, tendo em vista que cerca de 800 mil africanos foram trazidos ilegalmente para o Brasil para serem escravizados. De acordo com a historiadora, a principal diferença entre os dois países é que, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, no Brasil o poder informal foi desenvolvido e consolidado (Mota, 2021), conformando estruturas que se sustentam até hoje, sendo uma delas a que Cida Bento chama de *Pacto da Branquitude* ao discutir a questão racial.

Com ênfase na estrutura do Estado Brasileiro, Cida Bento discute o Biopoder³. De acordo com Bento (2022, p. 49-0), “o racismo permite o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinadas do Estado [...]”.vCida Bento problematiza ainda a questão da ciência, que se debruçou, entre os séculos XIX e XX, em inferiorizar o negro em relação ao branco, ou discursar em favor de que a escravidão é que trouxe deformidades ao psicológico das

² Brasil: a outra história americana.

³ Conceito desenvolvido por Michel Foucault, refere-se à forma como o poder se exerce sobre a vida, ou seja, sobre o corpo e a população, buscando controlar e gerenciar a vida biológica.

peessoas pretas. “É interessante destacar que nenhum desses grupos de estudiosos apontou a existência de uma ‘deformação’ na personalidade do escravizador” (Bento, 2022, p. 62). A autora cita ainda o trabalho de Florestan Fernandes, que sempre foi uma referência entre os pesquisadores brancos no combate às desigualdades raciais, e mesmo ele só conseguiu evidenciar o impacto da escravização na personalidade da população preta. Bento (2022, p. 63) explica que “se Florestan Fernandes, tão consciente do racismo no Brasil, não conseguiu enxergar o impacto da escravidão no seu próprio grupo branco, era preciso compreender a cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude”.

Entre a escola, uma vez que o maior número de evasão é de estudantes pretos e pretas, e a história, o pacto da branquitude se consolida no mundo do trabalho, pois mesmo nas empresas que se dizem partidárias da política de inclusão e diversidade, os programas relacionados a gênero e às pessoas que possuem deficiências são mais expressivos, o que não leva em conta toda a dimensão da estrutura da desigualdade racial.

A autora encerra o livro asseverando sobre a importância de o branco ter consciência de sua branquitude, e que isso só vem pela incessante discussão das relações de dominação, bem como da busca pela conquista de direitos constitucionais, que contemplem as minorias negras, quilombolas, femininas e indígenas, em busca de ambientes mais justos e igualitários.

O Pacto da Branquitude é um livro que imiscui relações pessoais da autora em contraposição com a história e com os ambientes escolares e do trabalho, uma pesquisa essencial para o entendimento das estruturas que privilegiam um segmento racial em detrimento de outro. Pesquisas como a de Cida Bento contribuem de forma significativa para os estudos sobre o Brasil e a condição do seu povo, sobretudo as minorias, além de chamar atenção para aspectos quase invisíveis de nossa sociedade, onde mesmo as microrrelações de poder ajudam a sustentar a superestrutura social que possibilita a prática do racismo.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que Cida Bento é psicóloga organizacional, bem como outras mulheres citadas por ela ao longo do livro são psicólogas sociais e/ou organizacionais, como Lia Schucman, Edith Piza e Fúlvia Rosemberg, o que demonstra que a discussão racial perpassa várias áreas do conhecimento, denotando a importância da psicologia, sobretudo sob o viés feminino, no que tange o entendimento das estruturas sociais que assolam as relações entre brancos e pretos no Brasil e no mundo. Tal afirmativa só reforça a importância do debate interdisciplinar. É necessário também que se promovam disciplinas que versem sobre o letramento racial e a história africana, de modo que crianças, como o filho de Cida Bento, não se tornem alvo de uma educação acrítica, que contribui para sedimentar o problema da relação entre pretos e brancos. É na base que a mudança é promovida.

Referências bibliográficas

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MOTA, Camilla Veras. Por que os Estados Unidos e o Brasil ficaram tão diferentes? Curso na Universidade de Chicago tenta explicar. **BBC News Brasil**. 2021. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59499807> >. Acesso em: 25 abr. 2025.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Experiências de Assessoria junto a Povos e Comunidades
Tradicionais do Cerrado Brasileiro**
Gabriel Costa Ribeiro



Experiências de Assessoria junto a Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro

Experiencias de consultoría con pueblos y comunidades tradicionales del Cerrado brasileño

Professional Experiences in Technical Advice to Traditional Communities in the Brazilian Cerrado Biome

Gabriel Costa Ribeiro¹

Resumo

Este relato se preocupa em articular a experiência de execução do Mecanismo de Apoio a Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado (Projeto DGM Brasil) por parte do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), organização gerida por agricultores familiares e povos tradicionais da região Norte do estado de Minas Gerais, a contextos econômico-políticos mais abrangentes, com destaque para a dinâmica recente de gestão e execução de doações fiduciárias por parte de *ONGs* socioambientalistas no Brasil. Cuida-se, também, em demonstrar a inserção do caso estudado na reprodução da modernização ecológica em distintos contextos locais, paradigma ancorado na crença na eficiência como meio de atingir a sustentabilidade. Por intermédio de estudo empírico realizado enquanto funcionário contratado da instituição, propõe-se uma análise que buscará aliar experiência profissional, análise documental e mobilização de literatura acadêmica correlacionada aos temas do desenvolvimento sustentável, da geopolítica, da economia política, dos estudos decoloniais, dos direitos étnicos e das relações de poder. Diante deste formato, faz-se compreensível identificar como se dá a internalização, por parte das organizações locais, de todo um abecedário de léxicos e procedimentos administrativos exógenos propostos pelas entidades financiadoras às rotinas de execução dos recursos.

Palavras-Chave: Povos e Comunidades Tradicionais; Bioma Cerrado; Filantropia; Desenvolvimento Sustentável; Modernização Ecológica.

Resúmen

Este relato se preocupa en articular la experiencia de ejecución del Mecanismo de Apoyo a los Pueblos Indígenas, Quilombolas y Comunidades Tradicionales del Cerrado (Proyecto DGM Brasil) por parte del Centro de Agricultura Alternativa del Norte de Minas (CAA), organización gestionada por agricultores familiares y pueblos tradicionales de la región Norte del estado de Minas Gerais, a contextos económico-políticos más amplios, con énfasis en la dinámica reciente de gestión y ejecución de donaciones fiduciarias por parte de ONG socioambientalistas en Brasil. También se ocupa de demostrar la inserción del caso estudiado en la reproducción de la modernización ecológica en distintos contextos locales, paradigma anclado en la creencia en la eficiencia como medio para alcanzar la sostenibilidad. Por medio de un estudio empírico realizado mientras empleado contratado de la institución, se propone un análisis que buscará combinar experiencia profesional, análisis documental y movilización de literatura académica relacionada con los temas del desarrollo sostenible, de la geopolítica, de la economía política, de los estudios decoloniales, de los derechos étnicos y de las relaciones de poder. Ante este formato, resulta comprensible identificar cómo se produce la internalización, por parte de las organizaciones locales, de todo un abecedario

¹ Bacharel em Ciências Socioambientais (UFMG), Mestre em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT-UFMG/Unimontes), Doutorando em Desenvolvimento Social (PPGDS – Unimontes/Bolsista CAPES). ORCID iD: 0009-0006-1952-9141. E-mail: gabrielcostaribeiro@gmail.com.

de léxicos y procedimientos administrativos exógenos propuestos por las entidades financiadoras en las rutinas de ejecución de los recursos.

Palabras clave: Pueblos y comunidades tradicionales; Bioma del Cerrado; Filantropía; Desarrollo sostenible; Modernización ecológica.

Abstract

This report aims to link the experience of implementing the Support Mechanism for Indigenous Peoples, Quilombolas, and Traditional Communities of the Cerrado (DGM Brazil Project) by the Center for Alternative Agriculture of Northern Minas (CAA), an organization run by family farmers and traditional peoples from the northern region of the state of Minas Gerais, to broader economic and political contexts, highlighting the recent dynamics of management and execution of fiduciary donations by socio-environmental NGOs in Brazil. It also seeks to demonstrate the insertion of the studied case in the reproduction of ecological modernization in different local contexts, a paradigm anchored in the belief in efficiency as a means to achieve sustainability. Through an empirical study conducted while employed by the institution, the analysis proposes to integrate professional experience, document analysis, and the mobilization of academic literature related to the topics sustainable development, geopolitics, political economy, decolonial studies, ethnic rights, and power relations. Given this context, it becomes understandable to identify how the internalization occurs, on the part of local organizations, of an entire alphabet of lexicons and administrative procedures imposed by funding entities on the routines of resource implementation.

Keywords: Traditional Peoples and Communities; Cerrado Biome; Philanthropy; Sustainable Development; Ecological Modernization.

Introdução

Vivemos num tempo em que o modo de produção capitalista avança sobre os corpos, territórios e institucionalidades por meio da concepção do meio ambiente como recurso, do dinheiro como motor das sociedades e do *meio técnico-científico-informacional* – citando Santos (1997), como sistema ideológico dominante.

Nesse cenário, um conjunto de atores e agências globais busca, pelo capital, as soluções para suas contradições profundas. Institucionalizam-se os termos, conceitos, noções e léxicos que, num passado recente, colocaram tais forças hegemônicas em xeque, e para tanto, os incorporam com o intuito de tornar mais palatável o desenvolvimento (ESTEVA, 2000). Ao combinar eficiência econômica com prudência ecológica, comumente acionam discursos que evocam uma perspectiva específica do que se convencionou compreender como sustentabilidade, com o objetivo de acessar discussões do nosso tempo, como diversidade sociocultural, direitos étnicos e agrobiodiversidade.

No contexto brasileiro, a confluência entre agendas de interesse transnacional e de pautas socioambientalistas da sociedade civil ganhou relevância em ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92)², momento no qual a ideia de meio ambiente como recurso, revestido pelo discurso do desenvolvimento sustentável, favoreceu a participação de *players* internacionais e potências mercadológicas na dinâmica econômica nacional (Viola e Leis, 1995). Alguns dos conceitos utilizados nas discussões acerca da sustentabilidade originaram-se ou foram revistos na Rio-92, como por exemplo a responsabilidade comum sobre o planeta, o reconhecimento das questões ambientais e a necessidade de envolvimento em contextos locais (Silveira, 2021).

A Rio-92 veio marcar a constituição de uma aliança. De um lado, o interesse de organismos multilaterais, fundações religiosas de cooperação internacional, dentre outros, interessados na capitalização política da pauta da agroecologia e da agenda de direitos coletivos. Por outro, organizações do terceiro setor, organizadas no formato de associações privadas, assessoradas por corpo técnico competente para operacionalizar as doações fiduciárias recebidas, passam a praticar incidência política diante de novos contornos, transferindo a lógica do capitalismo de resultados para as lutas sociais e resistências locais. Afinal, esse fenômeno observado ao longo de todo o território brasileiro nas últimas décadas é fruto da incorporação do paradigma da modernização ecológica nas rotinas das *ONGs*, ou um sofisticado mecanismo para se manterem ativas perante suas bases históricas?

Com o intuito de melhor problematizar a questão que se pretende abordar no presente artigo, destaca-se a reflexão realizada por Zhouri (2021), quando propôs discutir as normativas do licenciamento ambiental no Brasil na segunda década dos anos 2000:

² A Cnumad, ou Rio-92, contou com a participação de mais de 150 nações, e resultou em documentos como a “Carta da Terra”, a “Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento”, a “Agenda 21”, e a “Declaração de Princípios sobre Florestas” (Ribeiro, 2010, p.76.).

Façamos uma breve digressão no tempo para compreender este caminho. A emergência de dois regimes políticos globais, aparentemente distintos, mas complementares, marcaram a década de 1990. A realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, em 1992, sob os auspícios da ONU, simboliza um ‘regime ambiental’, enquanto a rodada do GATT em 1993, cria a Organização Mundial do Comércio (OMC) e sela o Consenso de Washington. As agendas se convergem na medida em que o ‘regime da OMC’ passa a encapsular a ‘agenda ambiental’ já bastante gerida àquela altura pelo Banco Mundial e suas condicionalidades para empréstimos aos países ‘em desenvolvimento’. A racionalidade ambiental do capital colocou a gestão ambiental como cerne do desenvolvimento sustentável (Zhour, 2021).

Segundo a perspectiva crítica da Ecologia Política, a modernização ecológica se ancora na crença pela eficiência como meio de se atingir a sustentabilidade (Blowers, 1987). De fato, investimentos em melhoria tecnológica foram feitos sem, contudo, abalar o estímulo à produção associada ao aumento do consumo. Outra faceta da modernização ecológica é o desenvolvimento de técnicas de gestão visando à criação política de consensos, como por exemplo, as comissões mistas deliberativas de participação, por onde sociedade civil organizada, atores globais e agências estatais se reúnem para discussão de pautas comuns e estratégicas.

No que se refere à pauta da agrobiodiversidade e do direito de povos e comunidades tradicionais, articulações e costuras políticas realizadas pós Conferência Rio-92 instituíram a Comissão Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), bem como resultaram na criação da Rede Cerrado. Atualmente, a Rede Cerrado é composta por cerca de 50 entidades da sociedade civil, congregando direta e indiretamente aproximadamente 300 organizações que se identificam com a causa socioambiental do bioma (Rede Cerrado, *s/d*). Desde então, as fontes garantidoras do funcionamento dessas instituições vem sendo alicerçadas por meio de contratos de doação firmados junto a agências de cooperação internacional, além do recebimento de pagamentos por contratos de prestações de serviços realizados junto a órgãos públicos estaduais, nacionais, *ONGs*, dentre outros.

Dentre as institucionalidades que integram a Rede Cerrado, destaca-se a atuação do Cen-

tro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), sediado no município de Montes Claros, estado de Minas Gerais, estruturado desde 1989 como organização civil sem fins lucrativos envolvendo lideranças, sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias, que conta com o apoio de assessoria especializada, equipe composta por profissionais agrônomos, cientistas sociais, administradores e engenheiros florestais (Caa, 2018). Constitui-se como ponto focal de assessoria, estudos e pesquisas em agroecologia, direitos de povos e comunidades tradicionais e desenvolvimento sustentável, contando com uma extensa rede de financiadores.³

No início de 2012, inaugura-se, em nível global, a iniciativa intitulada Dedicated Grant Mechanism (DGM) com o objetivo de apoiar iniciativas comunitárias sustentáveis junto a associações comunitárias e organizações que trabalham com povos indígenas e comunidades locais (Iplc – homólogo em nível internacional de ‘povos e comunidades tradicionais’) em países da África, Ásia, América do Sul e América Central (DGM, 2022a, p.10). Hospedado no âmbito do Programa de Investimento Florestal (Forest Investment Program – FIP), constitui-se como um dos programas que compuseram o Fundo Estratégico do Clima (Climate Investment Fund – CIF), tendo o Banco Mundial como entidade financiadora e objetivo de aplicar o Mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd+) ao redor do mundo, bem como ampliar a conservação, o manejo sustentável e os estoques de carbono florestal em nível local, nacional e global (Dgm, 2022b, p.4).

Como desdobramento da iniciativa, no Brasil, entre março de 2015 e janeiro de 2022, foi financiada a primeira fase do Mecanismo de Apoio a Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado (Projeto DGM Brasil), contando com aporte financeiro de US\$ 6.500.000,00 para investimento em 64 subprojetos comunitários em 10 estados diferentes (Dgm,

³ Ao longo de 35 anos de atuação, o CAA-NM tem contado com apoio de várias agências, como por exemplo, Banco Mundial, PPM, Misereor, Heks-Epper, Action Aid, KNH, IAF, GEF, Cepf, FAO, Pnud, Bndes, Fnma, MDA, Incra, FBB, Instituto Lojas Renner, dentre outros.

2022a, p.10). A agência executora nacional foi o CAA, que juntamente com um Comitê Gestor Nacional (CGN), foi responsável pela gestão dos recursos destinados.⁴

Entre 2019-2022 atuei profissionalmente no CAA. Ao longo de três anos, minha trajetória profissional foi pautada por articulações continuadas, possibilitadas pela troca de informações, assessorias, rotinas institucionais, procedimentos burocráticos, prazos a cumprir e horas de trabalho despendidas com vistas a atender demandas de uma extensa rede de contatos e stakeholders. Durante essa travessia, percebi que a proposta do Projeto DGM Brasil ‘destoava’ – nos dizeres dos próprios associados da instituição, do ‘projeto’ inicial do CAA, construído por intermédio de muita solidariedade entre nativos e caboclos, mobilização social, vitórias e derrotas, intercâmbios, partilhas de experiência, mutirões, ‘empates’, ‘empreitas’, alianças, retomadas e judicializações ao longo do Norte de Minas. Mas afinal, o que este projeto trouxe de diferente à instituição e seus associados?

Motivado pelas questões apresentadas, o presente relato de experiência apresenta um exemplo empírico de como o processo de gestão e execução de doações fiduciárias por parte de ONGs socioambientalistas têm reproduzido o paradigma da modernização ecológica, tendo como estudo de caso a análise da execução do Projeto DGM Brasil pelo CAA. Para tanto, lanço mão da minha experiência enquanto colaborador da entidade para revisitar criticamente as consequências e repercussões da iniciativa, relacionando-a a dinâmicas globais observadas a partir da segunda metade do século XX. Propõe-se estabelecer uma aproximação teórico-metodológica entre experiência profissional enquanto cientista social inscrito no mercado de trabalho, análise documental e literatura acadêmica correlacionada.

⁴ O CGN é a instância de controle social de caráter deliberativo do Projeto DGM Brasil, composta por 06 representantes indígenas, 02 quilombolas, 04 de comunidades tradicionais e 03 do Governo Federal (Dgm, 2022b, p.4).

Procedimentos metodológicos

Para o presente artigo, os procedimentos metodológicos utilizados constituíram-se em pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e na observação direta, sistematizadas a seguir:

Pesquisa bibliográfica: a pesquisa bibliográfica foi organizada no formato de uma revisão narrativa, pautada no estudo de obras acadêmicas do campo das Ciências Sociais e da Ecologia Política, com o intuito de estabelecer um marco teórico que dialogue com o objetivo e o problema apresentado. Em outro prisma, debruçou-se no levantamento dos seguintes subtemas: desenvolvimento sustentável; geopolítica; economia política; estudos decoloniais; direitos étnicos e sociologia das relações de poder.

A ‘revisão narrativa’ não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos. (Usp, *s/d*)

Pesquisa documental: visou compreender a subjetividade de cada documento identificado, e associando fatos históricos com contextos, nos moldes propostos por Vianna (2014), que trata os documentos como peças etnográficas, com o intuito de evidenciá-los como retratos da realidade social pesquisada e inseri-los na narrativa que permeará todo o artigo. Incluiu catalogação, leitura e análise de documentos técnicos relacionados à execução do Projeto DGM Brasil e da configuração estatutária do CAA.

Defendo, assim, que levar a sério os documentos como peças etnográficas implica torná-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte - como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores - quanto por aquilo que conscientemente sedimentam. (Vianna, 2014, p.47)

Observação direta: as Ciências Sociais “têm sido desafiada a analisar processos globalizadores e realizar etnografias multi-situadas” (Zhou, 2018, p.18), de tal forma que “as etnografias do Estado - assim como de corporações - podem também iluminar as práticas voltadas para o controle dos territórios e a gestão dos conflitos e do dissenso” (p.18). Diante desta problemática, Bronz (2011) justifica as razões pelas quais a referida metodologia contribui para uma melhor elucidação de determinados fenômenos sociais:

A dificuldade de acesso ao desenvolvimento de pesquisas com “poderosos” costuma ser atribuída a motivos, tais como, o fato de não se permitirem serem estudados, ou de serem muito ocupados, o perigo em se revelar certas informações etc. (...) esse seria um falso obstáculo, na medida em que, mesmo que esses “mundos sociais” imponham dificuldades em acessá-los, resolver esse problema é algo constitutivo de qualquer etnografia ou campo de estudo. (Bronz, 2011, p.63)

A autora realizou seu trabalho apoiada na sua antiga profissão de consultora, estabelecendo observações a partir de um lugar privilegiado em nível de acesso a informações. Inspirado por este procedimento metodológico, o presente artigo se valeu da minha experiência profissional, bem como das interações realizadas com os demais atores envolvidos na execução do Projeto DGM Brasil, sobretudo o Banco Mundial, com o intuito de propor formatos de pesquisa diferenciados para as Ciências Sociais.

Desenvolvimento Sustentável ou a Sustentabilidade dos Negócios? Aspectos teóricos

O trabalho reflexivo ao qual a presente seção se dedicará parte do engajamento crítico interdisciplinar entre geógrafos, antropólogos, adeptos da sociologia crítica, economistas e outros profissionais das humanidades.

Desde a década de 1960, as questões ambientais tornaram-se centro das atenções dos grandes debates internacionais que envolveram as principais economias do mundo. A produção do Clube de Roma, iniciada em 1968, culminou em seu relatório final apontado como um marco histórico

na discussão das preocupações com os impactos da industrialização sobre o ambiente. Naquele mesmo ano, a ONU convocou a primeira conferência sobre o meio ambiente e o homem, que se realizou em 1972, em Estocolmo. Nessa ocasião, foram discutidos os problemas decorrentes da ação humana sobre a natureza, especialmente a degradação ambiental e suas consequências.

Até então, desenvolvimento e meio ambiente eram vistos como ideias opostas. Contudo, as discussões relacionadas aos alcances e limites da industrialização sobre os recursos naturais motivaram uma “fuga para frente” do modo capitalista de produção, por meio de arranjos conceituais que visaram transformar a ecologia em economia. Surge então a propositura de um capitalismo ecológico, cujo objetivo seria a incorporação dos constrangimentos ecológicos na lógica do capital (Dupuy, 1980).

A sociedade comunicacional, ou capitalismo ecológico, resulta de uma dupla “necessidade”: a de, para os países desenvolvidos, reorientar o seu crescimento para produções menos destruidoras e a de, para o capitalismo internacional, se “ressocializar” na escala mundial. (*Ibid*, 1980, p. 21)

Nessa perspectiva, o ‘esverdeamento do capitalismo’ é uma visão capitalista de como o léxico ambiental e/ou ecológico passou a ser incorporado à sua lógica, por intermédio de reformas estruturais orientadas pela perspectiva da modernização ecológica.

Por detrás de palavras como ecologia e meio ambiente ou ainda nas expressões ‘questões ecológicas’ e ‘questões ambientais’ encontra-se, nada menos, do que a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos, e até mesmo, de certos países. (Chesnais e Serfati, 2003, p.1)

Paralelamente, este movimento foi acompanhado por mudanças tecnológicas e organizacionais que orientaram os grandes polos de expansão econômica rumo a mudanças nas formas de geração do capital, reconfigurando a estrutura gerencial das corporações. A era do capitalismo financeiro – ou capitalismo de resultados, além de estimular a disseminação de uma visão liberal

de desenvolvimento, multiplicou as possibilidades de participação acionária por distintos investidores. Na prática, fundos de investimento e agências multilaterais consolidaram seu espaço de hegemonia no seio de uma agenda macroeconômica de cunho neoliberal, se tornando “ao mesmo tempo, causa e consequência do processo de concentração e centralização do capital, com origem nos países capitalistas avançados”. (GONÇALVES, 1994, p.47)

Muitas foram as facetas utilizadas pelas grandes potências econômicas para a objetivação dos seus lugares de hegemonia nas relações políticas locais e globais. No contexto das mudanças geopolíticas presenciadas ao longo do século XX, permanece na América do Sul a reprodução de um esquema que faz prevalecer formas específicas de desenvolvimentismo, em um período cuja economia mundial já permanecia tutelada por poderosos grupos econômicos e forças imperialistas (Mignolo, 2008). A naturalização do liberalismo é “um acordo com o qual as características da sociedade moderna, pautada nos pilares da economia capitalista, se tornam a tendência natural do desenvolvimento histórico da sociedade” (Lander, 2008), e por esta via são estabelecidas relações parasitárias com os governos e governantes locais, conduzindo-os à adesão do modelo.

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação (...) A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável. (Esteve, 2000, p.64)

Assim sendo, a promessa desenvolvimentista estabeleceu meios para que o modo de produção capitalista se expandisse na América do Sul. Para a concretização destes objetivos, tornou-se necessário o usufruto, por parte do capital transnacional, de modos específicos de governamentalidade, tendo em vista o papel dos governos como gestores de desigualdades. Na prática, as corporações “capturam, desestabilizam ou mantêm os Estados nacionais” (Souza, 1985, p.8), usufruindo dos seus poderes subversivos frente à sociedade civil. Foi desta forma, apoiando-se no

potencial coercitivo do Estado e das agências estatais - os executores legais das decisões administrativas, que as corporações transnacionais lograram alcançar suas aspirações: a maximização do lucro em detrimento do capital investido em setores específicos. A grande consequência deste processo é o aprofundamento de uma “natureza anticolonial, antipopular e antidemocrática” por parte dos poderes estatais (*Ibid*, 1985, p.9.).

Ao se mundializar o capital, eleva-se também a produtividade e a intensidade das relações de trabalho. Favorecido pela globalização e pela extinção das fronteiras nacionais, o poder hegemônico configura uma nova estratégia ideológica com pretensões de cristalizar, cada vez mais, ordens econômicas internacionais específicas e multissetoriais. Neste sentido, estimula-se o avanço dos mercados a partir da ampliação da variedade de ativos financeiros, e ao mesmo tempo esgota-se de forma intransigente o trabalhador e a terra. (Chesnais e Serfati, 2003)

Portanto, a expropriação do trabalho pelo capital é, juntamente com a desigualdade distributiva entre as potências ditas ‘mais débeis e mais fortes’, as principais contradições nas quais o modo de produção capitalista se apoia para manter todo o sistema. “Esta contradição é insolúvel: resolvê-la é decretar o fim do próprio sistema” (Souza, 1985, p.12), ou seja, cabe aos mecanismos do capital transnacional ponderar acerca da parcela de contribuição dos países ao modal econômico internacional, incluindo nessa equação as necessidades nacionais específicas.

Obviamente, os países da América do Sul se tornaram alvos estratégicos de conquista e controle por parte destes interesses. Muitas vezes subsidiados por potências estrangeiras, sucessivos Estados de exceção são formados, cerceando a “divisão tradicional dos poderes do Estado (executivo, legislativo e judiciário)” (*Ibid*, 1985, p.14).

Em síntese, o processo de transnacionalização da economia e da política submeteu os Estados nacionais na América Latina a crises profundas em relação ao conteúdo de suas funções e à sua forma de dominação. (*Ibid*, 1985, p.15)

A transnacionalização dos países da América do Sul tinha como pressuposto proporcionar a tão aclamada modernidade tardia por intermédio de uma bula desenvolvimentista, conduzindo-os a outros patamares econômicos. Todavia, as contradições deste modelo revelaram, com o passar das décadas, um caráter repressor e nocivo “aos sonhos de desenvolvimento nacional, de afirmação e de soberania nacional” (*Ibid*, 1985, p.16.) contribuindo, pelo contrário, para o acirramento das relações de subordinação às potências hegemônicas. Fluxos financeiros foram estabelecidos, carregando “a marca cada vez mais nítida de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário”. (Chesnais, 2016, p.2)

Em mais uma fuga para a frente, os princípios do capitalismo ecológico acabaram redirecionados para a formulação de um novo paradigma na década de 1980, cujo principal interesse seria tornar mais palatável a bula do crescimento econômico, agora adjetivado pelas dimensões ambientais e sociais. Surge então a noção de desenvolvimento sustentável, por onde “os ‘limites para o crescimento’ não mais são vistos como uma barreira intransponível bloqueando a enxurrada do crescimento, mas como obstáculos discretos forçando o fluxo da torrente a tomar um rumo diferente”. (Sachs, 2000, p. 120)

Um marco importante para essa agenda ocorreu no ano de 1987, quando foi publicado o Relatório Brundtland, que outorgou ao conceito de desenvolvimento sustentável um caráter polissêmico dotado de três dimensões distintas: estatista, comunitária, e de mercado (Viola e Leis, 1992). Houve um grande caminho até que o referido relatório pudesse concretizar a união entre o desejo de desenvolvimento e a preocupação com o meio ambiente. No entanto, o fez recomendando mais crescimento. De fato, um reduzido setor de gerentes do empresariado passou a compatibilizar os lucros com os interesses e pautas sociais de longo prazo, transformando desenvolvimento sustentável em sustentabilidade dos negócios, uma janela para oportunidades transcorporativas e agências globais.

Em se tratando da América do Sul, registrou-se um superposicionamento do mercado global como regulador de políticas setoriais, sobretudo a partir da institucionalização do neoliberalismo, ratificada com a criação da OMC em 1995. Percebe-se que o discurso a favor do desenvolvimento sustentável inscreveu sociedade e desenvolvimento numa concepção evolucionista e totalizadora de crescimento econômico. Para legitimar essa prática, surgem parcerias entre instituições estatais, ONG's, e agências internacionais de cooperação, como veremos na próxima seção.

O receituário da Modernização Ecológica aplicado no financiamento de iniciativas comunitárias sustentáveis de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado

O conjunto de traços históricos, econômicos, políticos e culturais existentes na América do Sul, na África e no Sul Asiático traz consigo um conjunto de relações ambivalentes de modernidade e colonialidade, por meio dos quais perdura até os tempos atuais a violência do esquema colonial/imperial moderno (Lander, 2005). Em meados da segunda metade da década de 1990, período no qual ganha força o paradigma da modernização ecológica, grandes instituições financeiras como o Banco Mundial se 'esverdeiam', criam setores para discussão acerca do desenvolvimento sustentável, e juntamente com seus economistas, técnicos e 'experts', prescrevem condições e procedimentos para acesso a recursos financeiros por parte dos países subdesenvolvidos para execução de projetos ligados à pauta socioambiental e de mudanças climáticas.

Os procedimentos de controle e supervisão das iniciativas acompanham o processo neoliberal de desverticalização das ordens societárias dos conglomerados econômicos, por intermédio da criação de "subsidiárias com uma ou mais sedes, constituídas em diversos países, de acordo com a legislação local que lhes dá personalidade jurídica e, sob certo aspecto, a nacionalidade" (Baptista, 1987, p.17). Desde então, o Banco Mundial inaugurou departamento específico para aplicação de recursos em desenvolvimento sustentável, intitulado como Meio Ambiente, Recursos

Naturais e Prática Global da Economia Azul, com sede principal em Washington-DC, mas que também mantém escritórios em países estratégicos da América Central e do Sul. Essa estrutura, além de permitir uma gestão descentralizada, fortalece ações de governança local, importante aspecto presente nas concepções de sustentabilidade.

Foi diante de parcerias e termos de cooperação que, em meados de 2010, os membros do escritório regional do Banco Mundial de Brasília-DF se aproximam da alta cúpula de servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Comitê Interministerial do FIP. O objetivo era propor um projeto de investimento capaz de contribuir para a redução dos impactos das mudanças climáticas, por meio de iniciativas que gerassem melhorias nos meios de subsistência, usos da terra e manejo florestal dos territórios de povos e comunidades tradicionais do cerrado brasileiro. Para a consecução deste objetivo, a articulação política com movimentos sociais tornou-se indispensável.

Em consonância com a regulamentação dos conselhos mistos deliberativos, o princípio da participação, inserido num contexto mais amplo de reivindicação de interesses difusos e coletivos na década de 1980, agrega novas possibilidades interventivas à sociedade civil organizada na propositura de políticas públicas. Em termos de direitos étnicos, estes direitos existem desde 1992, fruto das articulações e costuras políticas realizadas pós-Rio-92, marco importante na institucionalização desta pauta, ocasião em que é instituída a Comissão Nacional de Populações Tradicionais (Cnpt), à época integrada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (Thum, 2017, p.163). Treze anos depois, em 2005, a CNPT migra para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e é rebatizada como Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Cnpct), momento em que ocorre a ampliação de cadeiras da sociedade civil, cada uma representando segmento identitário específico.

Foram nas articulações políticas realizadas pela Rede Cerrado na Cnpct que o nome do

CAA ganha força para se tornar a agência executora do Projeto DGM Brasil. Enquanto organização de assessoria pautada pela atuação harmônica entre o ‘saber caboclo’ e o ‘fazer técnico’, o CAA possui como enfoque o estímulo ao protagonismo social através de atividades de planejamento institucional participativo. Organizado sob um formato de associação de agricultores, que em sua grande maioria são provenientes de povos e comunidades tradicionais, possui atualmente cerca de 70 associados (Caa, 2018, p.2). Nas assembleias gerais, os sócios se reúnem para tecer estratégias de atuação e eixos prioritários da instituição. Em síntese, trata-se da instância máxima, onde todos possuem direito à palavra e ao voto. Por se tratar de uma institucionalidade nativa com os pés bem fincados na base, em 2015 foi selecionada pelo Banco Mundial.

O aporte financeiro de US\$ 6.500.000,00 trouxe projeção internacional à *ONG* do Norte de Minas, visto que se candidataram organizações do porte da própria World Wildlife Fund (Wwf) e do Instituto Sociedade, População e Natureza (Ispn) para execução da doação fiduciária. Para além de uma necessária reestruturação administrativa e de corpo técnico devido ao aumento da demanda de trabalho, trouxe também a necessidade de trânsito e compreensão acerca dos léxicos específicos da modernização ecológica. Assim, o processo de conciliação entre os interesses econômicos e ecológicos em tempos de governança ambiental buscou atribuir valor monetário à preservação e à conservação, aliando a sustentabilidade dos negócios com benefícios sociais.

O paradigma da modernização ecológica não questiona o modo de produção capitalista ou a modernidade. Como apontam Zhouri e Lasckefski (2010), esse paradigma busca fazer adequações, mas com o objetivo de somente perpetuar o modelo. Muitas vezes, porém, a adequação ocorre por parte da sociedade, dos modos de vida tradicionais e da gestão dos recursos naturais em detrimento das grandes corporações do capital transnacional, e não o contrário. O setor privado desenvolve tecnologias ditas ambientais, buscando diálogo com os grupos ecologistas e movimentos sociais.

Neste sentido, o Projeto DGM Brasil tinha como principal meta fortalecer o engajamento dos povos e comunidades tradicionais do cerrado nas discussões acerca do Redd+ e programas similares orientados para as mudanças climáticas em nível local, nacional e global (Dgm, 2022a, p.10). O Redd+ é um instrumento econômico desenvolvido na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (Unfccc)⁵, que provê incentivos financeiros a países em desenvolvimento por seus resultados verificados no combate ao desmatamento e à degradação florestal, bem como na promoção do aumento da cobertura florestal. (Salles, Salinas e Paulino, 2017, p.446).

Eis aqui um grande desafio para a consecução da meta apresentada. Durante toda a execução do projeto, seus beneficiários apresentaram dificuldades para compreender a lógica e os benefícios do Redd+, sobretudo acerca das possibilidades de financiamento, considerando que se trata de procedimentos que necessitam da articulação contínua de agências/agentes estatais específicos. Na esfera do Poder Executivo Federal, a partir do ano de 2016 houve uma drástica inversão na posição dos agentes no cenário político nacional, na qual a Administração Pública, influenciada por outro viés ideológico, passou a combater a agenda ambientalista, resultando assim na ausência total de financiamento público via Redd+ na execução do Projeto DGM Brasil.

Outro ponto que merece discussão diz respeito às modalidades de Iniciativas Comunitárias Sustentáveis - ou ‘subprojetos’, habilitadas para recebimento das doações financeiras. Os critérios de seleção foram elencados pelo CGN, e envolveram outras propostas para além das discussões atinentes ao Redd+, como, por exemplo, produção agroecológica; pequenas agroindústrias; beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade; fortalecimento da produção artesanal; turismo de base comunitária; e fortalecimento institucional das organizações representativas (Dgm, 2022a, p.7.). Somente os subprojetos que envolveram reposição do cerrado com espécies

⁵ Reunidos na Rio-92, 179 países afirmaram que as responsabilidades pela mudança do clima são comuns. Foram ratificados convenções, quais sejam: a CDB; a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; e a Unfccc. (Silveira, 2021)

nativas, recuperação de nascentes e áreas degradadas; e vigilância e gestão territorial e ambiental apresentavam sinergias para a solicitação formal de créditos de carbono, mesmo isso não acontecendo no transcorrer da execução da doação fiduciária.

A seleção dos subprojetos foi realizada em dois momentos distintos:

O primeiro momento, chamado de pré-seleção, consistiu no lançamento de editais para que os potenciais beneficiários apresentassem uma Manifestação de Interesse, com o objetivo de que os proponentes elencassem, de forma simples e objetiva, o conjunto de atividades e custos a serem apoiados. (Dgm, 2022b, p.13)

O segundo momento foi intitulado como seleção final e elaboração do projeto técnico, organizado da seguinte forma. Etapa 1 - Habilitação: foi realizada triagem que buscou constatar se a proposta apresentada atendia aos critérios de habilitação, conforme documentação discriminada nos editais; Etapa 2 - Seleção: elaboração de parecer conforme atributos específicos; caso a proposta tivesse alcançado a nota de corte, era apresentada ao CGN; aquelas pré-selecionadas foram visitadas para discussão de eventuais ajustes; por fim, houve aprovação final pelo CGN e a elaboração do projeto técnico (*Ibid*, 2022b, p.14). Importante salientar que, mesmo havendo o cumprimento de um conjunto de procedimentos estabelecidos pelo Banco Mundial, a escolha das iniciativas foi influenciada por decisões, pactuações e consensos políticos ocorridos através do diálogo entre as redes que compunham o CGN.⁶ Por exemplo, o primeiro acordo estabelecido diz respeito à porcentagem de distribuição de subprojetos por segmento identitário: 60% para os indígenas e 40% para quilombolas e comunidades tradicionais.

Outro ponto passível de discussão e análise ocorreu no transcorrer da Etapa 2, no momento da triagem das propostas. No ponto de vista da entidade financiadora, ao definir um conjunto de

⁶ Foram representadas pelo CGN: 1) Redes Indígenas: Mopic, Apoinme, Conselho Terena, Wyty-Catê e UNIX; 2) Redes Quilombolas: Conaq e Articulação Pacari; 3) Redes de Comunidades Tradicionais: Rede Cerrado, Articulação Rosalino e Retireiros do Araguaia. (*Ibid*, 2022b p.5.)

redes representativas dos povos e comunidades tradicionais do cerrado brasileiro para compor a instância gestora do Projeto DGM Brasil, considerou sanada a questão da governança popular e do interesse social junto ao seu público-alvo. Entretanto, da forma como foi executada, acabou por garantir a prevalência de determinados grupos em detrimento de outros, reavivando assim conflitos históricos entre pares, situação que também foi refletida em quais entidades foram contempladas.

Nos editais publicados, foram recebidas ao todo 264 Manifestações de Interesse, destas, 209 foram habilitadas e analisadas, sendo 64 aprovadas, muitas delas propostas por entidades parceiras das redes que compuseram o CGN. Os primeiros 45 subprojetos foram aprovados em setembro de 2016, iniciando processo de licitação e aquisição entre maio de 2017 e março de 2018. Ao longo do segundo semestre de 2018, outras 19 também foram aprovadas pelo CGN, totalizando o quantitativo de 64 iniciativas comunitárias localizadas em 10 estados do Cerrado. (Dgm, 2022a, p.16)

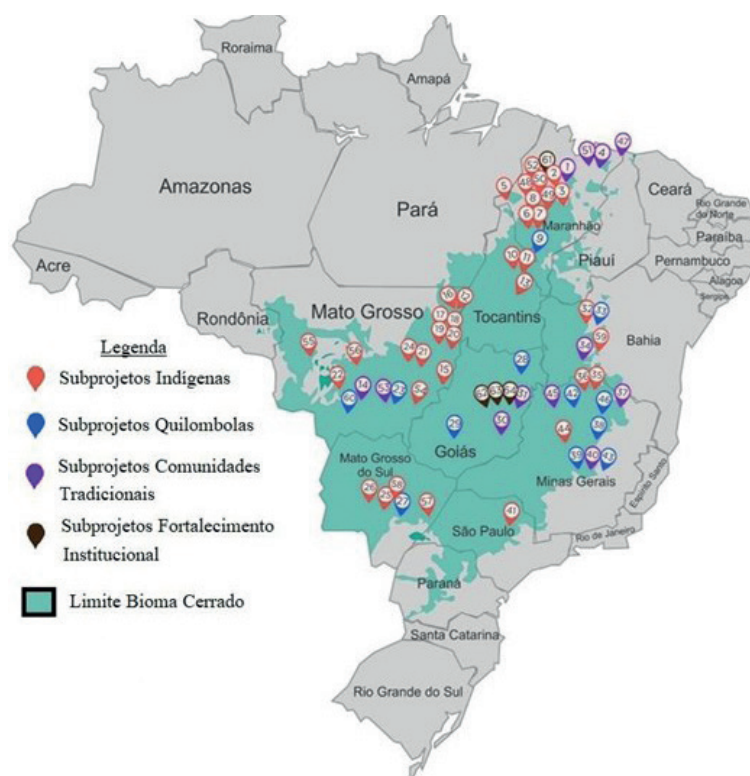


Figura 1: Subprojetos Projeto DGM Brasil (autoria própria, com base em Dgm 2022b, p.11.).

Relato de experiência

Meu interesse acerca de temáticas como meio ambiente e desenvolvimento sempre foi direcionado ao estabelecimento de uma leitura crítica acerca dos fenômenos sociais globais localmente situados. Como ator político, fui movido pelo interesse em analisar relações de poder nos moldes propostos por Foucault (1979), buscando manuscrevê-las por intermédio de exercícios intelectuais e acadêmicos, afinal, acredito que compreender a prática científica sob o prisma dos fenômenos sociais possibilita, sobretudo, transpor discursos e trazê-los à discussão a partir de suas subjetividades. Tendo como campo o universo das práxis profissionais nas Ciências Sociais, concordo com as afirmações sugeridas pelo referido autor na citação abaixo:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 1979, p.8)

Sempre ouvi dizer que o CAA enfrentava não somente o modelo de desenvolvimento econômico presente no Norte de Minas, mas também se posicionava criticamente acerca de aspectos socioambientais, como, por exemplo, o uso e ocupação do solo no cerrado e o agravamento dos problemas hídricos. Contudo, estando dentro da instituição, percebi que seus desafios são, sobremaneira, ideológicos, práticos e políticos. Tratarei desses pontos de forma mais pormenorizada adiante.

Estando no quadro técnico da ONG, não foram poucas as ocasiões em que as tensões destacadas se manifestaram. O Conselho Diretor⁷, instância deliberativa do CAA, por muitas vezes questionava e indagava a Coordenação do Projeto DGM Brasil, exercida por profissional contrata-

⁷ O Conselho Diretor é formado por três membros: Diretor Geral, Diretor de Administração e Finanças e Diretor Secretário, todos representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Norte de Minas (Caa, 2018, p.6.).

do, em relação à apresentação dos resultados obtidos nas assembleias gerais, haja vista a abrangência nacional da proposta e sua complexidade de termos, normativas e procedimentos previamente estabelecidos.

Ao longo dessa jornada de execução, muitas horas de trabalho acabaram despendidas na construção de possibilidades de interação que alimentassem as expectativas dos associados, e de como trazer para perto o Projeto DGM Brasil ao trabalho de base já estabelecido historicamente. Horas em vão. Na prática, essa interseccionalidade não aconteceu devido à existência de jogos de interesses e de poder cruzando o caminho das decisões. Acima das estruturas, valeram mais as decisões políticas dos atores envolvidos.

Para além das análises e constatações de dimensão sociológico-subjetiva, as necessidades cotidianas de gestão me obrigaram a internalizar todo um abecedário de léxicos administrativos e de modernização ecológica praticados pelo Banco Mundial, buscando traduzi-los junto aos gestores locais dos subprojetos com vistas a destravar compras, licitações, subvenções e prestações de contas. Este exercício de tradução e interpretação trouxe como principal propósito proporcionar avanços na execução financeira visando o progresso físico das iniciativas, no contexto das regras de licitação, aquisições e contratações adotadas pelo Banco Mundial, junto às comunidades proponentes e beneficiárias.

No universo das doações fiduciárias, números, estatísticas e indicadores de desempenho são manuseados pelo conhecimento técnico ante uma realidade cingida em diagnósticos e resultados objetivos. Existe uma incerteza ou fragilidade nos resultados lançados, organizados em formato de produtos palpáveis, metas, resultados, monitoramento e gestão, em virtude de que tal racionalidade não consegue expressar o conjunto de regras, valores, modos organizativos e, principalmente, as experiências acumuladas pelo público beneficiário. Isso ocorreu devido ao fato de que, na esfera administrativa, o Banco Mundial tem colocado uma perspectiva discriminatória de

gestão do conhecimento, conforme é possível perceber na citação abaixo:

Aprimorar as competências de gestão do conhecimento é vital para os países que aspiram a acelerar o ritmo e aumentar a equidade do seu processo de desenvolvimento sustentável. O Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1998-99 do Banco Mundial, que tem o sugestivo título de Conhecimento para o Desenvolvimento, é incisivo em indicar que “países pobres – e pessoas pobres – diferem dos ricos não apenas por disporem de menos capital, mas também por terem menos conhecimentos”. (Plonski, 2001, p.84)

Ou seja, partindo do ponto de vista da entidade financiadora, o Projeto DGM Brasil visou promover práticas sustentáveis por intermédio de uma doação de US\$6.500.000,00. Contudo, não considerou o público-alvo como um conjunto de grupos portadores de outros conhecimentos, saberes e práticas cujas especificidades os diferenciam quanto a etnicidade, historicidade, territorialidade, identidade, arranjos produtivos e organização política. Mas, afinal, diante de tantas nuances, como foi efetivamente operado?

Os doadores majoritários, reunidos no FIP, repassaram os recursos ao Banco Mundial por se tratar de organização com reconhecido prestígio na esfera administrativa, dotando-o de suas regras e regulamentações que transmitiam segurança e garantias de boas práticas – leia-se, as mencionadas competências de gestão do conhecimento. Essas rotinas e procedimentos empresariais foram impostos à agência executora, no caso o CAA, que passou a exigir os mesmos critérios às comunidades, em sua grande maioria associações ou cooperativas agroextrativistas em sua primeira experiência de execução de recursos. Temos aqui um exemplo contemporâneo de colonialidade do saber (Lander, 2005).

A liturgia do cargo pelo qual respondia me fez estabelecer contato direto com desafios cotidianos como, por exemplo, as dificuldades de acesso à tecnologia da informação por parte dos grupos. Era mais que importante dispor de sinal de internet e possuir conhecimentos básicos de informática para gerir um subprojeto. Na contramão dessa necessidade, a inclusão digital definitivamente não era realidade para todos.

Assim que assinavam os acordos de subdoação, os proponentes passavam a se responsabilizar contratualmente pela gestão físico-financeira a partir do Sistema de Gestão de Subprojetos (Sigcaa), ferramenta online para suporte de atividades do Projeto DGM Brasil. Hospedada no website do CAA, incluía: 1) Módulo de Painel, que permitia visualizar o desempenho técnico e financeiro e o progresso de cada subprojeto; 2) Módulo de Cadastro, específico para preenchimento de dados dos representantes legais e das personalidades jurídicas; 3) Módulo de Subprojeto Técnico, no qual cada proposta foi subdividida a partir de um Marco Lógico e um Plano de Trabalho; 4) Módulo da Entidade, no qual era indispensável registrar e relatar, em vídeos, fotos, textos, listas de presença, todas as atividades executadas, e a cada final de semestre disponibilizava modelo de relatório semestral a ser preenchido. (Dgm, 2022a, p.18)

As demandas de licitação e compras foram apoiadas por equipe administrativa domiciliada na sede principal da ONG, em Montes Claros-MG.

Mesmo os coordenadores locais dos subprojetos passando por processo de formação e capacitação acerca do funcionamento do Sigcaa, durante toda a vigência do projeto permaneceram as dificuldades de entendimento sobre o funcionamento da ferramenta. Diante do exposto, tornou-se recorrente o número de queixas em relação às dificuldades e resistências para execução de atividades conforme as regras estabelecidas pelo Banco Mundial. Houve ainda problemas de planejamento de atividades em prazos razoáveis, o que necessitou de reajustes contínuos em suas propostas, mudanças nos planos de aquisições e encurtamento de prazos para realização das etapas dos processos licitatórios. Os desafios de esfera físico-financeira marcaram toda a execução, a ponto do CGN deliberar por seguidas reestruturações do desenho inicial, o que o prolongou por treze meses – o prazo inicial de encerramento estava previsto para dezembro de 2020, prorrogado até janeiro de 2022.

Importante também mencionar, por um lado, os impactos e consequências da Covid-19 nos

atrasos observados e, por outro, a importância dos recursos emergenciais alocados às comunidades na fase aguda da pandemia no período. Em março de 2020, o CGN aprovou iniciativa intitulada como Rede de Solidariedade, com o objetivo de prover apoio emergencial às famílias envolvidas diretamente nos subprojetos, com apoio financeiro e aquisição de insumos para prevenção e enfrentamento dos impactos da pandemia. Uma segunda fase do auxílio destinou apoios de fortalecimento institucional às organizações proponentes, com aquisição de materiais permanentes. (*Ibid*, 2022a p.19.)

Em síntese, considerando as variadas oscilações cambiais do dólar ao longo de praticamente sete anos, do montante US\$ 6.500.000,00, 61% foi desembolsado no Componente 1 - Iniciativas Comunitárias, Sustentáveis e Adaptativas, que envolveu a execução dos 64 subprojetos, visitas in loco e o apoio emergencial; 21% foram dispendidos no Componente 2 – Capacitação e Fortalecimento Institucional, para execução de Plano de Capacitação envolvendo atividades de formação junto ao público-alvo; 4% destinado ao Componente 3 – Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação, rubrica que possibilitou a criação do Sigcaa; e, por fim, 14% para o Componente 4 – Custos Operacionais, destinado à contratação de pessoal por parte do CAA e reuniões do CGN.

Para cada R\$ 1,00 investido nas comunidades, foi necessário direcionar R\$ 0,64 a despesas técnicas e operacionais. Seria este o formato mais eficaz para execução de uma doação financeira tão importante para os povos do cerrado?

Considerações Finais

Desde a Rio-92, foram acumulados relatórios técnicos e estudos que revelaram o fracasso do desenvolvimento sustentável diante da perspectiva da modernização ecológica: continuaram os velhos conflitos em torno da propriedade, da posse, das responsabilidades, dos usos e incorporações dos componentes da natureza, das identidades, das desterritorializações, da produção e reprodução cultural dos povos e comunidades tradicionais e, principalmente, conforme o presente artigo

buscou exemplificar, de modelos de governança que não demonstraram garantir uma orientação na direção de um projeto político plural, decolonial, democrático, em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente viável.

No momento em que passaram a tratar a ecologia como ciência da conservação, grandes instituições do capital transnacional inauguraram um movimento, observado de norte para o sul, interessado numa atuação mais profissionalizada e especializada, uma aliança entre ambientalismo e capitalismo de resultados, com o intuito de fortalecê-las como corrente em negação ao ecologismo como prática política libertária, autônoma e crítica.

Trazendo para o estudo de caso apresentado, temos na relação contratual construída para execução do Projeto DGM Brasil, que envolveu Banco Mundial, CGN e o CAA, um exemplo de como opera o instrumental hegemônico das doações fiduciárias: focaliza-se em alternativas técnicas inseridas no âmbito dos objetivos de mercado; seduz, a partir do provento de recursos financeiros, institucionalidades representativas de determinados sujeitos sociais em condição de subalternidade; apropriam-se de seus respectivos capitais políticos historicamente constituídos por intermédio da aproximação estratégica de logomarcas e missões institucionais; e, por fim, submetem essas organizações à lógica da modernização ecológica, sem antes de usufruírem de seu apelo diante das bases e de tudo o que elas representam, nos tempos atuais, na manutenção de modos de vida tradicionais e de outras formas de se conceber a agricultura.

Quando o CAA optou, ainda na década de 1990, pela estratégia de captação de recursos financeiros advindos da cooperação internacional, o fez condicionado pela possibilidade de obtenção de recursos visando aumentar o potencial de articulação e incidência da instituição, gerando o fortalecimento de ações comunitárias e, acima de tudo, dos grupos organizados, sindicatos e associações do seu território de base – no caso, o Norte de Minas Gerais, berço da totalidade de seus associados. Entretanto, quando assume a execução do Projeto DGM Brasil, dada a sua abran-

gência, complexidade e magnitude, se defronta com um dilema ideológico, ou de perspectiva de missão institucional: de um lado, prevalece a narrativa nativa dos agricultores e povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, lutando para manter eloquente e convincente o projeto ideológico original, disputando para tentar garantir o protagonismo de seus associados; e por outro, a perspectiva do CAA como uma agência composta por corpo técnico especializado e contratado conforme as necessidades de ocasião.

Em conclusão, diante dos aspectos trabalhados no presente artigo, o que passa a acontecer, de forma muito contundente nos bastidores do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, é uma disputa de narrativas, de perfis e, principalmente, de identidade institucional.

Referências bibliográficas

Baptista, Luiz. *Empresa Transnacional e Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

Blowers, Andrew. Environmental policy: ecological modernization or the risk society. *Urban Studies*, v.34, 845–871, 1987.

Bronz, Deborah. *Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional UFRJ, 2011.

Caa. *Estatuto Social*. 2018. Disponível em www.caa.org.br/media/publicacoes/Estatuto_CAA-NM.pdf, consultado em 02/07/24.

Chesnais, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Revista Economia e Sociedade*, v. 4, n. 2: 1–30, 2016.

Chesnais, François; Serfati, Claude. ‘Ecologia’ e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas. *Revista Crítica Marxista*, n. 16., 2003.

Dgm. *Aprendizados e Conquistas do DGM – Brasil: sociobiodiversidade, sustentabilidade e protagonismo dos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais*. 2022a. Disponível em www.dgmbrasil.org.br/media/publicacoes/Atlas_v4.pdf, consultado em 02/07/24.

Dgm. *A Capacitação do DGM no Brasil para Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e*

Quilombolas. 2022b. Disponível em www.dgmbrasil.org.br/media/publicacoes/Capacita%C3%A7%C3%A3o.pdf, consultado em 02/07/24.

Dupuy, Jean Pierre. *Introdução à crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Eesteva, Gustavo. Desenvolvimento. In: Sachs, W. (org.). *Dicionário do Desenvolvimento*, São Paulo: Vozes, 2000.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Gonçalves, Reinaldo. *Ó abre-alas: A nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.

Lander, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Mignolo, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34: 287-324, 2008.

Plonski, Guilherme. Questões tecnológicas na sociedade do (des)conhecimento. In: Santos, L. W.; Ichikawa, E. Y.; Sendin, P. V.; Cargano, D. F. (org.), *Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação*. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

Rede Cerrado. *Quem somos*. Disponível em www.redecerrado.org.br/quem-somos/, consultado em 02/07/24.

Ribeiro, Wagner. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, 2010. DOI:<https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100008>

Sachs, Wolfgang. Meio Ambiente. In: Sachs, W. (org.). *Dicionário do Desenvolvimento*, São Paulo: Vozes, 2000.

Salles, Guilherme; Salinas, Delhi; Paulino, Sônia. Execução de Projetos de REDD+ no Brasil Por Meio de Diferentes Modalidades de Financiamento. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 3: 445-464, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550302>

Santos, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Silveira, Jessica. A Rio 92, os Movimentos Ecologistas e a Política Nacional do Meio Ambiente: uma reflexão sobre a construção das políticas ambientais brasileiras na década de 1990. *Revista Hydra*, v. 5, n. 9: 7-36, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34024/hydra.2021.v5.11427>

Souza, Hebert. *O Capital Transnacional e o Estado*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Thum, Carmo. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*, Edição especial XIX Fó-

rum de Estudos - Leituras de Paulo Freire: 162-179, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.6899>

Usp. Revisão de Literatura. Disponível em www.ip.usp.br/site/biblioteca/revisão-de-literatura, consultado em 02/07/24.

Vianna, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Castilho, S.; Souza Lima, A. C.; Teixeira, C. (org.), *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Editora Contracapa, 2014.

Viola, Eduardo; Leis, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bis-setorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Hogan, D.; Viera, P. F. (org.), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1995.

Zhour, Andrea. Introdução: produção de conhecimento num 'campo minado'. In: Zhour, A. (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: iGuiana, 2018.

Zhour, Andrea. O anti-ambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua. *Blog Sociedade Brasileira de Sociologia*, 07 jun. (caderno SBS Discute), 2021. Disponível em www.sbsociologia.com.br/o-anti-ambientalismo-no-brasil-da-violencia-lenta-a-violencia-nua/

Zhour, Andrea; Laschefski, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: Zhour, A.; Laschefski, K. (org.), *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Parque Cemitério Soledade: novas apropriações do patrimônio no espaço urbano-cemiterial de Belém do Pará

Pedro Henrique Coelho da Cruz¹

Elisa Gonçalves Rodrigues²

Este ensaio fotoetnográfico, elaborado a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos debates do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia da Morte³ (GEAM), em trabalho colaborativo, parte de uma perspectiva urbano-cemiterial e se propõe a captar a ambiência da cidade cemiterial⁴ (Rodrigues, 2023) presente no Parque Cemitério Soledade, antigo Cemitério da Soledade, localizado em Belém (PA), no bairro Batista Campos. Fundada no século XIX, em 1850, a necrópole foi tombada em 1964 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e passou por um Projeto de Requalificação financiado pelo Estado, que foi iniciado em 2021 com a primeira etapa (Rodrigues; Silva; Santos, 2023), e finalizado em 2025 com a entrega da segunda etapa da obra.

Desdobrando distintas espacialidades, ali se cruzam o passado colonial da cidade e a modernização republicana, transformando o antigo cemitério, fechado a inumações há décadas, num monumento aberto à fruição pública. Originalmente concebido para acolher os mortos da elite im-

¹ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia da Morte (GEAM).

² Doutoranda e Mestra em Sociologia e Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Ciências Sociais (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia da Morte (GEAM). Pesquisadora vinculada e membro da diretoria (2025-2029) da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). Integrante do Núcleo de Antropologia Urbana - Nau Cemiterial (LabNau-USP).

³ Para saber mais, acesse: <https://sites.google.com/view/antropologiadamorte/>

⁴ Segundo Rodrigues (2023), uma cidade cemiterial é um conceito urbano que enfatiza a integração entre espaços destinados ao descanso eterno dos mortos (cemitérios) e as dinâmicas da vida cotidiana. Trata-se de uma ideia em que cemitérios, em vez de serem áreas isoladas ou periféricas, tornam-se parte integrante do tecido urbano, podendo abrigar espaços de convivência, lazer, contemplação e pesquisa.

perial, tornou-se, com o tempo, um arquivo urbano em ruínas, cujos signos materiais - esculturas fúnebres, capelas neogóticas, pórticos e símbolos religiosos - evocam disputas mais amplas sobre espaço e pertencimento na cidade sensível (Rodrigues; Silveira, 2022). Sua transformação recente em bem requalificado reinventa a paisagem urbano-cemiterial em patrimônio cultural, deslocando-a para o campo das políticas públicas e das práticas cidadinas e cotidianas, tornando-se um local plural, sujeito a mediações e usos além dos processos-rituais (Turner, 1974) da morte, valorizando elementos legítimos da arquitetura e da memória coletiva (Halbwachs, 1990) inerentes ao espaço.

É nesse contexto que as novas apropriações da necrópole emergem como formas de reinvenção patrimonial, passível de oficinas educativas e visitas guiadas/mediadas, que não apenas (re)ocupam o cemitério como também operam uma (re)interpretação do seu valor simbólico e material. Enquanto patrimônio, o Soledade convoca os Estudos Cemiteriais a repensar o próprio estatuto dos cemitérios nas cidades contemporâneas (Rodrigues; Silva; Santos, 2023). Como lugar de culto, arte, política, ritual e lembrança, o cemitério patrimonializado está para além da conservação material, ampliando a leitura de patrimônio, onde o valor de uso e o valor simbólico se entrelaçam (Choay, 2011). A morte, os mortos e morrer, neste espaço, nos permite apreender as histórias de desigualdade inscritas nas tipologias tumulares, as práticas populares de culto e as novas formas de vida que se articulam em torno da memória, fazendo do cemitério um dispositivo sociocultural ativo na urbe belenense. Assim, os registros se propuseram a capturar o cotidiano da morte no parque-cemitério⁵. As imagens foram registradas no dia 21 de janeiro de 2024, com o uso de uma câmera *Canon PowerShot SX SX420 IS*, lente 4.3-180.6 mm f/3.5-6.6 IS. HD 45x Op. Zoom.

⁵ Parque-cemitério é uma construção contemporânea que combina as funções de necrópole e área verde pública, oferecendo um ambiente de contemplação, memória, lazer, atividades educacionais, entre outros. Diferente dos cemitérios tradicionais, verticais ou simplesmente cemitérios parques, privilegia o paisagismo com extensas áreas gramadas, árvores e jardins, enfatizando o caráter urbanístico e socioambiental do espaço, destacando-se como um lugar de sociabilidade e de requalificação urbana.

Referências bibliográficas:

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

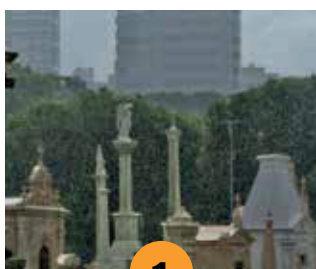
RODRIGUES, Elisa Gonçalves. **Espaços da morte na vida vivida e suas sociabilidades no cemitério Santa Izabel em Belém-PA: etnografia urbana e das emoções numa cidade cemiterial**. Dissertação de Mestrado, Antropologia, UFPA, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15525>. Acesso em: 21 jun. 2025.

RODRIGUES, E. G.; SILVA, L. de S.; SANTOS, D. de S. B. dos. O desprezo pelo Estado nas perspectivas sobre o Cemitério da Soledade em Belém-PA: uma análise à luz da Antropologia das Emoções. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 10, n. 18, p. 1-25, 2023. DOI: 10.21680/2446-5674.2023v10n18ID30384. Disponível em: <https://periodicos.ufpn.br/equatorial/article/view/30384>. Acesso em: 21 jun. 2025.

RODRIGUES, Elisa Gonçalves; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu. Às portas das cidades urbana e cemiterial na cidade de Belém (PA). **Revista Conhecimento Online**, [S. l.], v. 1, p. 67–85, 2022. DOI: 10.25112/rco.v1.2867. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revista-conhecimentoonline/article/view/2867>. Acesso em: 21 jun. 2025.

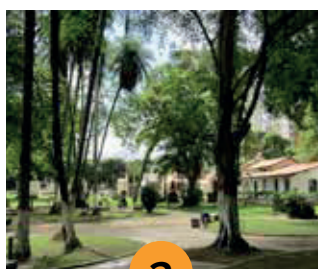
TURNER, Victor Witter. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

Parque Cemitério Soledade: novas apropriações do patrimônio no espaço urbano-cemiterial de Belém do Pará



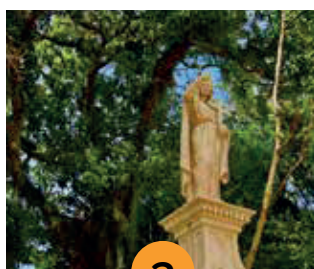
1

Chuva belenense lavando o Parque Cemitério Soledade



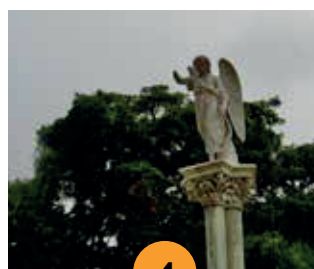
2

Registro de parte do espaço cemiterial do Parque Cemitério Soledade



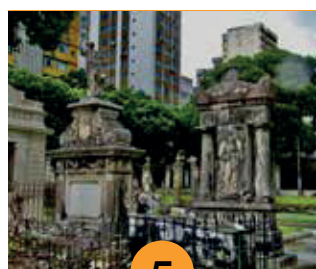
3

Escultura de um mausoléu



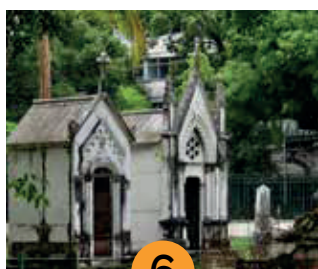
4

Escultura de um mausoléu



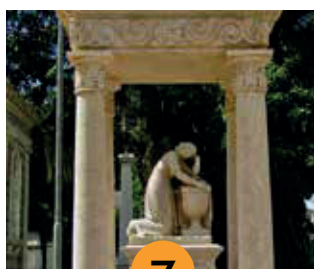
5

Mausoléus não restaurados do Parque Cemitério Soledade



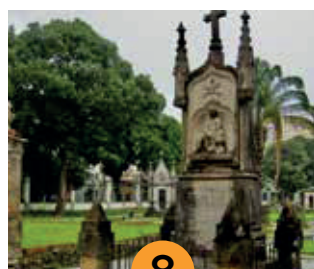
6

Mausoléus não restaurados do Parque Cemitério Soledade



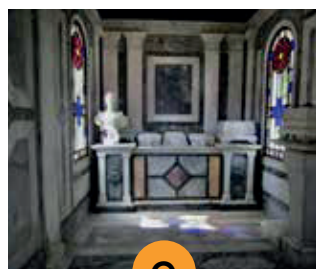
7

Mausoléu restaurado do Parque Cemitério Soledade



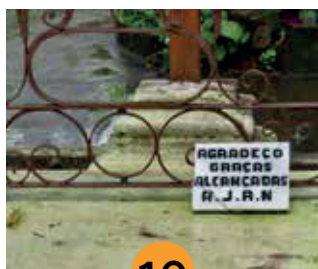
8

Mausoléu não restaurado do Parque Cemitério Soledade



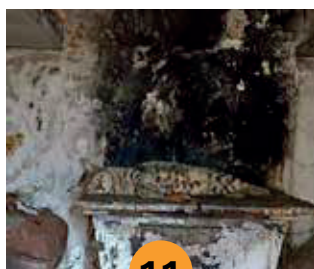
9

Interior de um mausoléu restaurado do Parque Cemitério Soledade



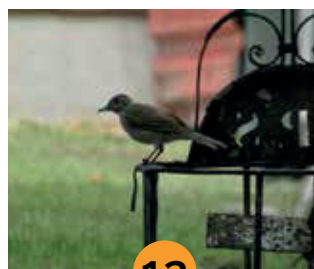
10

Placa de agradecimento por uma graça alcançada



11

Não-humano felino descansando no interior de um mausoléu



12

Não-humano ave pousando na quina de um mausoléu não restaurado



Chuva belenense lavando o Parque Cemitério Soledade.
Fonte: Os autores, 2024.



Registro de parte do espaço cemiterial do Parque Cemitério Soledade. Fonte: Os autores, 2024.



Escultura de um mausoléu. Fonte: Os autores, 2024.



Escultura de um mausoléu. Fonte: Os autores, 2024.



Mausoléus não restaurados do Parque Cemitério Soledade. Fonte: Os autores, 2024.



Mausoléus não restaurados do Parque Cemitério Soledade. Fonte: Os autores, 2024.

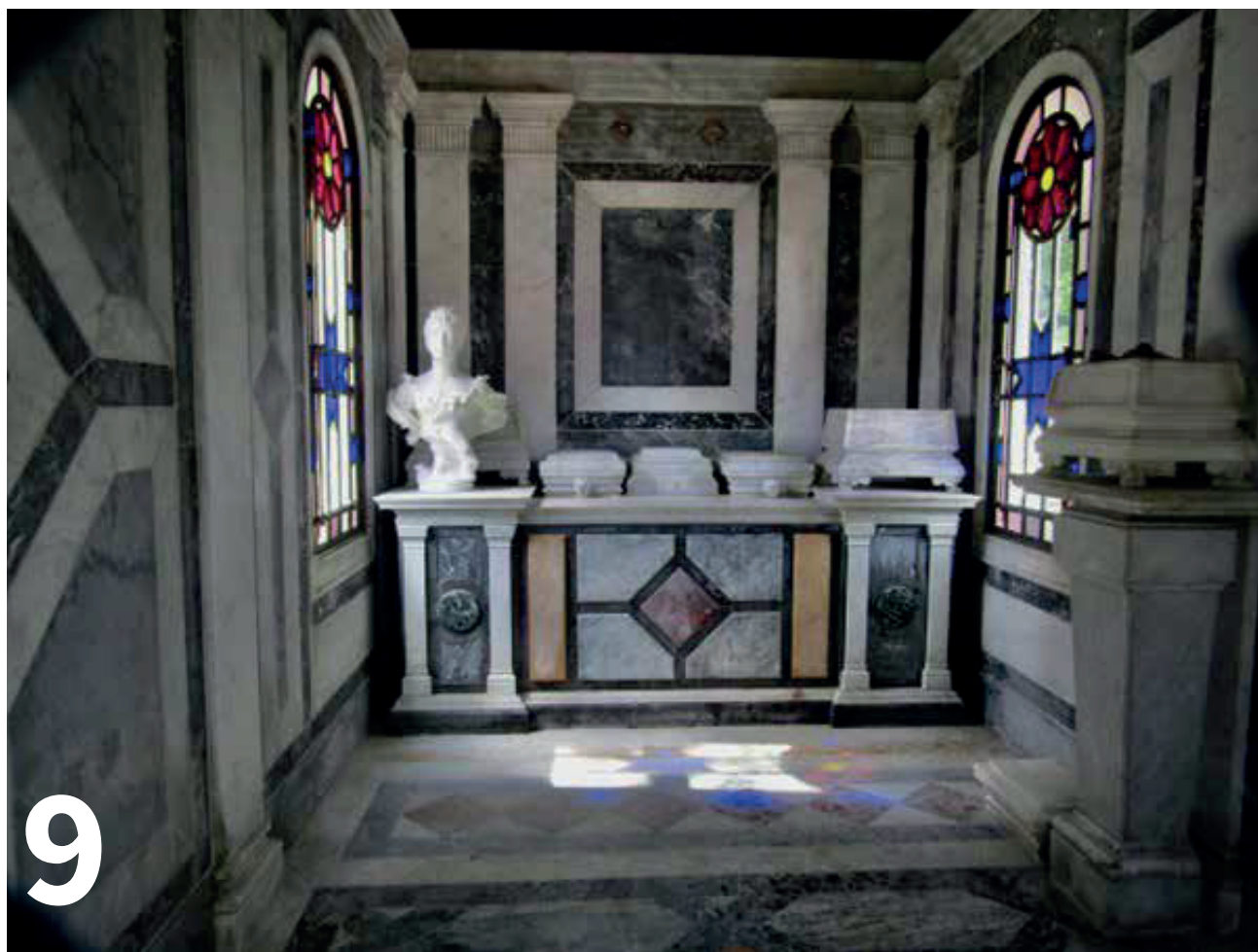


7

Mausoléu restaurado do Parque Cemitério Soledade.
Fonte: Os autores, 2024.



Mausoléus não restaurados do Parque Cemitério Soledade. Fonte: Os autores, 2024.



Interior de um mausoléu restaurado do Parque Cemitério Soledade. Fonte: Os autores, 2024.



Placa de agradecimento por uma graça alcançada.
Fonte: Os autores, 2024.



11

Não-humano felino descansando no interior de um mausoléu.. Fonte: Os autores, 2024.



Não-humano ave pousando na quina de um mausoléu não restaurado. Fonte: Os autores, 2024.